



SIMONE MAMEDE
PATRÍCIA C. S. MARTINS
Organização

MULTIDIMENSIONALIDADE DO TURISMO NO MATO GROSSO DO SUL

EDITORA **UEMS**

***MULTIDIMENSIONALIDADE
DO TURISMO
NO MATO GROSSO DO SUL***



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

Reitor

Laércio Alves de Carvalho

Vice-reitora

Celi Corrêa Neres

Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Érika Kaneta Ferri



DIVISÃO DE PUBLICAÇÕES - EDITORA UEMS

Chefe da Divisão de Publicações

Neurivaldo Campos Pedroso Junior

Designer Gráfico

Everson Umada Monteiro

Editora

Eliane Souza de Carvalho

Revisora

Islene França de Assunção

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Edilson Costa

Conselheiros(as)

Adriana Rochas de Carvalho Fruguli Moreira

Ailton de Souza

Alberto Adriano Cavalheiro

Claudia Andrea Lima Cardoso

Cristiane Marques Reis

Eliane Souza de Carvalho

Érika Kaneta Ferri

Estela Natalina Mantovani Bertoletti

Islene França de Assunção

Marcos Antonio Nunes de Araujo

Susylene Dias de Araújo

Simone Batista Mamede
Patrícia Cristina Statella Martins
Organização

***MULTIDIMENSIONALIDADE
DO TURISMO
NO MATO GROSSO DO SUL***



Capa e projeto gráfico
Everson Umada Monteiro

Fotos da capa e da quarta capa
Capa

Surucua-de-barriga-vermelha; ciclista no Pantanal – Simone Mamede
Roda de diálogo do curso de Ecoturismo de Base Comunitária na Comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte – Bolívar Porto
Flutuação em Bonito – Daniel De Granville

Quarta capa
Bugio; inscrição rupestre; trilha; trekking – Simone Mamede

Revisão final
Islene França de Assunção

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UEMS.

M926

Mutidimensionalidade do turismo no Mato Grosso do Sul /
Simone Batista Mamede, Patrícia Cristina Statella Martins
(org.). – 1. ed. – Dourados, MS: Editora UEMS, 2022.
511 p.

ISBN: – 978-65-89374-24-4 (Digital).

1. Turismo – Mato Grosso do Sul 2. Turismo sustentável 3.
Mercado do turismo I. Mamede, Simone Batista II. Martins,
Patrícia Cristina Statella III. Título

CDD 23. ed. - 338.4791

Autorizamos a reprodução parcial ou total desta obra, para fins acadêmicos,
desde que citada a fonte. Proibido qualquer uso para fins comerciais.

Direitos reservados à
Editora UEMS
Bloco A - Cidade Universitária
Caixa Postal 351 - CEP 79804-970 - Dourados/MS
(67) 3902-2698
editorauems@uems.br
www.uems.br/editora

Editora associada à



SUMÁRIO

8 Apresentação

A MULTIDIMENSIONALIDADE DO TURISMO NO MATO GROSSO DO SUL

21 A multidimensionalidade do turismo e políticas públicas: cenários e desafios no estado do Mato Grosso do Sul

Simone Mamede e Dores Cristina Grechi

63 Mercado do turismo e sustentabilidade – É possível?

Bruno Wendling

72 Apontamentos a respeito da Regionalização do Turismo no Mato Grosso do Sul

Geancarlo de Lima Merighi

83 Observatório do Turismo no Mato Grosso do Sul

Danielle Cardoso de Moura

104 Proposta de qualificação em turismo no território fronteiriço de Corumbá - MS

Milton Augusto Mariani, Carla Cristina de Souza, Patrícia Zaczuk Bassinello e Dyego de Oliveira Arruda

PANORAMAS DO TURISMO NO MATO GROSSO DO SUL

125 Geopark Bodoquena-Pantanal: condicionantes e possibilidades no contexto do desenvolvimento regional

Maria Cristiane Fernandes da Silva Lunas e Ademir Kleber Morbeck de Oliveira

146 Expedições fotográficas de natureza e o turismo sustentável no MS

Daniel De Granville

172 Inventário de bens e serviços territoriais como potencial de desenvolvimento turístico: um caso no Pantanal sul-mato-grossense

Alexandro Moura Araujo e Denise Silva

204 **Uso público e turístico em Unidades de Conservação de Mato Grosso do Sul: perspectivas para sustentabilidade**
Marta Regina da Silva Melo e Flávia Neri de Moura

225 **A observação de aves no Mato Grosso do Sul: interface com o ecoturismo e os destinos inteligentes e criativos**
Simone Mamede, Maristela Benites e Marcello Magnussen

266 **Patrimônio e práticas culturais no Mato Grosso do Sul**
Rafael Henrique Teixeira da Silva e Camila Benatti

284 **Turismo de experiência: cenários e perspectivas no Mato Grosso do Sul**
Debora Fittipaldi Gonçalves, Djanires Lageano Neto de Jesus, Erick Wilke e Arlinda Cantero Dorsa

305 **Passeando por Terras Indígenas: quem e quantas/os são as/os que pesquisam sobre o turismo em comunidades indígenas sul-mato-grossenses?**
Rúbia Elza Martins de Sousa e Kemily Marques Silva Santos

325 **Turismo Cultural e educação museal em Mato Grosso do Sul**
Dirceu Mauricio van Lonkhuijzen e Icléia Albuquerque de Vargas

INTERFACES DO TURISMO NO MATO GROSSO DO SUL

339 **O turismo gastronômico para o empoderamento feminino no Pantanal**
Cassiana Gabrielli e Pollianna Thomé

360 **A identidade cultural e ambiental como fatores de impulsão da imagem turística de Campo Grande – MS**
Daniela Sottili Garcia, Bruno de Souza Lima e Daniel Raizer de Oliveira Teixeira

388 **“Ceuzinho”: diretrizes para o uso turístico na APA do Ceroula, município de Campo Grande - MS**
Lucilene Misae Oliveira Oshiro

411 **Capacidade de carga da trilha turística do Parque Natural Municipal Templo dos Pilares, Alcinópolis - MS**
Jociane Ribeiro Loureiro, Wanda Faleiros, Fernanda Cano de Andrade Marques e Simone Mamede

433 Turismo de natureza e ecoturismo no Mato Grosso do Sul: aportes teóricos e práticos na Serra do Amolar

Bruno de Souza Lima, Patrícia Cristina Statella Martins, Charlei Aparecido da Silva

458 O turismo de pesca e sua multidimensionalidade no Pantanal de Mato Grosso do Sul

José Roberto da Silva Lunas e Elimar Pinheiro do Nascimento

479 Tramas territoriais do turismo: os destinos indutores Bonito e Corumbá, MS

Marcos Pereira Campos

497 Sobre os autores



APRESENTAÇÃO

Esta obra, escrita a muitas mãos, tem a satisfação de apresentar o panorama do Turismo no Mato Grosso do Sul, trazendo revelações e reflexões sobre as diferentes dimensionalidades, singularidades, desafios e caminhos trilhados na construção e na busca da compreensão do fenômeno turístico no estado, sem, contudo, deixar de notar a sua inscrição na universalidade do tempo histórico.

O livro busca retratar o turismo, suas peculiaridades e territorialidades pautando-se em pesquisas, relatos de experiências, trabalhos e estudos realizados nas últimas décadas nesta Unidade Federativa, abordando temas diversos, como receptividade, planejamento, gestão, governança, políticas públicas, formação, segmentos e estruturas turísticas no segundo mais novo estado do Brasil.

O Mato Grosso do Sul dispõe, entre seus principais atributos turísticos, de biodiversidade, cultura e das belezas naturais típicas das paisagens sul-americanas. A valorização e o reconhecimento desses atributos são pilares desta obra, os quais devem ser entendidos em sua dinamicidade socioambiental e histórica, conservados e manejados de forma sustentável para atuais e futuras gerações, por meio de um turismo responsável.

Após 40 anos da criação do estado, o turismo pode ser compreendido como um setor dinamizador não apenas da economia, mas de possibilidades de diálogos, troca de saberes, busca de conhecimento e de transformação social. O caminho da maturidade que se impõe exige, entretanto, uma análise histórica do percurso traçado até o presente, os pontos de intersecção e as contradições, para, então, prosseguir na construção de territórios sustentáveis. Portanto, é chegada a hora de

trazer à luz trabalhos, pesquisas e reflexões de autoras e autores que têm sonhado e somado na criação de um turismo forte e potente, sem abster-se de criticidade e sensibilidade às questões socioambientais, com protagonismo às comunidades, ao patrimônio natural e cultural. A obra tem como objetivo reunir textos e resultados de pesquisas na área do turismo, além de relatos de profissionais da área que atuam nesta Unidade Federativa, de forma a traduzir e documentar os trabalhos desenvolvidos, reconhecendo sua multidimensionalidade, as frentes de atuação, as lacunas e as perspectivas futuras.

A obra é dividida em três partes, sendo elas: 1) a multidimensionalidade do Turismo no Mato Grosso do Sul, 2) panoramas do turismo no MS e; 3) interfaces do turismo no MS.

Abrindo o livro, no primeiro capítulo, as autoras Simone Mamede e Dores Cristina Grechi discorrem sobre a multidimensionalidade do turismo no Mato Grosso do Sul, apresentando a importância da análise dialética e dialógica da multidimensionalidade do turismo e as políticas em curso no estado do Mato Grosso do Sul. O propósito dessa análise é refletir sobre a relação dessas políticas com o processo de desenvolvimento local, tendo em vista que a política pode ser reguladora e catalisadora de processos que atendam às peculiaridades locais sem perder de vista a pauta universal. As autoras fazem uma análise da Política Estadual de Turismo e apontam a necessidade da participação da comunidade em processos de construção, gestão e monitoramento de políticas públicas do turismo em nível local, regional e nacional.

No segundo capítulo, Bruno Wendling aborda um tema de extrema importância para o turismo: “Mercado de turismo e sustentabilidade – é possível?”. A partir de suas diversas experiências na iniciativa privada e, mais recentemente, como diretor-presidente da Fundação de Turismo do MS, tece considerações a respeito do tema, trazendo a experiência de Mato Grosso do Sul. O autor ressalta a importância das iniciativas privadas nesse processo que, infelizmente, ainda depende totalmente do ente público. Para Wendling, as experiências mais interessantes têm em comum algumas questões como: locais que possuem lideranças do setor privado dispostas a

contribuir com o todo, com o mínimo de organizações estruturadas, formalmente e com representatividade, e recursos financeiros com apoio do setor público.

No capítulo 3, Geancarlo de Lima Merighi apresenta o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) proposto pelo Ministério do Turismo para o desenvolvimento da atividade turística. O Programa possui eixos de atuação focados em gestão descentralizada, planejamento, posicionamento de mercado, qualificação profissional, empreendedorismo, captação e promoção de investimento, infraestrutura turística, dentre outros. O autor destaca, ainda, a importância das Instâncias de Governança Regional nesse processo de regionalização e traz o histórico da regionalização em Mato Grosso do Sul, com detalhes importantes para que se possa entender a configuração das atuais Regiões Turísticas. Além dos processos de criação e alteração das regiões turísticas do estado, é importante destacar algumas ações, como a elaboração do Plano Estratégico para o Turismo no Estado em 2009, a institucionalização do Conselho Estadual de Turismo como parte da gestão descentralizada, com a presença governamental e privada, a Lei nº 5.224, de 2018, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Turismo do Estado do Mato Grosso do Sul, a Política Estadual para o Turismo e o Plano Estadual de Turismo. Esse aparelhamento legal trazido pela Lei nº 5.224 reforça a regionalização, a gestão descentralizada e a necessidade de as regiões se integrarem, cada vez mais, em prol do fortalecimento da atividade turística em Mato Grosso do Sul. Certamente, a regionalização trouxe uma nova visão de desenvolvimento para setor turístico no Brasil, sobretudo em Mato Grosso do Sul, onde a sinergia, a integração e a interdependência são características primordiais para o sucesso dos produtos turísticos regionais.

O capítulo 4, “Observatório do Turismo no Mato Grosso do Sul”, da autoria de Danielle Cardoso de Moura, apresenta a importância e o papel dos observatórios de turismo, que tem papel imprescindível na divulgação de informações e indicadores que subsidiam as tomadas de decisão dos agentes públicos e privados. A autora ressalta que um dos desafios inerentes ao planejamento e à gestão dos destinos é a falta de dados e informações organizados e sistematizados que possam amparar

o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias. O Observatório de Turismo de MS estrutura suas pesquisas no tripé demanda, oferta e receita, e, consequentemente, os dados coletados estabelecem diretrizes para o bom desenvolvimento da cadeia produtiva. O Observatório de Turismo de MS vai além da organização e sistematização de dados. Percebe-se uma nítida preocupação em entregar informações úteis e de fácil acesso pelo público interessado – seja da iniciativa pública, seja da iniciativa privada. Certamente, o Observatório de Turismo de MS tem cumprido um dos papéis fundamentais dos observatórios: transformar os dados e informações generalizadas em conhecimentos úteis, com o propósito de desenvolver a inteligência aplicada, gerando, efetivamente, valor para o setor.

Milton Augusto Mariani, Carla Cristina de Souza, Patrícia Zaczuk Bassinello e Dyego de Oliveira Arruda, no capítulo 5, expõem uma proposta de qualificação no turismo de Corumbá, cidade fronteiriça localizada no extremo oeste de Mato Grosso do Sul, que, atualmente, desponta como relevante destino do turismo de pesca, muito embora a perspectiva cultural, proveniente dos saberes, costumes, tradições e sabores locais, seja um trunfo para a difusão do turismo no território. As redes de conversa foram utilizadas como um recurso metodológico dialógico por permitir maior proximidade entre pesquisadores e os sujeitos da pesquisa. Como resultado, percebeu-se que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) demonstram maior potencial de influência na base territorial e, nesse sentido, são atores privilegiados para a programação de estratégias de qualificação no turismo de Corumbá, principalmente pela atuação com as comunidades tradicionais e, por conseguinte, pelo impacto nas comunidades locais, colaborando para o desenvolvimento desses grupos, por intermédio do turismo. Além disso, as demandas por qualificação no turismo foram subdivididas a partir de três eixos temáticos: 1) ecossistemas turísticos; 2) governança e tecnologia e; 3) cultura. A proposta de qualificação foi pensada para dar visibilidade aos saberes, sabores e costumes tradicionais das comunidades tradicionais, que, historicamente, são invisibilizadas no escopo do turismo tradicional.

A seção sobre panoramas do turismo no MS abre com o capítulo 6, “Geopark Bodoquena-Pantanal: condicionantes e possibilidades no contexto do desenvolvimento regional”, da autoria de Maria Cristiane Fernandes da Silva Lunas e Ademir Kleber Morbeck de Oliveira, que apresentam importantes reflexões a respeito da criação do Geopark Bodoquena-Pantanal – seu histórico, a elaboração do Decreto antes que os estudos técnicos estivessem finalizados, questões a respeito de sua candidatura como membro do Global Geoparks Network, da Unesco. Os autores trazem uma grande contribuição aos gestores do estado de MS, tratando do aproveitamento dos sítios da geodiversidade e geossítios como indutores do desenvolvimento mediante o turismo, e apresentando recomendações para a estruturação do Geopark Bodoquena-Pantanal. As sugestões de ações levantadas referem-se a: ampliação, continuação e aprimoramento do inventário de geossítios; redefinição da(s) área(s) que venha(m) a ser trabalhada(s) como geoparque(s); elaboração do Plano de Gestão Territorial e; criação de um observatório do Geoparque. As indicações são de suma importância para que o geoparque se consolide, de fato, como um novo modelo de desenvolvimento regional.

No capítulo 7, o autor Daniel De Granville constrói o seu texto a partir dos fatos de que o Brasil é um dos 17 países “Megadiversos” e o estado de Mato Grosso do Sul destaca-se por englobar a maior porção da planície do Pantanal – que é um dos melhores locais do mundo para se observar e fotografar a vida selvagem. Os fotógrafos de natureza são um público específico que movimenta as atividades do turismo cada vez mais. Fundamentando-se em exemplos com embasamento teórico, o autor demonstra a importância da fotografia de natureza. Ao final, traz um roteiro prático para auxiliar empreendimentos e profissionais que atuam ou pretendem atuar nesse segmento turístico, o qual, segundo o autor, que é um fotógrafo de natureza –, é promissor.

O capítulo 8, intitulado “Inventário de Bens e Serviços Territoriais como potencial de desenvolvimento turístico: um caso no Pantanal sul-mato-grossense”, versa sobre a identificação de bens e serviços de qualidade territorial, por meio de

estudos sobre a concepção turística em Miranda - MS. O trabalho dos autores Alexandre Moura Araújo e Denise Silva é realizado por meio de uma revisão descritiva sobre o espaço em estudo, dos marcos teóricos sobre a inventariação de serviços e produtos turísticos territoriais, culminando numa análise preliminar dessas atividades, mas não menos importante, uma vez que o trabalho de compilação nos revela um quadro significativo de oferta de bens e serviços turísticos ou potencialmente turísticos na região de Miranda, Pantanal sul-mato-grossense, como: agricultura, bovinos, suínos, frangos; produção de polpa de bociuva e derivados; uso do fruto de Cumbaru; costumes diários do homem pantaneiro-boiadeiro – cozinha, cultura, gastronomia, comitivas, cavalgadas, vestimentas; educação ambiental; fauna e flora e diversos outros elementos.

O capítulo 9 apresenta um histórico das áreas protegidas e suas formas de uso em âmbito internacional e no Brasil. As autoras Marta Regina da Silva Melo e Flávia Neri de Moura enfatizam que a criação das áreas protegidas é um mecanismo eficaz de proteção à natureza e reforçam o uso público como importante estratégia para aproximar a sociedade da conservação ambiental. O capítulo também contextualiza a implantação de áreas protegidas no Mato Grosso do Sul, expondo um panorama da composição das Unidades de Conservação, as quais incluem categorias do grupo de proteção integral e uso sustentável. As autoras se preocuparam em abordar as iniciativas para o uso público em Unidades de Conservação, no estado, de maneira extremamente didática e que, certamente, irá estimular os leitores não apenas a pensar no assunto, mas também a visualizar maneiras de contribuir e participar desse incentivo ao uso público.

No capítulo 10, os autores Simone Mamede, Maristela Benites e Marcello Magnussen nos conduzem para o mundo do Turismo de Observação de Aves, mostrando como esses seres tão peculiares – as aves – podem ser indicadores de qualidade ambiental e, até mesmo, do processo de identificação de territórios inteligentes e criativos. O trabalho evidencia a dimensão ambiental no âmbito conceitual de Destinos Turísticos Inteligentes, por meio do Turismo de Observação de Aves e de

suas conexões, numa perspectiva socioambiental que reflete na busca de caminhos para construção de territórios mais sustentáveis e na qualidade de vida das populações envolvidas. Os autores indicam destinos importantes – principais hotspots – para observação de aves no estado do Mato Grosso do Sul.

No capítulo 11, intitulado “Patrimônio e práticas culturais no Mato Grosso do Sul”, os autores Rafael Henrique Teixeira da Silva e Camila Benatti discorrem sobre temas como cultura, identidade e memória, patrimônio cultural no contexto mundial e patrimônio cultural no estado de Mato Grosso do Sul. Esse estudo nos revela que a cultura do estado de Mato Grosso do Sul ainda é pouco valorizada e reconhecida. Os autores abordam a importância do reconhecimento e do fortalecimento da identidade cultural e do sentimento de pertença da população sul-mato-grossense para com as práticas culturais existentes nesse território. Silva e Benatti apontam, ainda, caminhos para a concretização do reconhecimento e da valorização cultural por meio de ações conjuntas e colaborativas entre a educação, o turismo e a implementação de políticas públicas.

No capítulo 12, “Turismo de experiência: cenários e perspectivas no Mato Grosso do Sul”, os autores Debora Fittipaldi Gonçalves, Djanires Lageano Neto de Jesus, Erick Wilke e Arlinda Cantero Dorsa nos conduzem para reflexões sobre a práxis do turismo de experiência, além de análises que, certamente, contribuirão e estimularão gestores públicos municipais e profissionais do turismo que atuam no território sul-mato-grossense para que possam avaliar, de modo criativo e coerente, as potencialidades locais para a implementação de ações voltadas ao referido modelo de turismo. De forma bastante didática, os autores apresentam um quadro comparativo entre o turismo tradicional e o turismo de experiência e relatam alguns cenários e iniciativas em três municípios do MS – a saber: Campo Grande, Corumbá e Bonito –, bem como revelam as perspectivas para esse segmento do turismo no Mato Grosso do Sul.

Rúbia Elza Martins de Sousa e Kemily Marques Silva Santos, autoras do capítulo 13, apresentam relevantes dados relacionados à questão do desenvolvimento

do turismo em comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul, estado que possui a segunda maior população indígena de todas as Unidades Federativas do Brasil. As autoras constataam que o desenvolvimento do turismo em comunidades indígenas que vivem em território sul-mato-grossense ainda é pouco estudado no campo do turismo. O capítulo traz reflexões e conceitos como etnoturismo, turismo étnico e turismo indígena, além de discutir a necessidade de pesquisadores em turismo colocarem em pauta de pesquisa o turismo em comunidades indígenas, uma vez que essas atividades vêm sendo desenvolvidas, mesmo que de forma tímida, na região e são grandes potenciais para o setor do turismo. A academia e as comunidades indígenas podem somar saberes na construção de propostas e planejamentos participativos, de modo que a comunidade indígena seja protagonista no processo de turismo em seu território.

Dirceu Mauricio van Lonkhuijzen e Icléia Albuquerque de Vargas trazem, no capítulo 14, de forma clara e objetiva, considerações sobre o distanciamento histórico entre as instituições museais e o turismo, conceitos de museu e de educação museal, e colocam o Museu das Culturas Dom Bosco (MCDB/UCDB) como exemplo exitoso da relação museu e turismo em Mato Grosso do Sul, além de destacarem as ações educativas promovidas pelo museu para seus diferentes públicos visitantes. O texto é concluído com uma reflexão sobre os desafios dos novos tempos para a educação museal como estratégia para uma maior proximidade entre os museus e o turismo de Mato Grosso do Sul.

O capítulo 15, intitulado “O turismo gastronômico para o empoderamento feminino no Pantanal”, abre a seção “Interfaces do turismo no MS”. Considerando que o segmento de turismo gastronômico é um dos que mais crescem no mundo, as autoras Cassiana Gabrielli e Pollianna Thomé analisam se o turismo gastronômico no Pantanal, ao colocar as mulheres cozinheiras como protagonistas das atividades turísticas, o faz de maneira responsável. De maneira mais específica, o objetivo das autoras é verificar se essa nova modalidade de turismo na região contribui, de alguma forma, para o desenvolvimento de soluções para questões sociais relativas

ao universo rural brasileiro, em especial aquelas relacionadas às disparidades de gênero, à valorização do conhecimento feminino e, conseqüentemente, à elevação da autoestima e melhoria na qualidade de vida das mulheres pantaneiras. As autoras tecem importantes considerações sobre o turismo gastronômico no Pantanal, o empoderamento de mulheres no turismo e comentam os relatos de mulheres pantaneiras envolvidas no turismo gastronômico. O trabalho evidencia os saberes das mulheres pantaneiras que devem ser traduzidos em protagonismo e oportunidade de empoderamento, destacando a necessidade de referências para que as mulheres sejam incluídas, de modo responsável, no rol das atividades turísticas.

Os autores Daniela Sottili Garcia, Bruno de Souza Lima e Daniel Raizer de Oliveira Teixeira apresentam, no capítulo 16, a riqueza de opções de turismo a partir do reconhecimento da identidade cultural e ambiental do município de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, sobretudo o turismo cultural, o de natureza e o ecoturismo, os quais podem vir a ser trabalhados em paralelo ao segmento do turismo de eventos e negócios. Os autores apontam que o reconhecimento de sua identificação cultural e ambiental pode propiciar a maximização da imagem turística da capital, fomentando a valorização e a visitação em diferentes e relevantes pontos culturais e ambientais do município. Destacam, ainda, que Campo Grande possui características plurais, notáveis e marcantes que colaboram para a construção de sua identificação múltipla, por meio de contribuições do turismo cultural e ambiental, para além do turismo de eventos e negócios identificado no Plano Municipal de Turismo.

O capítulo 17, da autoria de Lucilene Misae Oliveira Oshiro, tem como objetivo analisar as atividades turísticas desenvolvidas no atrativo conhecido como “Ceuzinho”, que pertence à Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula, localizado em Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul. A autora constata a existência de diversas atividades turísticas sendo desenvolvidas na área de estudo, porém em desacordo com as perspectivas de sustentabilidade previstas em Áreas de Proteção Ambiental. Dessa forma, com o intuito de conservação dos bens

naturais e da rica biodiversidade local, a autora apresenta diretrizes para o turismo sustentável na área do “Ceuzinho”.

Jociane Ribeiro Loureiro, Wanda Faleiros, Fernanda Cano de Andrade Marques e Simone Mamede, no capítulo 18, demonstram a importância de se determinar a capacidade de carga turística enquanto instrumento de monitoramento e planejamento estratégico para a prática turística sustentável. As técnicas de Cifuentes (1992) foram utilizadas para a coleta e a análise de dados, e o objeto de estudo foi a trilha turística do Parque Natural Municipal Templo dos Pilares em Alcinópolis, localizado ao norte de Mato Grosso do Sul. O sítio Templo dos Pilares destaca-se, na arqueologia sul-mato-grossense, por sua geomorfologia singular, além de sua alta significância, considerando que as datações arqueológicas mais antigas do estado se encontram nessa porção territorial. A determinação da capacidade de carga contribui para o planejamento e para a gestão turística na Unidade de Conservação. O trabalho das autoras traz ferramentas para subsidiar a gestão do Parque, bem como contribuem para a qualidade da visita, ao manter níveis sustentáveis para a prática turística.

O que se conhece das paisagens de Mato Grosso do Sul e de seu potencial para o desenvolvimento do turismo? Essa é uma pergunta importante e pertinente, principalmente quando esse potencial reside na compreensão do significado da natureza no século XXI. Nesse contexto, no capítulo 19, os autores Bruno de Souza Lima, Patrícia Cristina Statella Martins, Charlei Aparecido da Silva nos apresentam com um texto relacionado às paisagens da Serra do Amolar e a seus usos para a realização do Turismo. Os autores demonstram a importância da paisagem como uma categoria analítica de aferição dos segmentos turísticos, em especial aqueles que têm forte ligação com ambientes naturais, como o ecoturismo e o turismo de natureza. Observa-se uma discussão conceitual pertinente que permite vislumbrar ações de aplicação, de ordem prática, fundamentos que podem subsidiar ações governamentais e, também, por aqueles envolvidos no trade turístico. Ao olhar as paisagens da Serra do Amolar e seus significados, os autores trazem elementos conservacionis-

tas e preservacionistas, sem ignorar a importância das questões socioeconômicas e socioambientais que envolvem a exploração turística de áreas cujas características naturais ainda estão para ser compreendidas em sua plenitude.

José Roberto da Silva Lunas e Elimar Pinheiro do Nascimento, autores do capítulo 20, nos brindam com um panorama da dimensão e das múltiplas faces e delineamentos do turismo de pesca no Pantanal sul-mato-grossense, demonstrando sua importância para o desenvolvimento sustentável do Pantanal, desde que haja planejamento e manejo sustentável sobre essa atividade. Os autores demonstram, em sua pesquisa, que o turismo de pesca, se bem gerido e integrado a outras atividades turísticas, pode se tornar menos impactante ambientalmente e mais rentável para os empreendedores. Logo, uma opção mais significativa do ponto de vista da geração de renda. Nessa perspectiva, os autores apontam iniciativas de integração do turismo de natureza, como os cruzeiros fluviais realizados por algumas operadoras de barcos hotéis, já durante o período de defeso, sendo formas criativas que se apresentam como alternativas viáveis e pertinentes na região pantaneira.

Por fim, e não menos importante, o capítulo 21, da autoria de Marcos Pereira Campos, parte da identificação dos destinos indutores do turismo como elementos das “novas desigualdades territoriais”. Nesse viés, o autor traz diversas reflexões para compreensão das multiterritorialidades dos destinos indutores do turismo no estado do Mato Grosso do Sul, tendo como foco os municípios de Bonito e Corumbá – das regiões turísticas Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, respectivamente –, bem como analisa seus rebatimentos multiescalares. A partir do entendimento do turismo como um fenômeno socioespacial complexo, o autor demonstra a necessidade de compreendê-lo à luz dos agentes sociais, quais sejam: turista, mercado, Estado, comunidade receptora, trabalhadores diretos/indiretos do turismo. Nessa análise, observam-se as tramas territoriais que se deram por meio de uma “geometria do poder”, especialmente considerando a existência de diferentes poderes, macro e micro, que reconfiguram o modus operandi do estado em função das demandas do mercado.

Sabemos que este primeiro volume da Multidimensionalidade do Turismo no MS não contempla todo o panorama atual e histórico das produções acadêmicas, saberes e fazeres do turismo nesta Unidade Federativa, tampouco pretende esgotar o tema. O que se busca é compartilhar as produções e estimular novos trabalhos, pesquisas, ações e reflexões em torno de um fenômeno social significativo e transformador de realidades.

Ressalta-se, ainda, que os capítulos refletem os resultados de trabalhos e opiniões dos respectivos autores, o que torna essa obra plural. No entanto, a extensão, o reconhecimento da pluralidade dos diversos fazeres e saberes ora apresentados e a infusão dada às diferentes dimensões que envolvem, direta e indiretamente, o turismo no Mato Grosso do Sul fazem desta obra uma referência para acadêmicos, professores, pesquisadores, educadores, gestores, formuladores de políticas públicas na área do turismo e de outras áreas sociais, enfim, para cidadãos e cidadãos que reconheçam tal setor como prática social e instrumento para a transformação social e a construção de territórios mais inclusivos, justos e sustentáveis. Nosso desejo – e sem lisonjas – é que se converta em fonte de pesquisa sobre o turismo no Mato Grosso do Sul, pronta para ser apreciada.

Boa leitura!

SIMONE MAMEDE
PATRÍCIA C. S. MARTINS
Organizadoras

A multi- dimensio- nalidade do Turismo no Mato Grosso do Sul





CAPÍTULO 1

A MULTIDIMENSIONALIDADE DO TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: CENÁRIOS E DESAFIOS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Simone Mamede

Dores Cristina Grechi

INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno complexo e multidimensional, de abrangência global, mas que se concretiza localmente (IRVING; COELHO; ARRUDA, 2020). Isso leva a demarcar, primeiramente, as suas dimensionalidades espacial e temporal, as quais governam a realização da práxis turística numa relação dialética e, portanto, sócio-histórica.

A multidimensionalidade do turismo no Mato Grosso do Sul perpassa as mesmas dimensões apresentadas por Irving, Lima e Moraes (2016): econômicas, sociais, ambientais, éticas, políticas e simbólicas. Ao mesmo tempo que essas dimensões se tangenciam e se inter cruzam, ora no todo, ora em partes, também são tensionadas por atores sociais que, historicizados, dinamizam e podem, inclusive, criar novas dimensões a partir das suas relações sociais. A organização em rede, a partir de espaços de governança fortalecidos, é um exemplo da conjugação dinâmica das (e entre as) diferentes dimensões que conformam o cenário do turismo em determinado tempo histórico analisado.

Historicamente, Mato Grosso do Sul reflete o modelo de desenvolvimento hegemônico pautado pelo setor do agronegócio e pela política neoliberal estabelecida (MAMEDE et al., 2021). Apesar de o estado constituir-se enquanto destino turístico consolidado (PEREIRA; GRECHI; LAMBERTI, 2017), ainda apresenta lacunas estruturantes que dificultam o protagonismo do turismo no processo de desenvolvimento.

Diante disso, faz-se oportuno analisar, dialética, dialógica e institucionalmente, a multidimensionalidade da política de turismo em curso no estado do Mato Grosso do Sul. O propósito desta análise é refletir sobre a relação dessa política pública com os processos de desenvolvimento local e regional, tendo em vista que uma política pode ser reguladora, catalisadora, limitadora e, até mesmo, inibidora de processos de construção social.

Tomar conhecimento do cenário atual, conjugando seu aspecto singular com os atributos universais, torna-se imperioso para a prospecção de cenários futuros. Para tanto, as políticas públicas constituem ferramentas indutoras e indispensáveis à compreensão das múltiplas dimensões envolvidas nesse processo.

Para tais reflexões, foi realizada análise documental sobre a Política Estadual do Mato Grosso do Sul, seu sistema e seus instrumentos. A análise foi pautada pelos princípios da dialética e pelo escopo institucionalista, uma vez que o processo de desenvolvimento envolve a interatividade, o conflito e o contraditório, os quais não são estáticos e estão em constante busca de novos entendimentos, mas alicerçados no processo histórico e nas relações sociais.

A MULTIDIMENSIONALIDADE DO TURISMO E O DESENVOLVIMENTO

Os processos de construção e concepção do turismo sempre foram dinâmicos. Isso se deve ao fluxo contínuo de relações dialéticas de integração e de conflitos em seu meio circundante, característicos desse fenômeno social (BENI, 2003). Ao mesmo tempo que se observa essa dinamicidade, constata-se a retórica recorrente

de políticas públicas do turismo como atividade fundamentalmente econômica, segundo uma perspectiva operacional e, muitas vezes, instrumental de análise pautada pelos interesses do mercado (BENI; MOESCH, 2016; IRVING et al., 2020), sem gerar, contudo, a almejada transformação social e o desenvolvimento para a sustentabilidade.

Em diversos momentos da história, e de forma aparentemente progressiva, o desenvolvimento foi conceituado. Na obra *Etapas do desenvolvimento econômico*, Rostow (1971) se embasa em processos evolutivos e acredita que as sociedades humanas evoluíram e passaram de formas inferiores para superiores, assim como em outros elementos da natureza, dando a entender que a sociedade parte de um modelo rudimentar para um modelo da civilização ocidental industrializada de consumo, considerada única e universal (LAYRAGUES, 1997). O conceito toma, de forma equivocada, a teoria darwiniana para evolução e aponta para o centro neoliberal demarcatório da análise. A visão neoliberal desvaloriza a diversidade e desconsidera a pluralidade cultural. Com isso, tanto o desenvolvimento quanto o turismo carregam, historicamente, um entendimento reducionista e simplista predominante.

No entanto, Irving et al. (2020) consideram que, nos últimos anos, mais especificamente a partir da década de 90, tem sido evidente uma mudança de tom nas narrativas das agências das Nações Unidas, como a própria Organização Mundial do Turismo, a respeito do próprio significado de desenvolvimento. As mudanças buscam agregar, de modo gradativo, a multidimensionalidade que caracteriza a sociedade, em reconhecimento às nuances éticas e socioambientais envolvidas. Além disso, correntes teóricas de um novo modelo de desenvolvimento foram surgindo, contrapondo-se às visões exclusivamente relacionadas ao equilíbrio de mercado (BARQUERO, 2001).

A partir dessa perspectiva, isto é, do desvelamento dos fatores culturais e socioambientais envolvidos no processo de desenvolvimento, em especial do turismo, e do reconhecimento histórico do turismo enquanto fenômeno que congrega diver-

sas dimensões, serão feitas as reflexões sobre a multidimensionalidade do turismo e o seu papel no processo de transformação social.

Com base em Beni (2003), Irving, Lima e Moraes (2016), Irving, Coelho e Arruda (2020), foram abordadas as múltiplas dimensionalidades do turismo, as quais devem ser consideradas em todas as etapas do processo turístico, independentemente de qualquer fator, seja interno ou externo. Para o melhor entendimento dessas múltiplas dimensões em que o turismo se encerra, a Figura 1.1 apresenta a mandala da multidimensionalidade do turismo.

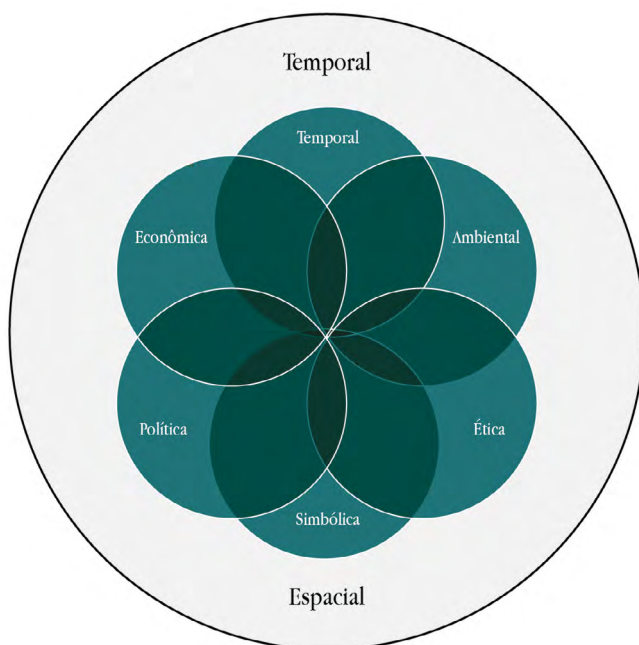


FIGURA 1.1 – Mandala da multidimensionalidade do turismo

Fonte: Elaboração das autoras.

Conforme observado, as múltiplas dimensões do turismo operam no tempo e no espaço, reafirmando o aspecto multifacetado, multitemporal e multiespacial, tendo em vista que a temporalidade e a espacialidade do fenômeno do turismo

ocorrem em nível local e reverbera em nível global, e reciprocamente. A fim de compreender essa complexidade, deve-se partir da concepção de que o ser humano é um ser sócio-histórico, fortemente marcado por suas relações sociais e por suas singularidades, que refletem no universal, enquanto este traduz as facetas do singular, em movimento dialético.

Entre essas multidimensões do turismo, estão as dimensionalidades econômica, social, ambiental, ética, política e simbólica, as quais não devem ser tratadas isoladamente, uma vez que o turismo perpassa todas elas de forma não linear e num processo de integração e de conflito. Conforme ressaltado por Fragelli, Irving e Oliveira (2019), não existem fronteiras bem definidas entre as múltiplas dimensões envolvidas, pois a realidade social se expressa em configurações diversas, nas quais as dimensões estão sobrepostas.

Mesmo entendendo que as dimensionalidades não são operadas isoladamente, cada uma delas foi apresentada ressaltando-se suas características primárias, de forma que o leitor tenha melhor compreensão desse processo dialético no qual o turismo está inserido.

Dimensão econômica

As dimensões do turismo não devem ser focalizadas isoladamente; do contrário, podem tornar o fazer turístico reducionista e simplista. A dimensão econômica é um bom exemplo disso, dado que o turismo foi, por muito tempo, pautado pelo viés da dimensão econômica. Conforme afirma Beni (2003), o turismo pode ser considerado uma atividade coadjuvante ao desenvolvimento econômico. Todavia, é possível compreendê-lo sem hierarquizar suas dimensões, apenas como fruto da interação complexa e multicêntrica.

A dimensionalidade econômica, no turismo, está relacionada à produção, à distribuição e ao consumo de bens e serviços, com isso, automaticamente, está ligada à geração de recursos financeiros buscando a satisfação dos atores envolvidos.

A sociedade capitalista é o ambiente em que melhor se expressa o valor de troca. Tal dimensão, portanto, deve ser ponderada e relacionada às demais dimensões em todo o processo do turismo. Nenhuma dimensionalidade caminha sozinha; todas são parte estruturante do processo do turismo.

Dimensão ambiental

A dimensão ambiental deve ser apreendida em diversas perspectivas, seja do desenvolvimento, seja da sustentabilidade, seja do turismo, assim como em diversos contextos. O meio ambiente pode ser caracterizado por seus atributos físico-naturais, como o conjunto da biodiversidade, representado pela fauna, flora, paisagens e todas as formas de manifestação de vida interatuantes com a geodiversidade, na biosfera. Além disso, é preciso compreender o meio ambiente e a natureza como categorias sociológicas, segundo aponta Leff (2002). A dimensão humana, isto é, social, referida como a expressão de suas práticas culturais, decorrentes das variadas formas de produção do espaço e de modificação da natureza, estão indissociavelmente ligadas ao conceito de meio ambiente. Portanto, ao considerar os elementos da natureza para os propósitos do turismo, ou seja, os bens naturais como fonte provedora e reguladora dos processos vitais, faz-se necessário vincular sociedade e natureza. Todavia, considerando que uma análise mais detida sobre os aspectos sociais encerrados na dimensão social será discutida no próximo item, destacou-se, por ora, os aspectos naturais *per se*, sem, contudo, ignorar sua interação e sua constituição social.

No turismo, o meio ambiente não é apenas pano de fundo das ações, o substrato no qual se desenvolve o turismo. Os bens naturais são incorporados no fazer turístico como produtos, ou a eles vinculados. O segmento do ecoturismo traz, de forma clarividente, como os elementos naturais podem se converter em produtos turísticos. Desde o caminhar em trilhas, a contemplação da paisagem, o safari fotográfico à observação da vida silvestre são práticas que dependem diretamente dos bens naturais mantidos em seu melhor estado possível de conservação. Mas outras

práticas de turismo ao ar livre ou que se utilizem, de alguma maneira, dos elementos naturais expressam a dimensão ambiental. Nesse aspecto, é possível fazer uma referência direta aos serviços ecossistêmicos ou ambientais.

O meio ambiente constitui a fonte para todas as formas de produção do espaço e manutenção de vida, conferida nos serviços de provisão e suporte (alimento, água, ar), de regulação (manutenção da saúde dos ecossistemas e humana, resiliência dos processos naturais e resistência a distúrbios e desastres), culturais e espirituais (relacionados a toda forma de manifestação cultural e suporte espiritual e emocional).

De acordo com Nascimento (2012), é na perspectiva da dimensão ambiental que o modelo de produção e consumo deve ser compatível com a base material em que se assenta a economia, como subsistema do meio natural. Trata-se, portanto, de produzir e consumir de forma a garantir que os ecossistemas possam manter sua capacidade de produção, autorreparação e capacidade de resiliência.

Dimensão social

O turismo possui caráter relacional, mas deve incluir também, explicitamente, a participação cidadã e contribuir para o aprimoramento da cidadania. Conforme apontado por Moesch (2012), a dimensão social, no turismo, é incentivadora de cidadania, por ser distributiva em termos de renda e poder, possibilitando, desse modo, o manejo de bens simbólicos. A autora aborda, ainda, a possibilidade de instrumentar desiguais de forma inclusiva e emancipatória. O turismo se faz com envolvimento social e comunitário, e é a partir do envolvimento social e do olhar plural e da pluralidade dos diversos atores sociais que se conduz ao real retrato das necessidades e potencialidades do território e do fazer turístico.

A dimensão social, na perspectiva do turismo, está intimamente ligada às questões culturais e às dimensões ética e simbólica, as quais ocorrem no território, no ambiente, demonstrando as infinitas interações entre as múltiplas dimensões.

Segundo Leff (2009), o território é o espaço onde surgem tempos diferenciais, a multitemporalidade, onde se articulam identidades culturais e potencialidades ecológicas, e esse tempo se estrutura ao redor de eventos sociais e econômicos.

Dimensão ética

Como desenvolver e praticar valores éticos no turismo, quando há tantos interesses e disputas envolvidas? A dimensionalidade ética, no turismo, constitui um dos instrumentos balizadores para as práticas de turismo e para a educação em turismo. Conforme apontado por Wyse (2006), a Organização Mundial do Turismo e o Ministério da Educação publicaram, respectivamente, o código mundial de ética para o turismo e o Referencial Curricular Nacional da Educação Profissional. No momento em que se desenvolve turismo, é imprescindível que a dimensão ética esteja no processo.

A dimensão ética vincula-se, quase automaticamente, à cultural. A ética da identidade, por exemplo, reconhece o valor na ação escolhida e no modo de fazer e desenvolver determinada atividade, possibilitando a autonomia, a criatividade e a inovação na prática profissional do turismo. O compromisso com o território visitado é um bom exemplo do exercício dos valores éticos no turismo.

Dimensão simbólica

A dimensionalidade simbólica está relacionada ao reconhecimento da natureza simbólica no processo do turismo, tanto do ponto de vista do visitante quanto da comunidade receptora. O turismo, como fenômeno social, é construído de muitas simbologias, as quais movimentam e incentivam o imaginário individual e coletivo. Vygotsky (1985) aponta que a simbologia possui funções consideradas não só como práticas sociais que categorizam a realidade de forma a refletir num sistema de signos de entendimento coletivo, mas também em nível individual, exercendo uma função mediadora e orientadora do pensamento por meio do discurso interior.

Esses signos e simbologias construídos socialmente, no tempo (história) e no espaço, confluem em dimensões a serem analisadas, estudadas e consideradas na práxis do turismo, em suas singularidades e universalidades.

Ao analisar os produtos turísticos, nota-se que são carregados de simbologias. Essas simbologias demarcam as relações sociais e os estilos de vida de grupos, coletivos e indivíduos. Isso reforça a teoria de Bourdieu (2007) segundo a qual o apreço, o gosto e a predileção são formas de classificar, classificando o classificador e tornando possível a identificação individual a partir da análise dos estilos de vida e gosto, que também estão diretamente associados ao *habitus*. Assim, não é apenas o capital econômico que interfere na forma de consumo, mas também o capital social e simbólico – estilos de vida e *habitus* (PORCINATO et al., 2019). Contudo, vale dizer que o capital econômico, ligado à realidade material, está intimamente relacionado às relações de poder e interesse emanadas pelos simbolismos. Isso demonstra quão poderosas são as simbologias no processo do turismo e no cotidiano dos seres humanos.

Dimensão política

A dimensão política tem um papel importante em influenciar o fenômeno do turismo. No entanto, de acordo com Foris (2014), essa dimensão tem sido negligenciada pela literatura na área de turismo. Para a autora, é evidente a influência da política no fenômeno turístico, e essa dimensão permite-nos abordar o fenômeno do turismo no plano das ciências políticas, considerando que o turismo deve fazer parte da governança, e a excelência em governança é fundamental para o desenvolvimento do turismo.

A necessidade e a presença da dimensão política no turismo são percebidas na medida em que o fenômeno turístico se estabelece de forma diversa. Para Fratucci (2008), os agentes produtores do turismo possuem atuação diferenciada de acordo com seus interesses diversos, e é a partir desse conflito de interesses que se observa

a necessidade da atuação do Estado no estabelecimento de políticas públicas que assegurem sustentabilidade, responsabilidade, respeito à diversidade, à pluralidade e aos territórios, além de atender aos interesses de forma igualitária e de modo que todos sejam beneficiados.

Observa-se que, dependendo da forma de aplicação e desenvolvimento de modelos turísticos, pode-se privilegiar determinados agentes produtores do turismo, em detrimento de outros, por exemplo, a população local, o que exige equilibrar, equitativamente, os ganhos e prejuízos entre todos os atores envolvidos (KRIPPENDORF, 2009; SILVA, 2019).

Tendo em vista a necessidade de análise equitativa e do reconhecimento de que a dimensionalidade política tem sido negligenciada, a despeito de sua função decisiva na configuração caminhos percorridos pelo turismo, busca-se, neste capítulo, discorrer sobre essa dimensão fiando-se na perspectiva sistêmica.

A dimensão política do turismo sob a perspectiva sistêmica e institucionalista

O turismo, enquanto fenômeno social, tem sido analisado sob diferentes enfoques: a partir da demanda, a partir da oferta, sob o viés da estrutura, entre outros (LOHMANN; PANOSSO NETO, 2012). Contudo, por ser uma atividade complexa, envolvendo muitas variáveis, diferentes autores têm trabalhado a análise por meio da abordagem sistêmica (BOULLÓN, 2002; BENI, 2003; EICHENBERG; DA SILVA, 2015; VELASQUEZ; OLIVEIRA, 2016; RIBEIRO; GRECHI, 2018). A principal vantagem dessa abordagem refere-se ao fato de que ela fornece esquemas/modelos que permitem enxergar o todo e suas conexões. A desvantagem é que, por abarcar o todo, exige um conjunto muito amplo de informações, o que toma mais tempo e esforços cognitivos. Diante dos prós e contras relacionados à análise sistêmica, é prudente que se lance mão de abordagens complementares para analisar políticas públicas, por isso, os arcabouços teóricos do institucionalismo e da multidimensionalidade serão utilizados como teoria complementar.

O institucionalismo reforça que as relações entre os atores que executam as transações são impactadas pela racionalidade limitada, ou seja, nem sempre os atores, sejam eles públicos ou privados, têm o tempo necessário ou os recursos cognitivos suficientes para tomar a melhor decisão no momento em questão (SIMON, 1955). Para Gonzáles (2016), a também racionalidade está longe de ser a ideal, devido ao limite de tempo, à capacidade cognitiva e às informações disponíveis.

As instituições são conceituadas de várias maneiras, por diferentes teóricos, desde o início do século XX, nos Estados Unidos. O institucionalismo veio se contrapor aos teóricos da economia clássica, os quais defendem o equilíbrio de longo prazo e que as escolhas dos atores são sempre racionais. Para o institucionalismo, a escolha racional sofre interferência dos hábitos e costumes e da busca por riqueza e poder, indo além de apenas ganhos econômicos (SANDRONI, 1999).

Apesar das muitas variações existentes, o institucionalismo pode ser concebido em três correntes principais: o velho institucionalismo, o novo institucionalismo (NEI) e o neoinstitucionalismo (esse último vinculado a uma concepção mais evolucionária das instituições). Ainda que cada corrente destaque pontos de vista específicos, o Quadro 1.1 apresenta o conjunto de princípios comuns que alicerçam a economia institucional.

- As instituições são produto de interações humanas e são mutáveis;
- As instituições atuam como controle social e como campo de ação coletiva;
- A tecnologia tem força estratégica na transformação do sistema econômico;
- A alocação de recursos relaciona-se às estruturas de poder;
- Não importam os preços das mercadorias, mas o processo pelo qual o valor é incorporado nas instituições, estruturas e sociedade;
- A economia e as instituições são impactadas pela cultura (estilo de vida, preferências e hábitos);
- As estruturas de poder e as relações sociais não são tidas como dadas, pois podem gerar desigualdade e hierarquia;
- Multidisciplinaridade e visão holística são fundamentais na análise das questões do desenvolvimento econômico.

QUADRO 1.1 – Quadro síntese dos princípios da análise econômica de base institucionalista

Fonte: Adaptado de Conceição (2002).

Além disso, chama-se a atenção para o que Williamson (1985) aponta como cerne da NEI: as instituições servem para reduzir custos de transação, pois diminuem a ocorrência de oportunismo e mitigam o efeito da racionalidade limitada. A lente teórica da NEI ainda se debruça sobre a frequência das transações, o ambiente de incerteza em que elas se dão e a especificidade do ativo com o qual transacionam. Por conta desse aparato teórico, o uso da NEI para analisar o desenvolvimento do turismo, bem como a relação entre os atores, mostra-se apropriado, uma vez que o turismo é permeado de incertezas, tem bastante especificidade em seus ativos (de tempo, de marca, de localização, de recursos humanos) e, pela frequência baixa em algumas transações, corre o risco de sofrer ações oportunistas. A elaboração de políticas para o desenvolvimento do turismo também é algo complexo, pois implica num denso processo de consulta pública devido a haver muitos atores envolvidos nessa atividade econômica e, até mesmo, cidadãos em geral, que são impactados pelo fluxo de visitantes em suas cidades e pelos grandes empreendimentos resultantes da atividade. Muitas vezes, a falta de tempo e recursos impede que a consulta ocorra como deveria, implicando em racionalidade limitada, interferindo na construção da melhor proposta do ponto de vista técnico.

Dessa forma e a partir de tais preceitos, o desenvolvimento econômico segundo a abordagem institucionalista e evolucionária, seria “Um processo multifacetado e a mudança tecnológica, as características e o comportamento das firmas e instituições são fundamentais para o respectivo processo (MORAES; AZEVEDO, 2012, p. 119). Ainda,

Essa abordagem explicita a necessidade de se compreender o processo de desenvolvimento econômico como intrinsecamente “produzido” pela interação entre “aparato institucional” e mudanças tecnológicas, econômicas e sociais.

A ação do Estado se justifica por possuir o poder de mediar as relações entre os agentes, orientar a ação da iniciativa privada e o desenvolvimento como um todo:

O Estado, como uma instituição privilegiada, dado que é a instância de poder dos sistemas nacionais, possui a capacidade de articular os agentes e instituições em torno de trajetórias de desenvolvimento, contribuindo de forma decisiva para o processo co-evolutivo de desenvolvimento. (MORAES; AZEVEDO, 2012, p. 127).

Assim, por ser o Estado um ente tão estratégico para regular e estimular processos de desenvolvimento em distintos sistemas, buscou-se compreender sua relação no sistema turístico. A ideia-chave, na teoria dos sistemas, é que o todo é maior do que a soma das partes, ou seja, não se consegue explicar um fenômeno complexo olhando de maneira isolada para cada microssistema que faz parte do sistema maior. Por exemplo, não é possível entender o fenômeno turístico observando apenas as políticas públicas de maneira isolada, ou ainda, não se constrói o turismo apenas com belezas naturais e potencial cultural, sem as políticas públicas adequadas para desenvolver e regular a exploração desse potencial. Por isso, o fenômeno turístico é algo tão complexo, composto por muitos sistemas menores que se relacionam para que o desenvolvimento ocorra.

A teoria dos sistemas, sob um enfoque mais atual, surge ao final da Segunda Guerra Mundial, com a teorização feita por Ludwig von Bertalanffy. O argumento do autor era de que deveria haver princípios “universais” que pudessem ser aplicados da mesma forma em diferentes ciências, de forma a unificá-las, o que permitiria en-

tender problemas complexos, os quais não seriam resolvidos a partir de um único campo de investigação (BERTALANFFY, 1968).

No Brasil, o autor que aplicou a abordagem sistêmica para analisar o turismo e elaborou um modelo de análise foi Beni (2003). A Figura 1.2, a seguir, é uma adaptação do modelo de Beni (2003).

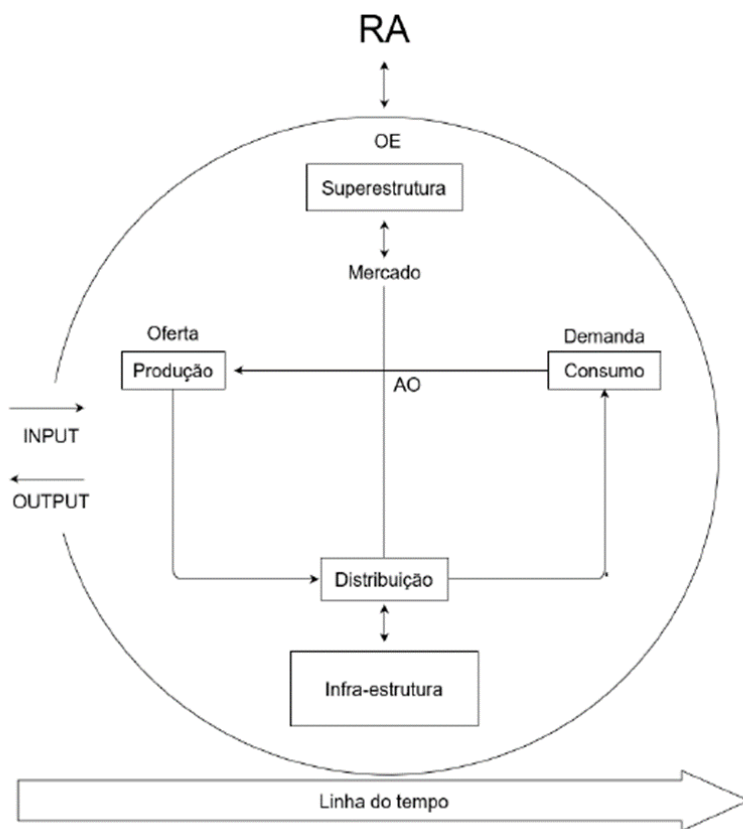


FIGURA 1.2 – Esquema Ilustrativo do Sistema Turístico
Fonte: Adaptado de Beni (1998) por Grechi (informação verbal)¹.

No esquema, Beni apresenta os principais elementos e relações do que ele denomina Sistur (Sistema Turístico): oferta, demanda, distribuição (ações operacio-

¹ Informação apresentada por Grechi na disciplina Turismo e Desenvolvimento do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em abril de 2021.

nais); infraestrutura básica e superestrutura (organização estrutural); e ambientes econômico, ecológico, social e cultural (relações ecossistêmicas). A adaptação sobre a figura reuniu, num mesmo esquema, os elementos e as diferentes relações ecossistêmicas (RA), na tentativa de facilitar a percepção sobre os impactos que os diferentes ambientes causam na atividade turística e vice-versa. Tais impactos ficam mais claros quando se observa as setas de *input* e *output*, reforçando que o Sistur processa os impactos e devolve os resultados para o sistema maior. Outra adição ao modelo original foi a seta “linha do tempo”, significando que o Sistur é dinâmico, além de aberto. Em outras palavras, ele se modifica ao longo do tempo, embora seja dependente de decisões tomadas no passado, o que Conceição (2002) chama de dependência da trajetória (*path dependency*), conceito relacionado ao institucionalismo histórico.

Sob a perspectiva da multidimensionalidade do turismo e das políticas públicas, o constructo fornecido pela teoria dos sistemas e pela Economia Institucional serve bem e se adequa ao tipo de análise para a qual o capítulo se destina, pois incorpora várias dimensões ou elementos envolvidos no fenômeno turístico e as relações entre eles. Como o objetivo é refletir sobre a política estadual de turismo de Mato Grosso do Sul, o elemento em destaque será a superestrutura que, segundo Beni (2003, p. 99),

Refere-se à complexa organização pública, quanto privada, que permite harmonizar a produção e a venda de diferentes serviços do Sistur. Compreende a política oficial de turismo e sua ordenação jurídico-administrativa que se manifesta no conjunto de medidas de organização e de promoção dos órgãos e instituições oficiais, e estratégias governamentais que interferem no setor.

De acordo com Andrukiu e Bahl (2017), para Boullón (2002), a superestrutura também se refere às diretrizes de turismo, porém, não se enfatiza o Poder Público como responsável pelo desenvolvimento do setor. Esse autor incorpora, para além do Poder Público, a importância de todo capital social (privado e público) na proposição e inovação das ações para o setor.

Sendo assim, compreende-se que a superestrutura congrega as leis, políticas, planos e programas, bem como as organizações públicas privadas e mistas, responsáveis pela gestão e pelo desenvolvimento da atividade turística. Sob o viés institucionalista, a superestrutura refere-se ao contexto institucional do turismo, formado pelo ambiente institucional e pelo arranjo institucional. Nesse caso, o ambiente seriam as leis, planos e programas, e o arranjo seriam as organizações ou estruturas de governança (DAVIS; NORTH, 1971). Ficam evidentes, portanto, as dimensões política e social da mandala do turismo.

Para a economia institucional, as políticas são uma instituição. E, como instituição, moldarão as ações futuras. Assim, Conceição e Gabriani (2019, p. 05) definem a instituição como “O resultado de uma situação presente, que molda o futuro, através de processo seletivo e coercitivo, orientado pela forma como os homens veem as coisas, o que altera ou fortalece seus pontos de vista”. A partir desse conceito, sobressai-se a importância das políticas e da forma como elas devem ser concebidas, com o máximo de participação possível, compreendendo os mais diversos pontos de vista. Gomes (2018, p. 38) ancora o conceito de política para o turismo, sob a abordagem institucionalista:

As políticas públicas de turismo são um conjunto de hábitos institucionalizados no Estado vinculados às possibilidades das suas sociedades receber ou enviar turistas. Estes hábitos se manifestam no planejamento, na legislação, na oferta de serviços públicos e no fomento relacionados ao turismo.

A relação entre o ambiente (leis, planos e programas) e os arranjos institucionais (organizações ou estruturas de governança) produzem modificações na vida dos indivíduos. Contudo, quando organizados, os indivíduos também têm o poder de impactar as organizações e o ambiente institucional, provocando mudanças nos mesmos, o que significa dizer que o movimento é de baixo para cima e de cima para baixo (HODGSON, 2004). Tal situação pode ser vista na criação do Programa de Regionalização do Turismo (2004).

Criado em 2004 pelo Ministério do Turismo, num formato de cima para baixo, o Programa de Regionalização do Turismo sofreu algumas alterações a partir de uma consulta pública, em 2013, na qual os atores diretamente envolvidos com a gestão e a execução do programa nas bases puderam participar, mesmo que dez anos depois de sua criação. Apesar dessa iniciativa de avaliação da política por consulta, a cultura da participação e da construção coletiva ainda é frágil e muito recente, impactada por uma trajetória marcada por governos autoritários e centralizadores na história do país.

No entanto, a pressão de instituições internacionais por sociedades mais transparentes, inclusivas e democráticas não cessou, e a revolução tecnológica em curso ampliou o acesso à informação e à participação para um maior percentual de pessoas. A partir de 2015, a ONU lança o documento “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, resultado de todo um processo histórico de discussão ao longo das últimas décadas sobre a importância do desenvolvimento sustentável. O documento congrega 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), sendo o décimo sétimo relacionado a “Parcerias e Meios de Implementação”.

Os temas “parceria, trabalho cooperado e governança” têm sido muito discutidos entre os trabalhos acadêmicos de turismo (TRENTIN; FRATUCCI, 2011; TRENTIN, 2016; TINEO; TOMAZZONI, 2017; ALVES; SOUZA, 2019; TRINDADE et al., 2019), desde a implantação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, criado pelo Governo Federal em 1996 e, mais fortemente, a partir de 2004, com o Programa de Regionalização do Turismo. Ambos os programas tiveram como base a instalação de espaços de governança para gestão participativa do turismo, os Conselhos Municipais de Turismo (COMTURS) e, em 2004, as Instâncias de Governança Regionais do Turismo (IGRs).

Apesar dessa caminhada de duas décadas e meia de instalação de espaços de governança para gestão participativa do turismo, muitos estudos mostram que ainda falta um esforço considerável para consolidar conhecimento no que se refere ao trabalho conjunto para uma governança efetiva (CERQUEIRA, 2006; GOMES, 2008;

FRATUCCI, 2009; FERNÁNDEZ; FERNÁNDEZ, 2014; BANTIM; FRATUCCI, 2019; CONCEIÇÃO, 2020).

Em 2019, a Organização Mundial do Turismo (OMT) editou diretrizes para o fortalecimento das organizações de gestão dos destinos. No documento, são apresentadas três áreas de atuação chave para gestão eficiente, sendo elas: liderança estratégica, execução eficaz e governança eficiente. Enquanto governança eficiente, o órgão internacional aponta as seguintes dimensões, conforme a Figura 1.3 a seguir:

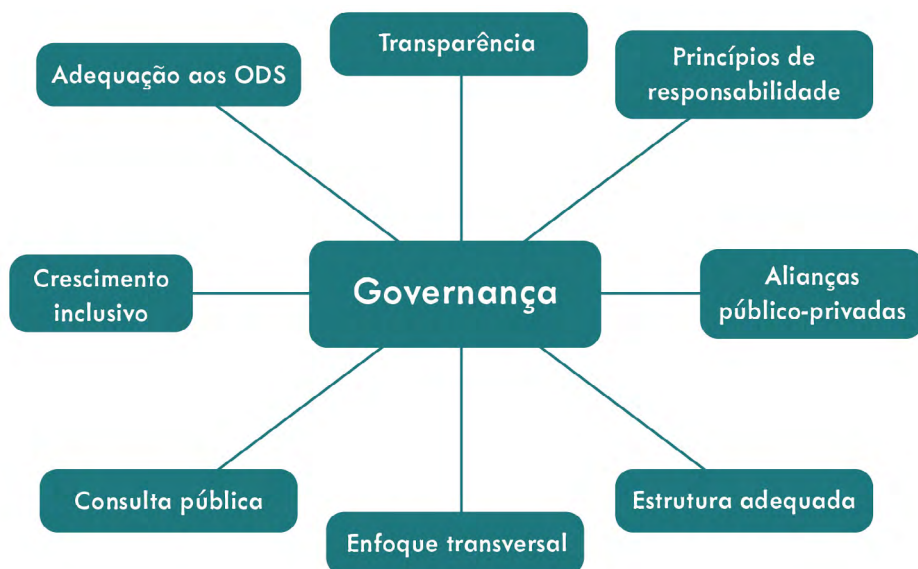


FIGURA 1.3 – Dimensões de Governança Eficiente Delimitadas pela OMT (2019)

Fonte: Organização Mundial do Turismo (2019, p. 20).

Dentre as oito dimensões, uma é específica para a importância da adequação da governança aos ODS.

Também o conceito de destino inteligente (INSTITUTO VALENCIANO DE TECNOLOGIAS TURÍSTICAS, 2017) se pauta em cinco pilares no que concerne à gestão dos destinos, e o primeiro deles é a governança. Assim, estudos recentes e instituições de referência para o turismo em nível internacional chamam a atenção

para a posição central que as estruturas de governança assumem na construção de destinos competitivos e sustentáveis, capazes de gerar desenvolvimento econômico. Apesar disso, Gonzáles (2014) salienta que o termo “governança” pode estar sendo empregado de forma leviana, questionando se não passa de “retórica banal”, usada para mascarar decisões exclusivas pró-mercado ou, até mesmo, de políticas autoritárias de cima para baixo (*top down*). A autora defende que devem ser elaboradas políticas a partir de processos de tomada de decisão realmente coletivos e que, efetivamente, combatam causas e consequências dos impactos inerentes à exploração do turismo nas localidades.

Sendo assim, no item a seguir, pretende-se descrever o contexto institucional do turismo no estado de Mato Grosso do Sul (principal aparato legal e sua respectiva estrutura de governança) e sua relação com a multidimensionalidade do desenvolvimento.

O CONTEXTO INSTITUCIONAL (AMBIENTE E ARRANJO) DO TURISMO EM MATO GROSSO DO SUL E A RELAÇÃO COM A MULTIDIMENSIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO

Neste item, serão apresentados os aspectos referentes ao ambiente institucional do turismo em Mato Grosso do Sul e seus respectivos espaços de governança ou arranjos institucionais.

O ambiente institucional do turismo em Mato Grosso do Sul

O ambiente institucional do turismo em MS constitui-se, oficialmente, da Lei nº 5.224/18 (MATO GROSSO DO SUL, 2018), do Mapa Estratégico do Turismo de Mato Grosso do Sul (2019) e do Plano de Retomada do turismo (MATO GROSSO DO SUL, 2020).

Embora a Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771) tenha sido instituída em 17 de setembro de 2008, foi somente em 2018 que o estado do Mato Grosso do

Sul estabeleceu uma lei específica para o turismo, a qual dispõe sobre o Sistema Estadual do Turismo (SET), composto por Secretaria de Estado, Fundação de Turismo (FUNDTUR), Conselho Estadual de Turismo (CET), Instâncias de Governança Regionais (IGRs) e municípios constantes no mapa turístico do estado e Conselhos Municipais de Turismo, ou seja, dez anos depois do Governo Federal e quase vinte anos depois do início da exploração da atividade turística no estado, de forma mais profissionalizada.

Tal cenário dá a real noção do que a teoria institucionalista estabeleceu com relação ao fato de que cada lugar tem hábitos e costumes que irão determinar regras específicas, num momento específico, para cada lugar (CONCEIÇÃO, 2002). O processo de elaboração da lei, que representa a política estadual de turismo, não foi precedido de ampla consulta pública, e ainda que seja bastante semelhante à Lei Geral do Turismo, o que denota alinhamento ao Governo Federal, percebe-se a ausência de uma agenda mais local e personalizada, tal como sugere INVAT.TUR (2015). Esse aspecto também foi observado em pesquisa realizada anteriormente sobre o plano de ação para o turismo de 2003 a 2006, elaborado sem a discussão com a comunidade local (MARIANI; DOMINGOS; BECKER, 2007).

O fomento à participação pública é fundamental, pois diferentes pontos de vista irão definir o que entrará na agenda pública ou não (SOUZA, 2006). Diante disso, a análise da Lei dar-se-á sob o prisma da governança (DURAN, 2013 apud WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2021, p. 14), que seria

Uma prática de governo mensurável, que visa direcionar efetivamente os setores do turismo nos diferentes níveis de governo, por meio de formas de coordenação, colaboração e/ou cooperação que sejam eficientes, transparentes e sujeitas a *accountability*, que auxiliam no alcance de objetivos de interesse coletivo compartilhados por redes de atores atuantes no setor, com o objetivo de desenvolver soluções e oportunidades por meio de acordos com base no reconhecimento das interdependências e responsabilidades compartilhadas.

Sendo assim, a Lei estadual é composta por sete capítulos, assim divididos: I – Disposições Preliminares; II – Do Sistema, da Política e do Plano de Desenvolvi-

mento Turístico; III – Dos Prestadores de Serviços Turísticos; IV – Das Instâncias de Governança Regionais; V – Dos Direitos e dos Deveres; VI – Das Penalidades e do Procedimento Fiscalizatório; e VII – Das Disposições Finais.

Para a referida lei, a política estadual de turismo de MS (Capítulo II) tem o propósito de definir as atribuições do governo no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor. Ressaltam-se as palavras “democrática” e “integrada” no que se refere à participação dos atores que compõem o Sistema Estadual de Turismo (SET), deixando claro esses dois princípios tão importantes para a gestão participativa a partir do estímulo ao capital social, pois, para Cerqueira (2006), o capital social é inerente ao conceito de governança turística.

Todavia, os parágrafos primeiro e segundo (subseção I do Capítulo II), da organização e da composição do SET/MS, apresentam um teor contraditório a esses dois princípios quando determina que as formas de atuação e a composição do Conselho Estadual de Turismo (CET) constarão de regulamento editado pelo chefe do Poder Executivo Estadual, mediante proposta da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR/MS), assim como determina um conselho de caráter consultivo e não deliberativo, o que dificulta a efetividade do controle social. Sendo assim, os atores que compõem o Conselho Estadual poderão ficar sob a tutela de órgãos executivos e sujeitos às mudanças políticas tão comuns ao sistema político vigente.

Na sequência, a Lei trata dos objetivos do SET (subseção II, da seção I, capítulo II). Ao todo, são nove objetivos, sendo apenas um deles relativo à coordenação entre entes públicos e privados (objetivo II) e outro relativo ao intercâmbio de informações entre diferentes níveis de governo (objetivo VIII). Coordenação intersetorial (público-privada) e intersetorial (diferentes setores dentro do próprio governo) são aspectos muito relevantes da Lei e corroborados pela literatura sobre políticas públicas de turismo (GOELDNER et al., 2002; BENI, 2003).

Já a seção II da Lei nº 5.2224 tratará dos objetivos da política estadual de turismo. No total, são quatorze objetivos, sendo que o décimo quarto refere-se à

questão da governança compartilhada, conforme orientação do Governo Federal (MATO GROSSO DO SUL, 2018, p. 3):

XIV - apoiar e promover medidas e ações de valorização, bem assim a instituição e o apoio das instâncias de governança estadual e regional, em consonância com as políticas públicas federais para o setor.

Na seção III do mesmo capítulo, que aborda o plano estadual de turismo, não há menção alguma a instâncias de governança, e na seção IV, “das Ações, Planos e dos Programas”, tem-se, no artigo oitavo, que o Conselho Estadual de Turismo (CET), por meio de seu regulamento:

Constituirá uma Comissão Permanente de Planejamento e Organização para o Desenvolvimento do Turismo, com a finalidade de compatibilizar e de harmonizar a execução da Política Estadual de Turismo e a consecução das metas do Plano Estadual de Turismo com as demais políticas públicas estaduais e federais. (MATO GROSSO DO SUL, 2018, p. 04).

Contudo, não há informação disponível com relação à existência dessa Comissão Permanente no Regimento do Conselho (Decreto nº 15.517, de 10 de setembro de 2020), o referido Regimento menciona apenas a possibilidade de Câmaras Técnicas. Tanto a ideia da Comissão Permanente quanto a de Câmaras Técnicas são importantes para o fortalecimento da governança e devem ser utilizadas.

O capítulo quatro da Lei é específico sobre “As Instâncias de Governança Regionais”. Existe um artigo único afirmando que a Fundtur observará os programas federais no que compete às IGRs, bem como haverá ações próprias e complementares no que tange a sua formalização e apoio. Há, também, um único parágrafo no capítulo responsável por definir o que o estado entende por instância regional. O arcabouço teórico atual sobre gestão de destinos (TRENTIN; FRATUCCI, 2011; BANTIM; FRATUCCI, 2019; COUTINHO; NÓBREGA, 2019; COSTA, 2020) e sobre a gestão inteligente do turismo (INSTITUTO VALENCIANO DE TECNOLOGIAS TURÍSTICAS, 2015 e 2017), assim como os organismos internacionais como a ONU (Agenda 2030), acentuam a importância estratégica da governança e da governança

eficiente (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2019). Analisando a seção II, IV e o capítulo IV, verifica-se que a referida Lei permite ações estratégicas voltadas ao fomento do capital social por meio do investimento nos espaços de governança. Em outras palavras, quanto ao aspecto legal, a governança está institucionalizada.

Destacam-se os artigos dezessete e dezoito (capítulo VII), no final do documento, que abordam, respectivamente, a questão da sustentabilidade no turismo e a da possibilidade de parcerias e descentralização das atividades, previstas para outros órgãos estaduais ou municipais. Trata-se de dois aspectos fundamentais para gestão da atividade, pois a questão da sustentabilidade é ponto pacífico em todas as tendências para o setor, e o mesmo se pode dizer quanto à gestão descentralizada, o que demonstra que a Lei está atual nesses dois quesitos.

De forma geral, aspectos referentes às questões de governança participativa e representativa poderiam ser mais acentuados enquanto princípios, ao lado da sustentabilidade e da descentralização intersetorial. Dos sete capítulos, verifica-se que, no capítulo dois, a questão da governança é mencionada; depois, o capítulo quatro é específico para o assunto. Isso constitui um aspecto bastante positivo, embora merecesse destaque o fomento às estruturas de governança específicas para a realidade do estado (grande dimensão territorial, presença de comunidades tradicionais, diversidade étnica, diversos municípios em área de fronteira).

Quanto ao Mapa Estratégico do Turismo de Mato Grosso do Sul (2019/2029), foi construído a partir de cinco eixos de atuação: Infraestrutura e Acesso, Governança, Produto e Promoção (MATO GROSSO DO SUL, 2019). O documento foi elaborado no âmbito do Conselho Estadual de Turismo, em 2019, com o propósito de ser uma ferramenta enxuta de gestão e com possibilidade de ser revisto a cada ano. Representou, até junho de 2020 (antes da pandemia provocada pelo coronavírus), as principais diretrizes para o turismo no estado. Apesar de um plano enxuto e realizado apenas com os representantes do CET ser uma estratégia interessante, a literatura internacional (MANENTE, 2008; PEARCE, 2014; REINOSO, 2017; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2019) recomenda que planos de turismo sejam

realizados com amplas consultas públicas, de forma que todos os segmentos, inclusive a sociedade civil impactada pelo turismo, seja ouvida, bem como que haja análise diagnóstica e de cenários para o estabelecimento das melhores alternativas frente aos problemas e questões identificados nas diferentes realidades turísticas do estado. O Mapa Estratégico não se encontra disponível na página da FUNDTUR, logo, não foi possível observar a relação das ações do Mapa com a Lei Estadual de Turismo.

Um terceiro documento relacionado ao ambiente institucional do turismo no estado é o *Plano de retomada do turismo em Mato Grosso do Sul*, que foi lançado em junho de 2020 (FUNDAÇÃO DO TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL, 2020) em função da crise internacional do setor turístico, provocada pelas consequências da pandemia de covid-19. O Plano de retomada encontra-se na página da FUNDTUR, na aba do observatório, o que denota transparência e acessibilidade à informação.

O Plano está estruturado em cinco premissas (retomada com segurança; protocolo unificado de higienização, atendimento e saúde; monitoramento contínuo de cenário; inovação na tomada de decisões; visão holística do cenário e comunicação estratégica) e dois eixos (Quadro 1.2).

Estratégias	Eixo 1 - Articulações	Eixo 2 - Implementação
	1. Articulação com o PRO-CON/MS; 2. Alinhamento de demandas junto ao Conselho de Turismo do Mato Grosso do Sul; 3. Articulação com o Ministério do Turismo; 4. Articulação Parlamentar; 5. Apoio para obtenção do acesso ao crédito; 6. Apoio à prorrogação da Medida Provisória 936.	1. Construção da Matriz Insumo-Produto (MIP) do Turismo de MS; 2. Monitoramento de cenário e projeções de retomada; 3. Adaptação do Programa de Captação de Voos; 4. Fortalecimento e profissionalização das Instâncias de Governança Regionais (IGRs) do Turismo de Mato Grosso do Sul; 5. Descentralização de recursos para execução de ações de promoção e divulgação dos destinos turísticos; 6. Descentralização de recursos para apoio a eventos geradores de fluxo dentro do estado de Mato Grosso do Sul; 7. Criação de Campanha de Retomada; 8. Criação de Campanha de Incentivo ao Turismo Regional; 9. Criação de Campanha de Promoção do Mato Grosso do Sul para público nacional; 10. Reforço no Relacionamento com Operadoras e Agentes de Turismo.

QUADRO 1.2 – Eixos e estratégias do Plano de Retomada do Turismo de MS

Fonte: Fundação do Turismo de Mato Grosso do Sul (2020).

Como observado no Quadro 1.2, referente às estratégias específicas para governança, tem-se, no Eixo “articulações”, o item 2 e, no Eixo “implementação”, o item 4, sobre o fortalecimento das IGRs. Tais estratégias denotam que há um alinhamento entre a Lei e o planejamento do turismo.

É importante mencionar que, a partir da análise documental realizada nos editais publicados na página da FUNDTUR, entre 2018 e 2021 (primeiro semestre)², não foram identificados recursos específicos direcionados à realização da estratégia

² A página de publicação de editais pode ser acessada pelo *link*: <https://www.turismo.ms.gov.br/editais-e-convenios/>

4, embora haja relação positiva das demais estratégias, uma vez que se registraram 11 editais para eventos geradores de fluxo turístico, 6 para promoção e divulgação, 4 para capacitação, 2 para pesquisa de fluxo turístico e 2 para produção de relatórios e/ou geração de dados. Entretanto, segundo notícia veiculada *on-line*³, houve a contratação de consultoria técnica para a profissionalização de três IGRs do estado, as quais fazem parte do CET. Isso se mostra alinhado com o capítulo IV da Lei Estadual de Turismo e com o Plano de Retomada.

Apesar de a consultoria ser somente para três das oito IGRs, infere-se que isso ocorra, em grande parte, porque cada região tem um grau de maturidade, conforme aponta o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) (BRASIL, 2004) e o programa de classificação turística dos municípios do estado (FUNDAÇÃO DO TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL, 2019). Tal programa é uma iniciativa exclusiva do estado de Mato Grosso do Sul e merece destaque pela relevância do esforço em alinhar a política federal à realidade dos municípios do estado e, ao mesmo tempo, desenhar, endogenamente, uma proposta de classificação. Seria fundamental ampliar e aprimorar a proposta de classificação sul-mato-grossense, bem como os critérios a ela vinculados, pois iniciativas locais possibilitam ações mais conectadas com as distintas realidades do estado.

O arranjo institucional (estrutura de governança) oficial para o turismo em MS

O arranjo institucional ou estrutura de governança oficial para o turismo em Mato Grosso do Sul é configurado pelo Sistema Turístico Estadual (SET/MS), o qual compreende seis estruturas, caracterizando uma governança 50% do tipo hierárquica, ou seja, com estrutura de gestão verticalizada, e 50% do tipo híbrida, com gestão horizontalizada (WILLIAMSON, 1985), o que, teoricamente, revela equilíbrio do ponto de vista da gestão participativa. A Figura 1.4 a seguir esquematiza o arranjo institucional ou o sistema estadual de turismo (SET/MS), sob a ótica institucionalista:

³ Ver reportagem de Bordin (2020) veiculada no portal da FUNDTUR.

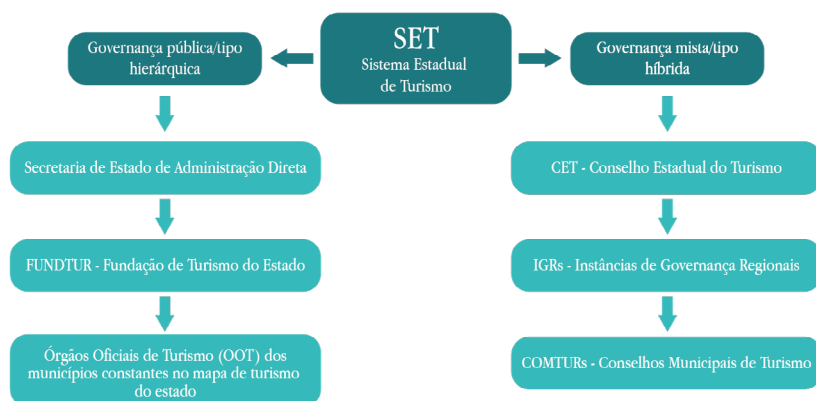


FIGURA 1.4 – Arranjo institucional do turismo em MS sob a ótica institucionalista

Fonte: Elaboração das autoras.

Por questões de ordem prática, neste estudo, não serão analisadas as estruturas regionais (Instâncias de Governança Regionais – IGRs) e municipais (Conselhos Municipais de Turismo – COMTURS). Cabe a observação de que as instâncias municipais de gestão pública formato hierarquia (secretarias municipais) e mistas (COMTURS) estão sem local específico de participação e representatividade, visto que não possuem assento no Conselho Estadual de Turismo (CET). Tal aspecto pode configurar uma lacuna no processo de gestão participativa e no aprendizado coletivo para gestão local do turismo.

A SEMAGRO possui, em sua página, duas estruturas vinculadas ao turismo: uma é o PRODETUR + Turismo; a outra é a FUNDTUR. Com relação ao PRODETUR + Turismo⁴, na página oficial, há uma reprodução do que consta na página do Mi-

⁴ O Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo é um programa do Ministério do Turismo que visa contribuir para a estruturação dos destinos turísticos brasileiros, pelo fomento ao desenvolvimento local e regional, por meio de parcerias com estados e municípios. A ideia é incorporar elementos de planejamento e gestão, a fim de qualificar as propostas locais, alinhando tais iniciativas às políticas nacionais de turismo. O programa possui, como diferencial, o apoio aos entes públicos no acesso a recursos provenientes de financiamentos nacionais e internacionais, cujos projetos estejam pautados por prévios processos de planejamento dos territórios priorizados, que objetivem diagnosticar os fatores relacionados à competitividade das áreas turísticas no mercado nacional e internacional e ao impacto econômico e social para a população local.

nistério do Turismo sobre o Programa e um *link* para a Portaria nº 171, de 14 de novembro de 2018), que institui o Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR + Turismo), aprova o documento com as Diretrizes Estratégicas do Programa e institui o Selo + Turismo. A página também disponibiliza seis documentos, que compreendem um período de oito anos (de 2011 a 2018), relacionados à planos de *marketing*, planos de desenvolvimento integrados e sustentáveis do turismo e avaliações ambientais estratégicas de duas regiões turísticas do estado: Bonito-Serra da Bodoquena e Campo Grande e Região Caminho dos Ipês. Não fica clara, no *site*, a relação desse ente (PRODETUR + Turismo) com a FUNDTUR ou, ainda, com a Lei de Turismo do estado (Mapa Estratégico e Plano de Retomada).

A FUNDTUR é a estrutura de governança pública vinculada à SEPROTUR, apesar de ter autonomia administrativa e financeira. Esse órgão técnico tem como missão “Fomentar o desenvolvimento responsável da atividade turística no Estado, por meio da implementação de políticas públicas efetivas e integração da gestão que posicionem o Turismo como um dos principais segmentos econômicos do Mato Grosso do Sul” (FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL, [20--]).

A Fundação foi instituída pelo Decreto nº 10.552, de 14 de novembro de 2001, com base na Lei nº 2.307, de 9 de outubro de 2001. É pessoa jurídica de direito público e não possui fins lucrativos. Tal instituição é regida pelo Código Civil Brasileiro e por estatuto próprio (a última atualização foi aprovada em 2021, por meio do Decreto nº 15.623). Sua estrutura organizacional é composta por: conselho administrativo⁵, diretor-presidente, assessoria de gabinete, procuradoria jurídica, assessoria de comunicação e *marketing*, diretoria de desenvolvimento do turismo (compreende três gerências, uma delas específica de desenvolvimento e governança

⁵ Compete ao Conselho Administrativo: I - aprovar o plano anual de atividades e a proposta orçamentária da FUNDTUR; II - exercer o controle econômico-financeiro da FUNDTUR; III - orientar a política patrimonial e financeira da FUNDTUR no âmbito de suas competências; IV - prestar orientação técnica e administrativa à entidade; V - aprovar o relatório anual da administração e as contas da FUNDTUR; VI - deliberar sobre outros assuntos que lhe sejam submetidos, por solicitação do seu presidente ou de seus membros.

turística), diretoria de promoção e mercado (compreende duas gerências), diretoria de desenvolvimento institucional (compreende uma gerência) e gerência geral do Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo. Ressalta-se que o fato de a governança estar junto com o desenvolvimento e ter um espaço específico na estrutura organizacional é fator positivo e em consonância com a Lei Estadual de Turismo e com o Plano de Retomada.

Com relação à estrutura de governança mista CET, algumas informações encontram-se na página da SEMAGRO, no item “Órgãos Colegiados”, porém estão desatualizadas e não são completas. A lista de membros é referente ao mandato de 2018-2020 e não consta o regimento, nem as atas das reuniões⁶. Na página da FUNDTUR, não há uma aba específica para o CET, bem como não há endereço eletrônico específico para a estrutura de governança, mas, em pesquisa *on-line*⁷, encontram-se disponíveis a Resolução “P” SEMAGRO nº 102, de 18 de setembro de 2020, sobre os membros titulares e suplentes até setembro de 2022, o Decreto nº. 15.517, de 10 de setembro de 2020, sobre a reorganização do Conselho, e a Resolução SEMAGRO nº 715, de 23 de setembro de 2020, que homologa o Regimento Interno do CET.

O CET é constituído por 12 entidades da sociedade civil e 6 entidades de órgãos públicos, somando 18 membros. A presidência do Conselho é exercida por entidade representativa do setor privado, não possuindo maioria de membros do setor público, o que, segundo Cerqueira (2006), são critérios que representam governanças eficientes. Contudo, seria fundamental reforçar os itens transparência e crescimento inclusivo (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2019), uma vez que, dos 18 membros, nenhum representa diretamente as comunidades tradicionais. Além disso, é recomendável divulgar calendário de reuniões, pautas, atas das reuniões e regimento para evitar situações de assimetria de informações e oportunismo (GOMES, 2008). De acordo com o Decreto nº 15.517/2020, o CET contempla apenas três das oito IGRs existentes, sendo elas: Caminho dos Ipês, Cerrado Pantanal e “Rota

6 Conforme pode ser observado na página: <http://www.semagro.ms.gov.br/conselho-estadual-de-turismo-cet/>. Acesso em: 8 ago. 2021.

7 Na página <https://www.turismo.ms.gov.br/cet/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

Pantanal Bonito”. Tais IGRs são as representantes das regiões prioritárias, as quais já exploram o turismo há mais tempo. Porém, seria importante a participação das demais IGRs no Conselho.

Por fim, detectou-se um aspecto importante no capítulo I, artigo segundo do Regimento Interno do CET (Resolução SEMAGRO n° 715, de 23 de setembro de 2020) referente à possibilidade de o Conselho acionar suporte técnico de um Fórum Estadual de Turismo, conforme deliberação do Plenário. Tal Fórum poderia ocorrer até duas vezes por ano e contaria com a participação ampliada e aberta a todos os profissionais e instituições que trabalham com turismo no estado. A previsão para que aconteçam fóruns de participação é uma excelente estratégia para democratização do setor no estado e deve ser utilizada, uma vez que já está, inclusive, prevista nas regras. Com relação à estrutura de governança mista IGR, o cenário do estado compreende um total de oito, uma para cada região turística do mapa do turismo de Mato Grosso do Sul. A esse respeito, também falta informação e transparência no endereço eletrônico do estado.

Como já mencionado, considera-se relevante que todas as IGRs tenham assento no CET e que haja mais transparência sobre a gestão dessas estruturas de governança, disponibilizando informações completas e claras sobre os aspectos legais e operacionais das estruturas do CET e IGRs. Ressalta-se a importância de reunir, em um único endereço, as informações referentes à criação, à implantação e ao funcionamento de todas elas, bem como os respectivos planos de ação, considerando a relevância destes para governanças eficientes e sujeitas a *accountability* (DURAN, 2013 apud WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2021).

O Quadro 1.3 apresenta uma síntese do que seria o contexto institucional do turismo em Mato Grosso do Sul, de forma a ilustrar, num mesmo esquema, as regras do jogo e os jogadores (WILLIAMSON, 1985), com o propósito de facilitar a compreensão da realidade e o pensamento coordenado.

Contexto institucional do turismo em Mato Grosso do Sul/Supereestrutura		
Ambiente Institucional do turismo no estado de MS	Arranjos institucionais do turismo no estado de MS	
- Decreto nº 10.552, de 14 de novembro de 2001 (institui a FUNDTUR); - Decreto nº 15.623, de 1º de março de 2021 (aprova o Estatuto da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul); - Lei nº 5.224, de 07 de setembro de 2018 (dispõe sobre o sistema estadual de turismo, a política e o plano); - Decreto nº 15.517, de 10 de setembro de 2020 (reorganiza o Conselho Estadual de Turismo); - Resolução “P” SEMAGRO nº 102, de 18 de setembro de 2020 (institui os membros do Conselho Estadual de Turismo); - Resolução SEMAGRO nº 715, de 23 de setembro de 2020 (homologa o Regimento Interno do Conselho Estadual de Turismo); - Mapa Estratégico do Turismo de MS; - Plano de Retomada do Turismo de MS; - Classificação Turística dos Municípios de MS (iniciou-se em 2013, mas foi institucionalizada com a PORTARIA FUNDTUR nº 1, em 24 de abril de 2018), revogada, posteriormente, pela Portaria FUNDTUR nº 2, de 16 de outubro de 2019; - Programa de Regionalização/MS.	Públicos	Híbridos
	SEMAGRO/PRODETUR	CET
	FUNDTUR	IGR (oito IGRs, uma para cada região turística)
	Órgãos oficiais de turismo dos municípios	COMTUR (um conselho para cada município turístico)

QUADRO 1.3 – Síntese do contexto institucional do turismo em MS

Fonte: Elaboração das autoras.

DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO EM MATO GROSSO DO SUL, CONSIDERANDO SUA MULTIDIMENSIONALIDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Analisar dialética e institucionalmente a política de turismo de Mato Grosso do Sul é uma ação complexa e não se esgota em um único momento, ou em uma única produção; demanda que seja um movimento constante e complementar, no

qual diferentes pesquisadores debruçam-se sobre o objeto e usam diferentes lentes teóricas, permitindo sempre o diálogo com o contraditório.

Por sua vez, a sustentabilidade no turismo não é algo etéreo, portanto, precisa se realizar concretamente. Ela está vinculada ao reconhecimento e ao entendimento das bases estruturantes da multidimensionalidade encerradas no turismo, as quais estão, por vezes, imbricadas, em consonância e em contraste, necessitando que sejam entendidas enquanto dinâmicas e dialógicas no processo turístico, para que a sustentabilidade se estabeleça. Além disso, não se pauta no comportamento individual, mas no coletivo e no horizonte das transformações sociais.

O fenômeno turístico, com sua complexidade, singularidade e universalidade, requer uma abordagem que garanta o tratamento de todos os componentes, implicações e influências, em correlação com as dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais (FORIS, 2014), ética e simbólicas (WYSE, 2006; VYGOTSKY, 1985).

Conforme apontam Irving et al. (2005), a sustentabilidade no turismo depende de uma articulação estratégica e permanente de desenvolvimento, apoiada numa interpretação interdisciplinar e integral da dinâmica regional, resultado de uma sinergia mutante, apoiada na noção de “espaço” material e imaterial, lugar concreto e abstrato, cenário de interações, conflitos e transformações, ponto de contato simbólico entre local e global.

Entre os desafios para a sustentabilidade do turismo em Mato Grosso do Sul, estão a apropriação e o envolvimento dos agentes do turismo nos processos de decisão e participação efetiva na elaboração e na construção de políticas públicas locais e regionais. A baixa participação efetiva desses agentes vem de um processo histórico e com múltiplas justificativas, a saber: falta de incentivo, constante necessidade de qualificação, centralização dos processos decisórios e certas fragilidades do poder público em suas ausências de comunicação e de chamamento para a participação.

Quando as políticas públicas locais efetivamente transcenderem as perspectivas vinculadas fundamentalmente ao crescimento econômico como instrumento de desenvolvimento, poderão ser trilhados caminhos mais sustentáveis, pautados em qualidade de vida das comunidades, inclusão, equidade, economia circular e justiça social. Leff (2009) reforça que é importante superar a retórica economicista do crescimento sustentável e refletir sobre as singularidades locais, engendrando uma racionalidade capaz de agregar as diferenças, assumindo sua incomensurabilidade, sua relatividade e sua incerteza.

Vale, também, frisar a dimensão da ética no turismo enquanto compromisso com o desenvolvimento do território. Costa (2020) afirma que um destino de sucesso será aquele que compreender que o planejamento territorial do turismo e a economia são “dois lados da mesma moeda”, ou seja, turistas e mercados geridos a partir da governança e da sustentabilidade do território. Isso inclui considerar hábitos, costumes, história e cultura local no desenho das políticas públicas de turismo e das respectivas estruturas de governança, para gestão coordenada do turismo nas diferentes regiões turísticas. Em outras palavras, as dimensões simbólica e ambiental, bem como a identidade dos territórios, serão ainda mais imprescindíveis no processo de construção de políticas de turismo inovadoras, tendo em vista que o turismo também é um tipo de capital, significando e simbolizando modos de produzir a vida.

Nessa construção, observa-se a necessidade da participação efetiva de atores das diversas esferas – governamental, privada, comunidade local –, para que as políticas públicas sejam estruturadoras e capazes de harmonizar a potencialidade, os recursos e os interesses dos diversos atores envolvidos, permitindo, desse modo, descortinar caminhos para o desenvolvimento do turismo mais qualificado e que atenda à comunidade de forma mais efetiva em todas as suas dimensões.

A participação social é um dos elementos fortalecedores e estruturantes da criação de políticas públicas. O envolvimento comunitário qualificado conduz para a cocriação, o planejamento participativo, integrado e a corresponsabilização, tornando o turismo ainda mais dinamizador, um meio em que o respeito e a valorização de

questões socioambientais, culturais, econômicas e políticas são eminentes. O olhar plural oferecido por atores diversos tem a capacidade de iluminar determinadas questões, particularidades e permitir o real retrato das necessidades e potencialidades do território e do fazer turístico.

A análise realizada permitiu concluir que houve evolução institucional do turismo ao longo dos últimos vinte anos de organização do setor, em Mato Grosso do Sul, evolução que está especialmente vinculada às políticas federais (*top down*) e aos produtos que o mercado determinou. Percebeu-se que, a partir de 2018, a construção de regras e sua atualização ocorreram de maneira pródiga, conforme os dados apresentados, com algumas iniciativas de imprimir as cores regionais e aspectos relacionados à identidade do estado (o programa de classificação, por exemplo), o que precisa ser ainda mais incentivado.

A organização institucionalizada é fundamental para o desenvolvimento sustentável do turismo, mas não é o suficiente. Outros desafios precisam ser superados para avançar no quesito governança democrática. Como afirmaram Coutinho e Nóbrega (2019), o estado deve assumir uma postura para além da reguladora, estimulando envolvimento, empoderamento, consenso e poder de representação a todos aqueles que quiserem e precisarem de voz no processo de produção do fazer turístico. Caso contrário, corre-se o risco de reproduzir o interesse de determinados grupos de atores. Pimentel (2020, p. 12) orienta que “A mudança social está geralmente relacionada à inclusão de novos agentes, capital ou estratégias de ação, o que implica na redistribuição coletiva dos capitais historicamente acumulados”.

Assim sendo, conclui-se que as regras do jogo existem, estão institucionalizadas e alinhadas, mas ainda precisam ser mais bem discutidas, com um número maior de jogadores e, principalmente, a partir dos diferentes territórios do estado, enquanto gestão e planejamento. Afinal, o modelo de região turística é o melhor para todo o estado? Se for, aonde cada região quer chegar com relação ao desenvolvimento turístico? Que tipo de desenvolvimento? Em que o turismo poderá ajudar no desenvolvimento de cada região? Essas são as lacunas que, de forma desafiadora,

precisarão ser preenchidas, nos próximos anos, pelas políticas e por processos de planejamento participativo.

REFERÊNCIAS

ANDRUKIU, A. M. G.; BAHL, M. A superestrutura do sistema do turismo: uma comparação entre as concepções de Boullón e Beni. *In: SEMANA PARANAENSE DE TURISMO DA UFPR*, 24., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2017. p. 1-14.

BANTIM, N. R.; FRATUCCI, A. C. Gestão regional do turismo: participação e representatividade no Conselho Regional de Turismo das Agulhas Negras – RJ. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 108-124, 2019.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Tradução: Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BENI, M. C. **Análise estrutural do Turismo**. 8. ed. atual. São Paulo: Ed. Senac SP, 2003.

BENI, M. C.; MOESCH, M. Do discurso da ciência do turismo para a ciência do turismo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, [s. l.], n. 25, p. 9-30, 2016.

BERTALANFFY, L. von. **Robots, men and minds**. New York: George Braziller, 1967.

BERTALANFFY, L. von. **General System Theory: foundations, development, application**. Disponível em: https://monoskop.org/images/7/77/Von_Bertalanffy_Ludwig_General_System_Theory_1968.pdf. Acesso em: 29 abr. 2022.

BORDIN, D. **Fortalecimento e profissionalização da gestão regional é uma das estratégias da Fundtur para a retomada da atividade turística**. Campo Grande: FUNDTUR, 2020. Disponível em: <https://www.turismo.ms.gov.br/fortalecimento-e-profissionalizacao-da-gestao-regional-e-uma-das-estrategias-da-fundtur-para-a-retomada-da-atividade-turistica/>. Acesso em: 29 abr. 2022.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: roteiros do Brasil**. Brasília, DF: MT, 2004.

CERQUEIRA, R. R. As Instâncias de Governança de Turismo no Brasil. In: ZAPATA, T. (org.). **Desenvolvimento local e a nova governança**. Recife: IADH, 2006.

CONCEIÇÃO, C. C. Modelo analítico de governança regional de turismo: MAGRET. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, 2020, v. 14, n. 2, p. 123-138, maio/ago. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1822>. Acesso em: 29 abr. 2022.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul./dez. 2002.

CONCEIÇÃO, O. A. C.; GABRIANI, C. R. Artigos originais institucionalistas e pós-keynesianos: ensaio sobre incerteza em uma economia capitalista financeira moderna. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 1-23, jan./abr. 2019.

COSTA, C. Tourism planning: a perspective paper. **Tourism Review**, [s. l.], v. 75, n. 1, p. 198-202, 2020.

COUTINHO, C. A.; NÓBREGA, W. R. M. Governança em destinos turísticos: desafios na sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 55-70, set./dez. 2019.

DAVIS, L.; NORTH, D. **Institutional change and american economic growth**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

EICHENBERG, F. O.; DA SILVA, C. A. Análise da atividade turística a partir da Teoria Geral dos Sistemas: a condição sistêmica como paradigma. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [s. l.], n. 27, enero/marzo. 2015.

FERNÁNDEZ, M. C. P.; FERNÁNDEZ, J. I. P. Existe governança en la actual gestión de los destinos turísticos? Estudio de casos. **PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [s. l.], v. 12, n.4, p. 685-705, 2014.

FORIS, D. Study regarding a new dimension of tourism phenomenon: the political-administrative dimension. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, [s. l.], v. 143, p. 1078-1082, 2014.

FRAGELLI, C.; IRVING, M. A.; OLIVEIRA, E. Turismo: fenômeno complexus da contemporaneidade? **Caderno Virtual de Turismo**, [s. l.], v. 19, n. 3, 2019.

FRATUCCI, A. C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo**: as possibilidades das redes regionais de turismo. 2008. 308 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

FRATUCCI, A. C. Refletindo sobre a gestão dos espaços turísticos: perspectivas para as redes regionais de turismo. **Revista Turismo em Análise**, [s. l.], v. 20, n. 3, dez. 2009.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. **CET lança oficialmente Mapa Estratégico do Turismo de Mato Grosso do Sul 2019/2029**. Campo Grande: FUNDTUR, 2019a. Disponível em: <https://www.turismo.ms.gov.br/cet-lanca-oficialmente-mapa-estrategico-do-turismo-de-mato-grosso-do-sul-2019-2029/>. Acesso em: 8 ago. 2021.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. **Portaria FUNDTUR, de 16 de outubro de 2019**. Institui o Programa de Classificação Turística dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, implementado pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: FUNDTUR, 2019b. Disponível em: <http://www.turismo.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Atualiza%C3%A7%C3%A3o-da-Portaria-n.-02-de-16-de-outubro-de-2019.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2021.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. **Institucional**. Campo Grande: FUNDTUR, [20--]. Disponível em: <https://www.turismo.ms.gov.br/institucional/fundacao-de-turismo-de-ms/>. Acesso em: 8 ago. 2021.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, B. M. A. **Políticas públicas e as transações em regiões turísticas**. São Paulo: All Print, 2008.

GOMES, B. M. A. **Políticas públicas de turismo e os empresários**. São Paulo: All Print, 2018.

GONZÁLES, M. V. Gobernanza turística: ¿políticas públicas innovadoras o retórica banal? **Caderno Virtual de Turismo**, Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo, p. 9-22, 2014.

GONZÁLES, M. V. Entre el poder y la racionalidad: gobierno del turismo, política turística, planificación turística y gestión pública del turismo. **Revista Turismo Patrimônio Cultural**, Madrid, v. 14, n. 3, p. 577-594, 2016.

GRECHI, D. C. A economia brasileira e as políticas públicas para o turismo: uma perspectiva histórica. **Revista Turismo: estudos e práticas**, [s. l.], v. 3, n. 2, 2014.

HODGSON, G. M. What are institutions? **Jornal of economic issues**, v. 40, n. 1, p. 1-25, 2006.

INSTITUTO VALENCIANO DE TECNOLOGIAS TURÍSTICAS. Destinos turísticos inteligentes. **Manual operativo**. Valencia: INVATTUR, 2015.

INSTITUTO VALENCIANO DE TECNOLOGIAS TURÍSTICAS. **Guia de implantación**: CV. Valencia: INVATTUR, 2017.

IRVING, M. A.; COELHO, A. M.; ARRUDA, T. O. Turismos, sustentabilidades e pandemias: incertezas e caminhos possíveis para planejamento turístico no horizonte da Agenda 2030. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, [s. l.], v. 14, n. 4, p. 73-105, 2020.

IRVING, M. A.; LIMA, M. A. G.; MORAES, E. A. **Turismos, naturezas e culturas: para se pensar políticas públicas e interdisciplinaridade em pesquisa.** In: IRVING, M. A.; CALABRE, L.; BARTHOLO, R.; LIMA, M. A. G. de; MORAES, E. A.; EGREJAS, M.; LIMA, D. R. (org.). **Turismo, natureza e cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. p. 16-22.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens.** São Paulo: Aleph, 2009.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. **Revista Proposta**, [s. l.], v. 25, n. 71, p. 5-10, 1997.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialidade da racionalidade ambiental.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo.** 2. ed. ampl. atual. São Paulo: Aleph, 2012.

MAMEDE, S. B.; BENITES, M.; SIQUEIRA, F.; JUNIOR, M. V. C. Educação Ambiental e os desafios para implementação de políticas públicas em Mato Grosso do Sul. **RevBEA – Revista Brasileira de Educação Ambiental**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 493-507, 2021.

MANENTE, M. Gestión de destinos y antecedentes económicos: definición y supervisión de destinos turísticos locales. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE TURISMO, 4., 2008, Málaga. [**Anales**]. Málaga: [s. n.], 2008.

MARIANI, M. A. P.; DOMINGOS, A. A. A.; BEKER, J. D. Plano de Ação para o Turismo em Mato Grosso do Sul: uma análise. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, Três Lagoas, v. 1, n. 5, maio 2007.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano de retomada do turismo em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: CET/FUNDTUR/SEMAGRO, 2020. Disponível em: <https://www.turismo.ms.gov.br/cet-lanca-oficialmente-mapa-estrategico-do-turismo-de-mato-grosso-do-sul-2019-2029/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MOESCH, M. M. Dimensão social. *In*: BENI, M. C. **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão-Desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. São Paulo: Manole, 2012.

MORAIS, J.; AZEVEDO, J. Por uma abordagem institucionalista-evolucionária do desenvolvimento econômico: implicações para uma política industrial moderna. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 38, n. 3, p. 115-134, set./dez. 2012.

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, [s. l.], v. 26, p. 51-64, 2012.

NELSON, R.; WINTER, S. G. **An evolutionary theory of economic change**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. **Directrices de la OMT para el fortalecimiento de las organizaciones de gestión de destinos (OGD): preparando las OGD de cara a nuevos retos**. Madrid: OMT, 2019.

PEARCE, D. G. Destinos turísticos: conceptos e implicaciones para sugestión en tiempos de cambio. *In*: CÂNOVES, G.; LÓPEZ PALOMEQUE, F. (ed.). **Turismo y territorio: innovación, renovación y desafíos**. Valencia: Tirant Humanidades, 2014. p. 21-34.

PEREIRA, C. H.; GRECHI, D. C.; LAMBERTI, E. As políticas públicas do turismo como fator impulsionador do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, [s. l.], n. 23, 2017.

PIMENTEL, T. D. O campo turístico: uma perspectiva sócio-política para estudar a ação e sua estruturação. **RELAT – Revista Latino-Americana Turismologia**, Juiz de Fora, v. 6, n. único, p. 1-13, jan./dez. 2020.

PORCIONATO, G. L.; HADDAD, B. S. M.; CASTRO, A. L.; JARDIM, M. C. A dimensão simbólica do consumo e o mercado como construção social: um estudo sobre a compra da casa e de produtos de moda. **Sociedade e Cultura**, [s. l.], v. 22, n. 1, 2019.

REINOSO, N. G. Modelo de gestión para fomentar el desarrollo turístico de las comunidades Manabitas, Ecuador. **CULTUR**, [s. l.], n. 2, 2017.

RIBEIRO, V.; GRECHI, D. C. Análise do turismo sob o enfoque sistêmico: estudo de caso do território turístico de fronteira – Pedro Juan Caballero/PY e Ponta Porã/BR. **Entrelugar**, [s. l.], v. 9, n. 18, 2018.

SANDRONI, P. (org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SILVA, I. C. M.; FRATUCCI, A. C. A dimensão política da qualificação profissional na política pública nacional de qualificação profissional em turismo. **Turismo em Foco**, [s. l.], v. 2, p. 62-72, 2019.

SIMON, H. A. A behavioral model of rational choice. **The Quarterly Journal of Economics**, [s. l.], v. 69, n. 1, p. 99-118, 1955.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, jul./dez, p. 20-45, 2006.

TINEO, D.; TOMAZZONI, E. L. Santos e Região Convention & Visitors Bureau e a governança para o desenvolvimento turístico da costa da Mata Atlântica (SP). **Caderno Virtual de Turismo**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 113-139, dic. 2017.

TRENTIN, F. Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural – PASOS**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 645-658, 2016.

TRENTIN, F.; FRATUCCI, A. C. Política Nacional de Turismo no Brasil: da municipalização à regionalização. **Tourism & Management Studies**, [s. l.], v. 1, p. 839-848, 2011.

TRINDADE, B. da S.; CÉSAR, P. A. B.; VIANNA, S. L. G. Governança do turismo: planejamento e gestão local e regional em Gramado - RS, Brasil. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, [s. l.], v. 11, n. 3, p. 653-663, 2019.

WILLIAMSON, O. Transaction cost economics. *In*: WILLIAMSON, O. **The economic institution of capitalism**. London: The Free Press, 1985. p. 15-42.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **UNWTO Statistics and TSA Issue Paper Series**, [s. l.], 2013. Disponível em: <http://statistics.unwto.org/en/content/papers>. Acesso em: 29 abr. 2022.

WYSE, N. Ética em turismo. **Boletim Técnico do Senac**, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 24-35, 2006.

VELASQUEZ. G. G.; OLIVEIRA, J. P. Teoria Geral dos Sistemas e turismo: reflexão e trajetória. **Investigaciones Turísticas**, [s. l.], n. 11, p. 165-195, enero-jun. 2016.

VYGOTSKY, L. V. **Pensamiento y lenguaje**. Buenos Aires: La Pleyade, 1985.



CAPÍTULO 2

MERCADO DO TURISMO E SUSTENTABILIDADE: É POSSÍVEL?

Bruno Wendling

Antes de iniciar de fato, devo confessar: não acredito na sustentabilidade da forma como é pregada há tempos. Logo, você deve estar se perguntando: “Por que, então, escrever um capítulo sobre mercado e sustentabilidade”? E minha resposta é: certamente, porque minha leitura sobre o tema, somada a experiências vividas ao longo dos mais de 20 anos de profissão, faz com que eu possa me dar ao luxo de não acreditar, ou, na verdade, de questionar o significado e o modo como as pessoas, fora da esfera ambiental, tratam o tema da sustentabilidade.

Deve ser por isso que trago, por meio de relatos e fatos concretos, exemplos práticos – e, claro, alguns pensamentos meus – sobre a relação entre o mercado turístico e a tão sonhada sustentabilidade. A propósito, essa é a última vez que uso a palavra, pois acredito mesmo em outra palavra, tão importante quanto essa, e que, na minha visão, deve ser levada em conta e exercitada em todas as ações feitas pelas pessoas que trabalham com turismo: a responsabilidade.

Desde o início da minha vida no turismo, ainda na universidade – sou um filho da PUC/MG –, aprendi que o mercado e a responsabilidade (entenda como aquela outra palavra que não irei mais mencionar), às vezes, parecem antagônicos, em lados opostos, caminhando em direções divergentes. Aparentemente, existem as pessoas que querem ganhar dinheiro com turismo e as que só querem preservar

os ativos naturais, culturais, sempre lembrando a necessidade de ouvir as comunidades locais, que só se constrói um destino responsável de baixo para cima, e que quaisquer ações tomadas sem essa democracia levam à destruição do meio ambiente e à descaracterização do território local. Contudo, existe um meio termo, e ele é feito por pessoas que entendem e são profissionais o suficiente para ter um negócio competitivo, com retorno financeiro e que adote práticas responsáveis, equilibrando o uso dos ativos naturais, possibilitando a contratação de mão de obra local e se envolvendo com a gestão do destino.

Nas próximas páginas, serei direto e objetivo ao fazer relatos de experiências vividas e estratégias e ações implementadas, especialmente nos últimos quatro anos à frente da Fundação de Turismo do MS (é interessante observar que iniciei a escrita deste capítulo no dia 17 de março de 2021, justamente na data em que completo quatro anos como gestor na instituição). Compartilharei o modo como essas ações foram pensadas e executadas dentro de uma lógica prática, criativa e estratégica, sempre alinhada com as tendências de mercado, mas com foco no potencial e nas características únicas do Mato Grosso do Sul, as quais são aliadas a um destino segmentado, ao contrário de destinos de massa, procurando, naturalmente, respeitar os ativos naturais e culturais – afinal, esses são os diferenciais competitivos do estado.

MERCADO X RESPONSABILIDADE: CAMINHOS OPOSTOS?

É muito comum esse tipo de questionamento – e não somente na nossa atividade – sobretudo nos dias atuais, em que se vive o antagonismo dos pensamentos na forma mais bruta, e algumas medidas conservacionistas são esvaziadas, em especial pelo Governo Federal. Ainda que algumas ações, como a concessão dos Parques Federais, sejam um caminho assertivo, naturalmente, dentro de uma gestão focada na responsabilidade, quando se fala de mercado, fica a impressão de que não há interesse em proteger o meio ambiente. Porém, tenho uma visão bem objetiva, podendo até parecer simplista, sobre esse tema, a qual procurarei explicar.

Turismo é mercado. Essa afirmação pode ser considerada anti meio ambiente ou uma forma agressiva de se pensar a atividade. Ela pode, até mesmo, ir contra, ou parecer que sim, o juramento do Turismólogo. Confesso que sequer me recordo bem qual é, mas sei que se trata de trabalhar em prol do desenvolvimento (sustentável) dos territórios, do respeito às comunidades locais etc. Entretanto, trarei uma visão direta sobre como enxergo nossa atividade, sua relação naturalmente direta com a economia, seu impacto nas questões ambientais, porém sem romantismo, isto é, mostrando como as boas práticas de gestão, da formatação de produtos, da comercialização podem, sim, contribuir para o desenvolvimento de destinos ou, pelo menos, para a prática de atividades responsáveis com o meio ambiente e sua conservação.

Não entrarei em questões acadêmicas sobre a necessidade de pensar nas comunidades tradicionais, começar projetos de baixo para cima, conversar com a população local, não trabalhar o turismo de massa, controlar visitação por meio de instrumentos como o *voucher* eletrônico de Bonito, etc.; o foco será em algo sobre o qual tenho me debruçado nos últimos anos: a governança para o mercado.

Se o mercado é a relação econômica entre oferta e demanda, e se o turismo deve ser uma atividade que gera impacto econômico, especialmente, nos destinos, a governança desses destinos precisa se concentrar na organização desse mercado. Evidentemente, não é apenas isso, uma vez que o turismo tem relação e impacta não 53 setores, mas 571 diretos e indiretos, conforme estudo recente de Aldrigui ([201-]). Ou seja, a atividade tem relação direta e indireta com, praticamente, todos os setores da economia de um território e, portanto, a visão e as estratégias devem considerar outros pontos além do mercado. Contudo, o objetivo final da atividade é levar e gerar renda para todos os envolvidos. Portanto, nossa visão e nosso trabalho, de forma conjunta e organizada – logo, a importância da governança – devem sempre considerar o mercado e procurar melhorar as relações, minimizar os impactos negativos fruto dessas relações e focar em ações responsáveis e eficazes, que possibi-

litem o desenvolvimento, de fato, de localidades, territórios, comunidades, destinos em que estamos trabalhando.

Considerando a abordagem da governança para o mercado, é importante esclarecer qual é o conceito de governança que adoto e pratico. Não me concentrarei em definições de autores, embora goste de algumas que foram trabalhadas dentro dos cadernos do turismo do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo, mas cito aquela de que mais gosto e que foi dita, várias vezes, por uma das minhas referências na profissão e na vida, Tania Zapata, com quem trabalhei na moderação de oficinas e na condução de *workshops* na época em que trabalhei no MTur. Tania afirmava que a governança é um espaço organizado e representativo onde são tomadas decisões. A partir dessa definição, posso discorrer melhor sobre a importância desse espaço, na gestão responsável dos destinos e regiões turísticas.

A atividade turística é uma atividade coletiva. É necessário que pontuemos isso de forma clara e objetiva, ainda que essa afirmação não seja recente. Um destino é formado por uma cadeia de produtos e serviços, e o turista, quando se desloca para esse local, necessita ter acesso a toda essa cadeia de forma organizada. Sendo assim, nota-se que, nesse meio, não é possível trabalhar de forma individual, focado apenas no próprio negócio. Essa constatação ocorre com base no fato de que, ainda nos dias atuais, existem empresas e empresários que parecem não entender essa questão, pensam que o esforço deve ser apenas no sentido de posicionar o seu negócio, e não o seu destino.

Para que se possa focar na gestão do destino, a governança estruturada é fundamental. Não se pode pensar em promoção de atrativos, meios de hospedagem etc., sem considerar o posicionamento do destino, e isso deve ser trabalhado dentro de espaços coletivos e organizados, onde estratégias são traçadas e acordadas entre os diversos atores que compõem o destino. Segmentação da oferta, público-alvo, imagem do destino, estratégias e ações são definidas (ou deveriam ser) dentro das instâncias de governança. A fim de que isso ocorra, essas governanças necessitam de organização e profissionalização. E, infelizmente, na maioria dos destinos, elas não

estão presentes: falta foco, objetividade, metas e, especialmente, um acordo, entre os diversos atores, empresas, entidades, de focar no mercado, de entender que existe o negócio, mas que também existe o destino!

Evidentemente, trata-se de um processo, que leva tempo, que os atores do turismo se cansam de debater, de tentar trabalhar de forma conjunta, mas não existe outro caminho, na busca da responsabilidade com o destino, além do trabalho integrado e focado no território como um todo. A política de regionalização trata disso: integrar destinos, por meio de roteiros, trabalhar o *marketing* do território como um todo, definir ações de mercado focadas nos diferenciais competitivos da região, segmentar a demanda e priorizar ações conforme o público-alvo definido.

Todo esse esforço coletivo, centrado, também, em ações coletivas, que visem ao bom uso dos recursos naturais e socioculturais de um território, é fundamental para que um destino seja competitivo e se desenvolva de forma responsável.

SEGMENTAÇÃO DE MERCADO

A “sustentabilidade” de um destino está ligada diretamente ao seu posicionamento. O que quero dizer com posicionamento? Refiro-me a como o destino se coloca no mercado, quais são seus diferenciais competitivos, qual é seu público etc., e à definição dos segmentos prioritários, seja de oferta – ecoturismo, aventura, pesca esportiva, negócios e eventos, entre outros –, seja de demanda – casais, jovens, família, LGBT.

Mas por que essa afirmação? Porque é impossível que um destino seja competitivo e que tenha, no seu DNA, o uso responsável dos seus ativos naturais e culturais, se não estiver bem claro quais são os seus diferenciais, e trabalhar de forma segmentada. Hoje, o turismo de massa já não é um bom caminho para nenhum destino praticamente. Até mesmo os grandes destinos internacionais não querem mais esse posicionamento.

No Mato Grosso do Sul, há grande vantagem nesse aspecto. O estado é, por questões demográficas, geográficas e culturais, um destino que não tem – nem se desejasse – possibilidades de ser um destino de grandes fluxos turísticos. E que bom! O fato de termos duas joias – Pantanal e Bonito-Serra da Bodoquena, locais de peculiaridades e de fragilidades ambientais, onde o cuidado com a natureza é primordial para a prática do turismo e, conseqüentemente, do desenvolvimento – possibilita-nos trabalhar com uma segmentação de oferta que contribui para o processo de conservação – uso responsável dos ativos naturais – e, conseqüentemente, com uma boa relação entre mercado e meio ambiente natural.

Entretanto, mesmo com as condições mencionadas, é fundamental, no trabalho de posicionamento do destino e das ações de promoção e comercialização, que os segmentos de oferta sejam bem trabalhados com a demanda ou com os públicos que podem e querem consumir nossos destinos, e, ainda, que sejam pessoas não só preocupadas, mas também que entendam o valor agregado aos produtos disponíveis.

Desde o início da minha gestão na Fundação de Turismo, esse aspecto tem sido muito bem trabalhado e desenvolvido pela equipe. Temos, hoje, o conhecimento dos nossos diferenciais competitivos, da nossa oferta altamente segmentada e qualificada e das nossas metas, que não são de aumento desenfreado do fluxo, mas, sim, de apoio ao aumento da taxa de ocupação.

Com campanhas e ações direcionadas a cada tipo de perfil, aliando uma comunicação diferenciada para cada público, entendemos que é possível que a gestão pública, como no caso da FUNDTUR, por meio do *marketing* segmentado e de ações de apoio à comercialização focada em públicos específicos, tanto por meio de operadoras quanto com o público final, fomente a prática do turismo responsável. Em outras palavras, quando entendemos nosso público e quais são os nossos ativos naturais, quando temos, como em Bonito - Serra da Bodoquena ou no Pantanal, um turismo organizado e com processos de venda organizados que auxiliam na conser-

vação desses ativos, e comunicamos isso de forma planejada, estamos contribuindo para a atração de um turista que se preocupa com nosso meio ambiente.

GESTÃO DE DESTINOS: PARA ALÉM DO MERCADO E DA RESPONSABILIDADE

Na verdade, está tudo relacionado. Não temos como isolar os temas, pois a vida real, e as ações que são e precisam ser implementadas para o desenvolvimento responsável do turismo, acontecem ao mesmo tempo, às vezes, de forma desordenada e sem planejamento, mas ocorrem mesmo assim. Portanto, falar sobre gestão de destinos é fundamental para abordar o mercado do turismo e a responsabilidade nos seus diversos pilares: ambiental, social, econômico e um que é pouco debatido, o político-institucional.

O turismo, apesar de ser uma atividade econômica, ainda é muito dependente da gestão pública. O que poderia ser uma incoerência também tem uma lógica, afinal, se o papel de um órgão público, ou instituição que trabalhe a gestão de um destino, é o fomento, ou seja, criar as condições para que as atividades turísticas, por meio dos seus empresários, se desenvolvam, a gestão pública tem, sim, papel importante. Entretanto, e infelizmente, o que mais ocorre é uma dependência total das iniciativas do ente público, desde o simples apoio à estruturação, ou qualificação, até o desenvolvimento de produtos (lógica que está equivocada até certo ponto) e a promoção não dos destinos, mas de iniciativas e produtos privados. Se a atividade turística é econômica e voltada para o mercado, a construção de estratégias deve ter, no privado, o ente mais ativo do processo, com sugestões e soluções, e não apenas com problemas. Demandar de forma coletiva é diferente de pedir algo de forma individual.

Analisando essa afirmação ou a realidade da maioria dos destinos do Brasil, é quase natural afirmar que não existe responsabilidade em quase nenhum dos pilares. Evidentemente, o pilar ambiental, quando bem trabalhado na parte de estruturação de atrativos naturais, com capacidade de suporte definido e respeitado

– como o caso clássico do nosso melhor destino de ecoturismo do Brasil: Bonito –, podemos afirmar que existe uma prática responsável. Mas não um destino como um todo! Para isso, os pilares econômico, social e político-institucional, devem estar em equilíbrio, o que não é tarefa fácil, especialmente devido ao que está na afirmação no início deste subcapítulo.

A descontinuidade das políticas públicas, a pouca ou confusa liderança e integração do setor privado, a falta de inovação da gestão compartilhada e da construção coletiva que é papel das instâncias de governança são fatores preponderantes na dificuldade em se obter destinos mais competitivos. A gestão de destino não é algo praticado como se deve, um pouco pelo órgão público e quase nada pelo empresariado que ainda enxerga o seu negócio de forma isolada.

E existe fórmula mágica? Durante esses anos trabalhando com gestão e governança, procurei e não encontrei. Apenas identifiquei, em poucos – infelizmente – casos de destinos organizados, alguns pontos em comum: locais que possuem lideranças do setor privado dispostas a contribuir com o todo, um mínimo de organizações estruturadas formalmente, com representatividade, recursos financeiros e apoio do setor público e privado para auxiliar na implementação de algumas ações, e, claro, destinos que conseguem planejar. Não se trata daquele planejamento clássico de 1000 páginas, sendo 998 de diagnóstico, daqueles objetivos e, ao mesmo tempo, estratégicos, em forma de mapas – aprendi com meu grande amigo e grande especialista do setor, Richard Alves, os atuais direcionamentos estratégicos.

Desde que assumi a Fundação, tenho trabalhado com planos enxutos: no início, com poucas linhas estratégicas, mas com alta capacidade de execução, e, ao longo de quatro anos, com prática e alguns testes, com aumento gradativo do número de ações, sem perder o direcionamento. Esse modelo vem sendo aplicado nas nossas regiões turísticas, e, com apoio do Sebrae, por meio de consultorias, estamos contribuindo para a mudança na lógica de pensar planejamento e gestão. Visa-se construir poucas ações, mesmo que elas não resolvam todos os problemas – até porque nenhum planejamento fará isso –, mas tenham foco no mercado, nos dife-

renciais da região, e viabilidade de execução. Isso, na minha visão, é ser responsável. É a mesma linha da capacidade de carga ou de suporte, tão usada na área ambiental para definir número de visitantes por dia em determinado atrativo: não deve ser extrapolada, já que pode causar danos irreversíveis ao meio ambiente natural. No planejamento, é igual: menos é mais.

Sendo assim, gestão de destino é um ato contínuo de priorizar, repriorizar, definir e redefinir estratégias, capacidade de execução e monitoramento, e tudo ao mesmo tempo, sem, necessariamente, seguir uma ordem muito lógica. Indiscutivelmente, métodos e processos são importantes instrumentos para que se efetue uma gestão eficiente, mas a maior habilidade na gestão de destinos, a meu ver, é aproveitar o momento e fazer acontecer.

REFERÊNCIA

ALDRIGUI, Mariana. Turismo e os setores da economia. **Academia Edu**. [S. l., 201-]. Disponível em: https://www.academia.edu/37456444/TURISMO_E_OS_SETORES_DA_ECONOMIA. Acesso em: 03 mar. 2021.



CAPÍTULO 3

APONTAMENTOS A RESPEITO DA REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO MATO GROSSO DO SUL

Geancarlo de Lima Merighi

O Programa de Regionalização do Turismo é um dos programas para o desenvolvimento da atividade turística do Ministério do Turismo. O foco do programa é a gestão, a estruturação e a promoção do turismo no Brasil, de forma regionalizada e descentralizada, alinhado aos princípios da Política Nacional de Turismo, estabelecidos pela Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008).

A regionalização é um dos princípios da referida lei, também conhecida como “Lei Geral do Turismo”, que estabelece a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no que diz respeito a planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

É importante lembrar que o desenvolvimento de programas nacionais com enfoque territorial iniciou-se em 1994, como o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que, por meio de ações coordenadas de criação de sensibilização, governança, planejamento, dentre outras, buscava ordenar e desenvolver a atividade turística em âmbito municipal. Pode-se dizer que o PNMT foi de suma importância no fortalecimento dos municípios e destinos turísticos onde ele se desenvolveu, em especial pela disseminação da importância de uma cultura de governança conjunta entre o público e o privado, propiciando a gestão descentrali-

zada da atividade turística, entre outras características que continuam presentes no atual Programa de Regionalização, o qual trouxe novos horizontes e possibilidades, promovendo a sinergia entre os destinos de uma mesma região turística e a possibilidade de incremento da oferta turística, com a criação de rotas e roteiros integrados entre eles.

De 2004 até os dias de hoje, diversas atividades foram desenvolvidas nas regiões turísticas, com objetivo da implementação da regionalização que, desde o início, vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Turismo em parceria com as Unidades Federativas, por meio de seus Órgãos Oficiais de Turismo, com as regiões turísticas, mediante suas Instâncias de Governança Regionais (IGRS), e com os municípios, com seus órgãos gestores e governança municipal do turismo.

As Instâncias de Governança Regional do turismo são espaços de articulação de atores públicos, privados, sociais e do terceiro setor, com objetivo de proposição, análise, coordenação e monitoramento de políticas, planos, projetos e ações na busca do desenvolvimento do turismo sustentável em uma região turística. Devem ser um espaço coletivo para que se exerça a governança do turismo na região, por meio, dentre outros mecanismos, da gestão descentralizada, isto é, da capacidade dos atores públicos e privados e da sociedade de se articular na elaboração do planejamento das ações para o desenvolvimento do turismo na região, sem que haja interrupção da execução da atividade em virtude das trocas de gestão no poder público e nas associações de classes, entre outros fatores que possam desarticular o grupo e atrasar o desenvolvimento das ações planejadas.

Dessa forma, criou-se uma Rede de Interlocutores Estaduais, Regionais e Municipais do programa, integrando as estruturas da gestão pública e a cadeia produtiva do turismo, além das instituições de ensino superior e das organizações da sociedade civil, procurando ser um modelo de gestão de política descentralizada, coordenada e integrada, e almejando o bem-estar social das comunidades.

O programa possui seus eixos de atuação focados em gestão descentralizada, planejamento, posicionamento de mercado, qualificação profissional, empreen-

dedorismo, captação e promoção de investimento, infraestrutura turística, informação ao turista, promoção e apoio à comercialização, e monitoramento. Atualmente, o programa vem desenvolvendo fortemente a interlocução com os estados, buscando fortalecer e qualificar o Mapa do Turismo Brasileiro, a categorização dos municípios, bem como profissionalizar as instâncias de governança nas regiões turísticas.

A importância do Mapa do Turismo Brasileiro, que tem atualização a cada dois anos, é definir um recorte territorial que deve ser trabalhado, de forma prioritária, pelo Ministério do Turismo, além de ser a base para a categorização dos municípios. O mapa vigente foi atualizado em 2019; nele, o Brasil apresenta 2 694 municípios e 333 regiões turísticas.

Inicialmente, era responsabilidade dos estados definir quais de seus municípios estariam inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro, sem haver nenhum critério estabelecido pelo ministério. Muitos estados colocavam todos os seus municípios no mapa, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento da atividade; outros, com base em critérios próprios, inseriam somente alguns, em especial os que já tinham o turismo como uma de suas atividades econômicas prioritárias. A partir de 2016, a atualização passou a ocorrer por meio do atendimento a critérios mínimos, estabelecidos pelo ministério em parceria com os interlocutores estaduais, visando, principalmente, qualificar a entrada e a permanência dos municípios no mapa.

Com o mapa estabelecido, o Ministério do Turismo realiza a categorização dos municípios, que é um instrumento para medir o desempenho do setor de turismo nos municípios do mapa, permitindo a adoção de políticas públicas e outras tomadas de decisão respeitando o grau de desenvolvimento da atividade turística no município, como, por exemplo, a distribuição otimizada de recursos públicos, o conhecimento do papel desempenhado pelo município na região turística a que ele pertence, a criação de estratégias de acordo com a realidade do turismo local, dentre outras, com o objetivo principal de aprimorar a gestão do turismo nos destinos.

A regionalização em Mato Grosso do Sul iniciou-se bem antes do programa de regionalização do Ministério do Turismo. O Plano de Desenvolvimento Turístico

e Sustentável de Mato Grosso do Sul (PDTUR/MS), implementado pelo Governo do Estado, foi lançado em março de 1999. Fizeram parte das ações propostas pelo PDTUR/MS a regionalização e o inventário turístico, em que foram inventariadas as potencialidades e os equipamentos turísticos existentes, e, com essas informações, foram elaborados planos de desenvolvimento turístico para os então 77 municípios do estado. Há relatos de antigos servidores da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul de que, desde a época em que a atividade turística era uma pasta na Companhia de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul (CODEMS), já havia ações para regionalização do turismo no estado¹.

Em março de 2001, foram entregues aos 77 municípios de Mato Grosso do Sul os diagnósticos da situação do turismo, passando-se à fase das oficinas de planejamento junto aos municípios, a fim de se discutir a viabilidade das ações na elaboração dos planos regionais de desenvolvimento turístico e de um programa de desenvolvimento da infraestrutura básica de turismo. Em março de 2002, quando o SEBRAE/MS e a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul realizaram parceria com o município de Aparecida do Taboado, por ocasião do I Seminário de Turismo e Cultura do Alto Paraná, iniciaram-se os trabalhos de regionalização do turismo no estado, discutindo-se as ações propostas nas diretrizes indicadas pelo PDTUR/MS, sendo uma das primeiras regiões a serem trabalhadas a então chamada Região Turística da Costa Leste (MERIGUE, 2004).

É possível dizer que a regionalização trouxe uma nova visão de desenvolvimento para o setor turístico no Brasil e em Mato Grosso do Sul, onde a sinergia, a integração e a interdependência são características primordiais para o sucesso dos produtos turísticos regionais.

Inicialmente, já na ação do então Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, foram criadas as sete primeiras regiões turísticas do estado, as quais fizeram parte do Mapa da Regionalização do Turismo de 2004 (Figura 3.1),

¹ Informação verbal obtida em conversa informal com o senhor Matheus Dauzacker Neto, servidor efetivo aposentado da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul.

que, atualmente, chama-se Mapa do Turismo Brasileiro.

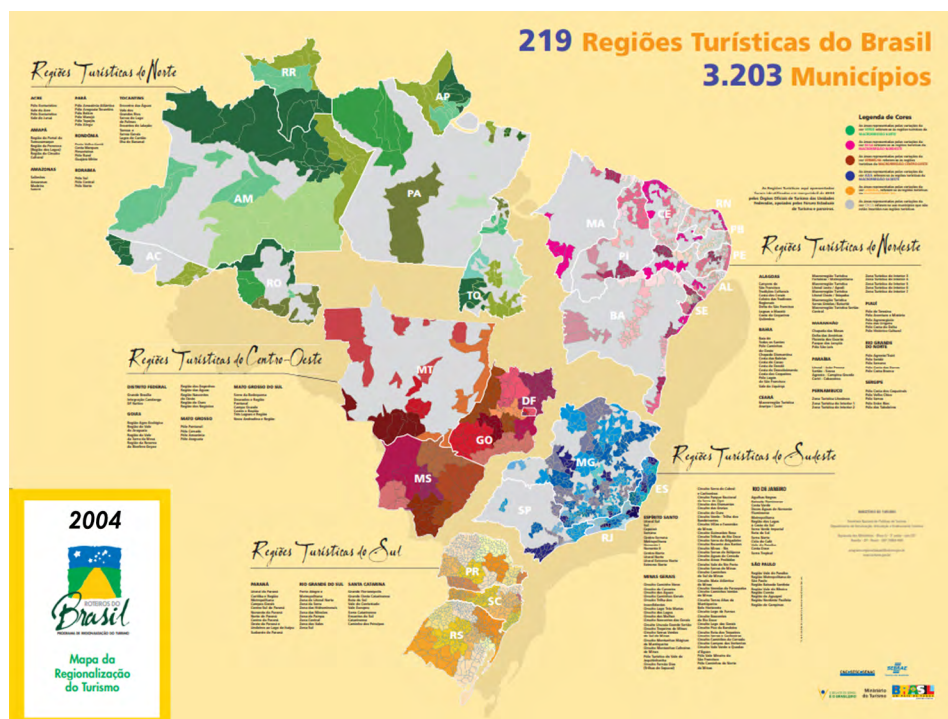


FIGURA 3.1 - Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil e suas respectivas regiões turísticas (2004).

Fonte: Brasil (2004).

Ficaram instituídas sete regiões turísticas em Mato Grosso do Sul, cujos nomes eram: Serra da Bodoquena, Dourados e Região, Pantanal, Campo Grande, Coxim e Região, Três Lagoas e Região e Nova Andradina e Região. Todos os 77 municípios foram colocados no mapa como município turístico, e manteve-se assim até a atualização de 2016, quando foram criados os critérios mínimos para um município estar no mapa.

Em 2006, houve um novo mapeamento, e o estado manteve as mesmas regiões de 2004, porém, houve alteração nos nomes de algumas delas: a região de

Serra da Bodoquena passou a se chamar Bonito e Serra da Bodoquena, a de Campo Grande passou a ser Campo Grande e Região, a de Três Lagoas e Região tornou-se Costa Leste, a de Dourados e Região foi denominada Caminhos da Fronteira, e a de Coxim e Região passou a ser chamada Rota Norte.

No ano de 2009, o Ministério promoveu outro mapeamento, que aconteceu concomitantemente à elaboração de um Plano Estratégico para o Turismo no estado. Houve novas mudanças e, dessa vez, não apenas no nome das regiões, mas também na quantidade, passando de sete a dez. Também ocorreu o desmembramento de algumas regiões, em razão da quantidade de municípios, como, por exemplo, a região Caminhos da Fronteira, que era composta por mais de vinte municípios, bem como devido a características territoriais de proximidade, como aconteceu com a Costa Leste e Rota Norte: com o desmembramento de alguns de seus municípios, criou-se uma nova região. As regiões, a partir de 2009, ficaram assim denominadas: Bonito/Serra da Bodoquena, Pantanal, Caminhos da Fronteira, Rota Norte, Costa Leste e Campo Grande e Região, que passou a se chamar Caminho dos Ipês, a pedido do Fórum de Turismo da Região. Além disso, foram criadas as regiões de Vale do Aporé, Cone Sul, Vale das Águas e Grande Dourados.

Em 2013, quando se procedeu outro mapeamento, não houve muitas mudanças, exceto o fato de a região Cone Sul passar a se chamar Sete Caminhos da Natureza-Cone Sul. Como mencionado, a partir de 2016, o estado já não pode mais colocar todos os municípios no mapa, e, nessa ocasião, não houve mudança nas regiões, porém, só ficaram no mapa 60 entre os 79 municípios do estado. Em 2017, esse número caiu para 47 e, em razão da recomendação do Ministério do Turismo de não de formar uma região turística onde houvesse somente um município integrando o mapa, também foi excluída a região Caminhos da Fronteira, pois apenas Ponta Porã conseguiu manter-se no mapa, sendo, portanto, anexada à região da Grande Dourados.

Em 2019, ocorreu outra atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, que é feita a cada dois anos; o número de municípios caiu para 42 e o número de regiões,

para 8, devido à junção da região da Costa Leste com a do Vale do Aporé, que criaram a região Integra Costa Leste-Vale do Aporé. As regiões turísticas Sete Caminhos da Natureza-Cone Sul e Rota Norte, a pedido de suas IGRs, passaram a se chamar Caminhos da Natureza-Cone Sul e Cerrado Pantanal, em virtude da solicitação para compor a região de um município que fazia parte da antiga região Caminhos da Fronteira (Figura 3.2).



FIGURA 3.2 - Mapa de Regiões do Turismo do Mato Grosso do Sul (2019).

Fonte: Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (2019).

Com início em 2021 e entrega oficial em 2022, houve a mais recente atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, em que foram inseridos as 08 regiões turísticas e os 47 municípios de Mato Grosso do Sul. Cabe destacar que, nessa atualização, a região Integra Costa Leste-Vale do Aporé voltou a se chamar Região Turística da Costa Leste (Figura 3.3).



FIGURA 3.3 - Mapa de Regiões do Turismo do Mato Grosso do Sul (2022).

Fonte: Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (2022).

Desde sua criação, as regiões receberam apoio técnico, tanto do Ministério do Turismo quanto do Órgão Oficial de Turismo do estado. Houve inúmeras ações para criação das governanças regionais, bem como das municipais. Foram realizados pelo estado, por intermédio da FUNDTUR, em 2009 e 2011, dois Salão Estaduais de Turismo, onde as regiões se organizaram para apresentar seus produtos e potencialidades, bem como a gastronomia, a dança, a música e o artesanato regionais. De acordo com o Relatório de Gestão da FUNDTUR (2007-2014), a criação e o fortalecimento dos fóruns foram trabalhados mediante sensibilização, convencimento e apoio consultivo técnico realizado pela equipe da Fundação, que também participava como membro dessas instâncias. Entretanto, houve um período, entre 2013 e 2015, em que o Ministério do Turismo sofreu mudanças constantes em sua gestão, as quais, somadas às mudanças na gestão pública dos municípios, ao número pequeno ou quase nenhum de participantes da iniciativa privada nos fóruns, bem como

à diminuição da frequência das demandas de ações do Programa de Regionalização do Turismo, levaram algumas IGRs a se desfazerem ou ficarem funcionando somente com a participação do poder público.

Em 2016, o programa retomou suas ações com maior frequência e concentrou seus esforços no Mapa do Turismo Brasileiro e no fortalecimento das Instâncias de Governança. Conforme mencionado anteriormente, foi nesse ano que a atualização do mapa passou a utilizar critérios e a promover uma mobilização entre os estados e seus municípios para o levantamento de documentação e análises para que os municípios integrassem o mapa. Com isso, houve a diminuição do número de municípios do estado no mapa do turismo e, a partir de 2017, foi iniciado o processo de formalização das instâncias de governança regionais, iniciando por um trabalho no qual a FUNDTUR contou com a parceria do SEBRAE na contratação de uma consultoria jurídica para auxiliar as instâncias de governança das regiões de Bonito/Serra da Bodoquena, Pantanal, Caminho dos Ipês e Cerrado-Pantanal a trabalhar seus estatutos sociais e a se formalizar, para que passassem a ser associações sem fins lucrativos e pudessem, portanto, a partir dos prazos de existência do CNPJ, realizar convênios com municípios, estado e governo federal a fim de atuar no desenvolvimento, na promoção e na comercialização do produto turístico regional.

Outro componente importante do Sistema Nacional de Turismo, a governança estadual, em Mato Grosso do Sul, estava inativa há algum tempo. O que havia, desde o início do Programa de Regionalização, era um Fórum de Turismo de Mato Grosso do Sul, que, ao final de suas ações, era integrado por mais de 40 entidades públicas, privadas e mistas, como conselhos municipais. Dessa parceria, também resultou a Lei 5.224, de 2018, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Turismo do Estado do Mato Grosso do Sul, a Política Pública Estadual para o Turismo e o Plano Estadual de Turismo, e dá outras providências, e tem por diretriz o fomento e o apoio ao desenvolvimento do turismo do estado de Mato Grosso do Sul, de forma democrática e integrada, entre os atores previstos na referida lei e em consonância com a Política Estadual de Turismo e o Plano Estadual de Turismo.

Em 2018, com o intuito de reestruturar a gestão descentralizada do turismo, também foi institucionalizado o Conselho Estadual de Turismo, por meio do Decreto nº 15.064, de 16 de agosto de 2018, entidade mais enxuta, de caráter propositivo e consultivo, com a missão de apoiar e articular o planejamento do turismo do estado, composta por dezenove membros, com a presença governamental e privada, mediante a participação de associações do setor de turismo e afins de abrangência estadual ou regional. Adotou-se, desde o início, que a presidência sempre será da iniciativa privada, visando à continuidade das ações. Em 2019, o Conselho elaborou o Mapa Estratégico do Turismo de Mato Grosso do Sul, em parceria com outras instituições que não faziam parte do conselho, e traçou estratégias e ações relativas a desenvolvimento, estruturação, governança e mercado.

Concluindo, esses apontamentos são decorrentes de nossa vivência no trabalho com o Programa de Regionalização do Turismo em Mato Grosso do Sul, trabalho esse que foi levado a cabo desde antes da criação do programa nacional, fruto da *expertise* de servidores públicos e privados que vislumbraram que, na sinergia entre os municípios, o turismo sul-mato-grossense poderia ser mais competitivo nos mercados nacionais e internacionais, com a possibilidade de integração de roteiros e de desenvolvimento de uma governança forte e inovadora.

Houve, evidentemente, muitos obstáculos; inclusive, em nosso entendimento, ainda existem alguns que precisamos afastar e que dificultam a regionalização, como a dificuldade que ainda existe de se trabalhar a sinergia entre os destinos, a integração na elaboração dos roteiros e na comercialização, na competição entre roteiro dentro do próprio estado, entre regiões e dentro das próprias regiões, dentre outras. Entretanto, sabemos que se faz necessária uma mudança de paradigma, isto é, mudar de um pensamento cartesiano para um sinérgico, e isso leva algum tempo. Percebe-se que já há avanços nesse sentido – nitidamente, em níveis diferentes entre as regiões. Hoje, com a publicação da Lei nº 5.224, de 2018, que institui o Sistema Estadual de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul, esse aparelhamento legal vem reforçando a regionalização, a gestão descentralizada e a necessidade de as

regiões se integrem cada vez mais em prol do fortalecimento da atividade turística em Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo. **Versões anteriores**: versões anteriores do Mapa do Turismo Brasileiro. Brasília, DF: MTur, 2004. Disponível em: http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=85&Itemid=268. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. Brasília, DF: Casa Civil, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm#:~:text=1o%20Esta%20Lei%20estabelece,dos%20prestadores%20de%20servi%C3%A7os%20tur%C3%ADsticos. Acesso em: 10 abr. 2021.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. **Mapa turístico do MS**. Campo Grande: FUNDTUR-MS, 2019. Disponível em: <http://www.turismo.ms.gov.br/conheca-ms/mapa-turistico-do-ms/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 5.224, de 9 de julho de 2018**. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Turismo do Estado do Mato Grosso do Sul, a Política Pública Estadual para o Turismo e o Plano Estadual de Turismo, e dá outras providências. Campo Grande: Governo do Estado, 2018. Disponível em: memnsf/1b758e65922a-f3e904256b220050342a/1fade9b5c1c2fd34042582c60044a936?OpenDocument. Acesso em: 15 ago. 2022.

MERIGUE, G. C. de L. **Rede de gestão compartilhada como estratégia de desenvolvimento para a região turística da Costa Leste – MS**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2004.



CAPÍTULO 4

OBSERVATÓRIO DO TURISMO NO MATO GROSSO DO SUL

Danielle Cardoso de Moura

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O primeiro órgão estadual voltado para o fomento do turismo de Mato Grosso do Sul foi criado em 28 de maio de 1979, por meio do Decreto nº 132, sendo caracterizado por várias transformações e nomenclaturas – Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul (TURISUL), Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul (MSTur), Companhia de Desenvolvimento Econômico de MS (CodeMS) –, até chegar à atual Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FundturMS), instituída pelo Decreto nº 10.552, de 14 de novembro de 2001, e que completa 20 anos em novembro de 2021 (MATO GROSSO DO SUL, 2013).

Em conformidade com o Decreto nº 13.582, de 15 de março de 2013, uma das competências da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul é realizar estudos, pesquisas e projetos relacionados ao turismo. O Sistema de Informações e Estatísticas era o setor responsável pelo monitoramento e pela disponibilização dos dados e indicadores do setor no órgão, o qual disponibilizava, anualmente, série histórica contendo dados consolidados desde 2007, relativos a fluxos de passageiros aéreo e rodoviário, a chegadas de turistas estrangeiros no Brasil pelos portões de MS, ao Cadastro de Prestadores de Serviços (CADASTUR) e à taxa de ocupação hoteleira. Contudo, a partir de 2014, a recepção dos dados fornecidos pelos Meios de Hospe-

dagem da Movimentação Hoteleira, exigidos pela Lei nº 11.771/2008 e pelo Decreto nº 7.381/2010, sofreu alterações, passando para o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes (SNRH) - Ministério do Turismo, acarretando a descontinuidade desses dados em série histórica.

Nesse sentido, a proposta de implantação de um observatório do turismo estadual surgiu baseada na necessidade de ampliação da base de estudos e pesquisas, ora desenvolvidas mediante o Sistema de Informações e Estatística das atividades turísticas em Mato Grosso do Sul, a fim de subsidiar a gestão pública e privada norteando ações de planejamento e promoção do turismo, a partir de indicadores pré-selecionados, cujas informações estivessem reunidas em um banco de dados e em canais próprios de distribuição, disponibilizando, dessa forma, um instrumento com os indicadores organizados capazes de dar mais eficiência às ações de monitoramento, mensuração e geração de estatística.

Anteriormente à implantação do Observatório do Turismo de MS, havia outros três observatórios de turismo municipais em Mato Grosso do Sul, quais sejam: Observatório do Turismo do Pantanal (2013), Observatório do Turismo e Eventos de Bonito (2015) e Observatório do Turismo e Cultura de Campo Grande (2017). Assim, com o intuito de unificar a base de informações turísticas do estado, a Fundação de Turismo de MS promoveu, em 25 de maio de 2017, a oficina “Observatórios de Turismo”, em Campo Grande - MS, ministrada pelo turismólogo Fábio Montanheiro Nascimento, coordenador do Observatório de Turismo e Eventos de São Paulo, referência nacional e único observatório vinculado à OMT do Brasil. A oficina norteou o projeto de implantação do observatório estadual, visando à integração com os observatórios municipais. O evento contou com a participação de entidades de classe, instâncias de governança, universidades e gestores de turismo de Campo Grande, Bonito e Corumbá, cidades que já eram detentoras de observatórios de turismo.

Cabe destacar que as atividades do observatório estadual, sob a coordenação da professora Daniela Sottili Garcia, docente cedida pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul à Fundtur MS, em 2016, para implementação do projeto no

órgão, inicialmente denominado Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas, tendo a docente permanecido na Fundtur/MS até o ano de 2018. Desde então, criou-se o planejamento inicial de algumas pesquisas primárias e foi feito o levantamento de dados secundários, porém, ainda havia a necessidade de contratação de uma equipe para ampliar o campo de pesquisas. Posteriormente, em 16 de novembro de 2017, foi publicado, no Diário oficial nº 9533, o Edital 1/2017/SAD/FUNDTUR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – SAD/FUNDTUR/OTMS/2017, destinado a recrutar e selecionar profissionais para a prestação de serviços, por tempo determinado, no Observatório de Turismo da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, com sete vagas (um turismólogo com pós-graduação, três turismólogos, um administrador, um economista e um analista de sistemas). A seleção foi concluída no fim de novembro de 2017, com posse dos candidatos selecionados em 08 de janeiro de 2018, momento a partir do qual as atividades de pesquisas primárias e secundárias foram expandidas e efetivadas em fluxo contínuo.

Após início definitivo das atividades em fluxo contínuo, o Observatório do Turismo de MS passou a ter duas frentes de coordenação, uma operacional (da responsabilidade de Danielle Cardoso de Moura) e outra estratégica (da responsabilidade de Daniela Sottili Garcia), culminando na publicação do primeiro boletim em maio de 2018 (Figura 4.1), no desenvolvimento de site próprio (www.observatorio-turismo.ms.gov.br) e da identidade visual (logo), marcando uma nova fase do turismo sul-mato-grossense e dando início à sua missão de monitorar o desempenho do turismo no estado, por meio de estudos, pesquisas e divulgação de indicadores, visando subsidiar a tomada de decisões dos agentes públicos e privados (BORDIN, 2018).



FIGURA 4.1 - Infográfico do Boletim n. 1/2018.
Fonte: Observatório do Turismo de MS (2018).



FIGURA 4.2 - Logomarca ObservaturMS.
Fonte: Observatório do Turismo de MS (2018).

O PAPEL DOS OBSERVATÓRIOS DE TURISMO

Partindo da premissa de que os modelos e teorias que existem sobre planejamento e gestão do turismo ou gestão de destinos e/ou de empresas turísticas têm como um dos processos em comum a necessidade da informação para a tomada de decisão, é fundamental conceber os princípios básicos que vão nortear tal planejamento e gestão do turismo. Souza (2001, p. 46) destaca que “[...] planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, por possuírem referenciais temporais distintos e, por tabela, por se referirem a diferentes tipos de atividades”. Do mesmo modo, Anjos (2004, p. 58) salienta que

O planejamento está ligado muito mais ao futuro, a maximização das potencialidades e a minimização dos problemas. É um processo mais complexo e longo do que gestão, e assim, mais duradouro e com consequências sociais, ambientais e/ou econômicas. A gestão se remete particularmente a uma ação operacional, praticamente a execução de projetos advindos do planejamento.

Existem muitos desafios em planejamento e gestão dos destinos, e um deles é a falta de dados e informações para que, efetivamente, se possa desenvolver políticas públicas e estratégias. Assim sendo, é imprescindível que os gestores detenham um conjunto de informações levantadas, organizadas e sistematizadas, e que elas sejam transformadas em informações com significado para que subsidiem as decisões.

Nesse contexto, figuram os observatórios de turismo. No Brasil, os primeiros observatórios de turismo surgiram nos anos 2000, nos estados de São Paulo e Paraná, e, posteriormente, “[...] a partir de 2010, observatórios de diferentes tipologias e funções foram implantados como instrumentos facilitadores do processo de tomada de decisões no turismo” (GARCÊS; CARVALHO, 2020). Segundo Valero et al. (2013, p. 8 apud BREGOLIN, 2018, p. 39), “[...] os observatórios turísticos constituem o termômetro de um destino turístico”. Os autores destacam ainda que

Eles permitem monitorar as informações sobre entidades do setor de turismo, o que é uma vantagem competitiva porque permite uma comparação com outros destinos para se antecipar assim à concorrência e desenvolver estratégias que aumentem a sustentabilidade. (VALERO et al., 2013, p. 8 apud BREGOLIN, 2018, p. 39).

Pena e Moesch (2016, p. 6) destacam a questão de que os observatórios também devem “[...] ter a preocupação com a transposição da produção científica a ser construída para as políticas públicas, para o mercado, na busca da sustentabilidade do Turismo das diferentes regiões”. Os autores comentam que

Como instrumentos de investigação científica e de orientação profissional os Observatórios são uma rede interdisciplinar permanente de discussão, estudos, pesquisas e produção do conhecimento focado em atender as demandas do planejamento turístico sustentável no território nacional. (PENA; MOESH, 2016, p. 6).

No entanto, Theorga (2016, p. 26) ressalta que, somente em 2004, a Organização Mundial do Turismo “[...] sugeriu a criação de observatórios de turismo visando reforçar as capacidades institucionais de gestão de informação e o acom-

panhamento do turismo sustentável”. Desse modo, de acordo com a autora, seria possível fornecer aos gestores do turismo e *stakeholders*

Uma orientação para a construção de uma estrutura para a coleta regular, análise e comunicação de informações, relacionadas aos impactos do turismo sobre os aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos dos destinos. (THEORGA, 2016, p. 26).

Os observatórios de turismo mais recentemente amparados pelo Plano Nacional de Turismo 2018-2022 fazem parte do Programa de Regionalização do Turismo, que foi elaborado de forma coletiva, com o apoio das áreas técnicas do Ministério do Turismo, Embratur e agentes públicos e privados, por meio da Câmara Temática do Plano Nacional de Turismo, constituída dentro do Conselho Nacional de Turismo, que é reformulado, geralmente, a cada quatros anos. Barbosa (2018, p. 22) ressalta que

O Plano Nacional de Turismo 2018-2022 estabelece diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Turismo, tendo como objetivo principal ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo das regiões com potencial turísticos, de modo a planejar, implantar e gerenciar as políticas públicas na perspectiva de alcançar as metas estabelecidas.

Desse modo, Bregolin (2018, p. 41) enfatiza que “[...] a diversidade de finalidades apontadas para a criação dos observatórios de turismo permite identificar que são atribuídos a eles uma série de papéis junto aos destinos turísticos”. Não obstante, Bagdahn (2012, p. 15) salienta que

As finalidades de um observatório seriam mais ou menos sempre as mesmas, ou seja, consistiriam em otimizar o apoio à decisão; em melhorar o conhecimento e a visibilidade territorial; e em fornecer uma espécie de engenharia aos responsáveis pelos projetos locais.

Com a “[...] incorporação de tecnologias informacionais e o estabelecimento de redes de conhecimento, os observatórios do turismo abrem oportunidades de divulgação e compartilhamento de ideias inovadoras” (THEORGA, 2016, p. 25), das

quais é possível destacar as redes. A autora reforça, também, que os observatórios e essas redes podem

Alavancar o desenvolvimento regional do turismo, ao custo da cooperação intersetorial e interregional em prol de alianças institucionais e da capacidade de gestão do próprio destino (sustentabilidade do meio ambiente, da cultura e atrativos em geral). (THEORGA, 2016, p. 25).

O Plano Nacional do Turismo 2018-2022 prevê, entre suas estratégias de ampliação e aprimoramento de estudos e pesquisas em turismo, a efetivação e o apoio à estruturação de uma rede de observatórios de turismo em âmbito nacional. Segundo o Plano (2018, p. 84),

Um observatório de turismo tem entre os seus objetivos o acompanhamento, observação, coleta, tratamento, análise, geração e monitoramento de dados e informações sistemáticas e padronizadas sobre atividade turística em distintos níveis administrativos regional, estadual e municipal. Trata-se de um recurso institucional que permite acompanhar o desempenho do turismo em determinado nível administrativo, contribuindo para o planejamento sustentável da atividade e para fortalecer o turismo como opção de desenvolvimento econômico.

O primeiro observatório de turismo do mundo foi o Observatório *Touriscope Cote D'Azur* implantado no ano de 1984, em Nice, na França (BRANDÃO, 2007). Recentemente, constata-se uma quantidade expressiva de observatórios de turismo implantados em nível internacional (BREGOLIN, 2018; MIGLIORI, 2019). No que tange ao cenário nacional, a Rede Brasileira de Observatórios do Turismo (RBOT) contabiliza, atualmente, 53 observatórios membros da RBOT, distribuídos em 20 Unidades da Federação Brasileira, da qual o Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul também faz parte.

A Rede Brasileira de Observatórios do Turismo foi criada em 2017, durante o Encontro Paranaense de Observatórios do Turismo, por iniciativa do Professor José Gândara, que criou o Observatório do Turismo do Paraná. O evento contou com a participação de 12 observatórios brasileiros e 3 internacionais, culminado

na assinatura da Carta de Curitiba, que cria a Rede com o objetivo de unificar as discussões e os esforços em torno do desenvolvimento da produção de informações e estatísticas do turismo. Tavares e Vieira (2020, p. 174) comentam que “[...] a RBOT foi criada com o objetivo de fomentar trabalhos voltados à produção de dados estatísticos, estudos e inteligência de mercado para o setor Turístico Brasileiro”. Os autores destacam, ainda, que

À medida que os encontros foram acontecendo à rede foi se fortalecendo e agora nessa etapa a partir do 4º Encontro buscamos nossa institucionalização e o desenvolvimento de pesquisas em conjunto, como foi o caso da Pesquisa de Sondagem Empresarial dos impactos da Covid-19 no setor de Turismo no Brasil. (TAVARES; VIEIRA, 2020, p. 174).

Em razão da pandemia da covid-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde em meados de março de 2020, com previsão de conclusão em 2021, a RBOT organizou sua primeira pesquisa coletiva a nível nacional para detectar os primeiros impactos do novo coronavírus nas atividades turísticas brasileiras, por meio de uma sondagem empresarial, possibilitando identificar o cenário nacional e suas necessidades a curto prazo, de modo a colaborar no processo de tomada de decisão nas variadas esferas (REDE BRASILEIRA DE OBSERVATÓRIOS DO TURISMO, 2020).

As mudanças sociais sem precedentes provocadas pelo surto de coronavírus (SARS-CoV-2), causador da covid-19 afetaram dramaticamente o setor do turismo, conforme Moura e Feliciano (2020), que complementam: “[...] o surto provocou diversos impactos em virtude da indicação do isolamento social como medida com maior eficácia com vistas ao controle da propagação da doença, acarretando dessa forma restrições de viagem implementadas em praticamente todos os países do mundo” (MOURA; FELICIANO, 2020, p. 2).

A pandemia da doença causada pelo novo coronavírus, a covid-19 (sigla para *coronavirus disease 2019*, em inglês), foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020. De acordo com Freitas, Napimoga e Donalisio (2020, p. 1),

Desde o início do atual surto de coronavírus (SARS-CoV-2), causador da Covid-19, houve uma grande preocupação diante de uma doença que se espalhou rapidamente em várias regiões do mundo, com diferentes impactos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 18 de março de 2020, os casos confirmados da Covid-19 já haviam ultrapassado 214 mil em todo o mundo. Não existiam planos estratégicos prontos para serem aplicados a uma pandemia de coronavírus.

No Brasil, desde o primeiro caso, confirmado em 26 de fevereiro, foram registrados outros 34 245 374 casos confirmados e 682 216 mortes pela covid-19, até 18 de agosto de 2022, segundo o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) (BRASIL, 2022).

CASE OBSERVATÓRIO DO TURISMO DE MS

Para que um território seja inovador, ele deve “[...] ter recursos para obter, organizar e tratar sistematicamente os dados e as informações de forma a criar conhecimento diferencial e inteligência coletiva que reflitam sua cultura e interação social” nos processos decisórios (BREGOLIN, 2018, p. 66). Assim sendo, os observatórios surgem com o importante papel de mobilizar atores em torno da sistematização de dados, da produção de informações e conhecimentos e do desenvolvimento de competências para a elaboração de análises críticas e pesquisas que apoiem a gestão pública e privada.

A criação do Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul, estabelecida pela Lei nº 5.224, de 9 de julho de 2018, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Turismo do Estado do Mato Grosso do Sul, a Política Pública Estadual para o Turismo e o Plano Estadual de Turismo, surgiu dessa necessidade de apoiar o desenvolvimento do turismo estadual, bem como do entendimento de que um observatório é fundamental para as tomadas de decisões de políticas públicas de turismo em destinos turísticos, levando em consideração os dados coletados sobre a oferta e a demanda, e para, assim, estabelecer diretrizes para o bom desenvolvimento da cadeia produtiva.

O Observatório do Turismo de MS estruturou as pesquisas no tripé demanda/oferta/receita, contudo, visto que uma das competências do observatório é dar suporte à inteligência de *marketing* na Fundação de Turismo de MS, houve um desenvolvimento inicial efetivo na compreensão da demanda turística para nortear campanhas promocionais, captações de voos, participação em feiras e para a tomada de decisão de uma forma geral, tanto do gestor público quanto do privado.

Logo após, a partir de sua implementação efetiva, com a contratação da equipe em 2018, deu-se início ao acompanhamento, de forma contínua, do fluxo de turistas (de modo a mensurar quantos moradores e turistas desembarcavam nos principais aeroporto e terminal rodoviário do estado, os da capital Campo Grande) e do perfil desses turistas, por meio da pesquisa de demanda turística com base no modal aéreo, com periodicidade mensal. A partir de então, outras pesquisas segmentadas foram necessárias para uma melhor compreensão do público, tais como: Pescadores Amadores de outras Unidades da Federação e sul-mato-grossenses; Observadores de Aves; Perfil dos turistas em eventos contemplados pelos editais de chamamento público (sendo estendido, também, para além dos eventos apoiados); e, ainda, a sondagem de preferências de viagens dos moradores sul-mato-grossenses (demanda regional).

Em razão da descontinuidade da coleta de dados secundários, algumas informações tiveram como marco zero o ano de 2018, como, por exemplo, os dados da hotelaria (taxa de ocupação), uma vez que a última série se refere ao período de 2010-2013. Trata-se de dados extremamente importantes para compor o monitoramento de fluxo de turistas, porém grande parte dos observatórios enfrentam dificuldades em sua obtenção sistemática e contínua. Desse modo, definiram-se alguns municípios para a obtenção desses dados (Bonito, Campo Grande e Dourados), por possuírem observatórios e/ou pasta do turismo locais capazes de repassar os dados mensalmente. Com a reativação do Observatório do Turismo do Pantanal, espera-se que, em breve, o município de Corumbá tenha seus dados da hotelaria inseridos na análise, mediante parceria institucional, já que os dados do referido município são

coletados apenas em relação aos feriados. Complementarmente aos dados da taxa de ocupação, foram incluídas ainda, a tarifa média e a reputação *on-line* obtidas por meio de ferramentas como o *Booking* e o *Tripadvisor*.

Na tentativa de dimensionar o fluxo turístico além dos modais aéreos e rodoviários, os atrativos turísticos da região Bonito - Serra da Bodoquena são monitorados com base nos *vouchers* únicos emitidos para a realização dos passeios¹, nas visitas nos parques estaduais sul-mato-grossenses considerados Unidades de Conservação, nos observadores de aves que se cadastram na plataforma *Wikiaves*² e no fluxo de passageiros nos barcos-hotéis e, ainda, nos transportes sob o regime de fretamento turístico.

Apesar da descontinuidade, havia uma série histórica que contemplava alguns dados secundários, possibilitando certa continuidade e sistematização dos dados, em que se destacam: fluxo de passageiros por meio de transporte utilizado nos modais aéreo e rodoviário (intermunicipal, interestadual e internacional), Perfil da Demanda Turística Internacional em MS, chegadas de turistas de países de residência permanente em MS por todas as vias de acesso, e, ainda, o CADASTUR, por segmento obrigatório de cadastro, sendo esses dados organizados numa série de 2007 a 2019.

1 Em Bonito - MS, no ano de 1995, foi instituído, para fins consultivos, o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), formado por representantes ligados direta ou indiretamente ao turismo (agências de viagens, hotéis, guias turísticos, atrativos turísticos, bares e restaurantes, produtores rurais, entre outros, além de membros do poder público local). Ainda no mesmo ano, por meio da Instrução Normativa nº 001/95, o próprio COMTUR estabeleceu a obrigatoriedade de utilização do chamado Voucher Único, que se tornou o principal instrumento de controle e ordenamento da atividade turística em Bonito - MS. É um documento fiscal que garante o controle, on-line, do número de pessoas por atrativo turístico e o pagamento devido do imposto. O voucher só pode ser emitido por uma agência de turismo local e cadastrada na Prefeitura Municipal de Bonito - MS.

2 “O WikiAves é um site de conteúdo interativo, direcionado à comunidade brasileira de observadores de aves, com o objetivo de apoiar, divulgar e promover a atividade de observação de aves e a ciência cidadã, fornecendo gratuitamente ferramentas avançadas para controle de registros fotográficos e sonoros, textos, identificação de espécies, comunicação entre observadores, entre outras.” (texto de apresentação do site, disponível no link www.wikiaves.com.br).

Entre os desafios na coleta dos dados, salientam-se as dificuldades enfrentadas na obtenção dos dados referentes à receita (que envolvem os gastos dos turistas e a arrecadação do setor). Atualmente, os gastos dos turistas são obtidos mediante as pesquisas de demanda que buscam dimensionar os gastos médios diários e por segmentação (alojamento, alimentação, passeios, transporte local e compras), todavia o turista encontra muita dificuldade em prestar essas informações. Já no que diz respeito à arrecadação do setor, foi possível a sistematização de dados referentes aos empregos gerados (série de 2007-2019), às empresas abertas e fechadas relacionadas às Atividades Características do Turismo.

Destaca-se, ainda, o levantamento dos dados do Produto Interno Bruto (PIB) por setor e variação em MS, dos Valores Brutos da Produção (VBP) e valores agregados a preços correntes, da Composição do Valor Adicionado (VA) do Produto Interno Bruto por setor em MS, do total da economia das Atividades Características do Turismo em MS³ (série a partir de 2010), o que não representa assertivamente o PIB da atividade turística no estado, contudo, norteia parcialmente, principalmente em razão da lacuna de dois anos da disponibilização desses dados.

Por conta da dificuldade supracitada e considerando a necessidade de dados e informações relacionados às interligações setoriais do turismo do Mato Grosso do Sul que subsidiem a tomada de decisão, foi lançado um edital, em 2020, com finalização em 2022, para a construção da Matriz Insumo-Produto do Turismo. Trata-se de uma ação fundamental e inovadora, sobretudo com vistas à retomada e ao desenvolvimento da atividade turística frente aos impactos gerados pela pandemia da covid-19, demonstrando o potencial econômico e a relevância do turismo perante os demais setores da economia sul-mato-grossense. Com base nesse levantamento, os setores turísticos têm mais uma ferramenta para mostrar sua importância e as

3 O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente, em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas. O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. O PIB é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia.

informações econômicas necessárias para desenvolver um planejamento de ações, a fim de melhorar o bem-estar da população, do próprio turista e o *trade* turístico. Adicionalmente, essa mensuração tornou possível a identificação dos setores que mais se destacam em participação no Produto Interno Bruto (PIB), gerando postos de trabalho e melhorando as condições sociais e econômicas do estado. A Matriz de Insumo-Produto do Turismo (MIP-T) de MS possibilita, também, identificar oportunidades de negócios dentro da cadeia do turismo, bem como mensurar os impactos sobre o emprego, a renda, a produção e os impostos, ao fomentar tais atividades como forma de política pública de desenvolvimento do estado, utilizando painéis contendo *dashboards* com filtros de impactos sobre a MIP, por meio de *Business Intelligence* (BI).

Com a pandemia do novo coronavírus, as informações se tornaram essenciais. As pesquisas sempre foram importantes, já que, para a realização do planejamento turístico, existe uma dependência da integração e da análise de dados e de informações relacionadas à oferta, à demanda e a todos os subsistemas turísticos do cenário em questão, para que, com base nessas informações, decisões sejam tomadas e ações sejam propostas para execução e desenvolvimento de políticas e estratégias. Contudo, a pandemia instaurou um cenário de constantes mudanças e permeado de muitas incertezas, trazendo à tona a necessidade de monitoramentos contínuos e a importância dos dados para projeções, de modo a entender a evolução e as perdas do setor turístico, o que será necessário para a recuperação e quanto tempo será preciso para que ela se concretize.

Diante do exposto, mais do que nunca, para que o gestor tenha subsídio para auxiliar o processo decisório, faz-se necessário que os dados sejam organizados, sistematizados e de fácil acesso. Assim sendo, tanto a etapa de desenvolvimento do *site* do Observatório do Turismo de MS como a dos materiais publicados perpassam por uma preocupação constante em realizar uma entrega de materiais que sejam úteis ao público diverso que fará uso. Desse modo, o Observatório do Turismo de MS já alterou não só a periodicidade de publicação (mensal, trimestral e anual),

mas também os *layouts* dos boletins, principalmente nesse período de pandemia, em que os dados precisam ter uma dinâmica maior de entrega.

Logo que a pandemia foi decretada, em março de 2020, o Observatório do Turismo de MS iniciou as pesquisas, de modo a mensurar os primeiros impactos causados no setor do turismo sul-mato-grossense, inicialmente no que tange aos cancelamentos feitos por turistas nacionais e estrangeiros nos meios de hospedagem e agências e operadoras de Bonito, Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã, que totalizam 208 empresas participantes. Do total de respondentes, 37,9% informaram que houve cancelamentos de turistas estrangeiros, e 56% apontaram que houve cancelamento por parte dos turistas domésticos, demonstrando, desse modo, um impacto gradual e ainda incipiente.

Posteriormente, em abril, quando foi realizada a Sondagem Empresarial – Pesquisa dos impactos da covid-19 no setor do turismo, em parceria com a Rede Brasileira de Observatórios do Turismo, foi possível traçar um cenário nacional, identificando-se que as empresas do setor apresentavam perdas de faturamento na ordem de até 75% em abril, e de até 100% no mês de maio (MOURA; FELICIANO, 2020).

Por conseguinte, como desdobramento da sondagem empresarial e em razão das dificuldades financeiras apontadas pelas empresas participantes, foi realizada uma pesquisa complementar, em parceria com a Fecomércio/MS e o Sebrae/MS, com a finalidade de dar suporte ao setor para identificar a necessidade de capital de giro e as dificuldades de obtenção de linhas de crédito, uma vez que a necessidade de concessão de crédito foi latente nas medidas de mitigação necessárias para a sustentação dos negócios, já que essas empresas sinalizavam ter entre um e dois meses de capital de giro.

Diante do novo panorama que se apresentava e do fechamento de fronteiras, da redução da malha aérea e do fechamento de atrativos durante o segundo trimestre de 2020, deu-se início às articulações por parte da FundturMS a fim de dar suporte ao setor e estruturar a futura retomada das atividades balizadas nas premissas de segurança, protocolos e monitoramento, período em que as pesquisas foram

ferramentas fundamentais, de modo que o Observatório do Turismo de MS pode colaborar ativamente no processo de construção do Plano de Retomada do Turismo em Mato Grosso do Sul, oficialmente apresentado em junho de 2020.

Entre as implementações acordadas no plano de retomada das atividades turísticas de MS, a cargo do Observatório do Turismo de MS, destacam-se:

- A Matriz Insumo-Produto do Turismo de MS, pois a implantação das políticas públicas e, conseqüentemente, seu monitoramento e avaliação dependem de informações e dados que podem ser obtidos por meio de tal matriz, em conjunto com as informações que o Observatório de Turismo da Fundação de Turismo de MS já produz;
- O monitoramento de cenário e projeções de retomada;
- A adaptação do Programa de Captação de Voos, uma vez que a negociação de restabelecimento de voos com importantes destinos emissores de passageiros ao estado e a negociação de novos voos foram adequadas, utilizando, também, dados dos mercados emissores das pesquisas primárias realizadas pelo Observatório do Turismo de MS anteriormente à pandemia.

Com a retomada das atividades, ainda que de forma gradual e lenta, a partir de julho de 2020, foram desenvolvidas diversas pesquisas visando apoiar o processo decisório e o desenvolvimento de estratégias, como as pesquisas de demanda: Pesquisa do perfil dos pescadores amadores moradores do MS e a intenção de viagem 2020; Demanda turística - sondagem do turista sul-mato-grossense em potencial; Perfil do turista de Bonito pós-retomada das atividades (parceria com o OTB de Bonito); Pesquisa da taxa de ocupação nas pousadas pantaneiras nos feriados prolongados; Monitoramento pós-visita a Bonito (parceria com a SECTUR de Bonito) e Nova rodada da sondagem empresarial dos impactos da covid-19 no setor de Turismo.

Salienta-se, ainda, a publicação dos Boletins sobre Empregabilidade e Empresas Abertas e Fechadas em MS e os boletins trimestrais (contendo fluxo de passageiros aéreo, rodoviário, fretamento turístico e barcos-hotéis; dados da hotelaria; visitação em atrativos de Bonito-Serra da Bodoquena; empresas abertas e fechadas; *birdwatching*) para acompanhamento das perdas do setor. Em virtude da necessidade de dinâmica na apresentação das informações, em 2021, novos boletins foram formatados: os boletins Retomada do Turismo em MS, que são mais segmentados por temática, e os boletins mensais, que substituem os trimestrais parcialmente.

Outra ferramenta que passou a ser adotada fortemente para gerar um alcance maior do trabalho executado são as redes sociais, visto que, anteriormente, fazia-se uso somente de *mailing list* ou *newsletter*. Perinotto et al. (2019, p. 6) afirmam que “[...] com o avanço da internet e das tecnologias vê-se um mundo cada vez mais dependente de todos os tipos de produtos inseridos nesse avanço tecnológico”, reforçando, também, que

Atualmente as redes sociais representam a maior parte dessa dependência, com milhões de usuários conectados, postando e expondo suas opiniões, bem como compartilhando fotos de lugares e situações do seu cotidiano. Geram, assim, interação com outros usuários, estabelecendo conexão entre os mesmos.

Portanto, as redes sociais se tornaram grandes aliadas do turismo, de modo que, além de instrumento de promoção de destinos turísticos, servem também como instrumentos de divulgação da importância da atividade nos destinos, a partir do momento em que se disponibilizam os dados e indicadores de tal atividade, engajando e divulgando a representatividade do setor.

A intenção de transformação do Observatório do Turismo de MS em centro de inteligência (com foco em tendências do mercado) foi apresentada entre os planos e ações que a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul divulgou no planejamento para 2020, porém, com a pandemia, algumas ações foram postergadas, embora permaneçam no radar. Almeja-se ampliar o que já vem sendo executado e fazer promoção cada vez mais direcionada nos mercados prioritários, contando

com o uso de tecnologias disponíveis. Logo, há um trabalho em execução na busca por ferramentas de inovação e *Big Data* que ampliem o campo das informações já trabalhadas, com a finalidade de uma entrega mais apurada e que permita trabalhar com cenários de antecipações.

Com isso, a aprovação e a publicação do novo estatuto da FUNDTURMS, no primeiro trimestre de 2021, é um passo importante para essa transformação, já que atualiza, em todos os sentidos, a estrutura interna da fundação, com a inserção da Gerência do Observatório de Turismo de MS, que é uma coordenação criada em 2017 e, agora, possibilita a garantia de que o trabalho continue numa próxima gestão, pois passa a fazer parte da estrutura da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul.

Aliado a isso, evidencia-se o trabalho que vem sendo desenvolvido nos municípios de Aquidauana, Bonito, Campo Grande, Corumbá, Dourados e Três Lagoas no sentido do apoio, reativação e/ou implantação de observatórios municipais, a fim de construir uma rede de observatórios em âmbito estadual, com vistas à harmonização de metodologias, compartilhamento de *expertises* e experiências e aplicação de pesquisas conjuntas, em prol do fortalecimento em rede e da ampliação do conhecimento, por meio de apoios por editais específicos, futuros convênios e com a oferta de treinamento a equipes locais, bem como treinamento e orientações de pesquisas voltadas às pastas do turismo nos municípios solicitantes.

Entre os diversos desafios que o observatório enfrenta, destacam-se duas questões pertinentes: 1) a necessidade de fazer a informação chegar ao público-alvo diverso e desmistificar a ideia das dificuldades de analisar e fazer uso de dados disponibilizados, e; 2) cumprir um dos papéis fundamentais dos observatórios, qual seja, transformar os dados e informações generalizados em conhecimentos úteis, com o propósito de desenvolver a inteligência aplicada, gerando, efetivamente, valor para o gestor.

De um modo geral, o que se percebe é a utilização dos dados pelas universidades, consultorias, mídia, gestão pública e uma pequena parcela do *trade*.

Contudo, salienta-se que “[...] os observatórios podem se constituir espaços onde emergem ações de colaboração, sinergia e integração entre os stakeholders que atuam no turismo” (GARCÊS; CARVALHO, 2020, p. 109).

Dessa forma, durante a pandemia, para criar uma maior proximidade com o *trade*, foi realizada a primeira leitura de pesquisa (disponibilizada no YouTube⁴, com a finalidade de expor os resultados oriundos da pesquisa de sondagem empresarial e, assim, apresentar o cenário atual e os impactos nacionais, além de um recorte do estado. Frente à pandemia e para auxiliar os gestores, o Observatório de Turismo de MS disponibilizou, ainda, um documento referencial, a fim de unificar, em um único documento, as ações tomadas pela Fundação de Turismo de MS, bem como diversos materiais que foram produzidos ao longo de 2020 por instituições e entidades, com vistas a orientar e informar os gestores públicos e privados do setor do turismo sul-mato-grossense e demais interessados, além do primeiro volume do documento *Retrospectiva 2020: documentos referenciais (ações da FUNDTUR/MS, entidades do setor, pesquisas do Observatório do Turismo MS e outras instituições)* elaborado pelo Observatório de Turismo de MS (2021). Complementarmente, foi elaborado o volume 2, contendo as medidas de âmbito municipal, estadual e federal.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido, no entanto, os dados e informações, certamente, operam analogamente a um fecho de luz, iluminando e dando rumo diante da constante mudança de cenários e das incertezas.

REFERÊNCIAS

AKIRA, T. Live com Danielle Cardoso: como usar dados na sua estratégia no turismo pós pandemia? [S. l., s. n.], 2020. 1 vídeo (59 min 49 s). Publicado pelo canal Thiago Akira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vOzHmWHwJ9c>. Acesso em: 28 set. 2022.

⁴ AKIRA, 2020.

ANJOS, F. A. dos. **Processo de planejamento e gestão de territórios turísticos: uma proposta sistêmica**. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

BAGDAHN, G. **Lancement d'un observatoire territorial en Pays S.U.D.** 2012. (Rapport de fin d'étude de Master 2 IDT em Ingénierie du Développement Territorial) – Université J. Fourier, Grenoble, 2012.

BARBOSA, I. M. N. B. **Observatório de Turismo do Rio Grande do Norte: um estudo de caso dos cenários e perspectivas**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

BRANDÃO, A. F. F. A. **Os observatórios do turismo como meios de apoio à gestão e à competitividade: conceptualização de um modelo para a Região de Aveiro**. 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão de Desenvolvimento em Turismo) – Universidade do Aveiro, Aveiro, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: mais emprego e renda para o Brasil: 2018 - 2022**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel coronavírus**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 13 set. 2022.

BREGOLIN, M. **Inteligência territorial em turismo: aplicação do Sistema de Capitais para análise de observatórios de turismo da Europa e da América Latina**. 2018. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2018.

BORDIN, D. **ObservaturMS marca nova fase do turismo de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: FUNDTUR, 2018. Disponível em: <https://www.turismo.ms.gov.br/observaturms-marca-nova-fase-do-turismo-de-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

GARCÊS, P. da S.; CARVALHO, K. D. Os observatórios do turismo na percepção dos stakeholders do município de São Bernardo, Maranhão. **Revista Turismo & Cidades**, São Luís, v. 2, n. 3, p. 108-127, 2020.

FREITAS, A. R. R.; NAPIMOGA, M.; DONALISIO, M. R. Análise da gravidade da pandemia de covid-19. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, p. 1-4, maio 2020. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1036/a-pandemia-de-COVID-19-no-brasil-crnica-de-uma-crise-sanitria-anunciada>. Acesso em: 17 jul. 2020.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 13.582, de 15 de março de 2013**. Aprova o Estatuto da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul – FUNDTUR. Campo Grande: Governo do Estado, 2013. Disponível em: https://www.tjms.jus.br/legislacao/public/pdf-legislacoes/decreto_n._13.582-t.pdf. Acesso em: 13 abr. 2021.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Conselho Estadual de Turismo. **Plano de Retomada do Turismo em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: SEMAGRO/FUNDTUR/CET, 2020. Disponível em: https://www.observatorioturismo.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Plano-de-Retomada-do-Turismo-em-Mato-Grosso-do-Sul_2020.pdf. Acesso em: 13 abr. 2021.

MIGLIORI, J. **Los observatorios como herramienta de apoyo para la gestión de destinos turísticos**. 2019. Tesis de grado (Licenciatura en Turismo) – Facultad de Ciencias Economicas, Universidad Nacional de la Plata, Buenos Aires, 2019.

MOURA, D. C.; FELICIANO, G. A. D. Impactos da covid-19 no setor do turismo de Mato Grosso Do Sul. **Revista Turismo & Cidades**, São Luís, v.2, edição especial, p. 50-72, 2020.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. **Retrospectiva 2020**: documentos referenciais (ações da FUNDTUR/MS, entidades do setor, pesquisas do Observatório do Turismo MS e outras instituições). Campo Grande: Observatório de Turismo de MS, 2021. Disponível em: https://www.observatorioturismo.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/DOCUMENTOREFERENCIAL_VOLUME1.pdf. Acesso em: 02 maio 2021.

PENA, L. C. S.; MOESCH, M. M. A transposição do conhecimento no desenvolvimento sustentável do turismo e o papel dos observatórios de turismo. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 272-284, 2016.

PERINOTTO, A. R. C.; SILVA, R. R. B.; BRAGA, S. de S. O impacto das redes sociais no processo de decisão de compra do destino Praia de Atalaia, Luis Correia, Piauí. **Revista Turismo & Cidades**, São Luís, v. 2, n. 3, p. 87-107, 2020.

REDE BRASILEIRA DE OBSERVATÓRIOS DO TURISMO. **Sondagem empresarial dos impactos da covid-19 no setor do turismo no Brasil**: apresentação dos resultados. [S. l.]: Rede Brasileira de Observatórios do Turismo, 2020. Disponível em: https://www.canva.com/design/DAD7OMxjGnc/w8UE5pJkvO4Yn6sjg_MUWQ/view?utm_content=DAD7OMxjGnc&utm_campaign=designshare&utm_medium=link&utm_source=viewer#2. Acesso em: 02 maio 2021.

SOUZA, M. J. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

TAVARES, G. A Rede Brasileira dos Observatórios de Turismo – RBOT. [Entrevista cedida a] Vinicius Boneli Vieira. **Revista Turismo & Cidades**, São Luís, v. 2, ed. esp., p. 172-178, 2020.

THEORGA, A. B. **Os Observatórios de Turismo no Brasil**. 2016. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

VALERO, C. B. J.; DÍAZ, L. E. A.; GONZÁLES, Y. A.; NOVO, A. R. Observatorios turísticos: un análisis conceptual. **Retos Turísticos**, Cuba, v. 1, n. 2, 2013.



CAPÍTULO 5

PROPOSTA DE QUALIFICAÇÃO EM TURISMO NO TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO DE CORUMBÁ - MS

Milton Augusto Pasquotto Mariani

Carla Cristina de Souza

Patrícia Zaczuk Bassinello

Dyego de Oliveira Arruda

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma proposta de qualificação no turismo de Corumbá, cidade fronteiriça localizada no extremo oeste de Mato Grosso do Sul, margeada pelo rio Paraguai e que, atualmente, desponta como relevante destino do turismo de pesca, muito embora a perspectiva cultural proveniente dos saberes, costumes, tradições e sabores locais seja um trunfo para a difusão do turismo no território, conforme será discutido na sequência deste texto.

Em suma, os processos de qualificação são entendidos como o conjunto de estratégias – inclusive na seara das políticas públicas – que resultem na ampliação das oportunidades de emprego, geração de renda, preservação da cultura e melhoria da qualidade de vida local, por intermédio do turismo. Nesse sentido, considera-se que o fomento ao turismo local pode ser uma via potente de ampliação de oportunidades a partir do momento em que os residentes locais – em especial, os mais vulnerabilizados – disponham de adequada qualificação e estejam aptos a to-

mar as rédeas do desenvolvimento do turismo nos territórios que tradicionalmente ocupam.

A presente proposta de qualificação no turismo de Corumbá - MS surgiu de um projeto de pesquisa, regionalmente capitaneado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), cujo propósito foi compreender a configuração da oferta e da demanda por qualificação em turismo na Rota Pantanal Sul e Bonito - MS, que perfaz uma das 30 Rotas Turísticas Estratégicas para o fomento do turismo no Brasil, conforme detalhes do Programa Investe Turismo, lançado em 2019 pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2019). De forma mais específica, a Rota Pantanal Sul e Bonito - MS é composta por sete municípios – Campo Grande, Bonito, Bodoquena, Jardim, Aquidauana, Miranda e Corumbá –, que são compreendidos como localidades estratégicas para a difusão de políticas públicas, ações de fomento e qualificação no turismo de Mato Grosso do Sul.

No escopo da pesquisa na Rota Turística Estratégica do Pantanal Sul e Bonito - MS, foram estabelecidos diálogos com uma série de atores ligados, de forma direta ou indireta, com o turismo regional. Dentre os atores com os quais houve interação, é possível citar os gestores públicos de turismo no estado e nos municípios, empresários do setor de turismo, turismólogos, pesquisadores de universidades públicas e privadas existentes no estado, além de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e representantes de Conselhos de políticas públicas de turismo. Em suma, considera-se que tais atores compõem uma verdadeira rede, ligada, direta ou indiretamente, aos processos de qualificação e fomento ao turismo no Mato Grosso do Sul e em Corumbá.

Compreende-se – conforme será demonstrado na sequência das reflexões deste capítulo – que as OSCs representam atores privilegiados para pensar e programar estratégias de qualificação no turismo de Corumbá, de modo a possibilitar que o turismo seja uma via potente de emancipação dos sujeitos e de desenvolvimento das localidades. Nesse sentido, merece destaque o fato de que Corumbá compreende um território de rica cultura e biodiversidade, espaço em que residem comunidades

pantaneiras, ribeirinhas, quilombolas, além de imigrantes provenientes, sobretudo, da Bolívia, em um contexto que se materializa enquanto um verdadeiro caldeirão étnico/racial e cultural que pode catalisar formas de turismo que sejam singulares, marcadamente experienciais e transformadoras da realidade local e da própria percepção de mundo do visitante.

Nas práticas de pesquisa e interações que foram estabelecidas com os atores do turismo em Corumbá, foi possível perceber que as OSCs são as instituições que atuam com as supracitadas comunidades tradicionais de forma mais direta e efetiva – logo, a importância de se considerar as OSCs enquanto atores privilegiados para refletir a respeito de estratégias de qualificação no turismo que, de alguma forma, impactem as comunidades locais e proporcionem desenvolvimento para esses grupos, por intermédio do turismo.

Vale sublinhar, ainda, que Corumbá também se destaca por se tratar de uma cidade que faz fronteira com a Bolívia, numa dinâmica em que se vê o território em questão como uma via potente de trocas simbólicas e culturais. As cidades fronteiriças, ao mesmo tempo que impulsionam uma fricção, pelas diferenças, também podem ser espaços de experiências e novidades. Pensa-se, aqui, numa possibilidade de trocas em que o *Outro* deixe de ser visto como desigual, estigmatizado pelas diferenças culturais e étnico-raciais, de modo que seja a partir dessas mesmas diferenças que se reflita numa viabilidade de trocas, conhecimentos e sensibilidades no escopo do turismo. Nesse ínterim, o turismo dos saberes e sabores, numa cidade fronteiriça tal como Corumbá, pode ser uma via inicial e promissora para pensar essas possibilidades de reconhecimento da alteridade.

Portanto, dadas as reflexões brevemente sumarizadas acima, este capítulo foi organizado em três seções, que ilustrarão a proposta de qualificação em turismo na Rota Pantanal Sul e Bonito - MS, dando destaque para a potencialidade de Corumbá, por se tratar de um território fronteiro com significativo potencial de difusão de um turismo emancipatório, que gere oportunidades de desenvolvimento local/regional. A primeira seção marcará a compreensão sobre o conceito de fron-

teira e território fronteiriço, pensando-os não apenas como espaços e limites físicos, mas como lugar de encontros e trocas simbólicas permeadas por relações de poder. Em um segundo momento, será demonstrado como foi organizada, em termos procedimentais e metodológicos, a pesquisa que resultou na concepção de uma proposta de qualificação do turismo em Corumbá - MS. Por fim, na terceira e última seção, serão apresentados alguns eixos temáticos norteadores, que foram resultado da pesquisa empírica e que possibilitaram elaborar a proposta de qualificação no turismo em Corumbá, que foi denominada, no escopo das reflexões feitas, “saberes e sabores do turismo corumbaense”.

CORUMBÁ: UM TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO DE MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES

A cidade de Corumbá, no interior do estado de Mato Grosso do Sul, tem uma população absoluta estimada em pouco mais de 112 mil habitantes, segundo estimativas feitas para o ano de 2020 pelo IBGE (2021). A cidade está situada à margem direita do rio Paraguai e, atualmente, é reconhecida, principalmente, pelo turismo de pesca nos rios pantaneiros, numa dinâmica em que boa parcela do bioma do Pantanal sul-mato-grossense está concentrada nas dimensões geográficas de Corumbá, que, em função disso, abriga rica e variada biodiversidade.

A região onde Corumbá se situa tem um cenário sociocultural diverso, por abrigar povos de diversas línguas, “[...] com histórias e atividades econômicas próprios, com costumes particulares que os distinguem no contexto da planície” (BANDUCCI JÚNIOR, 2012, p. 21). Justamente por se caracterizar como um espaço de sociabilidades interculturais é que também se estabelecem jogos de poder nesse território fronteiriço entre Brasil e Bolívia. Essas relações acontecem não somente entre esses Estados-Nação que se encontram, mas também no próprio espaço de Corumbá, por se caracterizar como um espaço/encontro de multiplicidades culturais de diversas comunidades, incluindo quilombolas, ribeirinhos e demais sujeitos que habitam o bioma pantaneiro.

No que tange às comunidades tradicionais da região fronteira de Corumbá, cabe informar que, em boa medida, elas se localizam na área central da cidade, a exemplo da comunidade quilombola Maria Theodora, que está em uma área urbanizada e abriga um tradicional e histórico terreiro de Umbanda. Além disso, vale dizer que há comunidades que estão nas áreas periurbanas da cidade, local em que as atividades rurais e urbanas estão misturadas, tal como é a realidade das comunidades quilombolas ribeirinhas Família Campos Correia e Família Ozório, que estão às margens do rio Paraguai e nutrem estreita relação com o rio, de forma considerável, fonte de sustento para significativa parcela da comunidade, que sobrevive da pesca. Por fim, também é importante destacar que há povos e comunidades tradicionais que se localizam nas áreas rurais de Corumbá, em plena planície pantaneira, não raro, em locais de difícil acesso. Essas diferentes comunidades, assim como os corumbaenses e bolivianos que compõem esse cenário fronteiro são (re)conhecidos como povos pantaneiros. De todo modo, nas relações hierárquicas desse contexto, são as comunidades tradicionais as que mais estabelecem resistências diante das práticas que empreendem como trabalhadores do turismo, numa dinâmica tal que foi a partir dessas resistências e (re)existências que se pensou em uma proposta de qualificação que desse visibilidade para os saberes, sabores e costumes tradicionais desses sujeitos, historicamente invisibilizados no escopo do turismo tradicional que se desenvolve no território em análise.

Em termos teórico-conceituais, sobre os significados do construto “território”, entende-se que existem variados enfoques de análise, estimulados pelas múltiplas abordagens sobre as suas concepções e pelas infinidades de interpretações no campo das Ciências Sociais. No que se refere a este capítulo, compreende-se, tal como aponta Rogério Haesbaert (2004), que, a despeito de qualquer acepção que se adote, o território está relacionado ao poder, mas não apenas ao tradicional poder político, e, sim, ao poder no sentido mais explícito, concreto e funcional, de dominação, bem como ao poder no sentido mais implícito, ou simbólico, de apropriação.

O território é, como também colocou Edgar Costa (2009), um produto das relações sociais, culturais, econômicas e políticas sobre um determinado espaço, normatizado pelas tensões entre seus atores e entre estes e os agentes de sua produção, isto é, o Estado, as empresas nacionais e internacionais, as prestadoras de serviços e os demais agentes que, de alguma forma, empreendem inter-relações no espaço. Ou seja, conforme escreveu Marco Aurélio Saquet (2009), o território é onde se manifestam relações de todo o tipo, que constituem as territorialidades, isto é, manifestações coletivas e subjetivas dos atores sociais sobre o território, a partir de sua apropriação.

Um locus que reflete relações de poder e constitui objeto central deste estudo é a fronteira, cujo sentido, igualmente, compartilha de toda a polissemia característica do território e está a este interligado, conforme a definição de fronteira concebida pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) (2012), apontando que uma fronteira pode ser definida como uma porção de território que está ligada aos limites de unidades territoriais de diferentes Estados-Nação. Desse modo, no espaço fronteiriço, são constituídos processos humanos com implicações socioeconômicas, culturais e ambientais para os países que ali estabelecem a relação de fronteira.

Assim sendo, a palavra “fronteira”, assim como “território”, assume múltiplos sentidos, reflexo de um processo histórico de adaptação e ressignificação que, de acordo com Ricardo Nogueira (2007), está vinculado às mudanças produzidas pelo movimento da sociedade. No entanto, ainda segundo o autor, as concepções política e econômica de fronteira, embora distintas, convergem na referência explicativa a outro lugar, ou seja, a fronteira é a outra face do centro, compreendida como um lugar de moradia e de existência de seus habitantes, um lugar de demarcação de diferenças.

A fronteira destaca-se, nessa abordagem, como um espaço em movimento, um espaço vivo e vivido, uma zona “liminar” representativa de espaços ainda não estruturados, mas vivenciados, conforme Edmund Leach (1960, p. 20), como “zona de

interesses mútuos”, superando, assim, as visões das fronteiras fundadas apenas no dogma da soberania dos Estados Nacionais, para os quais elas têm um limite estático e definitivo do Estado (COSTA; OLIVEIRA, 2012).

Tendo em vista a supracitada abordagem, os territórios fronteiriços podem ser compreendidos como permeados por relações complexas de poder, por intermédio das trocas e do contato com as diferenças, sobretudo culturais, religiosas e étnicas/raciais. É desse lugar de fronteiras físicas/simbólicas de constantes movimentações e devires que surge a proposta de qualificação no turismo em Corumbá - MS, voltada para demarcar os saberes, costumes e sabores tradicionais localizados na região, como forma de viabilizar e visibilizar determinados movimentos na estrutura do turismo em Mato Grosso do Sul. Dito de outra forma, a proposta de pesquisa em tela tensiona o saber centralizado e tradicional do turismo hegemônico, a partir de um reconhecimento e de uma valorização da potência dos saberes periféricos de comunidades tradicionais, bem como de um lugar fronteiriço visto, socialmente, como marginal e como espaço do “perigo”. Propõe-se, de certo modo, subverter a hierarquização valorativa dos saberes centralizados/hegemônicos, apontando as potencialidades de outros saberes diversos e tradicionais/subalternos/fronteiriços, tendo como enfoque a cidade de Corumbá - MS.

Ademais, vale apontar que é algo muito novo e potente pensar em propostas de qualificação – que, idealmente, resultem em políticas públicas – voltadas para as comunidades tradicionais e marginalizadas no território de fronteira de Corumbá - MS. Tais grupos, historicamente, foram completamente alijados das políticas públicas e do próprio pensamento científico “tradicional”, numa dinâmica em que o presente estudo, nesse sentido, objetiva visibilizar questões desse público, no escopo da atividade socioeconômica do turismo, de modo a estimular práticas, ações e propostas de qualificação que resultem em projetar o turismo enquanto via de desenvolvimento efetivo das localidades em que tal atividade é empreendida.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na pesquisa, optou-se pela escolha de um importante recurso metodológico dialógico, de forma a permitir uma relação de maior proximidade entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, configurando o que foi denominado “rodas de conversa”.

Segundo Marcia Cristina Melo e Gilmar Cruz (2014, p. 33), que também se utilizaram da roda de conversa como ferramenta metodológica, na pesquisa de caráter pedagógico com docentes e discentes do ensino médio, tem-se que:

Rodas de conversa são ‘falas’ sobre determinados temas discutidos pelos participantes sem a preocupação com o estabelecimento de um consenso, podendo as opiniões convergirem ou divergirem, provocando o debate e a polêmica. Cabe ao mediador garantir a participação igualitária de todos, bem como atender aos critérios de estruturação da discussão.

Nesse sentido, as rodas de conversa, além de propiciar um espaço de trocas livres de saberes/fazer e de ser o canal da escuta de determinadas vozes, também estimulam a prática de saberes necessários para o desenvolvimento de autonomia e de um exercício para posteriores práticas emancipatórias (MELLO et al., 2007). Assim, a roda de conversa atua como possibilidade instrumental e metodológica de escambo entre materialidades discursivas e não discursivas, “[...] de negociações diversas entre pesquisadores/as e participantes” (MELLO et al., 2007, p. 30).

Considera-se a roda de conversa como sendo esse espaço de troca livre, coletiva e heterogênea, ao agregar diferentes sujeitos com histórias singulares. Por essa razão, torna-se uma ferramenta de investigação metodológica relevante para as pesquisas na área das Ciências Humanas e Sociais, ao tentar “[...] compreender a emergência e a consolidação de acontecimentos considerados ‘fatos’ e/ou ‘problemas sociais’” (MELLO et al., 2007, p. 30). Não se trata de estabelecer verdades absolutas, como preveem as ciências da prova, mas de percorrer certos caminhos, como nas ciências dos indícios, da interpretação de sentidos, em que o escopo é centrar

a atenção em uma dada singularidade localizada, evidenciada por certas relações e composições.

Antes do início de cada uma das rodas de conversa que foram conduzidas no escopo da pesquisa, os participantes foram informados acerca das características gerais da investigação. Ademais, havia a preocupação de se solicitar a anuência de todos para que fosse feita a gravação da roda de conversa. Uma vez obtendo a plena concordância dos participantes, os pesquisadores providenciaram a gravação, em áudio e vídeo, dos diálogos estabelecidos.

As rodas de conversa, desse modo, foram realizadas de forma remota, ao longo dos meses de agosto e setembro de 2020, por intermédio da plataforma de videoconferências *Zoom*. Tal opção deveu-se ao contexto da pandemia de covid-19, que impossibilitou os pesquisadores de encontrar, presencialmente e com segurança, os atores convidados para a obtenção dos dados primários da pesquisa. Vale destacar que, em termos estritamente operacionais, foi um significativo desafio para a equipe de pesquisadores conseguir compatibilizar a agenda de todos os participantes das rodas, para que estivessem conectados, no mesmo dia e horário, de forma síncrona, para a realização da roda de conversa.

De posse das gravações das rodas de conversa, os pesquisadores providenciaram a transcrição, na íntegra, dos diálogos e reflexões que “emergiram” ao longo do debate mediado pelos pesquisadores. A partir das transcrições, optou-se por definir os recortes elencados para a análise, as discursividades¹ que direcionavam para as principais preocupações surgidas no seio das percepções das instituições em relação à dinâmica do turismo do estado de Mato Grosso do Sul, bem como para as principais demandas necessárias, em termos de qualificação, para o desenvolvi-

1 Por discursividade, elegeu-se a abordagem de Mikhail M. Bakhtin (2003), que propõe uma compreensão de linguagem de caráter dialógico, na qual o que predomina é a perspectiva da situação concreta, em uma realidade social e histórica, considerando a enunciação dentro de seu próprio contexto. As análises propostas por Bakhtin para se pensar o discurso são de uma prática eminentemente social e de interlocução, de troca, de construção, não simplesmente com a função de “homogeneizar” ideologias, mas de ser capaz de produzir singularidades (BAKHTIN, 2003).

mento do turismo no estado de Mato Grosso do Sul e, particularmente, no território fronteiriço de Corumbá.

Deve-se pontuar que, no escopo da análise dos resultados decorrentes das transcrições das rodas de conversa, optou-se por elaborar “eixos temáticos norteadores” da proposta de qualificação em turismo na cidade de Corumbá. Em síntese, foram elaborados três eixos temáticos – “ecossistemas turísticos”, “governança e tecnologia” e “cultura” –, que, no nosso entender, compõem o tripé fundamental das propostas de qualificação em turismo de Corumbá, conforme detalhes que serão descritos na próxima seção deste texto.

É importante destacar, ainda, que as rodas de conversa foram conduzidas pelos pesquisadores a partir de um roteiro que continha questões abertas e flexíveis versando sobre: (i) a percepção do grupo quanto ao turismo no Mato Grosso do Sul e, de forma particular, em Corumbá; (ii) as características da oferta de qualificação em turismo no estado e em Corumbá; (iii) as principais demandas para que a atividade do turismo fosse incrementada nos territórios em análise e; (iv) os desafios para que as comunidades tradicionais (incluindo ribeirinhos, quilombolas e demais comunidades pantaneiras) fossem inseridas nas dinâmicas e propostas de qualificação no turismo sul-mato-grossense e corumbaense.

Em resumo, foram conduzidas, ao todo, sete rodas de conversa com os seguintes atores, ligados, de forma direta ou indireta, aos processos de qualificação no turismo em Mato Grosso do Sul e em Corumbá: poder público regional e local; egressos de cursos de turismo; Sistema S (incluindo SEBRAE, SENAR e SENAI); associações empresariais e de difusão do turismo local/regional (tais como o *Visit Corumbá*); instituições de ensino e pesquisa em turismo no estado (como UFMS e UEMS); associações de trabalhadores do turismo e; Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que atuam com comunidades tradicionais que se inserem e/ou possuem potencial de atuar no âmbito do turismo.

É crucial registrar que as informações que, de forma mais potente, emergiram nas análises deste capítulo foram aquelas decorrentes da roda de conversa

com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), pois acredita-se que as inferências resultantes dessa roda em específico podem permitir a ação proposta neste trabalho, que é sugerir encaminhamentos para a qualificação no turismo em Corumbá, devido à atuação dessas OSCs frente às carências demandadas, com destaque para as comunidades tradicionais e seus respectivos saberes/fazeres, ainda invisibilizados no âmbito do turismo tradicional e hegemônico no Mato Grosso do Sul e em Corumbá.

EIXOS TEMÁTICOS NORTEADORES PARA UMA PROPOSTA DE QUALIFICAÇÃO NO TURISMO DOS SABERES E SABORES DE CORUMBÁ - MS

Como já discutido brevemente, quem demonstrou o maior potencial de influência na base territorial de Mato Grosso do Sul e, particularmente, em Corumbá foram as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), visto seu alto poder de conexão com os demais grupos, além de representar o elo de força e confiança para o processo de execução da proposta de qualificação no turismo com os indivíduos historicamente invisibilizados nas comunidades tradicionais.

As OSCs que compuseram a rede local e participaram das rodas de conversa foram as seguintes: (i) Mupan - Mulheres do Pantanal; (ii) ECOA - Ecologia e Ação; (iii) Instituto Acaia Pantanal; (iv) Instituto Mamede; (iv) Instituto do Homem Pantaneiro (IHP) e; (v) Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento Intercultural (Ipedi).

Ressalte-se que as citadas instituições já possuem parcerias constituídas, por meio de projetos em andamento, com as comunidades tradicionais no Mato Grosso do Sul e em Corumbá. Além disso, tais OSCs tecem, ainda, uma rede de resistência – em defesa dos territórios, na geração de renda, pela soberania alimentar e pela conservação e valorização do patrimônio natural e cultural do Pantanal sul-mato-grossense – com as comunidades tradicionais – grupos com alta vulnerabilidade e dificuldade de vivência em seu território –, que é o principal público a ser contemplado por essa proposta de qualificação no turismo.

Foi possível destacar, a partir das rodas de conversa com os atores da rede local, demandas por qualificação no turismo, que foram subdivididas nos seguintes eixos temáticos: (1) Ecossistema turístico; (2) Governança e tecnologia e; (3) Cultura.

Os eixos temáticos, em síntese, apontaram especialmente para as fragilidades organizacionais, estruturais e operacionais, principalmente quanto à definição de conteúdos programáticos, métodos de ensino e orientação de docentes e instrutores, não abrangendo uma formação integrada que contemple conhecimentos básicos, técnicos e de gestão em turismo, somados à inexistência de “cidadania” e de “pertencimento” nos conteúdos pedagógicos e formativos, que, geralmente, não dialogam com as realidades locais dos territórios, o que evidencia o surgimento de outros sujeitos sociais na base territorial – excluídos, ainda, do processo de desenvolvimento da atividade turística – e, por conseguinte, de um possível trabalhador em turismo.

A partir da reflexão embasada nos três eixos temáticos, entende-se que, na Rota Pantanal Sul e Bonito, emergem dois direcionamentos de demandas por qualificação em turismo. A primeira diz respeito aos/as trabalhadores de turismo já inseridos no mercado como gestores públicos e atores da linha de frente da atividade turística, sem contar a necessidade de inserção de egressos de cursos de turismo. A segunda emergência por qualificação se dá por parte de novos profissionais ainda não inseridos totalmente no turismo: os povos de territórios tradicionais e suas diferentes representatividades, em especial as mulheres, os jovens e os idosos. A partir desse segundo direcionamento, buscou-se a aproximação de uma qualificação no turismo que respalde os saberes, sabores, culturas e tradições desses povos, o que implica em significativa ênfase para o eixo temático relativo à Cultura.

A ideia é que a proposta de qualificação possa contribuir para o desenvolvimento profissional e social dos trabalhadores em turismo, sobretudo valorizando os saberes dos povos tradicionais de Corumbá - MS, para o aperfeiçoamento do processo formativo na prestação dos serviços e produtos turísticos, bem como am-

pliando o acesso ao mercado de trabalho por jovens, pessoas adultas, comunidades tradicionais e idosos de diferentes representatividades, por meio de cursos e projetos integrados, transversais, colaborativos e inclusivos, de modo a permitir que se tornem sujeitos sociais multiplicadores e articuladores do desenvolvimento do turismo no estado, reduzindo as desigualdades regionais e possibilitando a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores nos mais variados segmentos de turismo.

De forma mais específica, considera-se que os objetivos precípuos da proposta de qualificação em turismo devem ser os seguintes: fortalecer os níveis de escolaridade formal dos trabalhadores; atender a grupos historicamente marginalizados, tais como as comunidades tradicionais; promover o empoderamento de mulheres e idosos; e estimular o empreendedorismo. A seguir, é apresentada uma discussão mais pormenorizada acerca dos objetivos da presente proposta de qualificação, pontuando brevemente algumas características dos eixos temáticos, com destaque e aprofundamento para o eixo Cultura.

O eixo “ecossistema turístico” constitui uma das temáticas emergentes para compor a proposta de qualificação em turismo no Mato Grosso do Sul como um todo. Vale destacar a importância de apontar esse eixo, pois foram constatadas algumas demandas acerca do esvaziamento do papel educativo e formativo dos cursos em turismo contemplam a base territorial, demandas essas que convergem com nós críticos existentes no Plano Nacional de Qualificação do Ministério do Turismo, especialmente por apresentar uma desconexão conteudista e metodológica do contexto local e regional do atrativo turístico e dos sujeitos que nele se inserem, demonstrando carência em pesquisas, projetos e diagnósticos críticos.

Dessa maneira, entende-se que a linguagem formativa deve ser interdisciplinar e contextualizada, como atitude científica para analisar o turismo enquanto fenômeno social, dialógico e de fronteira, de forma a construir projetos e ações de qualificação mais sólidos e consistentes, assim como políticas públicas locais mais inclusivas e coerentes com as especificidades da base territorial de Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, há a necessidade de demonstrar que o epicentro do turismo

é de caráter humano, logo, o processo de compreensão desse fenômeno ocorre na interdisciplinaridade e/ou na transdisciplinaridade dos conteúdos e metodologias para as demandas de qualificação e formação, fazendo uma leitura do tecido social de atores e suas representatividades e da complexidade das práticas turísticas exercidas nesses territórios e de seus impactos às comunidades.

Já no segundo eixo, “governança e tecnologia”, emergem outras demandas de relevância para a qualificação da rota Pantanal Sul e Bonito, quais sejam: a interação entre as esferas dos setores público e privado e do Terceiro Setor; cultura e turismo como política pública e como conteúdo ativo; políticas públicas descontínuas de qualificação; escolaridade baixa; comunidades tradicionais não inseridas em roteiros turísticos; produção, logística, precificação e comercialização de atrativos culturais e naturais; cursos de línguas estrangeiras; cooperativismo nas comunidades; *marketing* de destinos; sistemas de informática e ferramentas de *marketing* – mídias digitais; e empreendedorismo e gestão financeira.

O eixo “governança e tecnologia”, por sua vez, apontou caminhos para o despertar da Administração Pública como instância de governança necessária para as ações do turismo em parceria com o Terceiro Setor. Dentro do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), mais conhecida como a Lei de Parcerias, está regulamentado o Procedimento de Manifestação de Interesse Social (PMIS), instrumento por meio do qual o Terceiro Setor, em consonância com os movimentos sociais e os cidadãos, poderão apresentar propostas ao poder público, para que este avalie a possibilidade de realização de Chamamentos Públicos.

Assim, tem-se como ação prioritária desse eixo a aproximação e o fortalecimento de articulações entre as redes do Terceiro Setor que compõem a base territorial junto às instâncias de governança do turismo, no sentido de estabelecer parcerias de interesse mútuo para a emancipação de trabalhadores do turismo que atuam/pertencem a comunidades tradicionais.

Por fim, o eixo “cultura”, que emerge do resgate dos saberes, fazeres e sabores dos povos que vivem nesse território, e que serve como subsídio para imple-

mentação de sistemas de manejo, políticas públicas, agregação de renda e geração de conhecimento técnico-científico para a sociedade brasileira e sul-mato-grossense na perspectiva da sociobiodiversidade, contribui significativamente para a redução das desigualdades sociais e para a conservação ambiental.

Processos de cooperação, comunicação inter e intrageracional, autossuficiência e contenção da exploração de recursos e respeito à natureza constroem caminhos de valorização aos saberes e práticas populares, (re)conhecendo a diversidade cultural e simbólica existente no território sul-mato-grossense, porém, esses caminhos ainda são desconexos e pouco articulados.

Logo, para que esses povos sejam inseridos no contexto turístico ora em análise, acredita-se que o objetivo desse eixo temático seja sensibilizar e encontrar caminhos ativos de reconhecer a cultura e sua relação com o turismo como política pública estadual, de modo a fortalecer a efetiva ação e empoderamento de todos os atores sociais envolvidos no processo, dentro de uma relação mais equilibrada no campo relacional de poderes, nas decisões públicas.

Para além disso, acredita-se no construto formativo alinhado aos preceitos epistêmicos da “decolonialidade”² como um caminho epistemológico e político para a perpetuação de outras visões sobre autoformação e práticas de aprendizagem em diálogo com estudos e movimentos de sujeitos e setores sociais historicamente marginalizados da América Latina, que favorecem o desentranhamento de saberes legitimados socialmente – a perspectiva eurocêntrica do conhecimento – e que têm sustentado a crítica decolonial para propor outros modos de pertencimento. Nesse sentido, nossas inclinações estão para o entendimento de perspectivas interculturais que apoiem a transposição do conhecimento escolarizado, este focado em modelos reducionistas da escolarização e transmissão conteudista do conhecimento, para avanços de responsabilidade de coletivos transgressores que desafiam as instâncias reguladoras, pautados na garantia da pluralidade, nas singularidades dos saberes do

2 Quijano (2003) e Walsh (2014) são fundamentais para a compreensão da decolonialidade e das pedagogias decoloniais.

cotidiano, dos saberes que carregamos das nossas ancestralidades e, acima de tudo, em argumentos que enfatizam os direitos territoriais e a perspectiva dialógica da escuta da alteridade.

Dessa forma, no Quadro 5.1, apresentam-se os resultados esperados com a presente proposta de qualificação, com destaque para o eixo temático “cultura”, entendido como seminal para que o turismo seja uma via de emancipação e empoderamento das comunidades tradicionais do território.

Eixo Temático	Resultados Esperados
Eixo Cultura	• Ressignificar a baixa autoestima dos jovens em relação às atividades básicas do território, tais como pesca e condução de gado; • Comunidades ribeirinhas inseridas em roteiros turísticos de base comunitária; • Fixação da população, sobretudo das mulheres pantaneiras trabalhadoras do turismo, no meio rural; • Conhecimento da fauna silvestre e da flora da base territorial; • Inserção dos saberes tradicionais no ensino escolar e universitário da base territorial; • Conhecimento da história regional e do patrimônio cultural da base territorial; • Conhecimento dos saberes culturais dos diferentes povos e localidades; • Conciliação do processo de qualificação com a rotina da vida diária das comunidades.

QUADRO 5.1 – Resultados desejados, a partir do eixo temático “cultura”, para uma proposta de qualificação no turismo de Corumbá - MS.

Fonte: Elaboração dos pesquisadores.

Vale reiterar, por ser oportuno, que os resultados esperados, no âmbito da presente proposta de qualificação, circundam a necessidade de empoderamento e melhoria da qualidade de vida dos povos tradicionais historicamente subalternizados, tendo nas organizações do Terceiro Setor – em conformação com outras redes de trabalho – as principais forças motrizes para a consecução dos objetivos e resultados esperados no contexto do Mato Grosso do Sul.

É importante frisar, ainda, que projetos de qualificação no turismo (tais como cursos, *webinars*, *lives* e demais eventos formativos) podem ser organizados e, eventualmente, financiados por meio de agendas de extensão já conduzidas, há tempos, pelas universidades e institutos federais presentes no Mato Grosso do Sul. A UFMS, em específico, desenvolve esse tipo de ação por intermédio de sua Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esportes (PROECE). Em suma, essas ações de extensão podem constituir uma via potente, rápida e interessante para a difusão de estratégias de qualificação no turismo nas comunidades tradicionais de Corumbá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No escopo das reflexões deste texto, ao considerar a questão da qualificação, com o foco tanto no currículo quanto nas práticas discursivas adotadas no exercício das práticas formativas em turismo, dando visibilidade aos contextos e fenômenos aqui destacados, foi possível vislumbrar uma agenda de ações em busca do acesso, da inclusão e da mobilidade social para os diferentes coletivos em regional e local, experimentando inversões, o que significa se colocar sempre em questionamento com as assimetrias vigentes, a colonialidade do poder e do saber.

Em suma, as análises feitas ao longo do presente capítulo possibilitaram um conjunto de inferências, entre as quais as principais são as seguintes:

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) compõem uma rede importante de atores capazes de possibilitar que as práticas formativas alcancem os grupos e as comunidades tradicionais historicamente invisibilizados e alijados das práticas do turismo convencional;

É fundamental que as políticas públicas e ações de qualificação na seara do turismo contemplem as comunidades tradicionais, respeitando os modos de vida, saberes, sabores e a cultura desses sujeitos. Nesse ínterim, defende-se que, em Corumbá - MS, as comunidades pantaneiras ribeirinhas e quilombolas – para citar

alguns exemplos – devem estar inseridas no escopo das políticas de qualificação em turismo;

O processo de formação técnica em turismo deve se dar em rede, valendo-se das redes de governança locais – capitaneadas, inclusive, pelas OSCs. Além disso, é imperioso que esse processo formativo respeite as diferenças e a cultura das comunidades e ocorra de modo a inserir grupos e perfis de indivíduos historicamente subalternizados, dentre os quais é possível citar as mulheres e pessoas idosas;

Por fim – mas tão importante quanto as demais – defende-se que o turismo marcadamente experiencial, calcado nos saberes, sabores e nas culturas locais, deve ser catalisado, gerando renda e preservando a biodiversidade e os modos de vida das comunidades tradicionais.

Entende-se que Corumbá - MS, foco das análises mais específicas desse estudo, cujo território é sobremaneira rico em cultura, biodiversidade e permeado pelas múltiplas possibilidades da fronteira, pode ser palco de ações e políticas públicas de qualificação que empoderem grupos historicamente marginalizados, resultando em novas e revigorantes territorialidades, que permitam novas e potentes dinâmicas de desenvolvimento à região, por intermédio do turismo.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BANDUCCI JÚNIOR, A. O Pantanal e a sua gente: diversidade étnica e cultura. *In*: MORETTI, Edvaldo Cesar; BANDUCCI JUNIOR, Álvaro (org.). **Pantanal: territorialidades, culturas e diversidade**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012.

BRASIL. **Investe turismo**. Brasília, DF: Ministério do Turismo/Sebrae/Embratur, 2019.

COSTA, E. A. Ordenamento territorial em áreas de fronteira. *In*: COSTA, Edgar Aparecido; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado (org.). **Seminário de Estudos Fronteiriços**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. p. 61-78.

COSTA, G. V. L. da; OLIVEIRA, M. A. M. de. Mestrado interdisciplinar em estudos fronteiriços/UFMS: perspectivas, discussões e pesquisas. **Revista NUPEM**, Corumbá, v. 4, n. 6, p. 27-44, 2012.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama geral de informações estatísticas - Corumbá/MS - IBGE Cidades**. Brasília, DF: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/panorama>. Acesso em: 13 abr. 2021.

LEACH, E. The frontier of Burma. **Comparative studies in society and history**, Netherlands, v. III, n. 1, 1960.

MELLO, R. P. *et al.* Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 26-32, 2007.

MELO, M. C. H.; CRUZ, G. de C. Roda de conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. **Imagens da Educação**, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014.

NOGUEIRA, R. J. B. Fronteira: espaço de referência identitária? **Revista Ateliê Geográfico**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 27-41, 2007.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **Módulo I: gestión de fronteras: gestión fronteriza integral en la subregión andina**. Lima: [s. n.], 2012.

QUIJANO, A. La colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y Ciencias Sociales - perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

SAQUET, M. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. *In*: LINEA, A.; MIGNOLO, W.; WALSH, C. **Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2014.

Panoramas do Turismo no Mato Grosso do Sul





CAPÍTULO 6

GEOPARK BODOQUENA-PANTANAL: CONDICIONANTES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Maria Cristiane Fernandes da Silva Lunas

Ademir Kleber Morbeck de Oliveira

INTRODUÇÃO

O Geopark Bodoquena-Pantanal, criado via decreto pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2009, surgiu como uma esperança e uma alternativa de desenvolvimento sustentável para o território onde está inserido. Também provocou uma série de expectativas sobre o potencial desse desenvolvimento e os benefícios advindos dele. Entretanto, onze anos após esse decreto, pouco se avançou no sentido de incorporar o desenvolvimento à região onde o Geopark está inserido.

As discussões e iniciativas para a criação de um geoparque no estado ocorrem de forma quase concomitante a algumas iniciativas nacionais de grande impacto, como a criação do Projeto Geoparques pelo Serviço Geológico do Brasil e a aceitação do Geoparque Araripe como o primeiro integrante da *Global Geoparks Network* da UNESCO (GGN), nas Américas. Os resultados e possibilidades alavancados por esses acontecimentos, a partir do ano de 2006, motivaram e impulsionaram as discussões sobre o projeto de criação de um geoparque em Mato Grosso do Sul.

Segundo Lunas e Oliveira (2017), a ideia de se criar um geoparque em Mato Grosso do Sul começou a ser disseminada no seminário “Preservar é Bonito”, ocorrido em 2006, que contou com a participação da Universidade Regional do Cariri (URCA). No ano seguinte, houve a publicação do documento “Carta das Paisagens Culturais e Geoparques”, fruto de outro evento ocorrido na região, por iniciativa do IPHAN. Em 2008, também por iniciativa do IPHAN, ocorreu a contratação de um estudo que visava identificar as potencialidades da Serra da Bodoquena e Pantanal como geoparque.

Embora alguns órgãos como IMASUL e FUNDTUR já participassem do então projeto de criação do geoparque, foi só no ano de 2009 que o Governo do Estado entra oficialmente como articulador do projeto e promove, juntamente com o IPHAN/MS, o workshop “Geoparque e Gestão”. Seu objetivo era discutir as possibilidades de gerenciamento da proposta. Essa “adesão” do Governo do Estado foi importante no sentido de tornar o geoparque uma proposta do Estado, uma vez que até então, as articulações giravam somente em torno das regiões envolvidas, principalmente a Serra da Bodoquena. (LUNAS; OLIVEIRA, 2017, p. 134).

Assim, após pouco mais de três anos de discussão, ao final de 2009, o Governo do Estado criou, via decreto, o Geopark Bodoquena-Pantanal (ROLIM; THEODOROVICZ, 2012), o que ocorreu mesmo antes da conclusão dos estudos recomendados e acordados nas discussões que vinham sendo feitas ao longo desses anos. Por um lado, esse decreto consolidou o compromisso da administração pública estadual para o projeto, fazendo com que existisse, oficialmente, um geoparque no estado e instituindo um conselho gestor para o mesmo. Por outro lado, essa criação, razoavelmente apressada, deixa algumas lacunas que não serão sanadas nem mesmo com a conclusão dos estudos sobre sua área, no ano de 2010.

Nesse sentido, o presente texto é fruto de discussões realizadas durante pesquisas de tese de doutorado (LUNAS, 2016), na área denominada, em Mato Grosso do Sul, como Geopark Bodoquena-Pantanal, entre 2013 e 2015, que visaram compreender a sua dinâmica e suas perspectivas de desenvolvimento. O objetivo

do trabalho é apresentar algumas dessas reflexões e as propostas delas resultantes, que possam vir a contribuir para a inserção do Geopark Bodoquena-Pantanal como instrumento auxiliar de desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul.

CONDIÇÕES POLÍTICAS E AMBIENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO GEOPARK BODOQUENA-PANTANAL

Embora as principais discussões para a criação do Geopark tenham ocorrido na região da Serra da Bodoquena, especificamente no município de Bonito - MS, duas importantes regiões sul-mato-grossenses foram incluídas na criação e na escolha do nome do geoparque, Bodoquena-Pantanal. Entretanto, os estudos que culminaram em uma proposta de geoparque que pudesse se candidatar a membro da *Global Geoparks Network* (GGN) da UNESCO, e que, hoje, é a proposta constante no Projeto Geoparques do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), apresenta uma redução de área de quase 50%, além de sete geossítios a menos dos que constam no decreto estadual (Figura 6.1). Para essa área física e esses geossítios, constantes no decreto, mas que ficaram de fora da proposta, não há estudos.

Outro ponto de discussão com relação a essa diferença de área é que, apesar de as discussões no campo acadêmico se basearem frequentemente na proposta da CPRM, para o Governo do Estado, responsável pela gestão da área, para o Conselho Gestor e, também, para a equipe técnica instituída para esse fim, a área e os geossítios do Geopark são aqueles constantes do decreto de criação.

Essa área engloba duas regiões de planejamento de MS – Pantanal e Sudoeste/Serra da Bodoquena. Tais regiões, como diversas outras no país, são organizadas em torno de municípios-polo, que, normalmente, são mais desenvolvidos social e economicamente e teriam a função de agir como indutores do desenvolvimento regional (MATO GROSSO DO SUL, 2011). Mesmo assim, há grandes desigualdades sociais e econômicas. Essas desigualdades, encontradas entre municípios de uma mesma região, não são uma exclusividade desse contexto regional, mas, talvez, ajudem a explicar por que o geoparque tornou-se uma esperança para o desenvolvimento.

Contudo, para que se cumpra o papel indutor que dele se espera, é necessário que o tanto estado quanto os municípios implementem algumas premissas básicas para a efetivação de um geoparque.



FIGURA 6.1 – Limites e localização geográfica do Geopark criado por decreto estadual, e da área do Geopark proposta à *Global Geoparks Network*, sob os auspícios da UNESCO.

Fonte: Rolim e Theodorovicz (2012).

Algumas dessas premissas estão explícitas na carta enviada pela União das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em outubro de 2011, informando a recusa da candidatura do Bodoquena-Pantanal como membro da *Global Geoparks Network* e fazendo-se recomendações para a implementação de

algumas ações antes de uma nova candidatura. Essas recomendações versam basicamente sobre: tamanho da área, equipe técnica e estrutura, base financeira, atividades e programas voltados para fazer o geoparque funcionar como tal, inclusão de comunidades tradicionais e desenvolvimento de novos produtos turísticos. Ao longo deste texto, discutem-se algumas dessas recomendações e as possibilidades de implementação.

O Geopark Bodoquena-Pantanal tem boa parte de sua área inserida dentro da faixa de 150 quilômetros estabelecida como “faixa de fronteira” por diretriz do Governo Federal. Isso dá ao Geopark estadual inserção em algumas políticas de desenvolvimento direcionadas para as áreas de fronteira. Além dessa, outras políticas voltadas para o desenvolvimento ocorrem na área do Geopark, colocando-o, em teoria, dentro de um território com reais perspectivas de prosperar.

Em uma pesquisa realizada em 2014, Lunas e Oliveira analisaram as dez principais políticas nacionais e estaduais de desenvolvimento para a região e as relações de convergências e divergências entre elas. Ficou constatado que a maior parte dessas políticas converge em seus objetivos, bem como para a consecução dos objetivos do Geopark, enquanto política de desenvolvimento. Dentre os principais objetivos convergentes, ganha destaque a “melhoria da infraestrutura”. De modo geral, a região é bastante precária no que diz respeito a acesso, principalmente nos geossítios que se localizam fora dos chamados municípios-polo. Há, ainda, uma recorrente precariedade na infraestrutura das cidades no que se refere a serviços públicos como um todo (LUNAS; OLIVEIRA, 2016).

Todos os demais objetivos convergentes encontrados são de fundamental importância para um funcionamento adequado do Geopark. Entretanto, dá-se destaque para um objetivo recorrente, não apenas nessa pesquisa específica, mas em políticas de desenvolvimento de modo geral: “desenvolver territórios carentes, com pouco potencial para receber investimentos privados”.

Vale lembrar que esse é um dos objetivos gerais da concepção dos geoparques, desde que se iniciaram as discussões sobre isso na Europa, em 1996. Segundo

o documento *Operation guideline for National Geoparks seeking UNESCO's assistance* (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2004, p. 05),

O geoparque consiste em um território com limites definidos que apresente sítios geológicos de especial valor científico. Além da significância geológica, um geoparque deve apresentar também valores ecológicos, arqueológicos, históricos ou culturais inseridos em um processo de desenvolvimento sustentável que fomenta projetos educacionais e de valorização do patrimônio cultural local.

Nesse sentido, pode-se entender que a criação do Geopark, via decreto, mesmo antes de serem concluídos os estudos técnicos sobre a área, traduziu uma decisão governamental de dar resposta aos problemas de desenvolvimento naquela região, por meio da política (decreto) que instituiu o Geopark. Essa criação foi uma decisão política que teve o objetivo de suprir uma demanda recorrente de criar um fator indutor do desenvolvimento regional. Entretanto, o ato tornou-se, para o poder público, uma “demanda nova”, no sentido de que o ato de criação, por si só, não atende ao objetivo proposto. A demanda recorrente ainda está por ser atendida, e é necessário que haja investimentos de toda a ordem – financeiros, humanos e políticos – para que o geoparque passe a funcionar e possa, então, responder à demanda a qual se propôs inicialmente.

Ainda assim, dadas as convergências existentes entre as políticas e o meio principal que elas utilizam para atingir seus objetivos, que é a articulação entre pastas, o Geopark deve se beneficiar e se integrar às políticas de desenvolvimento atualmente em curso na região, no sentido de angariar recursos e apoio para seu desenvolvimento (LUNAS; OLIVEIRA, 2016). Essas políticas podem, inclusive, ser empregadas para atender às demandas da carta de recusa, sobretudo na questão da otimização dos recursos, uma vez que um dos gargalos das políticas e, consequentemente, do próprio geoparque, enquanto política que é, é a destinação de recursos para alavancar sua implementação e desenvolvimento.

É importante ressaltar que os geoparques, como vetores de desenvolvimento, também são uma grande oportunidade de conservação dos territórios onde estão inseridos. Mais do que conservação do patrimônio abiótico e biótico, os geoparques são voltados para o desenvolvimento sustentável, incluindo, no conceito, todas as dimensões da sustentabilidade, principalmente a ambiental, a econômica e a sociocultural.

Sendo assim, há muitos indicadores regulares disponíveis que podem expressar o crescimento econômico e as condições de vida da população, especialmente aqueles que indicam as condições de vida pautadas no desenvolvimento econômico e nos serviços públicos disponíveis. Entretanto, esses dados não são suficientes para medir o desenvolvimento sustentável e as condições do ambiente numa área como a do Geopark. Da mesma forma que o crescimento econômico e o aumento do consumo impactam o meio ambiente, as condições ambientais impactarão significativamente, em médio e longo prazo, a economia e a qualidade de vida. Por isso, existe a necessidade de se monitorar as condições ambientais, bem como os fatores que aumentam a pressão sobre o ambiente.

Portanto, faz-se necessário e urgente um sistema de monitoramento ambiental que forneça dados confiáveis e contínuos para acompanhar as condições ambientais do Geopark. As políticas de desenvolvimento devem prever formas de acompanhamento e progresso de sua execução, até mesmo para que sejam avaliadas posteriormente. Dessa maneira, podem ser o ponto de partida para a instituição de um sistema que gere e monitore indicadores nas dimensões ambiental e institucional, e não apenas na social e na econômica.

O APROVEITAMENTO DOS SÍTIOS DA GEODIVERSIDADE E GEOSSÍTIOS PARA INDUZIR O DESENVOLVIMENTO POR MEIO DO TURISMO

Enquanto a ideia inicial de se criar geoparques pelo mundo fora desencadear o desenvolvimento em áreas rurais pobres e com poucas perspectivas, o Bodoquena-Pantanal nasce em uma localidade que, apesar de apresentar sérias de-

sigualdades socioeconômicas, também é bastante visitada turisticamente. As duas regiões possuem municípios que são considerados destinos turísticos consolidados e, exatamente por isso, prioritários em termos de políticas e promoção da atividade turística: Bonito e Corumbá.

Assim, vários dos locais escolhidos, inicialmente, como geossítios já possuem visitação turística estruturada e com demanda internacional. Bonito é um destino que já está estruturado e organizado para trabalhar boa parte de suas áreas estabelecidas como geossítios como “produtos”, embora o foco de “venda” seja o ecoturismo, e não o geoturismo em si. Já o Pantanal vende-se, em muitos casos, como um destino de ecoturismo, mas possui o foco no turismo de pesca, de natureza e de observação.

Um estudo de inventariação realizado nos geossítios demonstra que a Região Pantanal tem mais condições para ser geoparque, considerando-se a relevância científica dos sítios ali inseridos. Entretanto, Bonito já está mais estruturado e tem melhores condições de aproveitamento para uso turístico e educacional, aproveitando-se das ocorrências geológicas e das atividades de visitação que já acontecem na região (LUNAS; OLIVEIRA, 2018). Além disso, é ponto pacífico entre os estudiosos de geoparques que as condições de desenvolvimento sustentável – incluindo a capacidade de um geoparque de gerar emprego e renda para a comunidade nele inserida – é o ponto-chave da criação e efetivação dos geoparques.

Na Região Pantanal, o ponto focal do Geopark está na cidade de Corumbá, e não no Pantanal em si. Hoje, Corumbá é comercializada, turisticamente, como portão de entrada do Pantanal, como área de fronteira e como roteiro representativo da cultura pantaneira. Esse novo “produto” a ser implementado deverá enfatizar os recursos geológicos, paleontológicos e arqueológicos do Geopark, integrando-os à paisagem pantaneira e dando ênfase à interpretação ambiental como fator de motivação para a valorização e proteção desses recursos.

Na região Sudoeste/Serra da Bodoquena, onde o turismo é altamente consolidado, com demanda internacional, e cujo eixo gira em torno de diversos atra-

tivos regionais, mas com a concentração da comercialização em Bonito, há que se pensar em um reposicionamento das atividades realizadas, sem, contudo, alterar drasticamente os roteiros já consolidados. Nesse sentido, o termo “geoecoturismo” pode ser implementado como uma alavanca para esse reposicionamento. No caso dessa região, há que se pensar na inclusão do termo “geo”, inserido na divulgação mercadológica, na produção de material interpretativo e nos discursos dos guias especializados.

Desde as discussões que levam à ideia de criação de um geoparque em Mato Grosso do Sul, tem-se em voga que a completa implementação do Geopark Bodoquena-Pantanal poderia ser um novo marco para o turismo regional. Para isso, seria necessário todo um trabalho de reestruturação da atividade, pautando-a em novos produtos e na “reciclagem” dos produtos existentes, com foco no geoturismo ou no geoecoturismo.

O geoecoturismo é um termo que combina as modalidades de ecoturismo e geoturismo, nas quais, além da observação e da interpretação do meio biótico, os visitantes são levados, também, a observar e interpretar o relevo, a geomorfologia, as rochas e os demais aspectos do meio abiótico. Segundo a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que instituiu o Programa Geoecoturismo do Brasil, o termo significa a utilização recreativa e sustentável do patrimônio natural. O objetivo principal é disseminar, entre as comunidades, profissionais e cidadãos em geral, o conhecimento básico de geologia, as informações geoambientais e geo-históricas sobre o patrimônio mineral, bem como incrementar os potenciais turísticos das regiões, criando novos itinerários de visitação (COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS, 2016).

Nos dois casos, o Geopark pode ser um fator impulsionador para girar o Ciclo de Vida turístico nesses destinos (BUTLER, 1980)¹, advindo daí a possibilidade

1 O conceito de Ciclo de Vida das Destinações Turísticas remonta aos anos 1980, quando Richard Butler se utiliza de uma ideia baseada em *marketing* de produtos para entender por qual ciclo passa um destino turístico, desde sua descoberta. Para Butler, as principais fases do Ciclo de Vida das Destinações Turísticas são: Exploração; Envolvimento; Desenvolvimento; Consolidação; Es-

de se reinventar o turismo na região, por meio do geocoturismo proveniente da implementação do Geopark. Nesse caso, em ambas as regiões, há que se pensar na sua efetivação como uma renovação da atividade turística, no sentido de que pode atrair um novo público para o destino já consolidado. Contudo, para que isso se assente enquanto perspectiva de desenvolvimento territorial e do próprio Geopark, atendendo suas premissas básicas, é necessário que haja o envolvimento da comunidade local nesse processo. Para tanto, é preciso que haja a consideração de dois pontos principais: o primeiro é entender que os novos produtos, baseados no conceito de geocoturismo, devem ter como recurso principal a interpretação do ambiente, sobretudo do geopatrimônio nele contido; o segundo é a necessidade urgente de trabalhar a questão do geoparque e do geocoturismo com as pessoas inseridas nessas áreas.

Para isso, tornam-se necessários: i) um trabalho de conscientização, no sentido de fazer com que essas pessoas conheçam e entendam a ideia de geoparque, que ainda causa muita dúvida para algumas pessoas, que o confundem com o Parque Nacional da Serra da Bodoquena ou alguma outra unidade de conservação e; ii) um trabalho de sensibilização, de modo que, depois de conhecer, as pessoas passem a aderir à ideia do geoparque, visualizando como pode ser sua participação e efetiva integração no processo.

É importante salientar que a implementação de uma atividade econômica pautada na sustentabilidade, que ofereça oportunidade de desenvolvimento à população local e que contribua efetivamente para a valorização e proteção do patrimônio geológico, é um dos pilares de sustentação dos geoparques.

tagnação; Declínio ou Renovação. Esse conceito, amplamente aceito por estudiosos do turismo, entende que, em média, os destinos turísticos levem 20 anos para atingir o apogeu. A partir de então, há que se planejar a renovação desse destino, a fim de se evitar o declínio.

RECOMENDAÇÕES PARA A ESTRUTURAÇÃO DO GEOPARK BODOQUENA-PANTANAL

Tendo em vista todas as possibilidades e problemas levantados até o momento, percebe-se que a ideia de se implementar, efetivamente, o Geopark nas Regiões Pantanal e Sudoeste pode vir a ser um importante mecanismo de indução do desenvolvimento para essas regiões. Entretanto, para que isso tenha possibilidades de efetivação e, conseqüentemente, traga benefícios às comunidades envolvidas, e levando-se em conta as recomendações da UNESCO para a efetivação de uma nova candidatura, são necessárias algumas ações estratégicas de curto, médio e longo prazo. Na sequência, são apresentados alguns pontos que podem auxiliar na estruturação dessas ações.

Dar continuidade à inventariação dos geossítios e sítios da geodiversidade

É necessário aprofundar as pesquisas que medem os potenciais turístico, educacional e científico dos geossítios, bem como seus riscos de degradação. O correto reconhecimento desses usos potenciais é fundamental para instituir planos de manejo e critérios de utilização de cada uma das áreas. Para tanto, faz-se necessária a criação de uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais de diversas áreas do conhecimento que possam avaliar todos os aspectos de todas as áreas *in loco*, com o rigor necessário a um resultado preciso.

Nesse sentido, recomenda-se:

- Estabelecer um roteiro de inventário, baseado nas pesquisas já existentes, identificando os profissionais necessários para a realização da pesquisa suplementar;
- Criar um protocolo de pesquisa, com vistas a obter apoio de instituições, proprietários e comunidade local para a realização do inventário, tanto em campo quanto pós-campo, considerando a dificuldade de acesso aos locais e de viabilização de recursos;

- Fazer parcerias de modo a compor uma equipe multidisciplinar para realizar o inventário nos geossítios e sítios da geodiversidade já identificados, assim como em outras áreas relevantes do estado de Mato Grosso do Sul.

Solucionar a questão do tamanho excessivo da área do Geopark

A recomendação da UNESCO (apud LIMA, 2016, p. 227) para que haja a redução da área do geoparque fala em

Reduzir a área do Geopark proposta, que é considerada como sendo incontrolável, pois não é possível unificar pessoas sob uma identidade coletiva e única, vivendo várias centenas de quilômetros umas das outras. Isso não é possível no conceito de geoparques atuais, gerenciáveis, já que tamanhos médios de geoparques são entre 1.000 km² e 2.500 km². Aconselhamos que preparem uma nova proposta em uma área “núcleo”, onde seria geologicamente interessante existirem vários geossítios e também comunidades residentes, para elaborarem projetos e participarem do movimento Geoparque.

Sempre que se discute redução da área, o grande argumento para refutar essa ideia é de que um país com dimensões continentais, como é o caso do Brasil, comporta áreas maiores do que as estabelecidas por padrões europeus. Ainda assim, das 19 propostas constantes em Schobbenhaus e Silva (2012) e no *site* do CPRM, o Geopark Bodoquena-Pantanal (mesmo apresentado com a versão de 20 mil km²) é, disparadamente, o maior em termos de área e número de geossítios. A segunda maior área fica no Rio de Janeiro e tem cerca de 10,9 mil km². Várias propostas com grande número de geossítios ocorrem em áreas bem menores. Essa comparação simples, aliada à visualização cartográfica da área com a distribuição de seus respectivos geossítios e sítios da geodiversidade (Figura 6.2), onde é possível identificar as grandes áreas de “vazios” populacionais e de geossítios, reforçam a ideia de que essa área não é viável enquanto geoparque membro da GGN.

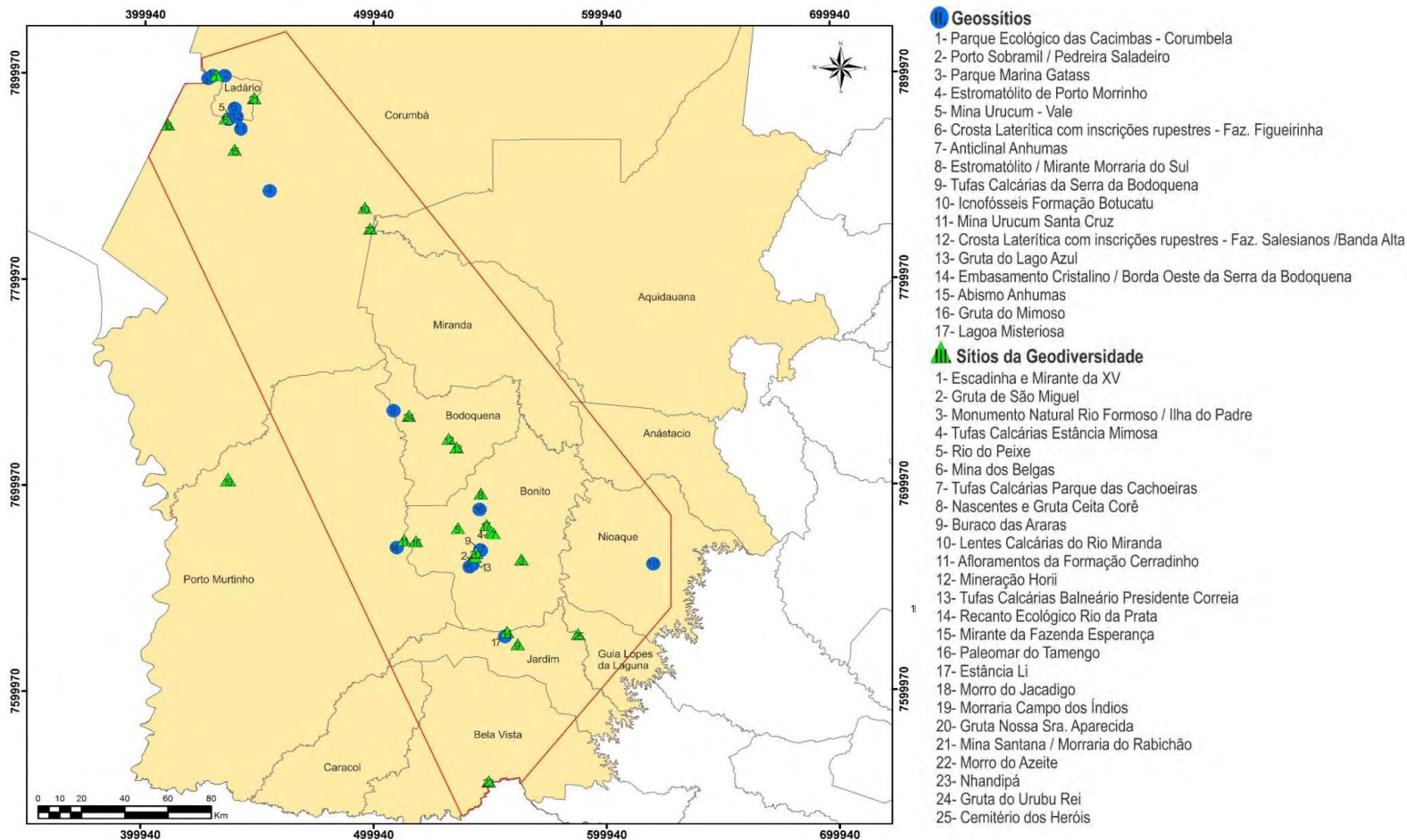


FIGURA 6.2 – Mapa de distribuição dos geossítios e sítios da geodiversidade no Geopark Bodoquena-Pantanal.

Fonte: Lunas (2016).

Uma proposta recorrente na discussão sobre o tamanho da área é a divisão do geoparque existente em dois, com vistas a estabelecer, no Pantanal e na Serra da Bodoquena, áreas com possibilidades distintas, mas igualmente relevantes. Na observação do mapa criado por Lunas (2016) e apresentado na Figura 6.2, verifica-se que isso é possível.

Nesse contexto, é possível verificar que áreas inteiras, hoje inseridas na proposta, ficariam de fora, por uma questão de distância e relevância. Trata-se de áreas oriundas dos grandes “vazios” discutidos anteriormente. Essa visualização pode auxiliar, ainda, não apenas a entender a localização espacial das áreas, mas também a discutir a capacidade desses locais de lidar com questões ambientais que afetam diretamente seu desenvolvimento.

No entanto, recorrendo novamente às recomendações da GGN para o geoparque proposto em Mato Grosso do Sul, verifica-se que uma simples reformulação da proposta, com a identificação de uma ou duas novas áreas não será suficiente. A GGN não aceitará um geoparque que não esteja funcionando como tal. Ademais, mais do que geossítios, estudos técnicos e atividade turística, é necessária a implementação de medidas que efetivem o Geopark e envolvam a comunidade em suas atividades.

Embora no decreto que criou o Geopark Bodoquena-Pantanal, este apresente uma área demasiadamente grande, a reformulação dessa área não deve passar pela revogação do ato normativo inicialmente. Ele se caracteriza como uma política de desenvolvimento que tem o poder de fortalecer o apoio do poder executivo para o projeto. A criação de uma nova e imediata proposta tampouco teria o efeito de conseguir o ingresso na GGN. Ser membro da rede global propicia aos geoparques benefícios como selo de reconhecimento da UNESCO e oportunidade de atuação em rede, entretanto, esse não deve ser um objetivo buscado em curto prazo.

Paralelamente ao decreto e à candidatura à GGN, ou, ainda, antes desses objetivos, há que se pensar em uma reformulação de área onde o geoparque possa efetivamente iniciar suas atividades. Nesse sentido, a equipe técnica vem trabalhando

do com a ideia das áreas núcleos, tal como proposto pela UNESCO. Porém, esse trabalho se vê limitado ao interesse da municipalidade em investir na proposta de geoparque, sem, contudo, receber contrapartida expressiva do Governo do Estado, e sem se aliar ao critério técnico de importância e quantidade de geossítios, sendo primordial a disponibilidade de investimento do município. Aliás, o critério técnico de criação dessas áreas núcleo há de vir do inventário, que auxiliará a resolver a dificuldade política de se retirar ou incluir novas áreas, sem dar a impressão que se está excluindo um dado município ou beneficiando um em detrimento de outro.

Ainda que se discuta muito a proposição de um geoparque no eixo Bonito – Corumbá, é sabido que há, no estado, outras regiões com potencial geológico para a implementação de um geoparque. Assim, importante seria a criação de uma Rede Estadual de Geoparques, enquanto estrutura do Governo do Estado, mas com gestão autônoma de cada núcleo, na medida do possível. Seria, portanto, um espaço onde as regiões com afinidades e interesses comuns pudessem se organizar e propor a implementação de núcleos mais abrangentes para a posterior criação de novos geoparques.

Essa rede deverá funcionar como um programa guarda-chuva do governo, que dará apoio técnico, financeiro e institucional para que as regiões se organizem, mas sem a obrigatoriedade de arcar com todas as despesas e responsabilidades. O programa precisará primar pela cooperação entre as regiões e o governo, tal como acontece com as redes de geoparques já existentes, em que o foco das ações se pauta pela cooperação.

Embora as ações iniciais possam ser fomentadas pelo governo, esse sistema deve entender que as ações precisam ser propostas e coordenadas “de baixo para cima”. O pensamento é o de que os territórios se organizem e se articulem conforme suas afinidades, para que a identidade local seja mantida, e que o Geopark se torne, efetivamente, um fator de coesão para o desenvolvimento territorial.

Criar e implementar o Plano de Gestão e Fortalecimento Institucional do Geopark

Uma das primeiras diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 12.897/2009, que criou o Geopark, era que seu conselho gestor deveria elaborar o Plano de Gestão Territorial. Um documento como esse é de fundamental importância para ordenar os projetos e a gestão do geoparque, enquanto território. O documento ainda precisa ser elaborado e esse processo deve acontecer de forma participativa com as comunidades e entidades envolvidas no território, sem deixar de considerar os aspectos técnicos de elaboração e implementação de projetos em geoparques.

Um plano de gestão deve prever, também, a continuidade da equipe técnica, gestora do geoparque, ou, no caso de aceitação da proposta anterior, uma equipe gestora da Rede Estadual de Geoparques. A criação de uma equipe técnica, inclusive, foi uma das poucas recomendações dadas pela GGN e cumpridas para o geoparque. Entretanto, a equipe é reduzida e não dispõe de condições totais para a elaboração, a implementação e o gerenciamento de projetos. Outra questão levantada pela GGN é o estabelecimento dessa equipe num escritório de atendimento ao público, dentro dos limites do Geopark. Atualmente, a gestão é realizada a partir da capital do estado, Campo Grande, que não se encontra dentro dos limites da área proposta.

Assim, sugere-se que, na elaboração de um plano de gestão territorial para o geoparque, ou geoparques estaduais, sejam considerados:

- A coordenação dessa elaboração por consultoria especializada, garantindo-se a utilização de uma metodologia de planejamento participativo e a prospecção de cenários futuros para geoparques em Mato Grosso do Sul;
- O fortalecimento institucional do(s) geoparque(s) mediante: estabelecimento de uma instituição formal, dentro de uma forma jurídica a ser estabelecida, para a gestão de cada geoparque; previsão de cargos permanentes mínimos para a equipe técnica, estabelecendo as formas

de contratação e as fontes de recursos para tal; organização das possibilidades de parcerias para o desenvolvimento de projetos;

- O estabelecimento de atividades de educação e pesquisa;
- Estudos para a criação de normas e parcerias para o desenvolvimento de novos roteiros e produtos turísticos, baseados no geoecoturismo, incluindo os chamados geoprodutos;
- A organização de atividades contínuas de conscientização e sensibilização das comunidades locais e tradicionais, de forma a envolvê-las no processo de desenvolvimento;
- A instituição de orçamento base para o financiamento e custeio de projetos e ações, sob a responsabilidade do estado e dos municípios envolvidos, independentemente dos potenciais acordos de parcerias.

É importante ressaltar que as sugestões apresentadas para servir como base inicial de um planejamento foram formatadas da compilação da experiência advinda da pesquisa realizada pelos autores, bem como das recomendações já feitas para o geoparque; porém, não devem ser engessadas ou restritas. Ficarão a cargo do dinâmico processo de planejamento participativo sua aceitação, redução, ampliação ou adequação, de acordo com as necessidades identificadas. E o plano, igualmente, deve ser passível de alterações contínuas, conforme se notar a carência da dinâmica do desenvolvimento territorial.

Criar o observatório do Geopark

A criação de um escritório de atendimento ao público dentro da área, uma das recomendações da UNESCO, é uma importante estratégia para divulgação e fortalecimento da “marca” no local onde se inserem moradores e visitantes. Entretanto, a discussão sobre qual seria essa área, atualmente, é bastante acirrada.

De imediato, dentro da área já proposta, pode-se pensar em: Corumbá, detentora dos principais sítios de relevância científica e com maiores riscos de degrada-

ção; Bonito, com muitos sítios da geodiversidade e com condições de infraestrutura e atividade turística já existentes, que demonstram boa capacidade de implementação do geoparque; e Nioaque, município no qual existe apenas um geossítio, afastado dos demais, mas onde o poder público e a comunidade adotaram a ideia de geoparque, fazendo com que a proposta seja legitimamente de interesse local.

Concorda-se, aqui, com a importância desse escritório dentro da área do Geopark, mas, dado o caminho que necessita ser percorrido para se estabelecer essa localidade, entende-se que, de imediato, a mais importante iniciativa a ser implementada seria um observatório do geoparque no estado. Tal observatório precisa ser inserido dentro da proposta “Rede de Geoparques Estaduais”, a ser contemplada inicialmente, dentro da estrutura do governo. Sua estruturação se dará, principalmente, sob o foco da pesquisa e do monitoramento e deverá atuar em duas frentes, quais sejam:

- **Monitoramento de indicadores** – dada a dificuldade de se obter indicadores para a área proposta, bem como a importância desses indicadores para o acompanhamento da sustentabilidade em um geoparque, é necessário que o projeto de criação assuma a responsabilidade de levantar e monitorar os indicadores locais.

Preferencialmente, esses indicadores devem ser catalogados dentro do modelo pressão-estado-resposta, de forma a se observar a sustentabilidade como um todo. Não há, num primeiro momento, a necessidade de se montar uma equipe e uma estrutura física para a coleta e a análise dos indicadores. Parcerias com instituições públicas e privadas, incluindo-se, sobretudo, aquelas componentes do conselho gestor, podem suprir essa necessidade inicial.

É primordial que esse “observatório” aponte quais são as necessidades de monitoramento e em que áreas, além de manter as informações coletadas de forma sistematizada, baseada em série histórica e disponível para consulta.

- **Monitoramento de uma rede de interesse geológico no estado** – com o objetivo de catalogar outras áreas de interesse geológico em Mato Grosso do Sul, mesmo fora do eixo proposto inicialmente, além de monitorar novos geossítios dentro da área já proposta. Esse projeto abrigaria a metodologia e a base de dados elaboradas com a implementação da recomendação do item 1 sobre a continuidade e ampliação do inventário do geoparque. As informações levantadas serviriam de base para esse sistema de monitoramento, alimentando uma rede de interesse geológico em Mato Grosso do Sul, que faria sua atualização e continuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de um geoparque em Mato Grosso do Sul nasceu da ideia de se tentar proteger um patrimônio geológico, na época, pouco conhecido no estado, e essa criação poderia vir aliada à proteção ambiental, à valorização cultural e ao desenvolvimento sustentável.

Como política de desenvolvimento, o Governo do Estado instituiu a área do Geopark via decreto, em 2009, como perspectiva de fomentar o desenvolvimento regional. Contudo, a esse novo território não foram dados direcionamentos concretos ou condições para o desenvolvimento, situação que, agravada pela recusa do Geopark como membro da rede global, acabou por estagnar o processo e gerar frustração nas expectativas dos envolvidos.

Todavia, o Geopark é uma proposta concreta, capaz de gerar os benefícios a que se propõe e, ainda, consolidar-se como um novo modelo de desenvolvimento, pautado na sustentabilidade. Esse cenário propiciaria a todos uma chance de participar ativamente desse desenvolvimento, não apenas recebendo seus benefícios, mas também contribuindo. Esse desenvolvimento e coesão, porém, só serão eficazes se as decisões que lhes dizem respeito forem tomadas a partir do ponto de vista das

pessoas e instituições enraizadas no território. As decisões organizacionais podem ser fomentadas pelo poder público, mas sempre envolvendo a comunidade local, no sentido de criar nelas um sentimento de pertencimento, tanto ao território quanto ao projeto.

Essa necessidade de envolver a comunidade deve abranger, inclusive, as necessárias discussões sobre a redefinição da área, uma vez que, concomitantemente às discussões técnicas de viabilidade da área, deve-se considerar o fator identidade para a consolidação de um território efetivamente único e legítimo, que seja fortalecido para além das delimitações geográficas instituídas.

A partir dessa perspectiva, entende-se, ainda, que um geoparque só será consolidado se houver ações que o caracterizem como tal. Para isso, algumas sugestões de ações são levantadas: ampliação, continuação e aprimoramento do inventário de geossítios; redefinição da(s) área(s) que venha(m) a ser trabalhada(s) como geoparque(s); elaboração do Plano de Gestão Territorial; e criação de um observatório do geoparque.

Essas ações têm a perspectiva de nortear um início na concepção do projeto Geopark Bodoquena-Pantanal, mas não podem ser um roteiro fechado no processo de planejamento que, ressalta-se, para ser legítimo, deve ser dinâmico, participativo e contínuo.

REFERÊNCIAS

BUTLER, R. W. The concept of a tourist area life cycle of evolution implications for management of resources. **Canadian Geographer**, Canadá, v. 24, n. 1, p. 5-12. 1980.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. Serviço Geológico do Brasil. **Gestão territorial de geoparques**. Rio de Janeiro: CPRM, [20--]. Disponível em <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geoparques-134>. Acesso em: 10 jun. 2016.

LIMA, M. M. E. R. **O Projeto “Geopark Bodoquena Pantanal”**: proposta inicial e retificações necessárias. 2016. 231 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) – Universidade Anhanguera, Campo Grande, 2016.

LUNAS, M. C. F. S. **Geopark Bodoquena-Pantanal**: análise da integração territorial e perspectivas de desenvolvimento. 2016. Tese (Doutorado em) – Universidade Anhanguera, Campo Grande, 2016.

LUNAS, M. C. F. S.; OLIVEIRA, A. K. M. Geopark Bodoquena-Pantanal: histórico de criação e seu potencial para o desenvolvimento regional de Mato Grosso do Sul. **Caderno de Estudos e Pesquisa em Turismo**, Curitiba, v. 6, n. 9, p. 130-149, jul./dez. 2017.

LUNAS, M. C. F. S.; OLIVEIRA, A. K. M. O valor turístico e educacional dos geossítios no Geopark Bodoquena-Pantanal/MS: identificação e hierarquização dos sítios da geodiversidade. **Revista Turismo e Análise**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 468-486, set./dez. 2018.

LUNAS, M. C. F. S.; OLIVEIRA, A. K. M.; BONONI, V. L. R. Políticas públicas de desenvolvimento: convergências e divergências no Geopark Bodoquena-Pantanal. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 155-176, jul./set. 2016.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, de Planejamento, da Ciência e Tecnologia. Superintendência de Planejamento. **Caderno Geoambiental das Regiões de Planejamento do MS**. Campo Grande: SEMAC, 2011. 394 p.

ROLIM, F. G.; THEODOROVICZ, A. Bodoquena-Pantanal. In: SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C. R. (org.). **Geoparques do Brasil**: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012. p. 223-282.

SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C. R. (org.). **Geoparques do Brasil**: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012. 748 p.

UNIÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Operational guideline for National Geoparks seeking UNESCO's assistance**. Paris: UNESCO, 2004. Disponível em: http://www.unesco.org/science/earth_sciences/geoparks/geoparks.htm. Acesso em: 18 abr. 2012.



CAPÍTULO 7

EXPEDIÇÕES FOTOGRÁFICAS DE NATUREZA E O TURISMO SUSTENTÁVEL NO MS

Daniel De Granville

INTRODUÇÃO

O Brasil é a terra da diversidade. Além da fascinante variedade cultural do país, aqui, também se encontra a maior biodiversidade do mundo. O país abriga as maiores áreas de florestas tropicais do planeta e aparece sempre nos primeiros lugares em quantidade de espécies animais, como primatas, anfíbios e aves. Por tais motivos, o Brasil sobressai dentre os 17 “Países Megadiversos” listados pela organização Conservação Internacional (MITTERMEIER, 1998). Nesse contexto, o estado de Mato Grosso do Sul destaca-se por englobar a maior porção da planície do Pantanal – um dos melhores locais no mundo para se observar e fotografar vida selvagem – além de porções consideráveis do Cerrado, da Mata Atlântica e do Chaco.

Tal riqueza natural atrai, para a região, visitantes de várias partes do país e do mundo. Especificamente para o Pantanal, estima-se que, aproximadamente, 43 mil turistas desembarcados no Aeroporto Internacional da capital Campo Grande em 2019 – dados mais recentes antes da pandemia da covid-19 – tinham como destino a região¹. No mesmo período, a região de Bonito recebeu cerca de 210 mil

¹ Informações enviadas via e-mail por Danielle Moura (gerente do Observatório de Turismo de MS - Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul) em 16 de março de 2021 (MOURA, 2021).

turistas (BONITO CONVENTION & VISITORS BUREAU, 2019), visitantes entre os quais estão os fotógrafos de natureza.

Ainda que não haja muitas estatísticas sobre esse público específico, é notável um aumento da sua presença nos últimos anos, especialmente com as facilidades que a fotografia digital e a internet propiciaram para popularizar a atividade. Animais, paisagens e plantas são buscados avidamente pelos praticantes, seja em imagens feitas por terra, com câmeras convencionais, debaixo d'água, com equipamentos subaquáticos, ou no ar, com os modernos drones.

Um exemplo prático vem do município de Jardim, vizinho a Bonito, onde se localiza o Buraco das Araras, possivelmente, o passeio mais procurado por esse público específico na região. O atrativo natural, situado dentro de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, oferece um roteiro especial para fotógrafos e observadores de aves. Devido a suas peculiaridades, o programa custa entre 130% e 250% a mais do que o roteiro convencional feito pela maior parte dos turistas que visitam o local, dependendo do tempo de permanência. Ainda assim, enquanto no período 2018-2019 a quantidade de turistas visitando a região de Bonito aumentou em pouco mais de 4%, nessa atividade específica, houve um aumento de 18%. Somando-se os dados mais recentes do mesmo período, 691 visitantes (dos quais 85% de origem estrangeira) compraram tal programa, gerando uma receita bruta aproximada de R\$ 140 mil².

Além de divulgar os destinos turísticos com imagens cativantes de boa qualidade técnica e artística, tais visitantes contribuem economicamente para o setor e a sociedade. Por trás de cada clique de suas câmeras flagrando aquela onça-pintada desfilando à beira do rio, há toda uma cadeia produtiva do setor turístico trabalhando para que aquela foto seja possível. São proprietários de áreas naturais, guias e agentes de turismo, motoristas e pilotos de barco, camareiras e cozinheiras de pousadas, garçons e muitos outros profissionais do ramo trabalhando em sintonia para permitir que o fotógrafo atinja seus objetivos e realize seus sonhos.

2 Informações enviadas via *e-mail* pela gerência do atrativo em 24 de março de 2021 (IFRAN, 2021).

Como biólogo, fotógrafo, guia e operador de turismo, ao ser convidado para elaborar este capítulo, considerei interessante mesclar informações que forneçam um embasamento teórico sobre expedições fotográficas na natureza, um perfil atual com as oportunidades e ameaças à atividade em Mato Grosso do Sul, e uma espécie de roteiro prático para auxiliar empreendimentos e profissionais que já atuem ou pretendam atuar nesse promissor segmento turístico. Para otimizar a experiência dos fotógrafos de natureza em uma expedição, uma série de requisitos devem ser observados pelos fornecedores do setor turístico, e é isto o que pretendo abordar nas próximas páginas.

IMPORTÂNCIA DA FOTOGRAFIA DE NATUREZA

Apoio à conservação e à ciência

A fotografia de natureza e seus praticantes são importantes aliados da ciência e da conservação ambiental. Obviamente, pesquisadores acadêmicos não conseguem estar o tempo todo em campo acompanhando seus objetos de pesquisa. Assim, registros fotográficos de espécies, comportamentos ou fenômenos naturais podem fornecer dados de grande utilidade para tais estudiosos. Especialmente na era digital, os arquivos fotográficos podem trazer dados sobre data, horário e localização geográfica do registro. Nesse sentido, tenho duas experiências envolvendo serpentes. Há alguns anos, consegui documentar com fotos todo o processo de eclosão dos ovos em um ninho de falsas-corais, um registro inédito para a ciência, que rendeu publicação científica em conjunto com um pesquisador do Instituto Butantan. Atualmente, está em preparo para publicação um artigo científico sobre reprodução de sucuris-verdes, novamente com auxílio dos registros fotográficos que tenho feito ao longo dos últimos anos.



FIGURA 7.1 – O raro registro fotográfico de um bolo de reprodução de sucuris-verdes (*Eunectes murinus*) forneceu informações importantes sobre a espécie para pesquisadores.

Fonte: Acervo pessoal de Daniel De Granville (2015).

Já a chamada “fotografia de conservação” pode ser considerada um segmento dentro da fotografia de natureza, sendo que o objetivo das imagens extrapola a preocupação estética, buscando causar impacto e reflexões no observador. Desde 2005, a Liga Internacional dos Fotógrafos de Conservação (iLCP), uma associação bastante ativa, tem gerado ótimos resultados práticos mediante suas ações (CANDISANI; MANÇO, 2012). O fotógrafo alemão Florian Schulz, membro da iLCP, resume bem a importância da fotografia de natureza e de conservação, ao afirmar que “A fotografia cria uma conexão com as pessoas de forma imediata, independente de idiomas e em qualquer parte do mundo. Então, com uma única imagem que chame a atenção, você é capaz de estimulá-las a se aprofundarem no assunto em questão”. O fotógrafo brasileiro Luciano Candisani, membro da iLCP e colaborador frequente

da prestigiada revista *National Geographic*, realizou grande parte de seus principais trabalhos documentais nas regiões do Pantanal Sul e Bonito.

“Álbuns de figurinhas”

Os praticantes das diversas vertentes da fotografia de natureza possuem objetivos distintos. Existem desde os amadores – que procuram obter registros com finalidades mais pessoais, sem necessariamente algum componente comercial – até os profissionais, que buscam imagens para uso em publicações impressas, materiais publicitários, decoração de ambientes e galerias de arte, entre outras finalidades. Quaisquer que sejam os objetivos, tanto os amadores quanto os profissionais precisam viajar até os locais de interesse para conseguir produzir as imagens que procuram.

Com a popularização dessa atividade, surgiram *sites* especializados no compartilhamento de coleções de imagens de natureza, mais ou menos como uma versão moderna dos antigos “álbuns de figurinhas” que as crianças gostavam de preencher. Um exemplo que se destaca é a plataforma colaborativa brasileira WikiAves, que, em março de 2021, contava com mais de 3,3 milhões de registros fotográficos de aves brasileiras feitos por mais de 37 mil colaboradores. Desses registros, aproximadamente 95 mil haviam sido feitos em Mato Grosso do Sul. Outra plataforma similar de destaque é o Biofaces, que abrange todos os grupos animais e, à época da elaboração deste material, contava com mais de cinco mil colaboradores em 2021. Além dessas, existem as redes sociais mais consagradas, como Instagram e Facebook, onde também existem grupos e canais para compartilhamento de imagens e experiências entre os praticantes da fotografia de natureza.

Essa saudável disputa por fotografar a maior quantidade de espécies, ou conseguir as imagens mais espetaculares delas, encontra espaço, também, nos concursos de fotografia. Dentre as diversas competições, destaca-se o *Wildlife Photographer of the Year*, promovido pelo Museu de História Natural de Londres, que, em

2020, recebeu cerca de 49 mil inscrições do mundo todo, com prêmios individuais da ordem de 10 mil Libras Esterlinas – aproximadamente, R\$ 78 mil na cotação atual (DAVIS, 2020). Com frequência, imagens feitas no Pantanal e adjacências por fotógrafos brasileiros e estrangeiros estão entre as fotos premiadas.

Objetos de desejo

A diversidade de seres e cenas que atraem o interesse dos fotógrafos de natureza para Mato Grosso do Sul integra uma espécie de *ranking* informal dos temas mais buscados, tanto espécies de animais (como tamanduás, onças, araras, sucuris, jacarés, peixes), quanto fenômenos naturais (como a florada de árvores, os cupinzeiros bioluminescentes ou o pulso das águas no Pantanal) e manifestações da cultura local (como as comitivas de gado, o trabalho nas fazendas e as rodas de tereré). Para cada um desses assuntos, há regiões do estado, épocas do ano, períodos do dia e outros aspectos a serem considerados visando maximizar as chances de o fotógrafo encontrar o que busca.

A seguir, listo alguns exemplos de assuntos que atraem fotógrafos de natureza para Mato Grosso do Sul e as questões que devem ser consideradas ao planejar uma expedição em busca desses temas:

- Tamanduá-bandeira: é um mamífero bastante valorizado, principalmente entre fotógrafos estrangeiros. As operadoras especializadas nesse tipo de viagem, frequentemente, incluem Mato Grosso do Sul em seus roteiros, especificamente, para tentar garantir a espécie para seus clientes, já que, no Pantanal Sul e na Serra da Bodoquena, ela é mais abundante do que em outras regiões do país. Porém, em alguns períodos – como no primeiro semestre –, os tamanduás costumam estar mais reclusos, não se expondo tanto. A partir da segunda metade do ano, sua visualização é mais frequente e há maiores chances de se observar mães carregando seus filhotes no dorso. Cabe ressaltar que a expansão da ati-

vidade agrícola em larga escala, substituindo as pastagens tradicionais com cupinzeiros que propiciam alimento aos tamanduás, tem reduzido a frequência de encontro desses animais. Também são frequentes os atropelamentos de tamanduás nas rodovias, o que transmite uma sensação muito negativa aos fotógrafos que esperam ver tais animais vivos.



FIGURA 7.2 – O tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) é um dos animais mais procurados na região de Bonito e Pantanal Sul pelos fotógrafos de natureza.

Foto: Acervo pessoal de Daniel De Granville (2009).

- Cavernas: em algumas cavidades naturais de Bonito, como a Gruta do Lago Azul e o Abismo Anhumas, a iluminação natural varia significativamente ao longo do ano, propiciando oportunidades fotográficas distintas. Entre meados de outubro e meados de fevereiro, ambas as cavidades são iluminadas por um fecho direto de luz solar durante algumas horas por dia, ao passo que, no restante do ano, a luz incide indiretamente. Enquanto na Gruta do Lago Azul, devido ao alto contraste,

esse fecho acaba dificultando a regulação do equipamento fotográfico e a obtenção de boas imagens, no Abismo Anhumas, o mesmo fenômeno cria um espetáculo de luz que propicia excelentes fotos, tanto fora como dentro da água.



FIGURA 7.3 – A condição que permite fotografar o Abismo Anhumas com um fecho de luz natural ocorre apenas em um período específico do ano.

Foto: Acervo pessoal de Daniel De Granville (2013).

- **Piúvas:** essa espécie de ipê com flores cor-de-rosa, geralmente, tem floradas simultâneas, quando uma grande quantidade de árvores próximas umas às outras formam um espetáculo visual de rara beleza. Há algumas variações regionais e anuais no período das floradas, mas, em geral, elas ocorrem entre junho e setembro, podendo estender-se até outubro. Por ser difícil prever as datas exatas, e pelo fato de a floração durar poucos dias, os fotógrafos precisam contar com um pouco de sorte para estar

na região na época certa. Porém, essas árvores emitem sinais de que estão prestes a florar, o que permite certa programação prévia.

- **Cupinzeiros bioluminescentes:** esse fenômeno espetacular é mais intenso na região do Parque Nacional das Emas, na divisa entre Mato Grosso do Sul e Goiás. No início do período chuvoso, geralmente entre os meses de outubro e novembro, milhares de larvas de vagalumes que habitam os cupinzeiros emitem uma luz esverdeada no começo da noite, para atrair insetos dos quais se alimentam. Tal evento é muito procurado por fotógrafos, tendo sido tema de documentários internacionais, e tem levado esses profissionais a receberem prêmios em concursos fotográficos renomados.
- **Fotografia subaquática nas Serras da Bodoquena e do Amolar:** a região de Bonito, Jardim e Bodoquena, bem como algumas áreas no Pantanal, oferece uma oportunidade ímpar para fotografia subaquática, ao associar duas características fundamentais: águas cristalinas e uma grande diversidade de espécies. Existem outros locais no planeta com água igualmente limpa, porém com poucas espécies de animais ou plantas, assim como existem regiões com mais diversidade de vida, mas cujas águas são naturalmente turvas, sem visibilidade. A associação desses dois fatores em um só local é um privilégio pra quem pratica tal modalidade de fotografia, o que acaba atraindo entusiastas da atividade. Na região da Serra da Bodoquena, apesar de os rios menores e mais próximos às nascentes manterem seu aspecto ao longo do ano, na estação chuvosa, alguns trechos dos principais rios tendem a ficar com a água mais turva. Além disso, na estação seca, há menos nuvens no céu, o que permite mais entrada de luz e, consequentemente, melhor iluminação para as fotos dentro da água. Já na porção oeste do Pantanal sul-mato-grossense, os meses de novembro e dezembro costumam ter uma maior concentração de vida aquática, devido ao nível mais baixo

das águas em comparação com os demais períodos do ano, quando os animais tendem a se espalhar mais pelos canais e campos alagados.

Os exemplos acima ilustram a importância do planejamento e do nível de detalhamento necessário, tanto para quem pretende fotografar como para profissionais e empresas de turismo interessados em oferecer as referidas experiências. Em ambos os casos, é fundamental buscar, com antecedência, informações precisas e corretas por meio de fontes confiáveis.

FACILITANDO A VIDA DOS PROFISSIONAIS EM TURISMO

Em janeiro de 2014, fui contratado para ministrar um treinamento aos monitores locais da Pousada Uacari, uma iniciativa de ecoturismo de base comunitária situada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, no coração da Amazônia. Na época, o empreendimento estava desenvolvendo pacotes turísticos temáticos para oferecer a seus clientes, sendo um deles as chamadas “Jornadas Fotográficas”. Passei alguns dias na região, mostrando para a equipe quais são as atitudes e os procedimentos essenciais para propiciar as melhores oportunidades aos fotógrafos que a visitassem, bem como o que deveria ser evitado. Mesmo tendo percebido os resultados positivos já no dia em que fui embora, a confirmação de que tais treinamentos fazem a diferença veio cerca de um ano depois, na forma de um *e-mail* que recebi de um fotógrafo de natureza europeu. Na mensagem, ele me agradecia por ter treinado a equipe da pousada, pois ele havia se hospedado lá e percebeu que os monitores tinham conhecimentos diferenciados. Ficou sabendo do treinamento e afirmou que a capacitação da equipe local foi fundamental para que ele conseguisse as fotografias que procurava.

Como grande parte dos viajantes regulares, os fotógrafos de natureza têm restrições de orçamento e de tempo. Assim, costumam buscar seus temas de interesse em lugares onde as oportunidades de encontrá-los e as chances de conseguir boas fotos, em curto espaço de tempo, sejam maiores. Cabe aos diferentes segmentos do

turismo proporcionar condições para que isso aconteça, o que fará com que ganhem destaque e se tornem os destinos preferidos desse tipo de visitante. Listo, a seguir, algumas recomendações de como isso pode ser viabilizado.

Guias e monitores

Por fazerem a linha de frente junto aos clientes, os guias e monitores desempenham um papel de extrema importância no sucesso de uma expedição fotográfica. Além do básico que se espera de tais profissionais – como responsabilidade, cordialidade, pontualidade, preocupação com a segurança, respeito e conhecimentos gerais sobre os locais visitados –, para guias que pretendam atuar profissionalmente com clientes desse segmento, algumas características adicionais são fundamentais. Saber identificar corretamente os animais (seja visualmente, seja por sons, rastros e vestígios) e conhecer seus hábitos, por exemplo, auxilia muito na busca das espécies. Uma postura ética sólida, evitando atitudes como manuseio, perturbação dos animais ou do ambiente ou aproximação excessiva para permitir melhores fotos, também é fundamental. A Lei de Crimes Ambientais (nº 9.605/98) é bastante clara com relação às práticas vedadas na lida com nossa fauna e flora, prevendo punições que vão de multas a prisão para quem a descumprir.



FIGURA 7.4 – Além de ilegal e arriscado, o manuseio de animais silvestres pode ser uma propaganda negativa contra o profissional quando as imagens são divulgadas.

Foto: Acervo pessoal de Daniel De Granville (2009).

Existem fotógrafos que não se incomodam com atitudes como essa, podendo exercer pressão sobre o guia para conseguir, a qualquer custo, as fotos que procura. O guia deve resistir a tais pressões, mesmo que a tentação de agradar seu cliente, para receber uma gorjeta maior ao final do roteiro, seja grande. Também deve deixar clara, desde o início, essa preocupação para quem irá contratá-lo – seja uma operadora de turismo, seja um meio de hospedagem, seja um cliente direto que o procura. Quando estiver em campo com os fotógrafos, o guia tem autonomia na tomada de decisões, e a palavra final deve ser sua. Portanto, no caso de haver um monitor local, um motorista ou barqueiro, por exemplo, o guia tem que exercer sua autoridade para impedir as atitudes mencionadas anteriormente. Ainda, cabe a ele a escolha das empresas para as quais deseja trabalhar, preferencialmente buscando aquelas que compactuam com uma postura ética.

O conhecimento básico sobre teoria e prática fotográfica também é bastante útil nessas situações, de modo que o guia saberá levar e posicionar seus clientes fotógrafos de forma a proporcionar as melhores condições para fotos de qualidade. O domínio de outros idiomas, em especial o inglês, é de grande importância, uma vez que a maior parte desse tipo de público que visita a região é composta por estrangeiros.

É comum que os guias desse perfil de cliente também sejam entusiastas da fotografia, possuindo equipamentos e domínio técnico avançados. Assim, quando uma situação promissora se descortina a sua frente, a vontade de também conseguir boas fotos pode fazer com que o profissional se “esqueça” momentaneamente que está a serviço de seus clientes. Deve-se sempre lembrar que, naquele momento, a prioridade para conseguir boas fotos é dos clientes fotógrafos, e não do guia. Portanto, ele deve ficar atento para ajudar os demais, e tentar fazer suas próprias imagens apenas quando as condições permitirem.

Em áreas privadas onde é previsível a presença de determinadas espécies ou situações fotográficas interessantes, vale procurar os proprietários com antecedência para solicitar permissão de acesso antes de entrar nas propriedades, inclusive oferecendo alguma contrapartida financeira. Além de propiciar melhores oportunidades para seus clientes, essa troca pode servir como um estímulo ao proprietário rural para conservar seus recursos naturais.

Meios de hospedagem

Hotéis-fazenda e pousadas situados em áreas naturais também podem se adequar para otimizar as oportunidades de fotografia. Tal tipo de operação é bastante comum no Pantanal de Mato Grosso do Sul, onde as pousadas pantaneiras estão situadas dentro de fazendas relativamente grandes, e as atividades são feitas, integralmente, dentro da mesma propriedade. Isso permite um maior controle sobre os padrões de qualidade das operações e o acesso a valiosas informações, fornecidas

pelos funcionários que circulam pela fazenda, sobre a ocorrência de situações fotográficas interessantes.

Um requisito essencial para que o destino tenha apelo comercial é a abundância de animais silvestres, de preferência, relativamente habituados à presença humana. A maneira mais comum de conseguir acostumá-los à aproximação humana é mediante a oferta de alimentos (“ceva”), sobre a qual falarei mais adiante. Mas há outras técnicas. Uma delas tem sido utilizada com sucesso no Refúgio Ecológico Caiman, empreendimento pioneiro em ecoturismo no Pantanal de Miranda. Inspirado em métodos utilizados nos safáris africanos, o Projeto Onçafari procura tornar as onças-pintadas habituadas aos veículos de passeio utilizados pelos fotógrafos, acompanhando-as desde filhotes para que não percebam os carros e caminhões como uma ameaça – sem, no entanto, perderem sua essência selvagem.

Nessas fazendas, onde a atividade turística é desenvolvida há tempos, os animais silvestres já tendem a ser mais tolerantes do que em áreas naturais mais remotas. Em 2003, trabalhando com o fotógrafo norte-americano Joel Sartore, da *National Geographic*, tive a maior demonstração prática desse fato. Recebemos relatos de uma fazenda isolada e não explorada para turismo no Pantanal de Mato Grosso onde havia grande concentração de araras-azuis, da ordem de várias dezenas de indivíduos, que se reuniam em um capão de mata diariamente. Montei toda a logística – bastante complexa – para passarmos alguns dias fotografando no local, mas, no final das contas, os resultados foram decepcionantes. As aves, acostumadas apenas com o movimento dos poucos trabalhadores locais que circulavam a cavalo pela fazenda, não aceitaram nossa presença e nunca permitiram uma aproximação mínima que permitisse boas fotos.

A oferta de ninhos artificiais ou de água (que acaba ocorrendo automaticamente, por meio dos açudes construídos para o gado) também ajudam a manter os animais por perto. De forma semelhante, locais onde o gado costuma se concentrar (como ao redor de cochos de sal) podem atrair espécies como araras-azuis em busca das sementes da palmeira acuri regurgitadas pelos bovinos. Em tais locais, pode-se

considerar a instalação de abrigos ou esconderijos para fotógrafos – e, eventualmente, torres de observação –, permitindo melhores oportunidades de interação com a fauna.



FIGURA 7.5 – Na Pouso Alegre Lodge, um simples abrigo à beira de um açude, que fornece conforto e delimita o trânsito dos fotógrafos, propicia boas oportunidades para fotografar a fauna. Foto: Acervo pessoal de Daniel De Granville (2019).

O plantio de espécies frutíferas, nativas de preferência, auxilia na aproximação e habituação de animais. Outras técnicas que podem ajudar os fotógrafos de natureza são o chamado “*playback*” (usado com aves, em que se reproduz uma gravação do canto da espécie para atraí-la) e até uma simples lâmpada acesa que atraia insetos e seus predadores naturais.

Especificamente sobre a atração com alimentos, há diversas questões importantes a serem levadas em conta. Primeiramente, alguns fotógrafos de natureza não apreciam a prática, preferindo buscar apenas animais que estejam em atitude

totalmente silvestre, pois a procura pela situação fotográfica ideal faz parte do processo criativo e do fazer fotográfico. Logo, é importante que tal informação seja fornecida com transparência aos clientes, para evitar situações desagradáveis. Não adianta tentar “esconder” essas práticas dos clientes, pois quem entende um pouco de comportamento animal sabe distinguir facilmente uma atitude natural de uma induzida por alimento ofertado. A atração deve ser feita com alimentos balanceados – frutos, grãos, sementes, água com açúcar – e em pouca quantidade, que não torne os animais dependentes dela, permitindo que continuem desempenhando seus ciclos naturais de reprodução, migração, dispersão de espécies vegetais e controle populacional. Deve-se, também, evitar que os locais de oferta de alimento sejam próximos demais das áreas usadas pelas pessoas, como o restaurante de uma pousada. É comum que os animais se habituem a tal ponto que começam a atacar os *buffets* de alimentos e, até mesmo, os pratos dos hóspedes – o que pode parecer bonitinho e engraçado para alguns, mas pode incomodar outras pessoas, além de ser muito negativo do ponto de vista biológico. Um animal silvestre que vem pegar alimento na mão, por exemplo, não é um comportamento desejável.

Os locais de alimentação devem ser limpos constantemente para evitar a deterioração dos alimentos oferecidos. Em termos visuais, é interessante que os pontos de alimentação permitam aos fotógrafos explorar ângulos diferentes, de acordo com a posição do sol ao longo do dia, e que não haja perturbações visuais de origem humana, como construções, cercas, arames, fios, postes etc. Essas e outras adequações devem sempre ser realizadas com o auxílio de profissionais experientes no assunto. A localização e a altura dos cochos de alimentação devem ser calculadas tanto para permitir boas fotos como para proteger os animais – especialmente as aves – de predadores naturais ou não, como os gatos domésticos.



FIGURA 7.6 – A atração dessa jaguatirica com pequenas porções de peixe permite boas imagens em ambiente de aspecto natural, tornando o local procurado por fotógrafos em busca dessa espécie difícil de fotografar.

Foto: Acervo pessoal Daniel De Granville (2017).

Algumas adequações adicionais importantes para meios de hospedagem que pretendam receber esse público estão relacionadas à profissionalização da operação como um todo. Para fotógrafos de natureza, a questão da pontualidade, para aproveitar os melhores horários do dia, costuma ser mais importante do que para um turista mais generalista. Assim, deve-se sempre garantir que toda a equipe de trabalho tenha tal compreensão e que os equipamentos de apoio – carros, caminhões, barcos, lanternas para focagem noturna de animais – estejam sempre com a manutenção em dia. Um motor pifado, por exemplo, pode arruinar uma saída fotográfica. A flexibilidade nos horários de início e término das atividades, bem como das refeições, deve ser sempre considerada. Obviamente, isso tudo representa custos adicionais ao empreendedor, os quais podem e devem ser repassados ao preço final de sua operação em tais situações. Os fotógrafos de natureza experientes e viajados

estão conscientes disso e concordam em pagar tal diferença, desde que não se sintam explorados por um valor abusivo e fora da realidade.

Por fim, a introdução da cultura fotográfica na propriedade, conscientizando e capacitando toda a equipe que trabalha direta e indiretamente com esses clientes sobre as necessidades de tal público, pode ajudar muito o empreendimento a se destacar no mercado.

Empresas de transporte

Para um fotógrafo de natureza em expedição, qualquer oportunidade – por mais banal que pareça – pode ser interessante e merece ser explorada. Portanto, não somente os passeios oficiais que foram agendados devem ser considerados, mas também os traslados por estradas entre destinos. Algumas características e hábitos devem ser considerados para propiciar uma melhor experiência.

Sempre que possível – e desde que com segurança –, ao passar por áreas com potencial fotográfico, é interessante que se trafegue com velocidade reduzida, permitindo uma observação mais detalhada do ambiente e uma parada menos brusca no caso de se observar algo. Aqui, cabe o relato de uma experiência que vivi na Patagônia Argentina, durante um evento de observação e fotografia de aves. Havia, na programação, a visita a uma área de banhado para passar a manhã observando e fotografando vida selvagem. Subimos na van, pegamos a estrada e, alguns quilômetros adiante, o motorista reduziu a velocidade, parando no acostamento. Olhei para os lados, não vi nada diferente e achei que estávamos com algum problema mecânico. Mas não. Aquele lugar, aparentemente sem nada especial, era nosso destino, onde acabamos passando metade do dia vivenciando muitas oportunidades para fotos. Lembrei-me de muitos locais semelhantes que encontramos ao longo das rodovias de Mato Grosso do Sul, como o caminho que leva de Bonito a Campo Grande. Acredito que, por termos outros locais com paisagens, fauna e flora espetaculares, acabamos ficando “mal acostumados” a achar que somente cenários de grande apelo

cênico oferecem potencial para fotografia de natureza. Precisamos nos sensibilizar e abrir nosso olhar para as sutilezas que nos rodeiam na região.

Evidentemente, durante os deslocamentos rodoviários, a atribuição do motorista é ficar atento ao trajeto e zelar pela segurança, enquanto o guia de turismo tem a tarefa de observar os arredores em busca de temas interessantes para seus clientes fotógrafos. Quando ambas as funções se sobrepõem – por exemplo, quando o guia possui seu próprio veículo habilitado para traslados –, o resultado e a segurança podem acabar ficando comprometidos. Portanto, preferencialmente, em operações com fotógrafos de natureza, deve haver os dois profissionais atuando conjuntamente.

Em relação aos veículos, algumas características também fazem a diferença no momento de atender a essa clientela especializada. Fotógrafos de natureza, geralmente, carregam um volume de bagagem bem maior do que turistas convencionais, e isso deve ser levado em conta ao dimensionar a capacidade de carga do veículo – não apenas o bagageiro, como também os assentos disponíveis. Como eles, normalmente, precisam estar prontos para fotografar, podem querer carregar as enormes lentes nas mãos. Sendo assim, ao organizar a viagem para um grupo de cinco pessoas, por exemplo, deve-se considerar veículos com o dobro de assentos disponíveis, para que os fotógrafos possam acomodar seus equipamentos de mão, bem como para terem mais liberdade de movimentos laterais quando surge um animal à esquerda ou à direita. Ainda na questão de bagagem, vans que carregam uma carretinha a reboque devem sempre garantir que há cadeados para trancá-la durante eventuais paradas – muitas vezes, isso não é oferecido, o que causa apreensão em fotógrafos com suas câmeras e lentes muito valiosas. E não se trata apenas de uma questão financeira em caso de roubo, já que muitos desses clientes têm seguro dos equipamentos, mas também do fato de que perder seu material fotográfico, no início de uma expedição, pode ser desastroso.

Preferencialmente, os veículos fechados devem permitir a abertura dos vidros, o que facilita apoiar as lentes ao fotografar de dentro de uma van, por exem-

plo. Vale destacar que, em locais onde há fauna ao longo das rodovias, os animais tendem a tolerar mais a presença de um veículo do que um fotógrafo a pé que desembarca para tentar uma foto. Muitos fotógrafos de natureza não gostam de janelas com películas escurecidas tipo *insulfilm*, pois isso dificulta tanto a observação como a fotografia. Nas vans que percorrem a Rodovia Transpantaneira, no Pantanal de Mato Grosso, é mais comum a ausência desse material nos vidros. Também notei como, nessa rodovia, os motoristas têm preocupação em lavar constantemente as janelas laterais e para-brisas, melhorando a visibilidade e facilitando as fotografias. São ensinamentos que precisamos aprender a utilizar aqui em nossa região.

Além das vans, caminhonetes 4x4 também são procuradas para esse serviço. Além da oferta de espaço mencionada anteriormente, alguns modelos permitem a abertura total dos vidros traseiros, o que facilita fotografar pela janela. Veículos com o porta-malas fechado, que possa ser acessado por dentro, são preferíveis às tradicionais *pick-ups* com caçamba, onde há mais risco de entrada de poeira e água, maior dificuldade de acesso aos equipamentos e maior risco de roubos no caso de paradas em centros urbanos.

Por fim, a manutenção criteriosa do veículo é essencial, observando-se fluidos, pneus, parte elétrica e demais itens básicos. Se houver deslocamentos por áreas remotas e estradas mais rústicas, acessórios adicionais como pá, pranchas de desatolar, guincho, radiocomunicação, lanternas, água e alimentos extras podem ser necessários. Já fiquei horas parado com um casal de suíços no meio de um atoleiro no Pantanal, simplesmente porque o motorista contratado pela operadora não tinha tais itens em sua caminhonete. Ainda, sempre que houver oportunidade, deve-se abastecer o combustível, ao invés de esperar o tanque estar quase vazio. O programa de atividades de fotógrafos de natureza costuma ser mais imprevisível do que um roteiro turístico regular, no qual se pode estimar as distâncias de deslocamento e o consumo de combustível com relativa precisão.

Agências e operadoras

Na cadeia produtiva do turismo, caberá às agências e operadoras agregar todos os serviços necessários para atender a fotógrafos de natureza de maneira satisfatória. Assim, tais empresas necessitam, antecipadamente, garantir que todos os seus fornecedores – conforme listados nas páginas anteriores – estejam cientes e preparados para assistir tal público. Ao receberem solicitações de potenciais clientes para essa atividade em particular, cabe à agência ou operadora fazer uma série de perguntas que auxiliarão no direcionamento do roteiro, na contratação e na orientação de seus fornecedores.

Além de questões mais gerais, devem ser considerados questionamentos específicos, como: “Há uma lista de desejo das espécies ou situações que mais quer fotografar?”, “Há alguma restrição a locais onde os animais são atraídos com alimentos?”, “Está disposto a abrir mão de conforto para ficar em acomodações rústicas onde haja boas oportunidades fotográficas?”, “Há interesse em fotografia subaquática e/ou com drones?”, “Qual tipo de equipamento pretende utilizar?”, “Além de natureza, tem interesse em registrar aspectos da cultura regional?”.

É importante ter em mente que, nas expedições para fotógrafos, não se deve misturá-los com outros perfis de clientes, como os ecoturistas regulares ou os observadores de aves. Isso raramente dá certo e tem grande potencial de gerar insatisfação generalizada, já que os objetivos, interesses, ritmos de deslocamento e atitudes são bastante distintos entre esses grupos. As agências e operadoras devem se certificar de que tal orientação será cumprida por seus fornecedores.

Com base nas experiências com nossa operadora Photo in Natur, além de relatos de colegas e parceiros comerciais, notamos que um fotógrafo estrangeiro viajando em grupos exclusivos (com duas a quatro pessoas em média) aceita pagar o dobro ou mais por dia, em comparação com clientes convencionais em um grupo de 10 a 12 participantes, dependendo das particularidades do roteiro.

Pela própria natureza da atividade, as viagens de fotógrafos de natureza não são um tipo de operação turística que movimentam grandes volumes em termos de quantidade de pessoas, o que gera algumas situações com as quais as agências e operadoras necessitam buscar estratégias para lidar.

Primeiramente, elas acabam tendo que disputar espaço, no mercado, com empresas turísticas maiores, seja no momento de negociar condições com seus fornecedores, seja na divulgação de seus serviços. Um exemplo vem do nosso vizinho Mato Grosso, onde as expedições fotográficas em busca de onças-pintadas, na região do Parque Estadual Encontro das Águas, vêm aumentando de forma exponencial nos últimos anos. As reservas para tais expedições são solicitadas pelas operadoras internacionais com muita antecedência, em geral, um ano no mínimo. Normalmente, essas operadoras possuem capital de giro o suficiente para cumprir prazos de pagamento de sinais visando garantir suas reservas. Elas possuem condições de pagar pelas vagas mesmo que ainda não tenham captado os clientes que irão comprá-las. Isso gera, nas agências e operadoras menores, uma dificuldade em obter vagas para seus grupos, pois elas nem sempre podem fazer pagamentos antecipados antes de ter recebido alguma parcela de seus clientes. Uma solução é as empresas menores também se planejarem com seus clientes, buscando fazer a captação com a antecedência necessária. Enquanto escrevo este texto, em março de 2021, já temos confirmada uma expedição cujo planejamento começou em meados de 2019, e, desde o final de 2020, já tenho agendamentos de fotógrafos para o segundo semestre de 2022. Felizmente, os estrangeiros, em geral, também planejam suas viagens com bastante antecedência.

Outra questão a lidar é o fato de que, por atender a poucos clientes, as agências e operadoras menores possuem menos penetração nos mecanismos de divulgação em redes sociais, por exemplo. Em tempos em que o número de seguidores e curtidas no Instagram ou avaliações positivas no Tripadvisor contam muitos pontos, uma empresa com números pouco expressivos nesses quesitos pode sofrer uma injustificada falta de credibilidade. A solução que sugiro é direcionar suas estra-

tégias de mercado visando deixar claro que a agência ou operadora, de fato, foge ao convencional, buscando se destacar pelo atendimento individualizado e não pelo volume. A chamada divulgação “boca a boca” também é uma ferramenta muito importante nesse mercado da fotografia de natureza, pois os fotógrafos trocam muitas informações e recomendam – ou desaconselham – prestadores de serviço com base em suas experiências anteriores.

CONCLUSÃO: POR QUE MATO GROSSO DO SUL?

Como mencionado na Introdução, Mato Grosso do Sul é um estado privilegiado em termos de ambientes naturais, por englobar a maior porção da planície do Pantanal e partes consideráveis de outros biomas. Isso permite uma grande gama de oportunidades para fotógrafos de natureza, seja na variedade de espécies, seja na diversidade das paisagens. Porém, ao mesmo tempo que oferecemos tal tesouro, precisamos ficar atentos ao ritmo de degradação ambiental que tem ocorrido em diversas partes do estado. A substituição de vegetação nativa – e mesmo das pastagens – por grandes extensões de lavouras de soja é uma ameaça à biodiversidade e ao turismo de natureza, incluindo o fotográfico, por reduzir a oferta de ambientes para a fauna e as paisagens naturais. De forma semelhante, práticas irregulares como drenagens de banhados e desmatamentos às margens dos rios constituem uma séria ameaça aos ambientes de águas cristalinas de Bonito e região, tendo, inclusive, recebido grande destaque negativo na imprensa nacional há alguns anos. Os incêndios de enormes proporções que atingiram a planície pantaneira, no ano de 2020, também são fator de grande preocupação para quem preza por e depende de nossa biodiversidade.

Na questão social, uma das grandes preocupações dos estrangeiros é quanto à segurança, à violência urbana e à criminalidade, especialmente quando estão viajando com equipamentos caros e chamativos, como no caso de fotógrafos de natureza. Nesse aspecto, podemos considerar que o estado também é privilegiado, já que os índices de criminalidade são significativamente inferiores aos das regiões

mais conhecidas internacionalmente e populosas do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo. Jamais ouvi relatos sobre fotógrafos que foram alvo de violência ou tiveram seus equipamentos roubados durante alguma expedição na nossa região, por exemplo.

Em termos geográficos, a localização de Mato Grosso do Sul permite integrar os roteiros fotográficos na região com extensões para outros destinos valorizados pelos viajantes, como o Pantanal Norte em Mato Grosso (com possibilidade de extensão até a Amazônia) e a região de Foz do Iguaçu, no Paraná, eventualmente facilitando deslocamento para regiões como a Patagônia Argentina, por exemplo. Em vez de enxergarmos tais destinos como concorrentes, devemos vê-los como parceiros que potencializam as oportunidades e atraem mais fotógrafos de natureza ávidos por explorar tanta diversidade.

A estrutura turística do estado também contribui para atrair os fotógrafos de natureza e oferecer o que eles necessitam para praticar a atividade. Contando com meios de hospedagem de tamanhos e padrões bastante diversificados, situados relativamente próximos aos locais onde há atrativos para fotografar, não há necessidade de pernoites em acampamentos rústicos, por exemplo. Ou seja, os fotógrafos podem passar o dia todo em campo fotografando, mas, ao final do período, contam com uma estrutura que permite conforto, descanso e boa alimentação, além de energia elétrica para carregar seus equipamentos e acesso à internet para compartilhar os resultados fotográficos do dia.

Para os empreendedores e profissionais do turismo que já estão no mercado, mas ainda não descobriram o potencial desse público específico, o principal, no que se refere ao que esses clientes necessitam, já está pronto: a diversidade natural. O restante são ajustes e treinamentos que não necessariamente significam grandes investimentos financeiros, porém demandam conhecimentos técnicos especializados. A criação de uma “cultura fotográfica”, em todos os setores da sociedade que possam estar envolvidos de alguma forma com o atendimento a fotógrafos de natureza, é de grande importância. Isso envolve não apenas o setor privado, mas também

políticas públicas e esforços de *marketing* direcionado por parte dos órgãos gestores do turismo no estado e nos destinos.

Encerro este capítulo utilizando mais um exemplo que vem do nosso vizinho Mato Grosso, onde as expedições para fotografar onças-pintadas ilustram o potencial da atividade. Um estudo desenvolvido em 2015 demonstrou que, na principal região em que são realizadas as buscas pelas onças – e grande parte do público são fotógrafos de vida selvagem –, a atividade gerou, naquele ano, uma receita bruta de US\$ 6,8 milhões (TORTATO et al., 2017). Esse valor superou em 56 vezes o prejuízo causado por esses felinos fascinantes quando atacam o gado nas fazendas. Em entrevista aos turistas, 98% afirmaram que aceitariam pagar uma taxa adicional em seus pacotes para compensar financeiramente os proprietários rurais que tivessem prejuízo por ataque de onças ao rebanho. Em outras palavras, além de todos os benefícios mencionados anteriormente para os diferentes atores da cadeia produtiva do turismo, as expedições fotográficas podem estimular os produtores rurais a conservar seus recursos naturais, uma vez que podem vir a lucrar com a atividade. Cabe ressaltar que, em uma fazenda tradicional de gado onde se pretenda explorar as expedições fotográficas, não é necessário abrir mão da atividade pecuária para implantar o turismo, já que ambas podem coexistir harmonicamente. Exemplos não faltam.

REFERÊNCIAS

BONITO CONVENTION & VISITORS BUREAU. Observatório do Turismo e Eventos de Bonito-MS. **Anuário estatístico do turismo de Bonito ano base – 2019**. Bonito, MS: OTBONITO, 2019. Disponível em: https://otbonito.com.br/wp-content/uploads/2020/05/OTEB-Anu%c3%a1rio-Estat%c3%adstico_Bonito-2019.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

CANDISANI, L.; MANÇO, D. De G. Fotografia, ecoturismo e conservação. *In*: SABINO, J. (org.). **Ecoturismo: nas trilhas da biodiversidade brasileira**. Campo Grande: Natureza em Foco. p. 26-42.

DAVIS, J. Wildlife photographer of the year 2020 winning images. **Natural History Museum**. United Kingdom, 13 oct. 2020. Disponível em: <https://www.nhm.ac.uk/discover/news/2020/october/wildlife-photographer-of-the-year-2020-winning-images.html>. Acesso em: 30 mar. 2021.

IFRAN, K. B. **RES: estatísticas fotógrafos**. Destinatário: Daniel De Granville. Jardim, MS, 24 mar. 2021. 1 e-mail.

MITTERMEIER, R. A.; MYERS, N.; THOMSEN, J. B.; FONSECA, G. A. B.; OLIVIERI, S. Biodiversity hotspots and major tropical wilderness areas: approaches to setting conservation priorities. **Conservation Biology**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 516-520, jun. 1998.

MOURA, D. C. de. **Re: Dados fluxo turístico Pantanal MS**. Destinatário: Daniel De Granville. Campo Grande, 16 mar. 2021. 1 e-mail.

TORTATO, F.; IZZO, T.; HOOGESTEIJN, R.; PERES, C. The numbers of the beast: valuation of jaguar (*Panthera onca*) tourism and cattle depredation in the Brazilian Pantanal. **Global Ecology and Conservation**, [s. l.], v. 11, p. 106-114, 2017.



CAPÍTULO 8

INVENTÁRIO DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS COMO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: UM CASO NO PANTANAL SUL-MATO-GROSSENSE

Alexandro Moura Araujo

Denise Silva

INTRODUÇÃO

Na região do Pantanal, a economia é baseada, essencialmente, em atividades pecuárias, além de turismo de pesca esportiva e ecoturismo (TOMAS et al., 2019). Ainda são percebidos alguns produtos considerados potenciais na região, como o arroz nativo, o jatobá, o cumbaru e a bocaiuva (TOMAS et al., 2019). O bioma vem sendo impactado, ao longo dos anos, pela expansão agrícola, a mineração, com a inserção de diferentes espécies de animais, insetos e plantas exóticas (invasoras), por usinas e hidrovias, além de alterações oriundas das mudanças climáticas (TECCHI et al., 2019).

O município de Miranda - MS é considerado por viajantes e turistas como a “porta de entrada” para o Pantanal sul-mato-grossense, cujo ambiente, quando associado à cultura e às comunidades rurais da região, são transformados em produtos e serviços turísticos, do tipo ecoturismo, aventura, entre outros (FLOR DE LIMA; GONÇALVES, 20115). Com atividades geralmente associadas ao bioma Pantanal, trata-se de uma região com variadas ofertas de bens e serviços, como as atividades de

observação da flora e da fauna local. O município localizado a cerca de 200 km da capital do MS, na porção oeste do estado, sendo considerado um ponto de fluxo estratégico de mercado e no turismo do estado, tendo-se em vista que faz ligações entre o Pantanal corumbaense e a Serra da Bodoquena. Um detalhe que vem chamando a atenção é o aumento substancial de novas áreas com plantações de soja no município, saltando de 880 h/a, em 2013, para 12 611 h/a em 2017 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

No âmbito de novas alternativas como forma de desenvolvimento turístico do município, mostra-se evidente a necessidade de se realizar uma “[...] investigação criativa, em que novas e ousadas ideias sejam pensadas e propostas. Propostas simples, mas bem elaboradas, planejadas e realizadas [que] facilitam o trabalho de marketing turístico em Miranda” (MONTEIRO et al., 2002, p. 139). Tomando como referência a interface de número nove da Agenda para o Desenvolvimento do Pantanal, é possível vislumbrar o “[...] desenvolvimento de estratégia de um marketing para valorização da mão de obra e produtos locais, especialmente aqueles obtidos em sistemas de produção ecologicamente corretos” (TECCHI et al., 2019).

Assim, objetiva-se identificar bens e serviços de qualidade territorial, por meio de estudos sobre a concepção turística em Miranda - MS. Neste trabalho, será realizada uma revisão descritiva sobre o espaço em estudo, a inventariação de serviços e produtos turísticos territoriais, culminando com reflexões preliminares sobre essas atividades, que foram suscitadas por meio da literatura.

AS INTERFACES TURÍSTICAS DO PANTANAL

Como apontam Girard e Vargas (2008), na região do Pantanal, evidencia-se a existência de, ao menos, três vertentes relacionadas ao turismo. A primeira seria o *Pantanal científico*, que é aquele voltado para pesquisadores, biólogos, entre outros interessados em conhecer detalhes da vida no bioma, o comportamento de animais e plantas. A segunda é o *Pantanal pantaneiro*, que, sendo o menos percebido, con-

siste na visão a partir dos atores do próprio território, suas relações com o ambiente, o saber-fazer

[...] e, sobretudo, um tecido social, antes de ser um tecido ecológico. Esse tecido é constituído por pessoas que residem ou trabalham no Pantanal, compartilham hábitos e valores da cultura local, participam de uma história comum, submetem-se às regras de convívio social própria dessa cultura. O tecido social é constituído por redes de sociabilidade e de parentesco, associadas a redes de conhecimentos, saberes disseminados e perpetuados na comunidade. (GIRARD; VARGAS, 2008, p. 69).

Por fim, o *Pantanal Google*, que é decorrente das ações propagadas pela indústria turística em prol das vendas, e apresentado como sendo um ambiente intocado, puro, o paraíso dos peixes, animais, plantas e sem habitantes. É o turismo que busca “redescobrir”, com grande deslumbramento, o *habitat* da onça-pintada, do lobo-guará, entre outros, passíveis de propiciar grandes registros fotográficos (GIRARD; VARGAS, 2008). Embora, na maior parte do tempo, “no Pantanal todos e tudo precisam acompanhar o ritmo das águas” (MACHADO NETO, 2012, p. 40), é necessário lembrar-se, também, da existência dos períodos mais secos nesse território – que implicam adaptações ao sujeito pantaneiro – e não apenas do período das cheias, que é veiculado em demasia nas mídias (GIRARD; VARGAS, 2008).

Em relação ao pantanal pantaneiro, vale ressaltar que esse bioma também é marcado pela coexistência de populações tradicionais, como indígenas, assentados e ribeirinhos, que ainda são considerados invisíveis em políticas públicas, ou, por ora, perdem seus territórios, conforme pontuam Tomas et al. (2019) e Tecchi et al. (2021). Os autores destacam algumas instituições e iniciativas pontuais que visam impactar positivamente esse grupo, como as adaptações tecnológicas de acesso à água, a implementação de painéis solares por meio de projetos apoiados pela organização Ecologia e Ação (ECOA), as despoldadeiras de frutos da biodiversidade local e os sistemas adaptados à região na criação de animais domésticos rústicos.

Machado Neto (2012) deixa evidente a riqueza do Pantanal da Nhecolândia, tendo em vista o campo de possibilidades que pode ser (e é) explorado, como os

produtos e serviços nas fazendas da região, que são capazes de desnudar a cultura local: pratos com ingredientes historicamente utilizados pelo homem pantaneiro, como a carne, a mandioca, os peixes; a rotina do “ser” pantaneiro, como os boia-deiros e suas comitivas, as organizações dos grupos, com a presença do ponteiro (condutor), do culatreiro e do tropeiro (cuida dos cavalos), e o cuca (cozinheiro); os costumes alimentares diferenciados durante a lida com o gado; e as sociabilidades, como durante “as regras” sociais nas rodas de tereré, que evocam “[...] um forte sentimento de pertencimento e de identidade” (MACHADO NETO, 2012, p. 64).

Girard e Vargas (2008, p. 74) também descrevem a importância das universidades e dos órgãos de pesquisas enquanto apoiadores do sujeito pantaneiro, e, em parceria com ele, realizam “[...] ações capazes de transformar o turismo no Pantanal em turismo pantaneiro”.

Buscando novos rumos ao bioma pantaneiro, Tecchi et al. (2019) apresentam uma proposta de agenda para o Pantanal, visando a proteção do espaço e o desenvolvimento dos sujeitos e animais que ali habitam. Os autores sugerem 11 interfaces essenciais de impacto positivo ao Pantanal: a expansão das áreas protegidas; a sua conservação; a proteção da fauna e da flora, por meio de políticas de redução da pesca intensiva, da caça e das modificações da paisagem por empreendimentos; o investimento em educação aberta no território, objetivando a conscientização; a gestão integrativa dos recursos por intermédio de múltiplos atores; a proteção dos rios contra resíduos poluidores, entre outros.

Algumas iniciativas recentes do Governo de Mato Grosso do Sul na região também vão no mesmo caminho, como a instituição da cota zero para pesca amadora, tendo como intuito a regulamentação da atividade, além de aumentar o estoque de espécies pesqueiras, como o dourado, ameaçado de extinção. Existem, ainda, ações governamentais que visam regular o turismo de observação de animais raros em seu ambiente natural, bem como a proibição do uso de iscas, objetivando a proteção e a preservação dessas espécies (TOMAS et al., 2019).

OS ATIVOS E RECURSOS COMO ELEMENTOS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A perspectiva teórica da Cestas de Bens e Serviços Territoriais (CBST), que se trata do elemento diferenciador do presente capítulo, enquanto campo discursivo voltado para as possibilidades de desenvolvimento de um território, mostra-se como uma possibilidade teórica inovadora, quando aplicada ao caso brasileiro (DE PAULA, 2019).

A questão central do CBST é a busca por transformação de “[...] empreendimentos isolados uns dos outros de forma a criar uma oferta conjunta, diversificada e coerente de ativos territoriais” (CAZELLA et al., 2020, p. 196). O território consiste na interação próxima entre os atores e os demais sujeitos participantes de um determinado espaço, tanto economicamente quanto socialmente (BENKO; PECQUEUR, 2001). O território é, portanto, um espaço construído, único (PECQUEUR, 2005).

De acordo com De Paula (2019) e Cazella et al. (2020), os ideais propostos pelo construto da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) tiveram sua origem com pesquisadores franceses, como o professor Bernard Pecqueur, da Université Alpine de Grenoble (França) e sua equipe, na década de 80, ao sul da França, que passava por uma política agrícola massiva instável. Em contraponto, surgiram iniciativas locais que buscavam ofertar possibilidades de aferição de rendas, de forma a conectar aspectos intangíveis, como a localização, as técnicas de produção e as particularidades do ambiente a que os produtos estavam associados.

A CSBT coloca em xeque os produtos e serviços territoriais, como uma agregação valorativa aos produtos e serviços, sendo estes insubstituíveis e irreplicáveis em outros locais, e incompatíveis com locais cujo ambiente e cujas características tenham sido modificados (DE PAULA, 2019; CAZELLA et al. 2020). Inventariar os recursos de um território é visto como algo inovador, devendo ser realizado de forma ousada e diferenciada, buscando-se tornar esses recursos em potenciais fontes de renda e desenvolvimento das comunidades locais (CAZELLA et al., 2020).

Os recursos constituem-se como elementos materiais e imateriais, que podem ser desenvolvidos e transformados em ativos, desde que os atores-chave façam parte de todo esse processo (CAZELLA et al., 2020). Os ativos, por sua vez, consistem em serviços e produtos que constam em plena atividade, ao passo que, nos recursos, existe um potencial a ser desenvolvido e ativado (DE PAULA, 2019; BENKO; PECQUEUR, 2001; PECQUEUR, 2005).

A construção teórica da CBST indica uma tipologia capaz de separar ativos de recursos, de acordo com sua condição, em específicos ou genéricos: os específicos são intransferíveis, diferenciados, imbuídos de histórias e aprendizados coletivos, por estarem em condições de uso; os genéricos, por sua vez, podem ser reproduzidos, sem uma ligação aprofundada com o território, nem a participação dos atores-chave, sendo nivelado, basicamente, pelo seu preço (BENKO; PECQUEUR, 2001; PECQUEUR, 2005).

Cazella et al. (2020), citando Hirczak et al. (2008), destacam que, na composição de uma CBST, é essencial que sejam observados os seguintes aspectos: i) a disposição de uma complementaridade de serviços e bens insubstituíveis, bem como sua origem, cuja imagem deve ser atrelada ao território; ii) a oferta do produto deve ser alicerçada na confiança dos mercados para com seus atores, associando-os à sua origem, ao ambiente que habita ou a aspectos culturais atribuídos aos seus produtos e arranjos; e iii) aos bens públicos, como o ambiente, buscando-se associar bens e produtos ao espaço, assim como à cultura, conferindo, assim, um importante aspecto para o desenvolvimento do território.

Uma ferramenta importante do CBST consiste no diagrama analítico do território, em que existem duas retas que se entrecruzam e interagem: o papel dos atores e os produtos e serviços privados constituídos, cujas interações ocorrem com o cenário (ambiente, estruturas etc.) (DE PAULA, 2019; CAZELLA et al., 2020).

Mello e Froehlich (2019) observaram as potencialidades do artesanato de se tornar um ativo específico no RS, muito mais do que seu emprego como *souvenirs*. Apesar de perceberem a falta de integração e articulação dos artesãos, os autores

demonstraram que os artesanatos evidenciam a identidade da Quarta Colônia - RS, mantendo-os, assim, como um recurso passível de ativação. De acordo com Pecqueur (2005), recursos podem ser “ativados” de forma não automática, a depender do engajamento dos atores-chave no processo, incidindo na transformação de seus sistemas, suas normas e sua natureza.

Guzzatti et al. (2014) lembram que, na abordagem das cestas de bens e serviços, os consumidores passam a se tornar mais autocríticos quanto ao seu impacto, tendo em vista que se mostram interessados pelo aspecto territorializado da atividade, em detrimento do simples valor monetário dispensado.

METODOLOGIA

O presente estudo, quanto ao seu objetivo, pode ser considerado como descritivo, uma vez que busca retratar os aspectos turísticos em Miranda - MS. No que se refere à abordagem, configura-se como uma pesquisa de caráter qualitativo. Adota um percurso metodológico baseado em análises documentais, dados abertos e observações diretas relacionadas ao lócus do trabalho. Objetivando-se realizar “[...] um inventário preliminar de recursos e ativos territoriais” (TECCHI et al., 2021, p. 02), parte-se de uma reflexão sobre as potencialidades turísticas e de coalizão no município, possibilitando-se refletir, de forma elementar, sob a ótica teórica das “cestas” de bens e serviços territoriais (PECQUEUR, 2005).

Uma etapa da pesquisa consistiu em observações diretas (YIN, 2015), em eventos cotidianos e trocas de informações informais com atores ligados ao turismo comunitário. De acordo com Yin (2015), as observações diretas, enquanto fonte de evidências em estudos de caso, podem ocorrer de maneira formal ou informal, sendo que, no primeiro caso, segue protocolos, como observar reuniões, viagens, exercícios laborais, entre outros, ao passo que, no segundo caso, os objetivos são outros, como analisar o espaço físico de um escritório durante uma entrevista, por exemplo (YIN, 2015). Assim, os dados coletados durante conversas com os atores

sobre as potencialidades das atividades, bem como as observações sobre ambiente, infraestrutura, entre outros, foram considerados.

Com base nos passos adotados neste estudo, pretende-se refletir sobre as ações turísticas que foram e que vêm sendo desenvolvidas no município no que se refere à aproximação dos sujeitos do ambiente natural, da cultura pantaneira e das organizações sociais locais.

Assim, com o intuito de coletar informações sobre o município de Miranda - MS, a fim de atingir o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa na *web*, visando identificar os principais potenciais turísticos que já foram abordados por pesquisadores nessa área, ou que podem vir a ser pensados como uma possibilidade de ativação, isto é, de se transformarem de um recurso para um ativo, seja ele genérico ou específico (PECQUEUR, 2005).

A pesquisa bibliográfica foi realizada nas bases de dados dos Periódicos Capes, Google Scholar e Google Web, utilizando-se de diferentes palavras-chave, conforme a Tabela 8.1. Foram analisados estudos que contemplam o turismo mirandense nas últimas duas décadas (2000 a 2021). Executou-se, inicialmente, a leitura dos resumos desses trabalhos, tendo-se como critério de exclusão as seguintes situações: i) não possuírem ligação com o tema proposto; ii) serem relacionados a questões biológicas e físico-químicas da fauna e da flora; iii) serem relativos a municípios do entorno, e; iv) serem repetições de estudos em diferentes bases. Posteriormente, realizou-se a leitura preliminar de um total de 68 arquivos, sendo que, destes, 29 foram utilizados nas análises descritivas.

TABELA 8.1 – Fontes e número de estudos encontrados na pesquisa bibliográfica.

Fontes	Periódicos Capes			Google Scholar			Google Web	
Palavras-chave	Busca	Leitura	Análise	Busca	Leitura	Análise	Leitura	Análise
Miranda - MS <i>and</i> turismo	2	1	0	316	1	8	36	9
Miranda - MS <i>and</i> turismo de base comunitária	4	0	0	82	1	0		
Miranda - MS <i>and</i> ecoturismo	30	0	0	92	3	0		
Miranda - MS <i>and</i> turismo rural	53	0	0	199	12	4		
Miranda - MS <i>and</i> povos tradicionais	38	0	0	328	8	4		
Miranda - MS <i>and</i> economia solidária	16	1	1	90	1	1		
Miranda - MS <i>and</i> negócios sociais	49	0	0	143	3	2		
TOTAL	192	2	1	1 250	29	19	36	9

Fonte: Elaboração dos autores.

Baseando-se nas informações dos empreendimentos turísticos de bases locais apontadas na literatura, buscou-se inventariar recursos e ativos, ou atividades realizadas no território, que podem ser potencialmente ativados no município, numa aproximação inicial com a proposta da cesta de bens e serviços.

OFERTA DE BENS E SERVIÇOS TURÍSTICOS NO PANTANAL SUL: UM INVENTÁRIO PRELIMINAR DAS POTENCIALIDADES NO MUNICÍPIO

Buscando evidenciar os recursos territoriais, foi possível detectar, a partir dos apontamentos na literatura, a recorrência de alguns produtos e serviços turísticos que são disponibilizados no município. Como se observa no Quadro 8.1, existem, ao menos, sete subgrupos de iniciativas, cujos elementos caracterizam a gama de bens e serviços turísticos ofertados (ou potenciais) aos turistas no município:

são aquelas cujos atores são formados por assentamentos, comunidades indígenas, hotéis-fazenda, cachaçarias, comunidades de pescadores e pescadoras situadas no entorno do rio Salobra, bens públicos, sociobiodiversidade e pelo patrimônio histórico-cultural vivo. Considerando-se a época de realização de muitos estudos e a dinâmica socioeconômica municipal, cabe ponderar sobre a sustentabilidade dessas atividades, vide a resistência de algumas iniciativas ao longo do tempo, enquanto outras podem ser “resgatadas” novamente. A seguir, serão descritas algumas dessas iniciativas.

Local	Autor/ano	Potenciais turísticos
Associação/Assentamento Bandeirantes.	Oliveira Junior e Philippi (2021); Galvani e Santos (2010); Leite (2009).	i) Agricultura, bovinos, suínos, frangos; ii) produção de polpa de bo-caiuva e derivados; iii) cumbaru.
Baía Grande; San Francisco; Santa Inês; Meia Lua; Estância Caiman; Retiro Santa Vóia.	Gonçalves (2016); Flor de Lima e Gonçalves (2010); Santos (2010).	i) Costumes diários do homem pantaneiro-boiadeiro (cozinha, cultura, gastronomia, comitivas, cavalgadas, vestimentas); ii) educação ambiental; iii) fauna e flora.
Cachaçaria Velho Mathias.	Arruda et al. (2013); Mariani (2012).	Cachaça artesanal.
Comunidade do Salobra.	Zanchet (2020); Oliveira (2016); Galvani e Santos (2010); Anjos et al. (2010); World Wide Fund for Nature Brasil (2007); Artioli e Resende (2005); Banducci Júnior et al. (2000).	i) As mulheres na pesca no Salobra (histórias, costumes, saber-fazer, técnicas de pesca, perigos); ii) formação da comunidade e ocupação dos empreendimentos pesqueiros; iii) ferrovia Noroeste; iv) o ofício de pescador; compradores; v) perfil socioeconômico; vi) artesanatos com pele de peixe.

Local	Autor/ano	Potenciais turísticos
Centro de Artesanato Mirandense; Centro Referencial da Cultura Terena; Casa do Artesão (Centro de Artesanato Nicola Américo Canale) (Aldeia Passarinho); Mulheres indígenas Terena (não especificado); Reservas Indígenas das Aldeias Lalima, Argola, Cachoeirinha, Passarinho; Organização Coletiva Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade - CAIANAS (Mãe Terra).	Chaves, Alves e Matias (2019); Castilho et al. (2017); Antônio, Sant'ana e Melo (2016); Arruda et al. (2013); Mariani (2012); Franco (2011); Bespalez (2010); Souza (2009).	i) Grupo de mulheres indígenas; ii) artesanato e técnicas (saber-fazer) em cerâmica e tecido; iii) associativismo; iv) palestras e difusão da cultura/língua; v) vendas de peças artesanais para terceiros; vi) produção agroalimentar: agroecologia, grãos, verduras, legumes, frutas, agroindústria artesanal; vii) levantamentos arqueológicos; viii) costumes na comunidade.
Núcleo Ser Vir a Vida – Instituto Pantanal Sul.	Oliveira Junior e Philippi (2021).	i) Produtos do cerrado: cumbaru e derivados: polpa, xarope, cosméticos, bolo, <i>cookies</i> e farinha da polpa; Plantas Alimentícias não Convencionais (PANC).
Presídio; Nossa Senhora do Carmo do Mondego; Rede Ferroviária Noroeste; Ruínas da Usina de açúcar Santo Antônio; Guerra do Paraguai.	Salvador (2012); Monteiro et al. (2002).	i) Valorização dos eventos históricos do município; ii) participação indígena durante o funcionamento da usina.

QUADRO 8.1 – Oferta de bens e serviços turísticos (ou potenciais) em Miranda - MS.

Fonte: Elaboração dos autores.

O município de Miranda - MS vem sendo palco de análise por pesquisadores nos últimos anos, pois, nessa região bicentenária, ocorreram embates históricos, como a Guerra do Paraguai. A formação e a organização das comunidades indígenas, bem como o período açucareiro, também são delineadas nas pesquisas encontradas. O espaço local apresenta características que demonstram tratar-se de um território diferenciado, tendo em vista seu cenário (fauna, flora, arquitetura histórica). Esses

“recursos”, que são explorados pelas atividades turísticas, possuem certa capacidade de serem potencializados, ao serem interligados com os contextos territoriais, advindos do seu próprio povo. Desde meados dos anos 2000, evidencia-se que “Miranda possui recursos a serem desenvolvidos e aplicados ao turismo, como: a história, a cultura e as belezas naturais” (MONTEIRO et al., 2002, p. 131).

Alguns autores evidenciaram que, no início dos anos 2000, o turismo no município encontrava-se em “[...] declínio, apesar de possuir grande potencial a ser explorado, [...] cuja principal atividade era o turismo de pesca” (MONTEIRO et al., 2002, p. 130). Segundo esses autores, a comunidade e os operadores turísticos descreditavam das possibilidades de renovação da oferta turística na localidade, mantendo-se estáveis apenas aquelas atividades provenientes dos hotéis-fazenda, ainda que de forma reduzida.

Tomando-se como base essa visão, na época em que foi aplicada, e considerando-se os estudos recentes sobre o turismo local, percebe-se que ocorreram transformações na oferta de serviços turísticos. Atualmente, existe uma grande cobertura na oferta de experiências ligadas ao homem pantaneiro, quando considerados os hotéis-fazenda da região (FLOR DE LIMA; GONÇALVES, 2010; SANTOS, 2010; GONÇALVES, 2016). Girard e Vargas (2008) discutem sobre as possibilidades de se promover o desenvolvimento turístico local no Pantanal a partir de uma emancipação dos atores habituados com o seu próprio território, e, por conseguinte, fortalecer o turismo.

Gonçalves (2016) sugere a experimentação por meio da vivência, da cultura e da aproximação do sujeito pantaneiro, valorizando-se o seu saber-fazer, nos hotéis-fazenda de Miranda. Nesse *habitat*, é possível um reencontro com o “ser” pantaneiro: a lida com o gado, as trilhas, as montarias em cavalos, a condução do rebanho, a participação na coleta de alimentos, como a mandioca, que, para muitos, era algo desconhecido (GONÇALVES, 2016). O turismo de experiência, ainda considerado algo inovador no Pantanal, é capaz de afetar culturalmente não somente o turista, mas também o próprio ator-pantaneiro, que se abre a novas descobertas e trocas

de ideias (GONÇALVES, 2016; FLOR DE LIMA; GONÇALVES, 2010), dando margem à ocorrência de situações memoráveis, aprendizados, sensações e trocas culturais:

O turismo rural, pensando no caso do Pantanal na sub-região de Miranda, pode vir a ser potencializado e transformado em Turismo de Experiência promovendo aprendizados tanto no turista quanto na comunidade local, fazendo com que as viagens se tornem memoráveis, provocando descobertas diversas e ressignificando valores e práticas. Este movimento poderá contribuir com a preservação das culturas, natureza e identidades pantaneiras, assim como trazer desenvolvimento à região do Pantanal. (GONÇALVES, 2016, p. 204).

Com o aporte da Teoria do Sistema de Turismo (Sistur), que compreende os campos ecológico, econômico, social e cultural, Santos (2010) também evidencia o ecoturismo, o turismo rural e o agroecoturismo em empreendimentos rurais do Pantanal mirandense. De acordo com o autor, nesses empreendimentos, fica evidente o caráter educativo-ambiental da atividade turística, com passeios visando (re) conhecer a flora e a fauna local, o espaço e a cultura do homem pantaneiro: as vestimentas, as danças, a cozinha. Porém, o autor aponta que, segundo um empreendimento local, a cultura artesã não é considerada como um atrativo principal na atividade turística, tendo em vista uma subvalorização do artesanato pelos próprios habitantes, que não os adquiria de forma considerável, embora já existisse um esforço no sentido de comercializar alguns itens como *souvenirs* aos turistas, numa tentativa de geração de renda aos artesãos locais (SANTOS, 2010). A valorização da cultura local, de acordo com Flor de Lima e Gonçalves (2015), tornou-se uma pauta a ser tratada com as crianças locais, uma vez que os ensinamentos sobre a cultura e a vida do ser pantaneiro mostravam-se, até então, inexistentes nas escolas.

Além do turismo de experiência pantaneira, também existem as manifestações culturais indígenas no município, que também são procuradas pelos turistas (SANTOS, 2010) ou que podem se tornar um potencial, devido à demanda. Franco (2011) evidencia a existência das constituições, instalações, recursos humanos e parcerias envolvidas nos empreendimentos solidários do município, entre eles, as associações provenientes das comunidades indígenas.

Quanto aos artesanatos, nota-se “[...] que representam questões cotidianas do pantanal sul-matogrossense” (FRANCO, 2011, p. 55) e são “expressivo instrumento de reconhecimento e diferenciação da etnia” (CHAVES; ALVES; MATIAS, 2019, p. 73), com a utilização de recursos no próprio território. A cerâmica, por exemplo, é uma atividade expressivamente feminina terena, consistindo importante meio para geração de renda familiar (CHAVES; ALVES; MATIAS, 2019). Foi possível observar que existiam interações entre as comunidades indígenas e o Centro Referencial da Cultura Terena e a Prefeitura Municipal. No que tange às ações do poder público dentro das reservas, no entanto, eram mínimas, ou mais restritas, com viés político-eleitoreiro (SOUZA, 2009).

Bespalez (2010) permite identificar, em algumas peças artesanais e recursos naturais, como rochas e pinturas, evidências embrionárias da comunidade indígena Terena Lalima. A antropologia indígena, nesse sentido, pode ser vista como um recurso específico com potencial de ser experienciado no turismo científico. Nessa mesma direção, nos estudos de Salvador (2012), é possível observar a importância histórica da mão de obra indígena na constituição da usina de açúcar Santo Antônio, que iniciou suas atividades na década de 1940.

A agricultura familiar também era vista como uma fortaleza alimentar nas comunidades indígenas mirandenses. Souza (2009, p. 219) retrata que, na reserva indígena Lalima, por exemplo, o excedente da produção local também funcionava como fonte de abastecimento alimentar no município, sendo

[...] em maior quantidade, de arroz, milho, feijão de corda, abóbora, melancia, batata, maxixe, banana entre outros. Parte do que é produzido também é comercializado, em pequena quantidade, no comércio da cidade de Miranda. No caso da venda em maior quantidade como o milho, o feijão e a mandioca, reúnem-se os agricultores indígenas e procuram direcionar seus produtos no mercado, geralmente por meio de intermediários. Quanto aos destinados às feiras e restaurantes em menor quantidade, a venda ocorre individualmente.

Entretanto, essa produção, embora pluriativa, mostrava-se dificultosa, haja vista a capacidade produtiva, a redução do acesso às terras para a lavoura, a organiza-

ção interna na elaboração de projetos e a falta de programas de estímulos baseados nas especificidades das comunidades (SOUZA, 2009).

Souza (2009) também destacou certa preocupação da comunidade local ao perceber a pouca incidência de jovens na lavoura rural. Sobre isso, Antônio, Sant'Ana e Melo (2016) apontaram iniciativas pontuais que podem alterar essa realidade, como os desdobramentos oriundos da oferta de um curso de Sistemas Agroflorestais na TI Cachoeirinha, que gerou parcerias entre a FUNAI, a PNUD, o Fundo Mundial para o Meio Ambiente e o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). Essas ações, que valorizam percursos de formação tradicional, como aqueles realizados pelo Grupo Caianás, permitem o protagonismo de jovens e adultos no manejo do ambiente e na produção agroalimentar na sua comunidade, com base no conhecimento tácito obtido dentro da própria comunidade.

Assim, ao aliar o saber acadêmico adquirido pelos jovens integrantes ao saber-fazer indígena ancestral, é possível atribuir maior valor agregado e uma produção sustentável, ao contrário do sistema produtivo moderno, que também adentrou essas comunidades, segundo afirmam Antônio, Sant'Ana e Melo (2016). Os autores enfatizam que essas ações possibilitam uma (re)valorização dos saberes dos idosos da comunidade e aumentam o interesse dos mais jovens, ao tratar questões como o manejo do solo, os usos medicinais das árvores, as técnicas de cultivo, sob a ótica dos sistemas agroflorestais (SAFs) e da agroecologia, como “[...] na ciclagem de nutrientes realizada pelas árvores e a sucessão natural, traduzidos como o tempo de pousio adotado para um local, após o abandono da roça” (ANTÔNIO; SANT'ANA; MELO, 2016, p. 64).

Os estudos que situam as potencialidades dos grupos formados por pescadores ribeirinhos, situados às margens dos rios Miranda e Salobra, dão pistas sobre as possibilidades de concretização na oferta de serviços e produtos territoriais turísticos: “[...] talvez o pequeno povoado não seja um patrimônio, ou então seja muito mais, algo ainda não explorado plenamente dentro do campo dos discursos autorizados em vigor no país” (OLIVEIRA, 2016, p. 117).

A participação das mulheres e dos homens na pesca artesanal no Salobra, aliada aos cuidados domésticos no lar, também são destacados nos estudos (ANJOS *et al*, 2010). A profissão de coletor de iscas, que se insere nessa categoria, também se mostra ameaçada no território, em razão da quantidade de negócios e da legislação (BANDUCCI JÚNIOR *et al.*, 2000), sendo as iscas destinadas, principalmente, a turistas e comerciantes do município. Questões sociais como a origem das atividades laborais, a falta de opções para o sustento das famílias, a escolaridade ou o apreço pela tradição familiar são indagações que carecem de aprofundamento investigativo nesse território (ANJOS *et al.* 2010).

No estudo de Zanchet (2020), evidencia-se a coragem das mulheres pescadoras do Pantanal Sul na execução dessa atividade. As histórias pessoais sobre os perigos relacionados a animais peçonhentos, além de onças-pintadas e jacarés, as inovações técnicas de pesca (como a de pegar curimbas com anzóis), a estadia sobre os barcos, subjetivam o costume das famílias pesqueiras e isqueiras (ZANCHET, 2020).

O artesanato com base na pele de peixes que era realizado pela Associação Art-Peixe, utiliza matéria-prima do território na confecção de produtos como bolsas, cintos e sandálias, denotando “a identidade cultural dos artesãos e artesãs de Miranda” (WORLD WIDE FUND FOR NATURE, 2007, p. 02). Considerando as novas regras acerca da pesca esportiva e da de coleta para consumo e venda, essa atividade pode ser considerada como uma importante geradora de renda às famílias, principalmente nos períodos de “defeso” (WORLD WIDE FUND FOR NATURE, 2007). Muito mais do que as peças em si, toda a experiência envolvida nos processos de transformação, tingimento e acabamento abre o campo de possibilidades. Outras iniciativas, como a produção de mel, abarcando-se os selos de IG de Mel do Pantanal, também confere grande potencial à região.

A própria formação da comunidade do Salobra também demonstra ter grande potencial turístico a ser desenvolvido. Sua origem remete à operação e à estada dos funcionários da Ferrovia Noroeste e de suas famílias na região (ARTIOLI; RESENDE, 2005; OLIVEIRA, 2016). Identifica-se um conjunto de referências patrimoniais

culturais que é constituído a partir das comunidades do entorno: a ferrovia, a ponte metálica e o trem, o Mirante, por exemplo, são carregados de histórias:

Pra mim ali (na ponte) tem história, o próprio fato da construção de... Acesso... Da onde veio este metal, como foi construído, não tem um parafuso naquela ponte, é só rebite, como construiu naquela época, como fizeram essa tecnologia de ser reto, se você olhar não vai achar defeito ali, e o metal? Quanto tempo aquilo permanece, então, pra mim ali tem mais história, então quando eu vou lá eu sinto o espírito das pessoas que trabalharam ali. Porque muita gente só olha com o olho físico, mas tem que olhar com o olho espiritual também né, as pessoas que trabalharam, de onde veio este metal, como foi construído, talvez quantas pessoas morreram ali... Buscar isso daí, essa história, essa essência. (OLIVEIRA, 2016, p. 115).

O Trem do Pantanal constituía-se de uma importância peculiar, para que turistas conhecessem o ambiente pantaneiro por outros olhares: “você sentia o Pantanal parava em cada lugar, eu vendia peixe no trem, então... na verdade, quem viveu aquela época sonha com isso, que o trem de passageiro volte nessa região” (OLIVEIRA, 2016, p. 114). Quanto a esse serviço, ele chegou a ser reativado em 2009, em um trajeto que percorria Campo Grande - MS a Miranda - MS, mas não chegando à região *salobrense*. Tornou-se inoperante em 2015, devido a uma variedade de problemas, que vão da conservação da linha férrea ao tempo de percurso do trajeto. Foi uma tentativa saudosa das épocas da Estrada de Ferro Noroeste, cuja linha operou durante as décadas de 60 a 90.

Oliveira (2016) relata a visão de moradores locais sobre a ocupação do lugar, em que a construção desenfreada de estabelecimentos comerciais para a pesca às margens do rio Salobra foi considerada uma ameaça às comunidades ribeirinhas, aos seus costumes, ao seu sustento e ao próprio lar. Isso provocou uma

[...] transformação da localidade de Salobra, de uma comunidade outrora ribeirinha, de pescadores nativos artesanais e funcionários da rede ferroviária, estes, compostos pela equipe de manutenção do trecho, deu-se inicialmente por volta de 1960, com o aparecimento dos primeiros ranchos de paulistas que para ali se deslocaram, com o objetivo da pesca esportiva e do lazer repousante. (ARTIOLI; RESENDE, 2005, p. 15).

Os discursos presentes na literatura, nesses e noutros espaços turísticos, revelam preocupações nos estudos, quanto ao surgimento de empresas com intenções duvidosas, em atividades turísticas consideradas predatórias no município (ARTIOLI; RESENDE, 2005; SANTOS, 2010; OLIVEIRA, 2016). Artioli e Resende (2005) ainda alertam sobre os possíveis impactos e danos causados por alguns empreendimentos turísticos (hotéis-fazenda, hotéis-pesqueiro, ranchos de pesca e *campings*), instalados por “apossamento” irregular das áreas ribeirinhas, nas matas ciliares, e pela compra de pedaços de terras com pequenas instalações de famílias ribeirinhas sem recursos ocupacionais. De acordo com o autor, isso refletiu em uma imagem negativa da atividade pesqueira, pela “[...] descaracterização ripária, aumento da produção de ruído pela movimentação de barcos, pela circulação de pessoas e despejo de resíduos domésticos na calha fluvial” (ARTIOLI; RESENDE, 2005, p. 15).

Assim, com base na literatura consultada sobre o turismo em Miranda, observou-se a existência de ativos e recursos potenciais no município, conforme o Quadro 8.2. No entanto, efetuar essa classificação dos recursos entre genéricos ou específicos não se mostrou possível a partir do percurso percorrido, sendo necessário conhecer a realidade por meio de entrevistas com os atores, a fim de evidenciar esses sistemas. Também não foram percebidas interligações entre os recursos do território, no sentido de algum serviço ou bem provocar um “efeito cesta” nos demais, visando ao desenvolvimento territorial. No que se refere a esse aspecto, as impressões preliminares mostram ser potencialmente possível a ocorrência de um efeito cesta do tipo híbrido, que agrupa produtos e serviços genéricos e específicos no território (CAZELLA et al., 2020).

Já as famílias dos assentamentos situados no município também possuem recursos e ativos relevantes ao território, com afinidade na agricultura, no aproveitamento de produtos da sociobiodiversidade (cumbaru, bocaiuva) e na criação animal e seus derivados, além de atividades laborais fora das terras, como nas áreas de saúde, operação de máquinas, entre outras, visando à agregação de renda na família (LEITE, 2009; OLIVEIRA JUNIOR; PHILIPPI, 2021).

Franco (2011), Arruda et al. (2013) e Mariani (2015) evidenciaram a existência de empreendimentos econômicos solidários (EES) no município, os quais, surgidos dos anseios dos próprios atores, se constituem em prol de produtos e serviços turísticos, como na produção de artesanatos que simbolizam a cultura regional, pelas comunidades indígenas. Essas ações ainda abarcam contextos educativos sobre o ambiente em suas atividades, sendo capazes de gerar uma reflexão acerca do território.

Cestas de bens privados e serviços territoriais		Cenário de bens públicos de qualidade valor
<i>Recursos</i>	<i>Ativos</i>	
Produção agroalimentar local: gastronomia com produtos locais.	Comitativas: costumes do boiadeiro, organização social na lida com o gado, sociabilidades.	Patrimônio histórico-cultural: ferrovia, presídio, usina de açúcar.
Produtos derivados do cerrado-pantanal: farinha de baru, farinha de bocaiuva, farinha de mandioca, <i>shake</i> de guavira.	Safáris, observação de aves.	Fauna e flora pantaneira.
Saber-fazer e costumes indígenas.	Artesanato em cerâmica.	Matéria-prima da natureza: cumbaru, PANCs, bocaiuva, guavira, espécies de peixes, iscas, entre outras.
Saber-fazer e costumes de pescadores.	Artesanato em tecido.	Rio Miranda e Salobra.
Mel do Pantanal.	Artesanato com pele de peixes.	
	Sistemas Agroflorestais em comunidades indígenas.	

QUADRO 8.2 – Inventário preliminar das atividades turísticas potenciais identificadas.

Fonte: Adaptado de Cazella et al. (2021).

A partir das observações diretas e da literatura, no que se refere ao aspecto dos recursos, cabe pontuar que ao menos alguns podem ser considerados como

específicos e passíveis de ativação, desde que isso se torne uma “[...] estratégia dos atores no bojo do processo de produção” (PECQUEUR, 2005, p. 16).

No caso da confecção de artesanatos oriundos das comunidades indígenas, observa-se que os produtos em si podem ser vistos como um *ativo específico*, tendo em vista que há uma organização da comunidade na criação e no custo de irreversibilidade (PECQUEUR, 2005) e o conhecimento ancestral Terena empregado, que vai desde a coleta da argila aos símbolos das pinturas, além das inovações empreendidas, como na reprodução de “[...] peças antropomorfas que remetem ao cotidiano das mulheres. Ela, que começou fazendo potes, depois de observar as mães com os filhos, decidiu reproduzi-los. A temática da maternidade aflorou” (CHAVES; ALVES; MATIAS, 2019, p. 76).

Ademais, toda a experiência envolvida nesse processo produtivo do artesanato indígena compreende um notório *recurso específico*, que pode passar pelo processo de ativação. Elementos como a escolha de diferentes tipos e locais de coleta de matérias-primas, pigmentações, “temperagem” do barro, técnicas de modelagem direta e de “acordeado”, alisamento, secagem, polimento, pintura/grafismo, ornamentação e uma nova secagem (CHAVES; ALVES; MATIAS, 2019) – passos para a confecção do artesanato Terena – apontam para a potencialidade desse conhecimento enquanto benefício de geração de renda à comunidade.

Recentemente, as interligações do conhecimento ancestral indígena sobre os sistemas de produção agroalimentar, com a adoção de Sistemas Agroflorestais, promovido pela Organização Caianas, proporcionam uma reflexão sobre a especificidade da atividade, cujo conhecimento, sendo repassado centralmente pelos atores, promovem uma “[...] auto-valorização dos conhecimentos agrícolas Terena que, atualmente, divide espaço com o modo de produção agrícola convencional imposto pela política indigenista brasileira no século XX” (ANTÔNIO; SANT’ANA; MELO, 2016, p. 17), e esse conhecimento é intransferível.

Nas comunidades de pescadores e pescadoras do rio Salobra, também percebe-se a existência de *recursos específicos* que ainda não foram devidamente

ativados, como é o caso do saber da comunidade sobre a rotina com a pesca, os costumes, a gastronomia, as histórias e aventuras sobre o rio no Pantanal, a formação da comunidade, a relação dos sujeitos com a sociobiodiversidade, entre outros, que possibilitaram uma nova ótica sobre a região, sob o ponto de vista do “pantanal pantaneiro” de Girard e Vargas (2008).

Embora se tenha considerado, de acordo com a literatura, que os hotéis-fazenda expressem, em suas atividades, o “ser” pantaneiro aos turistas visitantes, por meio das comitivas, dos costumes, das cavalgadas, da alimentação, entre outros, verifica-se que há necessidade de maior aprofundamento sobre as constituições dessas ações, sobre o ator participante, bem como sobre os vínculos culturais, visando compreender se as narrativas tratam do “pantanal pantaneiro” ou do Pantanal Google/científico (GIRARD; VARGAS, 2008) ou se são mistas. As ideias de Gonçalves (2016, p. 204) apontam nessa direção, mostrando que essas atividades turísticas no Pantanal

[...] interligadas com os moradores locais oportunizam a vivência de novos e valiosos “papéis” do turista no território e para além deste, na busca pelas histórias, sentimentos, sensações, memórias criatividade e inserção na rotina vivenciando, aprendendo e construindo novas percepções, valores e significados.

Apesar de os supostos elementos de transformação de um recurso para um ativo se mostrarem um potencial, sua simples existência não consiste como um fator de “metamorfose” automática para ativo: incorrem, ainda, normas, mudanças da natureza etc. (PECQUEUR, 2005) que se desenvolvem entre os atores. Assim, “[...] tudo pode potencialmente ser um recurso, mas nem tudo se transforma mecanicamente em ativo” (CAZELLA et al., 2020, p. 195).

Tecchi et al. (2021) lembra que a ativação desses recursos poderá ocorrer, ainda, por conta de outros ativos, desencadeando um “efeito cesta” e imprimindo possibilidades de agregação de valor ao desenvolvimento turístico territorial no município. Assim, estabelecendo-se uma proposição inicial dos recursos e ativos potenciais no município, poderão ser mobilizados de forma bastante específica, a

depender das adequações propostas pelos sujeitos (TECCHI et al., 2021). No entanto, o reconhecimento dos recursos territoriais potenciais do município propicia a geração de novas ideias, e estas, quando acumuladas, se responsabilizarão por torná-los consolidados (DE PAULA, 2019).

Monteiro et al. (2002) acredita que as ações de *marketing* se mostram essenciais para a promoção turística. Semelhantemente, Santos (2010) evidencia que, na percepção de um empreendimento, ocorrem investimentos governamentais por meio de propagandas, divulgações em eventos nacionais e internacionais, da conservação do ambiente, da recuperação das estradas de acesso, além do investimento feito no Trem do Pantanal.

Outro movimento importante no processo de ativação desses recursos potenciais consiste na atuação da Embrapa Pantanal, que auxiliou no estabelecimento do selo de Indicação Geográfica (IG) para o mel do Pantanal, o que confere ao território um produto diferenciado (e específico). Embora ainda não sejam detectados produtos que contenham essa indicação no município, existem iniciativas, na região de Miranda, que visam ao beneficiamento de mel, como aquelas realizadas pela organização Ecologia e Ação (ECOA), que buscou, por meio do Projeto Oásis (Projeto ECCOS), gerar renda para famílias do Pantanal, dentre elas, as do Assentamento Bandeirantes (ECOLOGIA E AÇÃO, 2021).

A Visit Pantanal é uma associação, no MS, que representa empresários e agentes do ramo turístico dos municípios do Pantanal Sul e da Serra da Bodoquena (Aquidauana, Bodoquena, Bonito, Campo Grande e Corumbá), objetivando tornar os atrativos turísticos e as experiências evidentes, apresentando as ações do turismo sob o ponto de vista tradicional (com as atividades de observação da fauna e da flora locais e a pescaria), além das vivências relacionadas à vida do peão pantaneiro, como a condução das comitivas, a culinária de comitiva e com produtos locais (como o premiado *milkshake* de bocaiuva), as cavalgadas, entre outras, por meio do contato intermediador de uma agência turística.

Já o Projeto Bruaca é uma iniciativa de base comunitária emergente que busca auxiliar nessa coordenação das iniciativas de valorização da ancestralidade dos povos tradicionais do município (SILVA, 2021) ou do “pantanal pantaneiro” (GIRARD; VARGAS, 2008), por meio da interligação entre esses atores, e na oferta de experiências baseadas nas vivências com pescadores e com a comunidade terena. Evidenciar os conhecimentos, o ambiente comum e as histórias que os produtos carregam, cuja marca territorial se estabelece, originalmente, no próprio território, fortalecendo-se “[...] através de uma política de agregação de valores dos produtos, articulando diretamente o mercado” (SOUZA, 2009, p. 223), e estimular o “efeito cesta” entre os recursos específicos do território, na busca por sua ativação, também se mostram como potencialidades de desenvolvimento turístico.

Coordenações privadas locais	Atores associativos	Instituições públicas territoriais
• Ecologia e Ação – ECOA: Programa Oásis; • Associação de Turismo de Miranda, Aquidauana, Corumbá, Campo Grande e Bodoquena (Visit Pantanal); • Projeto Bruaca.	• Associação Produtiva do Assentamento Bandeirantes; • Associação de Curtimento e Confecção de Pele de Peixe (Art-Peixe); • Associação de Pescadoras Artesanais de Iscas Vivas (APAIM); • Centro de Artesanato Mirandense; • Associação Cultural e Social Nova Esperança (Aldeia Passarinho); • Grupo de Mulheres da Aldeia Lalima; • Associação das Mulheres Terena de Cachoeirinha (AMITECA); • Associação Indígena Terena Reviver (Aldeia Argola); • Casa do Artesão (Centro de Artesanato Nicola Américo Canale); • Organização Caianas.	• Prefeitura Municipal – apoio ao Centro Referencial da Cultura Terena; • Aprovação da IG Mel do Pantanal – Embrapa Pantanal (2015); • Curso de SAF's na TI Cachoeirinha - IFMS.

QUADRO 8.3 – Coordenações, atores e instituições territoriais no turismo de Miranda.

Fonte: Adaptado de Cazella et al. (2021).

Com a aproximação do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) da TI Cachoeirinha, na oferta do curso sobre os Sistemas Agrofloretais (ANTÔNIO; SANT'ANA; MELO, 2016), a ECOA e os assentamentos, a Prefeitura Municipal, o Centro de Referência a Cultura Terena e os esforços da Embrapa Pantanal com relação ao selo de IG, percebe-se a importância das universidades e órgãos de pesquisas no que se refere à transformação do ambiente local, voltado apenas à contemplação, em um

“*Pantanal pantaneiro*” no turismo, conforme relatado por Girard e Vargas (2008). A valorização dos saberes, do lugar e da cultura local ficam evidentes no território.

Quanto às coordenações privadas locais, as percepções iniciais e da literatura se mostraram incipientes. Porém, as interligações das agências com os serviços e com os atores ainda não foram evidenciadas na literatura e nas observações. Assim, são necessários estudos a respeito da atuação dos operadores e associações de turismo na região, de forma a elucidar sobre a composição da oferta de serviços ligados aos ativos e recursos do território, cabendo, também, aclarar a existência de coordenação nesses papéis dos atores e das instituições públicas.

Entretanto, percebe-se que, institucionalmente, existe uma importância dada a essas atividades no município, tendo em vista que muitos desses empreendimentos foram reconhecidos pela prefeitura como sendo de utilidade pública ao longo dos anos. De acordo com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (2021, p. 11), os reconhecimentos de utilidade pública são designados para associações, fundações, sociedades civis, como uma

[...] qualificação especial dada, por lei, a determinada entidade da iniciativa privada, sem fins lucrativos, para desempenharem atividades não exclusivas do Estado, mas de interesse coletivo, em prol da educação, da assistência social, da pesquisa científica, da cultura e das atividades artísticas ou filantrópicas.

Entre os termos da Lei Estadual 3.498/2008, constam a promoção do emprego, da cultura e de patrimônios históricos, o direito à alimentação segura, a proteção ao ambiente e o desenvolvimento sustentável, experimentos não lucrativos de produção e o acesso à renda, a promoção de estudos e pesquisas não monetárias, e outros.

De um total de 57 casos de reconhecimentos de utilidade pública dispostos no Portal da Câmara Municipal de Miranda - MS, 26 possuem/possuíam ligações com o composto turístico abordado, com o desenvolvimento socioeconômico e o bem comum, os quais foram apontados pela revisão bibliográfica e na observação direta.

Os outros reconhecimentos são relacionados a atividades comerciais, de saúde, recreação, religiosidade etc.

Observa-se que, em sua maioria, são associações provenientes, principalmente, de reservas indígenas e assentamentos. Trata-se de empreendimentos voltados para a cadeia produtiva local, a produção de artesanatos e alimentos. E uma grande parcela é liderada por grupos de mulheres. Vale ressaltar que, pelas informações acessadas, pouco se sabe sobre a atuação, a estrutura e o funcionamento da maioria desses empreendimentos nos dias atuais.

Nas comunidades indígenas, podem ser citadas: Associação Indígena Terena da Aldeia Moreira (1992); Associação Terena da Mulher indígena de Moreira (2002); Associação Indígena Terena Reviver da Aldeia Argola (2002); Associação Indígena Terena do Passarinho – AITEPA (2002); Associação das famílias indígenas da Aldeia Babaçu – AFAIAB (2003); Associação dos Produtores Rurais indígenas da Campina – APRIC (2004); Associação de Produção Leiteira e Agrícola de Miranda da Aldeia Lalima – APLAAI (2011); Associação Indígena Terena “Mãos Unidas” (2015); Associação de Pequenos Produtores Agropecuaristas da Vila Santa Cruz – APAGROPEC, da Aldeia Cachoeirinha, de Miranda - MS (2020);

Já no meio urbano, citam-se: Associação de Desenvolvimento Turístico de Miranda – ADETEM (1996); Associação Pública dos Artesãos de Miranda (2002); Associação de Curtimento e Confecção de Pele de Peixe de Miranda (2003); Associação dos Pequenos Produtores de Leite de Miranda - MS (2003); Associação Pantaneira dos Apicultores de Miranda – APAMIR (2004); Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar (2012); Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural – IPEDI (2016); Associação dos Agricultores Familiares do município (2017); Associação Visit Pantanal (2020);

No meio rural, por sua vez, podem ser mencionadas: Associação dos produtores rurais pantaneiros (2002); Associação das Agricultoras Unidas do P.A. Bandeirantes – MS (2005); Associação dos trabalhadores rurais do Assentamento Tupam-

baê (2006); Associação dos Produtores e Moradores do Assentamento Bandeirantes (2008); Associação Produtiva do Assentamento Bandeirantes (2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se realizar um inventário das potencialidades turísticas que podem compor uma cesta de bens e serviços no município de Miranda - MS. Foi identificada uma grande variedade de produtos e serviços ofertados no município, e outros que podem vir a adquirir um *status* de ativado.

A prevalência de uma grande quantidade de comunidades tradicionais pantaneiras, como pescadores, indígenas e assentados, confere uma gama de possibilidades de oferta turística potencial. Embora algumas dessas atividades estejam mais regulares no cenário do turismo local, como as proporcionadas pelos hotéis-fazenda, com turismo de contemplação e de vivência sobre o “ser” pantaneiro, verifica-se, preliminarmente, por meio da literatura, a inexistência de um “efeito cesta” e a falta de interligação com os atores do território e os gestores, prevalecendo iniciativas individuais. Esse efeito pode se tratar de um grande potencializador de projetos em *status* inicial no município, tornando-os conhecidos aos turistas, que, geralmente, buscam a pesca esportiva, e podem enxergar as atividades experienciais no Pantanal.

Dentre as limitações, consta a necessidade de informações mais aprofundadas, seja nos estudos, seja nas observações diretas, de forma a classificar, com maior clareza, os recursos e ativos no território. Para estudos futuros, é preciso que esse conjunto de empreendimentos qualificados seja analisado por meio de entrevistas em profundidade, a fim de determinar sua composição ativa, os atores públicos e privados e as coordenações e instituições públicas e privadas envolvidas, compreendendo, de modo mais acurado, as relações entre as atividades, o possível “efeito cesta” e as possibilidades (ou as aspirações) de transformar os recursos específicos em ativos, culminando no desenvolvimento de um diagrama de diagnóstico territorial.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, M. H. G.; SILVA, A.; AMÂNCIO, C.; LOPES, F.; COSTA, K. P. C. Análise do perfil socioeconômico dos pescadores profissionais artesanais do município de Miranda/MS. *In*: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010. **Anais** [...]. Porto de Galinhas, PE: ALASRU, 2010.
- ANTÔNIO, L.; SANT'ANA, G. R.; MELO, A. V. **O curso Agricultor Agroflorestal na promoção da autonomia Terena: uma articulação entre a Família GATI (Organização CAIANAS), Projeto GATI e IFMS/PRONATEC**. Brasília, DF: GATI/FUNAI, 2016.
- ARRUDA, D. O.; Mariani, M. A. P.; SCHMIDT, V.; DIAS, D. T. La relación entre la economía solidaria y el desarrollo local: un estudio de caso volcado a los emprendimientos solidarios del turismo brasileño. **Estudios y perspectivas en Turismo**, [s. l.], v. 22, p. 745-762, 2013.
- ARTIOLI, A. P.; RESENDE, E. K. **Ocupação das matas ciliares pelos empreendimentos do turismo de pesca no rio Miranda, Pantanal, Brasil**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2005.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL. **Consolidação das leis estaduais de utilidade pública de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: ALMS, 2021. Disponível em: https://www.al.ms.gov.br/upload/Pdf/2021_05_07_12_13_47_consolidacaoutilidade_v2.pdf. Acesso em: 30 maio 2022.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, n. 32, v.16, p. 31-50, 2001.
- BESPALEZ, E. Levantamento arqueológico na Aldeia Lalima, Miranda/MS: uma contribuição ao estudo da trajetória histórica da ocupação indígena regional. **Revista de Arqueologia**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 112-135, 2010.
- CASTILHO, M. A.; DORSA, A. C.; SANTOS, M. C. L. F.; OLIVEIRA, M. M. G. Artesanato e saberes locais no contexto do desenvolvimento local. **INTERAÇÕES**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 191-202, jul./set. 2017.

CAZELLA, A. A. *et al.* O enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [s. l.], v. 16, n. 3, out. 2020.

CHAVES, F. A.; ALVES, G. L.; MATIAS, R. A produção da cerâmica Terena na Aldeia Cachoeirinha em Miranda, MS. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 73-80, 2019.

DE PAULA, L. G. N. **Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma possível estratégia de desenvolvimento territorial para a Serra Catarinense?** 2019. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

ECOLOGIA E AÇÃO. **Produção de mel no Pantanal**: geração de renda para famílias ribeirinhas e a proteção de abelhas. Campo Grande: ECOA, 2021. Disponível em: <https://ecoa.org.br/producao-de-mel-no-pantanal-geracao-de-renda-para-familias-ribeirinhas-e-a-protecao-de-abelhas/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

FLOR DE LIMA, G.; GONÇALVES, D. F. O turismo rural nas fazendas cadastradas na Prefeitura Municipal de Miranda: o homem pantaneiro e a influência das atividades turísticas nesta região. *In*: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – ENIC, 8., 2010, cidade. **Anais [...]**. Dourados, MS: UEMS, 2010.

FRANCO, D. T. **Diagnóstico dos empreendimentos econômicos solidários ligados ao turismo, no município de Miranda-MS, a partir de uma visão baseada em recursos**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração e Negócios, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011.

GALVANI, F.; SANTOS, J. F. Extração mecânica da polpa da bocaiúva voltada para a fabricação de alimentos em comunidades extrativistas de Miranda, MS. *In*: SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL, 3., 2010, Corumbá. **Anais [...]**. Corumbá, MS: Embrapa Pantanal, 2010.

GIRARD, P.; VARGAS, I. A. Turismo, desenvolvimento e saberes no Pantanal: diálogos e parcerias possíveis. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s. l.], n. 18, p. 61-76, jul./dez. 2008.

GONÇALVES, D. F. **Turismo de experiência, culturas e desenvolvimento: uma relação possível para o pantanal mato-grossense na sub-região de Miranda/!** 2016. Tese (Doutorado Desenvolvimento Regional) – Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, 2016.

GUZZATTI, T. C.; CIOCE SAMPAIO, C. A.; TURNES, V. A. Novas relações entre agricultores familiares e consumidores: perspectivas recentes no Brasil e na França. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 363-375, 2014.

LEITE, E. F. Pluriatividade, multifuncionalidade e uso da terra no assentamento Bandeirantes. In: SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS NO PANTANAL, 2., 2009, Corumbá. **Anais [...]**. Corumbá, MS: Embrapa Informática Agropecuária/INPE, 2009.

MACHADO NETO, P. C. **Cozinha pantaneira e comensalidade no Pantanal sul-matogrossense**. 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2011.

MARIANI, M. A. P. Economia solidária, turismo e desenvolvimento local: possibilidades de mediações no município de Miranda, no Mato Grosso do Sul. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEBARA, G. F.; QUEIROZ, O. T. M. M. **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária, 2012. 396 p.

MELLO, C. I.; FROEHLICH, J. M. O bem que falta na cesta: o artesanato no território da Quarta Colônia, RS. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 282-306, jun. 2019.

MONTEIRO, C. Q.; ROCHA, F. B.; MIYATA, P. A. A necessidade de um plano de marketing para o município de Miranda. **Multitemas**, [s. l.], n. 27, p. 129-140, jun. 2002.

OLIVEIRA, V. M. Patrimônio ou (apenas) lugar? Discursos e lembranças como uma maneira de inventariar: uma análise sobre o caso do povoado de Salobra, cidade de Miranda/MS. **Arq.urb.**, [s. l.], n. 16, p. 96-119, 2016.

OLIVEIRA JUNIOR, V. N.; PHILIPPI, D. A. Estudo sobre inovações relacionadas ao Cumbaru no Pantanal Sul. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], v. 7, n. 4, p. 33332-333351, 2021.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, [s. l.], n. 24, v. 1-2, p. 10-22, 2005.

RODRIGUEZ, R. D. **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) apropriada aos povos indígenas**: o caso do projeto “produção sustentável de mandioca pelos terenas da Aldeia Argola”. 2012. Relatório Final de Estágio Supervisionado (Graduação em Gestão do Agronegócio) – Faculdade UNB, Planaltina, 2012.

SALVADOR, M. N. R. **Os índios Terena e a agroindústria no Mato Grosso do Sul: a relação capital-trabalho na questão indígena atual**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, A. M. **Caracterização e análise do sistema turístico rural no município de Miranda/MS**. 2010. Dissertação (Mestrado Administração) – Escola de Administração e Negócios, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

SILVA, Denise. Bruaca: vivências e produtos culturais. **Ipedi Blogspot**. [S. l.], 16 fev. 2021. Disponível em: <https://ipedi.blogspot.com/2021/02/bruaca-vivencias-e-produtos-culturais.html>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SOUZA, C. Os modos de vida e a transformação recente da agricultura na Reserva Indígena Lalima, município de Miranda-MS. **Tellus**, [s. l.], v. 9, n. 16, p. 217-226, jan./jun. 2009.

TECCHI, A.; CAPELLESSO, A. J.; DORIGON, C.; CAZELLA A. A. Desenvolvimento territorial no extremo oeste de Santa Catarina: a Abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Revista Política e Planejamento Regional**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 1-20, jan./abr. 2021.

TOMAS, W. M. *et al.* Sustainability agenda for the Pantanal Wetland: perspectives on a collaborative interface for science, policy, and decision-making. **Tropical Conservation Science**, [s. l.], n. 12, p. 1-30, 2019.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE BRASIL. **Associação de curtimento e confecção de pele de peixe**. Brasília, DF: WWF-BRASIL, 2007.

ZANCHET, S. A. S. Mulheres pescadoras: trajetórias de mulheres nos pantanais sul-matogrossense. **REHR**, [s. l.], v. 14, n. 28, p. 232-258, jul./dez. 2020.



CAPÍTULO 9

USO PÚBLICO E TURÍSTICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL: PERSPECTIVAS PARA SUSTENTABILIDADE

Marta Regina da Silva-Melo

Flávia Neri de Moura

INTRODUÇÃO

A criação de áreas protegidas em diferentes partes do mundo se deu por interesses e usos diversos, podendo ser citados: espaços sagrados que visam reforçar os valores espirituais e históricos da comunidade local, proteção de mananciais, reservas de caça para a realza em países europeus, e espaços destinados ao lazer e recreação. Além disso, áreas protegidas foram estabelecidas para mitigar os efeitos deletérios do crescimento urbano e industrial.

A relação homem-natureza declinava ainda mais devido à Revolução Industrial e à ascensão do capitalismo. Por consequência, uma série de problemas que afetavam o ambiente natural se intensificou em escala global. Por esse motivo, inúmeras discussões acerca da proteção da natureza emergiram quando se percebeu que os recursos naturais eram finitos. No contexto, ações de proteção à natureza foram atraindo incontáveis adeptos para a criação de áreas protegidas, e essa ideia foi implantada em diversos países, sendo fortalecida em iniciativas conservacionistas. A criação das áreas protegidas é um mecanismo eficaz de proteção à natureza

que se consolida na provisão de diversos serviços essenciais à manutenção da vida e ao bem-estar humano, por isso, cuidar da natureza deve ser de interesse de todos.

Considera-se que é preciso conhecer para conservar e valorizar o patrimônio natural. Nesse sentido, a valorização e o conhecimento se fortalecem e se materializam em diferentes usos públicos nas áreas naturais protegidas, que a Constituição Federal reconhece como bens de uso comum da sociedade, atribuindo a todos o dever de conservá-las para as presentes e as futuras gerações.

O uso público nessas áreas representa importante estratégia para aproximar a sociedade da conservação ambiental, e, de modo oportuno, desperta nas pessoas perspectivas de conhecimento e interação com a natureza, por meio de atividades de ecoturismo, científicas, educacionais, esportivas, recreativas e de contemplação.

Assim, a contextualização histórica da implantação de áreas protegidas no Mato Grosso do Sul permite um panorama sobre a composição das Unidades de Conservação que incluem categorias do grupo de Proteção Integral e de Uso Sustentável, além de evidenciar iniciativas que convergem para o uso público nessas áreas, alicerçadas em perspectivas sustentáveis.

GÊNESE DAS ÁREAS PROTEGIDAS E FORMAS DE USOS

O estabelecimento de áreas protegidas e o usufruto desses espaços têm raízes históricas, remontando aos primórdios da civilização. Esses antecedentes históricos remetem à Índia do século IV a.C., com suas florestas sagradas, aos Assírios (700 a.C.), com o estabelecimento de reservas de caça, aos Chineses no século VI d.C., visto que havia um indício de preocupação com os mananciais, e à Itália, mais precisamente na cidade-estado de Veneza, em que foram criadas reservas para abrigar animais selvagens, conforme apontado por Davenport e Rao (2002), da mesma forma que, ao longo da Idade Média, no continente europeu, foram estabelecidas reservas reais de caça (SMITH, 2013).

Nas Américas Central e do Sul, na África e na Oceania, as áreas naturais eram delimitadas por povos originários com finalidades espirituais e culturais, devido ao forte valor simbólico viabilizado pelos elementos da natureza ao seu modo específico de vida. Segundo Merico (2011) e Acosta (2011), são povos detentores de conhecimento e habilidades tradicionais na utilização da biodiversidade; para muitos povos originais do mundo, a natureza é um organismo vivo, em que todo ser vivo está relacionado com tudo.

Na Europa, após milênios de colonização humana e exploração excessiva da natureza, surgiu, no início do século XIX, a preocupação com o mundo natural, visto que pouco restou das áreas naturais no continente. Diante disso, foi necessária a criação de meios jurídicos que regulassem o uso das terras. Ademais, foi no continente europeu, com a criação dos parques naturais, que surgiu outro conceito de área natural protegida.

As paisagens naturais dos Estados Unidos da América foram influenciadas pelo romantismo do século XIX, sendo consideradas como ilhas de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada (DIEGUES, 2008), e passaram a ser defendidas como monumentos naturais importantes para a afirmação da cultura e da identidade nacional, conforme mencionado por Nash (2014). Essas ideias favoreceram a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, conhecido por possuir uma das maiores concentrações de natureza selvagem do planeta e que se notabiliza, na história moderna, como o marco de áreas naturais protegidas, destinado ao lazer e à mitigação dos efeitos danosos da expansão urbano-industrial (MARETTI et al., 2012; DOUROJEANNI; PÁDUA, 2013).

Tardiamente, as áreas naturais protegidas, no Brasil, têm seu marco histórico no século XX, na década de 1930. Medeiros, Irving e Garay (2006) reportam que a criação de um conjunto mais amplo de instrumentos legais e de uma estrutura administrativa no aparelho do Estado, voltados especificamente para a gestão das áreas protegidas, culminou na edição do Código Florestal de 1934, atualizado em

1965, no Decreto-Lei nº 25/1937, que trata dos Patrimônios Tombados, na Lei nº 6.001/73, que discute o estabelecimento das Terras Indígenas, e na Lei Federal nº 9.985/2000, que versa sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Ainda no século XX, conforme declarou Menezes (2014), com base no conceito de “conhecer para conservar”, que, desde os primórdios, é ligado aos meios de proteção à natureza, que surgiu o principal motor da conservação ambiental no Brasil.

No Brasil, as Unidades de Conservação (UCs) foram instituídas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, que as define como espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes e função precípua de assegurar e conservar o patrimônio biológico existente no território nacional, incluindo as águas jurisdicionais (BRASIL, 2000). Essas áreas são divididas por categorias de manejo, distribuídas em dois grupos: Unidades de Conservação de Proteção Integral (Parques Nacionais, Monumentos Naturais, Estações Ecológicas, Reservas Biológicas e Refúgios da Vida Silvestre) e Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural).

As unidades que integram o grupo de Proteção Integral destinam-se apenas ao uso indireto dos recursos naturais, para assegurar a manutenção e a integridade dos ecossistemas e *habitats* naturais. Dentre esses usos indiretos, citam-se o ecoturismo, a pesquisa científica, a educação e a interpretação ambiental, além de diversas atividades recreativas em contato com a natureza. Nas unidades que integram o grupo de Uso Sustentável, é admitida a presença de moradores, desde que compatibilizem a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais.

Entretanto, no território brasileiro, os entraves para a consolidação do uso público em unidades de conservação são apontados por Vallejo (2015) como complexos, e recaem sobre as condições de infraestrutura, conflitos de uso, orçamentos

insuficientes, carência de pessoal, fatores que representam desafios para a consolidação das áreas e do próprio uso público.

Apesar das especificidades apresentadas quanto à evolução histórica das áreas protegidas no planeta e de seus diferentes usos, os estabelecimentos dessas áreas naturais, em diversas nações, se destacam como lugares adequados e virtuosos para a conservação da natureza *in situ*, pois, além de assegurarem serviços essenciais à manutenção da vida, garantem o bem-estar humano.

HISTÓRICO DE ÁREAS PROTEGIDAS NO MATO GROSSO DO SUL

Estado instituído em 1979, Mato Grosso do Sul situa-se na região Centro-Oeste do Brasil e dispõe de uma combinação de paisagens naturais resultante dos biomas Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal, além de influências do Chaco.

O estabelecimento de áreas protegidas, no Mato Grosso do Sul, teve início em 1981, com a Reserva Ecológica do Parque dos Poderes, em Campo Grande. Posteriormente, em 1993, a Estrada Parque Pantanal recebe a designação de Área de Especial Interesse Turístico e se apresenta como a segunda área formalmente instituída (Quadro 9.1).

Unidade de Conservação	Criação	Abrange parte do município
Reserva Ecológica do Parque dos Poderes*.	1981	Campo Grande.
Área de Especial Interesse Turístico Estrada Parque Pantanal.	1993	Miranda, Corumbá e Ladário.
Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema.	1998	Naviraí, Jateí e Taquarussu.
Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari.	1999	Costa Rica e Alcínópolis.
Área de Proteção Ambiental Rio Cênico Rotas Monçoeiras.	2000	São Gabriel do Oeste, Camapuã, Coxim e Rio Verde de Mato Grosso.
Parque Estadual Matas do Segredo.	2000	Campo Grande.
Área de Proteção Ambiental Estrada Parque Piraputanga.	2000	Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti.

(continuação)

Unidade de Conservação	Criação	Abrange parte do município
Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro.	2000	Corumbá e Aquidauana.
Monumento Natural da Gruta do Lago Azul.	2001	Bonito.
Parque Estadual do Prosa.	2002	Campo Grande.
Monumento Natural do Rio Formoso.	2003	Bonito.

QUADRO 9.1 – Estabelecimento das áreas protegidas em Mato Grosso do Sul.

*Reclassificada em 2002 como Parque Estadual.

Fonte: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (2021).

O estado possui um sistema composto por diferentes categorias de UCs, designadas para a manutenção dos ecossistemas, e muitas dessas áreas podem ser utilizadas para o uso turístico. De acordo com o Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, 2021), são 124 Unidades de Conservação distribuídas nas três esferas de governo, sendo: 16 unidades federais, 50 unidades estaduais e 58 unidades municipais. Essas áreas recobrem, aproximadamente, 15,5% da superfície territorial (Tabelas 9.1, 9.2 e 9.3).

TABELA 9.1 – Superfície protegida por Unidades de Conservação de Proteção Integral de Mato Grosso do Sul.

Grupo de Proteção Integral	Quantidade	Área (ha)	Relativa/grupo (%)	Relativa/estado (%)
Parques Nacionais	3	92 886,59	28,45	0,26
Parques e Monumentos Naturais Estaduais	7	182 876,19	56,01	0,51
Parques, Monumentos Naturais, Estação Ecológica, Refúgios de Vida Silvestre e Reservas Biológicas Municipais	21	50 754,93	15,54	0,14
Total	31	326 517,71	100	0,91

Fonte: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (2021).

TABELA 9.2 – Superfície protegida por Área de Proteção Ambiental no Mato Grosso do Sul.

Grupo Uso Sustentável	Quantidade	Área (ha)	Relativa/grupo (%)	Relativa/estado (%)
APA Federal	1	713 370,43	14,07	2
APAs Estaduais	2	25 548,50	0,50	0,1
APAs Municipais	37	4 330 217,54	85,42	12,1
Total	40	5 069 136,46	100	14,2

Fonte: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (2021).

TABELA 9.3 – Superfície protegida por Reserva Particular do Patrimônio Natural no Mato Grosso do Sul.

RPPNs	Quantidade	Área (ha)	Relativa/grupo (%)	Relativa/estado (%)
RPPN Federal	12	81 234,30	55,31	0,23
RPPN Estadual	41	65 632,79	44,69	0,18
Total	53	146 867,09	100	0,41

Fonte: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (2021).

As UCs criadas no estado têm um papel importante na conservação do Pantanal e do Cerrado; são áreas que dispõem de características relevantes e abrigam diversas espécies da fauna e da flora. Além dessas características, resguardam, ainda, atributos de importância estética, histórica, cultural, educacional, científico e religioso (WORLD WIDE FUND FOR NATURE BRASIL, 2018).

No Mato Grosso do Sul, a diversidade de ambientes protegidos oportuniza uma variedade de atividades e usos. Apesar de apresentar uma rica biodiversidade, beleza cênica e capacidade de prover diversos serviços ecossistêmicos essenciais ao bem-estar humano, as ações para o uso público nas unidades de conservação estaduais configuram-se numa política pública recente, de 2009, com a aprovação do regulamento do programa de uso público do Parque Estadual do Prosa (Portaria IMASUL nº 103, de 05 de junho de 2009), e de 2016, com a aprovação do regulamento do programa de uso público do Parque Estadual Matas do Segredo (PEMS) (Portaria IMASUL nº 466, 6 de junho de 2016).

Para avançar com essa pauta, foi instituído, por intermédio da Resolução nº 685, de 2019, o Programa Estadual de Uso Público nas Unidades de Conservação das áreas gerenciadas pelo Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul. As ações visam aumentar o número de visitantes nas unidades de conservação, criar oportunidades de negócio para os municípios do entorno das UCs, estimular a diversificação do turismo no estado e propiciar o desenvolvimento socioeconômico com melhorias para uso público.

Com relação à efetividade da gestão de unidades de conservação, a WWF-Brasil (2018) realizou uma pesquisa em UCs estaduais de Mato Grosso do Sul, na qual sinaliza que a importância biológica das UCs é considerada alta (70%), destacando-se os maiores valores para a biodiversidade e a representatividade dessas áreas no sistema, ambas com pontuação de 92%, e para a conservação dos processos naturais, com 88%. Ainda nesse estudo, as UCs apresentaram índices de importância socioeconômica na faixa média de 59%, com destaque para a importância dos serviços ambientais (100%), para o valor educacional e científico (92%) e para valor recreativo (86%). O resultado do estudo evidenciou uma evolução significativa do trabalho realizado nessas áreas, com pontos de melhorias na efetividade geral.

Nessas circunstâncias, é possível reiterar a implementação para o uso público, que ainda não é satisfatória. Em vista disso, há uma compreensão de que esses impasses requerem soluções, principalmente no que se refere à capacidade de gestão, à infraestrutura física e ao maior investimento na qualificação da organização de apoio na experiência do visitante.

Além disso, a implementação de instrumentos legais é necessária para ordenar a atividade de uso público em diversos aspectos, especialmente para incentivar a visitação e propiciar o alcance do principal objetivo das UCs, que é a conservação da biodiversidade. Outro aspecto que merece atenção é a necessidade de instituir base legal que estabeleça normas e procedimentos para a prestação de serviços relacionados à visitação nas unidades de conservação e de aprimorar a utilização das normas vigentes para viabilizar atividades e serviços.

Dessa forma, a revisão do arcabouço legal que pode ser o balizador de todas essas inovações seria a formalização do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, de modo que sejam realizadas todas as atualizações jurídicas necessárias, e ele contribua para um novo modelo de gestão.

Outro item que merece atenção é a adequação da abordagem dessas áreas nos materiais de comunicação utilizados como meios interpretativos, pois a grande maioria desse material contempla o que não fazer dentro da área. Nesse sentido, as adequações tendem a favorecer as diversas possibilidades de interação e interpretação ambiental.

Embora haja uma demanda crescente de visitação nessas áreas, elas não dispõem de infraestrutura adequada, assim como a integração dos parques com o entorno ainda não é satisfatória, e a articulação das unidades de conservação com a iniciativa privada ainda é insuficiente para a elaboração de programas, projetos e ações que possam garantir uma experiência diferenciada ao visitante.

Outro desafio é aproximar as pessoas das unidades de conservação, visto que a cultura de visitação dessas áreas ainda é módica no Brasil, e seu incentivo é insignificante diante do relevante patrimônio natural.

USO PÚBLICO ALICERÇADO EM PERSPECTIVAS SUSTENTÁVEIS

A visitação em áreas protegidas, conforme Watson et al. (2014), se intensificou em meados do século XX, impulsionada pelo turismo. Como estratégia de conservação da biodiversidade no Brasil, Young e Medeiros (2018) reiteram que o uso público vem assumindo um papel de destaque na agenda política nacional e internacional, indicando a necessidade de se fomentar o turismo em áreas protegidas.

A implementação do uso público em áreas naturais protegidas representa um meio que aproxima a sociedade da conservação ambiental e, de modo oportuno, desperta nas pessoas a percepção, o conhecimento e a interação com a natureza, por meio de atividades como o ecoturismo, pesquisas científicas, práticas educacionais,

esportivas, recreativas e de contemplação. Diante disso, é fundamental compatibilizar o uso do bem comum com os diversos atores que se relacionam com esses territórios e, em função disso, é indispensável adotar ações norteadas por um planejamento que assegure a presença humana sem que esta afete negativamente os objetivos de conservação da área visitada, em razão das atividades realizadas.

O uso público gerido adequadamente é capaz de oportunizar inúmeros benefícios, e constitui uma ferramenta de sensibilização e de conhecimento em relação à natureza, por meio de atividades recreativas, científicas, educacionais, esportivas e de interpretação ambiental. Ao considerar que o contato com a natureza, via turismo sustentável, possibilita aos indivíduos refletir sobre a proteção e a conservação do patrimônio natural brasileiro, ressaltam-se, na literatura (Roux et al., 2020; Buckley et al., 2019; Young e Medeiros, 2018; Ament et al., 2017; Mirabal Pérez e Flores Pérez, 2016; Stolton et al., 2015; Watson et al., 2014; Maretti et al., 2012; Irving, 2006; Bensusan, 2006), aspectos valiosos que o uso público pode viabilizar nos âmbitos ambiental, econômico, social, cultural, educacional, científico e recreacional (Figura 9.1).



FIGURA 9.1 – Benefícios viabilizados pelo uso público em Unidades de Conservação.
Fonte: Elaboração das autoras.

INICIATIVAS PARA O USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

Ao refletir que as Unidades de Conservação constituem um valioso instrumento de proteção ambiental e viabilizam a sensibilização para aspectos ecológicos percebidos pelos visitantes desses espaços, considera-se que o acesso a essas unidades deve ser garantido de forma democrática, respeitando as restrições contidas em seus Planos de Manejo e nos atos normativos pertinentes.

Em razão disso, foram sinalizados alguns mecanismos que podem reforçar o papel protagonista da sociedade na conservação da biodiversidade e, especialmente, no que se refere ao uso público em Unidades de Conservação de Mato Grosso do Sul (Quadro 9.2).

Iniciativas	Descrição
Identidade do parque como UC	Disseminar e transmitir o papel da Unidade de Conservação e seus serviços essenciais à vida.
Celebração de datas comemorativas	Homenagem alusiva à data de criação da UC.
	Celebrar o dia do bioma que integra o estado de Mato Grosso do Sul (alusivo ao dia nacional).
	Celebrar o dia das profissões que atuam na UC.
	Data comemorativa às espécies que ocorrem na UC.
Divulgação das UCs em mídias digitais	Propagar a importância dessas áreas para a sociedade, por meio de redes sociais, televisão e rádio, principalmente nos componentes de educação ambiental, recreação, pesquisa científica e oportunidades de negócios.
Exposições culturais	Ações relacionadas a teatro, música, pintura e fotografia colaboram para a criatividade e para reflexões críticas sobre as áreas naturais.
Conselhos das Unidades de Conservação	Participação e atuação de representantes dos segmentos legítimos ligados à UC e/ou à população de entorno.
Programa de Voluntariado	Promove, incentiva e valoriza o serviço voluntário nas Unidades de Conservação.
	Articula a oferta e a demanda de serviço voluntário nas Unidades de Conservação.
	Impulsiona o intercâmbio de experiências e ações entre os grupos de voluntários e os profissionais que atuam na UC.
	Aprimora a formação técnica e científica dos cidadãos interessados em atuar nas questões ambientais.
	Contribui para as ações de gestão da UC, por meio da conservação colaborativa com as áreas de entorno.

QUADRO 9.2 – Iniciativas que viabilizam o uso público em unidades de conservação em de Mato Grosso do Sul.

Fonte: Elaboração das autoras.

Outras iniciativas que podem convergir para o avanço da agenda de uso público nas UCs consistem em parcerias com as instituições de ensino, por meio do fomento a atividades de ensino, pesquisa e extensão, tanto pelas universidades públicas e privadas como pelas demais instituições que promovem educação. Nesse sentido, assinalam-se diferentes temas que podem ser desenvolvidos por pesquisas relacionadas às UCs (Quadro 9.3).

Temática	Caracterização
Programa Estadual de Uso Público de Unidades de Conservação	Desdobramento das demandas apontadas como diretrizes para o uso público, especialmente voltadas para atividades de pesquisa, educação ambiental e de recreação para a população em geral, respeitando os objetivos da unidade de conservação.
Planos, programas e projetos de uso público	Propostas que visam preparar a UC para uso o público, como acessibilidade, interpretação ambiental, equipamentos e infraestruturas de apoio, projetos especiais e eventos, de forma que assegurem a conservação, estimulem a sensibilização dos visitantes e auxiliem no envolvimento das comunidades locais.
Uso de imagens e espaços de UCs	Instruções normativas de autorização prévia para produção e/ou uso de imagens e espaços em unidades de conservação. As imagens para fins comerciais estão sujeitas ao recolhimento de valores, segundo previsão legal.
Manejo de impactos da visitação	Ferramenta para o planejamento do uso e da gestão de áreas naturais. Essa mensuração não é apenas um número que se deseja alcançar, mas um limite que não deve ser ultrapassado.
Gestão participativa	Visa minimizar os conflitos ambientais, bem como integrar os diversos atores relacionados à UC, a fim de melhorar a gestão de forma participativa, com foco na boa governança.
Diagnóstico de potencialidades turísticas nas UCs e integração com municípios	Condução sustentável referente ao planejamento e à gestão do turismo, com a participação dos municípios nos quais as UCs foram criadas.

Temática	Caracterização
Integração das UCs com roteiros turísticos	Possibilita integrar a UC aos roteiros já existentes e/ou promover a UC como irradiadora de um novo roteiro para fortalecer a divulgação desses espaços e a formatação de novos produtos ecoturísticos em um determinado município ou região.
Engajamento das comunidades do entorno	O envolvimento dos diversos atores sociais é de grande importância para maximizar ações de conservação e oportunizar a inclusão (UC como dinamizadora do desenvolvimento local/regional).

QUADRO 9.3 – Iniciativas que impulsionam parcerias com instituições de ensino para o uso público e turístico

Fonte: Elaboração das autoras.

Ainda nessa perspectiva, especificamente, há uma série de outras temáticas capazes de contribuir para o conhecimento da UC e estimular o uso público e turístico nessas áreas por intermédio do desenvolvimento de novos estudos e pesquisas (Quadro 9.4).

Temática	Caracterização
Aplicação de metodologias para definir a vocação de uso de cada UC	Por exemplo, o Método ROVUC, utilizado para identificar as vocações de visitação de cada UC e consolidar o turismo com base na diversificação das oportunidades de uso e negócios.
Estudos de geoinformação (módulo específico de uso público)	As informações geoespaciais auxiliam no planejamento, na gestão e na tomada de decisão quanto ao uso público e às formas de uso dos territórios.
Pesquisas aplicadas para monitoramento, manejo e sinalização de trilhas	Permite incorporar informações e símbolos que facilitam o uso das trilhas, como localização, alertas sobre áreas de risco, regras, proibições e direção do percurso.
Regulamentação para prestadores de serviços	Diretrizes legais que orientam pessoas físicas ou jurídicas interessadas na prestação de serviço no interior da UC.
Regulamentação para condutores	Autoriza a condução de visitantes na UC com atividades informativas e interpretativas sobre o ambiente natural, além de monitoramento dos impactos nas áreas de visitação.

Temática	Caracterização
Projetos específicos para implementação de trilhas autoguiadas	Permite aplicar estratégias didáticas como ferramentas educativas e de sensibilização.
Projetos específicos para implementação de trilhas para cicloturismo	Viabilidade para essa modalidade, visto que estudos em UCs demonstram que pessoas em bicicletas causam menos impactos sobre a fauna, quando se compara a outras modalidades de recreação.
Projetos específicos para implementação de acessibilidade em trilhas	Ações práticas de inclusão devem ser implantadas em UCs para receber qualquer pessoa, independentemente da sua condição física. Acessibilidade é para todos.
Implementação das taxas de visitação	Visa implantar a cobrança e a destinação de taxas que serão aplicadas na melhoria da própria UC.
Estudos de viabilidade para concessão de serviços de apoio à visitação e ao uso público na UC	Permite ao visitante conhecer e valorizar o meio ambiente a partir de atividades recreativas e de interpretação ambiental.
Estudos de demanda, incluindo o perfil do visitante	Visa investigar os valores e condutas do visitante e, assim, aplicar ações de planejamento e manejo do turismo na UC.
Projetos específicos de educação ambiental	Auxilia na sensibilização e na compreensão quanto aos problemas ambientais e contribui para a mudança de postura dos indivíduos frente à natureza.

QUADRO 9.4 – Iniciativas que impulsionam parcerias com Instituições de Ensino para o uso público e turístico.

Fonte: Elaboração das autoras.

Outro aprendizado possibilitado por essas parcerias é sobre a importância de um maior envolvimento das instituições de ensino, estimulando iniciativas que aliem atividades acadêmicas às demandas de gestão da visitação dessas áreas. Essa cooperação tende a favorecer instituições, gestores e acadêmicos e pesquisadores. Por essa razão, é preciso fomentar, cada vez mais, a realização de estudos e pesquisas pautados no uso público e nos seus diferentes impactos, visto que o uso público se destaca como uma importante ferramenta de manejo e possibilita uma série de benefícios de âmbito local e global. Nesse sentido, Silva-Melo, Guedes e Melo (2021) ressaltam ser imprescindível que os benefícios sejam articulados como alternativas

para a efetividade da gestão das UCs, com um planejamento exequível que agregue tanto os valores econômicos quanto os valores sociais e ambientais.

A implantação de diversas iniciativas pode contribuir para o fortalecimento das Unidades de Conservação de Mato Grosso do Sul e aprimorar o uso público dessas áreas, bem como oportunizar a sustentabilidade da cadeia produtiva do turismo e do entorno, haja vista que o uso público, como menciona Vallejo (2015), deve ser interpretado como estratégia de valorização social das próprias áreas protegidas. Para tanto, é preciso articulação com vários segmentos da sociedade, e, nesse caso, Maretti et al. (2012) enfatizam que é necessário buscar alianças com as comunidades locais, que possuem outras formas de percepção da natureza, e compreender que, além de olhar para fora, a gestão das áreas protegidas deve estar integrada em sistemas de gestão territorial mais amplos.

Qualquer ação empreendida voltada ao uso público requer o monitoramento de impactos ambientais causados pelos usuários. Com base em dados reais, é possível ter embasamento que subsidie a tomada de decisão sobre qual público e qual projeto ou atividade devem ser priorizados para, oportunamente, compatibilizar o uso e a conservação do patrimônio natural. O desafio consiste em fazer com que o turismo seja desenvolvido de maneira sustentável, para que a atividade não prejudique a manutenção dos processos ecológicos, a diversidade sociocultural e a conservação da biodiversidade (BRASIL, 2006).

Logo, é possível avançar rumo à participação cidadã, visto que a sociedade deve adotar um papel protagonista, ampliando, de forma sistêmica e integrada, ações práticas em prol da conservação da biodiversidade e de uma gestão genuinamente democrática. Além disso, a participação da sociedade civil atende ao que é previsto na Lei do SNUC quando se enfatiza a importância da cooperação no processo de criação, implantação e gestão das áreas protegidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Implantar iniciativas que possam convergir para o avanço da agenda de uso público nas Unidades de Conservação do Mato Grosso do Sul pode oportunizar às pessoas uma (re)conexão com a natureza, por meio de experiências e vivências, e favorecer o aprendizado sobre o patrimônio natural e cultural.

Qualquer ação a ser empreendida para intensificar o uso público requer planejamento e ordenamento, distanciando-se da ideia exclusiva de mercantilizar ou transformar as UCs em capital econômico esteado na lógica da acumulação, na qual o processo de expansão das relações capitalistas de produção interfere, transforma e tipifica esses espaços em mercadorias, desconsiderando o seu valor ambiental, cultural, social, educacional e científico, sobretudo nas práticas relativas ao turismo, em que nem sempre a distribuição dos recursos provenientes das atividades é devidamente equacionada, o que implica na viabilidade socioeconômica e ambiental dessas áreas.

É preciso ter em mente que o uso público envolve um círculo virtuoso com ações socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Para tanto, a implementação do uso público e turístico deve ser feita de maneira a harmonizar essas dimensões para assegurar a manutenção e a sustentabilidade das unidades de conservação a longo prazo.

Considera-se que, para conservar e valorizar o patrimônio natural, é preciso conhecê-lo. Por essa razão, é indispensável viabilizar a acessibilidade dessas áreas, pois o conhecimento produz descobertas que se materializam nas diversas formas de uso público em unidades de conservação da natureza.

O reconhecimento das unidades de conservação do Mato Grosso do Sul como áreas de elevado potencial para o uso público tende a se fortalecer quando houver uma articulação e uma mobilização mais efetiva para a integração de múltiplos atores: órgãos governamentais e não governamentais, comunidades de entorno, iniciativa privada, instituições educacionais e demais atores.

Essa integração deve considerar também o Pantanal como Reserva da Biosfera e os geoparques, territórios reconhecidos pela relevância nacional e internacional, notabilizados pela possibilidade de abertura a novas pesquisas e estudos como propostas de alavancar a agenda de uso público, conciliando a conservação da geodiversidade, da biodiversidade, dos saberes e das manifestações culturais com o desenvolvimento socioeconômico, por meio de ações mais efetivas entre as pessoas e a natureza.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. En la búsqueda del paraíso perdido. *In*: ELBERS, J. **Las áreas protegidas de América Latina**: situación actual y perspectivas para el futuro. Quito: UICNUI, 2011. p. 201-204.
- AMENT, J. M.; MOORE, C. A.; HERBST, M.; CUMMING, G. S. Cultural ecosystem services in protected areas: understanding bundles, trade-offs, and synergies. **Conservation Letters**, Nova Jersey, v. 10, n. 4, p. 440-450, 2017.
- BRASIL. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF: Casa Civil, 2000.
- BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 176 p.
- BUCKLEY, R.; BROUGH, P.; HAGUE, L.; CHAUVENET, A.; FLEMING, C.; ROCHE, E.; SOFIJA, E.; HARRIS, N. Economic value of protected areas via visitor mental health. **Nature communications**, London, v. 10, n. 1, p. 1-10, 2019.
- DAVENPORT, L.; RAO, M. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. *In*: TERBORGH, J. **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p. 52-73.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 200 p.

DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. J. **Arcas à deriva: unidades de conservação do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Technical Books, 2013. 352 p.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DO MATO GROSSO DO SUL. **Gestão de Unidades de Conservação**. Campo Grande: IMASUL, [20--]. Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/gestao-de-unidades-de-conservacao>. Acesso em: 10 abr. 2021.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL. **Gestão de Unidades de Conservação**. Campo Grande: UNICECO/GUC-IMASUL, 2021. Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/gestao-de-unidades-de-conservacao/>. Acesso: 10 abr. 2021.

IRVING, M. A. (org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006. 228 p.

MARETTI, C. C.; CATAPAN, M. I. S.; ABREU, M. J. P.; OLIVEIRA, J. E. D. Áreas protegidas: definições, tipos e conjuntos-reflexões conceituais e diretrizes para gestão. *In*: CASES, M. O. Cases (org.). **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. Brasília, DF: WWF-Brasil/Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2012. p. 331-367.

MEDEIROS, R.; IRVING, M. A.; GARAY, I. Áreas protegidas no Brasil: interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social. *In*: IRVING, M. A. (org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006. p. 15-40.

MENEZES, P. C. Conhecer para conservar: um pouco de história. *In*: BENSUSAN, N.; PRATES, A. P. L. (ed.). **A diversidade cabe na unidade? Áreas protegidas no Brasil**. Brasília, DF: IEB Mil Folhas, 2014. 736 p.

MERICO, L. F. K. Áreas protegidas: contribución hacia una nueva economia. *In*: EL-BERS, J. **Las áreas protegidas de América Latina**. Situación actual y perspectivas para el futuro. Quito: UICN, 2011. p. 205-208.

NASH, R. **Wilderness and the american mind**. 5. ed. New Haven: Yale University Press, 2014. 300 p.

MIRABAL PÉREZ, Y.; FLORES PÉREZ, J. I. Uso público de áreas protegidas: una alternativa para la participación comunitaria. **Revista Universidad y Sociedad**, Cienfuegos, v. 8, n. 4, p. 138-145, 2016.

ROUX, D. J.; SMITH, M. K. S.; SMIT, I. P. J.; FREITAG, S.; SLABBERT, L.; MOKHATLA, M. M.; HAYES, J.; MPAPANE, N. P. Cultural ecosystem services as complex outcomes of people–nature interactions in protected areas. **Ecosystem Services**, Wageningen, v. 43, p. 101111, 2020.

SILVA-MELO, M. R.; GUEDES, N. M. R.; MELO, G. A. P. **Unidades de Conservação: empreendedorismo e inovação para um turismo sustentável no Mato Grosso do Sul**. Recife: Café com Literatura, 2021. 73 p.

SMITH, J. Protected areas: origins, criticisms and contemporary issues for outdoor recreation. **Working paper series**, Birmingham, n. 15, 2013. p. 1-20.

STOLTON, S.; DUDLEY, N.; AVCIOGLU ÇOKÇALISKAN, B.; HUNTER, D.; IVANIC, K.-Z.; KANGA, E.; KETTUNEN, M.; KUMAGAI, Y.; MAXTED, N.; SENIOR, J.; WONG, M.; KEENLEYSIDE, K.; MULROONEY, D.; WAITHAKA, J. Values and benefits of protected áreas. In: WORBOYS, G. L.; LOCKWOOD, M.; KOTHARI, A.; FEARY, S.; PULSFORD, I. (ed.). **Protected area governance and management**. Canberra: ANU Press, 2015. p. 145-168.

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. In: VALLEJO, L. R.; PIMENTEL, D. S.; MONTEZUMA, R. C. M.(org.). **Uso público em Unidades de Conservação: planejamento, turismo, lazer, educação e impactos**. Niterói: Alternativa, 2015.

WATSON, J. E.; DUDLEY, N.; SEGAN, D. B.; HOCKINGS, M. The performance and potential of protected areas. **Nature**, London, v. 515, n. 7525, p. 67-73, 2014.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE BRASIL. **RAPPAM - Mato Grosso do Sul: efetividade de gestão de Unidades de Conservação**, 2017. Campo Grande: WWF-BRASIL, 2018. 74 p.

YOUNG, C. E. F.; MEDEIROS, R. **Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras**. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018. 181 p.



CAPÍTULO 10

A OBSERVAÇÃO DE AVES NO MATO GROSSO DO SUL: INTERFACE COM O ECOTURISMO E OS DESTINOS INTELIGENTES E CRIATIVOS

Simone Mamede

Maristela Benites

Marcello Magnussen

O ECOTURISMO E SEUS DESAFIOS NO MATO GROSSO DO SUL

O ecoturismo como possibilidade de valorizar a biodiversidade e as comunidades receptoras abre caminho para novas formas de produção e de experiência, de modo a beneficiar economicamente comunidades e grupos sociais, atribuindo-lhes protagonismo autogestionário de seus territórios e motivando corresponsabilidades em salvaguardar os bens naturais e culturais. Não obstante, as práticas de ecoturismo não se desenvolvem somente no âmbito coletivo ou comunitário; o que se deseja enfatizar é que toda iniciativa se realiza territorialmente e de acordo com a realidade objetiva, na qual residentes e suas relações sociais influenciam, dialeticamente, a produção do espaço. Também é verdade que as relações sociais em determinado território ganham maior complexidade com a inserção dos agentes turistas.

Algumas regiões do globo terrestre podem se dizer naturalmente vocacionadas ao ecoturismo, a julgar pela localização geográfica, cujo clima favorece a existência de diferentes ambientes, ecossistemas, formações vegetacionais, *habitats* e demais condições naturais que hão de sustentar uma miríade de formas vivas. Por

outro lado, locais com climas e condições ambientais extremas também exercem função atrativa, justamente pela distribuição geográfica restrita de elementos da geo e da biodiversidade que não serão encontrados noutra espaço. Todavia, as características físicas e bióticas de determinado espaço territorial que, primeiramente, identificam o potencial ecoturístico não são o bastante para assegurar efetividade do turismo se não houver o fator humano e, portanto, social envolvido.

Isso quer dizer que não há determinismo ambiental, senão interação entre atributos naturais e sociais que, decisivamente, hão de habilitar territórios para o ecoturismo. O componente social, em que se incluem o econômico, o cultural e o político, exerce força significativa no delineamento, na execução e no êxito das propostas de ecoturismo. Por isso, esse segmento está alinhado aos princípios de sustentabilidade que devem vincular, de forma equânime, os aspectos ambiental, social e econômico no curto e no longo prazo.

Do ponto de vista geográfico, climático e biológico, o Brasil, de localização neotropical, reúne vários atributos que culminam na alta diversidade biológica observada, sendo considerado um dos países mais megadiversos do mundo. Com relação à avifauna, estão anotadas 1 971 espécies (PACHECO et al., 2021), número que tende a crescer não somente como resultado de pesquisas científicas e adoção de novas tecnologias analíticas, mas também pelo aumento de pesquisadores envolvidos e de dados de ciência cidadã, em que se incluem, em grande medida, informações providas por turistas observadores de aves que abastecem plataformas colaborativas computacionais.

Mato Grosso do Sul, criado da divisão do estado do Mato Grosso, em 1977, tem sido historicamente notabilizado por sua produção pecuária e agrícola, que forma sua principal base econômica. Ao mesmo tempo, possui culturas diversas, paisagens exuberantes e ecossistemas singulares que encerram alta sociobiodiversidade e demandam formas múltiplas e mais sustentáveis de produção, capazes de melhor utilizar o potencial ecológico produtivo.

Na perspectiva do turismo, o estado é destino internacional daqueles que buscam nos ambientes naturais experiências de lazer, hospitalidade e entretenimento, tais como a região da Serra da Bodoquena – publicizada apenas como Bonito e recorrentemente eleita como melhor destino dessa modalidade de turismo) – e o Pantanal – extensa planície inundável continental, cuja maior porção se encontra no Mato Grosso do Sul, com cerca de 65% da área (SILVA; ABDON, 1998). No entanto, observa-se a necessidade de mais esforços multissetoriais que busquem desmistificar a ocorrência de apenas esses dois destinos ecoturísticos no MS, uma vez que as iniciativas de apoio ainda são tímidas, diante da riqueza de possibilidades manifestadas pelas diversas regiões turísticas do estado.

Ainda sob o enfoque fisiográfico, a área territorial de Mato Grosso do Sul abrange vários biomas, como Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica, Florestas Estacionais (como as Matas Secas Chiquitanas e outras) e o Chaco, além da influência de outros biomas que também se somam a essa composição, mas de forma menos acentuada e delimitável. Fruto dessa heterogeneidade e integração, tem-se rica biota, que, em associação aos aspectos hidrológicos, geológicos e orográficos, marcam a singularidade do estado como um lugar de oportunos ambientes e paisagens naturais. Tais características, contudo, ensejam reflexões profundas sobre o modelo de desenvolvimento atual e futuro, em que o turismo tem importante contribuição. Nesse aspecto, uma vez mais, acentua-se a influência das bases materiais no processo histórico de desenvolvimento da humanidade.

Silva et al. (2010) sentenciam que é preciso manejar com eficiência o patrimônio natural encontrado no estado, a partir do conhecimento dos potenciais e do reconhecimento das fragilidades existentes em cada bioma representado territorialmente, a fim de motivar políticas públicas direcionadas à conservação e ao uso sustentável do meio ambiente. Esses autores mostram que, até 2002, dos três principais biomas existentes no estado, somente o Pantanal possuía menor grau de alteração antrópica (9,2%), enquanto o de Mata Atlântica apresentou maior percentual de desmatamento, com 72%, seguido do Cerrado, com 68% de modificação antropogênica.

Silva et al. (2008), ao analisar a tendência de desmatamento do Chaco no Brasil, concluíram que o Pantanal é a área mais afetada pelos desmatamentos.

O ECOTURISMO E O TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE AVES

O Turismo de Observação de Aves (TOA) se insere no segmento do ecoturismo e, em qualquer lugar do mundo, é um modelo que requer uma forma de produção que demanda conhecer e respeitar a natureza, em correspondência com a dinâmica sociocultural dos territórios. Em se tratando de observação de aves, convém acentuar a compreensão da dinâmica ecológica das populações de aves silvestres e suas interações.

A observação de aves livres em seu ambiente natural é a essência que dá vida ao turismo de observação de aves e motiva viajantes ao redor do mundo. Sua qualificação se opõe, decisivamente, ao turismo massivo. Passarinho, ou seja, observar as aves livres, compreende vários formatos e intencionalidades cabíveis no turismo, na educação, na ciência e/ou na arte. Mas, independentemente da caracterização específica dessa prática e de classificações dos perfis de observadores de aves, trata-se de uma prática cultural interessada em conhecer e interagir com determinados elementos do mundo vivo e que oferece a oportunidade de experimentar o convívio com uma variedade de formas vivas que compõem a natureza.

O TOA é, também, um componente do turismo de observação de vida silvestre e se apresenta como fonte alternativa, ou mesmo complementar, a outras formas econômicas e produtivas em dado território. Embora possa ser desenvolvido em áreas rurais, pode ser exercido em áreas urbanas e em territórios de comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, vez que um dos requisitos é dispor de área verde que possibilite a presença e a riqueza de espécies de aves. Isso pode inspirar arranjos locais e múltiplos para o desenvolvimento e a estruturação desse turismo, com protagonismo social e empoderamento dos agentes envolvidos.

Ao se considerar as peculiaridades de cada bioma existente no estado de Mato Grosso do Sul, somadas ao envolvimento social e ao fortalecimento da cultura de valorização da biodiversidade, é possível projetar Destinos Turísticos Inteligentes, a partir da observação de aves, em consonância com as tecnologias de informação e sociais, assim como vinculá-los ao Turismo Criativo. Ambos se desenvolvem, predominantemente, em territórios urbanos, o que não impede que os princípios de sua prática sejam apropriados por territórios do espaço rural.

Destino Turístico Inteligente (DTI) se caracteriza como um destino turístico em cujo cenário a tecnologia, a inovação, a sustentabilidade e a acessibilidade devam estimular novos modelos inclusivos para se repensar o turismo, no qual o vínculo relacional e experiencial de turistas e residentes está em correspondência dinâmica, criativa e autêntica (SALESSI, 2017). Pode-se dizer que tal afirmação se assenta no modelo de gestão em rede, em que atores estão interconectados dentro de um sistema horizontal de administração, participação e decisão. Portanto, os DTIs devem atuar na perspectiva de comunidades de aprendizagem, de modo que a qualidade da experiência turística precisa ser compartilhada e positiva para turistas e residentes. O Turismo Criativo, por sua vez, pressupõe a conexão de saberes, por meio do intercâmbio de experimentações e sensações associadas à identidade do destino turístico (EMMENDOERFER, MORAES e FRAGA, 2016). Mais que identidade, os destinos se constituem das práticas culturais que singularizam os territórios e se conectam com o universal, com a totalidade.

Nessa acepção, admite-se a multidimensionalidade do TOA, que se integra a várias manifestações ou iniciativas de ecoturismo, bem como perpassa e é atravessado pelas temáticas de gestão, políticas públicas, planejamento urbano e territorial, economia e outros fatores concorrentes à vida em sociedade e com qualidade. Logo, é preciso refletir e evidenciar seu potencial capilarizador e conectivo, capaz de qualificar e enaltecer o ecoturismo, a biodiversidade, os territórios e suas práticas culturais.

O objetivo deste estudo é, portanto, apresentar o panorama do Turismo de Observação de Aves no Mato Grosso do Sul, suas potencialidades, desafios e aporte ao ecoturismo e aos conceitos de Destino Turístico Inteligente e de Turismo Criativo, numa perspectiva socioambiental refletida na busca de caminhos para construção de territórios e sociedades mais sustentáveis, nas quais se insere, naturalmente, a qualidade de vida para as populações envolvidas.

ARRANJOS LOCAIS E FORTALECIMENTO DA CULTURA DA OBSERVAÇÃO DE AVES NO MATO GROSSO DO SUL (MS)

Os arranjos produtivos locais surgiram como alternativa para definir um modelo produtivo capaz de proporcionar o desenvolvimento social e econômico, por meio das vocações regionais e da produção flexível (SALLES-JUNIOR et al., 2014).

Segundo Fuini (2013), os arranjos produtivos locais e as aglomerações produtivas se manifestam como territorialidades de forte conotação econômica e histórico-cultural, compreendendo uma medida de ação governamental de estímulo ao desenvolvimento econômico territorial das localidades, na qual se combinam a reativação de economias de aglomeração com o suporte das vocações regionais. Tais arranjos locais também podem envolver, individualmente, pessoas que têm interesse em empreender no setor, assim como comunidades tradicionais e grupos de pequenos produtores que passem a integrar essa estrutura. Esses investimentos em empreendedorismo podem ocorrer nas mais diversas áreas, mas seriam possíveis no TOA?

Esses arranjos locais devem envolver instituições, grupos sociais e pessoas, seja na oferta de produtos e serviços relacionados ao tema, seja colocando-o em pauta enquanto política local ou, até mesmo, agregando pessoas, com suas decisões individuais de empreendedorismo, que resolvam, por exemplo, oferecer serviços, produtos ou transformar suas áreas em destino para a prática da observação de aves.

Se considerarmos que Mato Grosso do Sul se localiza em uma região rica em ambientes naturais e que a biodiversidade é parte importante de sua territorialidade, é preciso compreender que seu potencial produtivo está diretamente vinculado à natureza e, dentro dessa perspectiva, é possível direcionar para os diferentes usos ou participação nos territórios, sem perder a noção de enraizamento territorial. Para Fuini (2013), a territorialidade designa o conteúdo do território, implicado nas relações sociais cotidianas que dão sentido, valor e função aos objetos espaciais.

Ao analisar os arranjos produtivos locais na perspectiva do TOA, notam-se algumas instâncias influentes no processo de enraizamento da prática e da cultura da observação de aves no estado, merecendo destaque as iniciativas de organização da sociedade civil em coletivos como os Clubes de Observadores de Aves (COAs – Dourados, Campo Grande, Corumbá; Parque Nacional das Emas – Costa Rica - MS e Goiás); o Grupo de Mulheres Observadoras de Aves do MS – Cunhataí Guyrá; o crescente número de microempreendedores, micro e pequenas empresas que atendem às demandas do TOA; a inclusão do tema turismo de observação de aves na pauta das Organizações Não Governamentais (ONGs) e, recentemente, também, na esfera governamental.

A promoção de eventos temáticos (como o Avistar MS, Encontro de Observadores de Aves com edições desde 2013, o Avistar Kids 2015, o Avistar Campo Grande 2018, o Festival Cine Aves, todos sediados na capital do estado, e o Festival Arara Vermelha, em Jardim - MS) contribui sobremaneira para a mobilização e a consolidação de um processo orgânico e de governança para a cultura da observação de aves. Somam-se, também, as pesquisas científicas – relacionadas à ornitofauna, ao turismo sustentável, ao *birdwatching* (observação de aves), à educação ambiental – e as ações educativas e de sensibilização das comunidades a respeito da valorização da biodiversidade e dos territórios com práticas transformadoras em defesa do patrimônio natural e cultural.

A inserção da prática de observação de aves em eventos culturais como o Festival de Inverno de Bonito, a partir de 2017, e o Festival América do Sul Pantanal,

em 2018, são exemplos de que a biodiversidade vem sendo, gradativamente, reconhecida enquanto importante elemento cultural e parte das nossas territorialidades. Essa inserção explícita na dinâmica social e econômica dos territórios atua na assimilação e incorporação da observação de aves às práticas culturais da sociedade, e essa pode ser a maneira de gerar transformação socioambiental a partir da valorização da sociobiodiversidade.

A congregação de todos esses fatores demanda e subsidia, a um só tempo, várias políticas públicas relacionadas a meio ambiente, educação, cultura, ciência, turismo e qualidade de vida. Assim são as leis de ave-símbolo já instituídas nas cidades de Bonito (Lei municipal nº 1.161, de 2009) e Campo Grande (Lei municipal nº 5.561, de 2015), além de Corumbá, que está em processo de eleição da espécie que, simbolicamente, representará o município, a fim de congregar propostas de turismo, educação, cultura e conservação. O projeto de Lei federal nº 11.143, de 2018, que institui Campo Grande como a Capital Brasileira do Turismo de Observação de Aves, assim como a aprovação da lei municipal nº 718, de 2020, que dispõe sobre a proibição de queima e soltura de fogos de artifícios com efeito sonoro no município de Campo Grande, e a Lei nº 9.959, de 2021, que institui o Dia Municipal de Proteção às Araras, são importantes instrumentos de cidadania e de incentivo à valorização da biodiversidade e do ecoturismo e se estendem, na verdade, a múltiplos benefícios intersetoriais.

Tais dispositivos legais e ações de políticas públicas são, por vezes, provocados e subsidiados por cidadãos observadores de aves, pesquisadores e educadores que produzem informações sobre as aves e/ou contribuem para atividades educativas e mobilizam a participação popular. Iniciativas como essas demonstram que é possível promover políticas públicas mais inclusivas e participativas a partir do envolvimento de vários agentes implicados no processo do turismo. A inclusão e a participação podem favorecer a construção de modelos produtivos alternativos capazes de colaborar para um processo de desenvolvimento mais sustentável e plural.

TURISMO *BIRDWATCHING* EM ÁREAS URBANAS: DESTINOS INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS

A presença de aves em áreas urbanas reflete a ação combinada de diversos fatores, tais como a existência de áreas verdes, heterogeneidade de paisagem, paisagismo funcional ou operativo, presença de Unidades de Conservação em perímetro urbano e quintais arborizados (MAMEDE; BENITES, 2020; BENITES; MAMEDE; VARGAS, 2020), assim como pode sofrer influência das atividades humanas (KURNIA et al., 2021). Ou seja, além da qualificação ambiental ou biótica do espaço urbano para sustentação da biodiversidade, é preciso disposição da sociedade, não limitada a apenas acenar positivamente para a presença da biodiversidade, mas também traduzida em ações efetivas e com participação ativa na manutenção da diversidade biológica no âmbito individual e no coletivo, inclusive, propondo e provocando o poder público na tomada de decisões que contemplem ações responsáveis relacionadas ao meio ambiente urbano.

A alta diversidade florística e vegetacional na paisagem urbana resulta em alta diversidade de aves (KURNIA et al., 2021; MAMEDE e BENITES, 2020; BLINKOVA e SHUPOVA, 2017), a exemplo de Campo Grande. A capital do estado de Mato Grosso do Sul dispõe, somente em sua área urbana e periurbana, de 30 *hotspots* – áreas importantes para a observação de aves (MAMEDE; BENITES, 2020; BENITES; MAMEDE; VARGAS, 2020) – consolidados em Unidades de Conservação e em áreas verdes públicas e privadas. Desse modo, moradores e visitantes podem desfrutar do ambiente natural e de sua biodiversidade, em meio à paisagem construída.

Conforme apontado por Mamede e Benites (2018), Campo Grande vem sendo considerada a Capital Brasileira do Turismo de Observação de Aves e contempla um cardápio de roteiros para o *birdwatching* tanto em área urbana quanto integrados ao entorno periurbano e rural, sendo importante ponto de partida e de integração entre vários destinos para a observação de aves no estado. O TOA em cidades é um tipo de inovação para o turismo, visto que a visão hegemônica tem apostado no turismo de negócios, em eventos e outras formas comuns de lazer e

entretenimento no meio urbano, desconsiderando a potência oferecida pela socio-biodiversidade presente, inclusive, no cotidiano e na realidade de vários territórios brasileiros.

Dessa forma, o arranjo local que envolve diversos atores, além de produtos que qualificam o turismo de observação de aves, como catálogos das aves ocorrentes na região, mapa com a localização dos pontos propícios à observação de aves – os *hotspots* –, sugestão de roteiros, mapeamento da malha de ciclovias que podem interligar os pontos de observação de aves, instalação de placas informativas sobre a ocorrência de determinadas espécies com acessibilidade, via *QR code*, ao livro digital sobre as aves da cidade, são alguns elementos concretos existentes na capital do estado e que contribuem na preparação dos destinos inteligentes, tendo o *birdwatching* como importante componente dessa estrutura.

Frequentemente, os DTIs são propostos somente para as cidades, isto é, no contexto de ambientes urbanos. Todavia, não impede que seja trabalhado, desenvolvido, aplicado e ampliado para ambientes rurais, considerando o território. Nesse sentido, é possível trabalhar os destinos inteligentes para além das cidades e das paisagens urbanas, na concepção de território e dos bens coletivos. Conforme apontado por Herbaux e Masselot (2007), a base lógica da inteligência territorial está na concretização de uma postura coletiva de gestão do conhecimento que visa preservar – se não desenvolver – os recursos, ou seja, os bens, existentes.

A observação de aves possui alto potencial para transposição didático-tecnológica, no entanto, ainda é pouco explorada. Segundo pontuam Oliveira, Avila e Steinwender (2018), é possível desenvolver tecnologias de informação verde (TI verde) com base na observação de aves, não apenas a partir de biomimética, mas reconhecendo que a



Aponte a câmera do seu celular para o *QR Code* para acessar o *Guia de Aves de Campo Grande: áreas verdes* (BENITES et al., 2014).

observação de aves pode trazer significativo aporte ao desenvolvimento tecnológico e às ações sustentáveis, quando se observa, por exemplo, o voo de uma ave, a interação entre elas, o comportamento e sua vulnerabilidade frente às ações degradadoras causadas pelo ser humano e, paradoxalmente, pelo próprio desenvolvimento tecnológico.

O turismo inteligente resulta da interconexão entre destinos turísticos e suas diversas participações por meio de plataformas dinâmicas envolvendo conhecimento, fluxos de comunicação e sistemas de apoio de decisão (FREITAS et al., 2020; IVARS-BAIDAL et al., 2016). Pode-se dizer que os destinos inteligentes, além da possibilidade de reconhecer e valorizar a cultura, a biodiversidade e utilizar de forma consciente e responsável a tecnologia, podem, ainda, integrar práticas alternativas de mobilidade sustentável como o uso da bicicleta e, até mesmo, o deslocamento a pé.

CICLOTURISMO: A PRÁTICA DO *BIKE BIRDING* E SEUS REFLEXOS NA SAÚDE E NA QUALIDADE DE VIDA

Reconhecido entre os *cases* de sucesso do turismo em sustentabilidade socioambiental na quarta edição do Prêmio BRAZTOA de Sustentabilidade 2015, o cicloturismo socioambiental e *bike birding* teve início em 2013, promovido pelo Instituto Mamede de Pesquisa Ambiental e Ecoturismo, no Parque das Nações Indígenas, durante o Avistar MS – Encontro de observadores de aves livres no estado de Mato Grosso do Sul. Posteriormente, os roteiros de cicloturismo e *bike birding* foram ampliados para outros ambientes urbanos e rurais do estado.

O Cicloturismo Socioambiental e *Bike Birding* (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS OPERADORAS DE TURISMO, 2016) consiste em um produto ecoturístico e tem como diferencial o uso da bicicleta enquanto veículo de transporte. Em termos de sustentabilidade, o uso da bicicleta representa um meio de inclusão, integração e interação, tendo em vista que a bicicleta permite maior contato, tanto social quanto ambiental, com os lugares visitados, e a prática da observação de aves pode ser favorecida pelo fato de a bicicleta emitir baixo ruído e, portanto, oferecer menor risco

de afugentamento das aves. A utilização de um meio de transporte com baixo ruído é um aliado para a aproximação dos elementos a serem contemplados.

O *bike birding* pode compor o turismo de experiência. Trata-se, portanto, de uma atividade experiencial que integra o uso da bicicleta à prática de observação de aves livres. A utilização de um meio de transporte com baixo ruído é um aliado para a aproximação dos elementos a serem contemplados – as aves, por exemplo – sem afugentá-los. A junção dessas duas práticas resulta em ação de baixo impacto sobre as espécies observadas e a melhor qualidade de vida aos seus praticantes. Enquanto a prática de pedalar ajuda nas condições de saúde física e mental das pessoas, a observação de aves atua diretamente nas condições emocionais e psicológicas.

Pacotes turísticos de cicloturismo e *bike birding* têm se propagado em alguns municípios do estado, como Campo Grande, Bonito, Corguinho, Corumbá, Terenos, Costa Rica, entre outros. As práticas podem ser realizadas de forma integrada a outras experiências turísticas, tais quais atividades contemplativas, culturais e gastronômicas, de valorização dos patrimônios histórico, cultural e ambiental, o que caracteriza o cicloturismo como prática socioambiental e vivencial, portanto, expressiva do turismo de experiência.

Cicloturismo socioambiental e *bike birding* no Pantanal, como são conhecidas as vivências com bicicleta, proporcionam encontros entre pessoas, seus ambientes e as espécies da fauna e da flora pantaneiras, permitindo a interação e o convívio. Integração é o fio condutor dessa aventura sobre duas rodas pelo Pantanal e por planaltos de entorno. Pedalar, observar aves, estreitar laços de amizade, promover intercâmbio cultural entre os participantes e com as comunidades locais, proporcionar educação ambiental com troca de experiências, inspiração de ideias sustentáveis são os objetivos do cicloturismo socioambiental com observação de aves.

Nessas travessias pelo Pantanal costumam ser contempladas, ao menos, 100 espécies de aves ao dia – sendo que, para tal bioma, estão anotadas quase 600 espécies de aves (NUNES, 2011) – e outros representantes da biodiversidade. Em cada

parada, é possível despertar a percepção do quanto tudo está interligado e cada elemento atua de forma interdependente para estruturar a teia da vida. Assim, a bicicleta se revela como instrumento para refletir inclusão, interação com a natureza, cidadania e bem-estar (MAMEDE et al., 2017a) (Figura 10.1).

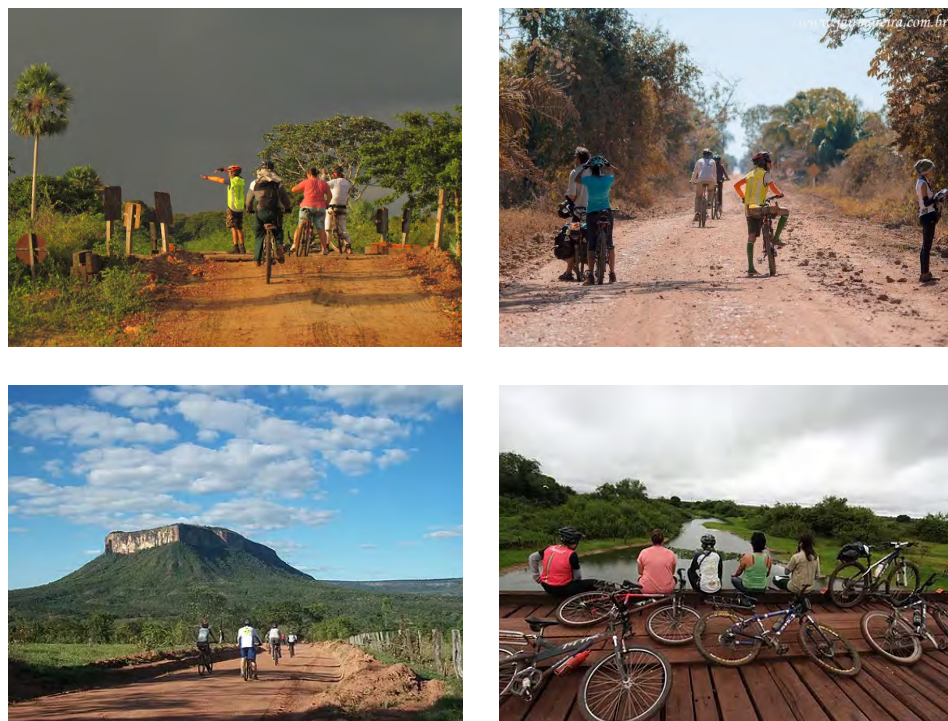


FIGURA 10.1 – Imagens da prática de *bike birding* na Estrada Parque do Pantanal Sul (MS-184, Corumbá) e no Território da Comunidade Quilombola de Furnas da Boa Sorte, Corguinho, MS.

Fonte: Acervo pessoal de Maristela Benites, Simone Mamede e Jair Moreira.

Para o planejamento prévio e durante a atividade, os cicloturistas *birders* contam com inúmeros aplicativos remotos que subsidiam a descrição e a identificação do percurso. Esses aplicativos permitem acesso a várias informações pertinentes às atividades, que vão desde condições de relevo, altimetria, quilometragem, mapeamento, até monitoramento das condições físicas do praticante, como batimentos cardíacos e outros aferimentos de parâmetros de saúde.

OBSERVAÇÃO DE AVES, BEM-ESTAR E SAÚDE

Estudos têm apontado que a interação com a natureza por meio, por exemplo, da observação de aves tem sido aliada na prevenção e no enfrentamento de enfermidades psicológicas, como a ansiedade e a depressão, e os praticantes estão menos suscetíveis a desenvolver problemas de saúde, como o estresse, contribuindo, portanto, para o bem-estar humano (AERTS; HONNAY; NIEUWENHUYSE, 2018). COX et al. (2017) observaram que residir próximo a áreas verdes, com natureza ativa e visível (efeito natureza da vizinhança), confere relevantes benefícios à saúde mental humana, tanto no sentido preventivo quanto no terapêutico. Isso porque experienciar a exposição e a conexão com a natureza, como a observação de aves, sobretudo diante dos desafios impostos à vida no meio urbano, melhora sensivelmente a qualidade de vida – fato notabilizado neste tempo de pandemia da covid-19 (BENITES et al., 2020).

Matérias jornalísticas também dão conta da importância da observação de aves como medida preventiva de doenças (OBSERVAÇÃO..., 2017) e, até mesmo, prescritiva para tratamento de doenças crônicas e debilitantes. Nesse último caso, médicos escoceses estão motivados a emitir “prescrições naturais” que incluem caminhadas e observação de aves como tratamento complementar ao convencional (SCOTTISH..., 2018).

Tais estudos e informações são importantes quando se tem um estado, tal como o Mato Grosso do Sul, rico em biodiversidade e em belezas naturais, cuja potência deve ser considerada quando do planejamento e da gestão do turismo, bem como para o delineamento de ações de desenvolvimento econômico. Apesar de todos os benefícios tangíveis oferecidos pela biodiversidade e pelos serviços ecossistêmicos, por meio do ecoturismo ou de quaisquer outras atividades de contato com a natureza, Mamede, Benites, Sabino e Alho (2017) advertem que, embora o valor utilitário da natureza seja, por diversas vezes, aplicado como estratégia de convencimento da sociedade para a conservação dos bens ambientais, é preciso refletir que,

ao reforçar o antropocentrismo, corre-se o risco de diminuir o valor intrínseco da biodiversidade e preterir o princípio ético da existência da vida, sua continuidade evolutiva e estabilidade dos processos ecológicos naturais. Por isso, a necessidade de combinar os diferentes valores em favor da vida.

CONTRIBUIÇÃO DE TURISTAS E CIDADÃOS CIENTISTAS NA IDENTIFICAÇÃO DOS HOTSPOTS DE OBSERVAÇÃO DE AVES

A ciência cidadã busca motivar e tornar acessível o conhecimento técnico-científico e agregar pessoas indistintamente, envolvendo cidadãos que desejam compreender o funcionamento dos processos naturais evidenciados pela ciência e, oportunamente, envolver-se com ela, visando, entre outros aspectos, ao conhecimento, à colaboração, ao entretenimento, ao bem-estar e à sua própria sobrevivência enquanto ser biológico, histórico e social (MAMEDE; BENITES; ALHO, 2017). Essa produção compartilhada de informações tem inovado a forma de coleta de dados científicos e redundando em múltiplos benefícios.

Muitos aplicativos e plataformas informacionais sobre biodiversidade e observação de aves são desenvolvidos para apoiar tanto a ciência quanto os observadores de aves, como, por exemplo, e-Bird, Táxeus, Biofaces, iNaturalist, entre outros, os quais contribuem no processo de ciência cidadã, mantendo um banco de dados gerados pelos usuários sobre a ocorrência de espécies, na forma de listas, imagens e sons, e a respectiva localização geográfica dos registros. Assim, os usuários, ao divulgar as espécies e os locais visitados, acabam motivando outras pessoas a vivenciar as mesmas experiências. Em outras palavras, esses cidadãos cientistas tornam-se agentes ativos na produção de conhecimento científico e de roteiros turísticos.

Se, antes, o crescente número de turistas observadores de aves interessava diretamente à conservação ambiental – pois quanto maior a aproximação da sociedade dos elementos naturais e sua apreciação, mais se ampliam a proteção e a valorização dos ambientes naturais com sua biodiversidade –, hoje, é também interesse da ciência se aproximar cada vez mais desse público, visto que há um grande potencial

para geração de dados a partir dos movimentos dos turistas que estão em busca de registros de espécies distribuídas nos mais diferentes pontos do espaço geográfico, o que confere maior cobertura amostral para coleta de informações e consequente produção de conhecimento. Essa vem a ser uma das identidades da ciência cidadã.

Em virtude da interface tecnológica da ciência cidadã, pode-se afirmar que o turismo de observação de aves tem se caracterizado, também, como uma tecnologia social que visa à sustentabilidade mediante o ecoturismo, que procura valorizar a sociobiodiversidade, fortalecendo os laços interpessoais, aprimorando o conhecimento do cidadão sobre a biodiversidade e aproximando as pessoas dos diversos elementos da natureza, além de fomentar o conhecimento e valorizar espaços naturais, muitas vezes, desconhecidos (MAMEDE; BENITES; ALHO, 2017).

Locais com alta riqueza de espécies, cujos registros são listados na plataforma de ciência cidadã e-Bird, por exemplo, tornam-se referências enquanto pontos importantes para observação de aves, os *hotspots*. De forma espontânea e colaborativa, ou seja, impulsionados pelos usuários/observadores, esses locais se tornam destinos para a observação de aves. A plataforma de ciência cidadã e-Bird reconhece como *hotspots* de observação de aves tanto propriedades públicas quanto privadas, a depender da riqueza e das características ecológicas das aves listadas. Nessa plataforma, até junho de 2021, estavam registrados mais de 170 *hotspots* de observação de aves no estado do Mato Grosso do Sul, dentre os quais serão apresentados os dez primeiros classificados, os “TOP 10”, por ordem de importância em riqueza de espécies (Quadro 10.1).

<i>Hotspot</i>	Municípios abrangentes	Número de espécies
1. Refúgio Ecológico Caiman	Miranda	374
2. Pousada Aguapé	Aquidauana	372
3. Fazenda São Francisco	Miranda	347
4. Fazenda Barranco Alto	Corumbá	313
5. Parque Nacional da Serra da Bodoquena	Bonito, Bodoquena, Jardim e Porto Murtinho	309
6. Estrada Parque Pantanal Sul	Corumbá, Miranda	286
7. RPPN Acurizal	Corumbá	278
8. Fazenda Hotel Barra Mansa	Corumbá	277
9. Passo do Lontra	Corumbá	259
10. Refúgio Ecológico Ararauna	Aquidauana	251

QUADRO 10.1 – *Hotspots* registrados na plataforma colaborativa e-Bird, a partir da contribuição de pesquisadores e de turistas observadores de aves.

Fonte: Elaboração dos autores.

Ao se analisar os *hotspots* de observação de aves de plataformas como o e-Bird, é preciso levar em consideração que as áreas com maior registro de espécies podem refletir a frequência de visitação e a experiência dos visitantes, o que resulta em revisão e atualização constante do inventário de aves. Essa catalogação conta com a contribuição não só de pesquisadores, mas também de turistas observadores de aves (os turistas *birders*). Isso significa que o turista pode contribuir ativamente nos processos de produção de conhecimento.

Faz-se necessário, todavia, acentuar que nem sempre tais áreas são as que possuem maior riqueza de espécies, comparativamente a outras, mas podem retratar, por exemplo, maior visitação e, conseqüentemente, mais registros realizados por turistas *birders*. Conforme abordado anteriormente, tais registros tornam-se um atrativo para outros turistas. A análise desse processo possibilita a percepção de que o uso sustentável, traduzido, nesse caso, em visitação qualificada, confere importante aporte à ciência, à valorização e à proteção dos ambientes naturais. E pelas

vertentes social e econômica do conceito de sustentabilidade, também é possível perceber os benefícios.

Portanto, conforme argumentam Girardot (2010) e Freitas et al. (2020), o turismo inteligente não deve ser estudado apenas por seu caráter simplesmente tecnológico, mas deve-se incluir o conceito de inteligência a fim de adquirir uma perspectiva sistêmica de todos os elementos e de integrar um destino turístico.

Diante de um número significativo de Unidades de Conservação (UCs) que abrigam expressiva riqueza de aves, uma pergunta traz inquietação: por que muitas dessas UCs não são indicadas, de forma espontânea, como *hotspots* para observação de aves do MS pelos usuários das plataformas colaborativas, ou seja, por que não têm, muitas vezes, tanta visibilidade quanto outras áreas para a prática do *birdwatching*? Essa resposta pode variar conforme cada Unidade de Conservação. Contudo, em sua maioria, há um motivo comum, em contexto nacional, relacionado à acessibilidade, à compreensão e ao acolhimento da atividade, traduzidos em gestão do uso público.

As unidades e os próprios observadores enfrentam dificuldades para esse planejamento e tipo de uso, dadas não somente pela categoria da unidade: limite de horários (vez que a jornada laboral dos funcionários das UCs se restringe ao horário de expediente comercial padronizado), ausência de condutores de visitantes habilitados pelo órgão gestor, falta de trilhas e estruturas físicas adequadas para otimizar a prática da observação de aves, dentre outros desafios. Ainda no cenário nacional, os observadores encontram resistência para acessar essas áreas protegidas, que vão desde os horários incompatíveis ao êxito da atividade, conflitos com os tipos de público que utilizam as mesmas trilhas, até o uso de câmeras fotográficas que não configuram (ou suscitam) uso comercial das imagens capturadas. É preciso compreender que a visita qualificada traz vários benefícios às UCs, tais como: aumento da proteção efetiva, *marketing* espontâneo, mais apoio público, valorização e sentimento de pertencimento. Pelo senso comum, o valor “das coisas” é dado pelo

uso, logo, sem que haja uso – nesse caso, qualificado –, não há atribuição de valor de uso às UCs pela sociedade.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ENQUANTO *HOTSPOTS* PARA O TOA

Mato Grosso do Sul contempla, em seu território, 127 Unidades de Conservação no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), sendo 33 de Proteção Integral e 94 de Uso Sustentável. Entre as Unidades de Conservação de Proteção Integral, estão 21 UCs da categoria parque (nacional, estadual ou municipal), 01 estação ecológica, 07 monumentos naturais, 02 reservas biológicas e 02 refúgios de vida silvestre.

Já entre as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, estão 51 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs); 42 Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e 01 Área de Especial Interesse Turístico – Estrada Parque Pantanal (AEIT). A maior extensão de UCs se dá com as APAs (Figura 10.2). No entanto, é preciso refletir como essa categoria tem oferecido proteção efetiva à biodiversidade brasileira.

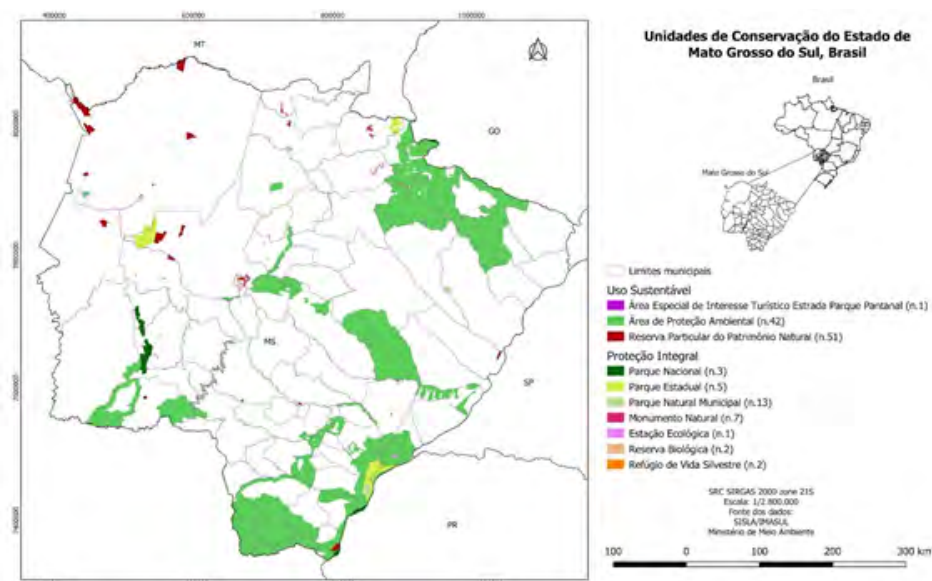


FIGURA 10.2 – Mapa das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável do estado de Mato Grosso do Sul (MS), Brasil.

Fonte: Elaboração dos autores com base no SISLA (INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL, 2021).

Conforme abordado por Benites e Mamede (2020), as Unidades de Conservação, além de exercerem o papel fundamental na proteção aos ambientes naturais, são importantes *hotspots* para a observação de aves e a criação de novas unidades de conservação. A manutenção e a proteção dos corredores ecológicos e mosaicos de unidades de conservação são medidas fundamentais para manter ambientes viáveis para as populações de aves e de outros grupos biológicos, e, consequentemente, para o *birdwatching*.

Além disso, as Unidades de Conservação públicas representam estratégias de difundir a conservação ambiental e aproximar as pessoas da biodiversidade, de modo que desfrutem dos serviços ecossistêmicos promovidos por esses espaços e vivenciem essas áreas de proteção socioambiental, compreendendo-as como patrimônio coletivo. Diante da realidade da propriedade privada, que, por vezes, não é acessível e inclusiva a todas as classes sociais, as UCs públicas representam oportu-

nidade para todas as pessoas conhecerem e interagirem com esses espaços e sua biodiversidade. Interessa aos gestores e tomadores de decisão criar estratégias e mecanismos para oportunizar a apropriação social dessas áreas protegidas.

Utilizando os indicadores propostos por Mamede e Benites (2020), pode-se apontar alguns dos importantes *hotspots* para observação de aves no Mato Grosso do Sul representados pelas Unidades de Conservação de Proteção Integral (Quadro 10.2) e Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Quadro 10.3). Vale ressaltar que, neste trabalho, não foram analisadas todas as UCs do MS.

Unidade de Conservação de Proteção Integral	Municípios abrangentes	Acesso	Número de espécies (internamente e entorno)
Parque Nacional das Emas e entorno.	Chapadão do Céu - GO, Mineiros - GO, Costa Rica - MS.	Terrestre	400
Parque Nacional da Serra da Bodoquena e entorno.	Bodoquena, Bonito, Jardim e Porto Murtinho.	Terrestre	353
Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema.	Taquarussu, Jateí e Naviraí.	Terrestre	312
Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari.	Alcinópolis e Costa Rica.	Terrestre	238
Parque Estadual do Prosa.	Campo Grande.	Terrestre	230
Parque Natural Municipal da Cachoeira do Apa.	Porto Murtinho.	Terrestre e fluvial	210
Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú.	Costa Rica.	Terrestre	200
Parque Estadual do Rio Negro.	Aquidauana e Corumbá.	Terrestre	164
Parque Natural Municipal da Lagoa Comprida.	Aquidauana.	Terrestre	128
Parque Estadual das Matas do Segredo.	Campo Grande.	Terrestre	116

QUADRO 10.2 – *Hotspots* de observação de aves constituídos em UCs de Proteção Integral, seus respectivos municípios de abrangência, vias de acesso e número de espécies conhecidas e registradas até o momento.

Fonte: Elaboração dos autores, com base em dados primários de pesquisa de campo, planos de manejo e plataforma de ciência cidadã e-Bird; Hass (2004); Pivatto et al. (2006); Lima et al. (2020).

O Parque Nacional das Emas, com aproximadamente 132 mil hectares de Cerrado brasileiro, é o mais reconhecido *hotspot* de observação de aves do estado de Goiás, mas o que muitos visitantes desconhecem é que o parque contempla três mil hectares do território de Mato Grosso do Sul. Logo, por desconhecimento, os visitantes não o indicam de forma espontânea como *hotspot* de observação de aves do MS, mas somente de Goiás. A ausência de divulgação, comunicação e *marketing* no Mato Grosso do Sul dificultam o reconhecimento dessa UC compartilhada com o estado vizinho, evidenciando a carência de apropriação e pertencimento.

No Parque e em seu entorno, já foram catalogadas cerca de 400 espécies de aves (HASS, 2004), incluindo espécies endêmicas ao Cerrado, raras e ameaçadas de extinção, tais como codorna-mineira (*Nothura minor*), codorna-carapé (*Taoniscus nanus*), maxalalagá (*Micropygia schomburgkii*), narcejão (*Gallinago undulata*), saracura-lisa (*Amaurolimnas concolor*), águia-cinzenta (*Urubitinga coronata*), bacurau-de-rabo-branco (*Hydropsalis candicans*), andarilho (*Geositta poeciloptera*), corruíra-do-campo (*Cistothorus platensis*), pula-pula-de-sobrancelha (*Myiothlypis leucophrys*), mineirinho (*Charitospiza eucosma*), tico-tico-de-máscara-negra (*Coryphaspiza melanotis*), tiê-bicudo (*Conothraupis mesoleuca*) e outras.

O Parque Nacional da Serra da Bodoquena é o único Parque Nacional que tem território totalmente compreendido nos limites do Mato Grosso do Sul. Considerando o Parque e seu entorno, com 353 espécies (PIVATTO et al., 2006), destacam-se espécies como gavião-real (*Harpia harpyja*) – espécie-símbolo do Parque –, águia-serrana (*Geranoaetus melanoleucus*), águia-cinzenta (*Urubitinga coronata*), araponga-do-horto (*Oxyruncus cristatus*), pavó (*Pyroderus scutatus*), socó-jararaca (*Tigrisoma fasciatum*), tiriba-fogo (*Pyrrhura devillei*), entre outras.

Os cinco parques estaduais localizados no estado são valiosos *hotspots* para a observação de aves, e cada um apresenta sua peculiaridade e seu potencial para observação de diferentes grupos taxonômicos de aves. No Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari, ocorre a araponga-do-horto (*Oxyruncus cristatus*), e o raro bicudo (*Sporophila maximiliani*) já foi encontrado no entorno – município de Alci-

nópolis. No Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, por sua posição ecotonal, há o encontro entre espécies dos domínios do Cerrado e da Mata Atlântica, além de várias espécies de ambientes aquáticos e paludosos. Importantes Unidades no perímetro urbano de Campo Grande, como o Parque Estadual do Prosa e o Parque das Matas do Segredo, apresentam importante amostra das espécies endêmicas do Cerrado, como soldadinho (*Antilophia galeata*), pula-pula-de-sobrancelha (*Myiothlypis leucophrys*) e cisqueiro-do-rio (*Clibanornis rectirostris*). E essa riqueza é ampliada quando considerado o entorno dessas unidades, sobretudo do Prosa, onde há presença de rapinantes de grande porte, como gavião-pega-macaco (*Spizaetus tyrannus*), gavião-de-penacho (*Spizaetus ornatus*) e gavião-pato (*Spizaetus melanoleucus*).

Entre os parques naturais municipais, destacam-se o Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú e o Parque Natural Municipal da Cachoeira do Apa. O Parque Salto do Sucuriú está localizado na cidade de Costa Rica - MS, região privilegiada com paisagens naturais do Cerrado e de belezas cênicas. Abriga cerca de 200 espécies de aves, dentre as quais o socó-jararaca (*Tigrisoma fasciatum*), ave rara, ameaçada de extinção e com escassos registros de reprodução no país (BENITES; MAMEDE, 2008), além de espécies migratórias como o rei-do-bosque (*Pheucticus aureoventris*) (FAXINA; FISCHER; BENITES, 2010).

Quanto ao Parque Natural da Cachoeira do Apa em Porto Murtinho, embora esteja no único município contemplado por remanescentes de Chaco, seus limites territoriais não atingem diretamente as fitofisionomias dessa ecorregião. Ainda assim, várias espécies ocorrentes no Chaco podem ser lá encontradas, como o tiriba-fogo (*P. devillei*), o pica-pau-louro (*Celeus lugubris*), o arapaçu-do-campo (*Xiphocolaptes major*) e outras. No percurso até o parque, fitofisionomias chuquenhãs estão dispostas às margens da estrada, o que favorece o avistamento de várias espécies de aves.

Das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, destacam-se a Área de Especial de Interesse Turístico (AEIT) Estrada Parque do Pantanal, considerada como

um importante *hotspot* de observação de aves no Pantanal Sul. Merece destaque, também, a RPPN Buraco das Araras, considerada um dos principais locais no mundo para observação de arara-vermelha (*Ara chloropterus*), possuindo relevante trabalho de conservação dessa espécie (MELO; SOUZA; GUEDES, 2018). Várias Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) já estão consolidadas como áreas importantes para a prática de observação de aves (Quadro 10.3).

Unidade de Conservação de Uso Sustentável	Municípios abrangentes	Acesso	Número de espécies
RPPN Fazenda Rio Negro	Aquidauana	Terrestre e aéreo	367
AEIT Estrada Parque do Pantanal	Corumbá	Terrestre	286
RPPN Acurizal	Corumbá	Fluvial e aéreo	278
RPPN Estância Mimosa	Bonito	Terrestre	247
RPPN Vale do Bugio	Corguinho	Terrestre	208
RPPN UFMS	Campo Grande	Terrestre	200
RPPN Rio da Prata	Jardim	Terrestre	194
RPPN Quinta do Sol	Corguinho	Terrestre	174
RPPN Buraco das Araras	Jardim	Terrestre	155
RPPN Eliezer Batista	Corumbá	Fluvial e aéreo	141

QUADRO 10.3 – Destaque para algumas RPPNs de Mato Grosso do Sul e AEIT com o respectivo número de espécies registradas.

Fonte: Elaboração dos autores, com base em dados primários de pesquisa de campo, Planos de Manejo das Unidades de Conservação e plataforma de ciência cidadã e-Bird; Godoi et al. (2014).

Há alguns fatores importantes a serem considerados a respeito das UCs. Primeiramente, os observadores, em sua maioria, as elegem como fator importante na escolha de um destino para passarinhar (CARVALHO; HINGST-ZAHER, 2019). Na sequência, infelizmente, apesar do número expressivo de Unidades de Conservação, o Mato Grosso do Sul possui poucas UCs em relação à sua área territorial, especialmente as de proteção integral. Finalmente, existe a necessidade de gestão turística para maior e melhor utilização dessas áreas protegidas pelo ecoturismo. Ainda que os números sobre riqueza de espécies nas UCs sejam significativos, as 630

espécies de aves anotadas para Mato Grosso do Sul (NUNES et al., 2017) são pouco exploradas pelos observadores de aves. Carvalho e Hingst-Zaher (2019) destacam a necessidade de tornar as UCs mais amigáveis à observação de aves.

O TURISMO DE OBSERVAÇÃO DE AVES EM ARRANJOS TRANSFRONTEIRIÇOS

O estado do Mato Grosso do Sul compartilha com os países vizinhos, como Bolívia e Paraguai, ecossistemas importantes e de rica biodiversidade, como o Pantanal, o Cerrado, o Chaco e as Matas Chiquitanas. Esses lugares de fronteira entre Brasil-Paraguai-Bolívia também são áreas de transição desses importantes biomas e propiciam a formatação de roteiros bi e trinacionais para a observação de aves. Trata-se de uma oportunidade para se observar a integração de saberes e culturas, para além dos fatores bióticos. O turismo de observação de aves pode contribuir para a promoção da interculturalidade na América do Sul, e o turista pode vivenciar não somente os ambientes naturais e a experiência de observar aves livres, mas a multiculturalidade presente nesses territórios de alta sociobiodiversidade.

Conforme apontam Mamede et al. (2019), a região chaquenha, na fronteira do Brasil com o Paraguai, representa destino promissor para o turismo de observação de aves, uma vez que várias espécies estão no limite de sua distribuição geográfica no Chaco. Os autores apresentam dez potenciais roteiros, cinco no Brasil, dois binacionais (Brasil/Paraguai) e outros três já em território paraguaio. Afirmam, ainda, que a conexão entre essas áreas constitui importante roteiro binacional para o *birdwatching* no Chaco.

Aves ocorrentes por influências biogeográficas diversas e com distribuição geográfica limitada ao Chaco e às Matas Chiquitanas, por exemplo, quando observadas no contexto nacional, aparecem quase restritas ao extremo oeste e sudoeste do Brasil, limites políticos que coincidem com o Mato Grosso do Sul. Algumas espécies são: tiriba-fogo (*Pyrrhura devillei*) e rapazinho-do-chaco (*Nystalus striatipectus*). Outras espécies representativas da fronteira são compartilhadas com o

Mato Grosso – por exemplo, arapaçu-do-campo (*Xiphocolaptes major*), cara-suja-do-pantanal (*Pyrrhura molinae*), chororó-do-pantanal (*Cercomacra melanaria*), meia-lua-de-coleira-dupla (*Melanopareia bitorquata*), rabo-branco-de-barriga-fulva (*Phaethornis subocbraceus*), casaca-de-couro-de-crista-cinza (*Pseudoseisura unirufa* – ocorrente também em Rondônia), maria-preta-do-sul (*Knipolegus hudsoni*) – e, até mesmo, com o Rio Grande do Sul, tais como: pica-pau-de-barriga-preta (*Campophilus leucopogon*), pica-pau-de-testa-branca (*Melanerpes cactorum*), bico-duro (*Saltator aurantirostris aurantirostris*) e capacetinho (*Microspingus melanoleucus*). Isso sem considerar subespécies ou raças geográficas (Figura 10.3).

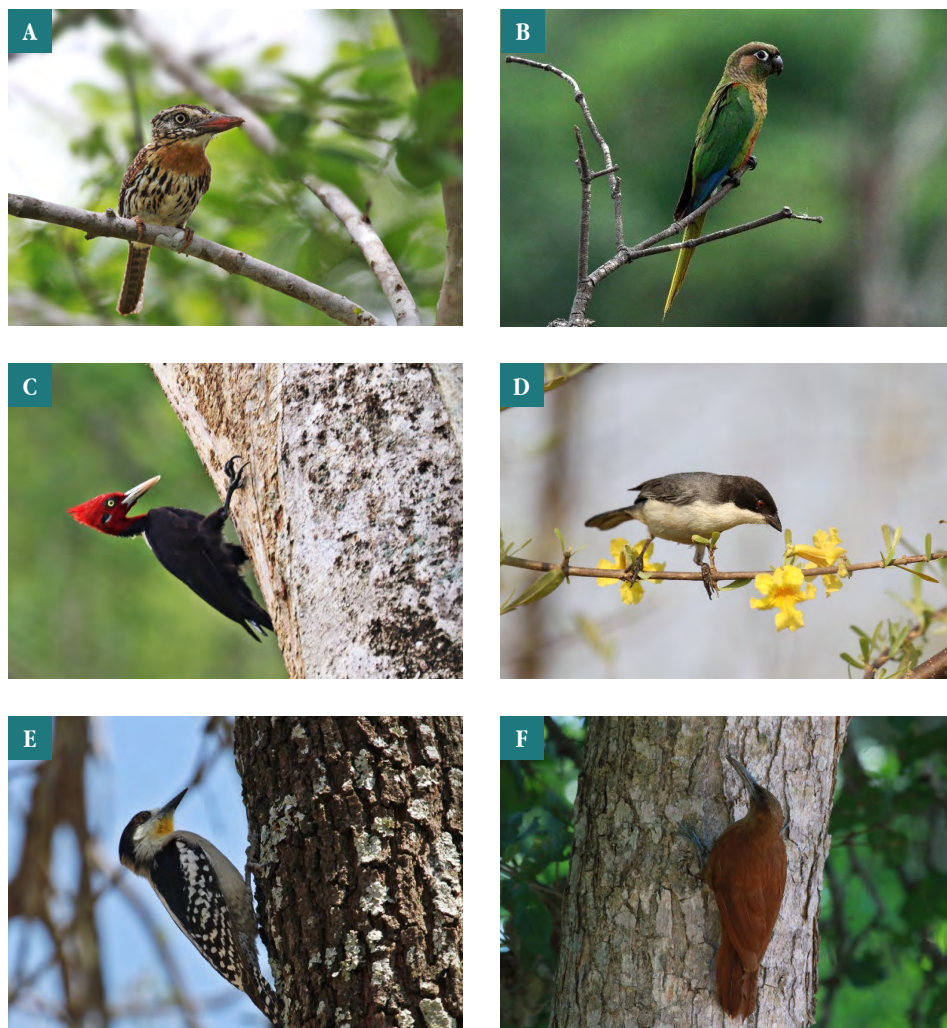


FIGURA 10.3 – Algumas espécies representativas da fronteira de Mato Grosso do Sul. A) rapazinho-do-chaco (*Nystalus striatipectus*); B) tiriba-fogo (*Pyrrhura devillei*); C) pica-pau-de-barriga-preta, macho (*Campephilus leucopogon*); D) capacetinho (*Microspingus melanoleucus*); E) pica-pau-de-testa-branca (*Melanerpes cactorum*); F) arapaçu-do-campo (*Xiphocolaptes major*)
 Fonte: A, B, D, E, F) Acervo pessoal de Simone Mamede; C) Acervo pessoal de Maristela Benites.

Portanto, para o encontro com espécies de distribuição fronteira do oeste do Brasil, o turista deverá destinar-se ao Mato Grosso do Sul, o que remete à atratividade exercida pelo contexto de fronteira, presente não somente na fauna, mas

expresso, de forma muito viva, nas práticas culturais compartilhadas entre as gentes do estado e dos países vizinhos do cone Sul, como Paraguai, Bolívia e Argentina.

QUEM SÃO, QUAL É A PROCEDÊNCIA E PARA ONDE VÃO OS TURISTAS BRASILEIROS OBSERVADORES DE AVES NO MATO GROSSO DO SUL?

Mato Grosso do Sul mostra avanços na consolidação do turismo de observação de aves, mas ainda enfrenta muitos desafios, a começar pelo baixo contato e familiaridade com essa atividade, explicados, em parte, por ainda ser novidade no estado. A prática ainda não se popularizou massivamente entre os moradores quando são utilizados como parâmetro os dados da plataforma colaborativa Wikiaves, na qual há 595 usuários cadastrados dos 38 980 existentes no Brasil inteiro, geradores de 3 701 203 registros (fotografias e sons) de 1 892 espécies de aves, cujo universo atual é de 1 971 espécies anotadas para o país (PACHECO et al., 2021). O Wikiaves é a principal plataforma colaborativa utilizada pela comunidade de observadores de aves do Brasil.

De todos os estados brasileiros, Mato Grosso do Sul ocupa a 14^a posição em número de usuários, sendo os quatro principais: São Paulo (11 079 usuários), Minas Gerais (4 662 usuários), Rio de Janeiro (3 842) e Rio Grande do Sul (3 697). Portanto, de uma população com mais de 2,62 milhões de habitantes, o contingente de observadores ainda é baixo no estado, mesmo se considerar que participam do Wikiaves, sobretudo, observadores fotógrafos.

É importante considerar, nessa análise, o quanto as práticas culturais influenciam a sociedade e, consequentemente, podem influenciar no direcionamento do turismo, a partir, por exemplo, da incorporação da observação de aves como prática cultural pelas comunidades locais. Oportunamente, esses dados também revelam onde estão localizados os principais contingentes de observadores de aves no Brasil, para quem podem ser dirigidas as ofertas de roteiros de *birdwatching* no estado.

Na mesma plataforma, Tocantins, Roraima e Amapá estão classificados como os últimos estados quanto ao número de observadores locais (23º, 26º e 27º, respectivamente). No entanto, em relação ao número de espécies registradas, ocupam as melhores colocações como o 15º ($n = 656$ espécies), 8º ($n = 731$ espécies) e 17º colocado ($n = 619$ espécies), respectivamente. Mato Grosso do Sul, no critério riqueza de espécies, passa a ocupar o 19º lugar, com 582 espécies registradas.

Nesse panorama, é possível perceber que a alimentação dessa plataforma de ciência cidadã é feita, principalmente, por turistas, também notando-se a movimentação dos turistas em torno de um elemento vivo (ou objeto, para uma abordagem didática), cujo movimento não atende à ordem do capital, mas a um sistema natural bioecológico. Porém, quando a observação de aves é apreendida enquanto valor de troca pelo fenômeno do turismo, passa a se configurar como atrativo ou produto turístico. A transformação do valor de uso em valor de troca, ao mesmo tempo que alimenta o capital, pode se tornar estratégica para, a partir do próprio capital, gerar conservação da biodiversidade, ao salvaguardar e dar sobrevida aos seus elementos, diante da destruição e do modelo de sociedade vigentes. Pode parecer simples, mas tal análise requer criticidade e atenção, dada a sua complexidade.

Dados depositados no Wikiaves, de 2008 a agosto de 2019, evidenciam que estiveram no Mato Grosso do Sul 1 337 turistas das mais diversas partes do país, sendo que 4 deles eram estrangeiros registrados na plataforma. Os principais estados emissores de turistas *birders* ao Mato Grosso do Sul foram São Paulo, Paraná e Minas Gerais, conforme se observa na Tabela 10.1.

TABELA 10.1 – Estados emissores de turistas ao Mato Grosso do Sul de 2008 a 2019, segundo dados do Wikiaves.

	Estados	Número de turistas
1	São Paulo	555
2	Paraná	139
3	Minas Gerais	131
4	Rio de Janeiro	109
5	Rio Grande do Sul	96
6	Santa Catarina	90
7	Goiás	46
8	Distrito Federal	45
9	Mato Grosso	22
10	Ceará	19
11	Espírito Santo	19
12	Bahia	17
13	Amazonas	10
14	Pará	7
15	Alagoas	6
16	Pernambuco	5
17	Paraíba	4
18	Acre	3
19	Maranhão	3
20	Tocantins	3
21	Rio Grande do Norte	2
22	Rondônia	1
23	Roraima	1
	TOTAL	1 333

Fonte: Elaboração dos autores.

A Figura 10.4 apresenta a distribuição gráfica desses turistas, permitindo a visualização das regiões do estado com diferentes níveis de visitação.

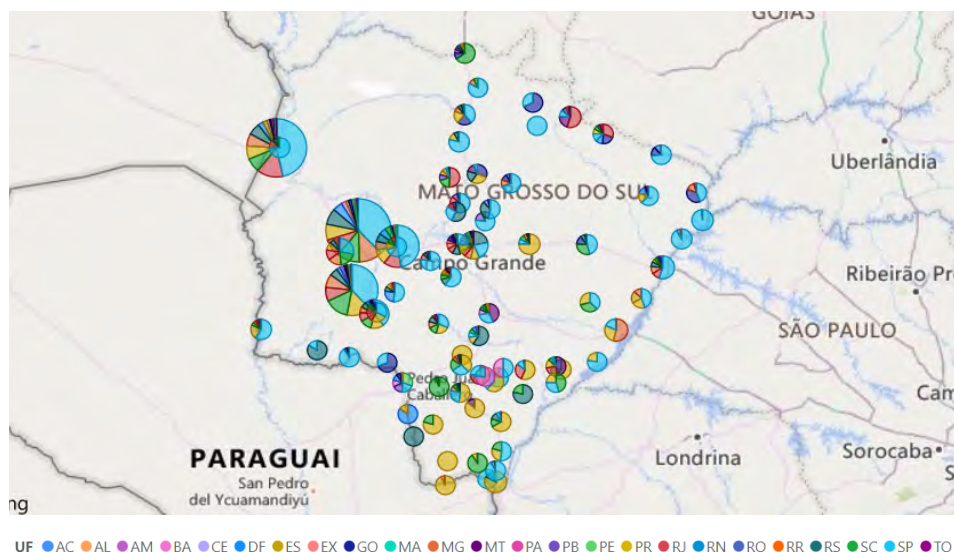


FIGURA 10.4 – Distribuição dos visitantes *birders* no espaço territorial de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2008 e 2019, conforme dados do Wikiaves.

Fonte: Elaboração dos autores.

Dos 79 municípios, é possível afirmar que, praticamente, todos receberam turistas externos ao estado, para observação de aves, exceto Angélica, Douradina, Paraíso das Águas e Paranhos. No entanto, ao considerar os registros de usuários sul-mato-grossenses, apenas os municípios de Paraíso das Águas e Paranhos não apresentaram registros, o que ressalta a importância do turismo doméstico. Paraíso das Águas merece devida ressalva pelo fato de o município ter sido emancipado de Costa Rica somente em 2012 e ainda não constar da lista dos municípios do Wikiaves; possivelmente, registros feitos na localidade acabam sendo inseridos como Costa Rica ou outro circunvizinho.

Uma observação interessante é que a procedência dos turistas, nas áreas limítrofes do estado, tem expressiva influência dos municípios do estado mais próximo (a exemplo de São Paulo e Paraná), o que caracteriza um certo efeito de vizinhança. Outra percepção é que municípios com UCs estaduais não correspondem, necessariamente, aos municípios mais visitados. Um exemplo é o Parque Estadual

das Várzeas do Rio Ivinhema, o qual abrange Jateí, Taquarussu e Naviraí; embora a UC apresente mais de 300 espécies catalogadas, tais municípios estão entre os menos visitados no estado, com 5, 6 e 23 turistas registrados, respectivamente. Os dados apontam que os municípios mais visitados por turistas observadores de aves foram Bonito, Miranda, Corumbá, Jardim, Aquidauana e Campo Grande, respectivamente (Figura 10.5).

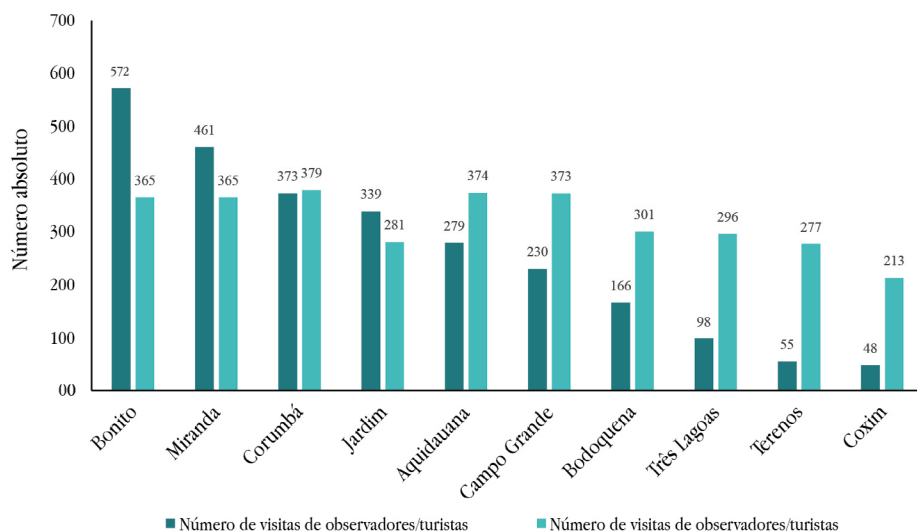


FIGURA 10.5 – Municípios com maior número de visitantes observadores de aves e respectiva riqueza de espécies, conforme dados da plataforma de ciência cidadã Wikiaves, entre 2008 e agosto de 2019.

Fonte: Elaboração dos autores.

As informações permitem afirmar que os municípios mais visitados por turistas *birders* externos ao estado apresentam boa amostragem da riqueza de espécies de aves existente localmente. Contudo, municípios com menor visitação, comparativamente, também podem apresentar alta riqueza de espécies, demonstrando que observadores locais, incluindo moradores e turistas domésticos, também contribuem para o conhecimento das espécies que há no território.

De acordo com a plataforma internacional e-Bird, até o momento (agosto de 2021), há 6 207 listas completas de aves registradas para o estado, incluindo listas submetidas por moradores, turistas nacionais e estrangeiros, compreendendo 832 observadores (*eBirders*) e 567 espécies observadas.

Depreende-se, portanto, que todos os grupos são fundamentais para a ampliação e o enraizamento da prática de observação de aves e que o TOA deve acolher a todos, e todos os atores do trade turístico, por sua vez, podem conhecer e incorporar o TOA nos seus saberes e fazeres no turismo. Mobilizar e reunir todas essas potências são formas de contribuir não somente para o turismo, mas também para o aprimoramento da cidadania. Basicamente, esse é o caminho para o êxito de propostas sobre DTIs.

O panorama permite avaliar quais municípios precisam investir no TOA e em sua difusão. E aqueles que apresentam maior visitação precisam acreditar nesse segmento e assegurar formas de ampliá-lo e qualificá-lo. Conclui-se, portanto, que Mato Grosso do Sul apresenta alto potencial para o desenvolvimento do turismo de observação de aves, e, se todas as ações propostas neste trabalho forem sinergicamente unidas às estratégias de destinos inteligentes e criativos, há muitos frutos a serem colhidos, com novas alternativas de cocriação, de valorização da sociobiodiversidade, de autoestima e pertencimento, de aumento de vivências, das práticas do *birdwatching* e de outras práticas sustentáveis em contato com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a concretização de destino turístico inteligente e criativo, por meio da observação de aves, existe a necessidade da soma entre a tecnologia social e a digital, as quais integram fatores como a cultura da conservação ambiental, da valorização da biodiversidade, a empatia, a coletividade, a afetividade, o respeito e a corresponsabilidade. Isso quer dizer que os destinos inteligentes para o turismo de observação de aves estão, por conseguinte, para além da tecnologia digital, uma

vez que a valorização do singular, da paisagem local, da espécie endêmica, da raridade dos elementos socioambientais são fatores preponderantes nesse processo. Em outras palavras, o uso da tecnologia digital universalizada, embora uma tendência mundial, depende exclusivamente do encontro e encanto com o elemento singular. E isso é importante para não se mitificar ou sacralizar a tecnologia em detrimento ao ser humano e à biodiversidade.

Dentro dos limites econômicos, o turismo de observação de aves livres é um negócio baseado em elemento vivo dotado de mobilidade, que são as aves. Conforme a realidade concreta, três fatores de conexão são importantes nessa avaliação: pessoas (com suas relações sociais/componente social e territorial), aves (componente biológico e ecológico) e os ambientes naturais biodiversos (componente territorial). É importante considerar, conforme apontam Benites e Mamede (2020), o TOA é bastante específico e está condicionado a fatores ecológicos e subordinado à rede complexa de interações naturais que opera nos ecossistemas.

A condição de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, coincidente com biomas restritos a esse setor geográfico no Brasil, oferece várias oportunidades de *lifers* (primeiro encontro com uma espécie) aos observadores de aves. Logo, passarinho no Mato Grosso do Sul traz boas chances para o primeiro encontro com várias aves e a possibilidade de conhecer, no mínimo, dois países da América do Sul (Paraguai e Bolívia) e suas práticas culturais.

Quanto aos *hotspots* de observação de aves, é fundamental que haja planejamento, gestão, infraestrutura, comunicação, *marketing* e ações de educação ambiental, para que sejam conhecidos e devidamente apropriados pelos observadores de aves e pela sociedade geral.

Os dados apresentados denotam que o potencial para o ecoturismo não se restringe ao eixo Bonito-Pantanal. Todavia, há desafios para a consolidação do turismo de observação de aves, de forma ampla e bem distribuída, no estado, como aumento na criação de UCs públicas (a exemplo de parques), compreensão dos gestores de UCs e suas instituições sobre essa prática ecoturística, qualificação do *trade*

turístico, ampliação de empreendimentos e de empreendedores nessa área. Uma vez que a dimensão dos desafios descritos, ao longo deste estudo, supera o campo do voluntarismo individual ou mesmo das instâncias menores de governança, observa-se claramente a necessidade de políticas públicas direcionadas ao ecoturismo genuíno, que abarquem suficiente e eficientemente as UCs, os arranjos produtivos locais, o turismo de base comunitária, a sociedade civil organizada e, por fim, os destinos inteligentes e criativos que resultam dessas conexões.

Mato Grosso do Sul é um forte candidato enquanto destino criativo, inteligente e promissor, no qual a conservação da sociobiodiversidade é fator balizador para a qualificação do turismo. E vale ressaltar que esse modelo de turismo depende da natureza em sua integridade. Contudo, o que pode dar sustentação e garantia de economicidade aos territórios com rica biodiversidade é o seu uso sustentável, sendo o formato e modelo algo a ser planejado de forma técnica, responsável e democrática. Isso significa dizer, também, que a sociobiodiversidade tem seu valor intrínseco e que a possibilidade de inserção bioeconômica não reduz a observação de aves – e as próprias aves – ao estado de mercadoria ou a relações econômicas apenas.

Na perspectiva dialética, a prática de observação de aves se relaciona diretamente com o turismo de observação de aves, e estes se sobrepõem enquanto ação prática e em busca do mesmo objeto, as aves, mas não são sinônimos. Dizer que o turismo de observação de aves é a salvação para a conservação ambiental, a partir do capitalismo, soa exagerado, paradoxal e até equivocado. Mas o que se pretende é estimular reflexões sobre os desafios e as possibilidades de contribuição ao turismo sustentável, a partir do turismo de observação de aves vinculado à proposta de DTIs e ao turismo criativo, nesse caso, o ecoturismo baseado no turismo de observação de aves e de vida silvestre, no seio da sociedade capitalista.

É sempre oportuno se questionar como o turismo reflete a sociedade atual e vice-versa. O turismo de observação de aves representa inovação no turismo hegemônico e, por estar ligado à conservação socioambiental, é um componente

estratégico capaz de refletir, materializar e aportar conhecimento à sustentabilidade e contribuir para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, tornando os territórios resilientes e resistentes às mudanças climáticas e demais alterações antropogênicas que caracterizam os “desastres” naturais. Além disso, acrescenta concretude ao turismo de experiência, em tal caso, na e com a natureza, de modo a compatibilizar lazer, entretenimento, autoconhecimento, empatia, felicidade, bem-estar, respeito e encantamento pela natureza.

REFERÊNCIAS

- AERTS, F.; HONNAY, O.; NIEUWENHUYSE, A. V. Biodiversity and human health: mechanisms and evidence of the positive health effects of diversity in nature and green spaces. **British Medical Bulletin**, [s. l.], v. 127, n. 1, p. 5-22, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS OPERADORAS DE TURISMO. **Melhores práticas de turismo sustentável: Prêmio Braztoa de Sustentabilidade**, edição 2015. São Paulo: Braztoa, 2016. Disponível em: https://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=309834. Acesso em: 08 jun. 2021.
- BENITES, M.; MAMEDE, S. Aspectos da biologia reprodutiva do socó-boi-escuro (*Tigrisoma fasciatum*) no Parque Natural Municipal Salto do Sucuriú, Costa Rica, MS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ORNITOLOGIA, 16., 2008, Palmas. **Resumos [...]**. Palmas: Ecoaves-UFT, 2008.
- BENITES, M.; MAMEDE, S. Turismo de observação de aves no Tocantins: *hotspots*, desafios e perspectivas. In: BALSAN, R. NASCIMENTO, N. N.; OLIVEIRA, M. C. A. (org.). **Identidades do turismo no Tocantins**. Palmas: EDUFT, 2020. p. 62-75.
- BENITES, M.; MAMEDE, S.; CARDOSO, M. A.; VARGAS, I. A. Observação de aves e da biodiversidade durante a pandemia pelo SARS-COV-2: uma ressignificação? **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 589-609, 2020.
- BENITES, M.; MAMEDE, S.; SEVERO-NETO, F.; FONTOURA, F. M.; PIVATTO, M. A. C.; HATTORI, H.; ILHA, I. M. N. **Guia de aves de Campo Grande: áreas verdes**. Campo Grande: ABF, 2014.

BENITES, M.; MAMEDE, S.; VARGAS, I. A. Espaços para observação de aves em cidades inteligentes e sustentáveis: planejamento e gestão ambiental. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 11., 2020, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais, 2020. p. 1-5. Disponível em: <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2020/VI-007.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.

BLINKOVA, O.; SHUPOVA, T. Bird communities and vegetation composition in the urban forest ecosystem: correlations and comparisons of diversity indices. **Ekologia**, [s. l.], v. 36, n. 4, p. 366-387, 2017.

CARVALHO, G.; HINGST-ZAHER, E. **Observação de aves: torres, abrigos e mobiliário de apoio**. São Paulo: Tíjd, 2019.

COX, D. T. C.; SHANAHAN, D. F.; HUDSON, H. L.; PLUMMER, K. E.; SIRIWARDENA, G. M.; FULLER, R. A.; ANDERSON, K.; HANCOCK, S.; GASTON, K. J. Doses of neighborhood nature: the benefits for mental health of living with nature. **BioScience**, [s. l.], v. 67, n. 2, p. 147-155, 2017.

EMMENDOERFER, M. L.; MORAES, W. V.; FRAGA, B. O. Turismo criativo e turismo de base comunitária: congruências e peculiaridades. **El periplo sustentable**, Toluca, n. 31, p. 1-18, 2016.

FAXINA, C.; FISCHER, E.; BENITES, M. O rei-do-bosque vai além do Pantanal: registros de *Pheucticus aureoventris* (Cardinalidae) na bacia do Paraná. **Revista Brasileira de Ornitologia**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 349-351, 2010.

FREITAS, L. B. A.; MONDO, T. S.; SOARES, J. C. Comentarios de los turistas respecto a la “Passarela do Caranguejo” desde la perspectiva de los destinos turísticos inteligentes. **TURyDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible**, Málaga, v. 13, n. 29, p. 20-39, 2020.

FUINI, L. L. Os Arranjos Produtivos Locais (APLs): uma breve explicação sobre o tema. **GeoTextos**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 57-83, 2013.

GIRARDOT, J. Inteligencia territorial y transición socio-ecológica. **Trabajo: Revista de Relaciones Laborales y Ciencias del Trabajo**, Huelva, v. 23, p. 15-39, 2010.

GODOI, M. N.; PIVATTO, M. A. C.; MELLO, A. V., LAPS, R. R.; SOUZA, F. L. Aves da RPPN Estância Mimosa, Serra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Atual Ornitol**, Ivaiporã, 178, p. 39-49, 2014.

HASS, A. Relatório de avifauna do Parque Nacional das Emas. *In*: SCARDUA, F. P. **Plano de Manejo do Parque Nacional das Emas**. Brasília, DF: ICMBio, 2004.

HERBAUX, P.; MASSELOT, C. Territorial intelligence and governance. *In*: INTERNATIONAL ANNUAL CONFERENCE OF TERRITORIAL INTELLIGENCE, 2007, Huelva. **Anais [...]**. Huelva: [s. n.], 2007. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00516430/document>. Acesso em: 06 abr. 2021.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL. Sistema Interativo de Suporte ao Licenciamento Ambiental. **Análises**. Campo Grande: IMASUL < 2021. Disponível em: http://sisla.imasul.ms.gov.br/sisla/aplicmap/sisla.htm?71ee1a66a7ec8a46a3f550d629eb9f52&fiscal=0&analise=0&consultor=1&consultor1=0&edtema=0&relatorio_imasul=0&Interface=padrao. Acesso em: 22 mar. 2021.

IVARS-BAIDAL, J. A. I.; MONZONÍS, J. S. S.; SÁNCHEZ, D. G. Gestión turística y tecnologías de la información y la comunicación (TIC): el nuevo enfoque de los destinos inteligentes. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, Barcelona, v. 62, n. 2, p. 327-346, 2016.

KURNIA, I.; ARIEF, H.; MARDIASTUTI, A.; HERMAWAN, R. The potential of bird diversity in the urban landscape for birdwatching in Java, Indonesia. **Biodiversitas Journal of Biological Diversity**, [s. l.], v. 22, n. 4, p. 1701-1711, 2021.

LIMA, D. C.; SOUZA, E. O.; MARTINS, F. I.; AOKI, C. Aves do Parque Natural Municipal da Lagoa Comprida, Aquidauana, MS. *In*: LEITE, E. F. (org.). **Olhares sobre a região de Aquidauana e Pantanal sul-mato-grossense**. Campo Grande, MS: UFMS, 2020. p. 44-65.

MAMEDE, S.; BENITES, M. Por que Campo Grande é a capital brasileira do turismo de observação de aves e propostas para o fortalecimento da cultura local em relação a esta prática. **Atualidades Ornitológicas**, Ivaiporã, n. 201, p. 8-15, 2018.

MAMEDE, S.; BENITES, M. Identificação e mapeamento dos *hotspots* para a observação de aves com base em indicadores socioambientais: roteirização turística de Campo Grande (MS). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 409-434, 2020.

MAMEDE, S.; BENITES, M.; ALHO, C. J. R. Ciência cidadã e sua contribuição na proteção e conservação da biodiversidade na reserva da biosfera do Pantanal. **RevBEA**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 153-164, 2017.

MAMEDE, S.; BENITES, M.; ALHO, C. J. R.; ALVES, G. L. Ecoturismo a serviço da mudança de atitude: no Pantanal, quando o patrimônio natural inspira o patrimônio histórico-cultural, o visitante se envolve e passa a integrar o esforço de conservação em longo prazo. **Revista Ciência Pantanal**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 60-63, 2017.

MAMEDE, S.; BENITES, M.; ESQUIVEL, A.; CLAY, R.; MERIGHI, G. L.; ALHO, C. J. R. Turismo de observação de aves no Chaco: oportunidades e desafios ao Corredor Bioceânico, segmento Brasil/Paraguai. **Interações**, Campo Grande, v. 20, n. esp., p. 159-177, 2019.

MAMEDE, S.; BENITES, M.; SABINO, J.; ALHO, C. J. R. Ecoturismo na região turística Caminho dos Ipês: conexões entre identidade biofílica e usufruto dos serviços ecossistêmicos. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 10, n. 4, 2017.

MELO, M. R. S.; SOUZA, C. C.; GUEDES, N. M. R. Contribución del ecoturismo a la conservación del guacamayo rojo (arara-vermelha) en una reserva de Brasil. **Estudios y perspectivas en turismo**, Buenos Aires, v. 27, p. 158-177, 2018.

NUNES, A. P. Quantas espécies de aves ocorrem no Pantanal brasileiro? **Atualidades Ornitológicas**, Ivaiporã, p. 45-54, 2011.

NUNES, A. P.; STRAUBE, F. C.; LAPS, R. R.; POSSO, S. R. Checklist das aves do estado do Mato Grosso do Sul. **Iheringia Serie Zoologia**, [s. l.], v. 107, n. supl., p. 1-19, 2017.

OBSERVAÇÃO de aves é uma prática que faz bem à saúde e à natureza. **G1**, Campinas e região, 28 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/>

terra-da-gente/especiais/noticia/observacao-de-aves-e-uma-pratica-que-faz-bem-a-saude-e-a-natureza.ghhtml. Acesso em: 29 abr. 2021.

OLIVEIRA, T. R.; AVILA, P. U.; STEINWENDER, D. A prática de *birdwatching* para o desenvolvimento de Tecnologia da Informação Verde. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, João Pessoa, v. 5, n. 10, p. 479-490, 2018.

PACHECO, J. F.; SILVEIRA, L. F.; ALEIXO, A.; AGNE, C. E.; BENCKE, G. A.; BRAVO, G. A.; BRITO, G. R. R.; COHN-HAFT, M.; MAURÍCIO, G. N.; NAKA, L. N.; OLMOS, F.; POSSO, S.; LEES, A. C.; FIGUEIREDO, L. F. A.; CARRANO, E.; GUEDES, R. C.; CESARI, E.; FRANZ, I.; SCHUNCK, F.; PIACENTINI, V. Q. Annotated checklist of the birds of Brazil by the Brazilian Ornithological Records Committee – second edition. **Ornithology Research**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 94-105, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s43388-021-00058-x>. Acesso em: 08 abr. 2021.

PIVATTO, M. A. C.; MANÇO, D. D. G.; STRAUBE, F. C.; URBEN-FILHO, A.; MILANO, M. Aves do Planalto da Bodoquena, estado do Mato Grosso do Sul (Brasil). **Atualidades Ornitológicas**, [s. l.], n. 129, p. 1-26, 2006.

SALESSI, M. L. Destinos Turísticos Inteligentes: una perspectiva desde la inclusión social y la participación comunitaria. *In*: SEMINARIO INTERNACIONAL DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES: NUEVOS HORIZONTES EN LA INVESTIGACIÓN Y GESTIÓN DEL TURISMO, 2017. **Actas [...]**. San Vicente del Raspeig: Universidad de Alicante, 2017. p. 215-228. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/70136/5/Actas-Seminario-Destinos-Turisticos-Inteligentes_10.pdf. Acesso em: 08 abr. 2021.

SALLES-JUNIOR, R. P.; REGAZZI, R. D.; NADER, G. L. Um território: modelo de Arranjo Produtivo Local de óleo e gás da bacia de Campos. *In*: SANTOS, C. A. (coord.). **Pequenos negócios, desafios e perspectivas**: encadeamentos produtivos. Brasília, DF: Sebrae, 2014. 6 v. p. 190-202.

SCOTTISH GPs to begin prescribing rambling and birdwatching. **The Guardian**, [s. l.], 05 out. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2018/oct/05/scottish-gps-nhs-begin-prescribing-rambling-birdwatching>. Acesso em: 29 abr. 2021.

SILVA, A. M.; SILVA, J. S. V.; FERRARI, D. L.; LAMPARELLI, R. A. C. Vegetação natural e área antrópica em Mato Grosso do Sul até o ano de 2002. *In*: SIMPÓSIO DE GEO-TECNOLOGIAS NO PANTANAL, 3., Cáceres, MT. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas: Embrapa Informática Agropecuária/INPE, 2010. p. 391-400. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/23266/1/p296.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2021.

SILVA, J. S. V.; ABDON, M. M. Delimitação do Pantanal brasileiro e suas sub-regiões. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 33, n. esp., p. 1073-1711, 1998.

SILVA, M. P.; MAURO, R. A.; ABDON, M.; SILVA, J. S. V. Estado de conservação do Chaco (savana estépica) brasileiro. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL CERRADO, 9., 2008, Brasília. **Anais eletrônicos** [...]. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados. Disponível em: [http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio%20em%20pc210%20\(Pc210\)/trabalhos_pdf/00789_trab1_ap.pdf](http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio%20em%20pc210%20(Pc210)/trabalhos_pdf/00789_trab1_ap.pdf). Acesso em: 06 abr. 2021.



CAPÍTULO 11

PATRIMÔNIO E PRÁTICAS CULTURAIS NO MATO GROSSO DO SUL

Rafael H. Teixeira-da-Silva

Camila Benatti

“A cultura é o território da beleza, da sofisticação e do encontro entre gentes.” (SIMAS, 2020, p. 35).

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende evidenciar a importância do patrimônio cultural do estado de Mato Grosso do Sul. Para atingir esses objetivos, primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as temáticas: a) cultura, identidade e memória; b) patrimônio cultural no contexto mundial, e; c) patrimônio cultural no estado de Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, para tratar o cenário específico do estado, foi apresentada a relevância do reconhecimento e da valorização do patrimônio cultural sul-mato-grossense, apontando alguns exemplos das práticas culturais presentes na região, que engloba, inclusive, uma importante área com zonas de fronteiras.

Desse modo, o capítulo foi estruturado em seis seções: Introdução; Cultura, identidade e memória; Patrimônio cultural no contexto mundial; Patrimônio cultural no estado de Mato Grosso do Sul; Considerações finais; e Referências.

A partir da investigação em pauta, foi possível verificar que a cultura do estado de Mato Grosso do Sul ainda é pouco valorizada e reconhecida. Para que seja possível reverter esse quadro, é necessário ações conjuntas e colaborativas entre a educação, o turismo e a implementação de políticas públicas. Sendo assim, acredita-se que o desenvolvimento de mais estudos sobre esse tema é essencial para a preservação e a valorização desse rico legado cultural presente no estado.

CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA

Partindo do pressuposto de que a conexão entre pessoas e lugares se deve, relativamente, à identidade, ou seja, à forma como damos sentidos a nós mesmos, é substancial demonstrar as relações existentes no vínculo entre identidade, memória coletiva e patrimônio. Essas relações serão expostas de forma sucinta no texto, para que, posteriormente, sejam realizadas comparações mais aprofundadas na análise dos exemplos apresentados.

Nos encadeamentos resultantes da ligação entre pessoas e lugares, importa lembrar que os lugares não possuem significados à parte dos que lhe são conferidos pelas pessoas. Assim, o modo como as pessoas se definem é simbolizado, parcialmente, pelas qualidades do lugar onde vivem. Os significados e sentidos de que os lugares são dotados possuem tamanha força que tais locais assumem um papel central na identidade das pessoas que os vivenciam. O alto grau que tais elementos possuem nas identidades sociais raramente é manifestado transversalmente apenas por uma única dimensão, como o gênero, a idade ou a etnia. Pelo contrário, acredita-se ser mais proveitoso pensar na construção mútua dessas diferentes vertentes (ATKINSON et al., 2005). Nesse caso, as identidades são aqui entendidas como realizações práticas reveladas tanto no meio material como nos meios simbólicos, não podendo ser consideradas meras construções discursivas. Para desvendar tais sentidos de identidade e pertencimento, os métodos utilizados no estudo científico devem considerar as práticas habituais, as relações que ocorrem nos pontos de

encontro, as redes de amizade, os territórios de ócio (PRATS FERRET et al., 2012), entre outros, buscando ir além de uma leitura pragmática simplificadora.

Essas são algumas das principais questões que se encontram no âmago da relação entre pessoas, lugares e patrimônios, que levam à sustentação de que a identidade circunda a conjuntura das relações sociais, culturais e econômicas que vivemos no cotidiano e que estão ligadas a acontecimentos passados (ROSE, 1995). Nesse contexto, o patrimônio assume o caráter de meio de comunicação usado para transmitir mensagens de identidade em lugares de memória (NORA, 1993) representativos desse patrimônio construído.

Uma questão relevante a ser levantada, na relação entre patrimônio e identidade, é o fato de alguns autores argumentarem que as fontes tradicionais de identidade – como nação e religião – estão sendo substituídas por uma negociação intencional com estilos de vida individuais (MARTIN, 2005). Ressalta-se, ainda, que as identidades contemporâneas estão enraizadas no passado, mas sujeitas a constantes processos de lembrar/esquecer (ATKINSON, 2005). Vários campos de estudos têm explorado características problemáticas do conceito de identidade, desafiando a ideia de identidade como internamente unificada. A identidade passa, pois, a ser compreendida como plural e contraditória – e não baseada em algumas características inerentes e essenciais –, sendo considerada como fragmentada, justaposta e como uma sintetização de influências sociais diversas (MARTIN, 2005).

Há, ainda, a noção de identidade como uma construção discursiva – produzida dentro e por meio da linguagem –, delimitada por um processo de diferenciação, por meio de uma dependência na presença do “Outro”. O proveito tirado dessas definições é que, independentemente de sua definição, a identidade possui um cunho espacial que é amplamente reconhecido como uma dimensão essencial na formação das identidades sociais, entendendo-se que são geradas a partir da relação com lugares específicos.

Para tentar desvendar a magnitude que as espacialidades assumem na construção das identidades sociais, recorreremos a Maurice Halbwachs (1990), pois o

autor alega que não somente casas e muralhas perpetuam-se através dos séculos, mas também toda parte de um grupo que está em contato ininterrupto com elas, e que confunde sua vida à dessas coisas. Nesse enlace que envolve a associação entre patrimônio e memória, o sociólogo francês acredita que o lugar ocupado por um grupo recebe suas marcas, mas o caminho contrário também se efetua, sendo, assim, traduzidas em termos espaciais todas as ações de um grupo.

Halbwachs (1990) considera que um grupo inserido numa parte do espaço busca sempre transformar tal local à sua imagem. No entanto, o grupo está sujeito a se adaptar aos elementos materiais que resistem a ele. Retomando a questão da memória, vale lembrar que ela pode ser delimitada – no sentido mais estrito da palavra, de colocar dentro de limites e definir prioridades – como uma construção social suscetível a mutações de geração para geração, sendo que, assim como o patrimônio – com o qual se sobrepõe –, seus significados e funções são definidos pelo presente. A memória estaria assentada em um movimento contínuo de sentimento de busca pelas lembranças, tendo respaldo na história vivida, e não na história aprendida.

Com base no argumento da construção social da memória, Halbwachs (1990) diz, basicamente, que a memória individual é um ponto de vista que tem existência fundamentada na memória coletiva. O autor pondera que um indivíduo, ao evocar acontecimentos que tiveram lugar em sua vida, considera o ponto de vista do grupo em que compartilha suas vivências. Halbwachs (1990) compactua com a ideia de que, mesmo só, o indivíduo é, por natureza, um ser social que, em nenhum momento, deixa de fazer parte de uma sociedade. No entanto, na base de toda lembrança, há um estado de consciência puramente individual, que o autor nomeia *intuição sensível*. Halbwachs (1990) alega que o vigor e a durabilidade da memória coletiva estão no fato de esta ter o respaldo de um conjunto de indivíduos que se lembram enquanto membros de um grupo.

Ao concordar que não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial (HALBWACHS, 1990), a atenção fica voltada para as relações que conferem uma ligação entre indivíduos e lugares, sendo evidenciado o papel do

patrimônio nessa equação. Por meio de tal associação, considera-se a relevância do patrimônio na criação das identidades – por ser uma forma de correlação com povos antepassados –, por meio da incorporação de memórias públicas no território.

PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO MUNDIAL

Na lexicografia portuguesa, a designação “patrimônio” começa a ser aplicada e vinculada aos valores do legado cultural somente no último quartel do século XIX (CUSTÓDIO, 2010). Nesse âmbito, a palavra foi definida inicialmente, na língua portuguesa, como herança paterna e bens familiares. Posteriormente, passou a ser referenciada como o conjunto de bens culturais ou naturais de valor reconhecido por determinada localidade, região, país ou para a humanidade, o qual, ao ser inventariado e registrado, deve ser preservado para o usufruto de todos os cidadãos. É interessante ressaltar que alguns dicionários fazem menção à Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) e à ideia de posse coletiva sobre o patrimônio como parte do exercício da cidadania.

Ao utilizar essa definição do conceito de patrimônio como ponto de partida, é importante assinalar uma grande lacuna deixada em branco, passando da simples ideia de herança e bens familiares para a noção de posse coletiva, exercício da cidadania e Patrimônio Mundial. Para melhor compreender o(s) significados(s) dessa palavra, e como se chegou a uma concepção de universalidade de temas tão particulares, verificou-se ser necessário fazer algumas delimitações acerca do conceito de patrimônio, que, na contemporaneidade, aparentemente, está consolidado, mas, na realidade, ainda necessita de certo aprofundamento e debate.

Como demonstrado pelo emérito professor e pesquisador em Geografia, David Lowenthal (1998), *patrimoine* (em francês), *patrimony* ou *heritage* (em inglês) teve sua definição expandida de simples bens herdados do passado a heranças deixadas por antepassados e legados culturais em geral. O autor afirma que, há cerca

de sessenta anos, alguns livros sugeriam que o termo “patrimônio” estaria basicamente ligado aos direitos de sucessão, hereditariedade e, até mesmo, tributação, mas, agora, abrange antiguidades, identidades nacionais e sentimentos de pertença. Lowenthal (1998) sugere que, devido a esses fatores – e, também, por acreditar que, ao se realçar tradições de comunidades específicas, aumenta-se a autoestima e o sentimento de identidade dessas comunidades –, a utilização de elementos do passado varia em cada sociedade. Exemplificando essa opinião, o autor alega que o chamado *patrimoine* francês possuiria uma componente mais pessoal do que o inglês *heritage*, e que a nomenclatura correspondente na Alemanha, *Ergbut*, seria muito mais patriótica do que sua correspondente, *lâscito*, na Itália.

Nesse sentido, Brito Henriques (2003) utiliza alguns adjetivos para expressar, de forma mais categórica, os elementos envolvidos na fundamentação do conceito de patrimônio. O autor faz a distinção entre patrimônio familiar, patrimônio genético, patrimônio natural e patrimônio cultural (bens materiais ou imateriais, pertencentes a uma sociedade ou grupo, herdados de gerações prévias e transmitidos às gerações vindouras, relacionados à identificação dos indivíduos com sua comunidade).

Além de Lowenthal e Brito Henriques, outros autores que demonstram algumas preocupações com o debate a respeito do patrimônio são Graham, Ashworth e Tunbridge (2000). Tais investigadores se interessaram pelas formas como o passado é lembrado e representado, tanto no âmbito oficial quanto no popular, e os efeitos geográficos que os fatos passados têm no presente. Graham et al. (2000) acreditam que o fenômeno patrimonial é intrinsecamente espacial e que sua classificação como domínio dotado de significado atesta-o como um campo de conflito social. Deve-se ressaltar que os autores exteriorizam o patrimônio como um bem cultural e econômico, que acaba por multiplicar seu uso e consumo, originando alguns casos conflitos entre diferentes grupos e seus interesses.

Para que seja possível exercer uma reflexão a respeito do tema, é imprescindível fazer menção ao trabalho desenvolvido pela historiadora das teorias e formas

urbanas e arquitetônicas Françoise Choay em sua obra *A Alegoria do Patrimônio*. Nesse livro, a autora menciona a procedência essencialmente associada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas do patrimônio, mas vai muito além desses componentes.

É necessário ressaltar que, antes de o patrimônio ser visto como um elemento abstrato – a construção de uma narrativa histórica –, o termo era relacionado basicamente a componentes concretos que possuíam um propósito e uma finalidade bem definidas. Por esse motivo, é mandatório que, previamente ao debate sobre o que é o patrimônio histórico-arquitetônico, sejam discutidas as noções de monumento e monumento histórico, que precedem a conceitualização desse tipo de patrimônio. Deve-se mencionar que o patrimônio histórico-arquitetônico está intimamente incorporado ao conceito de monumento histórico, sendo que este veio a ser moldado no contexto europeu, após a Idade Média.

Tomando como base, fundamentalmente, o patrimônio histórico arquitetônico, Choay (2001) demonstra que ele possui sua gênese no monumento histórico. Ambos os conceitos, de monumento e monumento histórico, estão intimamente ligados, por aludir ao passado e ter o intuito de utilizá-lo, de modo a criar uma correspondência profunda entre memória e saber. Antes de continuar sobre o tema, é imprescindível, como demonstra Choay (2001), aludir a algumas diferenças básicas entre o monumento e o monumento histórico.

Como apontam alguns autores (CHOAY, 2001; BRITO HENRIQUES, 2003), o historiador austríaco Alois Riegl foi o primeiro a fazer uma clara distinção entre os dois tipos de monumentos, sendo que o primeiro remete à lembrança, ao intuito de rememorar acontecimentos, ritos ou crenças, ao passo que o segundo é considerado uma invenção do Ocidente, onde o bem em si não é construído com a finalidade monumental, mas assume tal característica *a posteriori*, por meio de uma construção social realizada por olhares convergentes que selecionam alguns representantes entre os edifícios existentes.

Desse modo, dentre as distinções entre monumento e monumento histórico – que, muitas vezes, é referenciado como patrimônio histórico-arquitetônico –, pode-se dizer que o monumento possui uma função comemorativa e um valor artístico, em que há uma intencionalidade em ser monumental. O monumento histórico não possui a intencionalidade de ser uma marca memorial; seu valor está ligado ao reconhecimento de sua antiguidade, o que não deixa de ser a concessão de um conceito moderno a edificações antigas (BRITO HENRIQUES, 2003).

Delimitada a origem do patrimônio histórico-arquitetônico, que reside na concepção do monumento histórico, coloca-se em questão o processo de evolução do conceito. Brito Henriques (2003) realizou uma leitura detalhada sobre esse decurso, visto pelo autor como um processo de distensão que eclodiu a partir de uma elite intelectual e se desenvolveu segundo três eixos. Um desses desdobramentos se desenvolveu por intermédio de uma vertente *cronológica*, na qual, ao longo dos anos, o termo passou a ser usado para bens edificados em várias épocas. Outra seria a vertente *tipológica*, que passou a englobar variados tipos arquitetônicos, entre eles, a arquitetura vernácula e industrial, e não somente exemplares ilustres. Por fim, há a vertente *sociológica*, que está pautada na difusão dessa concepção entre diferentes camadas sociais, e não somente entre as mais abastadas. Brito Henriques (2003) considera que contribuiu para a dilatação do termo o olhar sensível do romantismo sobre as marcas deixadas pelos homens no espaço, o que ajudou a revelar uma beleza arquitetônica nunca antes observada, e, ainda, a ideia de nacionalidade, que se tornaria dominante em alguns Estados europeus no século XIX.

Essa tríade formada pelas vertentes cronológica, tipológica e sociológica, que, até certo ponto, está correlacionada, também é mencionada por Choay (2001) no que se refere ao conceito e aos valores do patrimônio. A autora circunscreve o processo de delimitação balizado em desdobramentos cronológicos, tipológicos e geográficos dos recursos patrimoniais. Em sua compreensão, Choay (2001) acredita que é a descomunal multiplicação do público interessado na temática que conduz esse processo de extensão patrimonial.

Outro autor que faz alguns contributos, de uma forma mais sucinta, para o processo de ampliação ou hipertrofia da noção de património é David Lowenthal (1998), que articula um pensamento muito próximo ao de Brito Henriques, divergindo, como também faz a autora francesa Choay, somente em sua última categoria de análise. Lowenthal (1998) acredita que a ampliação do conceito ocorre segundo três dimensões: passagem do foco do antigo para o recente; mudança da elite e do sublime para o vernáculo e cotidiano; e alteração do foco material para o intangível. Tomando como base essa última dimensão, ela está normalmente relacionada com o idioma, a poesia, a música, a culinária e a cultura popular em geral.

Nesse contexto, Choay (2001) chama a atenção para o fato de que, mesmo tendo ocorrido de formas diferentes, o que resultou em distintas maneiras de interpretação, a consagração do património histórico-arquitetónico, tanto na França como na Grã-Bretanha (países precursores), está diretamente ligada à era industrial e a suas consequências. De acordo com a autora, esse período de consagração se estende, praticamente, de todo o século XIX até o último quarto do século XX. Choay (2001) defende que a entrada na era industrial exerceu grande impacto nessas sociedades, que, mobilizadas por escritores, intelectuais e artistas, reagem a essa brusca transformação do tempo histórico, por meio de um processo de conscientização sobre a importância do património. Segundo a autora, foi nessa época que ilustres pensadores românticos realizaram contribuições no sentido de conservar o património histórico-arquitetónico, sendo que, entre os principais, pode-se citar: Honoré Balzac, Victor Hugo, Prosper Mérimée, Alois Riegl, John Ruskin e Eugène Viollet-le-duc.

Brito Henriques (2003) reconhece a importância da revolução industrial no que diz respeito à conservação e à salvaguarda do património, mas vai além desse aspecto, relatando também algumas mudanças que ocorreram na sociedade como um todo e que acabaram por disseminar um sentimento de nostalgia. Nesse sentido, o autor acredita que o avanço da urbanização, que está diretamente ligado ao desenvolvimento da burguesia, assim como a revolução dos transportes e o êxodo

rural, produziu uma metamorfose nas paisagens e nos modos de vida, que originou uma conjuntura propícia à romantização do passado e ao sentimento de nostalgia.

Houve, nomeadamente durante a época da revolução industrial, uma valorização atribuída ao patrimônio histórico-arquitetônico em alguns países europeus, que podem ser considerados como precursores no âmbito da proteção e da salvaguarda do patrimônio. Linearmente a esses acontecimentos, estão associados o aumento da legislação que visava proteger o patrimônio e a legitimação da disciplina de restauração, que favoreceram a consagração do patrimônio histórico-arquitetônico.

Ao realizar uma interpretação mais pragmática sobre o tema, Graham et al. (2000) organizam, basicamente, ideias similares às expostas por outros autores, no entanto, sistematizam uma leitura diferente de alguns fatos. Com o propósito de realizar uma investigação sobre as construções e significados culturais e econômicos do patrimônio – que acreditam possuir uma multiplicidade de escalas, variando do global ao local –, os autores consideram que o patrimônio surge em um contexto de muitas ideias e ideologias, que viriam a constituir o que conhecemos como modernidade.

Graham et al. (2000) ponderam que *a era moderna é estabelecida pelo afloramento de algumas metanarrativas do nacionalismo*, que estão intimamente ligadas à ideologia do pertencimento, e, ainda, ao impulso legitimador predominante durante o decurso de formação dos Estados. Segundo os autores, a ideia de resguardar o ambiente construído surgiu no final do século XVIII, concomitantemente ao fascínio pelo mundo medieval. Tal entusiasmo de alguns representantes românticos, juntamente com a aversão à civilização industrial e uma visão idealista da Idade Média, incentivou os Estados a realizar iniciativas de preservação, que, contudo, eram despertadas por preocupações de um seletivo grupo a respeito da urbanização e da industrialização.

É no contexto acima mencionado que se constata a constituição das primeiras organizações voluntárias voltadas ao resguardo de bens específicos.

Devido à grande influência dos integrantes dessas entidades, elas desfrutaram do apadrinhamento governamental para conseguir favores no sentido de estabelecer a legislação necessária para suas atividades. Entre essas entidades, deve-se dar destaque ao *British National Trust* (1895), por ser o mais antigo e ter-se tornado proprietário de uma grande quantidade de bens, fortalecendo-se como relevante agente de mudanças geográficas. É nesse cenário que ocorre a celebração romântica das culturas europeias, juntamente com a apropriação de culturas de outros continentes, que eram consideradas como primitivas e pré-modernas, e se dá a eclosão do conceito de patrimônio, possuindo este as características fundamentais de uma modernidade singular e totalizada. Essa modernidade veio a reforçar os valores europeus, considerados como o apogeu da evolução social e parte integrante do imperialismo, que tem como uma de suas características mais marcantes o patrimônio apresentado nos centros metropolitanos europeus.

Retomando as argumentações de Choay (2001), a conservação de bens patrimoniais passou de um conjunto isolado de edificações para o resguardo da malha urbana como um todo. O pano de fundo dessa mudança é o fortalecimento do pensamento de que o todo é mais do que a soma das partes. Além desse aspecto, a autora relaciona a delonga na inclusão do espaço urbano numa esfera histórica à escala e complexidade citadina e à falta de cadastros e documentos confiáveis antes do século XIX, entre outros. Choay (2001) constata que essa mudança, que tinha como foco o patrimônio urbano histórico, ou seja, o estudo do espaço urbano por uma perspectiva histórica, viria a fundar, posteriormente, a disciplina de urbanismo.

Outro acontecimento que, segundo Brito Henriques (2003), também ajudou na difusão da noção de patrimônio para os conjuntos urbanos está relacionado a algumas reconstruções, situadas em burgos medievais, que ocorreram no século XIX. O autor destaca, como exemplo de restauração, a cidade de Carcassone, localizada no sudoeste da França, que passou a ser local de constantes visitas de antiquários, restauradores e nostálgicos, após a conclusão de suas obras. Segundo Graham et al. (2000), as características encontradas após a restauração de Carcasso-

ne, realizada por E. Villet-le-Duc, devem-se mais à imaginação que seu idealizador possuía da Idade Média do que à realidade apresentada em estudos acadêmicos sobre a urbanização medieval.

A entrada no século XIX trouxe consigo um ar renovador no campo das artes e da arquitetura, que ganhou força passadas as primeiras décadas. Surge, assim, um novo padrão progressista que visava suplantando o *Art Nouveau*, por meio do suporte ao retorno à pureza das formas. Encontravam-se no vértice desse movimento de vanguarda W. Gropius, Le Corbusier, L. Mies van der Rohe, G. Rietveld, entre outros, que elaboram a Carta de Atenas durante o IV Congresso Internacional de Arquitetura, em 1933 (BRITO HENRIQUES, 2003). Precedeu sua formulação a primeira conferência internacional sobre os monumentos históricos, em Atenas, 1931, mas somente com a composição da ilustre Carta é foram levantadas discussões sobre o vínculo entre a cidade e seus monumentos, desenvolvendo, desse modo, novas propostas para a abordagem do tema.

No entanto, o pioneirismo atribuído à Carta de Atenas não foi suficiente no que diz respeito à proteção patrimonial, pois o documento havia deixado diversas questões em aberto. No sentido de corrigir tal lapso, foi formulada a Carta de Veneza (1964), que concedia o conceito de patrimônio também aos sítios e conjuntos urbanos, e, ainda, ambicionava o ímpeto para que os bens preservados não perdessem sua utilidade.

Ashworth (1994), ao analisar o sistema de evolução patrimonial, revela que houve mudanças na orientação de tal processo no que tange a planejamento, critérios de seleção, instrumentos de operação e composição dos objetivos das instituições encarregadas. De acordo com o autor, perdurou um tipo de pensamento durante os primeiros séculos de proteção das relíquias e dos edifícios, os quais eram escolhidos de acordo com critérios impostos por ditas sumidades no assunto, que assumiam o papel de guardiões dos bens culturais. A mudança para outro tipo de abordagem ocorre na década de 1960, que presenciou uma transformação estrutural do patrimônio, passando a abranger núcleos urbanos e conjuntos de edifícios e

seus respectivos usos modernos. Sequencialmente a esses fatos, foram objetivadas regenerações e reabilitações de áreas urbanas, por meio de planos de utilização do solo e designação para usos e fins específicos.

A conferência da UNESCO, realizada em 1972, consagrou, definitivamente, a visão mais englobante do patrimônio. Na referida conferência, ficou sentenciado que o patrimônio histórico universal contemplaria os sítios, conjuntos e monumentos que configurassem “[...] um valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência” (CHOAY, 2001, p. 207). O reconhecimento mundial desses valores foi ratificado alguns anos após o encontro, sendo que 112 países constavam como signatários em 1991.

PATRIMÔNIO E CULTURA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O estado de Mato Grosso do Sul possui práticas culturais singulares, que transcendem o território nacional, superando fronteiras. O seu contexto fronteiriço com o Paraguai e a Bolívia apresenta tradições e um legado cultural único e diverso, que ora se manifestam de maneira harmônica, ora de maneira conflituosa. Essa riqueza cultural está presente na música, na literatura, na arte, na linguagem, na culinária e na religiosidade dos indivíduos que habitam o estado e suas regiões de fronteiras. Em meio à uberdade do patrimônio natural, que faz o estado ser reconhecido mundialmente, também se perpetuam patrimônios culturais vivos e presentes no cotidiano de sua população.

Entre toda essa diversidade, é possível mencionar, por exemplo, a questão dos idiomas e das linguagens escrita e falada. De acordo com Assis e Sousa (2020), Mato Grosso do Sul possui influências da comunicação linguística entre sua população e os habitantes dos países fronteiriços, Paraguai e Bolívia. Assim, mesclam-se o guarani, o português e o espanhol, idiomas específicos, respectivamente, dos indígenas, do Brasil, e do Paraguai e da Bolívia. A escrita e a fala desses indivíduos apresentam algumas adversidades em seu cotidiano e em sua educação, evidencian-

do, assim, uma população que possui especificidades relacionadas à língua e a seus saberes tradicionais (ASSIS; SOUSA, 2020).

O Chamamé também é uma prática cultural presente no estado. O estilo musical surgiu na província de Corrientes, na Argentina, e se difundiu para países como Brasil, Paraguai e Uruguai. Dessa forma, o Chamamé se tornou uma importante tradição da cultura sul-mato-grossense, sobretudo na região de fronteira com o Paraguai.

Para além da música, a expressão cultural agrega elementos particulares como a dança, o canto e a festividade popular. Segundo a UNESCO (ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA, 2020), o Chamamé é marcado por características artísticas guaranis, afro-americanas e europeias. Desse modo, passou a ser a representação simbólica da união de países e povos distintos, o que levou a ser consagrado pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, em 2020, com inscrição vinculada ao seu país de origem, Argentina.

Outra tradição cultural presente, de maneira relevante, em Mato Grosso do Sul, e que também foi consagrada como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, em 2020, foi a bebida de erva-mate tereré. Apesar de a inscrição estar vinculada ao Paraguai, o tereré faz parte do cotidiano e da identidade sul-mato-grossense, promovendo o fortalecimento de sociabilidades e o pertencimento, com suas rodas e encontros familiares.

Na fronteira entre Brasil e Paraguai, o tereré representa a história e o legado cultural de um povo, envolvendo atitudes, valores, sentimentos, memória e, por muito tempo, conflitos sociais. O tereré se tornou, assim, um geossímbolo que está enraizado na cultura desse povo, tornando-se parte essencial da gastronomia do estado.

Ligado a essa dimensão, é importante mencionar, também, a Sopa Paraguaia, que, segundo Kukiél e Silveira (2020), é um prato típico paraguaio feito à

base de farinha de milho, e se parece com um bolo salgado. Além de sua importância cultural, o prato possui alta relevância econômica, sendo parte da geração de renda de muitas famílias, tanto no seu país de origem como em Mato Grosso do Sul.

O espaço fronteiriço é um espaço de intercâmbio onde ocorrem trocas culturais, sociais, econômicas e políticas. A sopa paraguaia, como as outras manifestações culturais citadas, também se difundiu pelo território do estado sul-mato-grossense, sendo muito consumida, inclusive, na cidade de Corumbá, que faz fronteira com a Bolívia (KUKIEL; SILVEIRA, 2020). A sopa paraguaia faz parte dos laços familiares, desde seu preparo até a comensalidade do prato. Ela se tornou um importante símbolo da cultura e da história do povo que vive nas regiões de fronteiras e em todo o estado de Mato Grosso do Sul, evidenciando-se, assim, como um bem gastronômico e cultural do estado.

As manifestações culturais presentes no território sul-mato-grossense são heterogêneas e singulares. Trata-se de um espaço com uma diversidade cultural e ambiental tão ímpar, no qual se mesclam tradições de diferentes países e povos, que não consegue ser traduzida em poucas linhas. Contudo, fica a expectativa de desbravar e investigar as outras práticas e representações culturais presentes em Mato Grosso do Sul, as quais são essenciais para a preservação, a valorização e o reconhecimento do patrimônio histórico e cultural do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expressões culturais do estado de Mato Grosso do Sul são um importante legado cultural nacional que, muitas vezes, acabam não sendo evidenciadas e valorizadas. Em virtude disso, o presente trabalho procurou evidenciar a relevância do patrimônio cultural do estado.

Primeiramente, foi discutida a relação entre cultura, identidade e memória, com o intuito de demonstrar a importância da identidade cultural e da história de um povo para a preservação das manifestações culturais. Posteriormente, tratou-se

do patrimônio cultural no seu contexto histórico, político e social no mundo. Na sequência, debateu-se a respeito das práticas e do patrimônio cultural existente no estado de Mato Grosso do Sul, que se apresentam de maneira rica e diversa. O estado manifesta práticas culturais únicas, que trazem traços de influência de sua particularidade como região fronteira e dos povos indígenas. A partir dessa ótica, foram destacados alguns bens imateriais, como os diferentes idiomas presentes na região – o português, o guarani e o espanhol –, o estilo musical Chamamé, a bebida de erva-mate tereré e a sopa paraguaia, que é um prato consumido em todo o estado.

A partir do levantamento e das análises desenvolvidas, foi possível verificar que algumas dessas expressões foram intituladas pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, no ano de 2020. No entanto, há a necessidade de desenvolvimento de pesquisas que busquem discutir a problemática concernente ao patrimônio cultural sul-mato-grossense, com o intuito de auxiliar tanto no incentivo da valorização desse legado e do desenvolvimento de políticas públicas que busquem sua preservação e valorização, quanto na promoção e no desenvolvimento desses bens enquanto atrativos turísticos e culturais.

Logo, a presente investigação pretende contribuir para a discussão desse tema tão importante, com o objetivo de caminhar em busca do reconhecimento e do fortalecimento da identidade cultural e do sentimento de pertença da população sul-mato-grossense no que se refere às práticas culturais existentes no território.

REFERÊNCIAS

ASHWORTH, G. J. From history to heritage - from heritage to identity: in search of concepts and models. In: ASHWORTH, G. J.; LARKHAM, P. J. **Building a new heritage: tourism, culture and identity in the New Europe**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1994.

ASSIS, J. H. V. P.; SOUSA, S. N. A língua escrita e os falares regionais: considerações sobre o ensino em áreas de fronteira internacional de Mato Grosso do Sul.

Boletim Gaúcho de Geografia, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 245-258, 2020.

ATKINSON, D.; JACKSON, P.; SIBLEY, D.; WASHBOURNE, N. **Cultural geography: a critical dictionary of key concepts**. Londres: I. B. Tauris, 2005.

BRITO HENRIQUES, E. **Cultura e território, das políticas às intervenções: estudo geográfico do património histórico-arquitectónico e da sua salvaguarda**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP/Estação da Liberdade, 2001.

CUSTÓDIO, J. A obra patrimonial da Primeira República (1910-1932). *In*: INSTITUTO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO. **100 anos do património: memória e identidade: Portugal 1910-2010**. Lisboa: IGESPAR, 2010. p. 85-104.

GRAHAM, B.; ASHWORTH, G. J.; TUNBRIDGE, J. E. **A geography of heritage: power, culture and economy**. Londres: Arnold, 2000.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent L. Schafter. São Paulo: Centauro, 1990.

KUKIEL, E. D. G.; SILVEIRA, C. V. A culinária de fronteira como elemento de união entre os povos: o caso da sopa paraguaia na fronteira entre Brasil e Paraguai e Brasil e Bolívia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 201-224, 2020.

LOWENTHAL, D. **The heritage crusade and the spoils of history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MARTIN, J. Identity. *In*: ATKINSON, D.; JACKSON, P.; SIBLEY, D.; WASHBOURNE, N. **Cultural geography: a critical dictionary of key concepts**. Londres: I. B. Tauris, 2005. p. 97-102.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. **El Chamamé es Patrimonio Cultural de la Humanidad.**

Montevideo: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://es.unesco.org/news/chamame-es-patrimonio-cultural-humanidad>. Acesso em: 31 mar. 2021.

PRATS FERRET, M.; BAYLINA, M.; ORTIZ GUITART, A. Los lugares de la amistad y la vida cotidiana de chicas y chicos adolescentes en un barrio de Barcelona. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 116-124, 2012.

ROSE, G. Place and identity: a sense of place. *In*: MASSEY, D.; JESS, P. **A place in the world?: place, culture and globalization**. Orxford: Oxford University Press, 1995. p. 87-132.



CAPÍTULO 12

TURISMO DE EXPERIÊNCIA: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS NO MATO GROSSO DO SUL

Debora Fittipaldi Gonçalves

Djanires Lageano Neto de Jesus

Erick Wilke

Arlinda Cantero Dorsa

INTRODUÇÃO

A mobilidade do ser humano, historicamente, encontra-se registrada em formas, sinais e marcas, de inscrições rupestres até os sistemas mais sofisticados e tecnológicos da atualidade. Desde o início dos tempos, as pessoas se deslocavam de maneira nômade por necessidade, e, com a evolução e a modernização dos transportes, iniciam-se, profissionalmente, as viagens por períodos determinados, com variadas motivações.

A modernização tornou o indivíduo – antes, meramente espectador ou observador – mais participativo em suas viagens, passando a ser protagonista de suas ações. Hoje, ele prioriza a qualidade e o custo que o beneficiem, por uma gama de diversificação nos produtos turísticos existentes. Por sua vez, o turismo passou a valorizar a comunidade local em relação à conservação dos seus bens naturais, materiais e culturais. Nesse sentido, Tresseras (2013, p. 1-2) afirma que

El turismo tiene un impacto directo en la (re)formulación, (re)interpretación y (re)invención de la identidad local, especialmente

cuando relaciona con el desarrollo endógeno y que tiene al patrimonio como un eje clave que puede activarse en función de las políticas y estrategias que se defina.¹

Sabe-se, então, que o turismo, por ser um meio de aproximação de pessoas e culturas diferentes, compostas por elementos básicos como crença, símbolos, idiomas e valores, compartilha conhecimentos, saberes, ideias sobre a natureza da vida, promovendo, ainda, intercâmbio entre elas.

A atividade do turismo torna-se importante para que ocorra promoção social, dinamização da economia e movimentos interculturais. Na prática, as pessoas têm a oportunidade de conhecer manifestações culturais, passam a degustar a culinária local, interagem com os moradores, além de conhecer os elementos culturais próprios, envolvendo-se também com emoções, sensibilidades, normas e crenças locais. Keller (2005, p. 8) afirma ainda que “[...] o turismo é uma fábrica de sonhos. Quando os fornecedores são capazes de experiências inesquecíveis, o valor do seu serviço aumenta [...]”, ou seja, além do valor sociocultural agregado, ainda se permite observar o incremento no valor econômico quando há o emprego da qualificação do serviço prestado.

Nesse contexto, o turismo emerge em todo o mundo, e os visitantes buscam, cada vez mais, experiências exclusivas do local visitado. A junção turismo, cultura e viagens, na procura de inovações nas experiências, é algo profundo e intransferível, justamente por ser única para cada indivíduo. Para o turista, significa superar a banalidade, a trivialidade, pois implica no somatório de imaginação, emoção e conhecimento (TRIGO, 2010).

Para alguns filósofos, o conhecimento humano surge a partir da experiência sensorial, do uso exclusivo dos sentidos, seja de maneira direta ou indireta, e a experiência é uma fonte primária do conhecimento (KIM, 2011). Por isso, o turismo

¹ “O turismo tem um impacto direto na (re)formulação, (re)interpretação e (re)invenção da identidade local, especialmente quando se relaciona com o desenvolvimento endógeno e que tem o patrimônio como uma chave capaz de se ativar em função das políticas e estratégias que se definam” (tradução nossa).

de experiência perpassa os aspectos filosóficos, já que engloba desejos e realizações pessoais, instiga o ser humano a repensar sobre o modo de vida, algo profundo e único, provocando ou possibilitando que ele se reconecte consigo, com o outro e com a natureza. A experiência é derivada da memória das pessoas, de conhecimento particular, ou seja, individualizada.

À luz do fenômeno das experiências vividas no turismo, o presente capítulo traz à tona uma discussão sobre a segmentação do mercado turístico denominado turismo de experiência e, nesse sentido, apontar cenários e perspectivas de como esse nicho pode se tornar uma alternativa socioeconômica e cultural para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso Sul.

Foram utilizados como cenário-objeto três destinos turísticos em Mato Grosso do Sul, os quais possuem características associadas ao turismo de experiência: Campo Grande, por ser a capital do estado e indutor de turismo, conforme a classificação do Ministério do Turismo (MTUR); Bonito, por ser uma cidade indutora e ter feito parte do projeto piloto do Sebrae junto ao MTUR de Tour da Experiência; e Porto Murtinho, por ser uma localidade que está em expansão, com a implantação do Corredor Bioceânico, que será uma rota turística que perpassa o Brasil, o Paraguai, a Argentina e o Chile.

Espera-se que o texto traga ao leitor reflexões sobre as possibilidades de inserção de uma modalidade turística tanto do ponto de vista conceitual como das práticas experienciadas nos destinos elencados. Ainda, as análises deverão estimular gestores públicos municipais e profissionais do turismo, contribuindo para que possam avaliar, de modo criativo e coerente, as potencialidades locais para o implemento de ações voltadas ao turismo de experiência.

TURISMO DE EXPERIÊNCIA: CONSIDERAÇÕES PONTUAIS

As viagens proporcionam diversos tipos de experiências, englobam valores, sensações e memórias que compõem o legado histórico das vivências humanas. A

atividade turística pode ser vista por meio de um encontro com e entre culturas, tradições, costumes e novos lugares.

O turismo é uma atividade multifuncional, que permite o aprendizado (sobre geografia, culturas, idiomas, entre outros) e o lazer (descanso), proporcionando uma visão global do mundo. As experiências auxiliam as pessoas no crescimento individual e no seu desenvolvimento (LI, 2000), em sua dinâmica, que orienta os seres humanos para novas experiências saudáveis de renovação de vida e de consciência de si mesmo e do mundo, gerando estímulos chamados de sensações.

Viagens são, portanto, movimentos de descobertas que levam o turista, ator principal desse deslocamento, a passar por escolhas e desafios, instigando o intelecto com diversos níveis de aprendizagens para si e um olhar para o outro. Com esse processo, o ser humano estabelece sua forma de comunicar, estando aberto a novos contatos ou não criando laços de afastamentos, demarcando, de maneira geral, as diferenças e similaridades. Conforme explana Reis (2010, p. 297), “[...] as experiências do outro, de si mesmo, do exótico, do consumo, do risco, da natureza, entre outras, são todas particularmente singulares e significativas quando vividas em espaços não cotidianos, longe do conforto do lugar que se conhece bem”. Nesse contexto, o segmento do turismo de experiência busca estar atento às possíveis vivências no território, integrando as necessidades dos turistas com as expressões culturais, em meio ao desafio da preservação.

As sensações geradas por essa modalidade de turismo podem envolver pessoas nas mais diversas dimensões, desde uma participação passiva, em que os turistas não são afetados de forma direta, como ouvir uma música, assim como de maneira ativa, em que esse ator deixa a posição de expectador e passa a agente ativo ao processo, por exemplo, participando de uma dança típica com a comunidade local envolvida. Também há relações de absorção e imersão que envolvem conexões físicas (presenciais ou virtuais) e emocionais. Essas sensações podem se misturar entre si e proporcionar encontros únicos (PINE II; GILMORE, 1999).

Buscando algumas diferenças em relação ao modo convencional, o turismo de experiência pode ser analisado como uma tipologia dentro das segmentações de mercado, utilizando-se da proposta de *marketing* para que se agregue valor ao produto de turismo e para que haja um direcionamento a fim de atingir o público-alvo desejado. Assim, a experiência no turismo possui, também, uma visão de consumo.

Duas obras de referência nos estudos referentes a esse setor dissertam sobre o movimento da experiência aliado ao terceiro setor da economia, ou seja, a prestação de serviço, que, posteriormente, envolveria a atividade turística: *Sociedade dos Sonhos*, de Rolf Jensen (1999) e *A Economia da Experiência*, de B. Joseph Pine II e James H. Gilmore (2011).

A primeira obra simplifica a evolução da sociedade como ocorrendo desde a época agrícola à era da sociedade dos sonhos, em que a humanidade procura se religar com a natureza e busca aflorar as sensações que envolvem as experiências sensoriais, procurando um lado mais emocional, histórias e sentimentos. Todo valor do produto está inserido em histórias, lendas, mitos sobre a comunidade receptora. Não é preciso inventar nada, apenas melhorar o que já existe na comunidade. De acordo com Jensen (1999, p. 77), “*The consumer buys feelings, experiences and stories, this is post materialist consumer demanding a story to go with the product*”². Ou seja, o ser humano sempre viveu de histórias, sejam mitos, sonhos, lendas, contos, causos, que, antes, vinham com a tradição oral; com o passar dos tempos, surgiu a escrita para um registro diferenciado, em busca do espiritual e em sintonia com ele, cujo valor emocional envolve a solidariedade e sentimentos interpessoais (JENSEN, 1999).

Já a obra de B. Joseph Pine II e James H. Gilmore (2011) pontua que, nas experiências de consumo e interfaces, há uma produção e uma condução de reação, fazendo analogias com o teatro. O trabalho é uma forma de teatro, e o negócio é o palco; a pessoa passa a ser protagonista de suas histórias e experiências, que

2 “O consumidor compra sentimentos experiência e histórias. Este é o consumidor pós materialista exigindo uma história para acompanhar o produto.” (tradução nossa).

contribuem com ensinamentos para sua vida, tornando-se momentos inesquecíveis (PANOSSO NETTO; GAETA, 2010). Os referidos autores contribuíram apresentando uma nova percepção sobre o tipo de economia associada à experiência, o que provocou novas reflexões sobre a relação entre a oferta de produtos e serviços, em uma promissora tendência do mercado fortemente baseada em questões emocionais como centro do consumo.

Em um movimento de novas interações, as ações humanas são conduzidas por histórias e emoções, e não somente por dados e informações. O componente *experiência*, ao qual se tem feito referência neste capítulo, assume não somente a prevalência das sensações de ordem pessoal, de foro íntimo e particular, mas também a dimensão interpessoal, em que novas emoções são compartilhadas e construídas somadas às emoções de outrem. De acordo com Wang (1999, p. 32), “[...] *authenticity is a potential existential state of being which is to be activated by tourist activities*”³.

Nesse conjunto de elementos, um novo valor econômico apresenta-se na sociedade, baseando-se nos sonhos, nas experiências e nas memórias. Segundo McCannel (1973, p. 159), “[...] *authentic experiences are believed to be available only to those moderns Who try to break the bonds of their everyday experiences and begin to live*”⁴. Assim, a sociedade do consumo, que está envolvida com a globalização e busca algo inovador e autêntico, tendo no lazer uma forma de equilíbrio, físico e psíquico, busca como motivação a qualidade de vida, isto é, a fuga de uma rotina estressante, à procura de experiências movidas pela autenticidade e pela hospitalidade.

A Sociedade dos Sonhos propõe uma gama de novos olhares, que primam pelas sensações (sonhos), em que as questões emocionais são consideradas como simbologias, mitos, ritos e histórias das comunidades e das pessoas, valores (éti-

³ “Autenticidade é um potencial estado existencial do ser, que deve ser ativado por atividades turísticas.” (tradução nossa).

⁴ “[...] experiências autênticas são acreditadas para estar disponível apenas para os modernos que tentam quebrar os laços de suas experiências cotidianas e começam a viver.” (tradução nossa).

ca), questões espirituais, experiências emocionais, emoções profundas, sensações inesquecíveis, ou seja, relações emocionais (inteligência emocional), desafios, sentimentos, emoções, contato maior com a natureza e busca por lugares e sensações de tranquilidade. O turista, nesse caso, deseja algo a mais do que ser mero consumidor de serviços; está em busca de sentimentos únicos e memoráveis.

No entanto, a experiência pode ser afetada por diversos fatores que nem sempre estão relacionados ao consumo de produtos turísticos cuja oferta de valor seja unicamente a satisfação. É preciso que haja não só uma superação da banalidade, algo que não seja trivial e cotidiano, como também que sejam gerados significados para a vida do turista (MENDES; GUERREIRO, 2010; TRIGO, 2013), já que uma viagem como experiência é um momento presente da vida, que pode ser desfrutado individualmente e que é intransferível.

Ao se falar de atividades de turismo e de experiências, depara-se com dois segmentos de *marketing* com potenciais de realização em diferentes escalas: o turismo tradicional e o turismo de experiência. Para elucidar as diferenças, no Quadro 12.1, são apontadas as características principais, que, muitas vezes, estão próximas e se interligam.

Turismo Tradicional	Turismo de Experiência
Baseado em destinos e atividades.	Baseado em destinos e atividades.
Propõe objetivos de viagem (O que fazer e onde?).	Propõe motivos para a viagem (Para que fazer determinada atividade em determinado lugar?).
Padronização das atividades e serviços (cada turista leva o mesmo).	Experiências únicas e pessoais (cada viajante leva algo próprio).
Criação de atividades para o prestador de serviços e intervenção do turista.	Experiências criadas na interação do viajante com o lugar, com atividades e pessoas que o acompanham.
Processo de intercâmbio entre o turista e o destino (serviços e retribuição econômica).	Processo transformacional entre o turista e o destino (as partes se enriquecem pelo encontro).

Turismo Tradicional	Turismo de Experiência
Acompanhamento dos grupos por guias de turismo.	Acompanhamento dos grupos por facilitadores em aprendizagem experiencial.
O turista sente que está de passagem pelo lugar (se identifica como passageiro).	O turista se sente parte do lugar que visita (se identifica pelo seu nome).
A viagem tem um efeito “passageiro”.	A viagem pode ter um efeito perdurável.
Um mesmo destino ou atividade é vivido de maneira similar.	Uma mesma experiência é vivida sempre de maneira diferente.

QUADRO 12.1 – Turismo tradicional e turismo de experiência.

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2016).

Esses movimentos conceituais apontados no Quadro 12.1, pelos quais transitam o turista tradicional e o que busca a experiência, vencido o comportamento de massa e de padronização das ações geradas pelo turismo, exigem, no segundo caso, a promoção de encontros entre as culturas e os sujeitos envolvidos, em que as trocas de informações, conhecimentos e saberes pautam e promovem as atividades propostas pelos habitantes locais. Além disso, o turismo de experiência ocorre no desafio e no exercício de conhecer o outro, de valorizar a cultura do outro, de aprender com o outro, com e nas vozes e diálogos entre as culturas que ali se constroem e oportunizam.

A dinâmica de um processo de diálogo intercultural é altamente desafiadora e detém a capacidade de gerar possibilidades de mudança de mentalidade. Trata-se de (re)conceber o sentir, o perceber, o conhecer e o interagir com o mundo, com os demais indivíduos e com a natureza, a partir de processos que auxiliem esses indivíduos a compreender, a ressignificar e a transformar seus próprios contextos (WALSH, 2009). Turismo e cultura, quando integrados, podem fortalecer a cultura local/regional, proporcionando o conhecimento e a valoração da comunidade.

Para que a práxis do turismo de experiência seja consolidada, é necessário que o turista que está em busca de algo saiba valorar e vivenciar algo mais devagar,

mais experiencial no sentido literal dos termos. Para se viver e realmente conhecer algo, é preciso se conectar com a comunidade local, estar aberto às ressignificações de valores e sentimentos diversos, como, por exemplo, conhecimentos interculturais, de pertencimento à natureza, um religamento com o mundo, transformações de olhares e pensamentos em relação ao próximo, uma provocação por meio do aguçar dos mais diversos sentidos do nosso corpo. Existe uma ação de transformação em relação à comunidade local e ao turista, e, ao mesmo tempo, há uma nova construção de algo entre ambos.

Alguns turistas almejam experiências deixando de lado o conceito de compradores de serviços e passam a esperar do produto algo atrativo, peculiar e único, que lhes permita vivenciar experiências sensoriais por meio de todos os sentidos: olfato, visão, tato, audição e paladar. Essa interação possibilita que o momento se torne significativo e único (GAETA, 2010). Trata-se de uma constante busca pelo diferente, pelo único, pelas experiências, pelo não comum. Essa atividade do turismo – ligada ao entretenimento e sua indústria e tecnologias – torna-se um dos pilares significativos da Economia da Experiência relacionada.

O turismo como uma das alternativas para o desenvolvimento de uma região, além de exaltar as belezas naturais do local e se preocupar com os valores culturais, busca, também, contribuir para com a afirmação das identidades locais, observadas por meio de atos simples, como sair para caminhar, conhecer o entorno, se ambientar, vivenciar os costumes locais, que podem ser considerados como atividades que materializam as experiências vividas.

O desenvolvimento e suas multidimensionalidades estão inter-relacionados com as questões do turismo de experiência, assim como com as do turismo rural. Entretanto, para Acosta (2016), é preciso que os mecanismos se reorganizem e que o formato economicista não seja o objetivo único, mas, sim, um dos vieses do desenvolvimento, e que este possa englobar outros, entre eles, as questões de caráter ambiental. “[...] O mundo precisa também de uma racionalidade ambiental capaz de

desconstruir a racionalidade econômica, que construa processos de reapropriação da Natureza e reterritorialização das culturas” (ACOSTA, 2016, p. 233).

Nesse contexto, no turismo de experiência, o visitante almeja agregar valores às suas viagens, deixando de ser um mero comprador das atividades e serviços, passando a participar no processo turístico, envolvendo-se com a comunidade local, interagindo com as pessoas que trabalham, participando de forma efetiva para a realização dos seus sonhos. Nesse tipo de economia e prática de turismo, há uma evolução dos bens e serviços, que passam a ser centrados nas sensações e transformações (PINE II; GILMORE, 1999).

As experiências podem ser sentidas, vivenciadas, e o turista almeja sentir e viver a emoção do lugar, procurando a inovação, passando a ser cocriador, isto é, um ser participativo na viagem, buscando sempre a autenticidade dos produtos e nos serviços, para que essas experiências se tornem inusitadas e inesquecíveis. O universo de interesses do visitante e o conjunto de possibilidades (sensações, percepções e memórias) a serem suscitadas no encontro e na interação entre desejos, territórios e territorialidades desconhecidas, o binômio conteúdo e forma nas atividades a serem oferecidas, fazem a diferença no e do turismo de experiência.

No viés do turismo de experiência, a implantação de novos atores no campo de trabalho é investida de uma nova *expertise* e promovida a um *status* diferenciado, ou seja, os atores recebem “novas” identidades, para atender, com maior profundidade, às questões de forma e conteúdo das atividades em proposição. Esse fato pode trazer benefícios e/ou dificuldades para cada indivíduo. Para Pine II e Gilmore (1999, p. 206), “[...] as sensações transformam os visitantes em participantes do encontro, tanto se seus efeitos de longo prazo forem deletérios ou terapêuticos. As transformações inserem nos aspirantes um ‘novo eu’, com todas as implicações éticas, filosóficas e religiosas que a frase traz”. Assim, permitir-se a uma imersão na cultura local é elementar para que o turismo de experiência possibilite mudanças mediante suas vivências.

Nessa direção, os princípios do bem viver, descritos por Walsh (2009), que se relacionam aos princípios de relacionalidade, correspondência, complementaridade e reciprocidade, confluem para uma visão e consequentes práticas individuais e comunitárias para com o meio ambiente e seu cuidado. Em outras palavras, esses princípios desafiam e trazem uma forma de ver, pensar e construir as relações e o entorno em uma perspectiva de cuidado, compartilhamento e responsabilidade planetária.

Ao se deparar com a dicotomia homem *versus* natureza, Pine II e Gilmore (1999, p. 71) esclarecem que “[...] os serviços se tornam experiências envolventes quando acrescidos de fenômenos [...] quanto mais sensorial for uma experiência mais memorável ela será [...]”. Os autores pontuam que, para que ocorra uma experiência, o turismo deve provocar uma alteração nos sentidos do visitante, de maneira que afete a sensação de espaço, tempo e memória, integrando a matéria: “[...] depois de vivenciar a sensação; a integração congruente de várias impressões afeta a pessoa e, portanto, completam o tema [...]” (PINE II; GILMORE, 1999, p. 63).

AS POSSIBILIDADES DE TURISMO DE EXPERIÊNCIA EM MATO GROSSO DO SUL

As relações de turismo de experiência e desenvolvimento(s) no Mato Grosso do Sul são e estão intrínsecas aos recursos e atrativos culturais e naturais disponíveis, sobretudo porque o estado possui uma das maiores biodiversidades do mundo, além da multiculturalidade do seu povo.

O presente estudo apresenta as oportunidades de implantação do segmento de turismo de experiência em Mato Grosso do Sul. Como objeto de análise, foram escolhidos os principais destinos de turismo do estado, a saber, Campo Grande, Bonito e Corumbá. Além de serem destinos de referência na região, são representativos em suas políticas públicas, potencialidades e recursos ambientais, culturais, sociais e econômicos, servindo de base sólida para as análises propostas.

Campo Grande

A capital do estado possui inúmeras potencialidades para implantação do turismo de experiência, sobretudo pela confluência histórica, gastronômica, religiosa e política de etnias, advindas dos povos árabes, paraguaios, japoneses, bolivianos, gaúchos, entre outros. Outro ponto que pode ser analisado como elemento para essa modalidade de turismo é a observação de aves, com inúmeros *hotspots* instalados nas diversas áreas da cidade, além da contemplação da natureza, que pode ocorrer nos inúmeros parques horizontais urbanos, nas nascentes e nas cachoeiras ao redor do município.

Complementarmente às potencialidades, já existem diversos pontos de interesses turísticos em operação. A gastronômica local já é expressiva, e está se organizando em “corredores gastronômicos”, a exemplo da Avenida Bom Pastor e do Mercado Municipal. Este último está localizado na região central da capital e se tornou, há décadas, um ponto de encontro dos campo-grandenses e de seus visitantes, por oferecer uma diversidade de produtos e *souvenirs*, incluindo a erva-mate para o famoso tereré (bebida típica regional à base de erva mate e servida com água gelada).

A quantidade e a diversidade de restaurantes e pratos oferecidos nos corredores gastronômicos, bem como a variedade de produtos e especiarias oferecidos no Mercado Municipal, permitem a criação de eventos de experiência ou momentos que sejam memoráveis para os turistas. Há, nesses locais, riqueza e variedade de recursos com elevado potencial para a geração de produtos turísticos de experiência com grande valor de mercado e atratividade. A promoção do turismo de experiência já é uma realidade, mas ainda é tímida, com pouco apoio do circuito turístico e promovida por apenas um guia de turismo.

O chamado *walking tour* – visita a pé ao centro urbano e histórico da capital, que pode ser feita individualmente ou em grupos, guiada ou não por profissional especializado – promove o conhecimento aprofundado da cultura patrimonial e

de colonização do município e é um produto em crescimento e consolidação, assim como o é a visitação às diversas cervejarias artesanais, que incluem sabores típicos do cerrado sul-mato-grossense, e às comunidades tradicionais, como a Aldeia Indígena Urbana Marçal de Souza e a Comunidade quilombola de Tia Eva.

No que diz respeito à infraestrutura turística e de apoio, a capital possui aeroporto e rodoviária, facilitando a chegada de turistas de várias localidades, rede hoteleira com mais de 7 500 leitos e rede gastronômica, que atende à demanda interna. Há, ainda, as de universidades, com cursos superiores em turismo, bem como centros de formação do *Sistema S*; há incentivo da governança pública para promover o turismo interno, dentro de suas competências, como os Centros de Atendimento ao Turista (CATs), sinalização e informação. No entanto, percebe-se a necessidade de investimentos na infraestrutura, no tocante a a questões de acessibilidade, promoção e divulgação do destino, além do trabalho de sensibilização da comunidade local e a formação continuada de profissionais sobre a importância da arte do bem receber.

Diante do cenário apresentado em Campo Grande, compreende-se que, com a qualificação dos produtos, na formação profissional das pessoas envolvidas no segmento, com os incentivos fiscais e tributários aos empresários, acredita-se que os elementos apresentados podem, podem ser transformados em poderosos instrumentos de valorização da cultura, da identidade e da alteridade do seu povo, bem como proporcionar experiências únicas e memoráveis aos turistas, de forma integral e exclusiva, de modo que os visitantes sintam-se participantes e protagonistas de suas vivências.

Bonito

Localizada a 330 quilômetros da capital e reconhecida pela 16ª vez, em 2020, como cidade de “Melhor Destino de Ecoturismo do Brasil” (prêmio da *Revista Viagem e Turismo* da editora Abril), a cidade é uma das localidades selecionadas pelo Ministério do Turismo para compor o rol de projetos piloto do Programa *Tour*

da Experiência, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e com o Instituto Marca Brasil (IMB). O Programa tem o objetivo de oferecer atividades turísticas que despertem emoção, prazer e satisfação e já foi implantado em Petrópolis - RJ, Belém - PA, Bonito - MS, Região da Uva e Vinho – Serra Gaúcha - RS, e na Costa do Descobrimento - BA.

O município de Bonito possui belezas cênicas ímpares e, em conjunto com o município de Jardim, com o qual faz divisa territorial e dista de 65 quilômetros, compõe uma rota turística no estado. Os rios e a avifauna da região apresentam algumas experiências, como o Buraco das Araras em Jardim – uma das maiores dolinas do Brasil, com cerca de 100 metros de profundidade e 500 metros de largura –, que proporciona ao visitante as sensações provenientes da observação da natureza local, dos ninhos de inúmeras araras, principalmente as vermelhas, formando um belo paredão, além das plantas e frutos do cerrado (BURACO DAS ARARAS, 2021).

Outro passeio que envolve os diversos sentidos, como visão, olfato e paladar, é a Estância Mimosa em Bonito, que permite ao turista vivenciar a cultura local, provar a gastronomia, a caminhada pelas trilhas, a observação de aves, passeios a cavalo, bem como banho em cachoeiras. Esse local convida o visitante a vivenciar vários tipos de experiências (ESTÂNCIA MIMOSA, 2021).

No Taboa Bar, em Bonito, o turista pode vivenciar a elaboração da cachaça artesanal, conhecer sua história, degustar a bebida (envolvendo os sentidos olfato, paladar, visão) e, ao mesmo tempo, estimular sensações, memórias e recordações. Ainda, há a oportunidade de experimentar os pratos típicos regionais, como a carne de jacaré (TABOA BAR, 2021).

A flutuação no rio Prata é outro passeio que trabalha com as sensações do turista, estimuladas pelas belezas naturais com a contemplação da natureza; a descida do rio, por meio de flutuação, permite que o turista mergulhe com espécies de peixes da fauna local, aguçando sensações e experiências memoráveis (RECANTO ECOLÓGICO DO RIO DA PRATA, 2021).

O Abismo Anhumas é mais um passeio que envolve experiências, principalmente para as pessoas que gostam de aventura, pois a descida de 72 metros é feita em rapel, em uma caverna parcialmente submersa, com um lago cristalino e com uma floresta de cones de calcário, que tem o maior cone já registrado na literatura mundial. A transparência da água possui uma visibilidade de até 60 metros, sendo possível avistar a floresta de cones, com mais de 20 cones submersos de formação calcária, onde a natureza presenteia seu visitante com vivências únicas (A DESCIDA, 2021).

A gastronomia local é um atrativo turístico muito rico em Bonito, uma vez que existem vários pratos feitos à base de peixes, e o turista é levado a provar, ainda, uma gastronomia “exótica”, com especialidades como a carne de jacarés, o caldo de piranha, o suco de guavira, entre outros, que imediatamente provocam todos os sentidos com texturas, aparência, sabores e cheiros exóticos e peculiares. O município, de modo geral, possui infraestrutura turística e de apoio de qualidade, além de contar com aeroporto com voos regulares provenientes de Campinas - SP, agências de turismo, rede hotelaria com 4 000 leitos, promoção e divulgação do destino pelas instâncias de governança pública, bem como o fomento de políticas públicas para o turismo, de forma integradora com o Conselho Municipal de Turismo, que implantou o *voucher* único, um meio de controle do fluxo turístico local e de valorização da gestão do turismo de forma integrada.

Corumbá

O município, que está localizado a, aproximadamente, 428 quilômetros da capital, faz fronteira com a Bolívia e pertence à Instância de Governança Regional (IGR) Pantanal – composta pelos municípios de Miranda, Aquidauana e Corumbá, conforme apresenta o Mapa de Regionalização do Turismo de 2019, segundo a Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR) (2021) –, pode ser considerado um dos portões de entrada do Pantanal mato-grossense, é margeado pelo rio Paraguai e está inserido no rol das políticas públicas nacionais.

Corumbá é outro município indutor de turismo estadual, como definido pelo Ministério do Turismo, e pode ser considerado como cenário capaz de proporcionar diversos tipos de experiências, seja pelas memórias, histórias, mitos e lendas que são diversos na região, seja pelas sensações estimuladas pelo contato com a biodiversidade da flora e da fauna pantaneira, construindo uma simbiose entre visitante e ambiente visitado.

Existem inúmeros atrativos turísticos, em Corumbá e região, que podem ser aproveitados para o turismo e as relações experienciais. Uma delas é a visita aos casarios antigos do Porto Geral, localizado no centro histórico, composto de construções com arquitetura antiga, sendo um local riquíssimo em histórias, memórias e sensações, e já tendo sido considerado o terceiro maior porto fluvial da América Latina, além de conter elementos da história da Guerra com o Paraguai (VISIT BRASIL, 2021).

Outro atrativo turístico a ser mencionado como destaque é o Banho de São João de Corumbá e Ladário, uma manifestação cultural e religiosa, que, segundo os primeiros registros, são datados do século XIX, e que se tornou Patrimônio Imaterial do Brasil durante a 95ª Reunião do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 19 de maio de 2021. Essa manifestação cultural agrega as questões de religiosidade e interculturalidade, sendo uma expressão histórico-cultural popular local, com a tradição do banho ou lavagem do Santo Antônio nas águas do rio Paraguai, ritual no qual se pode experimentar memórias e sensações ligadas às questões sagradas e profanas. Os visitantes vivenciam a devoção das famílias que participam da confecção do andor do Santo Antônio, com o qual, posteriormente, descem do alto da ladeira “Cunha e Cruz” até chegar ao rio Paraguai para o famoso banho do Santo. Estudiosos afirmam que os festejos reúnem uma miscelânea de influências de povos, entre eles, os árabes e os portugueses. Também marca os festejos o sincretismo religioso, sobretudo aquele existente entre o catolicismo e as religiões de matriz africana (CORUMBÁ, 2021).

Simultaneamente a esse momento de religiosidade para algumas famílias, ocorre o “Arraial do Banho de São João”, que é um evento realizado para as comemorações das Festas Juninas locais, organizado pela prefeitura municipal, com atrações culturais, gastronômicas e artesanais, estimulando o desenvolvimento turístico e outros aspectos, além dos econômicos, sociais, culturais e ambientais que estão envolvidos (SANTOS, et al., 2021). Em razão de sua importância histórica, cultural e festiva de alcance regional, o arraial foi reconhecido como Bem Cultural do Brasil 2021, sendo escrito no Livro de Registro de Celebrações.

Ressalte-se, ainda, que a infraestrutura turística e de apoio de Corumbá possui boa qualidade para atendimento da demanda de pessoas dispostas a se deslocar em busca de novas experiências, contando com mais de 4 500 leitos de hotéis e pousadas, aeroporto com voos regulares, diversos restaurantes com comida típica local e da região, incluindo a boliviana, além de outras atrações, como praças, museus, comércio e a prática da pesca esportiva (CORUMBÁ, 2021).

Assim, diante do foco das três cidades indutoras escolhidas para citar neste texto, mesmo sabendo que o estado de Mato Grosso do Sul possui vários outros locais potenciais e recursos a serem explorados e valorizados pelas instâncias de governança pública e privada, com foco na experiência do turista, percebe-se que essa segmentação de mercado surge como oportunidade ímpar, seja pela localização geográfica privilegiada, seja pelo multiculturalismo do seu povo, incluindo a representatividade, de forma expressiva, das comunidades tradicionais quilombolas e indígenas, além das políticas públicas e ações de governança dos órgãos competentes, bem como as organizações de formação continuada como as universidades e as do *Sistema S*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O segmento do turismo de experiência se materializa na esfera das percepções. Isso significa que o turista é nutrido de sensações, memórias e vivências,

podendo perceber, no exercício de sua participação, a apreensão de novos conhecimentos, valores e práticas. Na atualidade, observa-se uma crescente busca por vivências únicas dos consumidores de bens e produtos na área do turismo.

No Mato Grosso do Sul, esse segmento possui inúmeros cenários e perspectivas de implantação. Neste capítulo, foram apresentados três municípios que são referência nesse aspecto, mas existem diversas outras localidades que necessitam ser estudadas e implantadas como nicho de mercado e potencial turístico. Nessas localidades, a união entre as governanças local e estadual pode fazer com que a cultura sul-mato-grossense seja definitivamente valorizada; não apenas contemplada, mas experimentada, vivida, degustada e, enfim, sentida.

Uma vez que o turismo tem forte relação com os aspectos que motivam o ser humano, a atividade constitui uma maneira de romper com a rotina, afastar-se das práticas cotidianas e rotineiras e estabelecer uma zona de contato com culturas, simbologias e territórios, possibilitando novas experiências. Atualmente, o setor turístico está preocupado em proporcionar aos turistas conhecimentos, experiências e aprendizagens, de modo que essas experiências possam gerar emoções, sensações, de maneira explícita ou implícita, inovações e diferenças.

A viagem, compreendida como expressão da experiência, apresenta um significado para cada ser humano, sendo intransferível. Cada indivíduo, em sua excepcionalidade, possui um modo de vivenciar, sentir e partilhar as novas descobertas, mesmo sendo algo complexo e profundo. As novas experiências por meio das viagens, portanto, permitem a abertura para “novos” mundos e ideias, para a conscientização e o aprendizado, para a (re)construção de valores e para a composição de novas memórias.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.

A DESCIDA. **Abismo Anhumas**. Bonito, 2021. Disponível em: <https://abismoanhumas.com.br/experiencia/a-descida/>. Acesso em: 18 maio 2021.

BENI, M. C. Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. **Revista Turismo - Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 6, n. 3, p.295-305, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1063>. Acesso em: 05 mar. 2015.

BURACO DAS ARARAS. Bonito, 2021. Disponível em: <https://www.buracodasararas.com.br>. Acesso em: 18 maio 2021.

ESTÂNCIA MIMOSA. Bonito, 2021. Disponível em: <https://www.estanciamimosa.eco.br>. Acesso em: 18 maio 2021.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Mapa turístico do MS**. Campo Grande: FUNDTUR, 2021. Disponível em: <http://www.turismo.ms.gov.br/conheca-ms/mapa-turistico-do-ms/>. Acesso em: 20 maio 2021.

GAETA, C. Turismo de experiência e novas demandas de formação profissional. *In*: PANOSSO NETTO, A.; GAETA, C. (org.). **Turismo de experiência**. São Paulo: Ed. Senac, 2010. p. 133-150.

GILMORE, J. H.; PINE II, J. **The experientie economy: work is theatre & every business a stage**. Boston: Harvard Business Review Press, 1999.

GONÇALVES, D. F. **Turismo de experiência, culturas e desenvolvimento: uma relação possível para o Pantanal mato-grossense na sub-região de Miranda?! 2016**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, 2016.

JENSEN, R. **The dream society: how the coming shift from information to imagination will transform your business**. Nueva York: McGraw-Hill, 1999.

KELLER, P. Uma nova maneira de ver o turismo global. *In*: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (ed.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. p. 3-19.

KIM, D. **O livro da filosofia**. São Paulo: Globo, 2011.

LI, Y. Geographical consciousness and tourism experience. **Annals of Tourism Research**, [s. l.], v. 27, n. 4, p. 863–883, out. 2000. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738399001127>. Acesso em: 23 fev. 2015.

MCCANNEL, D. Staged authenticity: arrangements of social space in tourist settings. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 3, n. 3, p. 589-603, 1973.

MENDES, J.; GUERREIRO, M. Reconstituir a experiência turística com base nas memórias perdidas. In: PANOSSO NETTO, A.; GAETA, C. (org.). **Turismo de experiência**. São Paulo: Ed. Senac, 2010. p. 315-330.

PANOSSO NETTO, A.; GAETA, C. (org.). **Turismo de experiência**. São Paulo: Ed. Senac, 2010.

REIS, R. M. P. O. **Descolonizar e desenvolver: leituras e olhares a partir de uma perspectiva intercultural**. 2010. 99 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2010.

SANTOS, D. B.; NETO DE JESUS, D. L.; GONÇALVES, D. F. A produção do turismo de experiência e a territorialidade da manifestação cultural do Banho de São João em Corumbá-MS. **Geofronter**, Campo Grande, v. 7, n. 1, 2021. Disponível em <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/5083>. Acesso em: 19 maio 2021.

TOUR DA EXPERIÊNCIA. [S. l., 20--]. Disponível em: <http://www.tourdaexperiencia.com.br/institucional>. Acesso em: 07 abr. 2014.

TRESSERRAS, J. J. El turismo naranja, el color del turismo cultural y creativo. **Revista de Economía Creativa**, Santiago, ago. 2015. Disponível em: http://www.hosteltur.com/comunidad/004289_el-turismo-naranja-el-color-del-turismo-cultural-y-creativo-rumbo-a-una-alianza-estrategica-entre-los-sectores-cultural-y-turistico.html. Acesso em: 25 set. 2016.

TRIGO, L. G. G. A viagem como experiência significativa. *In*: PANOSSO NETTO, A.; GAETA, C. (org.). **Turismo de experiência**. São Paulo: Ed. Senac, 2010. p. 21-42.

TRIGO, L. G. G. **A viagem**: caminho e experiência. São Paulo: Aleph, 2013.

VISIT BRASIL. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.visitbrasil.com/pt/atracoes/casario-do-porto-geral-de-corumba.html>. Acesso em: 20 maio 2021.

WALSH, C. **Interculturalid, estad, sociedad**: luchas (de) coloniales de nuestra época. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2009.

WANG, N. Rethinking authenticity in tourism experience. **Annals of Tourism Research**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 349_370, 1999. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738398001030>. Acesso em: 20 set. 2016.



CAPÍTULO 13

PASSEANDO POR TERRAS INDÍGENAS: QUEM E QUANTAS/OS SÃO AS/OS QUE PESQUISAM SOBRE O TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS SUL-MATO-GROSSENSSES?

Rúbia Elza Martins de Sousa

Kemily Marques Silva Santos

INTRODUÇÃO

O turismo está intimamente relacionado ao deslocamento do ser humano no tempo e no espaço, e esse deslocamento é determinado por conquistas sociais, econômicas e tecnológicas. Segundo Carmo (2006), o turismo se efetivou por meio da institucionalização do tempo livre, tornando-se um fenômeno sensível e complexo, por envolver um conjunto de relações (culturais, ambientais, sociais e econômicas) e fatores estruturais (infraestrutura e superestrutura) que têm o ser humano como o protagonista, sendo este considerado o epicentro da atividade.

Os turistas, em sua maioria, desejam conhecer lugares, pessoas e vivenciar experiências que os distancie daquelas vividas no cotidiano. Desse modo, as características peculiares de determinada localidade é o elemento que atrai a atenção do turista e, por sua vez, motiva o deslocamento.

Atualmente, diante da crescente busca por essas experiências, é possível observar o aumento do interesse de não indígenas em visitar comunidades indígenas,

com vistas a conhecer e vivenciar a cultura que se materializa no território – dadas as especificidades ambientais, culturais, políticas e sociais de tais povos –, bem como os elementos culturais imateriais, ligados, sobretudo, às crenças e à religiosidade.

Assim, compreendendo a necessidade de investigar questões que abarquem esse universo de pesquisa, este capítulo objetiva realizar o levantamento de artigos científicos publicados entre os anos de 1999 e 2019 que tratem sobre o turismo em comunidades indígenas, com o enfoque para o estado de Mato Grosso do Sul.

Este capítulo diz respeito a uma parte dos resultados de um projeto de pesquisa que estava em andamento¹ quando da escrita deste capítulo e que tinha como objetivo realizar o levantamento do estado da arte dos estudos que versem sobre o desenvolvimento do turismo em comunidades indígenas que vivem na América Latina. A pesquisa em tela, quanto aos objetivos, é de caráter exploratório, visto que tem como proposta realizar o levantamento de material bibliográfico, propiciando maior familiaridade com um campo de estudos (GIL, 2009).

Para o levantamento de dados pertinentes ao objetivo, foram utilizadas as seguintes bases de dados: o Scientific Electronic Library (SciELO) e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior (CAPES). O SciELO foi escolhido por se configurar como proeminente plataforma de busca de pesquisas acadêmicas no âmbito da América Latina e por fornecer confiabilidade, assim como a Portal de Periódicos da Capes², caso em que, somado aos referidos fatores, adiciona-se o fato de que as universidades brasileiras conveniadas, como é o caso da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, possuem acesso irrestrito a todo o material disponível, possibilitando o acesso a um volumoso universo de publicações.

Como critérios para a realização das buscas, utilizou-se um conjunto de palavras-chave, a saber: turismo étnico, etnoturismo, ecoturismo indígena, turismo

1 O projeto foi concluído em outubro de 2022.

2 “O Portal possui um dos maiores acervos de publicações científicas do mundo. São mais de 29 mil títulos, com trabalhos abrangendo todas as áreas do conhecimento [...]. O Portal oferece ainda 130 bases referenciais com informações bibliográficas [...]” (CAPES, [20--]).

indígena. O recorte temporal de vinte anos – 1999-2019 – se fundamenta no fato de que, em 1999, foi publicada a tese de doutorado de Rodrigo de Azeredo Grünewald, trabalho que é uma das mais importantes referências para a área de estudos, além de que, por meio das pesquisas realizadas nas bases de dados supracitadas, foi possível identificar que outros estudos, que também se configuram como referências, foram publicados na primeira década dos anos 2000.

Este trabalho se mostra relevante na medida em que auxiliará no reconhecimento e na compreensão do cenário de publicações acerca da temática, propiciando, dessa forma, identificar quem são os pesquisadores e quantos são os trabalhos que tenham como enfoque o estado de Mato Grosso do Sul, dada a sua proeminência em termos quantitativos, uma vez que é considerado o segundo estado brasileiro com maior número de indígenas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

“MATO GROSSO DO SUL É UM ESTADO INDÍGENA”

Bartolomeu Meliá (2015, p. 15), responsável por prefaciar o livro *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*, inicia seu texto fazendo a seguinte afirmação: “Mato Grosso do Sul é um estado indígena”. O autor explica que tal afirmação não se dá devido ao grande volume dos dados demográficos, mas, sim, pela quantidade de povos indígenas que habitam em território sul mato-grossense. Segundo De Jesus (2012), nos limites territoriais de Mato Grosso do Sul, vivem oito etnias, sendo elas: Terena, Guarani Nhandeva, Guarani Kaiowá, Guató, Kinikinau, Atikum, Kadiwéu e Ofaié. Esses povos indígenas estão distribuídos em setenta e cinco aldeias.

A região Centro-Oeste se configura como a terceira com maior população indígena do país, com 143 432 indígenas, estando atrás da região Norte, que conta com um total de 896 917 indígenas, e do Nordeste, com 232 739 indivíduos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

Em termos populacionais, de acordo com o IBGE (2013), o estado de Mato Grosso do Sul é o segundo do país com maior população indígena, contando com, aproximadamente, 75 000 indígenas, sendo que, desse total, 61 158 residem em terras/reservas indígenas, enquanto o restante – 15 867 – está domiciliado fora de territórios indígenas.

Nesse cenário, o município de Dourados destaca-se pelo fato de a Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa, localizada nos limites do território urbano, a cerca de cinco quilômetros da região central do município, abriga, de acordo com Cavalcante (2019)³, em torno de 11 880 indígenas, que estão distribuídos em uma área de 3 474 hectares. Na Reserva Indígena de Dourados (RID), residem/convivem indígenas das etnias Guarani, Kaiowá e Terena.

Desde a criação da RID, no ano de 1917, identifica-se a existência do que Pereira (2015) denomina “sistema multiétnico”, que já perdura por quase um século, dada a coexistência das três etnias. Segundo o autor (2015, p. 782), quando

[...] ocorreu a criação da RID em pleno território Kaiowa, os Guarani já viviam na região e já interagiam frequentemente com os Kaiowa nos acampamentos de coleta da erva. Dessa forma, os Guarani acompanharam os deslocamentos de famílias Kaiowa para o interior das reservas. O mesmo aconteceu com famílias Terena, já inseridas nas formas de ocupação econômica introduzidas pelas frentes de expansão da sociedade nacional.

Essa confluência de etnias não é uma característica exclusiva da RID, mas diz respeito, também, a outros territórios indígenas espalhados pelo estado, a exemplo da Terra Indígena da Amambai, onde convivem as etnias Nandeva (Guarani) e Kaiowá.

É relativamente comum a ocorrência de casamentos interétnicos; nesses casos, ocorrem negociações e são instituídos acordos, uma vez que, entre as etnias, há distinções no que tange aos aspectos culturais, identitários e do modo de vida de

3 Dados fornecidos pela FUNAI. População estimada com base no Censo populacional de 2010 e no Sistema de Informações sobre Atenção à Saúde Indígena (SIASI) da Secretaria Especial de Saúde Indígena, Ministério da Saúde (SESAI).

cada uma delas. Em razão de essas pessoas, com suas particularidades, conviverem/compartilharem um mesmo território, não raro, ocorrem conflitos, pois, mesmo que haja o convívio muito próximo, não há dissolução das diferenças.

No início dos anos 1980, o traçado da BR 156 passou a cortar a RID, facilitando o deslocamento para os municípios de Dourados e Itaporã, de modo que a reserva tornou-se um foco de atração para agências indigenistas, e os recursos por elas disponibilizados passou a ser um atrativo para a população indígena que habitava a região. Esses motivos são os responsáveis pelo alto contingente populacional da RID.

O município de Dourados mostra-se expoente no que tange à população indígena, pelo fato de a reserva encontrar-se em território urbano e possuir alta densidade demográfica, devido aos fatores mencionados. No entanto, os grupos indígenas estão espalhados por outros vinte e sete municípios⁴ do estado (MATO GROSSO DO SUL, [20--]).

No município de Campo Grande, assim como em Dourados, existem aldeias localizadas no perímetro urbano, as quais abrigam, aproximadamente, cinco mil indígenas, caracterizando a cidade como a sétima do Brasil em população indígena (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Segundo Bastistoti e Latosinski (2019), a área urbana de Campo Grande é dividida em sete macrorregiões, e os povos indígenas estão em todas elas.

As autoras afirmam que, em Campo Grande, a maior parte das aldeias foi construída “[...] nas periferias do município, pelo poder público, como forma de atender reivindicações. Dessa forma, foram implementados conjuntos habitacionais a fim de garantir moradia às famílias indígenas” (BASTISTOTI; LATOSINSKI, 2019, p. 335).

⁴ Os municípios são: Aquidauana, Anastácio, Aral Moreira, Amambai, Antônio João, Bela Vista, Brasi-lândia, Caarapó, Campo Grande, Coronel Sapucaia, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Eldorado, Japorã, Juti, Laguna Carapanã, Maracaju, Miranda, Nioaque, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho, Rochedo, Sidrolândia, Sete Quedas, Tacuru (MATO GROSSO DO SUL, [20--]).

Para a Prefeitura de Campo Grande, são reconhecidas como aldeias aquelas que foram construídas com recursos oriundos do poder público, seja municipal ou estadual. Sendo assim, são reconhecidas as seguintes aldeias: Marçal de Souza, Água Bonita, Tarcila do Amaral e Darcy Ribeiro (MATO GROSSO DO SUL, [20--]).

Diante dos números, bem como das questões apresentadas, é possível constatar que a presença indígena é forte e marcante no estado de Mato Grosso do Sul, e é nesse intenso cenário que fervilham conflitos envolvendo as etnias entre si, grupos que compõem uma mesma etnia, bem como a relação entre a população indígena e a não indígena.

Mato Grosso do Sul tem sua história instaurada muito antes de sua instituição enquanto estado da federação, no ano de 1977, visto que, em seu território, já habitavam povos indígenas. Os não indígenas chegaram ao estado direcionados por pautas coloniais, assim como ocorreu em outros estados brasileiros, e esses são vistos como os de origem, ao passo que os indígenas, que os precederam por séculos, são tidos como estranhos, intrusos.

O intuito desta reflexão não é discutir os conflitos existentes, a hostilidade enfrentada pelos indígenas, a precariedade em termo de infraestrutura de moradia, de alimentação, de saneamento básico em que se encontra essa população; no entanto, não podemos fechar os olhos para essa triste realidade que pulsa nas veias desse estado jovem e tão promissor. Essas questões não se apresentam como uma realidade específica de Mato Grosso do Sul, podendo ser observadas em outros estados da federação, demonstrando a lastimável situação enfrentada pelas comunidades indígenas.

É nesse contexto de intensa desigualdade e problemas sociais que o turismo vem se desenvolvendo e ganhando forças nessas comunidades, como fonte de renda complementar às famílias e como meio de valorização e perpetuação da cultura para os indígenas. Entretanto, o desenvolvimento do turismo entre os povos indígenas também tem promovido efeitos negativos que vão desde as mudanças socioculturais

provocadas na comunidade receptora, passando pela mercantilização da cultura e chegando a problemas pontuais como os de saúde (CORBARI; BAHL; SOUZA, 2017).

Por outro lado, há os turistas que buscam conhecer e vivenciar aspectos da cultura e do território indígena e, para eles, estar junto a essas comunidades configura-se como uma maneira de retornar ao passado, encontrar-se com a ancestralidade primitiva dos povos que habitavam nossa terra muito antes de os portugueses a invadirem e a saquearem.

QUEBRANDO AS FRONTEIRAS INVISÍVEIS: O ENCONTRO COM O “OUTRO”

As características particulares voltadas às questões culturais, sociais, ambientais e, até mesmo, tecnológicas são importantes elementos de atração turística, pois aquilo que se apresenta como singular, e, por conseguinte, difere do que o turista vivencia em seu cotidiano, atrai a atenção, motivando o deslocamento. Essas fronteiras, que são simbólicas, mas, em certa medida, se materializam no espaço, permeiam a relação entre o visitante e o visitado.

É nesse contexto da busca pelo novo, pelo diferente e pelo contato com o passado que a atividade turística em comunidades indígenas tem ganhado força no Brasil, apresentando-se como possibilidade de promover o fortalecimento da identidade coletiva desses grupos, criando uma conjuntura de reconhecimento e valorização de elementos culturais que mostram para o “outro” quem é o “nós”, demarcando as fronteiras identitárias.

Para os indígenas, o seu corpo é uma extensão do território, e todos os seres vivos, sejam eles humanos, animais ou plantas, são portadores de humanidade. As experiências, os saberes e os fazeres indígenas consideram o universo de maneira una, haja vista que não há separação entre sociedade e natureza, que estão imbricadas, diferindo das concepções dualistas ocidentais (LIMA, 2018). Essa percepção da unidade que está na base da constituição cultural e identitária do indígena

fundamenta sua cosmovisão, sendo a cultura o marco simbólico de sua existência e resistência ao longo dos tempos.

Na sua conexão com a natureza, surge um modo de vida⁵ próprio, pautado no estabelecimento de uma relação de respeito e de solidariedade entre a comunidade. Desse modo, a “forma de vida” de comunidades indígenas é permeada pelo vínculo com os elementos que constituem seu território e, por meio desse vínculo, constroem um arcabouço de conhecimentos que perpassa pelo complexo agrupamento de elementos que estruturam e fundamentam a territorialidade desses povos. Esses conhecimentos se engendram pelos meandros das trajetórias traçadas por cada grupo, estruturando os saberes e fazeres que se expressam, simbolicamente, em sua cultura.

Faz-se importante considerar que as etnias possuem especificidades no que tange às questões culturais, sociais, políticas e econômicas, de modo que é necessário compreender que esses grupos diversos constroem trajetórias próprias de vida, que são concebidas a partir das relações materiais e imateriais com os elementos que integram o seu território e que, por conseguinte, dão forma ao ser/estar no mundo.

Quando se trata do turismo em comunidades indígenas, é possível observar a existência de um conjunto de segmentações voltadas ao desenvolvimento da atividade turística em meio a esses grupos, no entanto, cada uma delas possui especificidades, bem como elementos de convergência. Nesse sentido, mencionam-se os segmentos de turismo étnico, também conhecido como etnoturismo, turismo indígena e ecoturismo indígena.

De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010, p. 20), o turismo étnico “Constitui-se de atividades envolvendo a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos”. Esse

5 Neste trabalho, entende-se modo de vida a partir da concepção apresentada por Doralice Satyro Maia (2001), para quem esse conceito, embora permeado por problemas de caráter conceitual e metodológico, refere-se a hábitos próprios de um grupo que vive em determinado lugar. Para a autora, a noção de modo de vida relaciona-se à ideia central de “expressar costumes”, referindo-se diretamente a uma forma de vida.

segmento de turismo abarca não apenas comunidades indígenas, mas também aquelas representativas dos processos migratórios europeus, asiáticos, africanos, como as comunidades quilombolas, os pomeranos e outros grupos que conservam seu legado étnico.

O turismo étnico/etnoturismo remete a uma tipologia que tem na cultura e na identidade os principais elementos atrativos. Desse modo, esses segmentos buscam promover um contato próximo entre a comunidade anfitriã e o turista, de modo que este observa e participe de atividades tradicionais que remetam à expressão cultural.

O segmento denominado turismo indígena, segundo Faria (2008), desenvolve-se dentro dos limites dos territórios indígenas ou fora dele, tendo como base a identidade cultural, bem como o controle e a gestão da atividade realizada pela comunidade envolvida. De Jesus (2012, p. 78), utilizando como fundamento os conceitos e princípios do turismo cultural, do turismo de base comunitária, do turismo étnico/etnoturismo e do ecoturismo indígena, propôs o conceito de turismo indígena, definindo-o como

[...] um segmento da atividade turística que é desenvolvido dentro ou fora dos territórios tradicionais, segmento este que fomenta ações de base comunitária abrangendo em sua essência a conservação e sustentabilidade sociocultural e ambiental, bem como a revitalização de modos de vida tradicional coesos com a realidade de vida atual, além da geração de renda para a própria comunidade envolvida.

Observa-se que essa segmentação não está vinculada aos limites dos contornos territoriais das comunidades indígenas, mas aos elementos que tangenciam a identidade cultural – que se evidencia não apenas no território, enquanto materialidade, mas também nos corpos, nas falas, nos gestos e nos objetos – e a conservação ambiental e sociocultural, bem como a gestão participativa, como ferramenta de planejamento e organização da atividade turística.

Tendo em vista todas essas perspectivas, Faria (2005, p. 11) conceitua o ecoturismo indígena como “[...] o ecoturismo praticado dentro das terras indígenas

através do planejamento/gestão participativa e comunitária respeitando os valores sociais, culturais e ambientais dos diferentes povos envolvidos onde a comunidade é a principal beneficiada”. Segundo a autora, o ecoturismo indígena é o segmento mais adequado para ser desenvolvido nos limites territoriais das terras indígenas, visto que preconiza o planejamento e a gestão participativa e promove a inteiração entre natureza, comunidade e visitantes/turistas, apoiado em princípios conservacionistas do patrimônio natural e cultural das localidades.

Diante das conceituações apresentadas, é possível observar características convergentes entre elas, na medida em que as três segmentações têm como elemento de atratividade a cultura e a identidade desses grupos – o ecoturismo indígena também tem o enfoque na questão ambiental, pois traz como proposta a inteiração com o meio ambiente natural – sendo consideradas como alternativa de renda às comunidades indígenas, ao mesmo tempo que devem estar alicerçadas e comprometidas com os princípios da sustentabilidade.

O turismo, como atividade fortemente marcada pelos princípios econômico-capitalistas, pode acarretar uma série de impactos negativos a essas comunidades, de modo que a sua prática pode, segundo Lima (2018), promover a reconstrução da noção de etnicidade para o consumo mercantil e capitalista, já que transfere as identidades e os lugares étnicos ao mercado turístico global, o que podem resultar na perda de privacidade e em um sentimento de invasão.

Ademais, o contato entre visitante/turista e comunidade pode provocar conflitos, quando o visitante visa inserir elementos exógenos na realidade visitada, como Grunewald (1999) aponta ao mencionar a entrada de drogas e bebidas alcoólicas na aldeia Barra Velha – localizada no litoral baiano, onde vive a etnia Pataxó –, produtos que, em muitos casos, de acordo com o autor, eram permutados por artesanato.

Braida (2017), ao pesquisar o grupo indígena Wauja, que vive próximo ao município de Feliz Natal, localizado em Mato Grosso, observou que o cultivo da roça e a produção de farinha sempre foi essencial à reprodução das famílias da comuni-

dade, no entanto, por conta da prestação de serviços para o turismo, as famílias têm produzido cada vez menos, passando a depender de alimentos comercializados nos supermercados da cidade.

Esses são apenas alguns exemplos que evidenciam como o turismo, enquanto atividade com forte apelo comercial, pode acarretar impactos às comunidades indígenas. Entretanto, muito embora a literatura que trata sobre o turismo em comunidades indígenas enfoque, em sua maioria, os impactos negativos causados pela atividade, faz-se necessário apontar os impactos positivos, de modo a buscar o equilíbrio quanto à compreensão de que o turismo não é o responsável por quaisquer mudanças/impactos na comunidade, cuidando para não incorrerem em uma ingênua e limitada visão sobre o contexto.

Autores	Impactos Positivos
Esman (1984)	Proteção da cultura local.
Greenwood (1989)	Respostas criativas e positivas por parte dos visitados, em decorrência do interesse que há por elementos como cultura, história e artesanato; autovalorização da cultura local, orgulho das tradições e promoção da melhoria da valia cultural.
Talavera (2003)	Compreensão entre visitantes e visitados e intercâmbio cultural, minimizando, desse modo, conflitos e tensões; reconstrução das identidades locais, gerando um processo de criação e recriação do sentido de pertencimento, lugar, passado, cultura e posse.
Boissevan (2005)	Os visitados se dão conta do quão diferentes são, e torna-se motivo de orgulho a escolha dos forasteiros por visitar sua comunidade e vivenciar seus costumes; comunidades percebem as especificidades de sua própria cultura e descobrem novas dimensões de sua identidade, o que fomenta a preservação do artesanato e, até mesmo, o ressurgimento de rituais já extintos.
Ruschmann (1997)	Valorização do artesanato; valorização da herança cultural, como as cerimônias religiosas; fortalecimento do orgulho étnico; valorização e preservação do patrimônio.

QUADRO 13.1 – Impactos positivos do turismo em comunidades indígenas.

Fonte: Adaptado de Corbari, Bahl e Sousa (2017).

O Quadro 13.1 explicita alguns dos impactos positivos que envolvem o turismo em comunidades indígenas, permitindo reafirmar que, para além dos impactos negativos, a atividade, se devidamente planejada, como evidencia Faria (2008), pode trazer benesses aos envolvidos. O planejamento se apresenta como ferramenta indispensável para a minimização dos efeitos prejudiciais do turismo e a maximização dos benéficos, de modo que os próprios indígenas devem ser os protagonistas desse processo.

O envolvimento desses grupos deve se dar em todas as etapas do planejamento, de maneira que sejam ouvidos e respeitados os seus posicionamentos frente aos anseios, expectativas e procedimentos que deverão ser adotados para o efetivo desenvolvimento do turismo. Caberá aos profissionais/pesquisadores do turismo atuar como formadores, por meio do oferecimento de capacitação ao grupo envolvido, com vistas a formar agentes – indígenas – que serão os responsáveis pelo planejamento, desenvolvimento e fortalecimento da atividade turística.

Desse modo, o desenvolvimento do turismo em comunidades indígenas é um assunto complexo, pois o contato entre indígena e não indígena – turista – envolve um encontro/confronto de cosmovisões um tanto quanto distintas e, em alguns casos, antagônicas, de forma que se torna imprescindível empreender ações de planejamento que tenham os indígenas como protagonistas dos processos decisórios, a fim de minimizar os efeitos negativos oriundos do encontro com o “outro”.

REFLETINDO SOBRE OS DADOS COLETADOS

Este trabalho traz como ponto central de discussão o levantamento de artigos científicos que discutam o desenvolvimento do turismo em comunidades indígenas sul mato-grossenses. Desse modo, dentro do recorte temporal estabelecido para a pesquisa e utilizando as palavras-chave selecionadas, identificou-se que, de um universo de 73 artigos que tratem sobre a temática em comunidades indígenas sul-americanas, foram encontrados dois – ou seja, 3% do universo absoluto – que

abordam, especificamente, comunidades que vivem no estado de Mato Grosso do Sul.

Por ordem de ano de publicação, temos o artigo “La [re]tradicionalización de los territorios aborígenes por parte del turismo: un estudio comparativo entre los Kadiwéu (Brasil) y los Maorí (Nueva Zelanda)”, escrito por Djanires Lageano Neto de Jesus, professor no curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade de Campo Grande. O artigo foi publicado no ano de 2012, na revista *Estudios y Perspectivas en Turismo*, e diz respeito a um recorte da pesquisa de doutoramento realizada no âmbito do programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), defendida com o mesmo título, também em 2012.

O referido artigo teve como objetivo avaliar as transformações que ocorreram em função do desenvolvimento do turismo na comunidade aborígene neolandeza Maori, de modo a identificar se a atividade contribui para transformar as relações construídas historicamente entre esse povo, comparando com a potencialidade turísticas da etnia Kadiwéu - MS (DE JESUS, 2012). A escolha de estudar essas duas etnias se deu pelos seguintes motivos: o autor esteve, por quatro meses, na Nova Zelândia e pôde conviver com os Maori, o que possibilitou a coleta de dados para o desenvolvimento da pesquisa; e pela proeminência da etnia Kadiweu em Mato Grosso do Sul, dada a tradição de seu artesanato e outros elementos que possuem importante significado para o estado (DE JESUS, 2012).

O segundo artigo, publicado em 2018, na revista *Applied Tourism*, recebeu o título de “O turismo étnico e a cultura indígena como atrativo turístico: um estudo sobre a Reserva Indígena de Dourados/MS”. Esse trabalho é da autoria de Victória Rui Falcão, primeira graduanda em Turismo pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), com coautoria de Juliana Maria Vaz Pimentel, doutora em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Esse trabalho teve como objetivo central refletir a respeito das mudanças que o turismo pode causar à população da RID e de como os indígenas reagem em

relação à maneira como o turismo é realizado em seu território. Identificou-se que o artigo traz uma visão teórica sobre o turismo étnico e acrescenta algumas poucas e superficiais informações sobre iniciativas de turismo na RID.

Identificar que, dentro de um recorte temporal de vinte anos, apenas 3% das publicações trazem para o enfoque de análise o segundo estado brasileiro com maior número de indígenas provoca certo grau de desconforto. Contudo, importante salientar que existem outras bases de dados em que é possível encontrar artigos que tratem sobre a temática, a exemplo do Google Acadêmico e da Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal (Redalyc).

Evidentemente, existem trabalhos de conclusão de curso de graduação, especialização, mestrado e doutorado, bem como aqueles apresentados em eventos científicos, que trazem Mato Grosso do Sul como centralidade de análise, porém não se configura como objetivo desse artigo tratar desses estudos.

É relevante mencionar as questões acima não com a intenção de provocar o pessimismo nem de transmitir uma ingenuidade em relação ao universo total dos trabalhos que abarcam o turismo em comunidades indígenas sul-mato-grossenses, mas, sim, trazer dados sobre duas importantes bases de dados utilizadas no Brasil – Portal de Periódicos da CAPES e SciELO –, e sobre o levantamento de trabalhos desenvolvidos na perspectiva das palavras-chave selecionadas, julgadas relevantes para compor os títulos de artigos que tratem sobre o assunto.

Todavia, levando em consideração que o Portal de Periódicos da CAPES se configura com uma das plataformas com um dos maiores acervos de publicações científicas do mundo e que o SciELO se destaca no cenário latino-americano, há que se considerar que o número de trabalhos encontrados é parco em relação ao universo de artigos publicados com a temática.

Sandra Corbari (2015) tratou, em seu trabalho de mestrado, as teses e dissertações que abarcam as relações e os impactos socioculturais do turismo desen-

volvido em comunidades indígenas, e uma das hipóteses comprovadas da pesquisa foi a de que

[...] é limitado o número de pesquisas sobre o turismo étnico indígena e o turismo em áreas indígenas no Brasil, e de que as pesquisas existentes foram desenvolvidas em áreas do conhecimento que não a do Turismo, pautadas, principalmente, em teorias relacionadas ao campo da Geografia e da Antropologia, cuja abordagem enfoca a dinamicidade da cultura ou o processo de gestão territorial. (CORBARI, 2015, p. 158).

O Brasil começa a despontar, nos estudos com essa temática, no final dos anos 1990. Em 1999, Rodrigo Grünewald defende sua tese de doutorado e menciona a dificuldade de encontrar trabalhos que lhe dessem subsídio teórico no campo da antropologia do turismo. A tese de Grünewald, defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) caracteriza-se como um importante marco para os estudos do turismo em comunidades indígenas, prova disso é que o autor está presente como fonte teórica em grande parte das pesquisas que tratam sobre a questão.

Segundo Corbari, Bahl e Souza (2015), desde 1999, é possível identificar um considerável aumento no número de pesquisas, incluindo os trabalhos de mestrado e doutorado, o que se mostra positivo, uma vez que esses estudos oferecem maior grau de profundidade nas análises empreendidas.

A *Revista Turismo e Sociedade*, ligada ao departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná, lançou, em 2020, a chamada para o dossiê “Turismo, povos indígenas e comunidades tradicionais”⁶. A revista se configura como de relevância no cenário brasileiro dos estudos de turismo e, certamente, a publicação desse dossiê será de grande relevância para a divulgação dos estudos que vêm sendo realizados, de modo a auxiliar no processo de consolidação dessa área de estudos no turismo, já que se observa, como ora mencionado, que as pesquisas que versam sobre a temática têm sido desenvolvidas em outras áreas do conhecimento.

6 O prazo para o envio dos trabalhos encerrou-se em abril de 2021, de modo que, até o momento da escrita deste capítulo, a edição ainda não havia sido publicada.

Uma das organizadoras do dossiê é a pesquisadora Sandra Corbari, que, atualmente, ocupa o cargo de editora assistente da revista. Esse fato é relevante para as questões abordadas neste trabalho, pois, com base nas pesquisas realizadas, observa-se que há um número reduzido de pesquisadores que vêm se dedicando a estudos com essa temática, e Corbari é uma entre os pesquisadores que fazem parte desse pequeno grupo.

No cenário brasileiro, além de Rodrigo Grünewald e Sandra Corbari, Ivani Ferreira de Faria é outra importante referência nos estudos de turismo, trabalhando com comunidades que vivem na Amazônia. Flávia Lac também se destaca ao estudar a hospitalidade entre os Kaingang - RS.

Por meio desta pesquisa – à qual se tem dedicado há pouco mais de um ano, visto que teve seu início no ano de 2020 –, foi possível identificar que, em Mato Grosso do Sul, o professor Djanires Lageano Neto de Jesus se sobressai no que tange ao desenvolvimento de pesquisas e, por conseguinte, na publicação de artigos que abordem o turismo em comunidades indígenas sul-mato-grossenses. Essa proeminência pode advir do fato de que, desde o mestrado, o pesquisador vem estudando o assunto, de modo que a tese e a dissertação, além de terem se desdobrado em artigos científicos, também resultaram em projetos de pesquisa e orientações de trabalhos de conclusão de curso.

Entretanto, ao consultar o Currículo Lattes do professor mencionado, identificou-se que o envolvimento com pesquisas em comunidades indígenas se deu durante os períodos de mestrado (de 2003 a 2004) e doutorado (de 2008 a 2012), seguindo alguns anos após o término dessa última etapa de qualificação, mas, atualmente, o professor/pesquisador tem se dedicado a outras temáticas.

Dessa forma, diante das questões ora apresentadas, considera-se que há um campo fértil de atuação para pesquisadores do turismo que se interessam pela temática indígena. O desenvolvimento da atividade turística em comunidades indígenas sul-mato-grossenses, ainda que incipiente, é uma realidade, o que implica que

pesquisadores observem, investiguem, reflitam, analisem e se debrucem sobre essa temática ainda tão pouco estudada no campo de estudos do turismo.

REFLEXÕES PARA SEGUIR ADIANTE

Diante das questões apontadas, é possível observar que o desenvolvimento do turismo em comunidades indígenas que vivem em território sul-mato-grossenses ainda é pouco estudado no campo de estudos do turismo. Muito embora esta pesquisa não tenha levado em consideração um extenso número de bases de dados, há que se considerar que as bases selecionadas se constituem plataformas de relevância no cenário nacional e internacional, em termos de quantidade de material disponível e confiabilidade, dando, portanto, subsídio para coleta de informações pertinentes ao objetivo proposto para a investigação em tela.

Assim sendo, observa-se a necessidade de que pesquisadores, sobretudo aqueles que residem/trabalham no estado de Mato Grosso do Sul e, portanto, conheçam a realidade do estado, tragam para a pauta de pesquisa o turismo em comunidades indígenas.

A chegada dessa atividade em território indígena é uma realidade, de forma que cabe a nós, pesquisadores, detentores de conhecimento técnico, investigar o que está acontecendo, como está acontecendo, quem são os protagonistas do processo e, assim, criar estratégias de aproximação, com vistas a auxiliar as comunidades a desenvolver o turismo de forma saudável, compreendendo-se que o seu desenvolvimento pode acarretar impactos positivos, mas também negativos, e estes podem ser extremamente danosos, dada a fragilidade e a debilidade social, cultural, econômica e ambiental a que essas comunidades estão expostas.

Caberá aos pesquisadores que adentrarem esse rico campo de pesquisa fazê-lo com zelo, prezando por dar ouvidos e voz àqueles que, constantemente, têm sido emudecidos, respeitando as diferenças culturais e de cosmovisão, abandonan-

do os impulsos por julgar a partir de um olhar etnocêntrico e isentando-se de juízo de valor.

Trazer essa pauta de pesquisa para a universidade e, em específico, para os cursos de graduação e pós-graduação em turismo, é um imperativo, dada a necessidade de consolidação desses estudos no campo do turismo. Evidentemente, para a realização dessas pesquisas, será necessário se aportar em outras áreas do conhecimento, mas já é chegada a hora de fortalecer essas pesquisas no seio dos cursos de turismo, levando em consideração uma realidade que bate à porta e convida a pensar, refletir e, mais que isso, valorizar esse potencial tão rico que está “do lado de casa”.

REFERÊNCIAS

BATISTOTI, A. F.; LATOSINSKI, K. T. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/MS. **Revista Rua**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 329-355, 2019.

BRAIDA, R. G. A. O turismo como prática social em território indígena: a aldeia turística Puiwa Poho (Feliz Natal, Mato Grosso, Brasil). **Revista Turismo: Estudo & Práticas**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 69-87, 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural**: orientações básicas. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CARMO, E. S. do. O espaço do fenômeno turismo no contexto atual: *In*: RUSCHMANN, D.; SOLHA, K. T. **Planejamento turístico**. Barueri, SP: Manole, 2006.

CAVALCANTE, T. L. V. Colonialidade e colonoalismo interno: a política de criação das reservas indígenas de Mato Grosso do Sul e algumas das consequências contemporâneas. *In*: MOTA, J. G. B.; CAVALCANTE, T. L. V. (org.). **Reserva Indígena de Dourados**: histórias e desafios contemporâneos. São Leopoldo: Karywa, 2019.

CORBARI, S. D. **O turismo envolvendo comunidades indígenas em teses e dissertações: retrato das relações e dos impactos socioculturais**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CORBARI, S. D.; BAHL, M.; SOUZA, S. de R. de. Impactos (turísticos ou não) nas comunidades indígenas brasileiras. **Turismo & Sociedade**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 1-25, 2017.

DE JESUS, D. L. **A (re)tradicionalização dos territórios indígenas pelo turismo: um estudo comparativo entre os Kadiwéu (Mato Grosso do Sul-BR) e Māori (Ilha Norte-NZ)**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

FARIA, I. F. de. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. **Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, v. 3. n. 1, p. 63-77, 2005.

FARIA, I. F. de. **Ecoturismo indígena, território, sustentabilidade, multiculturalismo: princípios para a autonomia**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRÜNEWALD, R. de A. **Os índios do Descobrimento: tradição e turismo**. 1999. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9677&t=resultados>. Acesso em: 11 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/encarte_censo_indigena_02%20B.pdf. Acesso em: 07 abr. 2021.

LIMA, J. J. S. **Etnoturismo comunitário na Lagoa Encantada: Etnogêneses Jenipapo-Kanindé/Aquiraz-Ceará**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

MAIA, D. S. A geografia e estudos dos costumes e das tradições. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 71-98, 2001.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Cidadania e Cultura.

Comunidades indígenas. Campo Grande: SECIC, [20--]. Disponível em: <https://www.secic.ms.gov.br/comunidades-indigenas-2/>. Acesso em: 09 de abr. 2021.

MELLÁ, B. Memória, história e futuro dos povos indígenas. *In*: CHAMORRO, G.; COMBÈS, I. (org.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

PEREIRA, L. M. A Reserva Indígena de Dourados: a atuação do Estado brasileiro e o surgimento de figurações indígenas multiétnicas. *In*: CHAMORRO, G.; COMBÈS, I. (org.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados: Ed. UFGD, 2015.



CAPÍTULO 14

TURISMO CULTURAL E EDUCAÇÃO MUSEAL EM MATO GROSSO DO SUL

Dirceu Mauricio van Lonkhuijzen

Icléia Albuquerque de Vargas

INTRODUÇÃO

O papel social dos museus é reconhecido, no Brasil e no mundo, como para além de espaços de memória e educação, constituindo-se, também, como importantes espaços de lazer e podendo servir como atrativos turísticos, promovendo a economia, a cultura e a identidade local de grupos sociais e municípios nas diferentes regiões da federação. Portanto, além de se caracterizarem como espaços de lazer para a população local, os museus se tornam atrativos para turistas em seus roteiros de viagens, cumprindo o papel de importantes instrumentos para o turismo cultural e funcionando como espaço tradutor para o público visitante que busca novas experiências. Os museus podem representar oportunidades de sensibilidade e emoção, promovendo o conhecimento do diferente por meio de objetos, histórias, fatos que ocorrem no destino visitado. Ou seja, as visitas a museus permitem conhecer parte da história e dos costumes de outro país, cidade ou mesmo de um povo.

Os museus são espaços de tradução, da fusão de horizontes, de encontro entre os diferentes olhares. Essas casas da memória são realização humana do desejo de encontro. Desejo esse de construir os fatores que nos fazem pertencer, existir, ou seja, são locais da sen-

sibilidade, das emoções que os suportes de memória possibilitam. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011, p. 11).

Embora, em um primeiro momento, pareça que a relação turismo e museu seja algo natural, esses dois universos, apesar de afins, mantiveram-se distantes por longo tempo, especialmente no Brasil. Apenas recentemente passou-se a vislumbrar alternativas reais e efetivas de parcerias que tragam benefícios comuns a ambos. Talvez, seja em decorrência da ideia de definição de museus como espaços que não visam ao lucro e que o papel social das instituições museais estaria ligado não exclusivamente à conservação e à comunicação dos patrimônios, mas, principalmente, à informação e ao ensino, deixando a questão do lazer e do deleite em segundo plano. Isso pode ser confirmado por meio da redação da atual definição de museu, em vigor desde 2007:

O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite. (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS BRASIL, 2021).

O distanciamento entre os museus e as ações educativas e o turismo que acontece no Brasil é apontado por Vasconcelos (2006), que apresenta a preservação do patrimônio – um dos papéis dos museus – como uma função do Estado, ao passo que o turismo é visto como atividade econômica, ligada exclusivamente à iniciativa privada.

No Brasil, a cultura e o turismo foram equivocadamente considerados dois mundos distintos. [...] De modo geral, o mundo da preservação patrimonial – onde estão inseridos os museus – foi sempre percebido como uma função do Estado, e o turismo como objeto exclusivo da iniciativa privada. Até pouco tempo atrás, os museus acolhiam o público escolar com grande simpatia, e com frequência apenas toleravam a presença de grupos de turistas em seus espaços. (VASCONCELOS, 2006, p. 47).

Pode-se afirmar que os museus se tornaram signos de lugar que expressa e mantém as mais diversas identidades socioculturais, representando uma função fundamental para a memória, a educação e o lazer, como síntese do passado e da história local. Para Moraes (2013), a relação entre lazer, museu e turismo cultural está ligada à função social dessa instituição, que tem importante papel na comunicação e na informação para visitantes e turistas, por meio de suas exposições e ações educativas que atingem os mais diversos públicos. A autora ainda destaca o importante papel de fomento econômico dos museus, a partir da prática de um turismo responsável, que exercite o respeito à alteridade e à diferença.

A importância de fomentar a sustentabilidade econômica dos museus a partir da prática do turismo cultural responsável se justifica pelo motivo de que os museus são espaços onde é possível exercitar o respeito à alteridade e à diferença, já que o principal fator de atração desses locais é o choque cultural. É nesse sentido que os museus cumprem funções educativas, informativas e comunicativas, na medida em que ele educa o visitante – seja ele o turista cultural, o pesquisador, o estudante ou o autóctone, sobre as relações culturais e as representações sobre si e sobre os outros, além de informar e comunicar sobre as diferenças socioculturais. (MORAIS, 2013, p. 31).

MUSEUS DE MATO GROSSO DO SUL

O estado de Mato Grosso do Sul se destaca por abarcar boa parte do Pantanal, a maior planície alagável do planeta, reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade.

A relevância desse patrimônio, assim como o potencial para o turismo dessa e de outras áreas de Cerrado e de resquícios de Mata Atlântica, tais como a Serra da Bodoquena, onde se localizam os municípios de Bonito e Bodoquena, favoreceu a criação de instituições museológicas em diferentes localidades, como o Museu do Pantanal (Muphan), o Museu da Arqueologia do Pantanal da Universidade Federal

de Mato Grosso do Sul (UFMS), na cidade de Corumbá, o Museu da Biodiversidade, em Dourados, e, na costa leste do estado, o Museu Interativo de Costa Rica.

Conforme dados oferecidos pelo Sistema Estadual de Museus do Mato Grosso do Sul (SIEM/MS), criado por meio do Decreto nº 12.687, de 30 de dezembro de 2008, atualmente, o estado possui 31 instituições museológicas cadastradas no sistema, sendo que 15 estão localizadas na capital Campo Grande, e outros 16 estão distribuídas em 12 municípios do interior. É importante ressaltar que se optou por não utilizar os dados oferecidos pelo Cadastro Nacional de Museus (CNM) do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), pois se entende que esses dados precisam ser revisados e atualizados.

Demograficamente, Mato Grosso do Sul possui uma significativa população indígena. De acordo com a Subsecretaria de Políticas Públicas para a População Indígena de MS (SPPPI), aproximadamente 78 mil indígenas vivem no estado, distribuídos em 31 municípios, oriundos de 8 etnias – Atikum, Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva, Guató, Kadiwéu, Kiquinau, Ofaié e Terena. A pluralidade étnica e cultural dos povos indígenas da região, somada a alguns elementos da geodiversidade e da biodiversidade do Cerrado e do Pantanal, está representada em instituições museais no estado, dentre as quais se destaca uma das pioneiras, o antigo Museu Dom Bosco, hoje, Museu das Culturas Dom Bosco (MCDB/UCDB).

No ano de 2021, o Museu das Culturas Dom Bosco (MCDB/UCDB) completou sete décadas de existência. Sua história passa por mudanças importantes, podendo ser apresentada, de maneira simplificada, em três momentos distintos. O primeiro momento é o de idealização do museu, fundado como Museu Regional Dom Bosco (MRDB), com inauguração no Colégio Salesiano Dom Bosco, em 18 de outubro de 1951, no ainda estado de Mato Grosso. O segundo momento trata de sua primeira mudança, passando das salas de aula do Colégio Dom Bosco para o prédio Pia Lama, no mesmo prédio da Inspetoria da Missão Salesiana de Mato Grosso (MSMT), na rua Barão do Rio Branco, passando a ser denominado Museu Dom Bosco (MDB). No novo local, o museu teve seu acervo ampliado, conseguindo

o reconhecimento como importante atrativo da cidade de Campo Grande - MS. Por fim, há o terceiro e último momento, em que o Museu Dom Bosco é transferido de lugar, sendo agraciado com novo endereço e nomenclatura, passando a ser denominado Museu das Culturas Dom Bosco (MCDB/UCDB). O museu foi estabelecido em um novo espaço, projetado e edificado para a sua função social de conservar e comunicar a memória dos patrimônios materiais e imateriais de seu acervo.

Segundo Lonkhuijzen (2019), o museu salesiano de Campo Grande acompanhou a história da divisão do estado de Mato Grosso, pois, no dia 11 de outubro de 1977, data em que é promulgada a divisão, o então Museu Dom Bosco já apresentava ao público seu acervo organizado pelos padres salesianos. Vinte anos depois, após a morte do padre João Falco, em 1997, o MDB passa a ser administrado pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), tornando-se um museu universitário. Desde então, conta com a presença de professores, técnicos e pesquisadores ao lado dos salesianos e constitui uma referência como espaço de conhecimento e lazer entre estudantes, visitantes e pesquisadores.

Em 2004, quando o Museu Dom Bosco foi submetido à mudança para o novo e definitivo prédio, foi realizado minucioso processo de transferência de seu acervo para o novo espaço na cidade de Campo Grande. A nova sede está localizada dentro de um parque urbano, o Parque das Nações Indígenas. O novo Museu das Culturas Dom Bosco (MCDB/UCDB) foi reaberto em 2006, quando ocorreu uma pré-inauguração de suas instalações. Três anos mais tarde, em 24 de agosto de 2009, o MCDB/UCDB foi finalmente inaugurado, abrindo definitivamente suas portas ao público geral de visitantes, agora tendo como objetivo o cumprimento de sua nova missão institucional: possibilitar e ampliar o acesso à sociedade, atraindo-a para o conhecimento por meio de exposições e ações educativas, assim como difundir referências patrimoniais e culturais, utilizando suas coleções, a fim de dar suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária e pastoral salesiana.

É importante observar que o distanciamento entre museus e turismo discutido anteriormente com base em Vasconcelos (2006) não cabe ao MCDB/

UCDB, pois, desde sua primeira mudança de endereço, do Colégio Dom Bosco para o prédio na rua Barão do Rio Branco, no ano de 1977, o ainda Museu Dom Bosco aproximou-se, de maneira expressiva, do *trade* turístico, buscando parcerias com agências e operadoras, sindicato de guias de turismo, fundação de turismo e *Convention e Visitors Bureau* (C&VB) de Campo Grande. A parceria com o C&VB aconteceu no período de 2009 a 2013, quando o museu recebeu o ônibus do *City Tour* e passou a principal ponto de parada de seu roteiro. Os visitantes, que também utilizavam a estrutura do prédio, como banheiros e bebedores de água, tinham como objetivo visitar as exposições e conhecer um pouco da cultura local, além de poderem adquirir o artesanato indígena, comercializado na loja do museu, levando consigo um *souvenir* da experiência e contribuindo para a valorização do artesanato indígena local.

Essa proximidade com instituições, equipamentos e profissionais de turismo foi fundamental para que o museu se consolidasse como um dos mais relevantes atrativos turísticos e culturais da cidade – reconhecimento do TripAdvisor em 2019 (Figura 14.1) –, além de ser espaço de importantes eventos relacionados ao turismo e ao ecoturismo, tal como as edições do AVISTAR/MS, o principal encontro de observadores de aves de Mato Grosso do Sul.

Observa-se que, mesmo recebendo grande número de turistas em visitas e eventos, o MCDB/UCDB tem seu público constituído por estudantes, visitantes ligados a instituições de ensino da capital, bem como de outros municípios de Mato Grosso do Sul e de outros estados da federação. Pode-se afirmar que, em média anual, apenas 10% dos visitantes do MCDB/UCDB são locais, como famílias campo-grandenses; 50% são grupos escolares, que se distribuem ao longo do ano, no calendário escolar; e 40% são grupos de turismo, que se concentram, predominantemente, nos meses de janeiro e dezembro, com destaque para o mês de julho, o de maior visitação ao museu.



FIGURA 14.1 – Imagens de eventos, grupos de visitantes internacionais, parcerias com o trade turístico e certificado de excelência.

Fonte: Acervo pessoal de Dirceu Mauricio van Lonkhuijzen.

Atualmente, o Museu das Culturas Dom Bosco (MCDB/UCDB) é um órgão ligado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UCDB (PROPP/UCDB) e conta com uma estrutura moderna, apresentando e salvaguardando importante acervo de cerca de trinta mil exemplares, composto pelas coleções de História do Museu Etnologia Arqueologia, Mineralogia, Paleontologia (fósseis) e Zoologia, que se divide em Malacologia (conchas), Entomologia (insetos) e Animais Taxidermizados. No museu, também são desenvolvidas pesquisas na área de ensino e museologia, além de ações educativas e culturais, como programas educativos de visitas, mediação a visitantes em suas exposições, estágios acadêmicos, palestras, oficinas e eventos, a fim de cumprir sua missão social e seu papel como espaço de memória, conhecimento e lazer.

EDUCAÇÃO MUSEAL

Na atualidade, no Brasil, existe a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), resultado do processo de desenvolvimento e de construção participativa de grupos de educadores junto às Redes de Educadores de Museus (REM). A PNEM teve início como um Programa Nacional de Educação em Museus, durante a realização do 1º Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em 2010, e foi consolidada como política pública no 2º Encontro Nacional do Programa Nacional de Educação Museal, somente em 2017.

Ao longo da última década, o termo “educação museal” vem sendo utilizado por muitos autores, como Pereira (2010), Siqueira (2010), Martins (2011), Castro (2013), Matos (2014), Melo (2015), entre outros, relacionando-o a um conjunto de práticas e reflexões referentes ao ato educativo e suas interfaces com o campo dos museus. Pode-se dizer que o termo deriva de termos como “educação em museus” e “educação patrimonial”, que foram difundidos no Brasil, na década de 1980, com o objetivo de trabalhar ações educativas relacionadas ao patrimônio cultural constituído nos museus e nos monumentos históricos, a fim de exercitar sua valorização e apropriação, capacitando a sociedade para uma melhor utilização dos bens patrimoniais e de espaços não formais de educação.

Em Mato Grosso do Sul, um bom exemplo de instituição que não incorre no problema apontado por Vasconcelos (2006) quando destaca o distanciamento entre a cultura e o turismo, normalmente considerados dois mundos distintos, é o citado Museu das Culturas Dom Bosco (MCDB/UCDB), que desenvolve ações de preservação do patrimônio concomitantes a ações de educação museal.

Dentre os principais projetos desenvolvidos no âmbito do MCDB/UCDB, destacam-se o Projeto Museológico, ao qual está ligado o Programa de Museologia e Conservação Preventiva (PROMUCOP)¹, e o Projeto Educativo Cultural, ao qual

1 PROMUCOP - Programa de Museologia e Conservação Preventiva: cuida da gestão museal, da comunicação, da documentação, da concepção de exposições, da curadoria, da higienização e do restauro do acervo.

estão ligados três programas interdisciplinares: 1) Programa de Didática Museal Aplicada (PRODIMA)²; 2) Programa de Estágios (PROEST)³ e; 3) o Programa de Visitação (PROVIS)⁴ (Figura 14.2).

Além do reconhecimento como atrativo turístico e cultural, o MCDB/UCDB, também é reconhecido por Sabino e Andrade (2020) pelo importante papel na educação ambiental (EA), como espaço de educação não formal, para estudantes e ecoturistas que visitam Mato Grosso do Sul e têm a oportunidade de conhecer um acervo que “abre janelas para a percepção da multiplicidade da cultura” (SABINO; ANDRADE, 2020).



Figura 14.2 – Imagens de educadores museais mediando visitas de grupos de turistas e estudantes nas exposições do MCDB/UCDB.

Fonte: Acervo pessoal de Dirceu Mauricio van Lonkhuijzen.

- 2 PRODIMA - Programa de Didática Museal Aplicada: atende a formação de professores, guias de turismo e desenvolve materiais didáticos utilizados no espaço museal.
- 3 PROEST - Programa de Estágios: recebe e prepara acadêmicos da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), bem como estudantes de outras instituições de ensino superior, para realizar atividades de museologia e educação museal.
- 4 PROVIS - Programa de Visitação: programa no qual os estagiários exercitam a prática da mediação nas exposições e ações educativas. Esse programa cuida do recebimento de diferentes grupos de visitantes, tais como famílias, turistas e, principalmente, estudantes dos ensinos infantil, fundamental, médio e superior de instituições públicas e privadas.

Para que o museu promova a sua função educativa com uma melhor qualidade, além de dispor de um rico acervo, é fundamental, também, contar com o educador museal. Esse profissional é essencial para orientar o olhar e mediar conceitos presentes na exposição, instigando a curiosidade e desafiando os diferentes grupos de visitantes a assumir uma posição em relação ao que se pode aprender, principalmente quando se trata de visitantes em grupos de turismo.

No ano de 2019, o Projeto Educativo Cultural do MCDB/UCDB recebeu, aproximadamente, 20 mil visitantes, participantes dos programas do museu, enquanto, no ano de 2020, os museus sofreram grande impacto com o isolamento social e a falta de público, situação imposta pela pandemia de covid-19. Os museus, como os demais espaços culturais, tiveram que ser reinventados, na busca por novas formas de se comunicar e existir.

Ressalta-se que a educação museal é primordial para a experiência dos diversos públicos no museu, considerando que a percepção ambiental é realizada por meio da memória, dos sentidos e de códigos que nem sempre são familiares a todos. Por isso, muito além da oferta cultural, é preciso que haja investimentos na educação que permitam uma relação mais íntima com diferentes linguagens estéticas e formas de perceber o mundo. Destaca-se que essa ressalva serve tanto para as visitas presenciais quanto para as visitas virtuais – impulsionadas pelo contexto de isolamento social imposto pela pandemia – que, hoje, ocorrem no museu, também mediadas por educadores museais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os museus têm passado por mudanças ao longo da história, e, mais uma vez, isso acontece devido ao momento pandêmico. Com isso, surge a questão: como essas mudanças afetam a relação museu, educação e turismo?

Pouco antes da pandemia de covid-19 assolar o mundo, em 2019, aconteceu a 25ª Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM), em Kyoto,

que reuniu profissionais de museus de 115 países, para tratar da mudança de definição do que seja museu. Contudo, isso não foi possível e trouxe uma ruptura dentro do ICOM, causando, também, uma crise geopolítica no universo museal; a partir de ampla discussão e encaminhamentos, decidiu-se pela necessidade de prorrogação dos debates. Durante a conferência, o Comitê havia selecionado e submetido a seguinte proposta para votação:

Os museus são espaços democratizantes, inclusivos e polifônicos que atuam para o diálogo crítico sobre os passados e os futuros. Reconhecendo e abordando os conflitos e desafios do presente, mantêm artefatos e espécimes de forma confiável para a sociedade, salvaguardam memórias diversas para as gerações futuras e garantem a igualdade de direitos e a igualdade de acesso ao patrimônio para todos os povos. Os museus não têm fins lucrativos. São participativos e transparentes, e trabalham em parceria ativa com e para as diversas comunidades, a fim de colecionar, preservar, investigar, interpretar, expor, e ampliar as compreensões do mundo, com o propósito de contribuir para a dignidade humana e a justiça social, a equidade mundial e o bem-estar planetário. (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS BRASIL, 2021, p. 2).

Essa definição, como afirmado anteriormente, não foi aprovada, e os diferentes comitês do ICOM no mundo estão debatendo sobre uma nova definição de museu. No entanto, percebe-se, mais uma vez, que se mantém a não detenção de fins lucrativos por parte dos museus. Por outro lado, percebe-se, também, que os museus buscam formas de captação de recursos para sua manutenção e, como prioridade, apresentam preocupações socioambientais relevantes, como democracia, inclusão e igualdade de direitos e acesso aos patrimônios para toda a sociedade, com destaque para a comunidade da qual faz parte.

Quanto à relação museu e turismo, compreende-se que o universo do turismo é marcado pela competitividade e pela exigência da prestação de serviços, fazendo com que os profissionais envolvidos busquem a melhor qualidade de atendimento, sobretudo o diálogo com o turista que “comprou sonhos”. Com isso, o bem servir e receber é condição essencial para que atrativos, como museus, se consolidem como espaços turísticos de destaque e valor social.

Neste sentido, considera-se que o diálogo entre as áreas de educação, do turismo e de patrimônio pode favorecer o objetivo de consolidar as instituições museais como espaços de aprendizado, lazer e memória, bem como diversificar roteiros turísticos, podendo fortalecer a economia local com o turismo cultural e, principalmente, reduzir as barreiras que dificultam o acesso aos equipamentos culturais, o que significa preocupar-se não só com o público visitante frequentador, mas também com as pessoas que, por diferentes motivos, não chegam a essas instituições.

Acredita-se que, trabalhando a educação museal com a população local na apreensão de suas riquezas culturais multifacetadas, o museu pode ajudar a reforçar a personalidade e as identidades locais. A título de exemplificação, uma pessoa da comunidade local que tem a oportunidade de se conscientizar de que sua região ou cidade possui uma marca própria, uma peculiaridade que a torna diferente das demais, poderá se tornar, ela mesma, um turista cultural. Além de entender o museu como espaço de memória e lazer, essa pessoa passará a buscar conhecimento em suas viagens, o prazer da descoberta, aproximando-se, assim, de realidades com hábitos e costumes diferentes de seu lugar e de seu grupo cultural.

REFERÊNCIAS

CASTRO, F. **O que o museu tem a ver com educação? Educação, cultura e formação integral:** possibilidades e desafios de políticas públicas de educação museal na atualidade. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/14999/12204>. Acesso em: 29 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus em números.** Brasília, DF: Ibram, 2011. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Museus_em_Numeros_Volume_2B.pdf. Acesso em: 3 mar. 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS BRASIL. **Apresentação.** São Paulo: ICOM Brasil, 2021. Disponível em <http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Apresentacao.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2021.

LONKHUIJZEN, D. M. van. Do Museu Regional Dom Bosco ao Museu das Culturas Dom Bosco. In: MACIEL, J. de C. (org.). **Missão salesiana de Mato Grosso: 125 anos de compromisso com a educação, cultura e saberes locais**. Campo Grande: Ed. UCDB, 2019. p. 151-184.

MATOS, I. A. P. de. Educação museal: o caráter pedagógico do museu na construção do conhecimento. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium**, Ituiutaba, v. 5, n. 1, p. 93-104, jan./jun. 2014.

MELO, M. D. de. **Educação museal: reflexão sobre semelhanças e contrastes com uma forma escolar**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17200>. Acesso em: 29 mar. 2021.

MORAIS, I. A. de L. Quem são os turistas culturais dos museus? **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 29-43, 2013.

PEREIRA, M. R. N. **Educação museal: entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional**. 2010. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/marcele_regina_nogueira_pereira.pdf. Acesso em: 29 mar. 2021.

SABINO, J.; ANDRADE, L. P. de. Educação ambiental em ambientes não formais: quebrar barreiras para reconectar pessoas ao mundo natural. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 24, n. 4, p. 1727-1738, 2020.

SIQUEIRA, J. M. de. **Educação museal: cartografias, trilhas e marcos**. 2010. Trabalho de Conclusão (Disciplina Sociedade, Conhecimento e Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VASCONCELOS, C. de M. **Turismo e museu**. São Paulo: Aleph, 2006.

Interfaces do Turismo no Mato Grosso do Sul





CAPÍTULO 15

O TURISMO GASTRONÔMICO PARA O EMPODERAMENTO FEMININO NO PANTANAL

Cassiana Gabrielli

Pollianna Thomé

INTRODUÇÃO

O segmento de turismo gastronômico é um dos que mais cresce no mundo. Relatórios recentes publicados pela Organização Mundial do Turismo (OMT) apontam que a gastronomia figura como um dos três motivadores essenciais para a escolha de um destino turístico, atrás apenas de cultura e natureza. No início de 2021, uma iniciativa brasileira chamada *Brasil Food Safaris* recebeu medalha de ouro na categoria patrimônio cultural do prêmio de turismo responsável, promovido pela *World Travel Market Latin America* (WTM). Concorrendo com outros 12 projetos de turismo de base local da América Latina, o prêmio justifica que os *Food Safaris* ganharam esse reconhecimento por promoverem roteiros de viagens em ambientes naturais, com participação ativa de comunidades tradicionais. Tal interação se dá por meio do envolvimento de mulheres que compartilham, com os turistas, seus conhecimentos em torno do patrimônio alimentar regional.

O Pantanal é o principal local de ação dos *Food Safaris*, realizados em pousadas pequenas, de administração familiar, num formato de pacote turístico de cinco dias, com uma edição a cada seis meses. O objetivo, nesta pesquisa, é verificar se o turismo gastronômico no Pantanal, ao colocar as mulheres cozinheiras como

protagonistas das atividades turísticas, o faz de maneira responsável. Mais especificamente, deseja-se observar se essa nova modalidade de turismo na região contribui, de alguma forma, para o desenvolvimento de soluções de questões sociais relativas ao universo rural brasileiro, em especial aquelas relacionadas às disparidades de gênero, à valorização do conhecimento feminino e, consequentemente, à elevação da autoestima e à melhoria na qualidade de vida das mulheres pantaneiras.

Por se tratar de uma iniciativa recente no Pantanal, o universo de pesquisa restringiu-se às cozinheiras e auxiliares de cozinha que estavam trabalhando nas pousadas pantaneiras em que aconteceram *Food Safaris*, entre março de 2019 e janeiro de 2021. Estruturou-se uma pesquisa qualitativa, com amostra intencional, por meio de entrevistas individuais semiestruturadas, como técnica de coleta de informações. Foram entrevistadas seis mulheres trabalhadoras na cozinha de três diferentes pousadas pantaneiras onde ocorreram três edições de *Food Safaris Pantanal* (2019, 2020, 2021).

As entrevistas passaram pela análise de conteúdo (BARDIN, 2011), em que os dados foram, inicialmente, organizados, codificados de acordo com o objeto desta pesquisa e, enfim, categorizados dentro das temáticas qualidade de vida, autoestima e relação com o trabalho no turismo gastronômico. Após a sistematização dos conteúdos das entrevistas, realizou-se a análise das perspectivas de empoderamento feminino em tal iniciativa. Para isso, os resultados obtidos foram relacionados às quatro dimensões de empoderamento propostas por Stromquist (2002) e aos cinco objetivos temáticos propostos no GROWIT 2020, que visam à igualdade de gênero no turismo.

Nesse sentido, o referencial teórico foi construído com base em conceitos relacionados a empoderamento feminino, relações sociais de gênero e turismo responsável, além de outros, a esses articulados, como divisão sexual do trabalho e turismo gastronômico. Tal suporte foi elencado com vistas a subsidiar as discussões propostas, que intenta analisar as experiências dos *Food Safaris*, no Pantanal

sul-mato-grossense, como potenciais para mitigação de inequidades de gênero por meio do turismo.

É importante destacar que o interesse pelo protagonismo feminino nas experiências de *Food Safáris* vem ao encontro da proposta dos idealizadores da iniciativa. Estes se propõem – e são por ela reconhecidos – à articulação da prática turística a ideais de sustentabilidade e responsabilidade. Assim, dialoga-se, também, com a Organização das Nações Unidas (ONU), que lançou, em 2015, a declaração: “Transformando o Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Essa é composta por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) a serem estrategicamente buscados pelos países signatários de tal documento, o Brasil entre eles.

O ODS 05 versa especificamente sobre igualdade de gênero, sendo sua proposta “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, apresentando, ainda, seis metas e três estratégias para atingir tal objetivo. Dentro da perspectiva de empoderamento feminino, articulando-a ao turismo, em 2020, foi lançado pela UNWTO, em parceria com UN WOMEN, a segunda edição do “Relatório Global das Mulheres no Turismo” (*GROWIT*)¹ (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2020).

Este relatório analisa como a situação evoluiu desde o estudo de 2010 [1 ed.] e fornece uma análise abrangente da contribuição do turismo para a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, em particular o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 - alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. (...) Acima de tudo, o Relatório Global sobre as Mulheres no Turismo - Segunda Edição tem como objetivo fornecer uma compreensão atualizada e mais ampla da situação das mulheres no setor do turismo. Finalmente, as principais conclusões, recomendações e pontos de ação fornecem às partes interessadas as ferramentas de que precisam para empoderar as mulheres no turismo e nos aproximar de um mundo onde a igualdade de gênero é uma realidade para todos. (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2020, p. 07, tradução nossa).

1 Global Report On Women In Tourism, Second Edition.

Assim, a partir de tais premissas, apresentam-se, a seguir, algumas considerações sobre o turismo gastronômico no Pantanal, o empoderamento de mulheres no turismo e os relatos de mulheres pantaneiras envolvidas no turismo gastronômico.

O TURISMO GASTRONÔMICO NO PANTANAL

A ocupação por não indígenas na região se deu na primeira metade do século XIX, quando as primeiras fazendas de pecuária foram estabelecidas (POLETTI, 2017). Rico em pastagens nativas e organizado em imensas propriedades rurais privadas, o Pantanal se fortaleceu nessa economia vinculada, essencialmente, ao trabalho masculino dos peões vaqueiros, responsáveis pelos rebanhos (BANDUCCI JUNIOR, 2007). O modo de produção do espaço pantaneiro foi complementado a partir de 1990, quando o turismo de natureza começou a fazer parte da economia de algumas fazendas locais. Assim, os peões passaram a atuar, também, como guias, e o trabalho feminino, de limpeza e alimentação, passou a ser essencial para o serviço turístico.

As belas paisagens e a alta diversidade de vida selvagem do Pantanal são produtos de consumo turístico, devido à ligação da imagem do Pantanal a um paraíso (VARGAS; HEEMANN, 2003). No âmbito da cultura, prevalece, no imaginário popular, a figura do homem sobre o cavalo como principal ilustração da sociedade pantaneira. Esse *status* de conservação da fauna e da flora da região, bem como dos hábitos rurais em torno da pecuária, manteve-se ao longo do tempo, e se deu, possivelmente, em virtude da baixa ocupação humana, do alto isolamento rural devido à geografia do Pantanal, e da fartura de carne bovina, que inibiu a caça de animais silvestres (ARAUJO, 2006).

O consumo gastronômico local inclui abundância de carne bovina, leite e seus derivados, principalmente queijos e doces. O conhecimento empírico sobre as técnicas de conservação dessas proteínas é altamente valioso, pois o resultado leva a uma culinária reconhecida pelo sabor e pela qualidade dos pratos. Há fartura de

peixes e porco do mato, em determinadas épocas do ano e em boa parte da região pantaneira. Existem, também, fazendas que produzem mel de abelha e rapadura e plantam roçados com mandioca, abóbora, maxixe, quiabo, folhas verdes, temperos, além de pomares com acerola, mamão e cítricos. Há, ainda, o uso de plantas medicinais, normalmente misturadas à água do mate matinal ou do tereré. A abundância de ingredientes aliada a técnicas tradicionais de cozinha desenvolvidas, em geral, pelas mulheres pantaneiras, e os hábitos de consumo de alimentos e bebidas são elementos que compõem o patrimônio alimentar dessa sociedade (THOMÉ; MARTINS, 2015).

No entanto, a oferta turística predominante na região é fundamentada no ecoturismo e no turismo de pesca esportiva, sendo que a gastronomia regional, embora faça parte desse composto, não é trabalhada enquanto elemento da cultura local, tampouco destacada em ações de promoção e valorização do destino pantaneiro. As cozinhas das pousadas, ambiente feminino em geral, pertencem aos bastidores do turismo. A gastronomia é percebida nas refeições, mas os elementos culturais, que justificam o sabor, a textura, o aroma e a aparência das comidas pantaneiras são raramente expostos à percepção dos visitantes.

Em 2013, uma operadora de turismo de receptivo local passou a promover viagens com foco na gastronomia pantaneira, com o nome de *Food Safaris*. Tal proposta surgiu com o intuito de articular a atratividade, relacionada à observação da natureza, à valorização da cultura local, por meio da culinária regional. Dessa forma, atingiu um público diferenciado, com grande interesse na área de gastronomia e em experiências turísticas que promovam o aprendizado e a interação com produtores locais, diversificando a oferta turística no destino.

Essa experiência de viagem inclui não apenas a observação da vida selvagem, mas também, e principalmente, a interação com as cozinheiras das pousadas por meio de aulas práticas de cozinha. Nesse modelo de viagem, ocorre uma mudança de papéis e de uso dos espaços em relação ao turismo tradicional, desenvolvido na região há mais de 25 anos. Nos *Food Safaris*, os turistas passam a circular nos am-

bientes privados das pousadas, como a cozinha, a queijaria e o açougue, enquanto as mulheres pantaneiras passam a desempenhar o papel de professoras de culinária e de cultura regional.

No modelo tradicional de turismo no Pantanal, assim como na prática turística usual, o trabalho feminino sempre esteve ligado à limpeza interna e à produção de alimentos, com pouca ou nenhuma interação direta com os turistas, além de serem alguns dos postos de trabalho mais mal remunerados na cadeia produtiva do turismo. Já os *Food Safáris*, por sua proposta, aproximam-se daquilo que alguns teóricos denominam turismo responsável, ou seja, que promove, desde sua concepção, estratégias que buscam a interação harmônica e consciente entre visitantes, anfitriões e ambiente. De acordo com a *Associazione Italiana Turismo Responsabile* (2005, n. p., tradução nossa), o turismo responsável é

O turismo realizado segundo os princípios de justiça social e econômica e no pleno respeito ao meio ambiente e as culturas. O turismo responsável reconhece a centralidade da comunidade local e o seu direito em ser protagonista no desenvolvimento turístico sustentável e socialmente responsável de seu território. Opera favorecendo uma interação positiva entre indústria do turismo, comunidade local e viajantes.

Assim, compreende-se o turismo responsável como uma forma de planejar e praticar turismo que busca maximizar os benefícios potenciais da atividade, mediante a participação efetiva e consciente da comunidade no processo de desenvolvimento turístico. Compreende-se, desse modo, que visibilizar e valorizar o trabalho doméstico das mulheres, colocando-as como protagonistas da oferta, pode ser um meio, dentre tantos outros, de vislumbrar, na prática, algumas das premissas que articulam justiça social ao turismo, pois, como será apresentado a seguir, as experiências turísticas podem ser uma arena interessante para reflexões acerca das desigualdades de gênero e de sua manutenção, em diferentes contextos.

O ESPAÇO DE TRABALHO FEMININO NO TURISMO

Conforme mencionado anteriormente, ao ponderar sobre estratégias para a prática turística de forma responsável, buscando articulá-la a agendas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, identifica-se que a associação às relações sociais de gênero é fundamental. No caso aqui estudado, os *Food Safaris* praticados no Pantanal, é possível perceber potencialidades, inicialmente, por se tratar de um modelo associado ao turismo de base local.

Às vezes é chamado de “ecoturismo”, “turismo responsável”, “turismo tico” ou “turismo sustentável”. Em termos da categorização de indústrias da OMT, o turismo de base comunitária pode ser considerado em atividades culturais (categoria 9); atividades esportivas e recreativas (categoria 10); o comércio varejista de bens com características turísticas específicas do país (categoria 11) - por exemplo, artesanato -; e outras atividades características do turismo específicas do país, como fenômenos naturais ou turismo de vida selvagem (categoria 12). O foco no turismo de base comunitária é essencial para qualquer estudo sobre igualdade de gênero e turismo, uma vez que esses tipos de atividades no nível da comunidade/destino representam muitas oportunidades para as mulheres interagirem com o setor de turismo. (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2020, p. 23-24, tradução nossa).

Ao analisar o setor de turismo em escala global, com foco nas relações de gênero em tal contexto, adotou-se, no *GROWIT* 2020, os seguintes objetivos temáticos, tendo a igualdade de gênero no turismo como objetivo central:

- Emprego: O turismo oferece empregos decentes para as mulheres
- Empreendedorismo: Os negócios de mulheres no turismo levam ao empoderamento econômico delas.
- Educação e treinamento: A educação e o treinamento em turismo promovem a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no setor.

- Liderança e tomada de decisão: As mulheres são representadas e influentes nos espaços de tomada de decisão em todos os níveis do setor de turismo
- Comunidade e sociedade civil: O turismo apoia as mulheres para lidar com as desigualdades de gênero em casas e comunidades. (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2020, p. 24, tradução nossa).

Tais objetivos interessam por servir como referência para ponderar sobre a experiência discutida neste trabalho, pois ela se efetiva por meio da prática do turismo gastronômico no Pantanal e coloca as mulheres como protagonistas da atividade. Vale ressaltar que não existem indicadores organizados com tal finalidade dentro dos atuais documentos que regem o turismo nacional.

Assim, atenta-se ao último objetivo temático – comunidade e sociedade civil –, que, neste trabalho, interessa de modo mais enfático. A proposta é que a atividade turística sirva, de alguma forma, como meio para que as mulheres se empoderem, a fim de negociar o modelo “tradicional” das relações de gênero, em nível doméstico e comunitário.

Entendendo o gênero como “organização social da diferença sexual” (SCOTTI, 1998), concorda-se com Emílio et al. (2003) quando ela explora as relações sociais na qualidade de campo de tensões, em que grupos antagônicos interagem, sendo que, nas relações de gênero, os grupos sociais de homens e mulheres não devem ser confundidos com a categorização biológica de machos e fêmeas, que se tensionam em torno da questão do trabalho e suas divisões (EMÍLIO et al., 2003). Vale pontuar que, quando se citam mulheres, como categoria social, ainda que não seja possível relacionar e analisar todas as interseccionalidades que marcam, de diferentes modos, as pessoas que compõem tal categoria, reconhece-se todas elas em função de seu gênero, e não de seu sexo.

Desse modo, é importante destacar que,

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado [...] Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. (HIRATA; KERGOAT, 2007).

À pesquisa interessa, diretamente, a questão da divisão sexual do trabalho, pois é justamente na “comercialização do trabalho doméstico” que se ampara parte significativa da produção turística e, também, a manutenção das assimetrias entre os gêneros. Assim, ao se pensar o protagonismo feminino em experiências turísticas que tem a gastronomia como atratividade principal, é preciso pontuar que a cozinha profissional se distanciou da doméstica, seguindo tal premissa da divisão sexual do trabalho. Como aponta Collaço (2008, p. 145),

[...] os contornos adquiridos pelo trabalho feminino permanecem ainda presos a hierarquias da esfera doméstica transpostas ao domínio público. A cozinha de todo dia, considerada uma tarefa quase que obrigatoriamente feminina, estendeu-se ao universo das relações de trabalho. Restaurantes de caráter mais popular para atender refeições cotidianas incorporam maior número de mulheres, ao contrário de restaurantes que servem refeições mais elaboradas, onde a maioria dos chefs é masculina, assim como os funcionários que ali trabalham e servem comensais em busca de experiências distintas.

É precisamente na perspectiva de visibilizar tais discrepâncias, valorizando simbolicamente o trabalho feminino e o “lugar das mulheres”, que reside o potencial para empoderamento das protagonistas dos *Food Safaris* no Pantanal, compreendendo-se que “[...] o empoderamento é um processo dirigido para a transformação

da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos” (BATLIWALA, 1994, p. 130).

Assim, tal processo deve ser considerado tanto na esfera pessoal quanto na coletiva, dependendo da apropriação de cada envolvida, já que demanda agência própria em paralelo às oportunidades/estímulos que se apresentam socialmente. Nesse sentido, Stromquist (2002, p. 23) aponta algumas dimensões para o empoderamento feminino:

O empoderamento consiste de quatro dimensões, cada uma igualmente importante mas não suficiente por si própria para levar as mulheres para atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de auto-estima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente).

Com base em tais considerações, apresentam-se, na sequência, as impressões que as mulheres protagonistas do turismo gastronômico no Pantanal têm sobre suas participações em tais experiências. Posteriormente, será discutido o potencial de empoderamento feminino nesse contexto específico.

MULHERES PANTANEIRAS E SUAS IMPRESSÕES SOBRE O TURISMO GASTRONÔMICO

O trabalho na cozinha das pousadas pesquisadas é essencialmente feminino. A pesquisa revelou que metade das mulheres entrevistadas possui mais de 55 anos, sendo elas as cozinheiras. A outra metade trabalha como auxiliar de cozinha e possui menos de 35 anos. Isso significa que duas gerações de mulheres estão se relacionando nas cozinhas das pousadas, e convivendo devido a um contrato de trabalho com seus empregadores. Essa realidade permite considerar que, ao desempenhar, juntas, as atividades culinárias, as mais velhas estão naturalmente compartilhando seus conhecimentos sobre a cozinha pantaneira com as mais novas, uma vez

que a produção culinária nos roteiros gastronômicos é focada em pratos tradicionais da cozinha pantaneira.

Sobre esse aspecto, é importante salientar que, apesar dessas cozinhas terem, cotidianamente, sua produção voltada para o consumo dos turistas, não necessariamente produzem pratos tradicionais em todas as refeições. Há uma mescla entre tradicional, prático e contemporâneo nos cardápios, a fim de atender aos diferentes paladares dos visitantes, bem como às restrições alimentares e de saúde que, porventura, tenham. Portanto, no turismo convencional nas pousadas, os pratos pantaneiros tradicionais dividem a mesa com os de outras culturas: uma peça bovina de surtun assado (prato tradicional pantaneiro) pode, facilmente, ser acompanhado de uma lasanha à bolonhesa (prato de influência italiana), uma combinação agradável para os visitantes, mas que não poderia compor uma refeição servida aos turistas dos *Food Safaris*, por fugir do tradicionalismo a que este se propõe.

Todas as entrevistadas possuem filhos, e quatro delas já são avós. Apesar disso, todas revelaram estar sozinhas na fazenda, ou acompanhadas apenas dos maridos, mantendo um relacionamento distante com a maioria dos familiares. Para essas mulheres, a fazenda pantaneira se configura como um local de trabalho e de moradia temporária, revelando que o espaço considerado como casa está localizado na cidade, onde está a família. Apesar da estreita relação com o ambiente rural do Pantanal, o vínculo com tal espaço é condicionado à relação de trabalho. Ao mesmo tempo, todas afirmaram ser pantaneiras, e suas feições, quando falaram sobre isso, demonstraram orgulho e altivez.

Uma das mulheres, doravante identificada como Entrevistada 1, contou que, apesar de ter nascido na cidade, trabalha no Pantanal desde os 17 anos, como faxineira e auxiliar de cozinha em diferentes fazendas. Ela comenta que aprendeu a cozinhar com a mãe e revela que, desde criança, aprende sobre a produção pecuária e os cortes de carnes. Embora jovem, essa mulher tem um longo histórico de vivência com a cultura pantaneira, o que ela considera suficiente para atender às demandas dos clientes do turismo gastronômico. Segundo ela, os turistas dos *Food Safaris*

“[...] perguntam tudo sobre nossa cozinha, como que faz, de onde vem. Então se eu não fosse pantaneira eles iam perceber. E é isso que eles querem porque estão pagando pra vir conhecer o Pantanal”.

Nenhuma das entrevistas demonstrou insegurança em desenvolver o papel de professora de culinária ou em interagir diretamente com os turistas e compartilhar seus conhecimentos sobre o Pantanal. A Entrevistada 2 comentou sobre a curiosidade de um dos turistas dos *Food Safaris* em saber sobre como ela lida com animais peçonhentos no ambiente doméstico e sobre seus encontros com a onça-pintada. Ela afirmou se sentir feliz e motivada em falar sobre suas experiências de vida no Pantanal e não entender essa interação como trabalho, mas como a construção de um relacionamento com os visitantes: “eles ficam aqui na cozinha a manhã inteira com a gente e a gente conversa, dá risada, tira foto, posta, fica amigo até no Facebook, quando vê o dia já passô” (*sic passim*), relata a Entrevistada 2.

Quando questionadas sobre a relevância do trabalho da mulher (na cozinha) em relação ao trabalho masculino (guias de campo), foi unânime a resposta de que são iguais. Todas demonstraram entender que, para o turismo, o serviço de alimentação é tão importante quanto os passeios na natureza. Entretanto, quando se trata do turismo gastronômico, houve diferenças nas respostas. Para a maioria delas, quando os clientes são dos *Food Safaris*, as atividades femininas são exponencialmente mais percebidas pelos hóspedes em comparação às masculinas: “Eu gosto quando tem esses safári porque a nossa caxinha na cozinha é mais gorda que a dos homens”, comenta a Entrevistada 1 sobre a gorjeta deixada pelos turistas gastronômicos — uma recompensa equivalente à atenção e ao serviço prestado.

Identificou-se que as gorjetas podem ser consideradas um medidor de importância do trabalho nas pousadas e revelam quais serviços tiveram maior relevância para a experiência dos turistas, o que gera uma competição entre homens e mulheres no universo do trabalho. É importante salientar que há alguns casais morando nas fazendas e que ambos, homem e mulher, desempenham diferentes

papéis no turismo. Observou-se que essa competição tem um caráter saudável, pois, ao final, o recurso financeiro extra vai para o fundo familiar.

No entanto, os *Food Safari* constituem um aumento da carga de serviço, conforme informa a Entrevistada 4: “pra mim a maior desvantagem dos *Food Safari* é que a gente trabalha mais. Eles bagunçam a cozinha, sebem que também ajudam a prepará o almoço. Eles até lavam lôça mas não fica bom”, comenta ela a respeito do trabalho extra que as aulas práticas de cozinha geram.

Ainda sobre as desvantagens, ressalta-se o comentário da Entrevistada 2, que, apesar de ser o único do gênero entre as entrevistadas, chama a atenção. Conforme transcrição abaixo, os preparativos para receber o grupo específico de gastronomia podem gerar ansiedade na equipe de cozinha e consequente sobrecarga de energia dispensada ao trabalho:

Eu vejo que quando tem esses turista do safári eu fico mais cansada mas não é só por causa do trabalho mas da cabeça. Eu tenho que fazer tudo certinho porque eles tão olhando e depois eles vão comê e avaliá. Eu já fico nervosa dois dias antes de começá e durmo malemal porque fica essa pressão pra gente aqui na cozinha. É bom mas tem esse lado aí. (Entrevistada 2).

Em momento seguinte, a entrevistada complementa com a informação de que, apesar do *stress* sofrido, ficou feliz em atender os turistas gastronômicos. Ela justifica sua satisfação pelo fato de que teve uma receita e uma foto suas publicadas num *blog* de viagens, compartilhado nas mídias sociais, o que gerou repercussão. Sua expressão de alegria concomitante à fala revelou sinais de que sua autoestima foi elevada com a valorização dada a ela e ao seu trabalho. Essa impressão se fortalece com outro depoimento da mesma mulher: “Você imagina que todo mundo que vem pro Pantanal tira foto dos bicho, qué vê a onça e esses do safári ficam aqui no fogão tirando foto da gente, da chipa, do fogão, dos doce”.

O trabalho em uma cozinha de pousada pantaneira é bastante intenso e, portanto, cansativo, pois são muitas demandas de produção para, no mínimo, três refeições diárias. Identificou-se que são funções divididas entre poucas mulheres

(de uma a três, dependendo da quantidade de clientes), que podem trabalhar até 11 horas por dia, em num ambiente com temperatura elevada devido ao calor do fogão à lenha e às características do ambiente.

Para essa experiente cozinheira, existem, pois, dois pólos extremos na sua avaliação sobre o atendimento específico a esses grupos de turismo gastronômico: de um lado, há uma intensificação do trabalho físico e mental, do outro, há um reconhecimento singular ao ser colocada como protagonista da experiência de viagem no Pantanal.

O reconhecimento é reverberado virtualmente, uma vez que cada momento é registrado em fotos e vídeos e imediatamente postado em mídias sociais. A esse respeito, uma entrevistada mais jovem comentou, com orgulho, a postagem de uma foto sua fazendo Nicola, um queijo cozido típico de uma região pantaneira, destacando a repercussão que teve entre a família e os amigos. Essa mulher, identificada como Entrevistada 5, comentou sobre uma sobrinha interessada em experimentar e aprender a fazer o queijo após ver o trabalho da tia em evidência. Esse depoimento, de certa forma, reforça a relevância do turismo gastronômico para o fortalecimento dos elementos da cultura gastronômica regional.

POTENCIAL DO TURISMO COMO EMPODERAMENTO FEMININO NO PANTANAL

Após observar as reflexões das mulheres que têm protagonizado as experiências de turismo gastronômico no Pantanal, percebe-se que há pontos que convergem para algum nível de empoderamento delas, enquanto outros apontam para a manutenção das assimetrias tradicionalmente percebidas.

Buscando respaldo nos objetivos temáticos para igualdade de gênero no turismo propostos no *GROWIT* 2020, nota-se a potencialidade do turismo gastronômico no Pantanal ser trabalhada para o empoderamento de suas protagonistas. No entanto, atualmente, observando-se a descrição do trabalho nas cozinhas das

pousadas no Pantanal, é perceptível que o turismo ainda não oferece um emprego decente para tais mulheres. Elas têm sobrecarga de trabalho em ambientes físicos, muitas vezes inadequados, assim como usam, em alguns casos, equipamentos inapropriados.

Além disso, algumas entrevistadas apontaram que a prática do *Food Safari* aumenta, ainda mais, a carga de trabalho. Tal fato se dá em razão da participação dos turistas no espaço, além do *stress* psicológico que antecede a chegada dos grupos de turismo gastronômico. Contudo, há perspectivas de que, ao tornar tal realidade visível, especialmente aos olhos dos turistas que passam a frequentar tal ambiente, os empregadores sejam sensibilizados (e cobrados) para melhorar as condições de trabalho. Seria possível contratar mais pessoas para o trabalho, quando for o caso, e melhorar os aspectos físicos do local onde ele é desempenhado.

Infelizmente, no caso abordado, os *Food Safaris*, não foi possível observar o objetivo relativo ao empreendedorismo feminino, visto que o objeto de análise foram justamente as empregadas em empreendimentos de terceiros. Da mesma forma, não foi possível avaliar efetivamente ações relacionadas à educação e ao treinamento em turismo, pois as trabalhadoras entrevistadas não passaram por nenhum tipo de formação formal para sua atuação no setor. Porém, é evidente que, se a elas oportunizados, despertando-lhes o interesse, treinamentos e formação podem auxiliar na promoção de percepções críticas da realidade, fomentando meios para subverter as discrepâncias percebidas entre os gêneros.

Em relação à liderança e à tomada de decisão, cujo objetivo é que o turismo seja vetor para ampliação da participação e influência das mulheres nos espaços de poder, não foi observada uma correlação direta. Entretanto, é perceptível o “orgulho” de uma das entrevistadas sobre a repercussão do seu trabalho na *web* e a influência para sua sobrinha. Tal fato, mais do que fortalecer as tradições culinárias locais, abre espaço para que essas mulheres se identifiquem como capazes e influentes, o que, futuramente, vir a despertar sua participação também nos espaços de liderança e tomada de decisões.

Já no que se refere à comunidade e sociedade civil, em que se objetiva que o turismo apoie as mulheres para lidar com as desigualdades de gênero em casa e na comunidade, identificou-se o maior potencial. Ainda que exista uma divisão entre a comunidade de residência das entrevistadas (cidade) e a de trabalho (Pantanal), a grande maioria delas passa as temporadas de trabalho junto a seus companheiros, trazendo as relações afetivas e familiares para essa realidade.

Assim, quando assumem que as funções das mulheres na cozinha são tão importantes quanto a dos homens como guias, na prática turística, as entrevistadas demonstram reconhecer seu trabalho produtivo. A partir daí, podem ser geradas reflexões sobre o exercício do mesmo trabalho em casa, que, em geral, é invisível. Já os homens, seus companheiros, também podem ser estimulados a ponderar e a reconhecer a importância do trabalho das mulheres, por influência do protagonismo na atividade turística.

Vale lembrar que uma das entrevistadas aponta que quando os turistas são de *Food Safaris*, a “caixinha” das mulheres é melhor, equiparando-se ou ultrapassando a dos homens. Essa passagem destaca tanto a elevação da autoestima das mulheres (ao se comparar aos homens no reconhecimento do trabalho) quanto a visibilidade dada ao trabalho delas, já que a recompensa aumenta, conforme a interação é mais ativa com os hóspedes.

Ademais, o turismo gastronômico eleva o *status* do saber-fazer feminino no universo das pousadas pantaneiras, ao salientar a relevância do seu trabalho e de todo o conhecimento empírico que estrutura a produção das refeições. O protagonismo feminino abre novas oportunidades de trabalho, com maior importância para a sociedade local, e inspira outras mulheres a desenvolver esse ofício de forma valorizada, haja vista o reconhecimento perante a família e a comunidade. Já a valorização dos ingredientes e técnicas regionais, por mais comuns que sejam para as pessoas locais, aumenta o espaço da gastronomia no arcabouço do patrimônio cultural regional, além de proporcionar mais respeito ao trabalho das pessoas e das famílias que se dedicam à produção de alimentos.

Considerando-se as dimensões de empoderamento descritas por Stromquist (2002), nota-se que, na experiência dos *Food Safaris*, a dimensão psicológica, que se refere à autoestima, é a mais estimulada. É evidente, pelas falas das entrevistadas, que o reconhecimento – seja pela gorjeta maior, pelas fotos divulgadas nas redes sociais, seja pela “ajuda” que os turistas lhes prestam na cozinha – é efetivamente maior quando elas são as protagonistas da experiência de viagem.

Observou-se, ainda, que nenhuma delas demonstra insegurança para assumir o protagonismo em ensinar técnicas culinárias ou sobre a cultura local. Esse fato é relevante para o processo de empoderamento, dado que estimula a sensação de segurança para se posicionar publicamente, podendo levar à ampliação da participação nos espaços públicos e de poder, geralmente, ainda dominados pelos homens. Também, o trabalho de produção de alimentos, reconhecido pelos turistas, fortalece a identidade pantaneira dessas mulheres à medida que elas sentem orgulho de serem reconhecidas como tal. A imagem do Pantanal, no Brasil e no mundo, é vinculada à de um paraíso, e ser reconhecida como parte dessa paisagem é percebido por elas como positivo.

Todavia, para que as relações entre os gêneros no local sejam revistas, é importante considerar, também, a dimensão cognitiva, que envolve a visão crítica da realidade. Nesse ponto, constatou-se que há necessidade de pesquisas mais aprofundadas para verificar a visão delas, de modo geral. No entanto, identificam-se perspectivas para avanços nessa seara. As mulheres entrevistadas percebem que as condições de trabalho não são adequadas em alguns casos, e que, de certo modo, os homens são mais valorizados, pois, na prática turística tradicional, eles são mais reconhecidos (pela caixinha), sendo necessário que elas assumam o protagonismo da experiência – ou seja, que tenham suas atividades visibilizadas e sua carga de trabalho aumentada – para que consigam o mesmo. Logo, a prática dos *Food Safaris* pode, a longo prazo, estimular percepções mais críticas de tal realidade.

Quanto à dimensão política, que prevê a mobilização frente às desigualdades de poder entre os gêneros, não foi possível perceber articulações claras. Entre-

tanto, pode ser possível estimulá-las por meio de ações de conscientização com tal finalidade. Identifica-se, ainda, um ambiente favorável para esse fim, tendo em vista que as mulheres entrevistadas convivem entre mulheres de diferentes gerações no local de trabalho. Tal espaço pode ser o contexto propício para trocas de experiências e saberes mais amplos, além dos culinários.

Pode-se afirmar, ainda, que a convivência de cozinheiras de diferentes gerações nas pousadas pantaneiras, desenvolvendo técnicas tradicionais de cozinha, devido ao caráter gastronômico da demanda turística, seja um indicativo de que o turismo contribui para a conservação do patrimônio alimentar regional. Além disso, o compartilhamento dessas informações, de forma oral e prática com os turistas, ecoa nos ouvidos das mais jovens e fortalece tradições culinárias que correm constante risco de desaparecer entre as gerações. Esse é outro ponto que pode favorecer a articulação e a mobilização política de tais mulheres, já que estão atuando coletivamente para a salvaguarda do patrimônio cultural/gastronômico local.

Por fim, a dimensão econômica, que se refere à capacidade de gerar renda independente, questão que é dúbia no caso analisado. Nota-se que a atividade turística promove geração de renda para essas mulheres, inclusive aumentando seus ganhos por meio das gorjetas, mais significativas no caso dos *Food Safáris*. Porém, para atingir tais benefícios, as mulheres alternam suas moradias entre seus lares e os locais de trabalho e, em alguns casos, vivenciam condições laborais inadequadas.

Há, ainda, a constatação de que, nas experiências de turismo gastronômico, o trabalho aumenta, segundo os relatos apresentados, assim como o *stress* e as cobranças para organização dos serviços. Todavia, há informações de que o salário pago pelos empregadores é o mesmo, apesar de elas assumirem mais uma função, como “professora”. Em outras palavras, há a geração de renda, mas ainda não de forma adequada, bem como há o reconhecimento simbólico dos empregadores, mas não financeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que as experiências de turismo gastronômico no Pantanal configuram um espaço importante para a valorização e o reconhecimento do trabalho das mulheres no turismo e, especificamente, na cozinha. Essas experiências vêm sendo organizadas de modo a evidenciar os saberes das mulheres pantaneiras, estimulando, como observado, alguns aspectos que podem levar ao empoderamento feminino e, conseqüentemente, à rearticulação das relações de gênero no local, de modo mais equânime.

Contudo, há questões que não são atendidas nesse sentido, sendo necessários estímulos e projetos com a finalidade específica de atingir o potencial de empoderamento feminino por meio do turismo gastronômico no Pantanal. Nesse caso, salienta-se que a ausência de indicadores de gênero no turismo é sentida, uma vez que a iniciativa estudada se pauta nas estratégias de turismo responsável para sua operacionalização. Porém, como as relações de gênero são incipientes nos estudos e planos de turismo no Brasil, muitas vezes, faltam referências para que as mulheres sejam incluídas de modo responsável ao rol das atividades turísticas.

Os *Food Safaris* se apresentam como um modelo de prática turística responsável, que promove o reconhecimento e a salvaguarda do patrimônio gastronômico local, levando à valorização da cultura e da população pantaneiras. Paralelamente, visibiliza o trabalho feminino envolvido na cozinha, evidenciando seu valor e particularidades. Assim, ainda que não seja agente direto de empoderamento feminino, manifesta grande potencial para desenvolvimento desse diferencial.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. C. de. **Pantanal**: um espaço em transformação. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ASSOCIAZIONE ITALIANA TURISMO RESPONSABILE. **Cos'è il turismo responsabile**. Milão: AITR, 2005. Disponível em: <http://www.aitr.org/turismo-responsabile/cose-il-turismo-responsabile/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BANDUCCI JUNIOR, A. **A natureza do pantaneiro**: relações sociais e representação de mundo no “Pantanal da Nhicolândia”. Campo Grande: Ed. UFMS, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATLIWALA, S. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. *In*: SEN, G.; GERMAIN, A.; CHEN, L. C. (ed.), **Population policies reconsidered: health, empowerment and rights**. Cambridge: Harvard University Press, 1994. p.127-138.

COLLAÇO, J. H. L. Cozinha doméstica e cozinha profissional: do discurso às práticas. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 19, n. 1, p. 143-171, jan./jul. 2008.

EMÍLIO, M.; TEIXEIRA, M.; NOBRE, M.; GODINHO, T. (org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**. Tradução: UNIC Rio. [S. l.]: ONU, 2015. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo site.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

POLETTI, I. **Biomass do Brasil**: da exploração à convivência. Brasília, DF: Pé da Letra, 2017.

SCOTT, J. W. [Entrevista cedida a] Miriam Grossi, Maria Luiza Heilborn e Carmem Rial. **Estudos Feministas**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 114-124, 1998.

STROMQUIST, N. P. Education as a means for empowering women. *In*: PARPART, J.; RAI, S.; STAUDT, K. **Rethinking empowerment**: gender and development in a global/local world. London: Routledge, 2002. p. 22-38.

THOMÉ, P.; MARTINS, P. C. S. O patrimônio cultural alimentar na experiência de viagem do turista que visita o Pantanal. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 9., 2015, Joinville. **Anais** [...]. Joinville, SC: Univille, 2015. p. 239-247.

VARGAS, I. A. de; HEEMANN, A. Sentir o “Paraíso” no Pantanal: reflexões sobre a percepção e valoração ambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Campo Grande, n. 7, p. 131-143, 2003.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Global report on women in tourism**: second edition. Madri: UNWTO, 2020. Disponível em: <https://www.unwto.org/publication/global-report-women-tourism-2-edition>. Acesso em: 15 abr. 2020.



CAPÍTULO 16

A IDENTIDADE CULTURAL E AMBIENTAL COMO FATORES DE IMPULSÃO DA IMAGEM TURÍSTICA DE CAMPO GRANDE – MS

Daniela Sottili Garcia

Bruno de Souza Lima

Daniel Raizer de Oliveira Teixeira

INTRODUÇÃO

Marcado pelo processo histórico da divisão entre o norte e o sul, Campo Grande - MS foi fundado em 1899 por colonizadores mineiros, movidos pelo processo de interiorização do Brasil Colônia para aproveitar os campos, as pastagens e as águas cristalinas dos rios e riachos da região dos cerrados (CAMPO..., 2015). O município está localizado na região Centro-Oeste do Brasil e, desde 1977, é capital do estado de Mato Grosso do Sul, contando com cerca de 906 092 habitantes, população estimada de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020).

No que tange ao turismo, a atividade começou a atrair turistas para Mato Grosso do Sul na década de 1970, a partir do segmento do turismo de pesca, estabelecendo fluxos turísticos, principalmente, na região do Pantanal sul-mato-grossense. Nesse âmbito, inicialmente, a cidade de Campo Grande se tornou um destino turístico de escala, de conexão ou como “cidade dormitório”, e tal situação estava, muito provavelmente, relacionada ao fato de a capital configurar-se como um portão de

entrada ao estado, dando acesso às cidades de Anastácio, Aquidauana, Miranda e Corumbá, que, naquele período, recebiam um fluxo considerável de turistas, motivados, sobretudo, pela pesca e pela contemplação das riquezas de flora e fauna (GARCIA, 2013).

Mesmo que Campo Grande tenha servido praticamente como trecho de passagem durante o período de 1970 a 1997 (décadas em que o segmento de pesca gerou relevante fluxo turístico em Mato Grosso do Sul), as políticas públicas do município pouco foram direcionadas para a atividade turística na capital. O fato merece destaque, uma vez que, diante das mazelas que permeiam a organização da atividade turística, aponta-se a importância do desenvolvimento de políticas públicas de turismo, as quais possibilitam uma melhor gestão e um melhor planejamento de ações que visem maximizar o desenvolvimento da atividade turística em um determinado destino. De acordo com Beni (2001, p. 177), as políticas públicas de turismo podem ser compreendidas como

A espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar” (plano), do “fazer” (projetos, programas), do “executar” (preservação, conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do “reprogramar” (estratégia) e do “fomentar” (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais.

Assim sendo, em 1998, em face da necessidade de um melhor direcionamento da atividade turística, Campo Grande passou a contar com um órgão municipal de gestão do turismo. Tratava-se do Departamento de Turismo, que se integrava à pasta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Agronegócio (SEDESC). O Departamento de Turismo esteve à frente do planejamento turístico da capital até o ano de 2016.

Em 2017, com mais uma mudança de gestão pública municipal, foi criada a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECTUR), e uma das primeiras ações foi a criação do Plano Municipal de Turismo (PMT). Após pesquisas, buscou-se identificar e direcionar a vocação turística da cidade, além de levantar os desafios, propos-

tas e estratégias para o posicionamento de mercado da capital sul-mato-grossense (TEIXEIRA, 2020).

Para a construção do Plano Municipal de Turismo 2017-2027, a SECTUR obteve apoio técnico do SEBRAE/MS, contando com o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) como instância de governança para analisar e validar o documento (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, 2017). Após análises e pesquisas desenvolvidas pelo Plano Municipal de Turismo, definiu-se a vocação turística de Campo Grande como sendo a de Turismo de Eventos e Negócios, posicionamento que foi desenvolvido para estimular a atividade turística na capital (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, 2017).

Dessa forma, a SECTUR começou a trabalhar, de modo mais planejado e com mais afinco, com o segmento de Turismo de Eventos e Negócios, com o intuito de posicionar a capital sul-mato-grossense como destino de Eventos e Negócios. Por meio desse planejamento e com a parceria estabelecida com a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, a capital passou a sediar importantes eventos a partir de 2018, como, por exemplo, a *Adventure Next Latin America* e a 27ª edição do Rally do Sertão (CAMPO GRANDE, 2019).

Ainda que esses eventos, promovidos em 2018-2019, tenham tido grande visibilidade nacional e internacional, a SECTUR vem encontrando alguns desafios para o fortalecimento dessa imagem e do *slogan* de Capital dos Eventos e Negócios perante o segmento, em âmbito nacional (TEIXEIRA, 2020).

Segundo o Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul (2019), enquanto destino de Turismo de Eventos e Negócios, Campo Grande se destaca apenas em âmbito regional/estadual, uma vez que, contrastando com os dados do Ministério do Turismo, é possível observar que esse destino turístico ainda não se sobressai como Capital de Turismo de Eventos e Negócios quando se considera o âmbito nacional.

Nesse contexto da atratividade turística de Campo Grande e da consolidação de uma imagem de destino de Turismo de Eventos e Negócios, há de se pontuar

a possibilidade de estimular e valorizar outros aspectos que podem ser relevantes para os turistas/visitantes que passam pela capital ou que nela tem seus destinos finais de viagem. Nesse sentido, citam-se opções relativas aos segmentos cultural, gastronômico, rural e ecológico (aventura e ecoturismo), de observação de aves, ramos do turismo que ampliam a viabilidade de consolidação do destino turístico Campo Grande para além de um segmento turístico único (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, 2017). Inclusive, entende-se que não se faz necessário que uma cidade turística possua e divulgue apenas um segmento turístico, mas, sim, que o(s) segmento(s) turístico(s) trabalhado(s) tenha(m) relação direta com a identidade local.

Diante do exposto, este capítulo buscou discutir a identidade cultural e ambiental de Campo Grande, tendo como objetivo geral detectar como a identidade cultural e ambiental da capital pode contribuir para sua divulgação como destino turístico, bem como a identidade do turismo de negócios evidenciada pelo Plano Municipal de Turismo (PMT) em vigência.

Para isso, por meio de uma abordagem qualitativa com base em pesquisas descritivas e explicativas, bibliográficas e documentais, foram apresentados aspectos culturais e ambientais relevantes para a atividade turística que vão além do turismo de Eventos e Negócios, constituindo atrativos turísticos que podem ser divulgados aos turistas em paralelo com o que foi evidenciado pelo PMT ou, ainda, direcionados a novos turistas, que possam ser atraídos, especialmente, por essas duas possibilidades – cultural e ambiental – de segmentos turísticos. As discussões também são embasadas por alguns direcionamentos de Teixeira (2020), que buscou desenvolver, em sua pesquisa, reflexões acerca da imagem turística de Campo Grande.

Nessa perspectiva de novos olhares sobre a atividade turística em Campo Grande, este trabalho versará sobre duas segmentações turísticas de forte relação com a identidade local, por entender que ambas podem vir a ser trabalhadas paralelamente ao segmento do Turismo de Eventos e Negócios.

CAMPO GRANDE SOB A VERTENTE DA IDENTIDADE CULTURAL

Desde os primórdios da humanidade, a construção cultural apresenta-se como um processo histórico, espacial e evolutivo, que representa o conjunto de valores culturais de um determinado grupo social. Destarte, a identidade cultural mostra-se, cada vez mais, como elemento de interesse para o desenvolvimento turístico de diferentes destinos turísticos (CASTELLS, 1999; HAESBAERT, 1999).

No caso de Campo Grande, município marcado por uma expressiva mescla de etnias, a cultura também constitui uma importante oferta turística. A pesquisa realizada por Garcia (2013) aponta que a cidade, ao longo dos anos, teve dificuldade de “identificação”: a cada material publicitário promovido pelo Departamento de Turismo, uma nova identidade da capital era trazida para o *marketing*, gerando diversos materiais publicitários com imagens diferentes desse destino turístico, tais como: em 1998, “Venha para Campo Grande – A Capital do Ecoturismo”; em 2000, “Conheça Campo Grande: Ecoturismo, Cultura e Eventos em uma só capital”; em 2007, “Grande Campo Grande MS: Emoções do tamanho dos seus sonhos”; em 2010, “Campo Grande Mato Grosso do Sul: Conheça os Encantos da Cidade Morena”; em 2011, nenhum *slogan* ou segmento turístico específico, mas trazendo, na capa do material promocional, imagens de Araras Canindé, Quati e Ipê rosa; em 2014, “Conheça e ame Campo Grande”.

Ressalta-se que, em um contexto mais amplo, historicamente, vem ocorrendo uma relativa homogeneização global da cultura, acentuada, sobretudo, pelo consumo e, ao mesmo tempo, por um fascínio pela diferença, pelo local e pelo particular, colocando, assim, a questão identitária no centro de muitos conflitos territoriais da atualidade (CRUZ, 2007).

Ainda nesse contexto, pode-se ressaltar que o espaço urbano se produz por diferentes territórios, e, por isso, a multiplicidade de culturas urbanas se territorializa. Entende-se que, nesse espaço, ocorre uma diversidade de culturas e, portanto, de estilos, comportamentos e expressões, o que favorece as atividades culturais no

sentido de servir como atividades lucrativas. Devido a esse aspecto, a cultura na cidade em questão será perscrutada (GARCIA; SYDOW; CORREA, 2016). Para isso, faz-se uso dos estudos de Claval (2001) quando se refere à cultura como um elemento de forte influência na constituição do espaço. Segundo o autor, as relações que os indivíduos estabelecem com o espaço demarcam seus lugares e sua cultura, e o território passa a ser a ocupação desse espaço.

Transpondo esse entendimento para o objeto estudado, no período de 1998 a 2016, o território turístico de Campo Grande buscou um posicionamento por meio de suas imagens e *slogans* turísticos. Porém, por falta de continuidade de políticas públicas em turismo, nenhuma das seis imagens e dos *slogans* projetados pelo poder público municipal se consolidou perante o mercado turístico. Atualmente, conforme supracitado, o Plano Municipal de Turismo atrela a imagem turística de Campo Grande ao Turismo de Eventos e Negócios.

Embora o Plano Municipal de Turismo, aponte que a vocação turística de Campo Grande tem relação com o Turismo de Eventos e Negócios, segundo pesquisas realizadas pela Fundtur (2017), o segmento é o segundo gerador de fluxo turístico na capital, uma vez que o segmento que mais gera demanda turística para a cidade é o segmento de Turismo de Lazer. Nesse sentido, acredita-se que, para além do Turismo de Eventos e Negócios, outros aspectos relacionados à identidade cultural e ambiental de Campo Grande podem ser estimulados enquanto fomentadores da imagem turística do município, maximizando seu fluxo turístico e proporcionando um maior envolvimento da cadeia produtiva turística.

No que se refere ao segmento do turismo cultural, Campo Grande é contemplada por diversas atrações relacionadas à vertente cultural, porém, para esta pesquisa, estabeleceu-se o recorte geográfico da Rua 14 de Julho e arredores, entre a Rua 7 de Setembro até as mediações do Complexo Ferroviário e da Feira Central, área geográfica que abarca o antigo centro urbano da cidade.

Primeiramente, destaca-se o Mercado Municipal Antônio Valente (o Mercado) (Figura 16.1A), considerado um espaço de “resistência cultural” frente à globa-

lização e os hipermercados que não buscam destacar produtos regionais. O prédio ocupado pelo Mercado foi inaugurado em 30 de agosto de 1958, tendo sua origem numa feira livre, um ponto de venda de carnes e verduras que ocupava uma grande área margeando os trilhos da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), entre a Avenida Afonso Pena e a Rua 7 de Setembro (MARINHO; COELHO NETTO, 1999).

O Mercado Municipal Antônio Valente teve seu processo de tombamento protocolado em 06 de outubro de 2011, sendo, desde então, considerado bem protegido com interesse da coletividade do município de Campo Grande. Na Lei Complementar nº 161, de 20 de julho de 2010, o local já estava listado como bem de interesse para tombamento (ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE, [20--]).

Desde a sua construção, o Mercado foi contemplado por algumas reformas, que resultaram em sua atual estrutura, contemplada com estacionamento que dá acesso à Feira Indígena (Figura 16.1B), criada por meio da Lei nº 2.954, de 12 de abril de 1933, no espaço até então conhecido como Largo da Feira, a Praça João Pedro de Souza, localizada na Rua 7 de Setembro, em frente ao Mercado, e denominada, a partir de 13 de agosto de 1974, Praça Oshiro Takimori, quando a Câmara Municipal homenageou a colônia japonesa, dando à antiga praça o nome do Comendador Oshiro Takimori, por ser uma personalidade que contribuiu grandemente para o crescimento econômico de Campo Grande.

Dessa forma, os visitantes e turistas que frequentam o Mercado têm a possibilidade de conhecer os produtos comercializados pelos indígenas, como guavira, milho, pequi, quiabo, mandioca, jabuticaba, manga, guariroba, entre outros. Nas dependências do Mercado, existem diversas barracas que comercializam produtos regionais, como erva-mate, o famoso pastel do mercado, artesanatos, fumo, temperos, farinhas, pó de café (moído na hora), frutas, verduras, carnes, peixes e outros. Pelo seu diferencial em comercializar produtos típicos regionais, é considerado um ponto turístico da cidade que difunde parte da cultura campo-grandense e sul-mato-grossense.

Em se tratando de atrativos turísticos culturais de Campo Grande, este trabalho não poderia deixar de abordar a Morada dos Baís (Figura 16.1C), importante atrativo que é considerado um dos símbolos arquitetônicos da capital. Situada entre as avenidas Afonso Pena e Noroeste, a residência marca a história de Campo Grande, sendo o segundo sobrado do contexto urbano da capital e o primeiro edificado em alvenaria, com argamassa de saibro, cal e areia (SILVA 1995). De 1918 até 1938, abrigou a residência de Bernardo Franco Baís, e, após sua morte, o prédio foi alugado, nele se instalando a Pensão Pimentel, que funcionou até 1979, quando o prédio foi destinado a outros usos comerciais (SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, [20--]). Em 9 de setembro de 1986, a Morada dos Baís foi tombada por meio do Decreto Municipal nº 5.390, do prefeito Juvêncio César da Fonseca, e passou por algumas reformas (FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL, 2021).

Na sequência, no ano de 1995, foram inaugurados, no local, o Centro de Informações Turísticas e Culturais e o Museu Lídia Baís, com obras e pertences da artista. A administração da Morada dos Baís é de responsabilidade do SESC desde 2016. As ações mencionadas possibilitaram a transformação do local em um grande palco das manifestações culturais e artísticas da capital.

A apenas uma quadra de distância da Morada dos Baís, encontra-se a Casa do Artesão (Figura 16.1D). Situada em um prédio histórico e centenário, é um espaço singular de comercialização do artesanato sul-mato-grossense (FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL, 2021). Construída entre os anos de 1918 e 1923, sob as ordens de Francisco Cetraro e Pasquele Cândida, e executada de acordo com o projeto do engenheiro Camilo Boni, foi a primeira sede do Banco do Brasil e possui, em seu acervo, um cofre como atração turística do local (FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL, 2021). Em 1º de setembro de 1975, foi inaugurada como Casa do Artesão. Décadas depois, recebeu restauração e revitalização, sendo reinaugurada em 1990. A edificação é tombada como patrimônio histórico estadual, por meio do Decreto Estadual nº 7.863, de 13 de julho de 1994 (FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL, 2021).

Na quadra ao lado da Casa do Artesão, está localizada a Praça Ary Coelho (Figura 16.1E), outro importante marco turístico na capital sul-mato-grossense. Situada no cruzamento entre a Avenida Afonso Pena, a Rua 13 de Maio, a Rua 15 de Novembro e a Rua 14 de Julho, é construída em 10 mil metros quadrados.

Ainda quando a cidade era chamada de Arraial de Santo Antonio, nesse local, funcionou o primeiro cemitério da cidade, tornando-se praça em 1909. Inicialmente, chamou-se Praça 2 de Novembro e, em 1915, passou a se chamar Jardim ou Praça Municipal, passando a ser Praça da Independência em 1920, Praça da Liberdade no início dos anos de 1930, recebendo, finalmente, em 1954, o nome do ex-prefeito Ary Coelho – assassinado em 1952 –, denominação que permanece até a atualidade (ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE, 2002).

Ao longo dos anos, a Praça Ary Coelho recebeu várias reformas e modificações, sendo a última no ano de 2012, com reinauguração em 22 de setembro do mesmo ano, quando recebeu de volta seu coreto e um chafariz com sistema eletrônico de iluminação e sonorização (BENEDITO, 2012). O local ainda dispõe de um parque infantil com brinquedos, uma área com academia ao ar livre e mesinhas de dama e xadrez, além de banheiro público e uma pérgula. A praça possui o diferencial de ser cercada com grades e possuir cinco entradas, ficando aberta ao público das 5h às 22h (CAMPO GRANDE, 2012).

Na esquina dessa praça, na confluência da Rua 14 de Julho com a Avenida Afonso Pena, localiza-se o Relógio (Figura 16.1F), um importante ponto turístico da capital que foi reinaugurado em novembro de 2019, no mesmo local onde existiu o antigo Relógio da 14 entre as décadas de 1930 e 1970, ícone da cultura campo-grandense que também serviu de palco político e social na ocasião (MACHADO, 1991).

A Rua 14 de Julho (Figura 16.1G) é outro importante local de representação da identidade cultural campo-grandense. A denominação é em homenagem à Queda da Bastilha¹ e foi proposta pelo vereador Miguel Garcia Martins – 3ª legislatura

¹ A Queda da Bastilha ocorreu em 14 de julho de 1789 e foi o evento central da Revolução Francesa, movimento que marcou o fim do regime monárquico na França e que se tornou um marco na história da humanidade, devido a suas influências em todo o mundo, dando início, inclusive, ao período conhecido como Idade

(1909-1911). Essa rua, inicialmente chamada de Beco, recebeu o nome de Rua 14 de Julho no final da primeira década de 1900 e, aos poucos, tornou-se a rua mais comercial da cidade. Dava acesso à Estação Ferroviária da Noroeste do Brasil, além de ser considerada local de encontros políticos e de entretenimento (MACHADO, 1991).

Permanecendo como a principal rua comercial de Campo Grande, em 2010, foi contemplada pelo Plano de Revitalização “Reviva Centro”, que teve como intuito contar sua história e transformá-la em um novo espaço de lazer e cultura para a população campo-grandense (OLIVEIRA, 2020). A rua é pontilhada por prédios históricos, que representam, para além de sua arquitetura, a identidade cultural de Campo Grande, que, embora tenha apenas 121 anos como município e 43 anos como capital do estado, apresenta alguns traços identitários relevantes que podem ser utilizados como atrativos turísticos culturais.

O Plano de Revitalização “Reviva Centro” beneficiou a Rua 14 de Julho com o embutimento de rede, drenagem, nova rede de esgoto e abastecimento de água, pavimentação, diminuição de uma pista de rolagem, alargamento de calçada e instalação da rede de gás natural, ações que, somadas às novas regras para fachadas das lojas impostas pelo plano em questão, oportunizaram uma limpeza visual na referida rua (CAMPO GRANDE, 2010).

Outro relevante atrativo turístico cultural de Campo Grande é a Estação Ferroviária (Figura 16.1H), que faz parte do complexo ferroviário – incluindo as edificações, trilhos e viadutos –, tombado em dezembro de 2009 pelo Iphan, com o objetivo de manter viva a história que esse importante conjunto representa para o desenvolvimento da cidade. A chegada dos trilhos da Ferrovia Noroeste do Brasil foi um dos acontecimentos mais importantes da história da cidade. Ao redor da estação, foram construídos escritórios, oficinas, armazém, rotunda de manutenção, caixa d’água, escola e residências, formando o Complexo Ferroviário, conjunto que expressa os modos de vida e trabalho da época de sua construção, ao longo da

Contemporânea, que se estende até a atualidade.

primeira metade do século passado (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2020). Atualmente, o Complexo da Estação Ferroviária tem abrigado feiras e exposições e se localiza ao lado da Feira Central de Campo Grande.

A Feira Central (Figura 16.1I) constitui mais um atrativo turístico campo-grandense de relevância para a cultura local. A feira traz a representação da cultura japonesa na cidade, com um número significativo de restaurantes japoneses e barracas de comercialização de hortaliças. Foi legalmente registrada pelo poder público do município, por meio do Ato nº 7, de 4 de maio de 1925, na administração do prefeito Arnaldo Estevão de Figueiredo. A primeira localização da feira foi a Avenida Afonso Pena; ela funcionava, inicialmente, aos sábados, passando, posteriormente, às quintas-feiras e domingos. De sua localização inicial até a atual, na Rua 14 de Julho, nº 3 351, a Feira Central ocupou diversos espaços na cidade e, atualmente, funciona às quartas, quintas e sextas-feiras, a partir das 16h, também abrindo aos sábados e domingos, a partir das 12h (CALADO, 2010).

A Feira Central de Campo Grande abriga um encontro de várias etnias, como japoneses, indígenas, bolivianos e paraguaios, comercializando frutas, verduras, pastel, artesanato, o Sobá, entre outros (FEIRA..., 2021). Em 17 de outubro de 2017, o espaço foi homologado como Patrimônio Cultural e Imaterial de Campo Grande - MS (FEIRA..., 2021).

Conforme já mencionado, o Sobá (Figura 16.1J) é outro importante atrativo turístico cultural de Campo Grande. O prato típico da gastronomia japonesa está muito presente na culinária da cidade. Em 2006, no dia 18 de julho, tornou-se patrimônio histórico e cultural de Campo Grande, por meio do Decreto Municipal nº 9.685, e seu modo de preparação foi tombado pelo IPHAN (FERREIRA, 2019). Em 2017, em um concurso popular, o Sobá concorreu ao prêmio de Prato Típico de Campo Grande, juntamente com o Espetinho e o Arroz Carreteiro, e, em 21 de janeiro de 2018, foi eleito, mediante votação, o prato típico que representa a cultura e a culinária da cidade, recebendo 41% dos votos (SOBÁ..., 2018).

Todos os atrativos turísticos culturais materiais – e imaterial, no caso do Sobá – mencionados contribuíram para a construção da identidade cultural de Campo Grande, a qual tem forte relação com a diversidade de etnias que vivem ou já viveram na capital, totalizando mais de 26 diferentes culturas que contribuíram e contribuem para o desenvolvimento da cidade, como foi possível observar no decorrer deste capítulo. Japoneses, portugueses, italianos, indígenas e tantas outras etnias formam esse caldeamento cultural que configura a identificação do campo-granden-se com uma cultura múltipla e não una (GARCIA, 2013).



FIGURA 16.1 – Atrativos turísticos culturais do centro urbano de Campo Grande – MS. A) Mercado Municipal Antônio Valente (Mercadão); B) Complexo do Mercadão (feira indígena); C) Morada dos Baís; D) Casa do Artesão; E) Praça Ary Coelho; F) Relógio; G) Rua 14 de Julho; H) Estação Ferroviária; I) Feira Central de Campo Grande; J) Sobá.

Fonte: A, B, C, D, G, I e J) Acervo dos autores (2021); E) Atividades... (2020); F) Jara (2021); H) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2020).

Para além do recorte geográfico dos atrativos culturais apresentados, é válido ressaltar que Campo Grande dispõe de diversos outros atrativos turísticos no segmento da cultura, não menos importantes que os supracitados, mas que, pela necessidade de recorte geográfico, serão apenas mencionados e não apresentados na íntegra. São eles: o Museu José Antonio Pereira Marco (Museu de Arte Contemporânea), o Museu Dom Bosco (Museu do Índio), o Memorial da Cultura Indígena, o Parque Laucídio Coelho, a Praça do Papa, o Monumento da Aviação, o Monumento Pantanal Sul, a Praça das Araras, o Monumento Cabeça de Boi, a Catedral Santo Antonio, a Igreja São José, a Igreja São Francisco, a Igreja São Benedito (Tia Eva), a Praça dos Imigrantes, a Praça do Rádio (Monumento da Imigração Japonesa), o Museu da Imagem e do Som (MIS), o Obelisco, a Praça Lúdio Coelho (Ludinho), entre tantos outros que representam parte da cultura campo-grandense e que, juntos, evidenciam o potencial cultural existente na cidade que pode vir a ser utilizado pela atividade turística.

A IDENTIDADE AMBIENTAL DE CAMPO GRANDE - MS

Além da perspectiva cultural, a identidade ambiental também pode ser considerada como uma variável determinante na construção da imagem turística de um determinado destino turístico. Mesmo em ambientes urbanos, as chamadas “áreas verdes” podem oferecer espaços potenciais para o desenvolvimento de diferentes atividades, atraindo tanto a comunidade local quanto os visitantes e turistas. Saindo do perímetro urbano, o entorno do município pode contar com áreas de maior índice de conservação, tais como as unidades de conservação, propriedades rurais e conjuntos naturais de relevante interesse, como trilhas em vegetação nativa, cachoeiras, mirantes, formações rochosas etc..

Nessa perspectiva, o conceito de paisagem pode ser considerado uma importante variável na concepção do uso da identidade ambiental para a atividade turística. Para Lima (2017), a paisagem pode ser associada aos cenários idealizados no imaginário dos turistas. Assim, além da condição cênica, a estrutura das paisagens

também é fator condicionante para o desenvolvimento de determinadas atividades, por exemplo, atividades de aventura. Na visão de Trigo (2001), a paisagem atrela-se ao desejo do turista de registrar, por meio de vídeos, fotos, textos, poesias, músicas, relatórios etc., sua experiência de viagem. Desse modo, a paisagem apresenta-se como um recorte espacial e/ou temporal da experiência de um turista, que imprime seu olhar cultural com relação a tais conjuntos paisagísticos.

Destarte, Vieira e Oliveira (2012) chamam a atenção para o fato de a paisagem ser uma ferramenta intermediadora entre o turista e o destino, de forma que tal relação pode ser explorada na promoção e na oferta turística de uma determinada localidade. Conforme sugere Milagres (2009), essa promoção pode ser desenvolvida a partir da mescla de elementos da natureza e da cultura, construindo uma paisagem suficientemente atrativa aos potenciais visitantes/turistas do destino turístico. Assim sendo, para a autora, a valorização de aspectos culturais e naturais materializados nas paisagens mostra-se como condição *sine qua non* para o desenvolvimento do turismo, uma vez que esses elementos podem ser considerados a matéria-prima da atividade turística.

No que tange mais especificamente ao caráter ambiental, para além dos aspectos do visível da paisagem, é cada vez mais comum a busca por áreas ditas naturais, uma vez que se caracterizam como uma possibilidade de “fuga” das intensas rotinas vivenciadas no dia a dia dos centros urbanos. Ademais, devido ao estímulo dado pelas discussões ambientais desenvolvidas principalmente a partir da segunda metade do século XX, os espaços naturais têm, progressivamente, ganhado importância e despertado interesse por parte de visitantes e turistas nos mais variados destinos turísticos, seja em função do desejo de práticas de lazer e recreação, seja pela contemplação das paisagens ou pelo interesse em ampliar a educação ambiental sobre os referidos conjuntos paisagísticos.

Nesse âmbito, segmentos como o turismo de natureza e o ecoturismo podem ser vistos como vertentes capazes de permitir que turistas e visitantes se aproximem da identidade ambiental de um destino turístico. Tais segmentos possibilitam

o desenvolvimento de atividades em ambientes naturais, atribuindo valor de uso turístico a diferentes áreas de um determinado município ou região. Assim, o estímulo a atividades rurais, de lazer, de contemplação de fauna e flora, de aventura e de educação ambiental pode propiciar a maximização do uso desses espaços, valorizando a identidade ambiental do destino enquanto atrativo para a atividade turística.

Para Soldateli (2015), essa reaproximação do homem com a natureza é algo recente, incentivada pelos movimentos ambientalistas do fim dos anos de 1960, contexto que também impulsionou o interesse por atividades turísticas nesses ambientes. De acordo com Ruschmann (2005), tal busca reflete no turismo contemporâneo, que compreende uma parcela significativa de turistas consumidores da natureza, que buscam “o verde” e a “fuga” da rotina urbana. Conforme indica Silva (2013), esse sentimento foi potencializado pelas mudanças nas dinâmicas de lazer e turismo, que estimularam o aumento da consciência ambiental e a valorização de atividades físicas.

Destarte, no bojo das possibilidades de desenvolvimento de atividades turísticas em ambientes naturais, apontam-se dois grandes segmentos: o ecoturismo e o turismo de natureza. Acerca do ecoturismo, Boo (1990) e Soldateli (2005) indicam que o segmento se baseia nos princípios da sustentabilidade, enfocando o contato e a interpretação da natureza, de maneira que suas atividades possam compreender desde passeios casuais por bosques até visitas a áreas remotas de características singulares, espaços que possibilitem a interpretação dos referidos ambientes.

Já o turismo de natureza pode ser compreendido como atividade na qual a natureza se apresenta como elemento central, servindo como base para o desenvolvimento de diferentes atividades, seja em função de suas características visuais ou por sua funcionalidade estrutural, atributos que podem motivar diferentes interesses, seja aventura/radicalidade, descanso, recreação, seja, simplesmente, a busca pelo contato com a natureza (LIMA, 2017). Acerca da principal diferença entre os segmentos supracitados, Lima (2017, p. 26) discorre:

Diferentemente do ecoturismo, o segmento do turismo de natureza não possui como principal motivação a interpretação e preocupação ambiental, entretanto, tal fato não deve ser tomado como validação dos impactos negativos causados pela atividade, uma vez que, a busca pela minimização de impactos do turismo deve ser incentivada em todos os segmentos turísticos, sejam eles em ambientes naturais ou não.

Sendo assim, considerando o aumento da busca por áreas naturais e o interesse em desenvolver atividades turísticas nesses espaços, cada vez mais, os destinos turísticos buscam oferecer opções de visitação para os turistas. No caso da capital sul-mato-grossense, ela dispõe de um significativo número de espaços pautados pela premissa ambiental, os quais podem ser valorizados enquanto pontos de atração de turistas e visitantes que viajam a Campo Grande pelas mais variadas motivações, inclusive para eventos e negócios.

Prova da relevância ambiental da capital sul-mato-grossense é o fato de a cidade ter sido eleita, em 2021, pela segunda vez consecutiva, uma das cidades mais arborizadas do mundo, ficando ao lado de destinos como Nova Iorque e Milão (TAVARES, 2021). Assim, são apresentados, a seguir, os principais espaços de área verde da capital sul-mato-grossense, a começar pelo Parque das Nações Indígenas (PNI) (Figura 16.2A), que é considerado uma das áreas mais reconhecidas por visitantes. Criado por meio do Decreto Estadual nº 7.082, de 26 de fevereiro de 1993, o parque está localizado na Região Urbana do Prosa, sendo oriundo da desapropriação estadual de diversas chácaras e terrenos localizados às margens dos córregos Prosa e Reveilleau. O parque situa-se nas imediações das avenidas Afonso Pena e Mato Grosso, e conta com uma área de 116 hectares, 3 876, 98 m², oferecendo infraestrutura para atividades de lazer e esportes (SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR, 2021).

Outra importante área na capital é o Parque Estadual do Prosa (PEP) (Figura 16.2B), uma Unidade de Conservação de nível estadual criada por meio do Decreto Estadual nº 10.783, de 21 de maio de 2002. O parque está localizado na área urbana

de Campo Grande, próximo ao Parque das Nações Indígenas. Com a extensão de 135, 2573 hectares, o PEP tem como principal objetivo a preservação de amostras de ecossistemas do cerrado, de espécies da flora e da fauna a ele associadas, de nascentes do Córrego Prosa, e a valorização do patrimônio paisagístico e cultural da região, servindo para fins científicos, educacionais, recreativos e turísticos. O parque conta com trilhas que permitem a contemplação e a interpretação de exemplares de fauna e flora do cerrado (INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL, 2021a).

O Parque Estadual Matas do Segredo (PEMS) (Figura 16.2C), criado em 2000, é mais uma opção de área verde, sendo outro exemplar de remanescente do cerrado no perímetro urbano de Campo Grande. Ao longo de seus 177, 88 hectares, o parque concentra inúmeras nascentes que formam o córrego Segredo. O PEMS está localizado no Jardim Jacarandá, em uma área que congrega bairros com altos índices populacionais. Além de objetivar a proteção das nascentes do Córrego Segredo, da fauna e da flora do cerrado, bem como a execução de pesquisas científicas, no parque, é desenvolvido o projeto Florestinha, que, em parceria com a Polícia Militar Ambiental, executa atividades de educação ambiental e cidadania com crianças. O PEMS busca potencializar atividades de lazer relacionadas à realização de trilhas, à contemplação das nascentes e à observação de aves (INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL, 2021b).

Campo Grande também é favorecida com o Parque Linear do Segredo (Figura 16.2D), que compreende uma área verde localizada na região norte de Campo Grande, nas imediações do Córrego Segredo. Abrangendo uma área de aproximadamente 35 hectares, o parque, que faz parte de uma estratégia de contenção de enchentes e de velocidade de águas pluviais, dispõe de ciclovias, pistas de caminhadas, viveiros de mudas, centro de reciclagem e quadra esportiva, e funciona, ainda, como zona de recuperação de áreas degradadas, propiciando espaços aprazíveis para o desenvolvimento de atividades de lazer e recreação (SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E GESTÃO URBANA, 2021).

Outra interessante área verde na capital sul-mato-grossense é o Parque Linear do Lagoa (Figura 16.2E), que conta com cerca de 4,6 quilômetros de extensão, iniciando-se na Avenida Duque de Caxias, nas proximidades da Base Aérea, e estendendo-se até a Rua Antônio Bandeira, no bairro Buriti. O espaço é composto por duas vias pavimentadas, com doze metros de largura cada, acompanhadas de ciclovia. Ao longo de sua extensão, as margens são repletas de árvores de vegetação nativa e ladeadas pelo córrego Lagoa (SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E GESTÃO URBANA, 2021).

O espaço urbano de Campo Grande é cenário, também, para a área ambiental denominada Parque Linear do Sóter (Figura 16.2F). Delimitado pelas avenidas Mato Grosso e Nelly Martins e pelas ruas Salsa Parrilha e Rio Negro, o parque ocupa uma área de aproximadamente 15 hectares, 8 108 m². Criado pela Lei nº 4.091/2003, tem a finalidade de estabilizar os cursos d'água e o escoamento de águas pluviais, bem como preservar a vegetação ciliar que serve como manutenção de abrigos e nutrientes para a fauna e estabiliza as margens dos cursos d'água (SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E GESTÃO URBANA, 2021).

Localizado em uma das áreas mais populosas de Campo Grande, o Parque Horto Florestal da Popular – Centro de Educação Ambiental (CEA) IMBIRUSSU (Figura 16.2G) situa-se nas imediações da Avenida Dom Antônio Barbosa – Bairro José Abrão, da Avenida Duque de Caxias no Bairro Popular e é contornado pela Avenida José Barbosa Rodrigues. O parque tem por finalidade a acomodação de cursos d'água, o escoamento de águas pluviais e a manutenção de vegetações nativas. O projeto de implementação do parque contou com um investimento de cerca de R\$ 120 milhões, que possibilitou um conjunto de obras voltadas à construção de unidades habitacionais, equipamentos comunitários, estruturação do parque, melhorias do sistema viário, recuperação do ecossistema e estruturação de equipamentos de lazer e recreação. No parque, são desenvolvidas, ainda, campanhas educativas que privilegiam temas como educação ambiental, coleta seletiva de resíduos sólidos e educação para o trânsito (EPT), e que permitem a sensibilização ambiental da co-

munidade local e dos visitantes (SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E GESTÃO URBANA, 2021).

Por fim, considerado a primeira unidade urbana municipal de preservação, o Parque Ecológico do Anhanduí (Figura 16.2H) foi criado em 19 de junho de 2000, por meio da Lei nº 3.762. Abrangendo uma área de aproximadamente 15 hectares, o parque está localizado no prolongamento da Avenida Presidente Ernesto Geisel, na confluência do Córrego Bandeira com o Rio Anhanduí. Constituído basicamente em formato de veredas, o parque conta com olhos d'água e nascentes, atuando na manutenção dos remanescentes urbanos de cerrado, possibilitando a regulação da fauna de aves na região. De acordo com as premissas do Novo Código Florestal, o parque enquadra-se como Área de Proteção Permanente (APP). Contando com sede administrativa, auditório e centro de educação ambiental, nele ainda são desenvolvidas atividades de educação ambiental, tais como palestras, trilhas ecológicas e plantio de mudas. A visitação no parque pode ser realizada mediante agendamento, podendo ser requisitada pela população em geral (SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E GESTÃO URBANA, 2021).



FIGURA 16.2 – Principais áreas verdes em Campo Grande –MS. A) Parque das Nações Indígenas; B) Parque Estadual do Prosa; C) Parque Estadual Matas do Segredo; D) Parque Linear do Segredo; E) Parque Lienar do Lagoa; F) Parque Lienar do Sôter; G) Parque Horto Florestal da Popular; H) Parque Ecológico do Anhanduí.

Fonte: A, B, C, D, E, F e G) Acervo dos autores (2021); H) Antunes (2016).

Portanto, tendo em vista os espaços apresentados, percebe-se a possibilidade de estímulo da atratividade turística em Campo Grande, devido às áreas verdes disponíveis ao longo do perímetro urbano do município. Além desses locais, ressalta-se que o entorno da área urbana da capital também conta com opções de turismo em ambientes naturais, tais como: a Trilha da Usina Abandonada, localizada a cerca de 15 km do perímetro urbano; a Cachoeira do Inferninho, a 18 km do perímetro urbano; o Morro do Ernesto, que fica a 28 km do perímetro urbano; e a Cachoeira do Céu, localizada a 14 km do perímetro urbano. Nessas localidades, aponta-se a

oportunidade de incentivo ao desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo de natureza e ao ecoturismo, que permitiram potencializar o fluxo turístico de Campo Grande e, conseqüentemente, motivar uma maior permanência dos turistas no município.

Entretanto, para que tais perspectivas de desenvolvimento de atividades turísticas sejam possíveis, é necessário articulação e estímulo do poder público em relação às políticas de turismo com o setor privado e a comunidade local, de maneira a maximizar o uso dos referidos espaços, possibilitando a maior permanência de turistas/visitantes em Campo Grande, consolidando, em consequência, a imagem turística do município e estimulando a movimentação da cadeia produtiva do turismo.

Para tanto, a manutenção e a conservação dos referidos espaços apresentaram-se como condição *sine qua non* para o sucesso das tratativas relacionadas à oferta de tais áreas verdes como produtos turísticos de Campo Grande, a fim de possibilitar a promoção desses espaços como locais atrativos a turistas que visitam a cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O destino turístico Campo Grande já se destaca no estado de Mato Grosso do Sul com o posicionamento de Capital de Eventos e Negócios, gerando um fluxo turístico oriundo desse segmento de mercado, segundo o Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul (2019). Contudo, pode-se entender que o destino em questão ainda não conseguiu se destacar nesse segmento de mercado turístico em âmbito nacional.

Isso posto, faz-se necessário criar estratégias para ampliar o posicionamento de Campo Grande enquanto destino turístico em âmbito nacional. Nesse sentido, acredita-se que o reconhecimento de sua identificação cultural e ambiental pode propiciar a maximização da imagem turística do município, valorização que pode ser obtida a partir de ações que fomentem a visitação e o desenvolvimento de atividades

em diferentes e relevantes pontos culturais e ambientais da capital. Tais ações poderão ser feitas em pequeno, médio e longo prazo pelo poder público municipal, por meio de políticas públicas de promoção e comercialização do destino, reforçando aspectos da identificação cultural e ambiental de Campo Grande, estimulando os turistas e visitantes de eventos e negócios a permanecer mais tempo na cidade, a fim de usufruir das demais ofertas turísticas do município.

Todavia, destaca-se que o município com pouco mais de 120 anos de história tem características múltiplas, notáveis e marcantes que convergem para a construção de sua identificação múltipla, mediante a contribuição do turismo cultural e ambiental, além do Turismo de Eventos e Negócios identificado pelo PMT e divulgado pela SECTUR, pois, conforme apresentado, o município conta não só com eventos e negócios, mas também com um relevante número de elementos culturais e ambientais que possibilitam um maior fortalecimento de Campo Grande como destino turístico.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE. **Mercado Municipal Antônio Valente – “Mercadão**. Campo Grande: ARCA, [20--]. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/artigos/mercado-municipal-antonio-valente-mercadao/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE. Patrimônio: história e turismo fazem a identidade de Campo Grande: um passeio por pontos que fazem a identidade de Campo Grande – roteiro 2. **ARCA - Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande**, Campo Grande, n. 8, p. 21-30, 2002.

ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE. Campo Grande: imagens da história. **ARCA - Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande**, Campo Grande, n. 15, ed. esp., 2011. Disponível em: <https://prefcg-repositorio.campogrande.ms.gov.br/wp-cdn/uploads/sites/47/2021/08/revista-arca-15-2011-1629935562.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ATIVIDADES gratuitas na Praça Ary Coelho marcam o Dia Internacional da Mulher. **Terere News**, Campo Grande, 06 mar. 2020. Disponível em: <https://www.terere-news.com.br/noticias/atividades-gratuitas-na-praca-ary-coelho-marcam-o-dia-internacional-da-mulher/>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BENEDITO, M. Público lota Praça Ary Coelho em festa de inauguração da sua revitalização. **CG Notícias**, Campo Grande, 22 set. 2012. Disponível em: http://www.capital.ms.gov.br/cgnoticias/noticiaCompleta?id_not=19186. Acesso em: 3 jan. 2013.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 4. ed. rev. São Paulo: SENAC, 2001.

BOO, E. **Ecoturismo: potenciales y escollos**. Washington: WWF, 1990.

CALADO, M. L. R. **Campo Grande e sua feira livre central: conhecendo a cidade através da feira**. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2010.

CAMPO GRANDE. **Estados e Capitais do Brasil**. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://www.estadosecapitaisdobrasil.com/capital/campo-grande/>. Acesso em: 19 mar. 2021.

CAMPO GRANDE (MS). **Lei Complementar nº 161, de 20 de julho de 2010**. Campo Grande: Prefeitura Municipal, 2010. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/plaburb/wp-content/uploads/sites/18/2016/12/Lei-Complementar-n.1612010.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2020.

CAMPO GRANDE (MS). **Plano de revitalização do centro de Campo Grande – Praça Ary Coelho**. Campo Grande: Prefeitura Municipal, 2012.

CAMPO GRANDE (MS). **Relatório de atividades 2019**. Campo Grande: Prefeitura Municipal, 2021.

CASTELLS, M. **O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.

CLAVAl, P. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 35-86.

CRUZ, V. C. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. *In*: BEZERRA, A. C. A. *et al.* (org.). **Itinerários geográficos**. Niterói: Ed. UFF, 2007. p. 13-35.

FEIRA central da capital será declarada patrimônio cultural. **Feira Central de Campo Grande**. Campo Grande, 2021 Disponível em: <http://feiracentralcg.com.br/noticias/feira-central-da-capital-sera-declarada-patrimonio-cultural>. Acesso em: 26 mar. 2021.

FERREIRA, J. P. Conheça a história do sobá! O prato japonês mais campo-grandense que existe! **Blog O Sul Matogrossense**. Campo Grande, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://osulmatogrossense.com.br/cultura/conheca-a-historia-do-soba-o-prato-japones-mais-campo-grandense-que-existe/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FUNDAÇÃO DE CULTURA DO MATO GROSSO DO SUL. **Casa do Artesão**. Campo Grande: FCMS, 2021. Disponível em: <http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/casa-do-artesao/#:~:text=Foi%20a%20primeira%20sede%20do,tombada%20como%20patrim%C3%B4nio%20hist%C3%B3rico%20estadual>. Acesso em: 12 mar. 2021.

GARCIA, D. S. **Identidade cultural e imagem turística projetada da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul**. 2013. 261 f. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

GARCIA, D. S.; SYDOW, E.; DIETRICH, L. C. The influence of the japanese culture on the cultural identity from Campo Grande city – MS, through a touristic and geographic point of view. *In*: ANNUAL INTERNATIONAL CONFERENCE ON TOURISM, 12., 2016, Athens. **Tourism Abstracts**. Athens, Greece: Gregory T. Papanikos, 2016. p. 1-39.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Campo Grande**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/panorama>. Acesso em: 19 mar. 2021.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL. **Parque Estadual da Prosa**. Campo Grande: IMASUL, 2021a. Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/gestao-de-unidades-de-conservacao/unidades-de-conservacao-estaduais/parque-estadual-do-prosa-pep/#:~:text=O%20Parque%20Estadual%20do%20Prosa,21%20de%20maio%20de%202002>. Acesso em: 21 mar. 2021.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL. **Parque Estadual Matas do Segredo**. Campo Grande: IMASUL, 2021b. Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/gestao-de-unidades-de-conservacao/unidades-de-conservacao-estaduais/parque-estadual-matas-do-segredo/#:~:text=O%20Parque%20Estadual%20Matas%20do,que%20formam%20o%20C%C3%B3rrego%20Segredo%20>. Acesso em: 21 mar. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Relógio da Estação Ferroviária de Campo Grande (MS) volta a funcionar**. Campo Grande: IPHAM, 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ms/noticias/detalhes/5737/relogio-da-estacao-ferroviaria-de-campo-grande-volta-a-funcionar>. Acesso em: 23 mar. 2021.

LIMA, B. S. **Paisagens da Serra de Maracaju e suas potencialidades para o turismo de natureza**. 2017. 311 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2017.

MACHADO, P. C. A. **A rua principal**: pelas ruas de Campo Grande. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991.

JARA, T. Maioria dos consumidores quer mais eventos culturais na 14 de julho. **Campo Grande News**, Campo Grande, 27 jan. 2021. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/economia/maioria-dos-consumidores-quer-mais-eventos-culturais-na-14-de-julho>. Acesso em: 27 mar. 2021.

MARINHO, M.; COELHO NETO, P. R. **Campo Grande: imagens de um século.** Campo Grande: Ed. UCDB/FUNCESP, 1999.

MILAGRES, V. R. **Paisagem e efeitos do turismo: uma abordagem perceptiva com os moradores do Distrito Taquaruçu, Palmas (TO).** 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal de Tocantins, Palmas, 2009.

NOSSA história. **Feira Central de Campo Grande.** Campo Grande, 2021. Disponível em: <http://feiracentralcg.com.br/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

OBSERVATÓRIO DO TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. **Boletim Fluxo Turístico.** Campo Grande: SEMAGRO, 2019. Disponível em: <https://www.observatorioturismo.ms.gov.br/boletim-fluxo-turistico/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

OLIVEIRA, V. P. de. **A revitalização da rua 14 de julho: uma vitrine para o segmento cultural em Campo Grande - MS: Campo Grande (MS) – traços identitários.** 1. ed. Campo Grande: UEMS, 2020.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável.** 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

SANTOS, A. dos. Ex-ponto de algazarra, parque nasceu há 16 anos para preservar vereda. **Campo Grande News**, Campo Grande, 2016. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/ex-ponto-de-algazarra-parque-nasceu-ha-16-anos-para-preservar-vereda>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO. **Morada dos Baís/Pensão Pimentel.** Campo Grande: SECTUR, [20--]. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/sectur/artigos/morada-dos-bais/>. Acesso em: 27 mar. 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO. **Plano Municipal de Turismo.** Campo Grande: SECTUR, 2017. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/sectur/wp-content/uploads/sites/10/2017/08/PLANO-MUNICIPAL-DE-TURISMO.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR. **Parque das Nações Indígenas: histórico**. Campo Grande: SEMAGRO, 2021. Disponível em: <https://www.parque-dasnacoesindigenas.ms.gov.br/historio/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E GESTÃO URBANA. **Parques municipais**. Campo Grande: SEMADUR, 2021. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/semadur/canais/parques-municipais/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SILVA, F. A. S. **Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia – Planejamento Regional e Urbano) – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

SILVA, S. F. D. V. Morada dos Baís: a recuperação do prédio e a revitalização do espaço. **ARCA: revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande**, Campo Grande, n. 5, p. 28-31, out. 1995.

SOBÁ é eleito pela população como prato típico de Campo Grande. **G1 MS**, Campo Grande, 28 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/soba-e-eleito-pela-populacao-como-prato-tipico-de-campo-grande.ghhtml>. Acesso em: 26 mar. 2021.

SOLDATELI, M. Impactos ambientais negativos no contexto do turismo de natureza. In: TRIGO, L. G. G.; PANOSSO NETTO, A.; CARVALHO, M. A. (org.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. p. 517-535.

TAVARES, G. Ao lado de Nova Iorque e Milão, Campo Grande fica entre cidades mais arborizadas do mundo pelo segundo ano consecutivo. **Correio do Estado**, Campo Grande, 7 mar. 2021. Disponível em: https://correiodoestado.com.br/cidades/capital-fica-entre-as-120-cidades-do-mundo-mais-arborizadas/383168?fbclid=IwAR0ovNjr3kSyxvCYB29QrIE4gQOu-n5CXIWw_pHDBt8mG4Vhw1iLP4nWmXs. Acesso em: 23 mar. 2021.

TEIXEIRA, D. R. O. **A imagem turística de Campo Grande - MS: na perspectiva do turismo de eventos e negócios: Campo Grande (MS) – História**. 1. ed. Campo Grande: UEMS, 2020. p. 6-27.

TRIGO, L. G. G. Turismo, paisagem e ambiente. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 146-152, set. 2001.

VIEIRA, L. L.; OLIVEIRA, I. J. Turismo, espaço e paisagem: uma abordagem geográfica da escolha de destinos turísticos na era digital. *In*: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO (ANPTUR), 9., 2012, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Aleph, 2012. p. 1-15.



CAPÍTULO 17

“CEUZINHO”: DIRETRIZES PARA O USO TURÍSTICO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DO CEROULA, MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, MS

Lucilene Misae Oliveira Oshiro

INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, o turismo é uma atividade econômica significativa que compreende as atividades realizadas durante viagens e estadas em lugares diferentes do entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidades diversas, gerando movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, logo, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção, diversidade cultural e preservação da biodiversidade. No Brasil, o turismo impacta mais de cinquenta segmentos da economia, proporcionando emprego e renda, segundo o Plano Nacional de Turismo, 2018-2022 (BRASIL, 2018a).

No Relatório de Competitividade em Viagens e Turismo (TTCR) do Fórum Econômico Mundial (WEF), realizado em 2019, o Brasil continua na 32ª posição, com a maior pontuação da América do Sul, representando maior competitividade da indústria de Turismo e Viagens, graças a seus excepcionais recursos naturais (2ª posição), e culturais (9ª posição), sendo essas as principais motivações que atraem visitantes de diversas partes do mundo.

O turismo é responsável por uma grande fatia da economia mundial e, apesar de ser um dos setores mais afetados pela covid-19, no Brasil, o turismo gerou mais de 21,5 mil empregos em 2020, de acordo com o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia, representando cerca de 15% dos 142,6 mil postos de trabalho gerados naquele ano (BRASIL, 2021).

Diante da multidisciplinaridade que envolve a cadeia turística e seus segmentos, que atendem aos diversos tipos de públicos, o turismo tem ocupado posição de destaque, chamando a atenção de instâncias de governanças em escala mundial, e isso não é diferente no estado de Mato Grosso do Sul - MS, onde a pujança de belezas naturais e a diversidade de fauna e flora surpreendem e atraem visitantes de todo o planeta.

Campo Grande, a capital do MS, é a cidade mais estruturada do estado, além de ser detentora de grande patrimônio natural e diversidade de vida silvestre que estão presentes em área urbana de forma espontânea. Em áreas naturais, muito próximas do perímetro urbano, a natureza revela-se ainda mais deslumbrante e tem sido frequentada por turistas e moradores locais que buscam momentos de conexão, bem como saúde física e mental.

Com o objetivo de salvaguardar áreas importantes que merecem proteção ambiental, o município de Campo Grande instituiu três Áreas de Proteção Ambiental (APAs), entre elas a APA do Ceroula, patrimônio natural de vultosa beleza cênica, onde está localizada a região conhecida como "Ceuzinho".

No município de Campo Grande, pode-se observar a crescente busca pela prática de atividades em ambientes naturais, mesmo que a exploração dessas áreas ocorra de forma desordenada, sem o devido planejamento, monitoramento ou controle. Levando-se em consideração que o local encontra-se em uma Unidade de Conservação, torna-se necessário analisar como essas práticas estão sendo conduzidas e a possibilidade de que o "Ceuzinho" se torne um atrativo turístico de acordo com os princípios da sustentabilidade, visando à conservação dos recursos naturais,

ao fomento da economia local e à educação ambiental, respeitando as fragilidades do local e causando o mínimo de impactos ambientais.

O TURISMO

O turismo apresenta opções diversificadas que atendem a vários tipos de públicos e motivações, portanto, a segmentação do turismo é uma estratégia de *marketing* e organização, de acordo com suas preferências, necessidades, comportamento, (ANSARAH, 2005). Perante esse cenário de oportunidades, o local de estudo apresenta potencialidade para o desenvolvimento do segmento do turismo de natureza e seus desdobramentos.

A partir da década de 40, a preocupação com o meio ambiente ganhou repercussão mundial. No Brasil, a evolução do ecoturismo ocorreu a partir da Eco 92 – primeira Conferência das Nações Unidas com a temática Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992 – e deu origem à Agenda 21, que apresentou recomendações práticas com base no princípio da sustentabilidade (PIRES, 2002). Em 2015, entrou em vigor a Agenda Universal 2030, que apresenta os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre os quais está o de fomentar o turismo sustentável, gerando empregos e promovendo a cultura e os produtos locais.

De acordo com Beni (2008), a sustentabilidade pode ser entendida como o princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado em equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente. Portanto, devem ser adotados programas que visem ao desenvolvimento sustentável do produto turístico, buscando eficiência, inovação, qualidade e competitividade.

Posteriormente, o turismo de natureza foi subsegmentado, surgindo o turismo ecológico ou ecoturismo, que se tornou mais adequado aos ideais de sustentabilidade, sendo definido por Pires (2005) como visitas a ambientes naturais a fim de

apreciar a natureza e dela desfrutar, além de promover a conservação e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais e causar o mínimo de impactos, de modo que as atividades são desenvolvidas em ambientes naturais íntegros, com manifestações culturais autênticas, acompanhadas de responsabilidade ambiental e sustentabilidade (PIRES, 2005).

Os ecoturistas apresentam grau elevado de instrução e renda, optam por grupos menores, buscando serviço especializado, personalizado, seguro e de qualidade, contemplação, vivência social e cultural, produtos e mão de obra local, hospedagem em moradias típicas, e prezando por diferenciais como a interpretação e a educação ambiental, focados na experiência e na integração com o meio ambiente (NEIMAN, 2010).

Portanto, o ecoturismo corresponde a um turismo de baixo impacto, que só admite a quantidade de visitantes que o meio possa suportar, visto que a conservação das áreas naturais e o manejo dos recursos renováveis são essenciais para seu planejamento, desenvolvimento e gerenciamento. Essa postura resulta em diversos benefícios, como consciência ambiental, fomento da economia local, emprego e renda, estímulo à conservação ambiental, envolvimento da comunidade local, valorização do patrimônio natural, cultural e histórico, entre tantos outros.

Diante das práticas de atividades em ambientes naturais, surgiram outros segmentos derivados do turismo de natureza, entre eles, o turismo de aventura, em que predominam a incerteza, a atividade física, a preparação mental e física, o esforço, a superação de limites, a habilidade e a adaptação (SWARBROOKE, 2003). Assim, para sua execução, são necessários operadores especializados e capacitados, atentos ao cumprimento dos padrões e normas estabelecidos, que garantam a segurança e a qualidade da prestação de serviços.

Dessa forma, o turismo sustentável é a base para a proteção do atrativo, pois visa à conservação dos recursos naturais, ampliando o ciclo de vida do destino e dos equipamentos e proporcionando maior lucratividade aos empreendimentos (RUSCHMANN, 2012), além de gerar impactos positivos, como o respeito ao ambiente

natural; a harmonia entre a cultura e a história; a valorização e o desenvolvimento da comunidade local, sem agredi-la ou transformá-la; a distribuição equitativa dos benefícios; a redução das desigualdades sociais, o desenvolvimento das economias regionais; a inclusão social, entre outros.

O Plano Nacional de Turismo (PNT) 2018-2022 (BRASIL, 2018a) é o instrumento que estabelece as diretrizes e as estratégias para a implementação do desenvolvimento do turismo nacional, tendo como principais focos a qualificação profissional e dos serviços, de acordo com a Política Nacional de Qualificação no Turismo, e a gestão descentralizada, por meio do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo (BRASIL, 2018a), que, com o Mapa do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2018a), dividiu o estado de Mato Grosso do Sul em dez regiões turísticas, sendo que Campo Grande pertence à Região Caminho dos Ipês (MATO GROSSO DO SUL, 2012).

Nesse contexto, as instâncias de governança buscaram adequar suas políticas públicas aos novos padrões da Política Nacional de Turismo, e, segundo o PNT, deve-se prezar pela conservação dos recursos naturais, da biodiversidade, do patrimônio cultural e histórico de interesse turístico, pela atenuação de passivos socioambientais eventualmente provocados pela atividade turística, pelo estímulo ao turismo responsável praticado em áreas naturais, e, quando se tratar de Unidades de Conservação (UC), o turismo será desenvolvido em consonância com seus objetivos de criação e com o disposto no Plano de Manejo da Unidade.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Segundo o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) (2014), a concepção de áreas protegidas converteu-se em principal ferramenta para a conservação da biodiversidade global a partir da Revolução Industrial, quando houve o crescimento populacional e a utilização intensiva de recursos naturais.

De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (2001), na década de 70, surgiu a necessidade da criação de áreas protegidas. Nesse sentido, a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, criou as Áreas de Proteção Ambiental, sendo consolidada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação, distinção e gestão das Unidades de Conservação. O marco legal dispõe que Unidades de Conservação compreendem espaços territoriais e seus recursos ambientais com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de preservação da diversidade do patrimônio genético e dos processos ecológicos.

O SNUC é composto pelo conjunto de Unidades de Conservação federais, estaduais, municipais e particulares, distribuídas em doze categorias de manejo, formando uma rede na qual cada categoria contribui de forma específica para a conservação dos recursos naturais, diferenciando-se quanto à forma de proteção e aos usos permitidos. As unidades de proteção integral necessitam de maiores cuidados devido à sua fragilidade e a suas particularidades ambientais, portanto, possuem regras e normas mais restritivas, sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, não envolvendo consumo, coleta ou danos aos recursos naturais. Nas unidades de uso sustentável, os recursos naturais podem ser utilizados de forma direta e sustentável, buscando harmonizar a conservação da natureza e a perenidade dos recursos naturais renováveis (BRASIL, 2018b).

A APA pertence ao grupo de uso sustentável no SNUC, podendo ser constituída por terras públicas ou privadas, dotada de atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida e para o bem-estar da população, com os objetivos básicos de proteger a diversidade biológica e os ecossistemas regionais, compatibilizando a ocupação humana com a conservação da natureza e o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, respeitando as características

locais. Essa categoria é passível de restrições ou regras específicas para utilização e ocupação, desde que respeitados os limites constitucionais e as normas vigentes. O uso, quando sob o domínio privado, fica a critério do proprietário, e, quando sob domínio público, do órgão gestor da unidade.

A Lei nº 9.985/00 dispõe que a Área de Proteção Ambiental deve dispor de um Conselho Gestor, que é um espaço técnico e interdisciplinar de articulação e tomada de decisão, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente. Dessa forma, o Conselho Gestor da APA do Ceroula foi criado pelo Decreto Municipal nº 8.365, de 26 de dezembro de 2001, e ratificado pelo Decreto Municipal nº 13.522, de 18 de maio de 2018. A partir de 2018, a gestão da APA do Ceroula, que, anteriormente, estava sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana (Semadur), foi transferida para a Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (Planurb), que passou a responder como Órgão Gestor responsável pelo Conselho Gestor da APA Ceroula.

No Polo Campo Grande e Região, existem 19 Unidades de Conservação cadastradas no IMASUL, e o município de Campo Grande concentra seis delas, sendo que a APA Ceroula apresenta maior potencialidade turística (MATO GROSSO DO SUL, 2012).

Tendo em vista a determinação legal e a urgência na elaboração do Plano de Manejo da área, em 2019, foi celebrado o Contrato nº 21 entre o município de Campo Grande, por meio da Semadur e da Planurb, e a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), visando à prestação de serviços técnicos para a elaboração do Plano de Manejo da APA do Ceroula, trabalho que foi concluído e publicado no ano de 2020.

A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DO CÓRREGO CEROULA

A APA do Ceroula é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável que visa, principalmente, conciliar medidas de conservação da natureza com o uso sus-

tentável de seus recursos naturais, devido à importância de suas características naturais, culturais, sociais e históricas. Foi criada pelo Decreto Municipal nº 8.264, de 27 de julho de 2001, sendo a maior APA do município, com uma área aproximada de 56 500 ha, que corresponde a 7% do território municipal. Está situada na porção norte do município de Campo Grande, a cerca de 15 km do centro da cidade, de acordo com as coordenadas de latitudes 20° 29' S a 20° 06' S e longitudes 54° 52' W a 54° 26' W (Figura 17.1). Tem como limites a área urbana de Campo Grande, os Córregos Mateira, Angico e Ceroula, e os municípios de Terenos, Rochedo e Jaraquari. É formada pela bacia hidrográfica do Córrego Ceroula, a única do município com drenagem para o Pantanal, inserida na bacia do Alto Paraguai e sub-bacia do rio Aquidauana (CAMPO GRANDE, 2020).

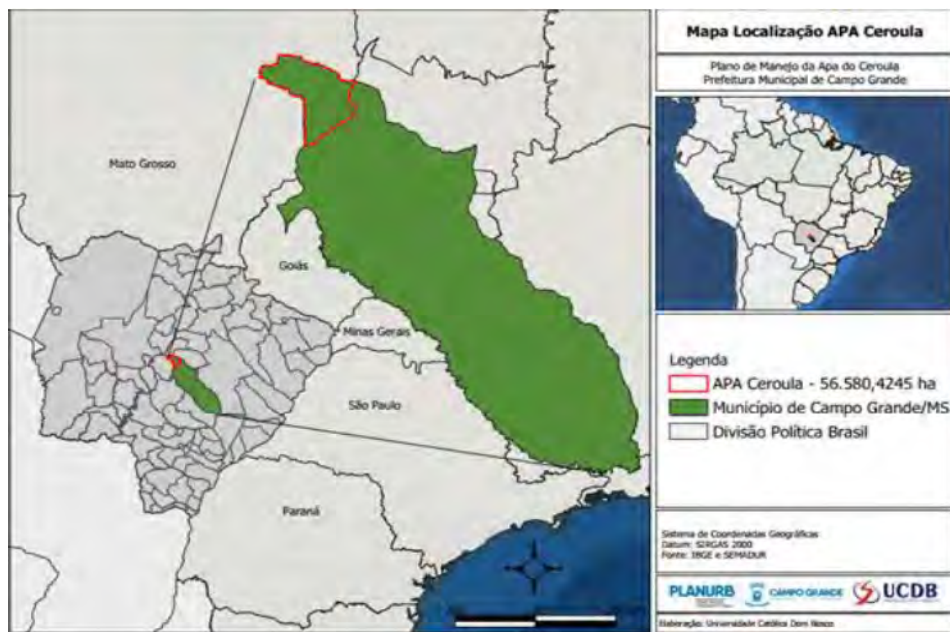


FIGURA 17.1 – Mapa de localização da APA do Ceroula.

Fonte: Campo Grande (2020).

De acordo com informações coletadas durante reuniões do Conselho Gestor da APA do Ceroula, o Grupo Energisa, empresa que atua na área de comercialização de energia elétrica e serviços correlatos no município de Campo Grande, é o proprietário da área conhecida como "Ceuzinho", localizada na APA do Córrego Ceroula. Não há conhecimento a respeito das intenções da empresa com relação ao uso do local, bem como não existe autorização formal ou consentimento para exploração, travessia, acesso ou uso da área. Tendo em vista que se trata de uma área particular, cabe ao município apenas realizar vistorias, notificações ou autuações nos casos de interferência no meio ambiente.

A APA apresenta condições favoráveis para o desenvolvimento do ecoturismo, principalmente em virtude da topografia e formação geológica existente nas áreas de transição das *Cuestas* de Maracaju, além de favorecer a prática de atividades de aventura como *trekking*, corridas (moto, enduros de bicicletas etc.), voos de parapente, rapel e outros (MATO GROSSO DO SUL, 2018).

A região apresenta clima de savana tropical ou tropical, sendo que as vazões máximas ocorrem na estação chuvosa (novembro a março), e as vazões mínimas, nos meses de estiagem (maio a outubro), sendo, normalmente, o mês de julho o mais seco. Está localizada na zona neotropical, localizada no bioma Cerrado, apresentando as principais fisionomias: Floresta Estacional Submontanha, Floresta Estacional Decidual, Savana Florestada, Vegetação Ciliar. Apresenta fauna e flora típicas do bioma Cerrado, resultando em um mosaico de paisagens naturais, associadas à rica biodiversidade, com variedades botânicas, além de mamíferos, aves e répteis (CAMPO GRANDE, 2020).

De acordo com Yonamine (2009), a APA apresenta, predominantemente, áreas ocupadas por propriedades rurais, onde são desenvolvidas atividades de pecuária, agricultura diversificada, piscicultura, criação de ovinos, equinos, suínos e aves, extração vegetal e mineral, extração de água mineral, entre outras.

Como a APA está localizada em área rural, não foram detectadas estruturas de saúde e educação próximas, logo, esses serviços estão disponíveis somente em

área urbana. As estradas vicinais rurais que integram o sistema viário necessitam de manutenções periódicas e são de responsabilidade do poder público municipal.

A ÁREA DO "CEUZINHO": POTENCIALIDADES TURÍSTICAS

O "Ceuzinho" está localizado dentro da APA do Ceroula e pode ser considerado um patrimônio natural de Campo Grande que apresenta potencialidade para a exploração turística, devido a paisagens naturais, formações geológicas, biodiversidade, balneabilidade e patrimônio histórico, visto que abriga as ruínas da primeira usina hidrelétrica de Campo Grande – construída em 1920, à margem direita do Córrego Ceroula – e a casa de operários com o maquinário que gerou energia para abastecer a cidade.

No complexo do "Ceuzinho", há placas da empresa Energisa indicando que a propriedade é de domínio privado e apresentando dispositivos legais que, em geral, estão sendo desrespeitados.

O "Ceuzinho" é banhado pelo córrego Ceroula, que, na região, apresenta-se como cachoeiras, corredeiras e saltos, os quais se mostram, em alguns trechos, propícios para lazer e recreação, atraindo grande fluxo de pessoas. A Cachoeira do "Ceuzinho" possui, aproximadamente, 27 metros, demonstrando grande potencial hídrico e beleza cênica, mas, devido à sua profundidade, cerca de 5 metros, o banho não é recomendado. Também podem ser avistadas nascentes que deságuam no Córrego Ceroula, alguns canais que secam em razão do período de estiagem, e um paredão, que é utilizado para escalada.

Essa região diferencia-se pela potencialidade para o turismo, principalmente histórico e cultural, ecoturismo e turismo de aventura, e sua proximidade com a área urbana de Campo Grande atrai banhistas, observadores de vida selvagem, esportistas radicais, praticantes de *biking*, *trekking*, bicicleta, rapel, parapente, dentre outras modalidades. Geralmente, as empresas que exploram turisticamente o local oferecem opções de trilhas, com grau de dificuldade moderado a elevado, exigindo

preparo físico, já que há vários obstáculos a transpor, como subidas e descidas íngremes, travessias de águas etc.

OS IMPACTOS CAUSADOS NA ÁREA DO "CEUZINHO"

O "Ceuzinho" apresenta beleza cênica e paisagística que atrai turistas e visitantes adeptos dos segmentos histórico, ecoturístico, do turismo de aventura, do lazer e dos esportes. Contudo, há ausência de infraestrutura turística, e a exploração turística ocorre de forma desordenada, sem planejamento, não havendo, portanto, a gestão e o controle do número de visitantes na área, nem o manejo dos impactos decorrentes da visitação. Alguns exploram o local com o acompanhamento de prestadores de serviços turísticos, porém, em virtude da ausência de controle de circulação de pessoas, é constante o fluxo de esportistas e visitantes desacompanhados, o que representa um risco, pois há trechos de mata densa e o perigo de se perder na mata, devido às mudanças da paisagem.

As trilhas representam a interferência do homem na natureza, provocando impacto físico, visual, sonoro e de odor. Usualmente, as trilhas para ecoturismo percorrem ambientes naturais frágeis, cujo uso afeta o solo, que pode sofrer compactação e erosão, resultando na exposição das raízes das árvores; causa degradação da vegetação, devido à alteração da luminosidade disponível; afugenta a fauna, favorecendo somente espécies tolerantes à presença humana; além dos fatores antrópicos envolvidos, como lixo, incêndios, vandalismos, entre outros (DE ANDRADE, 2003).

Durante as visitas, foram encontrados os seguintes impactos negativos: árvores com as raízes expostas; trilhas com o solo bastante pisoteado; utensílios e oferendas religiosas com uso de fogo, e vestígios de fogueiras que podem causar incêndios; trilhas abertas para prática de *motocross*, inclusive, sinalizadas com placas pregadas nos troncos das árvores, prática que pode causar perda da vegetação; supressão de vegetação; trilhas abertas irregularmente; disposição irregular de resíduos; vandalismo, principalmente na edificação do patrimônio histórico; locais

desprovidos de mata ciliar e sinais de assoreamento, sendo constatada a presença de vestígios de animais às margens do Córrego, o que contribui para a degradação do local.

Com base nas informações coletadas, percebe-se que esse importante patrimônio natural e seu entorno estão sendo impactados pelo uso e ocupação do solo de forma desordenada, sendo que as práticas informais e ambientalmente inadequadas, sem o devido planejamento, causam degradação e afugentamento de animais silvestres. A situação atual é preocupante, pois as áreas protegidas, em nível global, têm recebido um fluxo cada vez maior de visitantes, e muitas dessas áreas não estão preparadas para o turismo (BOO, 2002).

RECOMENDAÇÕES PARA USO TURÍSTICO

O Plano de Marketing de Campo Grande e Região Caminho dos Ipês (MATO GROSSO DO SUL, 2018), um instrumento estratégico de promoção e comercialização, classificou o "Ceuzinho" como atrativo turístico com potencial para o ecoturismo e turismo de aventura. Porém, para que um atrativo turístico possa ser transformado em um produto turístico, deve ser valorizado e estruturado de forma a agregar qualidade à experiência, por meio do planejamento sustentável, pois a conservação está intimamente ligada ao ciclo de vida do destino. Um destino turístico, além de atrativo, deve mostrar-se estruturado, atendendo satisfatoriamente às expectativas dos turistas e visitantes, além de respeitar as características históricas, geográficas, ambientais e sociais, para que seja alcançado o desenvolvimento local e econômico (VALLS, 2006).

Para atrair investimentos e tornar-se um destino turístico potencial, são necessários alguns elementos, quais sejam: acesso com qualidade, segurança e conforto; clima favorável; atrações turísticas diversificadas; concorrência; promoção; equipamentos e serviços de excelência (ANDRADE, 2002).

Beni (2008) afirma que o ecoturismo deve ser acompanhado de estudos de impacto ambiental e de capacidade de carga, planejamento, uso sustentável dos recursos naturais e culturais, monitoramento, controle, avaliações constantes, Plano de Manejo e sistema de gestão responsável. No Brasil, as áreas de conservação e proteção ambiental ainda não dispõem de uma política integrada e planejamento estratégico de uso e ocupação voltados especificamente para o turismo.

Com o objetivo de fomentar o turismo ecológico – um dos segmentos prioritários estabelecidos pelo Plano Municipal de Turismo (CAMPO GRANDE, 2017) –, foram realizados estudos em que foram catalogados 30 (trinta) *hotspots* (pontos notáveis) para observação de aves na cidade de Campo Grande (INSTITUTO MAMEDE DE PESQUISA AMBIENTAL E ECOTURISMO, 2018; MAMEDE; BENITES, 2020), sendo um deles a APA do Ceroula, que figura como protagonista na Rota de Observação de Aves e na Rota do Turismo de Aventura do Município.

DIRETRIZES PARA O USO TURÍSTICO DO ATRATIVO "CEUZINHO"

As diretrizes figuram como orientações que traçam os rumos para o planejamento da atividade turística e auxiliam na tomada de decisões, despertando a discussão de temas fundamentais para o desenvolvimento de um turismo sustentável e com o mínimo de impactos ambientais negativos. Boo (2002) afirma que as diretrizes para o diagnóstico e o planejamento do ecoturismo podem servir como um conjunto de considerações para auxiliar administradores de áreas protegidas a refletir sobre temas relacionados ao ecoturismo, e o diagnóstico pode ser utilizado como ferramenta para a construção do planejamento. Os principais instrumentos de gestão de Unidades de Conservação, que permitem o alcance de seus objetivos são: a gestão participativa, o Zoneamento Ambiental e o Plano de Manejo.

De acordo com o Mtur (BRASIL, 2011), o Inventário da Oferta Turística consiste no levantamento detalhado dos atrativos, serviços, equipamentos turísticos, infraestrutura de apoio ao turismo, dentre outros, que servirão de instrumento para

fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística. Tal documento deve ser elaborado de forma multidisciplinar, e o diagnóstico deve ser considerado para a implantação de políticas públicas eficientes e para a elaboração do Plano de Manejo.

As Unidades de Conservação devem ser gerenciadas por um Plano de Manejo, que, de acordo com a Lei nº 9.985, é um documento técnico, fundamentado nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, estabelecendo o seu zoneamento, as normas que devem presidir o uso e a ocupação da área, a forma como ocorrerá o manejo dos recursos naturais, bem como a gestão, a educação ambiental, as ameaças, os impactos, as potencialidades, as fragilidades, entre outros.

Bononi (2004) afirma que o Plano de Manejo da área permite que o produto turístico seja formatado de acordo com seus parâmetros, logo, deve levar em consideração o planejamento participativo da comunidade local e do entorno, o inventário turístico, a gestão, a educação ambiental, a proteção, a fiscalização, a interação socioambiental etc.

O Plano de Manejo promove a integração da Unidade de Conservação à vida econômica e social das comunidades vizinhas. É elaborado, essencialmente, para estabelecer o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da Unidade de Conservação e o manejo de seus recursos naturais, sendo que a sociedade participa dessa elaboração, revisão e implementação, por meio do Conselho Gestor (BRASIL, 2018b).

O Zoneamento Ambiental é o instrumento que estabelece a ordenação do território da APA em áreas com graus diferenciados de proteção, conforme a intensidade de ocupação, o uso do solo e dos recursos naturais, sobre o qual deve ser aplicado conteúdo normativo específico. Tem como pressuposto um cenário de desenvolvimento futuro, formulado a partir das peculiaridades ambientais da região, em sua interação com processos sociais, culturais, econômicos e políticos, vigentes ou prognosticados para a APA e sua região (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2001).

Outra importante ferramenta para controlar o uso e a exploração de uma área é o controle da capacidade de carga local, levando-se em consideração que a atividade turística causa impactos relacionados ao volume de turistas que determinada área pode receber, pois, ultrapassado esse limite de tolerância, a área será afetada negativamente (COOPER, 2002).

O planejamento turístico promove o crescimento ordenado e sustentável. Segundo Ruschmann (2012), quando um local não desenvolve atividades de forma planejada e conforme os padrões do desenvolvimento sustentável, há impactos negativos, algumas vezes, irreversíveis, como a descaracterização e a perda da originalidade do ambiente, justamente o motivo que atrai turistas para áreas naturais.

Por meio do planejamento estratégico, devem ser apresentadas metas claras e alcançáveis, de curto, médio e longo prazo, adequadas para cada etapa, devendo ser aplicadas avaliações de desempenho e revisões periódicas. Nesse sentido, o Plano Nacional de Turismo (BRASIL, 2018a) recomenda que o Plano de Manejo traga diretrizes e indicadores para os programas propostos, com o objetivo de comparar os resultados alcançados com as metas estabelecidas.

ANÁLISE DOS IMPACTOS

As atividades turísticas ocasionam a modificação do ambiente, sendo a conservação ambiental condição fundamental para minimizar as consequências que essas interferências podem causar ao meio e modificar suas características naturais. Não é possível desenvolver o turismo sem impactos ambientais, “[...] mas é possível, com o planejamento correto, gerenciar o desenvolvimento turístico com o objetivo de minimizar os impactos negativos ao mesmo tempo em que se estimulam os impactos positivos” (COOPER, 2002).

Conforme a Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986, do Conama, o impacto ambiental pode ser definido como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, resultante das atividades humanas que,

direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota e as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais. De acordo com Ruschmann (2012), os impactos do turismo distribuem-se em nível ambiental, sociocultural e econômico, e cada um deles deve ser avaliado como indicador de características específicas.

Diante do exposto, o planejamento deve respeitar as características e elementos que compõem o ambiente, causando o mínimo de impacto possível, de modo a apresentar um produto turístico diversificado, levando em consideração a sazonalidade e o período de descanso das áreas, a fim de minimizar os impactos ambientais, a atratividade, a qualidade, a criatividade, a capacidade de carga e a estrutura adequada.

Quando a atividade se desenvolver sem o planejamento apropriado, o resultado traz alguns infortúnios, como aumento da violência, exploração sexual, degradação ambiental (desmatamento, assoreamento, incêndios, poluição sonora, do ar e da água, resíduos, vandalismo, migração e atropelamento de espécies etc.), interferência na paisagem original, perda da biodiversidade, concentração da renda, perda da identidade local, entre outros.

Para que os impactos negativos sejam minimizados, são pertinentes ações de inclusão da população em todo o processo, para que se empodere de sua importância na cadeia turística, proporcionando a imersão do turista na cultura local e experiências que não só tornem o destino interessante, mas que visem à mudança de comportamento, que desperte a sustentabilidade, além de auxiliar no monitoramento da área e no processo de educação ambiental.

Também é necessário que o atrativo seja implementado com sinalização adequada, equipamentos de segurança, controle de impactos, padronização de procedimentos, segurança, qualificação técnica, de acordo com os parâmetros das normas técnicas e da legislação vigente, dentre outros.

As áreas naturais dispõem de recursos raros e valiosos, portanto, o desenvolvimento da atividade turística deve reduzir seus efeitos negativos. Nesse sentido, podem ser adotadas medidas como: estudos e monitoramento das atividades e de seus impactos; adaptação do comportamento de turistas aos destinos; adequação e harmonização da infraestrutura ao ambiente natural; operação em pequena escala; desenvolvimento da percepção e da interpretação ambiental; formação de consciência ecológica por meio da educação ambiental (PIRES, 2005).

A atividade turística, quando planejada e organizada, causa uma série de impactos positivos: traz divisas para o destino, fomenta a economia, gera emprego e renda; valoriza a cultura e a história local; aumenta as receitas públicas; formaliza os empreendimentos; propicia fortalecimento institucional; atrai investimentos, infraestrutura, segurança, tecnologia e pesquisas. Contudo, para que o sistema funcione satisfatoriamente, deve ser criado um ambiente eficaz de cooperação e transparência, equilibrando a exploração econômica com a sustentabilidade local, tudo isso aliado ao monitoramento e à fiscalização de todas as atividades realizadas.

Para que o “Ceuzinho” seja transformado em destino turístico, há um longo caminho a ser percorrido, pois, conforme Cooper (2002), um destino deve dispor de instalações e serviços projetados para atender às necessidades dos visitantes, como infraestrutura, serviços de transporte, profissionais qualificados, enfim, toda a estrutura conveniente para satisfazer as demandas de turistas.

MONITORAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO PERIÓDICA

O monitoramento é definido como um sistema contínuo de observação, medição e avaliação para um fim definido, tendo como objetivos determinar a eficácia das medidas de proteção e desenvolver a capacidade de prever impactos ambientais, a fim de proteger o meio ambiente (RIBEIRO, 2004).

Além do monitoramento, é necessário que as normas vigentes sejam efetivas e operantes, e que se incentive a elaboração de legislações, programas, projetos,

ações e políticas voltadas às questões ambientais e turísticas. Um instrumento de controle muito importante em nosso ordenamento legal é o processo de licenciamento ambiental (MATO GROSSO DO SUL, 2012). É preciso, ainda, realizar melhorias e alterações nos marcos jurídicos relacionados ao setor, bem como a adoção de estratégias e planos de ação que considerem a promoção do turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais, além de estimular o empreendedorismo e atrair investimentos (COOPER, 2002).

Todo esse sistema deve atuar de forma integrada, permitindo, por exemplo, controlar o fluxo de pessoas dentro da área, monitorar os indicadores de desenvolvimento sustentável e os impactos ambientais, formar base de dados para estudos e pesquisas, e avaliar periodicamente o desempenho, com o intuito de verificar o alcance das metas.

Essas são apenas algumas diretrizes que podem nortear a utilização sustentável do atrativo "Ceuzinho". Porém, convém enfatizar que o Plano de Manejo deve ser monitorado e revisado periodicamente, para que sejam reavaliadas ações e adotadas medidas corretivas ou demais implementações necessárias. Para isso, é necessário que sejam firmadas parcerias e integração multidisciplinar entre órgãos públicos, principalmente os responsáveis pelas pastas de meio ambiente, segurança pública, esportes, cultura e turismo, para que sejam estabelecidas políticas públicas adequadas e eficientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Unidades de Conservação apresentam potencial uso de seus territórios para o desenvolvimento de atividades turísticas, em especial a Área de Proteção Ambiental do Ceroula, visto que dispõe de grande número de atrativos capazes de motivar demandas expressivas para o turismo seja no espaço ambiental, de lazer e recreação, ecoturismo, turismo de aventura, seja no histórico e cultural.

Todavia, esse produto turístico deve ser preparado com cuidados específicos para ser oferecido ao mercado turístico. Há que se observar os critérios em relação ao uso de Unidades de Conservação para o turismo, o que será determinante para se realizar o diagnóstico e o prognóstico da área em estudo em relação ao seu potencial.

Os órgãos gestores de turismo devem estar sempre atentos quanto ao desenvolvimento de atividades turísticas em áreas ambientalmente protegidas, podendo, dessa forma, cumprir as normas ambientais que garantem a existência sustentável dos nossos biomas e *habitats* naturais, os quais, em Mato Grosso do Sul, ganham notável particularidade, projetando o estado entre os maiores destinos ecoturísticos internacionais.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável é de abrangência universal, e isso pode ser comprovado pelo fato de instâncias de governança global estarem engajadas na defesa da natureza e na conservação do patrimônio, haja vista ser necessário manter a autenticidade do local para atender à expectativa daqueles que o buscam por suas características naturais.

O ideal é que os atrativos turísticos sejam desenvolvidos de forma planejada e monitorada, porém, no "Ceuzinho", a exploração acontece de forma desordenada e sem controle de visitação. Considera-se que tal postura pode trazer inúmeros impactos negativos e várias fragilidades ao ecossistema, sendo preciso providências urgentes no sentido de controlar o fluxo e minimizar os impactos negativos.

O turismo deve ser desenvolvido com sustentabilidade, protegendo as características originais do local, para que o produto turístico continue atrativo para gerações futuras e se garanta sua utilização por longo período, equilibrando, de forma ética, os fatores econômicos, sociais e ambientais.

Nesse sentido, o ecoturismo é um segmento turístico consolidado, que conquista adeptos em diversas partes do mundo, promovendo, concomitantemente, a consciência ambiental e o despertar à sustentabilidade, logo, é uma excelente alter-

nativa de aproveitamento do potencial turístico da área em estudo e de tantas outras existentes no estado de Mato Grosso do Sul. Sendo assim, o estado deve estimular uma política para o turismo ambiental em seus municípios, que detêm, em seus territórios, potenciais geomorfológicos, hídricos, recursos florísticos, faunísticos e paisagísticos que contribuem expressivamente para as diferentes modalidades de turismo praticadas no mundo moderno.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, W. J. **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003.
- ANSARAH, M. G. dos. R. Turismo e segmentação de mercado: novos segmentos. *In*: ANSARAH, M. G. dos. R. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. p. 285-289.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 13. ed. São Paulo: SENAC, 2008.
- BONONI, V. L. R. Controle ambiental de áreas verdes. *In*: BONONI, V. L. R. **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004. p. 213-255.
- BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. *In*: BOO, E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 4. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.
- BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 23 maio 2021.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986**. Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, DF: MMA, 1986. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama>. Acesso em: 23 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 23 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm. Acesso em: 23 maio 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Inventário da Oferta Turística - Invtur.** Brasília, DF: MTur, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018 - 2022.** Brasília, DF: MTur, 2018a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Unidades de Conservação: o que são?** Brasília, DF: MMA, 2018b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao.html>. Acesso em novembro de 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Brasil ganha Programa de Qualificação no Turismo.** Brasília, DF: MTur, 2021.
<https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2021/02/turismo-gerou-mais-de-21-5-mil-empregos-em-2020>. Acesso em: 23 maio 2021.

CAMPO GRANDE (MS). Decreto nº 8.264, de 27 de julho de 2001. Cria a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula – APA do Ceroula – localizada no município de Campo Grande-MS, e dá outras providências. **Diário Oficial:** Campo Grande, ano IV, n. 873, p. 1-2, 30 jul. 2001.

CAMPO GRANDE (MS). Decreto nº 8.365, de 26 de dezembro de 2001. Cria o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula – APA do Ceroula, localizada no município de Campo Grande/MS. **Diário Oficial:** Campo Grande, ano IV, n. 973, p. 9-10, 27 dez. 2001.

CAMPO GRANDE (MS). **Plano Municipal de Turismo de Campo Grande/MS**. Campo Grande: SECTUR, 2017.

CAMPO GRANDE (MS). Decreto nº 13.522, de 18 de maio de 2018. Cria o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula – APA do Ceroula, localizada no município de Campo Grande – MS. **Diário Oficial**: Campo Grande, ano XXI, n. 5.238, p. 4-5, 21 maio 2018.

CAMPO GRANDE (MS). **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula – APA do Ceroula**. Campo Grande: Prefeitura Municipal, 2020. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/plano-de-manejo-apa-ceroula/>. Acesso em: 23 maio 2021.

COOPER, C. **Turismo, princípios e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Roteiro metodológico para a gestão de área de proteção ambiental – APA**. Brasília, DF: Ed. IBAMA, 2001.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL. **Gestão ambiental de Mato Grosso do Sul: conceitos e prática**. Dourados, MS: UEMS, 2014.

INSTITUTO MAMEDE DE PESQUISA AMBIENTAL E ECOTURISMO. **Pesquisa sobre aves e paisagismo funcional contribuindo em políticas públicas para turismo sustentável**. Campo Grande: INSTITUTO MAMEDE DE PESQUISA AMBIENTAL E ECOTURISMO, 2018. Disponível em: <http://institutomamede.blogspot.com/2018/08/pesquisa-sobre-aves-e-paisagismo.html>. Acesso em: 03 set. 2021.

MAMEDE, S.; BENITES, M. Identificação e mapeamento dos *hostspots* para a observação de aves com base em indicadores socioambientais: roteirização turística de Campo Grande (MS). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 409-434, 2020.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da produção, da indústria, do comércio e do turismo – SEPROTUR. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável – PDITS/Polo Campo Grande e Região**. Campo Grande: SEPROTUR, 2012.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar - SEMAGRO. **Plano de Marketing de Campo Grande e Região Caminho dos Ipês: produto 2.** Campo Grande: SEMAGRO, 2018. Disponível em: http://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/157/2017/06/PL_MKT_CG_P2_versao_3-a-2.pdf. Acesso em: 03 set. 2021.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. **O turismo e meio ambiente no Brasil.** Barueri, SP: Manole, 2010.

PIRES, P. dos S. **Dimensão do ecoturismo.** São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2002.

PIRES, P. dos S. Entendendo o ecoturismo. *In*: PIRES, P. dos S. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro.** São Paulo: Roca, 2005.

RIBEIRO, H. Estudo de impacto ambiental como instrumento de planejamento. *In*: RIBEIRO, H. **Curso de Gestão Ambiental.** Barueri, SP: Manole, 2004.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** 16. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

SWARBROOKE, J. *et al.* **Turismo de aventura: conceitos e estudo de caso.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

VALLS, J. F. **Gestão integral dos destinos turísticos sustentáveis.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

YONAMINE, S. S. Campo Grande, o território que queremos: proteção para o patrimônio natural. **Arca – Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande/MS**, Campo Grande, n. 14, 2009.



CAPÍTULO 18

CAPACIDADE DE CARGA DA TRILHA TURÍSTICA DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL TEMPLO DOS PILARES, ALCINÓPOLIS - MS

Jociane Ribeiro Loureiro

Wanda Faleiros

Fernanda Cano de Andrade Marques

Simone Mamede

INTRODUÇÃO

A capacidade de carga surge com a percepção da dinâmica demográfica e ecológica devotada à teoria populacional de Thomas Malthus e à visão crítica de Garrett Hardin, as quais, embora distintas na origem, assemelham-se no fato conclusivo de que a degradação e o esgotamento dos recursos naturais estão associados à ação do ser humano no planeta (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008; CORDEIRO et al., 2013).

O argumento da necessidade de estudo da capacidade de suporte desses recursos se tornou tão relevante que foi ampliado e estendido às atividades turísticas e ao uso dos recursos naturais (CORDEIRO et al., 2013). Atualmente, o conceito de capacidade de carga é utilizado frequentemente na área de turismo em meio à natureza e significa estabelecer quantos turistas podem visitar um determinado lugar durante um espaço de tempo, sem prejudicar o ambiente (EIXEIRA; OLIVEIRA, 2015).

Conforme apontam Teixeira e Oliveira (2015), a crescente demanda turística em ambientes naturais causam uma pressão sobre a natureza. Com isso, é necessário um equilíbrio entre usufruto e conservação, para que a demanda turística não cause impactos no ambiente em questão e garanta, ao máximo, sua estabilidade ecológica e seus recursos naturais protegidos.

Portanto, a capacidade de carga em ambientes naturais como parques e outros sítios abertos à visitação e à contemplação deve ser parte do planejamento estratégico de abertura e utilização turística desses ambientes naturais, a fim de tornar essa atividade sustentável e duradoura (FENNEL, 2002). Dessa forma, o estudo de capacidade de carga é uma estratégia para assegurar o manejo adequado em ambientes naturais de potencial turístico, o equilíbrio entre o uso e a conservação dos bens naturais, bem como o monitoramento e a manutenção dessas áreas essenciais ao ecoturismo.

O objetivo deste trabalho foi determinar a capacidade de carga turística na trilha do Parque Natural Municipal Templo dos Pilares no município de Alcinópolis – MS, a fim de contribuir para a gestão turística do Parque enquanto instrumento de monitoramento da trilha do templo e planejamento estratégico para a prática turística sustentável.

METODOLOGIA

Área de estudo

A pesquisa foi realizada entre fevereiro de 2010 a maio de 2011, tendo como área de estudo o Parque Natural Municipal Templo dos Pilares (PNMT), localizado no município de Alcinópolis, distante 300 km da capital Mato Grosso do Sul, Campo Grande. O parque é contornado pelo Monumento Natural Municipal Serra do Bom Jardim (Figura 18.1).

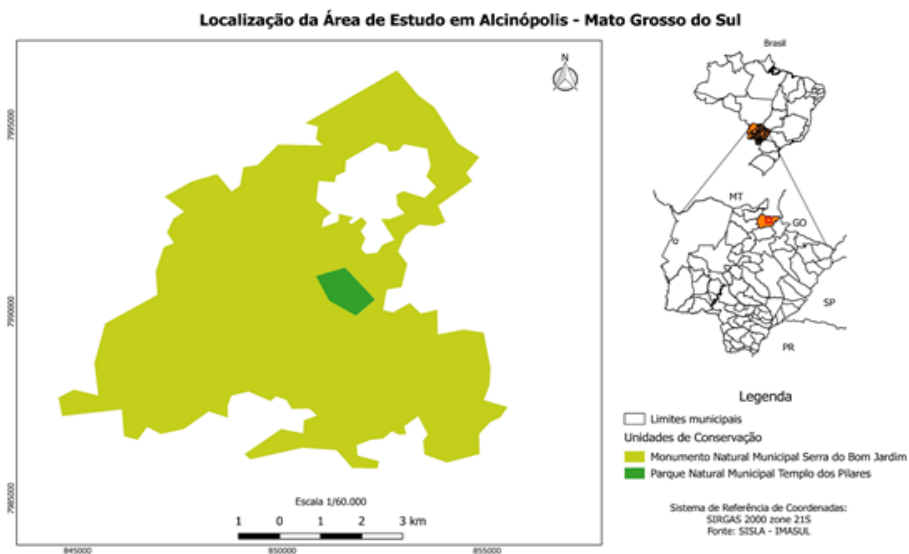


FIGURA 18.1 – Localização da área de estudo: Parque Natural Municipal Templo dos Pilares, Alcinópolis, MS.

Fonte: Elaboração da autora Fernanda C. A. Marques.

Em concordância com os decretos municipais nº 054/03 e nº 053/03, de 29 de maio de 2003, o Parque Natural Templo dos Pilares foi criado para assegurar a proteção integral dos bens naturais e sítios arqueológicos, estabelecer e melhorar a conectividade entre as Unidades de Conservação da região e outros fragmentos naturais do Cerrado, implementando o corredor de biodiversidade Cerrado-Pantanal.

Conforme Martins e Kashimoto (2012, p. 158),

O sítio Templo dos Pilares destaca-se na arqueologia sul-mato-grossense por apresentar uma geomorfologia singular e, ao mesmo tempo, monumental, isto é, espetaculares colunas naturais de arenito, com vários metros de altura que, por vezes, dão a impressão para o observador que foram feitas pela mão do homem com o objetivo de sustentar o teto do abrigo.

Sua impressionante formação geológica, com paredes que ostentam a maior concentração de pinturas e gravuras de todos os sítios regionais, torna o Templo dos

Pilares o mais emblemático sítio de arte rupestre do estado (SOUZA; AGUIAR, 2017). Segundo Duarte (2018), a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul empreendeu uma campanha de escavação, em 2016, que abrangeu três pequenas prospecções em distintos pontos do sítio. Os resultados permitiram situar o início da ocupação do sítio há mais de 10 mil anos. O local pode ter sido um templo de adoração aos mortos e deuses, sendo as datações processadas pelo laboratório *Beta Analytic*, em Miami – USA.

O patrimônio arqueológico do Templo dos Pilares revela-se de altíssima significância, sobretudo considerando-se que as datações arqueológicas mais antigas de Mato Grosso do Sul encontram-se nessa porção territorial do estado, recebendo, por meio da Lei Estadual nº 4.306, de 21 de dezembro de 2012, o cognome de Capital Estadual da Arte Rupestre de Mato Grosso do Sul (AGUIAR, 2014). Soma-se a isso a presença de diversas espécies da fauna e da flora do Cerrado presentes no território da Unidade de Conservação. Vale ressaltar que o fato de o Parque Natural Municipal Templo dos Pilares ser contornado por outra Unidade de Conservação gera um efeito fortalecedor enquanto zona de amortecimento dos impactos ao parque.

Coleta e análise de dados

Para a coleta e análise dos dados, foram utilizadas as técnicas de Cifuentes (1992), reconhecidas como instrumento de manejo aplicado em estratégias de controle de fluxos turísticos em áreas naturais. As técnicas servem de base para se estabelecer o número máximo de visitas que a área protegida pode receber, tendo em vista suas condições físicas, biológicas e de manejo no momento atual. O processo se baseia em três níveis: 1) Cálculo de Capacidade de Carga Física (CCF); 2) Cálculo de Capacidade de Carga Real (CCR) e; 3) Capacidade de Carga Efetiva (CCE).

Os materiais utilizados para a coleta dos dados foram: trena de 50 metros, GPS, máquina fotográfica e bloco de anotações. Para a coleta de dados, foram realizados vários percursos na trilha, sendo que o primeiro foi voltado para a análise de

ambiente e do sítio arqueológico. O percurso foi transcorrido como o de um visitante comum, considerando o fator tempo, para estabelecimento da média temporal necessária para a visita.

Todo o trajeto da trilha foi mapeado utilizando GPS. Utilizou-se o programa *TrackMaker* para a visualização do trajeto gerado e a localização dos respectivos pontos amostrais. Durante o percurso, foram analisados os fatores exigidos para estudos de capacidade de carga de acordo com Cifuentes (1992), como acessibilidade, erodabilidade, incidência solar e precipitação. Analisou-se a altitude em todo o percurso da trilha, o grau de dificuldade encontrado no caminho e os locais em que há riscos de cedência do solo.

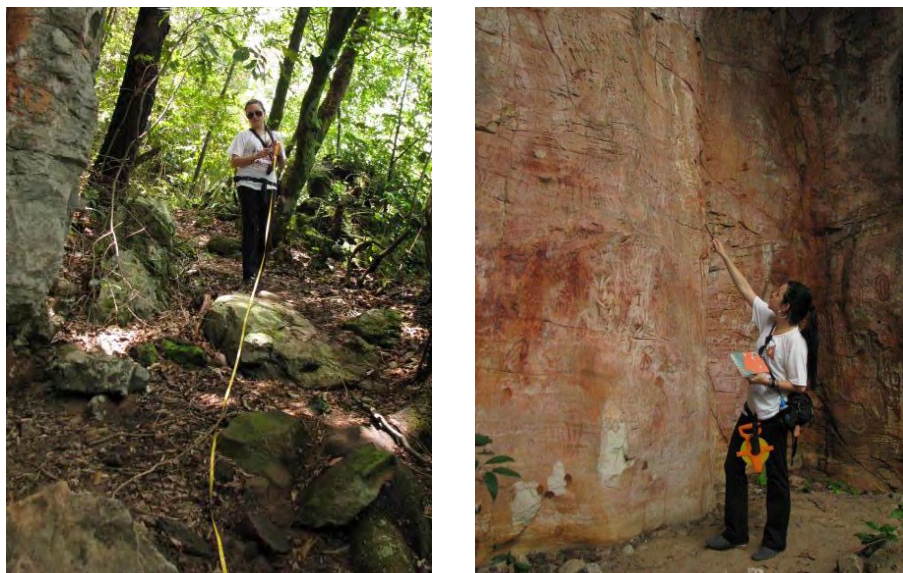


FIGURA 18.2 – Registros fotográficos do trabalho de campo.

Fonte: A e B) Acervo pessoal de Simone Mamede (2010).

Também foram coletados, sistematicamente, dados relacionados aos fatores de visita, como horário de abertura do atrativo, período de funcionamento, horários

de saída para a trilha, espaço de tempo (intervalo) entre um grupo e outro para que ambos não se encontrem no caminho, e horário de chegada do passeio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trajetória da trilha do PNMT

A trilha, também intitulada Templo dos Pilares, possui 850 metros de extensão. Devido às peculiaridades do trajeto, como as inscrições rupestres e as condições do relevo acidentado, o trajeto deve ser percorrido a pé. O tempo de duração do percurso, considerando as paradas em pontos contemplativos, é de 60 minutos aproximadamente. Além das inscrições rupestres, é possível a observação de diversas espécies vegetais nativas do Cerrado, inclusive espécies de cerrado-campo-rupestre como a canela-de-ema (*Vellozia variabilis*).

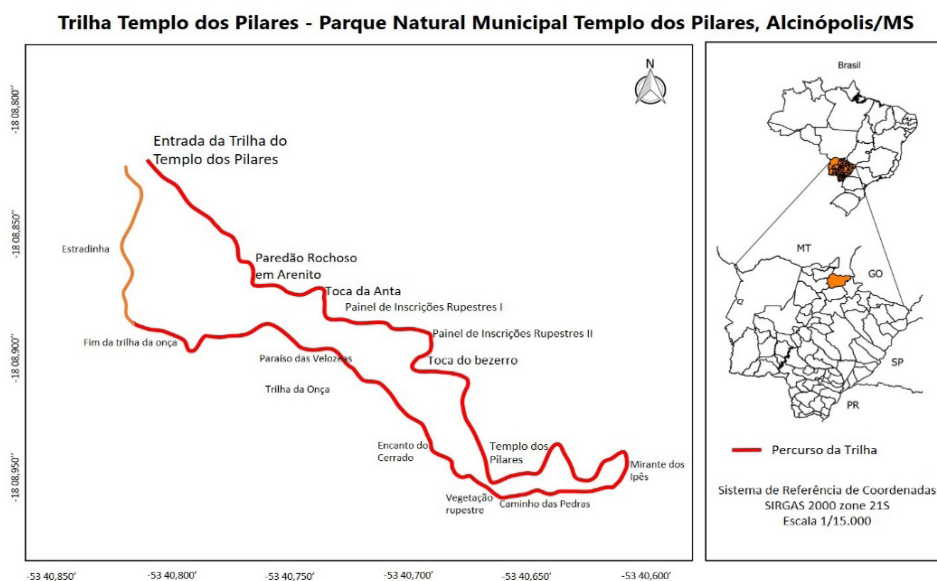


FIGURA 18.3 – Mapa da Trilha do Parque Natural Municipal Templo dos Pilares, Alcinópolis, MS.
Fonte: Elaboração das autoras.

A trilha é constituída de vários pontos interpretativos, seja de elementos do Cerrado *stricto sensu*, do Cerrado de campo rupestre, seja de elementos arqueológicos. Entre esses pontos de interpretação, destacam-se: o Paredão Rochoso em arenito; a Toca da Anta, que tem esse nome devido a uso do local como abrigo por essa espécie (*Tapirus terrestris*); os Painéis de Inscrições Rupestres I e II, com diversos desenhos e pinturas dos povos pré-históricos; a Toca do Bezerra; e o Templo dos Pilares, que possui colunas esculpidas pelo tempo e que deram nome ao lugar.

Na parte mais elevada da trilha, está localizado o Mirante dos Ipês, constituído de uma paisagem panorâmica privilegiada. A trilha, ainda em sua parte mais elevada, é contemplada por um trecho conhecido como Caminho das Pedras, caracterizado por elementos rochosos e vegetação de Cerrado de campo rupestre, seguido de Cerrado sentido restrito.

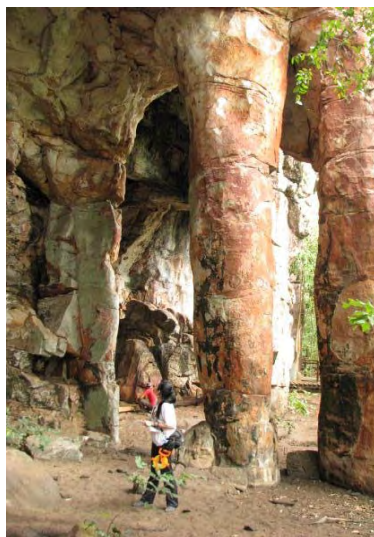


FIGURA 18.4 – Registro fotográfico da Trilha do Templo dos Pilares.

Fonte: Acervo pessoal de Simone Mamede.

Capacidade de Carga Física (CCF)

Considerando que o tempo de abertura para visitação no Templo dos Pilares conta com um período de 10 horas, ou seja, das 07 h 00 min às 17 h 00 min. A trilha possui 850 metros de extensão e o visitante não percorre o mesmo caminho para o retorno, sendo necessários 60 minutos para completá-la. Aplicou-se a seguinte equação:

$$CCF = S \times (NV/sp)$$

Onde:

S = área em metros lineares (850 m);

sp = superfície utilizada por pessoa (1 m);

NV = número de vezes que o parque pode ser visitado pela mesma pessoa em um dia, que, nesse caso, equivale a:

$$NV = Hv / tv$$

Onde:

Hv = horário de visita;

tv = tempo necessário para visitar a trilha.

Sendo assim:

$$NV = 10 \text{ horas/dia} = 10 \text{ visitas/dia} / \text{visitante}$$

$$1 \text{ hora/visita}$$

Então:

$CCF \text{ Templo dos Pilares} = 850 \text{ metros} \times 10 \text{ visitas/dia} = 8\,500 \text{ visitas/dia}$
--

Portanto, a capacidade de carga física da trilha é de 8 500 visitas por dia, lembrando que esse número depende da capacidade de carga real para definir com certeza qual é a quantidade pertinente que a trilha suporta sem oferecer danos ao patrimônio.

Capacidade de Carga Real (CCR)

A CCF se submeteu a uma série de fatores de correção particulares para o local. Como já foi dito anteriormente, os fatores de correção considerados neste estudo foram:

- Fator Social (FCsoc);
- Acessibilidade (FCacc);
- Erodabilidade (FCero);
- Precipitação (FCpre);
- Incidência Solar (FCsol).

Esses fatores se calculam em função da fórmula geral:

$$FC = 1 - Ml/Mt$$

Onde:

FC = fator de correção;

Ml = magnitude limitante;

Mt = magnitude total.

A) FATOR SOCIAL (FCSOC)

- Grupos de, no máximo, 10 pessoas na trilha do Templo dos Pilares;
- Distância entre os grupos deve ser de 200 metros, para evitar interferências entre os grupos.

Posto que a distância entre grupos seja de 200 metros, e cada pessoa ocupe 1 metro de trilha, cada grupo requer 210 metros de trilha.

O número de grupos (NG) que pode estar, simultaneamente, na trilha se calcula assim:

$$NG = \textit{distância total da trilha} / \textit{distância requerida por grupo}$$

Portanto:

$$NG (\textit{Templo dos Pilares}) = 4 \textit{ grupos}$$

Para calcular o fator de correção social, é necessário, primeiramente, identificar quantas pessoas (P) podem estar dentro de cada trilha ao mesmo tempo. Esse cálculo é feito por meio da fórmula:

$$P = NG \times \textit{Número de pessoas por grupo}$$

Então:

$$P (\textit{Templo dos Pilares}) = 40 \textit{ pessoas}$$

Feito isso, é necessário identificar a magnitude limitante, que, nesse caso, é aquela porção da trilha que não pode ser ocupada, pois deve haver uma distância mínima entre grupos. Por isso, dado que cada pessoa ocupa 1 metro de trilha, a magnitude limitante é igual a:

$$ml = mt - P$$

$$ml = 850m - 40m = 810 m$$

Então:

$$FC_{soc} (\text{Templo dos Pilares}) = 1 - (810m / 850 m) = 0,0470$$

B) ACESSIBILIDADE (FCACC)

Grau de dificuldade da trilha	Total em metros
Nenhum grau de dificuldade	664
Dificuldade média	110
Dificuldade alta	76

QUADRO 18.1 – Grau de dificuldade da trilha.

Fonte: Elaboração das autoras.

Considerando que um grau alto representa uma dificuldade maior que um grau médio, estabeleceu-se o valor de 1 para dificuldade média e de 1,5 para dificuldade alta. Sendo assim:

$$FC_{acc} = 1 - [(ma \times 1,5) + (mm \times 1) / mt]$$

Onde:

ma = metros de trilha com dificuldade alta = 76 m;

mm = metros de trilha com dificuldade média = 110 m;

mt = metros totais de trilha = 850 m.

Então:

$$FC_{acc} (\text{Templo dos Pilares}) = 1 - [(76m \times 1,5) + (110m \times 1) / 850 m] = 0,7365$$

C) ERODABILIDADE (FCERO)

Grau de erodabilidade da trilha	Total em metros
Nenhum grau	781
Médio grau	69
Alto grau	0

QUADRO 18.2 – Grau de erodabilidade da trilha.

Fonte: Elaboração das autoras.

Foram considerados como limitantes somente aqueles locais onde existem evidências de erosão ou onde, possivelmente, ocorrerão danos caso não haja monitoramento. Por isso, calculou-se o fator de correção por erodabilidade da trilha da seguinte maneira:

$$FCero = 1 - mpe / Mt$$

Onde:

mpe = metros de trilha com problemas de erodabilidade = 69 metros;

mt = metros totais de trilha = 850 metros.

Então:

$$FCero = 1 - (69m / 850m) = 0,9188$$

D) PRECIPITAÇÃO

É um fator que impede a visitação normal ao atrativo, pois, se chove intensamente por algumas horas, os visitantes não estarão dispostos a percorrer a trilha debaixo de chuva. O período de maior incidência de chuva no Templo dos Pilares é de seis meses, estendendo-se de outubro a março. Normalmente, chove por

um período de 4 horas por dia nessa época, totalizando 736 horas em 6 meses. Com base nesse valor, calculou-se o fator da seguinte maneira:

$$FC_{pre} = 1 - (hl / bt)$$

Onde:

hl = horas de chuva limitantes por ano (184 dias x 4 horas/dia = 736 horas);

bt = horas/período em que o monumento está aberto à visitação (365 dias x 10 horas/dia) = 3 650 horas.

Então:

$$FC_{pre} = 1 - (736 / 3.650) = 0,7983$$

E) INCIDÊNCIA SOLAR (FCSOL)

Em algumas horas do dia em que o sol costuma ser muito intenso, normalmente entre as 10 h 00 min e as 16 h 00 min, as visitas à trilha sem cobertura podem ficar um tanto incômodas ou difíceis, no caso do Templo dos Pilares, que possui 430 metros de área com incidência solar e 420 metros de sombra. Durante os seis meses com pouca chuva, levou-se em conta as seis horas limitantes de incidência solar (183 dias/ano x 6 horas/dia = 1 098 horas/ano), e, durante os seis meses de chuva, somente foram consideradas as horas do dia sem chuva (184 dias/ano x 6 horas/dia = 1 104 horas/ano). Porém, esse cálculo se aplica somente aos 430 metros de trilha sem cobertura. Sendo assim, a equação é a seguinte:

$$FC_{sol} = 1 - (bsl/bt) \times (ms/mt)$$

Onde:

bsl = horas de sol limitantes/ano (1 098 horas + 1 104 horas = 2 202 horas);

bt = horas do ano em que o monumento está aberto = (3 650 horas);

ms = metros de trilha sem cobertura (430 metros);

mt = metros totais da trilha do Templo dos Pilares (850 metros).

Então:

$$FCsol = 1 - (2.202/3.650) \times (430/850) = 0,6947$$

Capacidade de Carga Real (CCR)

A partir da aplicação dos fatores de correção mencionados à trilha do Templo dos Pilares, calcula-se a capacidade de carga real mediante a fórmula:

$$CCR = CCF (FCsoc \times FCero \times FCacc \times FCpre \times Fcsol)$$

Na Tabela 18.1, é possível visualizar o resultado de todos os cálculos de cada fator de correção considerados neste estudo, obtendo-se um resultado que, multiplicado com a Capacidade de Carga Física, revela a Capacidade de Carga Real da trilha do Templo dos Pilares. A CCF é a quantidade de visitas que a trilha pode suportar, sem considerar todos os fatores e peculiaridades existentes no local, ao passo que a CCR implica a quantidade de visitas seguras ao dia para a conservação do local e segurança do visitante.

TABELA 18.1 – Capacidade de Carga Turística do Templo dos Pilares

Capacidade de carga	Trilha do templo dos pilares
Física (CCF)	8 500 visitas/dia
Fator de correção: FCsoc: social	0,0470
FCacc: Acessibilidade	0,7365
FCpre: Precipitação	0,7983
FCsol: incidência solar	0,6947
Real (CCR)	150 visitas/dia

Fonte: Elaboração das autoras.

A aplicação da Capacidade de Carga na trilha do Templo dos Pilares é de extrema importância para o parque, visto que o turismo deve e pode contribuir para a conservação da natureza mediante o uso sustentável e responsável. A metodologia de Cifuentes (1992) facilita o controle, uma vez que, por meio dos cálculos, determina-se o número máximo de pessoas que podem visitar o local, tornando mais fácil a fiscalização desse ambiente.

No caso em tela, a CCR determina que devem ser permitidas 150 visitas ao dia, a fim de assegurar o manejo e a preservação dessa Unidade de Conservação. No entanto, é pertinente analisar a capacidade de manejo, as condições, equipamentos, a estrutura, equipe, entre outros fatores analisados a partir da CCE.

Capacidade de Carga Efetiva (CCE)

Sendo a última etapa do processo de cálculo a partir do método de Cifuentes (1992), CCE é a estimativa da Capacidade de Carga Efetiva e é entendida como o limite máximo admissível de pessoas numa área, considerando-se a capacidade do órgão gestor para ordenar e manejar essas pessoas. A CCE é definida por meio da equação:

$$CCE = CCR \times (CM / 100)$$

Onde:

CCR = Capacidade de Carga Real;

CM = Capacidade de Manejo (%).

Utilizando a técnica de Cifuentes (1992), para se realizar o cálculo da Capacidade de Manejo do PNMT, foram consideradas as variáveis: pessoal, infraestrutura e equipamentos necessários para uma melhor condição de administração da área protegida em questão, de forma que ela atinja seus objetivos de conservação, bem como uma listagem contendo os recursos efetivamente disponíveis para tal (Capacidade Instalada). Sendo assim, cada variável deve ser valorizada da seguinte maneira:

$$CM = Qe / Qs$$

Onde:

CM = Capacidade de Manejo;

Qe = quantidade existente de uma determinada variável;

Qs = quantidade que deveria haver de acordo com as necessidades ao longo de todo o trecho da trilha percorrida.

A comparação entre os recursos existentes e o considerado ótimo de cada uma das variáveis consideradas é apresentada na Tabela 18.2, a seguir.

TABELA 18.2 – Capacidade de Manejo (CM) do PNMT

Variável	Capacidade Instalada	Capacidade Adequada	Capacidade de Manejo (%)
Pessoal	3	3	100
Posto de Fiscalização	0	1	0
Carros Para Fiscalização	2	1	200
Sanitários	1	4	0,04
Estacionamentos	1	3	0,03
Centro de visitantes	0	1	0
Média			50,01%

Fonte: Elaboração das autoras.

Considerando que a Capacidade de Manejo do PNMT é de 50%, verifica-se, segundo a equação da Capacidade de Carga Efetiva (CCE) – $CCE = CCR \times CM/100$ – que, consoante as possibilidades do órgão gestor da área, o limite máximo de pessoas recomendado passa a ser de 75 usuários/dia para a área da trilha do Templo dos Pilares.

$$CCE = 150 \times 50/100 = 75 \text{ visitantes/dia}$$

Conforme apresentado na Tabela 18.2, de maneira empírica, por meio de informações administrativas locais de como se encontram as variáveis quando da escrita deste trabalho, confrontando com dados do Plano de Manejo revisado em 2016, com sugestões profissionais a respeito de números adequados de pessoal e infraestrutura, percebe-se que o PNMT ainda necessita, em muito, de adequação de manejo, para que o turismo e a recepção dos visitantes possam ser trabalhados de maneira adequada.

A Capacidade de Carga Física da trilha do Templo dos Pilares é maior que a Capacidade de Carga Real, que, por sua vez, é maior do que a Capacidade de Carga Efetiva (Permissível), o que condiz com o método utilizado (CIFUENTES, 1992). A

CCE poderá ser alterada se a capacidade administrativa for aplicada na sua totalidade, alcançando os níveis desejáveis e sugeridos pelo Plano de Manejo do Parque para sua total contemplação, conservação ambiental e sustentabilidade.

Segundo Cifuentes ci(1992), a definição da Capacidade de Carga não deve ser tomada como uma solução para os problemas de visitação de áreas naturais, sendo apenas uma das diversas ferramentas de planejamento dentro de um contexto mais amplo e complexo do manejo como um todo.

Destaca-se, também, a necessidade de revisões periódicas dos parâmetros que definem a capacidade de carga, pois eles são dependentes de fatores que estão sujeitos a variações ao longo do tempo, sendo, assim, um processo sequencial e permanente de ajustes do manejo da área (BOGGIANI et al., 2007). O estabelecimento do número máximo de visitas por dia auxilia o planejamento prévio tanto da atividade turística como da sua infraestrutura, como dimensionamento dos sanitários, estacionamentos e centro de visitantes, entre outros elementos pertinentes à gestão do uso público da Unidade de Conservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Determinar a capacidade de carga é um importante passo para o uso adequado de um ambiente natural, principalmente quando se trata de uma trilha em um Sítio Arqueológico de tamanha relevância histórica e artístico-cultural como o Parque Natural Municipal Templo dos Pilares.

A determinação do número máximo de visitantes na trilha do Templo dos Pilares contribui para o planejamento e para práticas sustentáveis relacionadas à atividade turística realizada nessa Unidade de Conservação, além de constituir uma ferramenta para subsidiar a gestão do parque. Dessa forma, ao mesmo tempo que permite a qualidade da visita, também mantém níveis sustentáveis para a prática turística na trilha dessa área protegida.

Vale ressaltar que os impactos não estão atrelados unicamente ao número de visitantes, mas também ao comportamento deles e à capacidade de manejo do local. Portanto, as atividades relacionadas ao manejo e ao uso público do parque não devem se restringir apenas a limitar o número de turistas, mas desenvolver práticas em educação ambiental associadas às atividades de visitação no parque.

Sendo assim, sugere-se monitoramento contínuo da trilha, a continuidade do estudo de capacidade de carga associado a ações de educação ambiental, bem como o aprimoramento em estrutura e constituição de equipe para a UC, de modo a possibilitar a maleabilidade do número de visitantes, sem interferir na permanência qualificada e sustentável da visitação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. L. S. **Arte rupestre em Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

ALCINÓPOLIS (MS). **Decreto Municipal nº 053, de 29 de maio de 2003**. Alcinópolis, MS: Prefeitura Municipal, 2003a.

ALCINÓPOLIS (MS). **Decreto Municipal nº 054, de 29 de maio de 2003**. Alcinópolis, MS: Prefeitura Municipal, 2003b.

ALCINÓPOLIS (MS). **Plano de manejo do Parque Natural Municipal Templo dos Pilares**. Alcinópolis, MS: Prefeitura Municipal, 2016.

BOGGIANI, P. C.; SILVA, J. O.; GESICKI, A. L. D.; GALLATI, E. A. B.; SALLES, L. O.; LIMA, M. M. E. R. **Definição de capacidade de carga turística das cavernas do monumento natural Gruta do Lago Azul (BONITO, MS)**. São Paulo: UNESP, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2000.

CIFUENTES, M. **Determinación de capacidad de carga turística en áreas protegidas**. Turrialba, Costa Rica: Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanzas – CATIE, 1992.

CIFUENTES, M.; ALPIZAR, F.; BARROSO, F.; COURRAU, J.; FALCK, L.; JIMENEZ, R.; ORTIZ, P.; RODRIGUEZ, V.; ROMERO, J. C.; TEJADA, J. **Capacidad de carga turística de la Reserva Biológica Carara**. Costa Rica: Servicio de Parques Nacionales, Programa de Manejo Integrado de Recursos Naturales; Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanzas – CATIE, 1990.

CIFUENTES, M.; MESQUITA, C. A. B.; MÉNDEZ, J.; MORALES, M. E.; AGUILAR, N.; CANCINO, D.; GALLO, M.; JOLÓN, M.; RAMÍREZ, C.; RIBEIRO, N.; SANDOVAL, E.; TURCIOS, M. **Capacidad de carga turística de las áreas de uso público del monumento nacional Guayabo, Costa Rica**. Costa Rica: WWF Centroamérica, 1999.

DELGADO, M. Análise da metodologia criada por Miguel Cifuentes referente à capacidade de carga turística. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 73-93, maio 2007.

CORDEIRO, I. D; KÖRÖSSY, N.; SELVA, V. Determinação da capacidade de carga turística a partir do método de Cifuentes *et al.* (1992): aplicação à Praia dos Carneiros (Tamandaré/PE). **Turismo - Visão e Ação**, Camburiú, v. 15, n. 1, p. 57-70, enero/abr., 2013.

DUARTE, R. L. P. **Arqueologia e a preservação do patrimônio cultural: educação patrimonial em Alcinópolis/MS**. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2018.

FENNEL, D. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

FERREIRA, I. F. M.; MACIEL, A. L.; VIEIRA, G. C.; MEDEIROS, G. M.; CALDEIRA, B. C. Determinação da capacidade suporte de trilhas do Parque Estadual Mata do Limoeiro, Itabira (MG), Brasil. **Nature and Conservation**, Itabira, v. 9, n. 1, p. 13-26, 2016.

FERRETI, E. **Turismo e meio ambiente**: uma abordagem integrada. São Paulo: Roca, 2002.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo**: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.

MARQUES, C. D. A arte rupestre. Monções UFMS/CPCX, Coxim, v. 3, n. 4, p. 21-36, 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/48853537-A-arte-rupestre-carina-domingues-marques-1.html>. Acesso em: 25 mar. 2021.

MARTINS, G. R.; KASHIMOTO, E. M. **12.000 anos**: arqueologia do povoamento humano no nordeste de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: FIC-FCMS/Life, 2012.

MITRAUD, S. Monitoramento e controle de impactos de visitação. In: MITRAUD, S. **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF, 2003. p. 315-362

PECCATIELLO, A. F. O. **Análise ambiental da capacidade de carga antrópica na trilha principal do circuito Pico do Pião - Parque Estadual do Ibitipoca, MG**. 2007. Trabalho de Conclusão (Especialização em Análise Ambiental) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2007.

PRADO, M. V. P. **Turismo sustentável e capacidade de carga dos atrativos turísticos no município de Canindé do São Francisco/SE**: uma reflexão dos aspectos metodológicos. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Núcleo de Estudos do Semi-árido, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2008.

SOUZA, J. C.; AGUIAR, R. L. A escavação no sítio arqueológico Templo Dos Pilares e sua relação com a ocupação humana e a produção de arte rupestre em Mato Grosso do Sul. **Clio Arqueológica**, Dourados, v. 32, n. 2, p.118-138, 2017.

STIGLIANO, B. V.; CÉSAR, P. A. B. Capacidade de carga VAMP, LAC e outros métodos de gerenciamento da visitação: reflexões e aplicação do VAMP no turismo: o papel dos métodos de gerenciamento na visitação. In: COSTA, N. M. C.; NEIMAN, Z. COSTA, V. C. (org.). **Pelas trilhas do ecoturismo**. São Carlos, SP: Rima, 2008.

TEIXEIRA, P. R.; TAVARES OLIVEIRA, L. O método de Cifuentes e a avaliação da capacidade de carga da trilha na 'Serrinha', São João da Baliza, Roraima. **Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 7, n. 1, p. 120-132, enero/mar. 2015

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. Tradução: Carlos David Szlak. Barueri, SP: Manole, 2001.



CAPÍTULO 19

TURISMO DE NATUREZA E ECOTURISMO NO MATO GROSSO DO SUL: APORTES TEÓRICOS E PRÁTICOS NA SERRA DO AMOLAR

Bruno de Souza Lima

Patrícia Cristina Statella Martins

Charlei Aparecido da Silva

INTRODUÇÃO

O estado de Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro-Oeste do Brasil, destaca-se nos cenários nacional e internacional por sua pujança econômica, pautada, principalmente, por suas práticas voltadas ao agronegócio e à mineração. Outro setor enfatizado é o industrial, sobretudo nas regiões de Corumbá, Campo Grande e Três Lagoas (FIALHO, 2014; FAGUNDES et al., 2017). E além desses setores econômicos, o território sul-mato-grossense também pode ser relacionado a outro: o turismo.

A atividade turística em Mato Grosso do Sul se destaca nos municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena, que estão relacionados ao Parque Nacional da Serra da Bodoquena (FIALHO, 2014). Já as cidades de Corumbá, Aquidauana, Anastácio e Porto Murtinho estão ligadas ao Complexo do Pantanal. Por sua vez, Ponta Porã e Bela Vista, localizadas na região fronteira com o Paraguai, ganha destaque no setor de compras. Somam-se, ainda, os municípios de Costa Rica, Rio Verde e Fátima do

Sul como destinos relevantes e apontados por Fialho (2014, p. 127) como prioritários em Mato Grosso do Sul:

O estado possui três destinos prioritários: Campo Grande, Bonito e Corumbá. Campo Grande foi selecionado por ser capital, enquanto Bonito e Corumbá pelas belezas, encantos cênicos e natureza única, além do fato de já possuírem um considerável fluxo de turistas. O MTur, atualmente, prioriza a distribuição de recursos federais para estes três destinos indutores, uma vez que estes podem dar e ter maior retorno em relação ao capital investido.

Nessa perspectiva, as políticas públicas desenvolvidas em prol do setor turístico no estado são setorizadas e, em certa medida, centralizadoras. Fialho (2014) ressalta que o desenvolvimento da gestão compartilhada e descentralizada seria mais ideal, modelo que é promulgado pela esfera federal por meio do Ministério do Turismo. Essa estratégia estimulou a delimitação de oito regiões turísticas em Mato Grosso do Sul, a saber: Pantanal (Aquidauana, Corumbá e Miranda); Caminho dos Ipês (Campo Grande, Corguinho, Jaraguari, Nova Alvorada do Sul, Rochedo e Tereños); Bonito-Serra da Bodoquena (Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho); Grande Dourados (Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Maracajú e Ponta Porã); Cerrado-Pantanal (Alcinópolis, Costa Rica, Paraíso das Águas, Rio Verde de MT e Sonora); Integra Costa Leste – Vale do Aporé (Batayporã, Jateí, Nov Andradina, novo Horizonte do Sul e Taquarussu) e; Vale das Águas e Caminhos da Natureza – Cone Sul (Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Juti, Mundo Novo e Naviraí)¹.

Assim sendo, o mosaico que demarca as oito regiões turísticas demonstra a multiplicidade de paisagens existente no estado, as quais estão associadas aos biomas Pantanal, Cerrado, Mata Atlântica e Chaco. As paisagens decorrentes e presentes

1 A escolha desses municípios segue as orientações do Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo. Existem critérios específicos para que os municípios possam compor o Mapa do Turismo Brasileiro, como dispor de um órgão ou entidade responsável pela pasta do turismo, de um Conselho Municipal de Turismo ativo, de um orçamento destinado ao turismo na lei orçamentária anual, de um quadro de detalhamento da despesa vigente e, finalmente, possuir prestadores de serviços turísticos cadastrados no CADASTUR (BRASIL, 2019). Para mais informações, consultar Brasil (2019) ou o *site* do Ministério do Turismo.

nesses biomas apresentam-se como uma importante possibilidade de desenvolvimento do turismo de Mato Grosso do Sul, principalmente para aqueles segmentos em que a natureza se manifesta com suporte para a realização das atividades.

Dentre tais possibilidades, destaca-se uma importante paisagem de Mato Grosso do Sul que, embora localizada na zona pantaneira, ainda é pouco conhecida, até mesmo por sul-mato-grossenses: a Serra do Amolar² (Figura 19.1). Explorar e discutir a respeito de paisagem de tamanha singularidade, que pode se aliar a interesses do estado e dos municípios, essencialmente aqueles que envolvem conservação/preservação, desenvolvimento econômico e valorização cultural, é de grande relevância. Trata-se de uma oportunidade de congregiar interesses múltiplos, públicos, privados e não governamentais, que podem ser pautados na inserção da atividade turística nessas feições paisagísticas, de maneira planejada e com visão de longo prazo.

2 A Serra do Amolar ganhou notoriedade nacional no ano de 2020, em função dos incêndios ocorridos em toda sua extensão, visto que há registros sobre o ocorrido, assim como sobre sua magnitude, em diversos veículos de imprensa. Os incêndios afetaram significativamente a paisagem, levando à perda de vegetação nativa e à mortandade de animais silvestres. Acredita-se que, em um futuro breve, pesquisas serão publicadas a fim de demonstrar os impactos decorrentes desses incêndios, bem como a capacidade de resiliência dos ecossistemas que se fazem presentes na Serra.

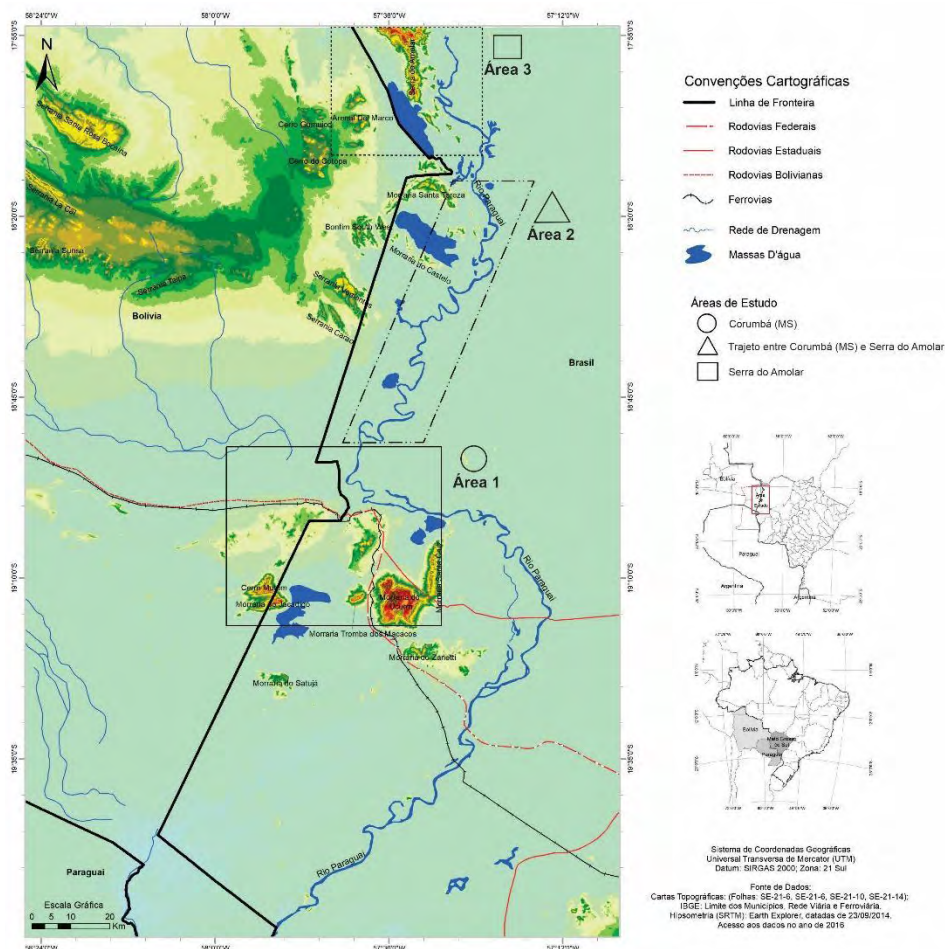


FIGURA 19.1 – Localização da Serra do Amolar.

Fonte: Adaptado de Martins (2018).

Frente a essas possibilidades, Lima et al. (2020) ressaltam a importância das orientações do poder público no que tange aos usos e ocupações nas diferentes paisagens que formam o estado sul-mato-grossense, inclusive na zona pantaneira, onde está localizada a Serra do Amolar. Tais orientações são observadas também no Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), documento que se apresenta como uma

importante ferramenta norteadora das atividades a serem priorizadas no território do referido estado.

No que diz respeito à Serra do Amolar, o ZEE/MS, indica que está inserida na Zona Planície Pantaneira (ZPP), região orientada por um rigoroso controle das atividades que podem causar danos ao ambiente pantaneiro, desaconselhando a inserção de culturas agroindustriais e sugerindo a continuidade da atividade pecuária apenas em áreas de planície onde não haja prejuízos quanto à transformação de áreas úmidas em pastagens exóticas (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Ao tratar da atividade turística na região pantaneira, Moretti (2000, 2006) destaca que é potencializada em função da natureza, a qual se apresenta de maneira singular na região do Pantanal, muito em virtude de sua especificidade hídrica. Ainda de acordo com o autor, apesar do crescimento exponencial de atividades turísticas ligadas à pesca, outros segmentos contemplativos, como o ecoturismo, também vêm sendo inseridos no contexto turístico do Pantanal sul-mato-grossense.

Nesse âmbito, a discussão ora posta visa ampliar o debate acerca das paisagens da Serra do Amolar e da forma como, hoje, seus usos se apresentam para a realização do turismo, cujas ações podem causar impactos ambientais negativos. Não se pode esquecer que a Serra do Amolar é uma área cujos primeiros fins envolvem aspectos de conservação e preservação em várias magnitudes. De maneira mais específica, vislumbra-se a compreensão da estrutura das referidas paisagens e de sua possível associação com segmentos turísticos que tenham, na natureza, a base de suas práticas, tais como o turismo de natureza e o ecoturismo.

A PAISAGEM COMO CATEGORIA DE AFERIÇÃO DOS SEGMENTOS TURISMO DE NATUREZA E ECOTURISMO

Conforme ressaltado por Lima (2020), o crescimento do interesse dos indivíduos em áreas majoritariamente naturais, ou com menores graus de intervenção humana, como destino de suas férias vem se ampliando, tendência que foi detectada

em todo o mundo³. Tais locais podem ser praias, balneários, propriedades rurais, áreas protegidas, parques, entre outras áreas que possibilitem um contato mais próximo com a natureza. O interesse por essas áreas pode estar associado a finalidades distintas, como o simples “retorno à natureza”, o descanso, a busca por aventura, ou, até mesmo, como uma condição de demonstração de *status* social.

Fato a ser ressaltado é que a natureza pode ser considerada elemento fundamental no estímulo de fluxos turísticos em diversas partes do globo terrestre, levando à consolidação de uma relevante demanda de pessoas que buscam as áreas naturais. É cada vez mais perceptível o aumento ao fomento de atividades turísticas em ambientes que se apresentam como oposição ao ambiente urbano (SILVA; MARTINS; LIMA, 2018, p. 370). A natureza, muitas vezes representada pela e na paisagem, transforma-se, assim, em um produto turístico capaz de atrair fluxos turísticos.

Sendo assim, reconhecendo a natureza como importante variável na geração de fluxos turísticos, a categoria analítica da paisagem constitui-se como uma vertente fundamental para a compreensão desses espaços e, consequentemente, na orientação e no planejamento desses territórios para a atividade turística. Conforme sugere Raimundo (2011), a paisagem é tida como um importante recurso mercadológico, uma vez que é amplamente utilizada enquanto recurso de venda de variados roteiros turísticos – condição evidenciada na planície pantaneira.

Apesar da grande relevância das paisagens por seu aspecto cênico, Lima et al. (2020, p. 226) ressaltam que “A materialização das paisagens deve ser considerada assim, para além ‘daquilo que a visão alcança’, denotando importância em função das características de cada paisagem, as quais possuem origem na sua estruturação

3 Após a pandemia de covid-2019, diversas pesquisas demonstram o crescimento do turismo ligado à natureza, seja pelo fato de as pessoas, atualmente, preferirem lugares que não sejam muito cheios, seja porque a natureza representa uma válvula de escape (INTERAMERICAN NETWORK; CONSELHO DE TURISMO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020). De acordo com o Ministério do Turismo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 2021), em estudo publicado pela Rede de Inteligência de Mercado no Turismo, o turismo ao ar livre e de natureza configura-se como uma das principais tendências. Maiores informações em: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 2021).

físico-cultural”. Nessa perspectiva, a integração da natureza/paisagem com a atividade turística viabiliza diferentes segmentos que podem estar associados a essa integração, como o turismo de natureza e o ecoturismo.

O turismo de natureza pode ser relacionado a uma modalidade que permite uma “reaproximação” das pessoas com a natureza, estimulando um distanciamento (mesmo que temporário) dos ambientes urbanos e privilegiando a vivência em cenários com maiores graus de naturalidade, calma e simplicidade. Sobre a conceituação do segmento turismo de natureza, Lima, Silva e Boin (2018, p. 13) afirmam que

O Turismo de Natureza deve ser considerado, então, como a atividade turística na qual a natureza se apresenta como elemento principal, de modo que esta sirva como base para o desenvolvimento da atividade, seja pelo seu aspecto visual/cênico, seja por seu aspecto funcional, podendo haver variação dos interesses, ou seja, pode primar pela aventura/radicalidade, descanso, recreação ou a simples busca pela “volta às origens”, não havendo necessariamente a preocupação ambiental, tanto por parte dos turistas, quanto pelos promotores da atividade.

Apesar de muitas correntes conceituais tratarem quase como sinônimos os segmentos que têm a natureza como base de suas práticas, é importante frisar que o turismo de natureza diferencia-se do segmento do ecoturismo, uma vez que é possível verificar diferenças conceituais entre as duas modalidades no que tange a seus princípios, premissas, estruturas, atuações, entre outras variáveis (MARTINS; SILVA, 2018).

Dentre tais especificidades, Soldateli (2005) destaca a necessidade de inserção dos princípios da sustentabilidade nas práticas ecoturísticas, haja vista que o enfoque prioritário desse segmento permeia aspectos ligados à interpretação da natureza. Logo, percebe-se uma clara preocupação do ecoturismo no desenvolvimento de atividades pautadas no mínimo impacto. Para Boo (1990), as atividades ecoturísticas referem-se tanto a simples passeios em bosques e florestas, quanto à visitação de áreas remotas com características singulares. De fato, o que se observa é

uma rígida postura acerca dos mecanismos de preservação e conservação das áreas que estão inseridas no âmbito do ecoturismo – ao menos em tese.

Salienta-se, dessa forma, a importância na diferenciação das atividades turísticas desenvolvidas em ambientes naturais, já que, conforme apontado por Teles (2011), na década de 1970, houve uma crescente expansão das atividades em ambientes naturais, as quais, em muitas oportunidades, eram erroneamente designadas como ecoturismo, ou seja, não eram pautadas pelas diretrizes que, conceitualmente, orientam o segmento, algo também ressaltado por Martins e Silva (2018).

Adentrando tal discussão conceitual, Ceballos-Lascuráin (1996), Galvão (2004) e Martins e Silva (2018) buscam esclarecer as especificidades que diferenciam o turismo de natureza e o ecoturismo – uma condição importante para compreender e aprimorar as atividades que estão sendo desenvolvidas e/ou podem vir a ser incorporadas na Serra do Amolar. Segundo os autores, o turismo de natureza não prioriza o compromisso com a conservação e a gestão da natureza, viabilizando aos seus participantes, no contato com a natureza, basicamente, experiências exóticas. Já o segundo pauta-se em uma proposta de inter-relação entre gestores e comunidades locais, estimulando o desenvolvimento local e propiciando uma experiência mais integrada entre visitantes e visitados. Lima (2017, p. 28) assim resume as diferenças entre os segmentos:

Ou seja, o turismo de natureza pode ser classificado como o turismo realizado em ambientes naturais, seja em uma praia ou campo, independentemente deste possuir interesse na conservação ou mínimo impacto, ou ainda configura-se como um turismo de massa norteado unicamente pelos interesses comerciais. Já o ecoturismo estaria ligado a conservação, mínimo impacto, preservação cultural e contribuição no desenvolvimento local.

Porém, apesar de o turismo de natureza não ter como principal motivação os aspectos conservacionistas, como aqueles observados no ecoturismo, tal premissa não deve ser considerada como uma outorga para práticas turísticas impactantes e danosas aos ambientes naturais, afinal, o ideal é que toda atividade turística prime

pelo planejamento, a fim de minimizar os impactos provenientes de sua realização (LIMA, 2017).

Com vistas ao debate de um modelo conceitual acerca dos segmentos turismo de natureza e ecoturismo, foi elaborada a Figura 19.2⁴. A esquematização visa apresentar bases e princípios que norteiam cada uma das referidas práticas que envolvem o turismo de natureza e o ecoturismo. Na figura, observa-se um encadeamento teórico-conceitual que objetiva demonstrar não só os estágios e as nuances desses segmentos, mas também questionamentos que surgem quando de seus usos e abordagem nos âmbitos conceitual e prático.

⁴ A Figura 19.2 configura-se como um desdobramento teórico-conceitual de pesquisas conduzidas pelos autores, derivando de discussões realizadas por Lima (2020) e Martins (2018).

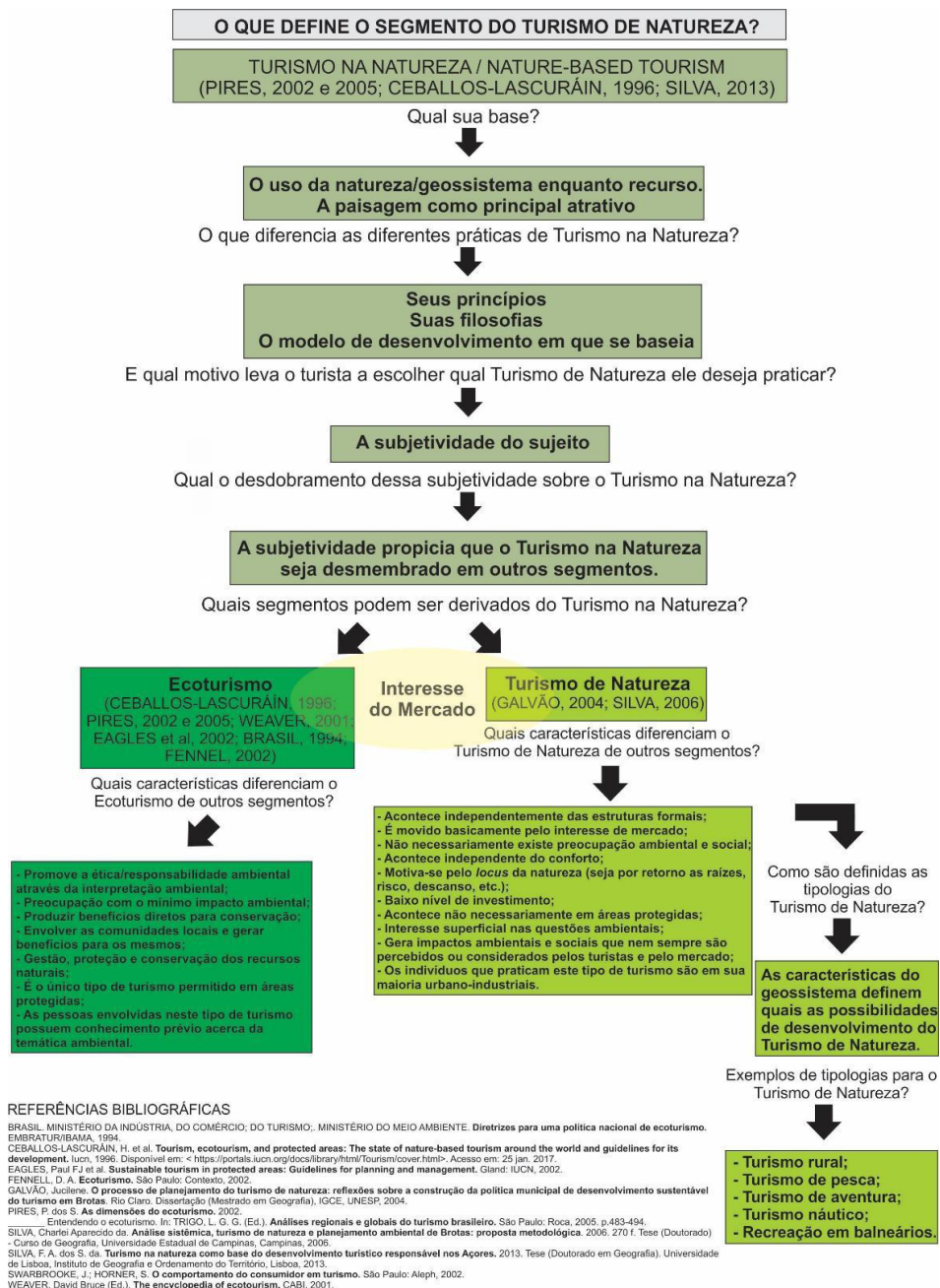


FIGURA 19.2 – Princípios da definição dos segmentos turismo de natureza e ecoturismo.

Fonte: Lima (2020, p. 58).

Levando em consideração as discussões em tela, é possível inferir a importância da natureza e de sua materialização nas paisagens para o desenvolvimento de atividades turísticas ligadas a segmentos como o turismo de natureza e o ecoturismo. As investigações a respeito da temática possibilitam uma melhor compreensão das potencialidades e/ou limitações das referidas paisagens para a realização de tais práticas.

Essa importância pode ser justificada por reflexões como as de Soares, Medeiros e Sales (2013), quando lembram que muitos destinos turísticos só existem enquanto lócus do turismo em função de especificidades de suas paisagens. No mesmo viés, Nicolás (1989) assevera que a paisagem é um elemento que permite a mobilização dos territórios na promoção e na impulsão de atividades turísticas, e Almeida (2006) destaca a constante busca de cenários exóticos por parte dos turistas, fato que viabiliza grandes movimentações de fluxos turísticos para áreas naturais.

Para além da paisagem enquanto matéria-prima do turismo, é possível se pensar, também, em uma “paisagem turística”, composta por elementos que atribuem valor turístico a determinada paisagem. Nesse sentido, somam-se às particularidades estruturais e visuais das paisagens os elementos de suporte turístico, tais quais estruturas de hospedagem, restaurantes, transportes etc. Porém, é importante lembrar que, quanto menor for o grau de intervenção antrópica nesses ambientes, maior será a atratividade das paisagens (SOARES; MEDEIROS; SALES FILHO, 2013; SIEFERT; DOS SANTOS, 2016). Tendo isso em vista, serão discutidas a evidência e a relevância que a Serra do Amolar passa a ter no âmbito de Mato Grosso do Sul.

No processo de aferição dos conjuntos paisagísticos, para sua adequação ou não a segmentos turísticos ligados à natureza, a investigação estrutural da paisagem apresenta-se como condição *sine qua non* para a compreensão das possibilidades de desenvolvimento de atividades turísticas nos territórios em questão. As paisagens podem ser associadas entre si enquanto materialização da interação entre os diferentes elementos naturais de uma determinada porção territorial, podendo o

desenvolvimento de diferentes segmentos turísticos, no caso, o turismo de natureza e o ecoturismo.

Pode-se considerar, portanto, que as estruturas das paisagens são determinantes para as atividades turísticas a serem desenvolvidas em um determinado território. Almeida (2006), Emídio (2006), Cavalcanti (2014) e Martins (2018) lembram que a paisagem ultrapassa a barreira do visível, uma vez que se relaciona com a complexidade dos elementos que a formam, sejam eles os processos tectônicos, geomorfológicos, formas de relevo, climáticos, hidrológicos, biogeográficos, sejam os culturais. Mesmo que não compreendidas, muitas vezes, pelo mercado e pelos turistas, as estruturas das paisagens são os elementos que permitem determinar as potencialidades turísticas.

A compreensão da paisagem também deve ser feita a partir de seus elementos e formas (VERDUM, 2012), logo, seria a relação entre seus elementos físicos, biológicos e sociais, a partir de critérios como: forma, compreendido como o aspecto visível, que é materializado, por exemplo, via fotografias; função, dada a partir das atividades que foram ou são desenvolvidas nas referidas paisagens e; estrutura, denominada a partir da amplitude da paisagem, de seu contexto geológico, pedológico e geomorfológico.

Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2007) indicam que a investigação estrutural da paisagem permite uma compreensão da organização interior, estabelecida pelas relações dos componentes que a formam. Por tal razão, investigar e compreender essa estrutura permite reconhecer a essência do referido conjunto, possibilitando explicar a combinação dos componentes da paisagem e sua materialização em um conjunto integral.

No caso da Serra do Amolar, a condição estrutural apresenta-se de maneira esclarecedora, dado que os aspectos visíveis de suas paisagens denotam relevantes características, principalmente com relação aos aspectos litológicos, geomorfológicos, vegetativos e hídricos que estruturam os conjuntos paisagísticos, conforme observado na Figura 19.3 (A e B).



FIGURA 19.3 – Serra do Amolar: conjuntos paisagísticos e forma estrutural. A) Representação do conjunto paisagístico de relevo, vegetação e recursos hídricos; B) Afloramentos litológicos que estruturam os conjuntos paisagísticos.

Fonte: Lima (2018).

Em outras palavras, para a compreensão do que é a paisagem para o turismo, é preciso entender que sua estrutura é o que lhe confere beleza cênica, e isso, de fato, é o que importa para a atividade turística: é a paisagem o principal aspecto responsável pela motivação dos turistas (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008).

No entanto, apesar de a paisagem ser um elemento essencial para a atividade turística no Pantanal, acredita-se que o turista não percebe o seu “todo” ou a sua complexidade (MARTINS, 2018), como especialmente observado no caso da Serra do Amolar, que tem contexto cênico, paisagens, como resultado das relações entre os diversos componentes do seu meio físico, como será evidenciado a seguir.

A SERRA DO AMOLAR ENQUANTO LOCUS PARA PRÁTICAS DE TURISMO DE NATUREZA E ECOTURISMO

Considerando a variedade paisagística de Mato Grosso do Sul e suas potencialidades para o desenvolvimento de práticas de turismo de natureza e ecoturismo, a Serra do Amolar pode ser apontada como uma importante feição de paisagem do estado. Localizada na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul, a serra está por ser descoberta como um elemento potencial para o turismo sul-mato-grossense. A paisagem da Serra se notabiliza por sua singularidade em meio Pantanal, que apre-

senta o contraste entre uma contínua faixa de relevo com a amplitude hídrica e de vegetação característica desse bioma brasileiro (Figura 19.4).

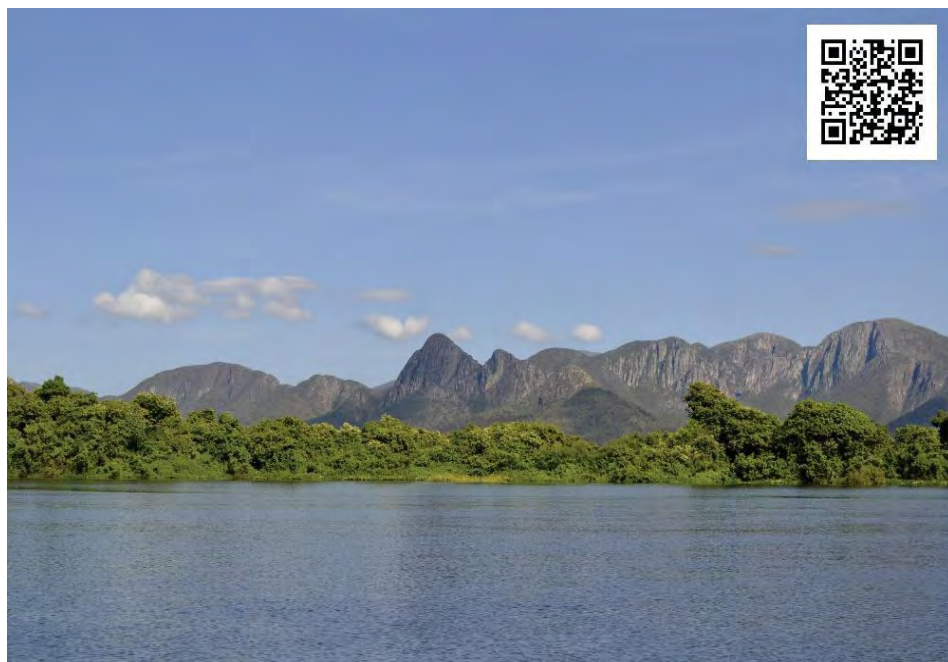


FIGURA 19.4 – Paisagem da Serra do Amolar – Mato Grosso do Sul⁵.

Autor: LIMA (2018).

A Serra do Amolar compreende uma formação rochosa de aproximadamente 80 quilômetros de extensão, permeada por vegetações do chaco, de cerrado e amazônica. Sua localização está estabelecida a cerca de 100 quilômetros da área urbana de Corumbá - MS (INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO, 2014; PEREIRA, 2015). Devido a sua localização e isolamento, o trecho que separa a Serra da cidade mais próxima corresponde a cinco horas de viagem, dependendo do tipo de embarcação utilizada e das condições climáticas.

⁵ Para informações sobre a Serra do Amolar e trabalhos de campo realizados pelos autores acessar o link <https://www.youtube.com/watch?v=iPPQD0EWYuo&t=206s> ou fazer a leitura do QR code na Figura 19.4.

O uso e a ocupação da região da Serra do Amolar refletem seu isolamento, haja vista que não há a concentração de grandes construções ao longo de sua extensão, mas apenas pequenos conglomerados de populações ribeirinhas (Figura 19.5A). Além disso, há poucas concentrações de áreas de pastagem, e essas restritas às faixas de relevo com maior aplainamento, localizadas nas porções do pantanal do Paraguai, nas áreas das baías Uberaba-Madioré, na face oeste da Serra. Observa-se uma paisagem que abarca, prioritariamente, vegetações do tipo savanas/florestas estacional decidual e semidecidual, principalmente nas áreas mais escarpadas (Figura 19.5B). As florestas estacionais na região do Pantanal estão mais concentradas nos morros do que na planície propriamente.



FIGURA 19.5 – Uso/ocupações da terra e da vegetação na Serra do Amolar. A) Conglomerados de populações ribeirinhas na região da Serra do Amolar; B) Amostra de concentração de vegetações do tipo savana/floresta estacional semidecidual na Serra do Amolar.

Fonte: Lima (2018).

Para além da condição singular da paisagem da Serra do Amolar, Martins (2018, p. 105) destaca o fato de a Serra ocupar uma região de fronteira:

A Serra do Amolar é um dos lugares de maior “contato” entre o Brasil e a Bolívia, sobretudo pelas Lagoas Mandiore, Gaíba e Uberaba. A área central, por sua vez, abriga o Canal Tamengo e a Laguna Cáceres, que congregam diversos atrativos do pantanal boliviano. O rio Paraguai está no “caminho” dessas duas áreas e proporciona belezas cênicas interessantes para aqueles que fazem o trajeto da cidade de Corumbá a Serra do Amolar.

Para se chegar a Serra, é necessário que o traslado seja realizado por meio de avião ou barco, mobilidade cuja viabilização requer um planejamento prévio. As operadoras de viagem da região e organizações como o Instituto do Homem Pantaneiro (IHP) apresentam-se como essenciais para possibilitar tal acesso (MARTINS, 2018). Essa condição, do ponto de vista da atividade turística, exige uma preparação prévia que envolve o transporte dos passageiros e sua segurança. É preciso pensar no combustível necessário para todo o percurso, incluindo o retorno. O transporte de medicamentos, alimentos e produtos de higiene para o período de permanência deve ser feito com antecedência muitas vezes, pois não há possibilidade de compra desses produtos na Serra ou no percurso. Os produtos a serem levados não podem ser perecíveis, e, não raro, são enviados, via freteiras, com dias de antecedência. Os alimentos perecíveis devem ser contabilizados em função do número de pessoas que estarão envolvidas na visita à Serra, ou seja, o meio de transporte precisa ser equacionado com a quantidade de pessoas e de produtos a serem levados.

Quanto à estrutura e às funções da Serra no que tange à atividade turística, percebe-se um cenário de relevante singularidade, sobretudo em razão dos três elementos da paisagem que se destacam: o relevo, a vegetação e os recursos hídricos (LIMA; SILVA; MARTINS, 2019). As dinâmicas territoriais na Serra pressupõem baixos graus de intervenções antrópicas, uma vez que, em comparação com outras áreas das planícies pantaneiras, apresenta, ao longo de sua extensão, índices relativamente menores de exploração da atividade pecuária por exemplo. Sobre tal fato, o Instituto Homem Pantaneiro (2014, p. 15) destaca que “Durante muitos anos, a criação de gado foi a principal atividade na área. Mas a grande cheia de 1974 e o assoreamento do rio Taquari contribuíram para a diminuição dessa prática e o consequente abandono das fazendas”.

A ATIVIDADE TURÍSTICA NA SERRA DO AMOLAR

No âmbito da investigação acerca das paisagens da Serra do Amolar e sua relação com a atividade turística, é importante contextualizar a conjuntura atual das

dinâmicas imbricadas às paisagens anteriormente descritas. Assim sendo, é relevante compreender de que maneira a gestão e seus respectivos atores interferem na atividade turística, nas práticas atuais referentes ao turismo, na Serra do Amolar.

Desse modo, no bojo da discussão levantada, convém destacar que os cenários ligados às práticas turísticas na Serra do Amolar serão detalhados a partir de trabalhos de campo feitos pelos autores, mais especificamente na área que compreende a Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar. Apesar da notoriedade de outras iniciativas relacionadas ao turismo na região do Amolar, optou-se por apresentar aquelas observadas *in loco* pelos pesquisadores.

Conforme o próprio nome sugere, a Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar (RPCSA ou Rede do Amolar) tem por finalidade o desenvolvimento de ações conservacionistas e socioeducativas cujas temáticas tenham ligação com a natureza e as características do rio Paraguai, inclusive atividades ligadas ao turismo. A rede abrange uma área de 276 000 hectares – sendo 201 000 legalmente protegidos –, considerada área prioritária para a conservação da biodiversidade.

A rede é estabelecida por uma parceria que envolve os três setores da sociedade que buscam um trabalho de forma integrada visando à proteção e à conservação. São membros da rede: a Fazenda Santa Tereza, o Instituto Acaia Pantanal, a Fundação Ecotrópica, o Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense/Instituto Chico Mendes, a Polícia Militar Ambiental e o Instituto do Homem Pantaneiro, que é o responsável pela gestão da rede⁶.

Até o ano de 2020, as atividades de ecoturismo realizadas pelo IHP na Serra do Amolar eram agendadas via Pousada Amolar, que possuía dois núcleos de hospedagem localizados nas RPPNs Eliezer Batista e Acurizal – as únicas atividades permitidas são a educação ambiental, a pesquisa e o ecoturismo. Além de turistas, os locais recebiam grupos de fotógrafos de natureza, turismo científico, amantes de

6 Para maiores informações consultar o site do Instituto do Homem Pantaneiro: www.institutohomempantaneiro.org.br.

esportes de aventura e visitantes estrangeiros interessados em conhecer o Pantanal (MARTINS, 2018).

O Núcleo de hospedagem da RPPN Eliezer⁷ é bem mais simples, do ponto de vista da estrutura e da paisagem cênica ao seu redor, bem como das acomodações aos turistas (figuras 19.6D e E), mas uma das trilhas mais impressionantes da Serra – a trilha Morrinhos – encontra-se nessa RPPN (Figura 19.6F). A unidade Acurizal era uma antiga fazenda que está bem próxima a morrarias; a vista é muito cênica, mais bonita, e as acomodações proporcionam um melhor conforto para os hóspedes, conforme figuras 19.6A, B e C.

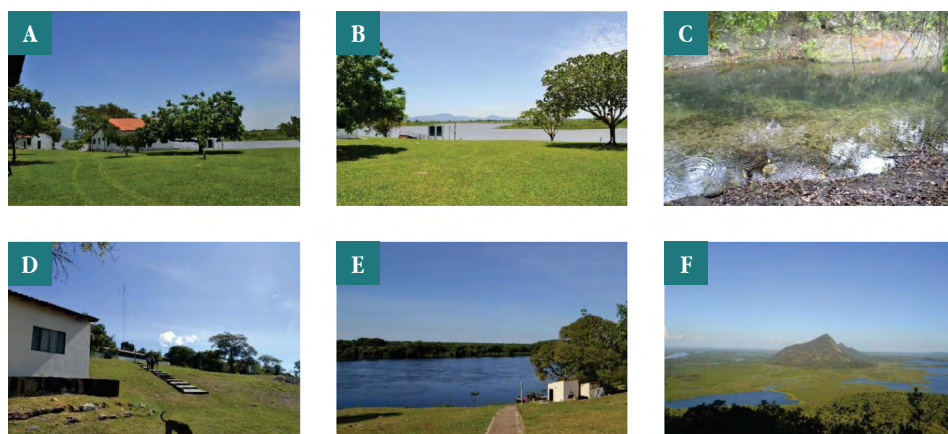


FIGURA 19.6 – Paisagens da Serra do Amolar.

Fonte: A, B e C) Martins (2018); D, E e F) Lima (2020).

A RPPN Eliezer Batista fica mais próxima a Corumbá, no início da Serra. Suas trilhas possibilitam uma visão panorâmica da região, e o local está perto de atrativos consolidados, como a flutuação nos rios das redondezas e a visita monitorada à Baía de Mandioré. A RPPN Acurizal, por sua vez, está mais próxima à divisa com o estado do Mato Grosso (MARTINS, 2018).

O núcleo Acurizal fica mais perto da divisa com o estado de Mato Grosso, localizando-se a 40 km da RPPN Eliezer Batista, o que, em condições de boa navega-

⁷ Sobre os aspectos biológico da RPPN Eliezer Batista sugere-se consultar Rabelo et al. (2012).

bilidade, representa quinze minutos de barco. A partir desse local, é possível avistar a Serra do Amolar de maneira mais aproximada. Na RPPN Acurizal, pode-se realizar trilhas e visitas às piscinas naturais, que estão a 6 km da sede. O trajeto pode ser percorrido de bicicleta, a pé ou de caminhão/caminhonete. No entanto, na chegada, próximo às piscinas naturais, há mais 300 m a serem percorridos a pé, devido ao fato de a trilha ser estreita, em mata fechada (Figura 19.6C).

As trilhas são na planície e possibilitam banhos na piscina natural e passeios de caiaque. É possível, ainda, visitar locais com inscrições rupestres, o Parque Nacional do Mato Grosso e a Baía de Gaiva. O local apresenta um diferencial, pois oferece pista para pouso de pequenas aeronaves, conta com uma piscina e as acomodações permitem uma maior capacidade de hospedagem.

É interessante ressaltar que os locais citados (RPPN Eliezer Batista e RPPN Acurizal) não possuem telefone fixo ou móvel, porém há sinal de internet o tempo todo, o que é possível, sobretudo, pelas ações relacionadas à comunicação feitas pelo IHP e pela Rede do Amolar.

Em março de 2021, o IHP lançou o Amolar Experience, que é um programa de turismo baseado em sustentabilidade, inovação e experiência, com a hospedagem nas RPPNs mencionadas anteriormente. A capacidade máxima de 12 pessoas é ressaltada como uma experiência mais exclusiva e personalizada. Com o programa, o IHP pretende dar mais visibilidade à área, trabalhar um dos pilares de atuação do IHP – o ecoturismo – e proporcionar experiências diferenciadas para seus visitantes. O Instituto ressalta que o valor arrecadado com o programa é revertido para ações de proteção e conservação das áreas. São oferecidos os produtos Amolar Travel Designer, Comitiva Amolar e Trilhas da Serra do Amolar.

Acredita-se que o programa consolida uma ideia já trabalhada pelo IHP. O trabalho de Martins (2018) ressalta a preocupação que o Instituto possuía em proporcionar experiências – algo que constava no antigo *site* de divulgação, a partir dos interesses dos turistas, sejam eles mais radicais ou não, bem como agregar o contato com as comunidades ribeirinhas.

Nessa perspectiva, percebe-se uma intrínseca relação entre a estrutura das paisagens da Serra do Amolar (principalmente relevo, vegetação e cursos hídricos), sua materialização enquanto forma visível de relevantes conjuntos paisagísticos, e sua aplicação funcional, que já é marcada pelo desenvolvimento da atividade turística, a exemplo da atuação da RPCSA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais atributos turísticos de Mato Grosso do Sul relacionam-se à natureza, e os principais destinos turísticos do estado têm essa conotação: são paisagens que possuem uma estrutura muito peculiar que lhes confere uma beleza cênica única, vide destinos consolidados como Bonito e Corumbá, o primeiro ligado às características do relevo cárstico, e o segundo, à planície pantaneira. Porém, evidenciam-se outras potencialidades paisagísticas que ainda serão incorporadas ou formatadas como produtos turísticos, incluídos em roteiros prioritários do estado, e a Serra do Amolar é um deles.

Tendo isso em vista, procurou-se demonstrar a importância da paisagem como uma categoria analítica de aferição dos segmentos turísticos, em especial aqueles ligados à natureza, como é o caso do ecoturismo e do turismo de Natureza. Esses segmentos não devem ser tratados como sinônimos, considerando que o turismo de natureza, ao contrário do ecoturismo, não tem os aspectos conservacionistas como principal motivação.

A singularidade da Serra do Amolar está diretamente relacionada ao contraste entre uma faixa contínua de relevo, com a amplitude de seus cursos d'água associada a uma vegetação preservada. O estado de conservação das paisagens da Serra do Amolar, certamente, está relacionado às peculiaridades evidenciadas para o seu acesso e, também, ao valor necessário para conhecê-la, características, inclusive, dos segmentos de ecoturismo e turismo de natureza. Há a clareza, portanto, de que o turismo que se faz ou se fará presente na Serra não é essencialmente inclusivo, e

poucas pessoas têm ou terão o perfil para realizá-lo. Incluir a Serra no âmbito do turismo no Mato Grosso do Sul envolverá, dessa forma, superar os desafios postos pela especificidade hoje existente, marcada inicialmente pela dificuldade de acesso e pelo elevado custo financeiro. Ademais, também há os aspectos preservacionistas e conservacionistas que são elementos essenciais para a manutenção das características da Serra.

A partir dos dados e das informações apresentadas, decorrentes de pesquisas de campo, é possível observar a singularidade das paisagens encontradas na Serra do Amolar, algo que remete à possibilidade de uso de tais conjuntos paisagísticos enquanto fator de atratividade turística. Tal atratividade pode ser designada como resultado da relação entre os elementos da paisagem.

Diante do cenário atual encontrado nas relações entre forma, função e estrutura das paisagens sul-mato-grossenses, acredita-se que os poderes públicos e privados ainda não se atentaram por completo às potencialidades das paisagens do Mato Grosso do Sul para a atividade turística. Essas potencialidades vinculam-se diretamente à estrutura das paisagens e à sua singularidade cênica, imediatamente concebida como um produto turístico pelo *trade* e consumida pelos turistas. Logo, a importância de se ter o discernimento de que as *paisagens* resultam do contexto estrutural, do tipo de relevo, da vegetação, da geologia e da hidrografia, o que permite acreditar que muitas *paisagens* ainda serão evidenciadas no Mato Grosso do Sul.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, à CAPES, à Fundect e à Fundação Homem Pantaneiro pelo fomento e apoio no desenvolvimento das pesquisas que permitiram a elaboração deste capítulo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. Paisagens: um património e um recurso. *In*: JACINTO, R. (org.). **O interior raiano do Centro de Portugal**: outras fronteiras, novos intercâmbios. Guarda, Portugal: Campo das Letras, 2006. p. 31-42.
- BOO, E. **Ecoturismo**: potenciales y escollos. Washington: WWF, 1990.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do turismo brasileiro**: perguntas e respostas. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2019. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/Perguntas%20e%20respostas%20%202019%20-%20APROVADO.pdf> . Acesso em: 19 maio 2021.
- CAVALCANTI, L. C. S. **Cartografia de paisagens**: fundamentos. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.
- CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **Tourism, ecotourism and protected areas**: the state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development. Cambridge: IUCN, 1996.
- EMÍDIO, T. **Meio ambiente e paisagem**. São Paulo: Ed. Senac, 2006.
- FAGUNDES, M. B. B.; GIANETTI, G. W.; OLIVEIRA, D. V.; DIAS, D. T.; SILVA, L. C. Desenvolvimento econômico do estado de Mato Grosso do Sul: uma análise da composição da balança comercial. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 15, n. 39, p. 112-140, 2017.
- FIALHO, F. (org.). **Mato Grosso do Sul 2000-2013**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2014.
- GALVÃO, J. **O processo de planejamento do turismo de natureza**: reflexões sobre a construção da política municipal de desenvolvimento sustentável do turismo de Brotas. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2004.
- INSTITUTO DO HOMEM PANTANEIRO. **Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar 2008-2013**. Corumbá, MS: IHP, 2014. Disponível em: <http://www.>

institutohomempantaneiro.org.br/pdf/RPCSA_2008-2013_PORT.pdf. Acesso em: 13 abr. 2020.

INTERAMERICAN NETWORK; CONSELHO DE TURISMO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **2ª edição da pesquisa o novo viajante com clientes do mercado de turismo na América Latina**. São Paulo: INTERAMERICAN/FECOMÉRCIO - SP, 2020. Disponível em: https://www.interamericanetwork.com/downloads/in/researches/TravelConsul/Relatorio_O_novo_viajante_30-11.pdf. Acesso em: 20 maio 2021.

LIMA, B. S. **Paisagens da Serra de Maracaju e suas potencialidades para o turismo de natureza**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

LIMA, B. S. A natureza no(do) turismo de natureza. *In*: SILVA, C. A.; MORETTI, E. C.; BEREZUK, A. G. (org.). **Mato Grosso do Sul: escala, paisagem e natureza**. 1. ed. Porto Alegre: TotalBooks, 2020. p. 37-63.

LIMA, B. S.; SILVA, C. A.; BOIN, M. N. As paisagens da Serra de Maracaju/MS-Brasil, quando o olhar e a cartografia revelam o potencial do turismo de natureza. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 14, n. 25, p. 6-38, 2018.

LIMA, B. S.; SILVA, C. A.; BOIN, M. N.; MEDEIROS, R. B. As paisagens e as dinâmicas territoriais na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá, v. 29, n. 1, p. 224-241, 2020.

LIMA, B. S.; SILVA, C. A.; MARTINS, P. C. S. A qualidade visual da paisagem da Serra do Amolar-MS/Brasil. *In*: PINHEIRO, Libriana de Souza; GORAYEB, Adryane (org.). **Geografia física e as mudanças globais**. Fortaleza: Ed. UFC, 2019.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

MARTINS, P. C. S. **As paisagens da faixa de fronteira Brasil/Bolívia: complexidades do Pantanal sul-matogrossense e suas potencialidades para o Turismo de**

Natureza. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2018.

MARTINS, P. C. S.; SILVA, C. A. da. Turismo de natureza ou na natureza ou ecoturismo?: reflexões e contribuições sobre um tema em constante debate. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 487-505, 2018.

MATO GROSSO DO SUL. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul**: segunda aproximação: elementos para construção da sustentabilidade do território sul-matogrossense. Campo Grande: SEMAGRO, 2015. Disponível em: <http://www.semagro.ms.gov.br/zoneamento-ecologico-economico-de-ms-zee-ms/>. Acesso em: 30 maio 2020.

MORETTI, E. C. Ecoturismo: uma proposta (in) sustentável de produção e consumo do espaço pantaneiro. In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIOECONÔMICOS DO PANTANAL. OS DESAFIOS DO NOVO MILÊNIO, 3., 2000, Corumbá. **Anais [...]**. Corumbá, MS: EMBRAPA, 2000. p. 01-12.

MORETTI, E. C. **Paraíso visível e real oculto**: a atividade turística no Pantanal. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

NICOLÁS, D. H. La dimensión territorial de las actividades turísticas. In: NICOLÁS, D. H. (org.). **Teoría y praxis de les espacio turísticos**. México: Universidad Autónoma Metropolitana – Xochomilco, 1989.

PEREIRA, A. S. **Entre barras e barrancas**: elementos da ecologia dos ribeirinhos da comunidade Barra do São Lourenço/MS. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

RABELO, A. P. C.; MOREIRA, V. F.; BERTASSONI, A.; AOKI, C. (org.). **Descobrimos o paraíso**: aspectos biológicos da Reserva Particular do Patrimônio Natural Engenheiro Eliezer Batista – RPPN EEB /Pantanal Sul. –Corumbá, MS: Instituto Homem Pantaneiro, 2012.

RAIMUNDO, S. Paisagem, turismo e análise ambiental. In: TELES, R. M. Sá *et al.* (org.). **Turismo e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V.; CAVALCANTI, A. P. B. **Geoecologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental**. Fortaleza: Ed. UFC, 2007.

SIEFERT, C. A. C.; DOS SANTOS, I. Avaliação do impacto visual de parques eólicos na qualidade e estética da paisagem no entorno de áreas protegidas: estudo de caso do Parque Estadual do Guartelá, PR. **Raega – O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 38, p. 221-244, 2016.

SILVA, C. A.; MARTINS, P. C. S.; LIMA, B. S. Turismo de natureza e geoturismo, paisagens de Mato Grosso do Sul, Brasil. *In*: VIEIRA, A.; FIGUEIRÓ, A.; CUNHA, L.; STEINKE, V. (org.). **Geopatrimônio - geoconhecimento, geoconservação e geoturismo: experiências em Portugal e na América Latina**. 1. ed. Guimarães, Portugal: CEGOT-UMinho, 2018. p. 339-353.

SOARES, I. A.; MEDEIROS, C. S. C.; SALES FILHO, A. Análise de paisagens turísticas da praia de Jenipabu (RN) com a utilização de indicadores de qualidade visual: uma contribuição para o turismo sustentável. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 14, n. 45, 2013.

SOLDATELI, M. Impactos ambientais negativos no contexto do turismo de natureza. *In*: TRIGO, L. G. G.; PANOSSO NETTO, A.; CARVALHO, M. A. (ed.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. p. 517-535.

TELES, R. M. Sá. Turismo e meio ambiente ou turismo de natureza? Alguns apontamentos para organização dessa modalidade. *In*: TELES, Reinaldo Miranda de Sá *et al.* (org.). **Turismo e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Tendências do turismo 2021**. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2021.

VERDUM, R. Perceber e conceber paisagem. *In*: VERDUM, R. *et al.* (org.). **Paisagem: leituras, significados e transformações**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012. p. 15-22.



CAPÍTULO 20

TURISMO DE PESCA E SUA MULTIDIMENSIONALIDADE NO PANTANAL DE MATO GROSSO DO SUL

José Roberto da Silva Lunas

Elimar Pinheiro do Nascimento

INTRODUÇÃO

Para os não iniciados, é difícil entender as motivações que induzem milhares de indivíduos a buscar o prazer da pescaria. Quais seriam as razões psicológicas, sociológicas ou mesmo antropológicas por trás desse ato?

Todos os anos, brasileiros de diversos matizes e origens afluem para os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso em busca de horas de espera pela reação de um molinete pendurado em uma vara de pescar. Para isso, se submetem, invariavelmente, a picadas de insetos, calor intensificado pelo uso obrigatório de um colete salva vidas e outras agruras. Em compensação, compartilham o silêncio quebrado apenas pela correnteza dos rios e das diversas espécies de aves e de outros animais às suas margens.

O mercado turístico regional também busca o sistema de turismo de pesca do Pantanal. Os rios são a praia dos sul-mato-grossenses e mato-grossenses, e, estando a mais de 1 000 quilômetros distantes da praia mais próxima, durante a temporada de pesca, os fluxos de pescadores moradores do próprio estado aumen-

tam o movimento nas estradas, com seus veículos e reboques, nos quais carregam petrechos e barcos a motor de diversos tamanhos e potências.

Os praticantes de pesca se entregam ao exercício de paciência e zelo para com os equipamentos e iscas. É uma espera quase sempre compartilhada com amigos ou familiares e acompanhada por um “piloteiro” profissional, que faz as vezes de guia e guru. Os pilotos acumulam experiências e instintos que valorizam sua presença em tais aventuras, já que são capazes de localizar os melhores pontos de pesca e promover, quase que de maneira transcendental, o sucesso de uma pescaria.

A pesca esportiva é uma prática estigmatizada pelas políticas públicas e, até mesmo, pela academia, que não lhe dedicam especial atenção. Talvez, a causa do estigma sejam acusações de práticas abusivas em relação aos impactos sobre a ictiofauna e à má conduta de certos participantes no que se refere a incursões com prostituição. Em alguns casos, também recebe críticas devido ao baixo efeito multiplicador econômico proporcionado pelos destinos de pesca, pois alguns praticantes são espartanos na escolha de acomodações e quanto à escolha do conforto nas destinações, o que os assemelha aos aventureiros/alocêntricos, como definiu Plog (apud LITVIN, 2006) referindo-se ao perfil típico dos turistas que gastam pouco no destino, por preferir a vida ao ar livre e destituída dos confortos urbanos.

Críticas à parte, fato é que o turismo de pesca é importante para o Pantanal e se apresenta como uma das poucas opções para viabilizar a socioeconomia local. As características do referido bioma, que permanece, boa parte do ano, com um lençol de água de cheias que variam de dois a seis metros de nível, em alguns de seus ciclos, impellem para o turismo, e para algumas outras poucas atividades como a pecuária, a responsabilidade pela sustentação econômica e pela geração de empregos entre seus moradores. No Pantanal, entre as atividades do turismo, a que atrai o maior fluxo de visitantes ao Pantanal é, sem dúvida, a do turismo de pesca.

Este texto é resultado de uma parceria com envolvimento de pesquisadores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), da Universidade de Brasília, oriundos do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), e da Universidade

Estadual de Mato Grosso (UNEMAT). A parceria teve como financiadora a Agência Nacional de Águas (ANA), que tem interesse nos impactos ambientais e socioeconômicos da implantação de empreendimentos hidroelétricos de pequeno porte na bacia do rio Paraguai, impactos entre os quais se incluem os da possível redução do estoque pesqueiro, que poderia afetar a cadeia do turismo de pesca.

Graças a esse impulso, foram percorridos milhares de quilômetros e entrevistados centenas de pescadores amadores e profissionais ao longo de um ano, além de empresários do setor de turismo, proprietários e gestores de pousadas, barcos hotéis, restaurantes, proprietários de lojas de pesca, entre outros empreendimentos.

EVOLUÇÃO DA PESCA NO PANTANAL SUL-MATO-GROSSENSE

O estado de Mato Grosso do Sul detém aproximadamente dois terços da área do Pantanal. Trata-se de um planalto com diversas nascentes dos rios que irrigam uma imensa planície alagável; seu principal rio é o Paraguai, e sua área total, no Brasil, Bolívia e Paraguai, é de cerca de 496 000 km². O Pantanal tem no turismo uma de suas principais atividades econômicas (LUNAS et al., 2016). O alagamento é cíclico, como uma imensa varanda sendo lavada; com até 130 quilômetros de largura, tem sua água empurrada por um rodo invisível que leva de três a seis meses para percorrer sua extensão de aproximadamente 700 quilômetros, desde as regiões de Cáceres e Poconé até o município de Porto Murtinho.

O Pantanal foi formado, inicialmente, pelos movimentos tectônicos que também originaram os Andes, e, posteriormente, por processos de mudanças climáticas como as ocorrências glaciais na transição entre as eras do Pleistoceno e do Holoceno, o que significa situar sua idade como planície alagada entre dois milhões e cerca de 10 mil anos atrás, quando se formou a atual estrutura úmida sujeita a aluviões e movimentos sedimentares naturais carregados pelos rios da região, principalmente pelo canal do Taquari (ASSINE; SOARES, 2004).

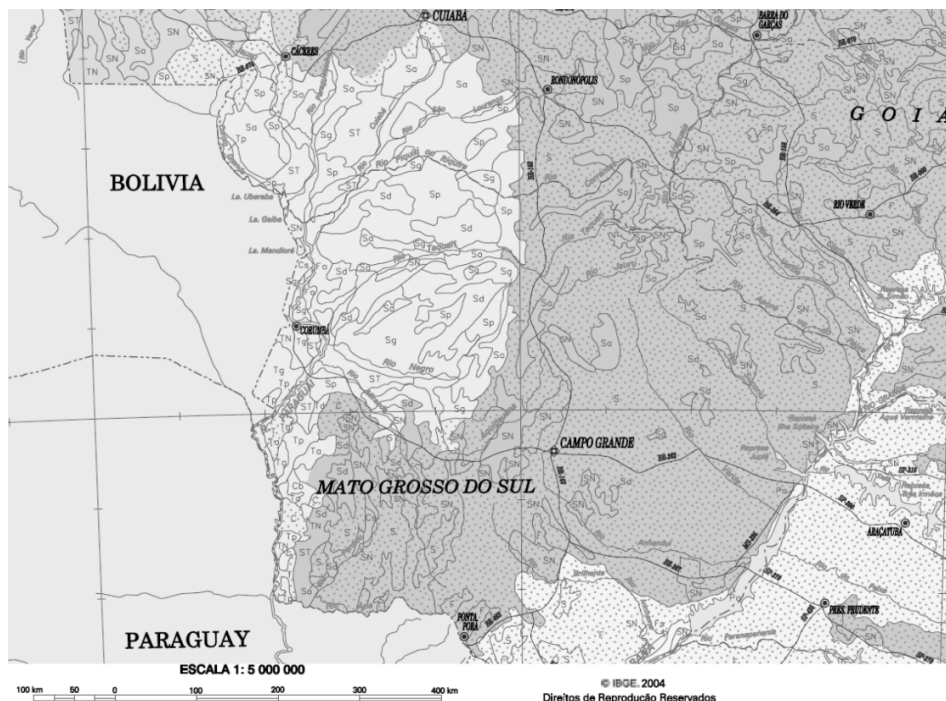


FIGURA 20.1 – Mapa do Pantanal.

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004).

Na sua pré-história, o Pantanal foi ocupado, a partir do Holoceno, nas terras altas, por grupos indígenas das etnias Guarani e Aruak e, nas terras baixas, por grupos de índios canoeiros como Guató, Guasarapo, Payaguá (OLIVEIRA, 2003).

A região foi palco importante da Guerra da Tríplice Aliança, ou Guerra do Paraguai, e teve seu território configurado por esse conflito, bem como pelo seguinte, o da Guerra do Chaco na década de 1930, travada entre Paraguai e Bolívia (BANDEIRA, 1998).

Seu potencial turístico tem sido divulgado em verso e em cantoria por autores como Almir Sater, que integrou, no início década de 1980, a famosa Comitativa Esperança, composta por fotógrafos e cinegrafistas,

músicos e um historiador, que percorreu, durante três meses, mais de mil quilômetros nos rios do Pantanal. Essa viagem é narrada na letra da música comitiva esperança em que se menciona a diversidade dos rios do Pantanal:

Nossa viagem não é ligeira;
 Ninguém tem pressa de chegar;
 A nossa estrada é boiadeira;
 Não interessa onde vai dar;
 Onde a comitiva Esperança chega já começa a festança;
 Através do Rio Negro, Nhicolândia e Paiaguás;
 Vai descendo o Piqueri, o São Lourenço e o Paraguai [...]
 Se a gente é boa, hospitaleira, a Comitiva vai tocar;
 Ê, tempo bom que tava por lá, nem vontade de regressar;
 Só vortemo eu vô confessar;
 É que as águas chegaram em janeiro, descolamos um barco ligeiro;
 Fomos pra Corumbá. (COMITIVA..., 1986).

Apesar do imenso potencial de turismo de natureza, com sua biodiversidade e paisagem diferenciada, que atrai importante fluxo turístico nacional e internacional, o maior fluxo turístico para a região é o de praticantes da pesca. A atividade teve seu auge na década de 1990, crescendo de uma média de 17 mil pescadores esportivos, no período entre as décadas de 1970 e 1980, para algo em torno de 57 a 59 mil pescadores esportivos, nos anos de 1990 (CATELLA, 2001). Durante os anos 2000, houve uma gradativa redução do fluxo de turistas praticantes de pesca esportiva amadora, chegando a 16 mil turistas em 2006, provavelmente, devido ao aumento das restrições à atividade, pela precariedade das estradas da região nesse período e pela interrupção de voos comerciais para Corumbá durante alguns anos (CATELLA et al., 2014).

Segundo Catella et al. (2014), o número de pescadores tem sido influenciado pelos fenômenos cíclicos das cheias do Pantanal, que ora provoca uma abundância de peixes, ora apresenta quedas em seu número, a depender dos ciclos anteriores. Se houve cheias nos anos imediatamente anteriores, a tendência é de uma maior disponibilidade de peixes, ao passo que ciclos de seca no Pantanal prenunciam re-

dução para todas as modalidades, incluindo a da pesca profissional. Esse número é influenciado, também, pelo fenômeno da “dequada” ou “docoada”, em que ocorre uma mortandade natural pela redução do oxigênio na água, devido ao aumento da matéria orgânica arrastadas das margens de corixos e lagos do Pantanal.

A pesca amadora, praticada por turistas ou moradores locais, tem sido fundamental para a sustentação econômica do Pantanal. Não existe consenso, contudo, sobre sua sustentabilidade, e seus impactos são de difícil dimensionamento. Apesar da escassez de estudos científicos que amparem suas decisões, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul estabeleceu políticas mais restritivas para a pesca em geral, regulamentando o tamanho mínimo de captura e a quantidade limite dos peixes e proibindo a pesca do Dourado (MATO GROSSO DO SUL, 2019a).

Chiaravalloti (2017) aponta as contradições da legislação pela falta de mais estudos, bem como a correlação negativa entre a maior restrição à pesca e o número de turistas na região do Pantanal. O autor afirma que pode haver um exagero na sensação de sobrepesca que se observa na região. A prática de pesca-e-solte, apesar de insipiente, vem crescendo, junto com a fiscalização que coíbe eventuais excessos realizados na atividade. A fiscalização poderia e deveria ser mais efetiva, caso o efetivo e o orçamento dos policiais fossem maiores. Conflitos e críticas das associações de pescadores profissionais crescem em relação aos turistas praticantes da pesca amadora e o mesmo acontece com os pescadores amadores em relação aos profissionais.

DIMENSÕES CONCEITUAIS E PANORAMA DO TURISMO DE PESCA NO PANTANAL

A definição do turista que pratica pesca esportiva amadora foi discutida por autores como Abreu et al. (2015), Violin e Alves (2017) e Muñoz (2018). Este último aponta para a grande diversidade de conceitos utilizados e para o fato de a pesca esportiva ser uma atividade turística emergente que assume diferentes configurações em diversos países. No Pantanal, a referida atividade é moldada pelas características

locais e pela gama de interesses dos praticantes que, além de satisfazerem seus prazeres esportivos, são beneficiados pela proximidade com a flora e a fauna pantaneiras (CATELLA, 2005).

Na ausência de uma conceituação mais precisa, o presente trabalho utiliza a definição dessa atividade no setor de hospitalidade e turismo, entendendo-a como a atividade procurada por turistas praticantes de pesca esportiva amadora para fins de lazer e recreação, ou por turistas de pesca simplesmente.

O típico turista de pesca no pantanal é homem, casado, tem mais de 40 anos, sendo a maior parte oriunda do estado de São Paulo e, quando vem ao Pantanal, se hospeda em um pesqueiro (rancho de pesca) ou em uma pousada. O tempo de permanência predominante é de 3 a 4 dias (em aproximadamente 40% dos casos). É um visitante fiel, ao contrário de outros segmentos do setor de turismo e hospitalidade, pois a maior parte (em cerca de 63% dos casos) retorna à destinação turística em questão mais de cinco vezes (MATO GROSSO DO SUL, 2019b).

O turismo de pesca é sazonal e, no Pantanal, soma-se a dificuldade imposta pelo ciclo das águas. O período entre abril e julho é de cheia na região de Corumbá e Ladário, e o volume de águas se desloca lentamente para o sul, levando cerca de dois meses para atingir Porto Murtinho, ou seja, o período de cheias desse município, localizado mais ao sul, vai de junho a setembro (GALDINO; DE RESENDE, 2000). O período de maior fluxo de turistas de pesca é entre os meses de agosto, setembro e início de novembro. O período de defeso (piracema), normalmente, vai do início de novembro ao final do mês de fevereiro.

Segundo relatos de operadores locais, a taxa de ocupação, nos primeiros meses da abertura da pesca, entre os meses de março a agosto, pode oscilar de 20% para em torno de 70% em agosto, setembro e outubro. Alguns meios de hospedagem relatam taxa de ocupação de 100 % nesse período, nas regiões de pesca mais procuradas.

Os números sobre o fluxo turístico anual destinado à pesca não são precisos, mas, em se considerando apenas os turistas de pesca que ocupam os meios de hospedagem oficiais, é possível estimar o número anual de turistas, a partir da taxa de ocupação e da quantidade desses estabelecimentos nas três cidades, em aproximadamente 80 mil turistas por ano em toda a região. Contudo, esse número pode dobrar, levando-se em conta a ocupação de um grande número de ranchos de pesca que atrain, em sua maioria, turistas do próprio estado.

A maior parte do fluxo de turistas de pesca utiliza o transporte rodoviário, principalmente no caso dos turistas do próprio estado. A maior parte dos turistas que utilizam transporte aéreo é formada por grupos que optam pelos barcos-hotel da região de Corumbá e Porto Murtinho, permanecendo uma noite em hotéis locais e, em média, cinco dias embarcados.

O custo médio diário da pesca esportiva com menor nível de conforto e sofisticação, com hospedagem nas pequenas pousadas típicas do Pantanal, gira em torno de R\$ 400,00 como demonstrado na Tabela 20.1, mas pode ser ainda menor quando o turista se hospeda em um dos incontáveis ranchos de pesca existentes em toda a região. O custo de locomoção nos rios não é pequeno, assim como os investimentos necessários para a prática, embora se verifique uma grande variação dos preços dos equipamentos a depender de seu nível de sofisticação.

TABELA 20.1 – Custo diário para pescadores hospedados em pousadas típicas do Pantanal.

Serviços	Valores
Piloteiro (média de diária)	R\$ 150,00
Aluguel de barco pequeno (preço médio):	R\$ 150,00
Diária em hotéis e pousadas (valor médio para duas pessoas):	R\$ 250,00
Refeições (média diária):	R\$ 160,00
Gasolina (valor médio por dia):	R\$ 120,00
Total para duas pessoas	R\$ 830,00
Custo total diário médio por turista	R\$ 415,00

Fonte: Elaboração dos autores, com base em entrevista realizada com pescadores durante pesquisa sobre impactos socioeconômicos de empreendimentos hidroelétricos no Pantanal.

Tal soma não inclui o custo de transporte até o destino turístico. Trata-se de uma opção mais barata que os pacotes em barcos-hotel, que podem variar de R\$ 1 000,00 a R\$ 2 000,00 a diária, com todas as comodidades incluídas.

Tanto para os agentes fiscalizadores quanto para os pescadores, o custo de locomoção pelo rio é alto. Um dos maiores custos é representado pelo alto consumo de combustível de motores de barco (maior que o de motores de automóveis comuns, pois, normalmente, são equipados com motores de dois tempos).

Durante o dia, além de levar os pescadores aos locais de pesca, os guias/piloteiros também realizam outras pequenas tarefas, como orientar na escolha do melhor tipo de isca, muitas vezes colocando-as nos anzóis, e retirar os peixes pescados. Nos polos de pesca, os roteiros são trabalhadores autônomos, em geral informais, mas, no caso dos que trabalham em barcos-hotel, a maior parte mantém vínculo empregatício formal com as operadoras, recebendo diária média de R\$ 100,00, e alguns mais disputados chegam a cobrar R\$ 200,00 por dia.

Com a pandemia da covid-19, que atingiu a região no início de 2020, o fluxo turístico caiu drasticamente e chegou a ser interrompido naquele ano, segundo informações de órgãos como o Visit Pantanal, associação criada por empresários do setor de turismo da região de Aquidauana, Miranda, Anastácio e Corumbá.

OFERTA DO TURISMO DE PESCA NO PANTANAL SUL

A oferta do sistema de turismo de pesca tem como principais fornecedores os meios de hospedagem específicos para pesca (barcos-hotel, hotéis de pesca, pousadas de pesca, pesqueiros, ou ranchos de pesca, e acampamentos de pesca), pequenos barcos de pesca que podem ser alugados nas regiões pesqueiras, guias condutores de turismo de pesca, ou roteiros, restaurantes distribuídos nas regiões de pesca e empresas fornecedoras de material de pesca.

A oferta de serviços e materiais para o turismo de pesca no Pantanal se distribuem geograficamente ao longo de seus principais rios – o Paraguai, o Miranda,

o Coxim e o Taquari – ou nas zonas urbanas dos principais municípios que mantêm atrativos em seus territórios, como Coxim, Miranda, Corumbá, Anastácio, Bonito, Corumbá, Ladário e Porto Murtinho. Outros municípios, como Aquidauana, Jardim, assim como os mais ao sul, também apresentam expressiva oferta turística, entretanto, os rios inicialmente mencionados são determinantes na escolha dos principais municípios procurados e desejados pelos praticantes da pesca esportiva, citados anteriormente.

O acesso aos municípios é promovido, na maior parte dos casos, por estradas pavimentadas até os principais distritos de pesca. A exceção é o acesso ao distrito do “21” Águas de Miranda, localizado na divisa dos municípios de Bonito e Anastácio. A rodovia MS 345, que serve o distrito, deverá ser pavimentada em breve, segundo informações do Governo do Estado. Os principais pontos de pesca e as suas confluências e acessos com os principais rios estão demonstrados no mapa exposto na Figura 20.2. A ordem com que foram descritos está de acordo com a precedência de entrada no Pantanal Sul.

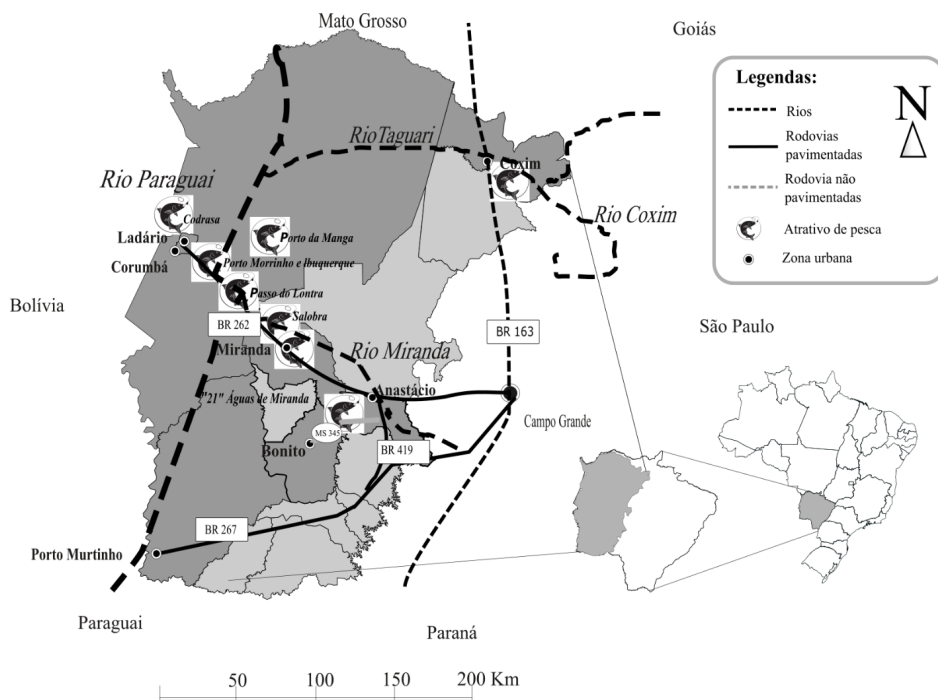


FIGURA 20.2 – Principais atrativos da oferta de turismo de pesca no Pantanal Sul.

Fonte: Elaboração dos autores.

MUNICÍPIO DE COXIM

O município fica mais próximo do noroeste do estado de São Paulo e do sul de Goiás, localização que facilita o acesso ao mercado turístico desses estados, bem como do Distrito Federal. Os pontos de partida para as incursões de pesca são próximos ao centro urbano da cidade. A estrutura de serviços turísticos conta com cerca de 10 meios de hospedagem e 14 restaurantes. Entretanto, o que surpreende em Coxim é o alto número de pesqueiros, ou ranchos de pesca, existentes. Esse fato é razão de reclamação de empresários e munícipes, já que a percepção geral é de que reduz o efeito multiplicador econômico do turismo de pesca na cidade. Os pescadores que se hospedam em pesqueiros, normalmente, trazem seus petrechos

e equipamentos, assim como mantimentos e, até combustível, para seus barcos, evitando compras no comércio local.

MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO/BONITO

Águas do Miranda (21)

O principal local de pesca é um distrito rural, às margens do rio Miranda, que fica equidistante dos centros urbanos de Anastácio e Bonito. O distrito é também conhecido como “21”, por ter sua estrada vicinal de acesso localizada no quilômetro 21 da rodovia BR 419, que liga o município de Guia Lopes da Laguna a Aquidauana. A partir da entrada, o acesso é feito por estrada não pavimentada (MS-345). O distrito mantém estrutura turística com pousadas, pesqueiros, restaurantes, lojas de pesca e locais de entretenimento que exploram o turismo de pesca. São sete pousadas simples e um hotel-pousada com estrutura turística de chalés e local para *camping*.

MUNICÍPIO DE MIRANDA

Região urbana de Miranda

Existem 12 hotéis e pousadas, mas a maior parte não é exclusivamente voltada para o turismo de pesca. Um dos hotéis da zona urbana é especializado na modalidade e mantém boa estrutura de barcos e piloteiros, oferecendo pacotes que variam de R\$ 400,00 a R\$ 800,00 por dia, dependendo das comodidades incluídas. Trata-se de uma comunidade de pescadores profissionais existente às margens do rio Miranda e próxima do centro, também atuando, esporadicamente, no turismo de pesca. A cidade conta com duas boas lojas de material de pesca que comercializam apetrechos e iscas vivas e artificiais, e com duas oficinas especializadas em motonáutica.

Distrito do Salobra

Trata-se de uma comunidade de pescadores e ponto de apoio a turistas de pesca às margens do rio Miranda, na confluência da rodovia que liga Campo Grande a Corumbá. Dispõe de três meios de hospedagens de pequeno porte com cerca de dez unidades habitacionais (UHs) cada, além de alguns pequenos restaurantes. É possível alugar barcos e equipamentos de pesca nos próprios meios de hospedagem, e os pescadores profissionais do distrito também atuam, eventualmente, como piloteiros. O distrito fica próximo da Fazenda São Francisco, que operava com safaris ecoturísticos para segmentos de mercado de alto poder aquisitivo e que, recentemente, passou a oferecer o turismo de pesca na propriedade.

MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

O acesso terrestre ao município e a seus distritos de pesca é por estrada pavimentada (BR-262) com bom estado de conservação e preocupações ambientais, sobretudo, em relação ao excesso de velocidade, com radares a cada cinco quilômetros em média, para reduzir o atropelamento de animais. O município conta com um aeroporto internacional e mantém, atualmente, alguns voos regionais semanais.

Passo do Lontra

O distrito do Passo do Lontra é localizado perto da confluência da Estrada Parque (MS-184 e MS-228) com a BR-262. O acesso é por uma estrada não pavimentada, em boas condições, a oito quilômetros da BR-262. O distrito conta com dois hotéis de luxo, com boa estrutura pesqueira, além de cerca de quatro outros hotéis e pousadas mais simples. É local de embarque de, pelo menos, cinco barcos-hotel e várias pequenas chalanas que são operadas no rio Miranda até a sua confluência com o rio Vermelho. A antiga ponte de madeira da MS-184, sobre o rio Miranda, impede a concorrência dos barcos-hotel operados desde a zona urbana de Corumbá. O

distrito também é sede de uma base de pesquisas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Porto Morrinho

Próximo à BR-262, a pouca distância da ponte sobre o rio Paraguai e a cerca de 20 quilômetros do Distrito de Albuquerque, dispõe de algumas pousadas, uma delas de estrutura com bom nível de conforto, incluindo piscina e outras comodidades, e diversos pesqueiros ou ranchos de pesca. Também abriga uma comunidade de pescadores artesanais e um posto de gasolina, que atende aos dois distritos.

Albuquerque

Distrito do município de Corumbá, com acesso pela BR-262, próximo a Porto Morrinho. O acesso é feito por estrada vicinal não pavimentada com sete quilômetros, em boas condições de tráfego desde a rodovia principal. Albuquerque mantém uma das maiores estruturas dedicadas ao turismo de pesca do Pantanal Sul. Além de centenas de ranchos de pesca particulares, que são alugados ou cedidos regularmente, o distrito possui cerca de 15 pousadas com boa estrutura para receber os pescadores.

Porto da Manga

É localizado na margem esquerda do rio Paraguai, na confluência com a Estrada Parque (MS-229). O acesso é por estrada não pavimentada, a aproximadamente 50 quilômetros desde a BR-262, ou pela Estrada Parque desde a região do Passo do Lontra (68 quilômetros de estrada não pavimentada). A região é de difícil acesso sob chuva ou no primeiro semestre, durante o período das cheias na região, que se estende até o final de julho, sendo que o acesso a alguns trechos da Estrada Parque é permitido apenas a veículos especiais. O polo de pesca abriga uma comunidade de pescadores artesanais e vários ranchos de pesca ao longo do rio Paraguai, e duas

pousadas localizadas na região mantêm boa estrutura e ocupação majoritariamente direcionada para turistas de pesca.

Região urbana de Corumbá

A cidade é o ponto de partida para o maior dos atrativos de pesca do Pantanal, que são seus barcos-hotel, mantendo um bom porto fluvial, que oferece informações e orientações aos turistas e conforto nos momentos que antecedem o embarque. Segundo registro da Capitania do Porto da Marinha (MARINHA DO BRASIL, 2019), são 25 barcos-hotel em Corumbá, os quais atendem, anualmente, a aproximadamente 18 mil turistas de pesca (média do fluxo entre os anos de 2016 e 2018).

Nenhum hotel da região urbana de Corumbá recebe, exclusivamente, turistas de pesca, mas o fluxo desse público se concentra, normalmente, em dois dos seus hotéis mais luxuosos para apenas um pernoite, antes do embarque em barcos-hotel. Existem duas boas lojas que comercializam material de pesca e iscas vivas e artificiais, e uma loja de oficina especializada em motonáutica. Embora mantenha um rico patrimônio cultural e arquitetônico, essas atratividades não são efetivamente exploradas pelo *trade* que atende aos turistas de pesca, e também não se observou uma política ou um planejamento integrado para melhorar o potencial de sinergia com outros atrativos além da pesca no rio Paraguai.

MUNICÍPIO DE LADÁRIO

Ladário dispõe de serviço oficial de informações turísticas, e as vias de acesso aos atrativos de turismo de pesca são precárias. A região conta com um hotel de bom porte e outras pousadas que não recebem turistas de pesca exclusivamente. No local conhecido como a região da Codrasa, a cerca de oito quilômetros do centro da cidade, existem algumas pequenas pousadas com boa estrutura turística e vários ranchos de pesca ao longo das margens do rio Paraguai. Uma das pousadas foi cedi-

da para Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), já que a instituição não a utiliza em razão de problemas de infraestrutura.

MUNICÍPIO DE PORTO MURTINHO

É o município mais ao austral da planície pantaneira, e a pesca ocorre não apenas no rio Paraguai, mas também no rio Apa. O seu centro urbano é o ponto de partida de, pelo menos, 10 barcos-hotel que atuam na região.

O município abriga outros 22 meios de hospedagem tradicionais, como hotéis, pousadas e pesqueiros com hospedagem, contando com estrutura para receber pescadores. Uma dessas pousadas se localiza na foz do rio Apa, chamada de região do Nabileque, e oferece uma estrutura superior às demais, com bom nível de conforto.

Como nas demais regiões de pesca, são incontáveis os ranchos particulares de pesca, que, ocasionalmente, são alugados ou cedidos para outros pescadores.

COMERCIALIZAÇÃO DO TURISMO DE PESCA NO PANTANAL SUL

Indiretamente, essa oferta é apoiada por um sistema (precário) de comercialização, com agências e operadoras de viagem e de fornecimento e/ou de apoio aos transportes, incluindo postos de combustíveis, empresas locadoras de automóveis e outros. Os municípios também contam com estruturas públicas que dão suporte ao sistema de informações aos turistas ou na forma de promoção turística.

A precariedade do sistema de comercialização é decorrente da característica de fidelidade dos turistas ao atrativo turístico. Como os turistas retornam mais vezes ao destino, estabelece-se um elo de confiança entre ele e os fornecedores, incentivando, assim, a comercialização direta, sem intermediários. Apenas em alguns casos, os pacotes turísticos são vendidos em outros estados, com transporte aéreo até Campo Grande e o restante da viagem realizado por meio terrestre.

A comercialização direta é predominante no caso dos barcos-hotel. As operadoras locais formam grupos particulares que negociam pacotes de acordo com o tamanho dos barcos-hotel e a estrutura de apoio, como pequenos barcos, piloteiros, combustível e alimentação. Pesquisas realizadas pela Fundação de Turismo de MS (MATO GROSSO DO SUL, 2020) confirmam a tendência de comercialização direta também dentro do estado, indicando que em torno de apenas 3% dos turistas de pesca e moradores locais obtêm informações sobre a oferta dos serviços por meio de agências de turismo.

Tanto na região de Corumbá como em Miranda, a preferência dos turistas de pesca que procuram as pousadas locais é pela compra de pacotes que incluem refeições. Em geral, o pacote também inclui o custo dos piloteiros, além do combustível, mas isso é negociado caso a caso, pois depende da distância que cada turista de pesca pretende percorrer de barco. Por isso, existem poucos restaurantes autônomos nos polos de pesca.

No caso dos pacotes operados pelas pousadas ou pelos barcos-hotel, os custos com aluguel, normalmente, são incluídos no pacote, mas existem algumas pousadas que preferem indicar pescadores autônomos que negociam diretamente com os turistas de pesca, alugando seus barcos e servindo de piloteiros. Já os ocupantes de ranchos de pesca, geralmente, trazem seus próprios barcos e apetrechos ou os mantêm permanentemente na região. Nesse caso, os proprietários contratam caseiros para guardar os pertences durante os períodos em que estão ausentes.

A compra de apetrechos (anzóis, iscas e outros) é comumente feita pelos turistas que negociam pacotes, já que os turistas que se hospedam nos ranchos, em geral, trazem a maior parte de seus materiais de pesca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pantanal é, provavelmente, o bioma mais rico do mundo em termos de biodiversidade da fauna, composta por diversas espécies de peixes, mamíferos, rép-

teis e aves, mas é extremamente frágil em razão de sua geologia e de suas características únicas. Do ponto de vista de sua socioeconomia, pouco se vislumbram opções estratégicas e políticas de desenvolvimento que apresentem viabilidade para sustentar empresas e geração de renda para os moradores. Corumbá, apesar de suas possibilidades em torno da pecuária e do polo minero siderúrgico, que já estão mais consolidadas, não tem aproveitado, efetivamente, o seu potencial para o turismo de natureza e o rico patrimônio cultural de que dispõe. Ao mesmo tempo, observa-se pouca integração desse potencial com a atividade turística mais proeminente do Pantanal, que é a proveniente da pesca amadora ou esportiva.

Após conhecer a dimensão e as múltiplas faces e delineamentos do turismo de pesca no Pantanal sul-mato-grossense, é possível diminuir seu estigma e deixar clara sua importância para o desenvolvimento sustentável do Pantanal. Se bem gerido e integrado a outras atividades turísticas, o turismo de pesca pode se tornar menos impactante do ponto de vista ambiental e mais rentável para empresas, bem como uma opção mais significativa no que se refere à geração de renda em uma região com tão poucas opções. Iniciativas de integração do turismo de natureza, como os cruzeiros fluviais realizados por algumas operadoras de barcos-hotel, já realizados durante o período de defeso, por exemplo, são formas criativas que se apresentam como viáveis nesse contexto.

A integração se completa com a possível formalização das atividades de guias ou piloteiros, nos casos da parte mais profissionalizada do *trade*, no aumento do efeito multiplicador econômico¹ proporcionado aos pequenos empreendimentos que atuam, direta ou indiretamente, na cadeia econômica da pesca e no efeito educativo que ajuda a preservar e aumentar o apoio da sociedade em geral contra as práticas abusivas e contra a destruição de sua rica biodiversidade.

Como foi possível constatar, existem falhas a corrigir e avanços a promover, por exemplo, no setor de comercialização, na fiscalização, em situações de riscos à

1 O efeito multiplicador econômico é o conceito dos impactos diretos e indiretos sobre as rendas, a produção e o emprego, nas dimensões nacional, regional ou local (PEREIRA et al., 2014).

segurança, e na promoção de condutas mais éticas do ponto de vista social e econômico. Por outro lado, existem bons exemplos de gestão em pequenos e grandes empreendimentos no Pantanal que começam a provar que diversificar a oferta, melhorar o conforto dos visitantes, investir em segmentos de mercado que valorizam uma prática mais sustentável e ética faz toda a diferença no que diz respeito à rentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. C. C.; COELHO, R. L. F.; FILHO, A. C. A imagem da pesca esportiva segundo seus praticantes. **Revista Pretexto**, [s. l.], v. 16, n. 4, p. 47-64, 2015. Disponível em: <http://fumeec.br/revistas/pretexto/article/view/2371>. Acesso em: 15 maio 2021.
- ASSINE, M. L.; SOARES, P. C. Quaternary of the Pantanal, west-central Brazil. **Quaternary International**, [s. l.], v. 114, n. 1, p. 23–34, 2004. DOI 10.1016/S1040-6182(03)00039-9.
- BANDEIRA, L. A. M. A Guerra do Chaco. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 41, n. 1, p. 162-197, 1998. DOI 10.1590/s0034-73291998000100008.
- CATELLA, A. C. **A pesca no Pantanal de Mato Grosso do Sul, Brasil**: descrição, nível de exploração e manejo (1994 -1999). 2001. Tese (Doutorado em Biologia de Água Doce e Pesca Interior) – Universidade do Amazonas, Manaus, 2001.
- CATELLA, A. C. Reflexões sobre a pesca esportiva no Pantanal Sul: crise e perspectivas. **Portal Embrapa**. [s. l.], 2005. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAP/56374/1/ADM046.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.
- CATELLA, A. C.; ALBUQUERQUE, S. P.; CAMPOS, F. L. de R.; SANTOS, D. C. dos. Sistema de Controle da Pesca de Mato Grosso do Sul SCPESCA/MS – 20 - 2013. **Embrapa Pantanal**, [s. l.], n. 127, p. 57, 2014. Disponível em: <https://www.info-teca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1010105/1/BP127.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

CHIARAVALLOTTI, R. M. Overfishing or over reacting? Management of fisheries in the Pantanal wetland, Brazil. **Conservation and Society**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 111-122, 2017. DOI 10.4103/0972-4923.196632.

COMITIVA Esperança: uma viagem ao interior do pantanal. Direção: CARVALHO, W. Produção: CARVALHO, W.; SATTER, A.; SIMÕES, P. São Paulo: Tatu Filmes Ltda., 1986. Curta-metragem, sonoro, 16 mm, COR, 50 min, 535 m, 24 q, Eastmancolor. Disponível em <http://bases.cinemateca.gov.br/>. Acesso em: 15 maio 2021.

GALDINO, S.; DE RESENDE, E. K. Previsão de cheias e secas da Embrapa auxilia pantaneiros. **ADM - Artigo de Divulgação na Mídia**, Corumbá, n. 4, p. 1-5, maio 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/15432827.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biomass do Brasil - 1:5 000 000**. Brasília, DF: IBGE, 2004. Disponível em: <http://ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/15842-biomass.html>. Acesso em: 15 maio 2021.

LITVIN, S. W. Revisiting plog's model of allocentricity and psychocentricity... one more time. **Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly**, [s. l.], v. 47, n. 3, p. 245-253, 2006. DOI 10.1177/0010880406289138.

LUNAS, J. R. da S.; LUNAS, M. C. F. da S.; GRECHI, D. C. Perspectivas para o desenvolvimento turístico em Mato Grosso do Sul a partir da visão espacial. In: CAVALCANTE, S. de O. R.; DEFFACCI, F. A.; SILVA, P. R. da (org.). **Mato Grosso do Sul: temáticas transversais para o desenvolvimento**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2016.

MARINHA DO BRASIL. **Capitania Fluvial do Pantanal: sados fornecidos de embarques em barcos-hotéis**. Corumbá, MS: Marinha do Brasil, 2019.

MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 15.166, de 21 de fevereiro de 2019. Regula o exercício da atividade pesqueira no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**: Campo Grande, 2019a, p. 1-3. Disponível em: https://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/DO113_13_06_1979.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

MATO GROSSO DO SUL. **Perfil do turista de pesca 2019**: pesquisa de demanda turística de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Observatório do Turismo, 2019b. Disponível em: https://www.observatorioturismo.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/perfil_turista_pesca_2019.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

MATO GROSSO DO SUL. **Perfil dos pescadores amadores moradores do MS e a intenção de viagem**. Campo Grande: Observatório do Turismo, 2020. Disponível em: <https://www.observatorioturismo.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/Fundtur-Boletim-Perfil-dos-Pescadores-Amadores-em-MS-final-1.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

MUÑOZ, D. M. Contribution to the concepts of fishing tourism and pesca-tourism. **Cuadernos de Turismo**, [s. l.], n. 42, p. 655-657, 2018.

OLIVEIRA, J. E. de. Da pré-história à história indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do pantanal. **Revista de Arqueologia**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 71-86, 2003. DOI 10.24885/sab.v16i1.180.

PEREIRA, C. H.; MARTINS, P. C. S. M.; LUNAS, J. R. S.; AQUINO, J. M. Efeito multiplicador do turismo na fronteira entre Brasil e Paraguai. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 7, n. 4, p. 792-814, out. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/35698/25655>. Acesso em: 18 ago. 2022.

VIOLIN, F. L.; ALVES, G. L. Da pesca ao natural: trajetória do turismo em Mato Grosso do Sul (1970 a 2015). **Sustentabilidade em Debate**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 130-146, 2017. DOI 10.18472/SustDeb.v8n2.2017.21382.



CAPÍTULO 21

TRAMAS TERRITORIAIS DO TURISMO: OS DESTINOS INDUTORES BONITO E CORUMBÁ, MS¹

Marcos Pereira Campos

TRAMAS INTRODUTÓRIAS

A Política de Turismo no Brasil apresenta uma configuração estrutural e processual em diferentes níveis escalares – do nacional (federal) ao local. Essa perspectiva do turismo configura-se em uma lógica multiterritorial a partir das inúmeras relações entre os “agentes sociais do turismo” – quais sejam, turistas, mercado, Estado, comunidade receptora e trabalhadores diretos/indiretos (FRATUCCI, 2008) –, as quais serão denominadas tramas territoriais do turismo.

Cabe apontar o que se entende por trama, bem como explicitar sua relação com o poder, o território e as multiterritorialidades à luz do turismo. De acordo com o dicionário *Michaelis* (TRAMA, [20--]), existem diversas definições para o vocábulo “trama”, entre as quais destaca-se: “espécie de rede cuja estrutura é formada por elementos que se cruzam e se interligam”. A abordagem relacional é um fator intrínseco nas tramas de poder e denota o caráter multidimensional do território. É importante salientar também que as relações agenciam as tramas de poder que produzem os territórios e as redes no turismo.

¹ As localidades do objeto empírico deste capítulo são parte de uma pesquisa de nível doutoral no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT, UNESP, Presidente Prudente, SP, intitulado “*QUE EXISTA LUZ!*” *espaços luminosos, multiterritorialidades e os destinos indutores do Turismo: Bonito e Corumbá – MS.*

Nesse contexto, Raffestin (1993, p. 31) elenca objetivos para a utilização das problemáticas relacionais, em especial pelo fato de que “[...] são capazes de tornar inteligíveis o poder político e suas manifestações espaciais”, que, nas perspectivas desse autor, é uma forma de “escapar” da análise unidimensional – do Estado, da geografia política.

Neste trabalho, será adotada a problemática relacional (RAFFESTIN, 1993), na tentativa de se apreender as relações de poder, fruto das relações dos agentes produtores do turismo (FRATUCCI, 2008). Para entender esse tipo de problemática no âmbito do turismo, é preciso que se discorra acerca das tramas realizadas pelos diferentes agentes produtores, pois, conforme aponta Raffestin (1993, p. 7), são eles “o próprio fundamento do poder”, e é por intermédio dos atores “[...] que todo o restante adquire um sentido e se carrega de significações múltiplas”.

Assim, este capítulo tem como objetivo compreender a configuração das relações do jogo dialógico das multiterritorialidades e multidimensionalidades, das tramas do poder em curso nos destinos indutores do turismo no Mato Grosso do Sul, especificamente Bonito e Corumbá, nas regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, respectivamente.

Importa pontuar, ainda, que se parte, aqui, do entendimento do agente mercado e do Estado enquanto principais definidores do desenho das políticas multidimensionais e territoriais do MS, em uma perspectiva reflexiva, relacional e analítica, sem desconsiderar os demais agentes sociais do turismo, conforme postulado por Fratucci (2008).

Como destinos indutores de desenvolvimento, considera-se o que foi preconizado por Brasil (2007, p. 3): aqueles que possuem desde a infraestrutura básica e turística até os atrativos qualificados são os “[...] que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos”, ou seja, os que possuem a capacidade de “[...] atrair e/ou distribuir significativos números de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que está inserido”.

Os destinos indutores, tal como evidenciado em Brasil (2007), apontam para a seletividade de parcelas do espaço, tendo como critério de constituição os elementos técnicos, os da estrutura dos equipamentos e atrativos turísticos, sejam eles referentes à qualidade, à quantidade ou à diversidade do território.

Tendo como base tais prerrogativas, esses destinos ainda são capazes de motivar deslocamentos, influenciar na estrutura turística direta do local e, em certa medida, na configuração regional, tanto por meio da distribuição espacial de turistas quanto pela possibilidade de aumento na taxa de sua permanência no território.

No que se refere aos rebatimentos do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), num contexto multiescalar do turismo nas regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, por meios dos destinos indutores Bonito e Corumbá (Figura 1), respectivamente, engendra-se uma trama de poder, como se mostrará neste capítulo.

O presente estudo pauta-se no fato de que, nos dois municípios em questão, localizados em distintas regiões, o turismo já se encontra consolidado, evidenciando a importância desses destinos para o turismo regional (até mesmo estadual, nacional e internacional). É oportuno frisar a quase inexistência de trabalhos que versam sobre tais questões sob o escopo técnico e teórico-metodológico da Geografia.

Para compreender tais dinâmicas multiterritoriais e multiescalares, optou-se pela pesquisa qualitativa, com uma abordagem teórico-empírica, utilizando, em especial, entrevistas semiestruturais com os representantes do turismo do estado (diferentes níveis), das Instâncias de Governança Regionais (Fórum Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal) e da Associação Visit Pantanal, além de pesquisa documental. Quanto ao método de análise, decidiu-se pela de conteúdo, segundo Bardin (1977).

TRAMAS CONCEITUAIS: TERRITÓRIO E TURISMO

Para justificar a escolha da base teórica, utilizou-se o entendimento do Estado, por meio do Ministério do Turismo (Mtur), que, ao considerar o PRT e sua

perspectiva geográfica, apresenta grandes lapsos conceituais, com destaque para o entendimento da categoria território:

Assume a noção de território como espaço e lugar de integração do homem com o ambiente, dando origem a diversas formas de se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos disponíveis. Esta noção de território propõe uma coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, superando a visão estreitamente setorial do desenvolvimento. (BRASIL, 2005, p. 12).

Verifica-se que o PRT utiliza algumas categorias geográficas, como o território, o espaço e o lugar, concebendo-os como sinônimas, ou seja, o referido documento apresenta uma enorme falha e/ou imprecisão teórica sobre o conhecimento geográfico. Nota-se a visível compreensão do território como um *locus*, no qual as relações sociais acontecem, ou, ainda, como “receptáculo”, considerando-se uma característica que o coloca como tal, assinalada no referido documento. O PRT apresenta elementos que demonstram a importância da organização do espaço por meio de políticas territoriais, com um apelo ao desenvolvimento regional.

Na Política Nacional do Turismo (política setorial), o espaço – e, com isso, a dimensão territorial – é compreendido apenas como recurso, tal como salientou Steinberger (2006, p. 31) sobre rasas considerações acerca do “[...] espaço como o endereço onde as ações acontecem, reduzindo-o ao palco de intervenção, ou seja, um receptáculo inerte e passivo”, o que, em certa medida, é consequência da lógica do Estado, que tem buscado atender às demandas do mercado e/ou dos segmentos econômicos.

Dessa forma, mostra-se necessário buscar os elementos teórico-conceituais da categoria geográfica território, em especial para que se compreendam as lógicas do fenômeno socioespacial complexo do turismo.

Tendo o poder como elemento-chave para explicar o território, Raffestin (1993, p. 7) assevera que “[...] toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido”. O autor (1993, p. 53) aponta que “[...]”

o poder se manifesta por ocasião da relação”, entendendo que é um processo que se estabelece por meio de troca ou da comunicação, isto é, por meio dialógico (os dois polos face a face), bem como por meio do confronto dos polos.

Para Santos (2001), o tema poder perpassa pelo entendimento, de forma geral, da constituição das relações sociais reguladas por uma troca desigual. Sob o prisma de uma distinção entre os elementos preconizados por Fratucci (2008) no que se refere aos “agentes sociais do turismo”, as relações desiguais também são reproduzidas de forma material e não material, objetiva e/ou subjetiva no/pelo espaço, produzindo territórios (de forma plural) e multiterritorialidades.

Na busca pela compreensão das multiterritorialidades advindas mediante os agentes sociais do turismo, é preciso, antes de mais nada, no horizonte teórico-conceitual, balizar como o turismo vem sendo compreendido, logo, parte-se do pressuposto de que o turismo é um fenômeno socioespacial complexo que, para Elliot (1997), seria como uma força política e econômica. A partir de uma abordagem geográfica, pode-se, também, compreender a perspectiva “das incidências espaciais do turismo”, conforme apontou Rodrigues (1997, p. 23), ou seja, o turismo é entendido como um fenômeno político e econômico, gerando efeitos sociais, culturais com importantes impactos ambientais. Portanto, “[...] ao considerarmos o turismo como um fenômeno complexo, estamos propondo entendê-lo como jogo dialógico entre elementos, ações e indivíduos que se complementam, concorrem e apresentam antagonismos entre si” (FRATUCCI, 2008, p. 26).

Dessa maneira, Fratucci (2008) traz elementos importantes para a análise do turismo como um fenômeno socioespacial, em especial pela utilização dos “agentes sociais do turismo”, apontando para uma inter-relação dinâmica, complexa (Figura 21.1), e considerando, principalmente, a predominância de interesses diversos, em que “[...] cada uma dentro das suas características, expectativas e necessidades, colaboram para a construção do fenômeno e da atividade” (FRATUCCI, 2008, p. 75). O autor (2009, p. 392) acrescenta que é preciso “[...] incluir também, as interações

estabelecidas entre cada um daqueles agentes e deles com os outros sistemas que formam o meta-sistema onde se inserem”.

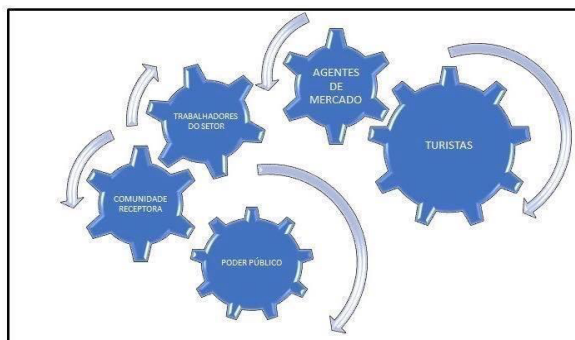


FIGURA 21.1 – Relações dos agentes produtores do turismo.

Fonte: Adaptado de Fratucci (2009).

Acredita-se, ainda, que é necessário considerar as relações realizadas entre os próprios agentes, por exemplo, entre aqueles que compõem o mercado (interação mercado x mercado), considerando, dessa forma, suas especificidades e objetivos distintos entre si, podendo ser representados pelas formas associativas de turismo implantadas nos territórios turísticos.

Candiotto e Santos (2015), no artigo “Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial”, apresentam concepções a partir das análises, informações e argumentações relevantes que servem para o entendimento da diversidade territorial que produz a multiterritorialidade. Os autores (2015, p. 335) compreendem que a abordagem territorial, “[...] permite particularizar o que é singular no espaço, sem, no entanto, perder a noção das múltiplas relações de poder que o constitui”.

Nessa perspectiva, vale apontar alguns avanços teóricos nas abordagens conceituais de território à luz de uma perspectiva crítico-reflexiva, notadamente realizados pelos estudiosos da Geografia e da Ciência Política. Candiotto e Santos (2015, p. 314) ressaltam que as referidas ciências privilegiaram uma abordagem de

território com um escopo conceitual relacionado ao Estado-Nação e, em decorrência disso, “[...] a escala de referência mais tradicional do território é a nacional, condizente a determinado país”.

Souza (2011) aponta críticas à abordagem ratzeliana do “território nacional”, sugerindo outras (novas) possibilidades de entender o território. Desse modo, o território, nas palavras do autor (2011, p. 81), “[...] não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado”. Ainda para Souza (2011), os territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de duas dimensões: escalas geográficas – por exemplo, desde a escala da rua aos membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – e as escalas temporais – séculos, décadas, anos, meses ou dias, podendo ser permanentes, bem como “ter uma existência periódica, cíclica” (SOUZA, 2011, p. 81).

O território, na perspectiva de Souza (2011), apresenta características importantes para a compreensão do fenômeno socioespacial complexo do turismo, em especial no que concerne às relações entre os agentes sociais, quando se passa a considerar como elemento constituinte do território “um campo de força, uma teia ou rede de relações sociais” (SOUZA, 2011, p. 86).

Sobre esse aspecto, Raffestin (1993) elabora uma matriz espacial para leitura da “produção territorial”, que é incorporada nos estudos de Ambrozio (2013, p. 4), nos quais se considera que “[...] o território nasce de entrechoque espacial de poderes fluídicos, estruturados em (superfícies), tessituras; (pontos), nós; (linhas), redes, que propriamente da ação do poder de Estado”. Essa perspectiva corrobora a abordagem das tramas territoriais empreendida neste capítulo, que visa ao entendimento da complexidade das lógicas multiterritoriais dos agentes sociais do turismo.

Raffestin (1993) apresenta grandiosa contribuição ao compreender o território como produto dos atores sociais, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes. O território, sob esse ponto de vista, é composto por malhas, nós e redes, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço, e

passando à implantação de novos recortes e ligações. Dessa maneira, para o autor (1993, p. 154), a malha, também denominada tessitura, é

[...] a projeção de um sistema de limites ou fronteiras, mais ou menos funcionalizadas [...]. A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há poderes que podem intervir em todas as escalas e aquelas que estão limitadas às escalas dadas. Finalmente, a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes.

Raffestin (1993, p. 53) utiliza Foucault na tentativa de explicitar o poder, dada sua importância nos estudos dessa temática, sobretudo por conta das suas proposições, que não definiam o poder, “[...] mas são mais importantes que uma definição uma vez que visam a natureza do poder”.

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;
3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados;
4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
5. Onde há poder há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder. (FOUCAULT, 1976, p. 123-127 apud RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Assim, as tramas das relações sociais de poder do fenômeno socioespacial complexo do turismo, ou seja, entre os seus agentes sociais, conforme já apresentado, podem manifestar ações dialogadas, negociadas, de consenso com as diferentes dimensões territoriais apontadas por Foucault (relações econômicas, relações ambientais etc.). Entretanto, podem ser conflituosas, decorrentes de tensionamentos distintos, disformes e/ou heterogêneos, tal como aponta Saquet (2013, p. 95) quando ressalta que “[...] as territorialidades contêm conflitos, contradições, lutas de classes” e que a territorialidade, numa síntese mais ampla, “[...] é entendida como

identidade, processualidade, mobilização, organização e luta política em favor do povo da preservação ambiental”.

É importante fazer algumas ressalvas quanto ao conceito de territorialidade de Saquet (2013), pois o fator motivador das ações, as mobilizações e a organização social, em grande parte das vezes, referem-se a uma sociedade regida pelo modo de produção capitalista, alicerçada pelos elementos socioeconômicos. Oliveira Neto (2017, p. 26) traz grandes contribuições ao pensar território sob a ótica de Milton Santos, em especial quando trata as questões econômicas, que acabam ditando as regras nos/dos territórios: “[...] temos o dinheiro como o motor e quase como um ator que usa a tudo e a todos ao seu bel prazer, sendo um desencadeador de ações e racionalidades”.

Considerando esse elemento motivador de destaque, bem como analisando as proposições de Foucault no que diz respeito às questões que envolvem a relação poder e resistência, é necessário dimensionar tais proposições, pois muitos processos advêm de uma ação reativa, isto é, da resistência como reação aos elementos constituintes das forças das relações entre os agentes sociais.

Ainda sobre as questões que envolvem a relação social em Raffestin (1993, p. 147), verifica-se uma “complexidade” a partir da qual o autor adverte sobre a importância de que a abordagem relacional seja compreendida como relações multilaterais entre os agentes sociais, “[...] que comunicam suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico”².

As relações advindas por meio dos agentes sociais devem ser entendidas à luz das intencionalidades, abrindo um vasto campo de possibilidades de relações, sejam diretas e/ou indiretas. Inspirados em Raffestin (1993, p. 148), pode-se considerar que tais agentes, “[...] podem decidir ‘construir’ vários tipos de tessituras e articular todos os pontos, ou somente alguns, em redes”, podendo ser estabelecidas “[...] tantas ‘imagens territoriais’ quantos objetivos intencionais diferentes houver”.

2 De acordo com o dicionário *Michaelis*, “sêmica” (FILOL) é “Qualquer sistema de sinais que sirva para transmitir o pensamento” (SÊMICA, [20--], n. p.).

Haesbaert (2013, p. 33) define as relações de poder oriundas do Estado como sendo um macro poder e orienta a não ignorar os micropoderes, utilizando, para tanto, o conceito de Foucault, uma vez que tal como ocorre no caso dos territórios dominados por máfias e/ou pelo narcotráfico, “[...] outros micropoderes heterônomos brotam com igual força, mas também em que podem ser gestados movimentos sociais de resistência, de territórios/territorialidades mais alternativos ou mais autônomos”, denotando a característica principal do território, isto é, os elementos das relações de poder.

Levando em conta os elementos apresentados, com base no objeto empírico deste capítulo, nota-se a insurgência de associações de agentes dos negócios do turismo (*trade* turístico), indicando uma relação clara de micropoder, a exemplo da Associação do Turismo de Miranda e Região do Pantanal (Visit Pantanal³), que compreende os municípios das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, conforme apresentado em seu *site*:

[...] congrega um grupo formado por agentes e operadores de turismo receptivo, de representação de produtos e destinos turísticos. São empresas especializadas na prestação de serviços de operação de viagens na região do Pantanal, Bonito e Serra da Bodoquena, tais como: excursões e passeios turísticos; organização, contratação e execução de programas, roteiros, itinerários, bem como recepção, transferência e a assistência ao turista. (VISIT PANTANAL, [20--], n. p.).

Nesse sentido, observa-se uma territorialidade que nasce a partir da ineficiência do Estado (em diferentes níveis escalares) e que, em certa medida, configura-se como movimento de resistência frente à inoperância do macropoder do Estado, atuando em uma perspectiva estrutural/organizacional em nível regional, sob uma lógica territorial reticular (HAESBAERT, 2004). Em outras palavras, quando da inoperância da gestão do turismo do município de Miranda, ou melhor, quando da inexistência de um gestor na pasta supra, segundo apontou a secretária executiva da

3 A organização dessa associação ocorreu por meio de empresas dos negócios do turismo, em especial aquelas voltadas ao ramo de pesca, aos setores gastronômico e cultural, aos meios de hospedagem e da operação turística (agências de viagens e operadoras de turismo).

associação Visit Pantanal, que também ocupa a função de vice-presidente do Fórum Pantanal (de 2013 até a data da entrevista), bem como a secretária de turismo de Bodoquena, percebe-se um quadro de estratégia do mercado atuando no território. Na entrevista, realizada em 15 de outubro de 2018, a secretária executiva da Visit Pantanal declara:

[...] trabalho com uma associação de fomento ao turismo da região do Pantanal do Miranda, a Visit Pantanal, desde o início do ano de 2017. O pessoal em Miranda... os empresários não têm uma representação Municipal, de Prefeitura, de secretário e eles montaram uma associação e hoje eu faço Assessoria executiva desse grupo... então a gente faz as ações que seria teoricamente o papel do município...através da iniciativa privada. (2018 apud CAMPOS, 2020).

Vale destacar que a organização da referida associação garante aos associados a representatividade do município de Miranda - MS na gestão estadual de turismo e, com isso, a inserção do município na interlocução da agenda turística, na ausência dos órgãos responsáveis para tal, ou seja, a Secretaria de Turismo Municipal e a instância de governança da escala local, o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR).

A estrutura apresentada no município de Miranda enseja a menção a outra forma de produzir escalas. Para tanto, buscou-se em Smith (2000, p. 144) a ênfase de uma reprodução escalar e a capacidade de saltar escalas para a própria reprodução social dos sujeitos e agentes turísticos presentes no COMTUR: “A escala demarca o lugar da disputa social, tanto como o objeto quanto a resolução desta disputa. Vista dessa forma a produção de escala pode começar a fornecer a linguagem que torna possível uma política espacial mais substantiva e tangível”.

As ações empreendidas pelos associados da Visit Pantanal circunscrevem o “saltar escalas”, seguindo a perspectiva de Smith (2000, p. 137), pois permite aos sujeitos e agentes aspirar possibilidades estratégicas/políticas por meio do agrupamento e de organização coletiva, tensionamentos, acordos, com uma finalidade e interesses comuns etc., bem como permite “[...] dissolver as fronteiras espaciais que

são em larga medida impostas de cima e que detêm, em vez de facilitar, sua produção e a reprodução da vida cotidiana”. É preciso ponderar acerca dessa mobilidade escalar e das questões que envolvem o capital. É necessário, ainda, qualificar esse atributo escalar, pois, dessa forma, será possível compreender as relações imbricadas pelos diferentes agentes sociais do turismo. Ademais, considerando essa organização associativa como uma territorialidade em rede de negócios e políticos, deve-se verificar o caráter de “solidariedade” dos agentes do mercado que, de certo modo, tomando as devidas proporções contextualizadas, terão rebatimentos na configuração territorial do turismo nas regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal sobretudo, pois a organização da referida associação tem como membros empresas do negócio turístico dessa região.

COMPREENDENDO OS DESTINOS INDUTORES: BONITO E CORUMBÁ, DAS REGIÕES BONITO/SERRA DA BODOQUENA E PANTANAL, NA PERSPECTIVA DA ABORDAGEM TERRITORIAL

A disposição do turismo nas regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal, especialmente os objetos empíricos Bonito e Corumbá, será compreendida a partir da dinâmica multisetorial e multiterritorial dos agentes sociais do turismo. A configuração dessas regiões no tocante ao turismo está diretamente relacionada à perspectiva de diferentes agentes sociais (FRATUCCI, 2008), com destaque para o Estado e o mercado.

Para compreender a influência dos destinos indutores Bonito e Corumbá no fomento do turismo dos municípios que integram as regiões turísticas Bonito/Serra da Bodoquena e Corumbá, respectivamente, acionam-se os diferentes sujeitos envolvidos na gestão do Turismo e diretamente envolvidos com o PRT/MS.

Para o atual diretor da Fundação de Turismo (FUNDTUR/MS), há uma distinção clara entre as relações dos destinos indutores e dos municípios que compreendem as regiões turísticas. Segundo o entrevistado, Bonito possui grande influência enquanto destino indutor, diferentemente do que ocorre em Corumbá. As questões

que envolvem sua geografia – principalmente devido a sua localização, sua estrutura organizacional/política, dada pelos gestores públicos e privados, bem como às características do segmento turístico – foram consideradas como elementos ímpares na conformação dos seus resultados.

No que se refere ao destino indutor Bonito e a sua influência, em entrevista realizada em 20 de setembro de 2018, o diretor-presidente da FUNDTUR apontou:

Eu acho natural, até porque os atrativos que compõe a região, não estão só localizados em Bonito, até mesmo se não existisse o Programa, na época, o Programa dos Destinos Indutores, Bonito já era um destino indutor, por este fato, a cadeia de Bonito, ela também faz parte. Está também nos outros municípios: de Jardim, de Bodoquena, são comercializados como Bonito. Então lá tem uma integração um pouco mais regional do que outras regiões daqui do Estado. Então um papel natural de indução por ser a localidade que tem a oferta maior, mas que tenha também complementaridade com outros atrativos e outros equipamentos nestes outros dois municípios Jardim e Bodoquena (2018 apud CAMPOS, 2020).

Segundo o entrevistado, a configuração do turismo na região Bonito/Serra da Bodoquena e de seus atrativos ocorre, em certa medida, por conta das distâncias (referindo-se aos municípios Jardim e Bodoquena), assim como dos demais atributos geográficos, tais como relevo, estrutura geológica e paisagística, somados a uma estrutura capitaneada por Bonito, sobretudo em virtude da organização da gestão turística do local, reverberando nas regiões supracitadas.

Em concordância com o diretor-presidente da FUNDTUR, a secretária de turismo, indústria e comércio de bonito (gestão 2013-2016), em entrevista concedida em setembro de 2018 (apud CAMPOS, 2020, p. 216), afirma:

[...] hoje você tem municípios como Jardim e Bodoquena recebendo turistas que estão em Bonito, né! Lógico... por conta de atrativos que estão nessas outras localidades, mas se não fosse Bonito e seus atrativos e tudo isso que eu já disse. Será que o turista iria somente para visitar o Boca da Onça⁴ se não existisse Bonito então é o questionamento... iria se fosse só no buraco das Araras⁵.

⁴ Atrativo turístico do município de Bodoquena.

⁵ Atrativo turístico do município de Jardim.

O diretor do turismo de Bonito, em entrevista realizada em 2018, aponta elementos importantes na configuração do turismo de Bonito e em sua relação com a região que precisam ser mencionados: 1) o município inicia as atividades turísticas (com o ecoturismo, entre as décadas de 1980 e 1990) em consonância com uma agenda mundial voltada para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável⁶; nesse período, os municípios vizinhos não falavam de turismo e; 2) a similaridade nos atrativos, como cachoeiras, grutas, flutuação etc.

A abordagem da articulação territorial entre os diferentes municípios das regiões, assim como as tramas territoriais advindas das articulações entre os agentes sociais do turismo em diferentes escalas apresentam um desenho do território turístico, tanto o de Bonito/Serra da Bodoquena como o do Pantanal, que pode ser modificado considerando e estabelecendo relação com outros novos agentes sociais, à luz da dinâmica fluida do espaço-tempo, em uma leitura contextualizada.

Como exemplo das tramas territoriais, em uma perspectiva relacional, pode-se considerar os tratados comerciais⁷ (entre os agentes do mercado), como ocorre com o atrativo Fazenda San Francisco, localizado no Pantanal do Miranda, que divulga, em seu *site*, dois outros atrativos da Região Bonito/Serra da Bodoquena, quais sejam: Recanto Ecológico Rio da Prata – Jardim – e Estância Mimosa Ecoturismo – Bonito. Vale destacar, ainda, que o atrativo turístico Fazenda San Francisco consta na lista de atrativos da Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e região (ATRATUR), configurando, dessa forma, uma clara relação territorial (território-rede) e multiescalar, sendo municipal *versus* regional ou, ainda, regional (Pantanal) *versus* regional (Bonito Serra da Bodoquena).

As tramas territoriais entre os destinos indutores se manifestam por meio de uma arena comercial (relações entre os agentes do mercado), e por que não dizer,

6 Chama a atenção o apelo às questões ambientais presentes na sua entrevista. É importante acrescentar que o diretor de turismo (gestão iniciada em 2017) é, também, guia de turismo.

7 É importante destacar que essa relação territorial multiescalar entre os gestores dos atrativos turísticos das regiões Bonito/Serra da Bodoquena e Pantanal se dá considerando a existência de laços de parentesco entre os proprietários. Tal característica converge para as relações multiterritoriais expressas.

também, pela estratégia político-comercial, configurando uma rede de negócios do turismo? Dessa forma, os destinos indutores do turismo Bonito e Corumbá passam a constituir uma estrutura territorial em conformidade com os elementos da esfera comercial, com destaque para Bonito.

Ainda sobre as dinâmicas das tramas territoriais do turismo, o diretor-presidente da FUNDTUR considera que a conformação do turismo da região Bonito/Serra da Bodoquena ocorre porque tem Bonito como núcleo indutor do turismo, ou seja, a localidade seria a responsável pelo desenvolvimento da região Bonito/Serra da Bodoquena, servindo como “modelo” para a formação de outros novos destinos.

Diante de tudo isso, a configuração no que se refere à lógica do espaço turístico pode ser explicada, também, a partir do entendimento da complexidade posta entre os agentes sociais do turismo (FRATUCCI, 2008) nos municípios. A título de exemplificação, observa-se como se comportam os municípios de Jardim e Bodoquena⁸, bem como – e, principalmente, por conta de – Bonito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado, o mercado, os turistas, os trabalhadores do setor (diretos e indiretos) e a comunidade receptora constituem os agentes sociais (e/ou produtores) do turismo (FRATUCCI, 2008), sendo que cada um dos agentes possui uma lógica de territorialização.

Nesse contexto, uma leitura territorial da política pública multiescalar do turismo, ou, especialmente, por meio dos agentes produtores, ajuda a compreender as dinâmicas, as interfaces, as interações e os rebatimentos que são oriundos do fenômeno do turismo, sob uma lógica das novas desigualdades territoriais.

As articulações e os tensionamentos realizados entre os agentes do turismo nas/para as configurações turísticas devem garantir, também, a articulação e a construção de tramas territoriais que tenham como princípio elementos qualitati-

⁸ O recorte feito para esses municípios (Jardim e Bodoquena) da região Bonito/Serra da Bodoquena deve-se, especialmente, à importância que lhes foi dada pelos informantes durante a entrevista.

vos. Não bastaria que as “redes” do turismo fossem traçadas se não permitissem ou respeitassem, indiscriminadamente, a eficiência, as diferenças, a continuidade, a equidade na formação e as tessituras das redes pelos agentes do turismo.

Buscou-se clarificar a distinção das formas como as territorialidades do turismo nas regiões são concebidas, tendo como perspectiva de análise os destinos Bonito e Corumbá. A espacialização das relações, as articulações entre os agentes sociais, os distintos interesses e intenções precisam ser considerados. As ações observadas entre esses agentes, como produtores do turismo, representam, sobremaneira, as perspectivas da ordem do capital.

REFERÊNCIAS

- AMBROZIO, J. O conceito de território como campo de poder microfísico. **Revista de Geografia**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 1-10, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília, DF: MIN/ACS, 2005.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Introdução à Regionalização do Turismo**: roteiros do Brasil: diretrizes operacionais. Brasília, DF: MTUR, 2007.
- CAMPOS, M. P. “**Que exista luz!**” Espaço luminosos, multiterritorialidades e os destinos indutores do turismo: Bonito e Corumbá – MS. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, SP, 2020.
- CANDIOTTO, L. Z. P.; SANTOS, R. A. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- ELLIOT, J. **Tourism**: politics and public sector management. London: Routledge, 1997.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FRATUCCI, A. C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo**: as possibilidades das redes regionais de turismo. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

HAESBAERT, R. **O mito da (des)territorialização**: do fim dos territórios à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. O território e a nova des-territorialização do Estado. *In*: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. 2. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2013.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2008.

OLIVEIRA NETO, A. da C. **Territórios subordinados**: análise da política de desenvolvimento territorial a partir da produção de óleo de palma pela Agropalma em assentamentos de reforma agrária no Pará. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, SP, 2017.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo. HUCITEC, 1997.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão. *In*: SAQUET, M. A. (org.). **Estudos territoriais na ciência geográfica**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SÊMICA. *In*: MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, [20--]. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/semica/>. Acesso em: 20 jan. 2020

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica. *In*: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

STEINBERGER, M. Território, ambiente e políticas públicas. *In*: STEINBERGER, M. (org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília, DF: Paralelo 15; LGE, 2006.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

TRAMA. *In*: MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, [20--]. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/trama/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

VISIT PANTANAL. Disponível em: <http://www.visitpantanal.com/>. Acesso em: 22 set. 2021.

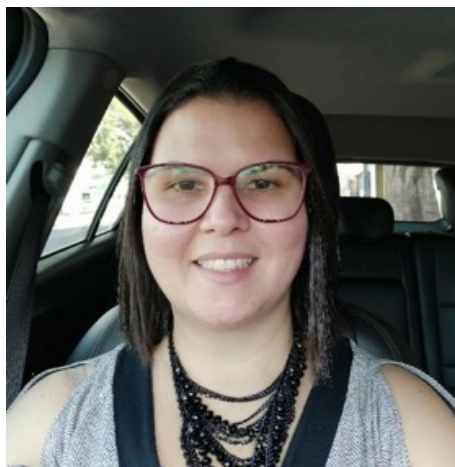
SOBRE OS AUTORES

AUTORAS ORGANIZADORAS:



Simone Batista Mamede

Doutora e mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade Para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal (Uniderp). Especialista em Ecoturismo e Educação Ambiental pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Pós-doutoranda em Letras na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Possui graduação em Ciências Biológicas pela Uniderp, graduação em Gestão de Turismo pela Estácio de Sá e bacharelado em Turismo pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Docente no curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Arraias. É sócia-diretora do Instituto Mamede de Pesquisa Ambiental e Ecoturismo. Atua como pesquisadora em turismo e biodiversidade nos diversos biomas da América do Sul. Educadora e escritora nas seguintes áreas: turismo, ecoturismo, birdwatching, turismo de base comunitária, educação ambiental, biodiversidade. Fotógrafa de natureza, observadora da vida silvestre, ciclista, amante e adepta das viagens de bicicleta.



Patrícia Cristina Statella Martins

Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professora efetiva da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) desde 2002. Ministra aulas na graduação, no curso de Turismo, e na pós-graduação, no curso Planejamento e Gestão Pública e Privada do Turismo. Atualmente, coordena o curso de Turismo da UEMS/Dourados - MS. É membro do Núcleo de Inovação Tecnológica PROPPI/UEMS. Participa como representante da região Centro-Oeste no Fórum Nacional de Cursos Superiores de Turismo, Hospitalidade e Lazer. É membro do Grupo de Estudo em Turismo, Hospitalidade e Sustentabilidade (GESTHOS) e do grupo Turismo, Educação, Emprego e Mercado (TEEM). Trabalha, principalmente, com os seguintes temas: paisagem e turismo de natureza; análise sistêmica e turismo; o fenômeno do turismo e sua interface com o mercado de trabalho. Mãe do Fernando, de oito anos.

SOBRE OS AUTORES

AUTORES DOS CAPÍTULOS:

Ademir Kleber Morbeck de Oliveira

Possui graduação em Ciências Biológicas (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1989), mestrado em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos (1993) e doutorado em Ciências, área de concentração em Ecologia e Recursos Naturais, pela Universidade Federal de São Carlos (1996). Atualmente, é professor da Universidade Anhanguera-Uniderp, no curso de Ciências Biológicas e do Programa em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, área de Ciências Ambientais, na linha de pesquisa Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento Regional Sustentável. Tem experiência na área de ecologia, com ênfase em ecologia de ecossistemas, trabalhando, principalmente, com os seguintes temas: ecologia de ecossistemas, Pantanal, etnobiologia, sementes e análise de crescimento de espécies nativas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 1D.

E-mail: akmorbeckoliveira@gmail.com

Alexandro Moura Araújo

Atualmente, é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAD/UFMS). É especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (2018). Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2017), onde atuou no grupo de pesquisa NPPJ, e em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos pela Uniderp (2011). Foi bolsista de iniciação científica e de extensionismo do CNPq. Áreas de interesse: pesquisa e extensão rural; comercialização da produção agrícola familiar; feiras livres; desenvolvimento de comunidades rurais; projetos de educação rural-urbana; bancos de dados governamentais; elaboração de projetos e alimentos regionais.

E-mail: aleex.moura@gmail.com

Arlinda Cantero Dorsa

Possui graduação em Letras/Francês pela Universidade Católica Dom Bosco (1971), graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Urubupungá (1983), mestrado em Comunicação e Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2000) e doutorado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Atualmente, realiza estágio pós-doutoral em Desenvolvimento Local no Centro Universitário UNISSUAM/PPGDL. É pesquisadora do Instituto Histórico de Mato Grosso do Sul, professora titular e pesquisadora da Universidade Católica Dom Bosco, coordenadora do PPGDL da Universidade Católica Dom Bosco, membro do NDE do curso de

Direito da Universidade Católica Dom Bosco. Tem experiência na área de divulgação científica, com ênfase em análise do discurso, trabalhando, principalmente, com os seguintes temas: desenvolvimento local, mapeamento produções científicas, linguagem, texto científico e cultura.

E-mail: rf5454@ucdb.br

Bruno de Souza Lima

Fez doutorado e mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). É bacharel em Turismo, com ênfase em ambientes naturais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Tem experiência como pesquisador e docente na área de turismo e geografia, com ênfase em ambientes naturais. Interesses de pesquisas: turismo e meio ambiente, ecoturismo, paisagem, geossistema, geotecnologia, dentre outros assuntos. Atualmente, é docente convocado no curso de Turismo, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Campo Grande.

E-mail: bruno_mxsl@hotmail.com

Bruno Wendling

Bacharel em Turismo pela PUC/MG e especialista em Ecoturismo pela UFLA. Participou do projeto de extensão universitária em Gestão Pública de Turismo oferecido pela UFBA, em parceria com a Câmara Estadual de Secretários de Turismo. Trabalha há 21 anos no turismo, com experiência na iniciativa privada (companhia aérea, agência e operadora de ecoturismo), e há 17 anos em gestão pública do turismo nas 3 esferas de governo (consultor técnico do MTur, técnico e presidente da Fundtur/MS e secretário de turismo de Cairu – Morro de São Paulo - BA), além de trabalhos realizados como consultor/facilitador/palestrante em 25 estados, 2 países e mais de 100 destinos turísticos brasileiros. Diretor-presidente da Fundação de Turismo do Mato Grosso do Sul desde 2017 e presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur).

E-mail: brunowconsultor@gmail.com

Camila de Brito Antonucci Benatti Braga

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (2017), mestre em População, Sociedade e Território pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (2013). Graduação em Turismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (2011). Fez parte do doutorado em Barcelona, com Bolsa Capes de Doutorado Sanduíche na Universitat de Barcelona, sendo orientada pelo professor emérito Horacio Capel Saez. É professora adjunta do curso de Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Dourados. Atualmente, é pesquisadora do Grupo de Estudos em Turismo, Hospitalidade e Sustentabilidade (GESTHOS), do Observatório de Paisagens Patrimoniais e Artes Latino-Americanas (Rede OPPALA) e do Laboratório

de Estudos Geoducacionais e Espaços Simbólicos (LEGES). É membro titular do Conselho Municipal de Turismo de Dourados (COMTUR) e membro suplente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados - MS. Desenvolve pesquisas na área de geografia cultural e humanista, turismo cultural e religioso, turismo e tecnologia digital, com ênfase em lugares, festas e práticas religiosas, patrimônio cultural, cultura em áreas de fronteiras e mídias digitais.

E-mail: camila.benatti@uems.br

Carla Cristina de Souza

Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FACH/UFMS), mestrado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFMS) da mesma universidade, tendo executado o projeto na linha de pesquisa Identidade, Cultura e Poder. Atualmente, é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), na linha de pesquisa Políticas Públicas, Cultura e Produções Sociais. É integrante dos grupos de pesquisa Psicologia da Saúde, Políticas da Cognição e da Subjetividade CDB) e do Impróprias – Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Diferenças (CNPq/UFMS). Tem interesse em pesquisas sobre economia sexual, políticas públicas, políticas de saúde, prostituição, performatividades, gênero e sexualidade.

E-mail: carlinhacdsouza@gmail.com

Cassiana Gabrielli

Possui graduação em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) (2002), mestrado em Cultura & Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)/Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2006), e doutorado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) pela Universidade Federal da Bahia (2011). Atualmente, é professora adjunta no curso de Turismo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Campus Sorocaba, onde é líder do Grupo de Pesquisa Dimensões Interseccionais e Fronteiriças da Sustentabilidade (FRONT – CNPq/UFSCar). Tem experiência na área de turismo, com ênfase em consultoria e planejamento turístico, trabalhando, principalmente, com os seguintes temas: relações sociais de gênero no turismo, cultura e turismo, gênero e interseccionalidade no mercado turístico e, turismo de base comunitária.

E-mail: cassiana.gabrielli@ufscar.br

Charlei Aparecido da Silva

Geógrafo com pós-doutorado em Geografia (2014) pelo Departamento de Geografia da Unesp de Presidente Prudente. Doutor em Geografia pelo Instituto de Geociências da Unicamp (2006), área de concentração Análise Ambiental e Dinâmica Territorial. Mestre em Geociências (2001) pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, na área de concentração Geociências e Meio Ambiente. Docente desde 1998, atuando em cursos de Geografia e Turismo. Atualmente, compõe o quadro de docentes e pesquisadores do curso de graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. Orientador de mestrado e doutorado. Possui experiência na gestão administrativa, tendo atuado como coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD e nos cursos de graduação em Geografia - bacharelado e licenciatura. Autor de livros e artigos científicos publicados no Brasil e em periódicos internacionais. Faz parte de redes de pesquisa e colaboração com pesquisadores brasileiros e de Portugal, Espanha, Chile e Reino Unido.

E-mail: charleisilva@ufgd.edu.br

Daniel De Granville Manço

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo (1990), com especialização em Jornalismo Científico pela Universidade de Campinas (Unicamp) (2008), tendo direcionado sua carreira para a fotografia e o ecoturismo, área em que atua como professor, consultor e guia naturalista para públicos de interesses especiais (fotógrafos profissionais, pesquisadores, estudantes). Seus estudos abrangem temas variados, de pesquisas com morcegos na Mata Atlântica até a produção de documentário experimental sobre a umbanda, religião afro-brasileira que cultua a natureza. Atualmente, é diretor da *Photo in Natura*, empresa especializada em fotografia, ecoturismo e pesquisa. Como fotógrafo, já recebeu prêmios nacionais e internacionais.

E-mail: pin@photoinnatur.com

Daniel Raizer de Oliveira Teixeira

Bacharel em Turismo, com ênfase em Empreendedorismo e Políticas Públicas, pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Campo Grande.

Email: daniel.drot@gmail.com

Daniela Sottili Garcia

Professora efetiva da UEMS, no curso de Turismo. Graduada em Turismo pela Universidade Católica Dom Bosco (2000), especialista em Gestão de Turismo, Hotelaria e Eventos pela Uniderp (2003), mestre em Geografia – Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Mato Grosso do

Sul (2005) e doutora em Geografia – Território, Cultura e Representação pela Universidade Federal do Paraná (2013). Professora assistente efetiva no curso de Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande. Principais áreas de atuação: políticas públicas de turismo, mercado turístico urbano, imagem, identidade e cultura dos destinos turísticos. Autora de capítulos de livros e artigos, e participação em eventos nacionais e internacionais.

E-mail: danielasottiligarcia@gmail.com

Danielle Cardoso de Moura

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Anhanguera Uniderp (2014-2017), mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Campus de Balneário Camboriú - SC (2008), pós-graduada em Recursos Humanos pela Uniderp/Campo Grande - MS (2005), graduada em Turismo – bacharelado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2003). Tem experiência na área de turismo, hotelaria, eventos e gestão de *data driven*. Gerente do Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul.

E-mail: dmoura@fundtur.ms.gov.br

Débora Fittipaldi Gonçalves

Graduação em Turismo pela Universidade Católica Dom Bosco (2000) e licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) (2018) especialização em Metodologia do Ensino Superior pela mesma instituição (2003), mestrado e doutorado (2008 e 2016, respectivamente) em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau FURB – SC. Fez doutorado sanduíche na Universidade de Barcelona (UB), no Programa de Gestión de La Cultura y El Patrimonio com bolsa da CAPES – Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (Processo N. 99999.002266/2014-04). É pesquisadora na linha de pesquisa Estado, Sociedade e Desenvolvimento do Território, membro do Grupo de Pesquisa Ethos, Alteridade e Desenvolvimento (GPEAD). Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Nacional de Jujuy - Argentina. É pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Local da UCDB. É pesquisadora integrante da Rede e Universidades da Rota de Integração Latino Americana (UniRILA). Tem formação em *Professional* e *Self Coaching* e demais certificações internacionais em Coaching-PSC pelo Instituto Brasileiro de Coaching (IBC) (2018). Atualmente, é docente e coordenadora do curso de Turismo da UEMS, Unidade Universitária de Campo Grande. Possui experiência na área de turismo, com ênfase em turismo, trabalhando, principalmente, com os seguintes temas: turismo, turismo de experiência, cultura pantaneira, cultura, interculturalidade, desenvolvimento regional, bem viver.

E-mail: defittipaldigoncalves@gmail.com

Denise Silva

Licenciada em Pedagogia (2004) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), mestre em Letras (2009) também pela UFMS, e doutora (2013) e pós-doutora (2016) em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Tem experiência na assessoria linguística e pedagógica em cursos de formação inicial e continuada de professores indígenas e na produção de material didático para ensino de línguas em contextos complexos. É uma das fundadoras do Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural (Ipedi - 2012) e ocupa, atualmente, o cargo de presidente da instituição. Os projetos desenvolvidos sob sua coordenação receberam certificações e prêmios nacionais: Certificação de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil (2015 e 2017); finalista do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social (2015); Movimento Acolher da Natura (2015 e 2017); Prêmio Brasil Criativo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo (2015); Prêmio de Inovação Comunitária Outra Parada, da Brazil Foundation (2016, 2017, 2018 e 2019).

E-mail: denisemiranda83@gmail.com

Djanires Lageano Neto de Jesus

Graduação em Pedagogia, em Administração e em Turismo; especialização em Gestão Empreendedora de Negócios; mestrado em Geografia (linha de pesquisa em Desenvolvimento Regional) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); doutorado em Geografia (linha de pesquisa Produção e Transformação do Espaço Urbano-Regional) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É pós-doutor em Educação pelo PPGE da UCDB. Avaliador *ad hoc*, desde 2006, de Autorização e Reconhecimentos de Cursos Presenciais e a Distância (EAD), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC). Atua como conselheiro suplente do Conselho Estadual de Educação, de acordo com o Decreto nº 5.342, de 31 de outubro de 2017, para mandato de 4 anos. Membro da Câmara de Educação Profissional e Ensino Superior (CEPES) no CEE/MS. É conselheiro titular do CONJUVE/MS. Professor efetivo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), na graduação e na pós-graduação, desde 2005. Atualmente, é gerente da Unidade Universitária de Campo Grande da UEMS. Membro eleito titular para o COUNI/UEMS. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Educação, Cultura e Diversidade e Grupo GEOFRONTTER, ambos da UEMS; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação, Trabalho e Bem-estar Docente da UCDB. Experiência profissional como docente, coordenação de curso de graduação, pós-graduação e gestão acadêmica superior. Atuação nas áreas de educação, turismo, administração, planejamento e gestão de oportunidades, liderança e *coaching*, empreendedorismo, metodologias ativas e planejamento estratégico. Autor de capítulos de livros e artigos, e participação em eventos nacionais e internacionais. Formação em *Professional e Self Coaching* e demais certificações internacionais em Coaching e PNL.

E-mail: netoms@uems.br

Dirceu Mauricio van Lonkhuijzen

Educador ambiental e museal, graduado com bacharelado e licenciatura plena em Geografia. Técnico em Museologia (2005) e especialista em Educação Ambiental (2006). Mestre em Ensino de Ciências, na linha de pesquisa em educação em espaços não formais (2016). Tem experiência nas áreas de geografia, geociências, ensino de ciências naturais e museologia, trabalhando, principalmente, com os temas de arqueologia, paleontologia, educação ambiental, patrimonial e educação museal, bem como em ações técnicas e administrativas de gestão, curadoria e pesquisa em acervos e exposições de museu. Atualmente, coordena o Museu das Culturas Dom Bosco (MCDB/UCDB), a Rede de Educadores de Museus de Mato Grosso do Sul (REM/MS). É docente nos cursos de História e Ciências Biológicas da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e doutorando em Ensino de Ciências na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

E-mail: rf7002@ucdb.br

Dores Cristina Grechi

Possui graduação em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (1998), mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UNB) (2002) e doutorado em Economia do Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2011). Atualmente, é professora/pesquisadora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Ministra aula nos cursos de graduação e pós-graduação em Turismo e no mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. Tem experiência na área de turismo em planejamento e gestão de instâncias de governança e desenvolve pesquisas em turismo, desenvolvimento e hospitalidade. É membro dos grupos de pesquisa em Turismo, Hospitalidade e Sustentabilidade (GESTHOS).

E-mail: doresgrechi@gmail.com

Dyego de Oliveira Arruda

Possui pós-doutorado em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) (2019), doutorado em Administração de Organizações pela Universidade de São Paulo (USP) (2017), mestrado em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) (2013) e bacharelado em Ciências Econômicas, também pela UFMS (2011). É professor do quadro permanente do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), Campus Valença, lecionando nos cursos de graduação em Administração e Engenharia de Alimentos. Ademais, é professor permanente do Programa de Pós-Graduação (nível mestrado acadêmico) em Relações Étnico-Raciais (PPRER) do CEFET/RJ, Campus Maracanã, atuando na linha de pesquisa Pensamento e Políticas Públicas: Dimensões Institucionais das Relações Étnico-Raciais. Integra, atualmente, o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS), do INEP/MEC. Já trabalhou com pesquisas sobre economia do turismo, economia solidária, sustentabilidade

de, empreendedorismo social e desenvolvimento socioeconômico de base local/regional. É autor e coautor de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, além de capítulos de livros. Tem interesse e disponibilidade para pesquisar e/ou orientar projetos que abordem as seguintes temáticas: políticas públicas e ações afirmativas; turismo afrocentrado; raça, racismo e diversidade nas organizações; comunidades quilombolas.

E-mail: dyego.arruda@gmail.com.

Elimar Pinheiro do Nascimento

Sociólogo, com doutorado pela Université de Paris V (René Descartes, 1982) e pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Pesquisador associado no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB) e professor dos programas de pós-graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília e do Programa Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Foi professor na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo (Moçambique), na Universidade Federal da Paraíba e na Universidade Federal de Pernambuco. É professor visitante na Universidade Católica do Equador. Tem experiência em pesquisa, gestão e planejamento. Pesquisa e publica, principalmente, sobre os seguintes temas: conflitos sociais e ambientais, políticas públicas, sustentabilidade, interdisciplinaridade e turismo. É coordenador do Laboratório de Estudos sobre o Turismo Sustentável (LETS).

E-mail: elimareds@gmail.com

Erick Pusch Wilke

Possui graduação em Turismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), mestrado em Cultura & Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2006) e doutorado em Administração pela UNINOVE (São Paulo). Professor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atuando, principalmente, nas seguintes áreas: estratégias organizacionais; administração e gestão hoteleira; *marketing* e turismo.

E-mail: erick.wilke@ufms.br

Fernanda Cano de Andrade Marques

Possui graduação em Gestão Ambiental pela Universidade Federal da Grande Dourados (2018). Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e pesquisadora do Laboratório de Geografia Física da UFGD (www.lgf.ggf.br/). Atualmente, ocupa o cargo de técnica em geoprocessamento na Fundação Neotrópica do Brasil, na área de sistema de informações geográficas e monitoramento ambiental. Tem experiência na área de ciências ambientais.

E-mail: camfernanda1@gmail.com

Flávia Neri de Moura

Graduada em Turismo pela Universidade Católica Dom Bosco e em Comunicação Social pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. É especialista em gestão de Turismo pela Uniderp/INBRAPE e mestre em Geografia pela UFMS, Campus Aquidauana. Atua como fiscal ambiental e é responsável pela Unidade de Gestão e Implantação de Áreas Naturais Protegidas da Gerência de Unidades de Conservação do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. É voluntária da Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Membro do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e da Reserva da Biosfera do Pantanal, do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera do Pantanal e do Conselho Estadual de Turismo, da Frente Parlamentar de Defesa das Unidades de Conservação Estaduais e do Observatório da Serra da Bodoquena. Atualmente, é conselheira do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Córrego Ceroula, do Monumento Natural da Gruta do Lago Azul e do Monumento Natural do Rio Formoso. Integra grupos de estudos em geoconservação, cavernas turísticas, conservação colaborativa, guarda parques, voluntariado e concessão de serviços em Unidades de Conservação.

E-mail: flavianeri@gmail.com

Geancarlo de Lima Merighi

Possui graduação em Turismo (1999), especialização em Administração de Turismo e de Lazer e mestrado em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (2004), com pesquisa na área de Rede de Gestão Compartilhada em Turismo - Arranjos Produtivos Locais. Atualmente, é analista do desenvolvimento do turismo da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul.

E-mail: geantur@gmail.com

Icléia Albuquerque de Vargas

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1988), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1998) e doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (2006), com estágio de doutorado no LADYSS (*Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces*) da Paris X - Nanterre. Professora aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Engenharias e Geografia (FAENG) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atua como professora nos cursos de graduação em Geografia (bacharelado e licenciatura) e Pedagogia. Na pós-graduação, ainda atua como professora/orientadora nos cursos de mestrado e de doutorado em Ensino de Ciências (linha de pesquisa Educação Ambiental) da UFMS. Compõe grupos de consultores das revistas *Ambiente & Educação* (FURG), *Desenvolvimento e Meio Ambiente* (UFPR) (1518-952X), *Geografar* (UFPR) (1981-089X) e *Territorium* (1647-7723). Tem experiência na área de educação, com ênfase em geografia escolar, dis-

ciplinas escolares e formação de professores, trabalhando, principalmente, com os temas: educação ambiental, geografia cultural, pantanal, meio ambiente e percepção ambiental.

E-mail: icleiavargas@yahoo.com.br

Jociane Ribeiro Loureiro

Bacharel em Turismo, com ênfase em Ambientes Naturais, pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Jardim - MS.

E-mail: jocyribeiro86@hotmail.com

José Roberto da Silva Lunas

Possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade da Grande Dourados (1988), mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2000) e doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2006). É servidor público estadual da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul desde 1994, ocupando, atualmente, o cargo de professor associado. Foi secretário executivo da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura de Mato Grosso do Sul (FAPEMS) por 13 anos. Tem experiência e já realizou consultorias nas áreas de administração, administração pública, gestão ambiental e turismo, com ênfase em turismo sustentável e Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). É professor de cursos de pós-graduação nas áreas de turismo, administração pública e segurança pública.

E-mail: lunas@uems.br

Kemily Marques Silva Santos

Bacharela em Turismo pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Bolsista de Iniciação Científica pela mesma instituição.

E-mail: kemily.sm20@gmail.com

Lucilene Misae Oliveira Oshiro

Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, bacharel em Direito Administrativo e especialista em Administração. Chefe do Setor de Patrimônio Natural na Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (PLANURB), Campo Grande - MS. Atuação em turismo, eventos e Unidades de Conservação. Chefe observadora de vida silvestre, mergulhadora e amante da natureza.

E-mail: lucileoshiro@gmail.com

Marcello Magnussen

Analista de *Business Intelligence*. Fotógrafo de natureza, sendo especialista em fotografias de aves. Colaborador do Instituto Mamede de Pesquisa Ambiental e Ecoturismo.

E-mail: m.magnussen@hotmail.com

Marcos Pereira Campos

Possui graduação em Turismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2003), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2007) e doutorado em Geografia pela FCT/UNESP, Presidente Prudente. É professor adjunto do curso de Geografia e Turismo da UFMS, Campus Aquidauana. Atua nas áreas de planejamento e organização de eventos, geografia do turismo e planejamento e gestão territorial.

E-mail: marcos.campus@ufms.br

Maria Cristiane Fernandes da Silva Lunas

Graduada em Turismo, com ênfase em Ambientes Naturais (2006), e especialista em Planejamento e Gestão Ambiental, com ênfase em Avaliação Ambiental Estratégica (2009), ambos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Possui doutorado (2016) e mestrado (2012) em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade Anhanguera-Uniderp. Professora adjunta da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, vinculada ao curso de bacharelado em Turismo da Unidade Universitária de Dourados. Trabalha, principalmente, com as disciplinas de Lazer e Recreação, Planejamento e Gestão de Eventos e Turismo e Ambiente. É professora colaboradora do curso de pós-graduação *lato sensu* em Planejamento e Gestão Pública e Privada do Turismo, ministrando a disciplina de Métodos e Técnicas de Planejamento em Turismo. Membro do Grupo de Estudos em Turismo, Hospitalidade e Sustentabilidade e do Laboratório de Estudos em Turismo e Sustentabilidade. Já participou do Conselho Municipal de Defesa Ambiental de Dourados e é membro do Conselho Estadual de Turismo/MS. Pesquisa na área de planejamento e gestão do turismo, planejamento e gestão ambiental, técnicas de consulta a sociedade e estudos do lazer. Mãe do Heitor, de oito anos.

E-mail: crisfernandes_tur@hotmail.com

Maristela Benites

Possui graduação em Ciências Biológicas, licenciatura plena e bacharelado, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2000) e mestrado em Ecologia e Conservação pela mesma instituição (2002). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atualmente, é pesquisadora e educadora ambiental no Instituto Mamede de Pesquisa Ambiental e Ecoturismo. Possui experiência na área de ecologia, com ênfase em ecologia de aves, e trabalha, principalmente, com os seguintes temas: Cerrado, Pantanal, Chaco, educação ambiental,

biodiversidade, ornitologia, ecoturismo e observação de aves. É autora de livros e artigos na área de ornitologia, biodiversidade e etnobiologia.

E-mail: maris.benites@gmail.com

Marta Regina da Silva-Melo

Doutorado e mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, Campo Grande – MS. Bacharel em Turismo - Empreendedorismo e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Possui licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Unigran, Campo Grande. Tem experiência docente na área de turismo e atua, principalmente, nos âmbitos de turismo responsável, meio ambiente, educação ambiental, uso turístico sustentável em Unidades de Conservação. Realiza ações multidisciplinares que visam minimizar os desafios no processo de ensino e aprendizagem. Possui diferentes publicações sobre Unidades de Conservação, turismo e meio ambiente. Idealizadora e administradora do *site* Ecodidática.

E-mail: martamelors@gmail.com

Milton Augusto Pasquotto Mariani

Pós-doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo, doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2001), mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996), e graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (1987). Atualmente, é professor titular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, credenciado nos programas de pós-graduação em Administração, em Ciências Contábeis e em Estudos Fronteiriços. Tem experiência nas áreas de administração, turismo, desenvolvimento regional e local, tecnologias sociais, economia solidária e planejamento turístico. Participação nos conselhos editoriais da *Revista Geo Pantanal* (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Corumbá), da *Revista Interações* (Universidade Católica Dom Bosco) e da *Revista Brasileira de Ecoturismo* (Sociedade Brasileira de Ecoturismo).

E-mail: miltmari@terra.com.br

Patrícia Zaczuk Bassinello

Graduada em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Mestre em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Doutora em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela UFSCar. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Aquidauana, atuando nos cursos de bacharelado em Turismo e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais. Membro dos grupos de pesquisa: Laboratório Interdisciplinar de Estudos Culturais (LindeCult), da UFMS; CADEF - Movimento Espacial da Fronteira, da UFMS; Grupo de Estudos dos Gêneros de Discurso, da UFS-

Car; e do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas do Turismo Cet/UNB. Áreas de atuação: turismo e estudos culturais. Temas de interesse: epistemologia do turismo, cultura e educação em turismo; estudos culturais; linguagem e turismo.

E-mail: patricia.zaczuk@ufms.br

Pollianna Thomé

Possui graduação em Turismo, com ênfase em Alimentos e Bebidas, pela Universidade Federal do Paraná (2002), e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2008), com ênfase em Desenvolvimento Regional. Atualmente, é docente em cursos de Gastronomia e Turismo. Pesquisa na área de patrimônio alimentar e turismo gastronômico.

E-mail: pollianna_thome@yahoo.com.br

Rafael Henrique Teixeira da Silva

Professor assistente do curso de Turismo da UNESP, Campus de Rosana. Pós-doutor (PNPD/CAPES) pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2018). Mestre em Geografia pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT-Universidade de Lisboa) (2013). Graduação em Turismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (2010). Fez parte do seu doutorado em Barcelona, com Bolsa Capes de Doutorado Sanduíche na Universitat de Barcelona, sob orientação do professor emérito Horacio Capel Saez. É pesquisador do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em Patrimônio, Memória e Território (LAPAT-IGCE/UNESP) e desenvolve pesquisas nas áreas de geografia cultural e humanista, turismo, patrimônio cultural e lazer.

E-mail: rafahts@hotmail.com

Rúbia Elza Martins de Sousa

Graduação em Turismo pela Universidade do Estado do Mato Grosso (2010); licenciatura em Geografia pela Universidade Paulista (2018); mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) (2013); doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) (2019). Atualmente, é professora adjunta do curso de bacharelado em Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Pesquisadora do Grupo de Estudos em Turismo, Hospitalidade e Sustentabilidade (GESTHOS). Desenvolve, atualmente, pesquisa na área de geografia cultural e geografia agrária, com ênfase nas áreas de comunidades tradicionais, relações de gênero, turismo rural e agricultura familiar, planejamento turístico.

E-mail: rubia.sousa@uems.br

Wanda Faleiros

Graduação em Ciências – Habilitação em Biologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Centro Universitário de Corumbá (1983); mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS (1999); especialização em Ciências pela Faculdade Unida Católica Mato Grosso (1992); especialização em Biologia pela Universidade Salgado de Oliveira (1994); especialização em Gestão e Planejamento Ambiental pelo Centro Universitário de Campo Grande (2004); curso Técnico Profissionalizante em Análises Clínicas de Laboratório pela Escola Estadual de 1º e 2º Grau Santa Teresa (1979); Capacitação de Tutores em EaD pela Universidade Federal do Paraná (2010). Atuou como docente por 35 anos, sendo 19 anos na Educação Básica - Ensino Fundamental e Médio, e 16 anos como docente concursada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Foi funcionária concursada da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, e efetiva do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, de 1998 a 2015. Coordenou o Curso de Licenciatura em Biologia a Distância – Consórcio Setentrional UnB/UFMS/UEMS, nos polos da UEMS, nos anos de 2006 a 2012. Atualmente, está como professora universitária aposentada. Atua principalmente nos âmbitos de: biologia, ensino de ciências, educação, educação ambiental, percepção ambiental, gestão ambiental, turismo e meio ambiente, tecnologias, pedagogia e educação a distância. Trabalhou como gerente de Meio Ambiente e coordenadora do Programa de Educação Ambiental no Instituto Homem Pantaneiro, Corumbá - MS, de 08 de junho de 2015 a 30 de abril de 2017.

E-mail: faleirosw@gmail.com



Multidimensionalidade do Turismo no Mato Grosso do Sul busca retratar as peculiaridades e territorialidades do turismo no estado de Mato Grosso do Sul, com base em pesquisas, relatos de experiências, trabalhos e estudos realizados nas últimas décadas, nessa Unidade Federativa. A obra aborda temas diversos, como planejamento, gestão, políticas públicas, formação, segmentos e estruturas turísticas no segundo mais novo estado do Brasil. A pluralidade dos diversos olhares, fazeres e saberes e o amálgama das diferentes dimensões que envolvem, direta e indiretamente, o turismo no Mato Grosso do Sul fazem do livro uma referência para acadêmicos, professores, pesquisadores, educadores, gestores, formuladores de políticas públicas na área do turismo, cidadãos e cidadãos que reconheçam o setor como prática social e instrumento para a transformação social e a construção de territórios mais inclusivos, justos e sustentáveis. A publicação dos trabalhos não possui caráter finalístico, e cada assunto abordado não se esgota em si mesmo, mas abre caminhos para diálogos e inspira novas produções. O recorte amostral, embora focalize o turismo no Mato Grosso do Sul, é um retrato das relações entre o singular e o universal tecidas pela sociedade contemporânea. O desejo é – sem lisonjas – que se converta em fonte de pesquisa sobre o turismo, pronta a ser apreciada.